



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3561/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhora Administradora Regional,

Cumprimentando-a cordialmente e tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

À Senhora

ILKA TEODORO

Administradora Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70850183 código CRC= 6E740C07.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70850183



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3562/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhora Administradora Regional,

Cumprimentando-a cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

À Senhora

JOSEANE ARAÚJO FEITOSA MONTEIRO
Administradora Regional
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA
Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação**, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **70850931** código CRC= **7F412E4B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70850931



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3572/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

RENATO ANDRADE DOS SANTOS

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70891324 código CRC= EE231B34.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70891324



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3573/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

CEL. JESIEL COSTA ROSA

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA - RA BRAZ

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70891392 código CRC= 57591940.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70891392



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3576/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

ABÍLIO CASTRO FILHO

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO - RA SOBR

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70907984 código CRC= 13B0D61F.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70907984



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3577/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

ANTÔNIO CÉLIO RODRIGUES PIMENTEL

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA - RA PLAN

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70908252 código CRC= 899E0312.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70908252



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3578/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

SÉRGIO DAMACENO

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ - RA PAR

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70908501 código CRC= 44EFE814.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70908501



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3579/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniquireira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

ADALBERTO FERREIRA DE PAULA CARVALHO

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE - RA NB

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70908748 código CRC= 1522933F.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70908748



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3581/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniquireira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

FERNANDO BATISTA FERNANDES

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA - RA CEIL

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70909167 código CRC= CE400064.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70909167



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3582/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhora Administradora Regional,

Cumprimentando-a cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

À Senhora

LUCIANE GOMES QUINTANA

Administradora Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ - RA GUARÁ

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação**, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **70909554** código CRC= **15A9A914**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70909554



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3583/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniquireira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

LUIZ EDUARDO GOMES DE PAULA PESSOA

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO - RA CRUZ

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70910241 código CRC= 19842943.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70910241



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3585/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniquireira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

GUSTAVO ALMEIDA AIRES

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA- RA SAM

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70910605 código CRC= 579E3278.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70910605



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3586/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhora Administradora Regional,

Cumprimentando-a cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniquireira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

À Senhora

MARILEIDE ROMÃO

Administradora Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA-SANT

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70910837 código CRC= 03DF6744.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70910837



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3587/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS

Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

ALAN JOSÉ VALIM MAIA

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO - RA SAO

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação**, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **70911071** código CRC= **FBC440AB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70911071



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3588/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidades de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniquireira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

CARLOS DALVAN SOARES DE OLIVEIRA

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE RECANTO DAS EMAS - RA REC

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70911339 código CRC= 5408CA60.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101
Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70911339



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3589/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniquireira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

RUBENS SANTORO NETO

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL - RA LS

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70911660 código CRC= 66076974.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70911660



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação**, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **70911898** código CRC= **F50FCE9F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70911898



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3591/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Norte Lago Paranoá Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

MARCELO FERREIRA DA SILVA

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE - RA-LN

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70912151 código CRC= 0085C44C.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70912151



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3592/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniquireira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

JOÃO DANTAS DOS SANTOS

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA - RA-CAND

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70912418 código CRC= 3E86A35A.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70912418



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3593/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

ANDRÉ LUÍS QUEIROZ ROSA

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS - RA-AC

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE MOLL MASCARENHAS** - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento e Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2021.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70912635 código CRC= 56CD211D.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101
Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70912635



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3594/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhora Administradora Regional,

Cumprimentando-a cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

À Senhora

ANA MARIA DA SILVA

Administradora Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II - RA-RFII

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação**, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **70912993** código CRC= **A45E606C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70912993



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3595/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhora Administradora Regional,

Cumprimentando-a cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniquireira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

À Senhora

WALKIRIA GARCIA DE FREITAS

Administradora Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL - RA-SUDO

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70913312 código CRC= 3F379C24.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101
Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70913312



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3596/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniquireira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

LÚCIO ROGÉRIO GOMES DOS SANTOS

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO - RA-VARJ

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70913587 código CRC= D38130AB.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70913587



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70913784 código CRC= 46A2DF3C.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101
Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70913784



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3598/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhora Administradora Regional,

Cumprimentando-a cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

À Senhora

VÂNIA GURGEL

Administradora Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SCIA E ESTRUTURAL - RA-SCIA

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70913984 código CRC= FC1E0A83.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101
Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70913984



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3600/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

OSMAR DA SILVA FELICIO

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II - RA-SOBRII

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70914215 código CRC= B7EF2D8C.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70914215



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3601/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

JÂNIO RODRIGUES DOS SANTOS

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO- RA-JB

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70914497 código CRC= DAF43B79.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70914497



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70914738 código CRC= 04576656.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70914738



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3603/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhora Administradora Regional,

Cumprimentando-a cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

À Senhora

MARCELA OLIVEIRA

Administradora Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SIA - RA-SIA

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70915412 código CRC= A25EAE2E.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70915412



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3604/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

DANIEL DE CASTRO SOUSA

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES - RA-VP

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação**, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **70915696** código CRC= **8E036130**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70915696



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3605/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniqueira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

FERNANDO GUSTAVO LIMA DA SILVA
Administrador Regional
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL - RA-FERCAL
Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= 70916055 código CRC= AC26443E.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70916055



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3606/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhor Administrador Regional,

Cumprimentando-o cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniquireira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

Ao Senhor

CLÁUDIO FERREIRA DOMINGUES

Administrador Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE E PÔR DO SOL - RA-SOL

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação**, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **70916379** código CRC= **820A42F0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70916379



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 3607/2021 - SEDUH/GAB

Brasília-DF, 28 de setembro de 2021.

Senhora Administradora Regional,

Cumprimentando-a cordialmente e, tendo em vista o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, coordenado por esta Secretaria, informamos que estamos iniciando a realização das **Oficinas Temáticas** nas Unidade de Planejamento Territorial – UPT, conforme a metodologia proposta, as quais consistem em um evento aberto à sociedade.

Estas **Oficinas Temáticas** irão acontecer no formato misto, ou seja, presencial e virtual, em função da pandemia da COVID19.

Os eventos presenciais, limitados a 100 (cem) pessoas, deverão ocorrer em estrita observância aos protocolos e medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, observado o disposto no Decreto nº 41.913/2021 e alterações ensejadas pelo Decreto nº 42.267/2021 e 42.352/2021, a exemplo da: disponibilização de álcool em gel, aferição de temperatura, distanciamento de 1,5m entre os participantes e demais medidas consideradas pertinentes para a realização do encontro.

A participação nos eventos presenciais ocorrerá mediante prévia inscrição, em formulário próprio, disponível no site do PDOT, no endereço eletrônico <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.

Com relação à participação virtual, serão disponibilizados os links para as salas virtuais no site do PDOT <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> e inclusive o link para o site do Conexão SEDUH no YouTube também estarão lá disponíveis.

Nesse sentido, queremos contar com a colaboração das Administrações Regionais das localidades que não sediarão os eventos presenciais, disponibilizando sala de reunião ou auditório adequado, contendo telão e interligada à internet para propiciar o acompanhamento por parte da comunidade. Essa etapa é essencial para darmos publicidade ao PDOT e colhermos as contribuições da população.

Recomendamos que durante essa reunião virtual, sejam asseguradas todas as medidas sanitárias em razão da COVID19.

Apresentamos abaixo as datas que ocorrerão as oficinas, bem como a Região Administrativa que terá o evento no formato presencial. Ressaltamos que essas informações estão também disponíveis no site do PDOT.

OFICINAS PDOT						
OFICINA	1ª OFICINA	2ª OFICINA	3ª OFICINA	4ª OFICINA	5ª OFICINA	6ª OFICINA
UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	Sul	Oeste	Central Adjacente II	Leste	Norte	Central Adjacente I
DATA	sábado 02/10	sábado 09/10	sábado 09/10	sábado 16/10	sábado 16/10	sábado 23/10
	manhã	manhã	tarde	manhã	tarde	manhã
LOCAL	Santa Maria	Ceilândia	Guará	São Sebastião	Sobradinho	Plano Piloto
REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Gama Santa Maria Recanto das Emas Riacho Fundo II	Taguatinga Brazlândia Ceilândia Samambaia Sol Nascente Pôr do Sol	Núcleo Bandeirante Guará Riacho Fundo I Águas Claras SCIA e Estrutural SIA Vicente Pires Arniquireira	Paranoá São Sebastião Jardim Botânico Itapoã	Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Fercal	Lago Sul Lago Norte Varjão Park Way

As reuniões da manhã se iniciam às 9 hs e as da tarde se iniciam às 15 hs, sendo que as presenciais terão 30 min. para o credenciamento, antes do início da oficina.

Desde já agradecemos a parceria e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, pelo telefone 3214-4101 ou 3214-4102.

Na oportunidade, renovo as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

GISELLE MOLL MASCARENHAS
Secretária Executiva de Planejamento e Preservação
SEPLAN/SEDUH

À Senhora

TELMA RUFINO ALVES

Administradora Regional

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS - RA-ARNQ

Brasília - DF



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação**, em 29/09/2021, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **70916681** código CRC= **EEB2223A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF
3214-4101

Site: - www.seduh.df.gov.br

00390-00007586/2021-10

Doc. SEI/GDF 70916681



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento do Território
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Memória de Reunião - SEDUH/SEGESP/SUPLAN

Memória da Reunião da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal com os Técnicos das Regiões Administrativas da UPT Oeste

No dia seis do mês de julho do ano de dois mil e vinte dois, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte, Brasília-DF - 18º andar, foi iniciada a Reunião com Técnicos das Regiões Administrativas da UPT Oeste, pela Senhora Janaina Domingos Vieira, Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território, contando com a presença dos seguintes participantes relacionados ao final desta memória de reunião, para apreciar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura; 1.2. O que é Plano Diretor: Relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial; 1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT; 1.4. Participação dos Técnicos das RAs: Coleta de contribuição para a leitura técnica; 2. Encerramento.

1. ORDEM DO DIA

1.1. Abertura

A Senhora **Janaina Domingos Vieira** deu início a reunião, cumprimentando a todos e solicitou que os presentes realizassem uma breve apresentação.

1.2. O que é Plano Diretor: Relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial

A Senhora **Juliana Machado Coelho**, Assessora Especial da SUPLAN, destacou o PDOT como instrumento de planejamento que visa estabelecer o desenvolvimento dos interesses coletivos de maneira equilibrada e sustentável de todo o território e deve conduzir para conciliação de todas as funções do território de maneira sustentável e justa. Explicou que o PDOT é previsto no Estatuto das Cidades ([Lei nº 10.257/2001](#)) e é obrigatório para os municípios acima de 20 mil habitantes, sendo um produto de estado com vigência de duas gestões e meia, que deve ser revisado a cada 10 anos. Acrescentou que o referido Plano incide em todo o território, em áreas urbanas e rurais, estabelecendo diretrizes de base para outros planos de política. Arrazouou que o PDOT do Distrito Federal (DF) é um instrumento básico de política urbana conforme a Lei Orgânica do Distrito Federal ([LODF](#)) e traz o zoneamento do seu território e o desenvolvimento de políticas, instrumento e programas. Informou que a revisão do PDOT está sendo trabalhada em três grandes etapas, sendo: **Etapa 1:** diagnóstico e prognóstico; **Etapa 2:** proposta; e **Etapa 3:** consolidação.

Relatou que estão sendo trabalhados *eixos temáticos* para condução do estudo do território (1. **Gestão social da terra**; 2. **Habitação e regularização**; 3. **Ruralidades**; 4. **Mobilidade**; 5. **Meio ambiente e infraestrutura**; 6. **Desenvolvimento econômico sustentável e centralidades**) e os *eixos transversais* (7. **Participação e governança** e 8. **Território resiliente**). Relatou que todas as informações estão disponíveis no [site](#) da Revisão do PDOT.

1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT

O Senhor **Antonio Maycon Martins**, Assessor Especial da SUPLAN, relatou que o PDOT vigente impacta todo o Distrito Federal e organizou-o em sete Unidades de Planejamento Territorial (UPT), sendo elas: 1. **Central**, 2. **Central Adjacente I**, 3. **Central Adjacente II**, 4. **Leste**, 5. **Norte**, 6. **Oeste** e 7. **Sul**, as quais são compostas pelas Regiões Administrativas de acordo com as suas proximidades

geográficas. Salientou que essa reunião é específica para a UPT Oeste composta pelas RA de Brazlândia, Taguatinga, Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol e Samambaia, as quais tiveram os seus técnicos convidados.

Na sequência, apresentou e explicou os elementos existentes na UPT Oeste referentes aos Eixos de Mobilidade, Centralidades, Habitação e Regularização, Ruralidades e Meio Ambiente e Infraestrutura. Informou sobre a previsão de existência dos Conselhos Locais de Planejamento (CLP) em cada uma das Regiões Administrativas. Complementando, a Senhora **Silvia Borges de Lázari**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano, explanou que esses conselhos foram programados para funcionar dentro do PDOT vigente, não significando que estariam em funcionamento. Retomando a palavra, o Senhor **Antonio Martins** arrazoou que esses conselhos se organizam dentro das unidades de planejamento e registrou a existência do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF (CONPLAN) que possui caráter deliberativo.

1.4. Participação dos Técnicos das RAs: Coleta de contribuição para a leitura técnica

Explicada a metodologia para contribuição pela Senhora **Juliana Machado Coelho**, Assessora Especial da SUPLAN, a Senhora **Janaina Domingos Vieira** esclareceu que o objetivo desse ponto seria a discussão dos problemas macros da UPT Oeste.

Após os debates dos grupos que foram divididos de acordo com as RA, iniciou-se a apresentação dos resultados.

Iniciando pelo grupo composto pelos técnicos da Brazlândia, o Senhor **João Paulo Gomes**, técnico de Brazlândia, indicou os seguintes pontos observados: **1.** Zona urbana apresenta apenas 5% da totalidade, havendo necessidade de expansão para maior desenvolvimento; **2.** Algumas vias estruturantes ainda não pavimentadas; **3.** Necessidade de desenvolvimento do turismo rural e religioso; **4.** Parcelamento irregular em zona rural e falta de planejamento habitacional; **5.** Déficit industrial; **6.** Regularização dos locais onde já existem muitos moradores, como o Capãozinho; **7.** Dificuldade de mobilidade urbana por ser uma cidade distante; **8.** Incentivo à vocação rural e manutenção desse uso; e **9.** Grande eixos viários, a exemplo da DF 001. O Senhor **Marcelo Gonçalves da Cunha**, Administrador de Brazlândia complementou a apresentação explanando que Brazlândia sempre foi considerada a caixa d'água do DF, porém, nunca valorizada como tal. Observou que estão surgindo vários condomínios irregulares porque a sua população não possui locais para moradia e salientou que a maior preocupação estaria relacionada à área de Capãozinho III.

Na sequência, a Senhora **Vanessa de Castro Almeida**, técnica de Ceilândia, indicou os seguintes pontos observados em Ceilândia: **1.** Viabilidade de abertura de empresas no INCRA 9, na qual há dificuldade de regularização pela existência da área de proteção do Rio Descoberto; **2.** Avenida Hélio Prates, Metrô; **3.** Necessidade de criação de parque já consolidado na ARIE JK; **4.** Ocupação irregular na ARIE JK; **5.** Falta de conexão das ciclovias existentes; **6.** Criação do Parque do Setor O; **7.** Problemas em relação à regularização do Condomínio Privê; **8.** Região próxima à Brazlândia possui potencial turístico e criação de cidade inteligente na região central; **9.** Invasão dos becos; **10.** Carência de esporte e lazer.

Prosseguindo, o Senhor **Antonio José da Silva**, Administrador Sol Nascente/Pôr do Sol indicou os seguintes pontos observados na referida RA: **1.** Criação da Avenida Sol; **2.** Regularização do Parque JK; **3.** Captação da água pluvial e existência de 12 erosões; **4.** Criação ADE no Trecho 3; **5.** Criação de equipamentos públicos, como Unidades Básicas de Saúde (UBS), delegacia independente, escolas e etc. A Senhora **Janaina Domingos Vieira** informou que estão sendo construídas duas praças em Ceilândia, passando palavra ao representante de Samambaia.

O Senhor **Alexandre Antonio**, técnico de Samambaia indicou os seguintes pontos observados em Samambaia: **1.** Setor de Mansões e comércio estabelecido em local não permitido; **2.** Invasões no local destinado à criação do Parque JK; **3.** Existência de problemas ambientais e de características de ordem urbana na DF-180 causados por invasão; **4.** Proposta de crescimento da ADE no trecho de vazio urbano; **5.** Metrô atende apenas a metade da região; **6.** Existência de problemas na passagem da Ceilândia para Samambaia.

O Senhor **André** indicou os seguintes pontos observados em Taguatinga: **1.** Manutenção da sua única área rural na margem da BR-070; **2.** Realização de obras de infraestrutura importantes, como: túnel de

Taguatinga, Avenida Hélio Prates, revitalização da Avenida Comercial e SAMDU Norte, requalificação do Pistão Sul; há desenvolvimento de projeto de ciclovias para ligação da cidade e com outras RA feito pela Administração; projeto de duplicação da Boca da Mata em desenvolvimento; **3.** Regularização do Setor Primavera; existência de parques ecológicos, estando consolidado e regulamentado o Taguaparque e necessitando de consolidação o Parque Sul e Parque da QNL; **4.** Existência de zonas de conflito na região das QIs que era restritamente industrial e passou para uso misto e no Setor Hospitalar Sul pela existência de oficinas; **5.** Necessidade de requalificação das ruas marginais da região central para acompanhamento do desenvolvimento econômico da região. O Senhor **Ezequias Pereira da Silva**, Administrador de Taguatinga, externou como preocupação o crescimento vertical da RA em áreas que podem ser transformadas em parques urbanos, ponderando que possuem a intensão de inibir essa situação. A Senhora **Janaina Domingos Vieira** comentou que Taguatinga seria o centro da UPT Oeste e possui tendência de crescimento do seu comércio, destacando que muitos problemas serão resolvidos por meio da Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS. Observou que Brazlândia não possui o mesmo contexto das demais RA, porém, todas as regiões possuem objetivos complementares.

O Senhor **Antonio Martins, SUPLAN**, salientou que o movimento realizado seria muito rico para o processo de revisão do PDOT pela participação de vários atores e explicou que a ideia seria envolver a população por meio das reuniões livres que estão previstas na metodologia da revisão e passíveis de realização pela população. Arrazouou que essas reuniões possuem como característica a realização de discussão acerca dos eixos com o objetivo de debater as problemáticas da cidade, podendo ser apresentadas até 12 propostas. Solicitou que os presentes fossem multiplicadores dessa possibilidade dentro das RA, ponderando que qualquer cidadão pode participar e organizá-la, inclusive, a sociedade civil organizada. Acrescentou que as reuniões livres precisam ter no mínimo 15 participantes que devem assinar lista de presença, além, de registro fotográfico e indicação de telefone e *e-mail* de responsável. Registrado que a rede social organizada de Brazlândia já organizou uma reunião livre, destacou-se que seria importante que cada RA tenha conhecimento das reuniões realizadas.

2. ENCERRAMENTO

Não havendo manifestações adicionais, Senhora **Janaina Domingos Vieira** declarou-se encerrada a Reunião UPT Oeste, agradecendo a presença de todos.

Corpo Técnico das Regiões Administrativas:

João Paulo Gomes Bonifácio, Brazlândia;

Luciana Lima Cardoso, Brazlândia;

Marcelo Gonçalves da Cunha, Brazlândia;

Waldineia Carvalho Pereira, Brazlândia;

Solange de Sousa, Brazlândia;

Antonio Alexandre Leite, Samambaia;

Vanessa de Castro Almeida, Ceilândia;

Priscilly Queiroz, Ceilândia;

Antonio José da Silva, Administrador Sol Nascente/Pôr do Sol;

Giovanni Batista da Silva, Sol Nascente/Pôr do Sol;

José Allison de Sousa, Samambaia;

Sonia Maria Rodrigues, Ceilândia;

José Allison, Samambaia;

Davi da Silva Oliveira, Ceilândia;

Jackson Tadeu, Taguatinga;

Ulisses Trindade, Taguatinga;

Rogério de Assis, Taguatinga;
Ronaldo da Costa, Taguatinga;
André de Araujo, Taguatinga;
Ezequias Pereira da Silva, Administrador de Taguatinga.

Representantes da SEDUH:

Janaina Domingos Vieira, SEDUH/SEGESP;
Silvia Borges de Lázari, SEDUH/SUPLAN;
Leandro Cipriano, SEDUH/ASCOM;
Camila de C. Pires Lanners, SEDUH/DIPLAN;
Valeria B. da Silveira, SEDUH/DIREG;
Aline Oliveira, SEDUH/DIPLAN;
Luiz Felipe de Andrade, SEDUH/DIREG;
Diovanna Quintino, SEDUH/DIREG;
Mateus Rocha da Silveira, SEDUH/DIREG;
Julia R. B. P. Luna, SEDUH/DIHAB;
Manuella Coelho, SEDUH/DIHAB;
Vinícius Antonio de Almeida Porto, SEDUH/DIHAB;
Eneida Aviani, SEDUH/COPLU;
Denise Guarieiro, SEDUH/COPLAN;
Juliana M. Coelho, SEDUH/SUPLAN; e
Antonio Martins, SEDUH/SUPLAN.



Documento assinado eletronicamente por **SÍLVIA BORGES DE LAZARI - Matr.273.821-X, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 11/08/2022, às 15:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Assessor(a) Especial**, em 22/08/2022, às 15:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **92855318** código CRC= **F75B9D73**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento do Território
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Memória de Reunião - SEDUH/SEGES/PLAN

Memória da Reunião da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal com os Técnicos das Regiões Administrativas da UPT Sul

Às catorze horas e trinta minutos do dia três do mês de agosto do ano de dois mil e vinte dois, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte, Brasília-DF - 18º andar, foi iniciada a Reunião com Técnicos da Unidade de Planejamento Territorial Sul - UPT SUL – SEDUH, pela Senhora **Sílvia De Lázari**, Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano - SUPLAN, contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para apreciar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura; 1.2. O que é Plano Diretor: Relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial; 1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT; 1.4. Participação dos Técnicos das RAs: Coleta de contribuição para a leitura técnica; 1.5 Considerações Finais; 2. Encerramento.

1. ORDEM DO DIA

1.1. Abertura

A Senhora **Sílvia De Lázari**, deu início a reunião, cumprimentando a todos e solicitou que os presentes se apresentassem. Informou que o objetivo da reunião é a apresentação dos trabalhos realizados até o momento e para que todos possam relatar um pouco das suas cidades. Esclareceu que serão apresentados pontos importantes reconhecidos nos estudos técnicos realizados e para visualizar enquanto Unidade de Planejamento Territorial – UPT, a ligação entre todas as Regiões Administrativas de forma a apoiar-se umas nas outras e ter uma visão macro do território.

1.2. O que é Plano Diretor: Relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial

Com a palavra, a Senhora **Juliana Coelho**, Assessora Especial SUPLAN/SEDUH, iniciou a exposição da Apresentação da UPT SUL (id. 93013035); definiu o Plano Diretor como o instrumento que estabelecerá as estratégias de desenvolvimento para atender aos interesses coletivos de maneira equilibrada e sustentável no território. Completou que está previsto no Estatuto da Cidade ([Lei nº 10.257/2001](#)), onde insere algumas situações que há obrigatoriedade de criação do Plano Diretor, sendo uma delas, para municípios com mais de vinte mil habitantes. Salientou que o mesmo não é um plano de governo, e sim para o Estado que permanecerá por, no mínimo, dez anos e posteriormente a esse tempo deve ser revisto. Mencionou que a Lei Orgânica ([LODE](#)) indica que o mesmo deve ser elaborado por uma Lei Complementar, elaborada pelo poder executivo, sendo a SEDUH a responsável pela elaboração dos estudos e minuta de lei, devendo ser aprovada no Legislativo. Destacou que incide em todo território, sendo tanto na Zona Rural, quanto na Urbana, estabelecendo as diretrizes para desenvolvimento do território, dando origem as políticas territoriais. Prosseguiu informando que no Distrito Federal – DF, o Plano Diretor é o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, estando em revisão no momento. Enfatizou que o objetivo do Plano Diretor é conduzir de forma sustentável e justa, todas as funções do território e explanou que as funções são os interesses coletivos, como, moradia, emprego, comércio e lazer. Sequenciou que o Plano será especializado, onde existe a Zona Rural, a Urbana, realizar as subdivisões e estabelecer o que dever ser realizado, como as políticas. Explanou que as políticas serão desenvolvidas por meio de programas, realizados pelo governo e indicará os instrumentos utilizados nos territórios.

A Senhora **Sílvia De Lázari**, continuou e explanou que será apresentado o Plano Diretor e como ele deve manter relação com outros planos, sendo o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE ([Lei nº 6269, de 29](#)

de janeiro de 2019), a Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS ([Lei nº 948, de 16 de janeiro de 2019](#)), o Plano Diretor de transporte Urbano e Mobilidade - PDTU ([Lei nº 4566, de 04 de maio de 2011](#)), o Plano de Desenvolvimento de Transporte Público sobre Trilhos - PDTT, o de Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB ([Lei nº 6454, de 26 de dezembro de 2019](#)), Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PDGIRS, Plano de Gerenciamento Integrado de Recurso Hídricos - PGIRH ([Resolução nº 1, de 26 de junho de 2012](#)) e Plano de Desenvolvimento Rural e Sustentável - PDRS. Destacou que são muitas questões relacionadas e que conversam com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e alguns que estão em desenvolvimento. Informou que a revisão do PDOT está sendo trabalhada em três grandes etapas, sendo: **Etapa 1:** diagnóstico e prognóstico (etapa atual); **Etapa 2:** proposta; e **Etapa 3:** consolidação. Relatou que estão sendo trabalhados *eixos temáticos* para condução do estudo do território (1. **Gestão social da terra**; 2. **Habitação e regularização**; 3. **Ruralidades**; 4. **Mobilidade**; 5. **Meio ambiente e infraestrutura**; 6. **Desenvolvimento econômico sustentável e centralidades**) e os *eixos transversais* (7. **Participação e governança** e 8. **Território resiliente**). Relatou que todas as informações estão disponíveis no [site](#) da Revisão do PDOT e que possui amplas informações; destacou a “Leitura Técnica do Território”, no site por ser um documento técnico e robusto, com os eixos citados. Salientou que o Comitê de Gestão Participativa – CGP, está com inscrições aberta, onde possui os representantes da comunidade para trabalhar em conjunto com a SEDUH nessas questões. Pontuou que existem outras secretarias que trabalham diretamente com os pontos citados e eu estão representadas no grupo de trabalho da SEDUH, institucional GTI.

1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT

O Senhor **Antonio Martins**, Assessor Especial da SUPLAN, relatou que o PDOT vigente impacta todo o Distrito Federal e organizou-o em sete Unidades de Planejamento Territorial (UPT), sendo elas: 1. **Central**, 2. **Central Adjacente I**, 3. **Central Adjacente II**, 4. **Leste**, 5. **Norte**, 6. **Oeste** e 7. **Sul**, as quais são compostas pelas Regiões Administrativas de acordo com as suas proximidades geográficas. Salientou que a presente reunião é específica para a **UPT Sul** composta pelas Regiões Administrativas Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo II e Santa Maria, as quais tiveram os seus técnicos convidados, conforme o Ofício nº 3271/2022 (id. 93011976). Declarou que o objetivo é apresentar um pouco do que foi desenvolvido ao longo dos últimos meses pela equipe técnica da SEDUH. Apresentou a organização do território das UPT, explanando ser construindo a partir da proximidade geográfica que as regiões administrativas possuem, sendo a UPT SUL o Gama, o Recanto das Emas, o Riacho Fundo II e a Santa Maria.

Explanou que a UPT SUL possui a segunda maior população do DF, com um percentual pequeno da absorção do trabalho, com dependência da UPT Central (Plano Piloto, Sudoeste, Cruzeiro e Candangolândia). Mencionou que a UPT SUL consegue absorver mais a população enquanto destino de escolas, mas considerou não ser um número expressivo considerando a população total e completou, destacando, a baixa renda domiciliar, de 2 a 5 salários mínimos. Explanou como é realizada a distribuição dos grupos e a vulnerabilidade a partir das rendas e apresentou uma pesquisa de emprego e desemprego do DF que realiza a divulgação dos seus resultados através de quatro grupos, e identificou que dentro da UPT, não existe nenhum grupo classificado como alta, com renda medida acima de quinze mil e apontou que o Recanto das Emas como a RA que apresenta uma renda baixa com valor de R\$2.472,00; Santa Maria e Riacho Fundo 2, estão com média baixa de R\$3.101,00 e o Gama com o grupo 2 e média alta. Verificou a necessidade de analisar outros dados na UPT, e citou a população total e que possuem de acordo com a CONDEPLAN, através da PDAD de 2018 e que estão sendo atualizados enquanto terminam a atualização com a pesquisa mais recente de 2022. Salientou que em 2018, existia uma população de 477.049 habitantes, sendo que 32% trabalham na própria UPT, considerando um número pequeno levando em consideração a capacidade que a UPT possui de reter, onde 83% possuem renda de até cinco salários mínimos e 80% estudam na própria UPT, e conclui que na questão educacional possui um bom subsídio, mas não consegue atender a função enquanto gerar trabalho e considerou esse ponto pertinente pelo motivo de deslocamento extenso e desgaste ao longo do dia.

Sugeriu iniciar uma análise dentro dos eixos apresentados anteriormente. Iniciou com o de **eixo de desenvolvimento econômico sustentável e centralidades** e informou que a mancha cinza é toda a área rural, a aplicação do índice de centralidade de caráter metropolitano e regional se constitui dentro da mancha da macrozona urbana, e dentro da mesma considerou o índice muito baixo. Afirmou que existem

eixos marcantes, onde a DF-001 funciona como um eixo de conexão entre as RA, mas desempenha um papel de centralidade enquanto facilitador de deslocamentos e destacou o ponto de cultura e a rota fora dos eixos. Avançou para o **eixo de mobilidade**, que possui o sistema rodoviário e o uso de aplicativo para se locomover pela cidade e apontou o BRT, e destacou que foram implantados e estão em operação o do Gama e Santa Maria, alegou que existem outros e que existe a previsão do Eixo Sudoeste que faria conexão tanto do Riacho, quanto do Recanto das Emas, mas que ainda não foi construído. Apontou as linhas de transporte público coletivo com frequência. Avançou para a apresentação do mapa do **eixo de ruralidades**, que possui o macrozoneamento do DF em destaque na UPT, macrozona rural, urbana e de proteção Integral, o levantamento dos acampamentos rurais, ocupações informais, assentamento rurais e galpões logísticos. Prosseguiu com o **eixo habitação e regularização** e explanou sobre o tamanho das ocupações informais, que é caracterizado por esferas de tamanhos diferente, que representam a quantidade de famílias por unidade de território e percebeu-se que existem ocupação informal ocasionalmente na franja da malha urbana da RA, mas que tendem um crescimento e destacou a Ponte Alta, destacou as áreas de regularização de interesse social e específico e a oferta habitacional espalhada pela UPT, como os parques, onde existem alguns que estão em execução e outros executados e alguns com a previsão de implantação. Informou que o **eixo meio ambiente e infraestrutura**, mencionou que talvez seja o que apresenta mais imposição de limites, com relação ao que se analisa no território, sendo o meio ambiente e infraestrutura. Explanou sobre a qualidade da água superficial, no quanto que os corpos hídricos da UPT, conseguem receber de jeitos e depurá-los, sendo que a maior parte dos corpos hídricos estão no limite aceitável de forma que essa questão limita a maneira de como a cidade será adensada ou se realmente acontecerá. Pontuou a hidrografia complementar, onde nem todos os riscos foram inseridos nessa classificação e os mais perenes, e apontou a unidade de conservação, mostrando ser uma área com fragilidade ambiental elevada, além de algumas sobreposições, como a Zona Tampão da Reserva da Biosfera do Cerrado em Santa Maria, e declarou que existe uma série e conectores ambientais, que estão previstos no PDOT anterior que mostra a capacidade que o local possui de suporte para o meio ambiente e toda a cobertura de mancha da vegetação, tanto na Macrozona, quanto na vegetação nativa remanescente, reforçando a fragilidade que o local possui. Completou que existem as áreas de proteção de manancial que mostram o grau de comprometimento que possuem, destacando a área rural do Recanto das Emas e do Gama, onde verificou um grau de comprometimento elevado e em outras um grau médio, mas cercado por um elevado. Ressaltou sobre o **eixo de governança e participação social**. A Senhora **Sílvia De Lázari**, complementou que o Conselho de Planejamento - CONPLAN funciona, mas os outros como os Conselhos Locais de Planejamento - CLP e os Conselhos das Unidades de Planejamento – CUP, não funcionam, informando que está desenhado no PDOT vigente, mas não se encontra implementado. O Senhor **Antônio Martins**, verificou a importância de refletir o motivo que não aconteceu o CLP dentro das Administrações Regionais e especificou que o CUP está vinculado a Secretaria das Cidades e o CONPLAN à SEDUH e quando necessário realizada a consulta aos órgãos executores. Mencionou que os pontos negativos e positivos de cada cidade serão realizados em um outro momento, onde haverá uma organização por RA, e a equipe técnica será o suporte para tal levantamento.

1.4. Participação dos Técnicos das RA: Coleta de contribuição para a leitura técnica

A Senhora **Sílvia De Lázari**, iniciou uma dinâmica, com o objetivo de coletar e compreender a visão de todos referentes a cada território. Explanou que todos se organizariam em grupos por RA, onde cada RA deve eleger um responsável por anotar e apresentar o que for desenvolvido, após essas etapas o grupo deve analisar o mapa considerando toda a UPT, mas com foco na RA específica do grupo, e não impedindo que seja inserido em outras RA. Disponibilizou uma cartela de adesivos, que indicarão os eixos trabalhados, sendo o Desenvolvimento Econômico, sustentável e centralidades, Habitação e Regularização; Meio ambiente e infraestrutura; Mobilidades e Ruralidades. Explanou que será identificado o local, inserir o número na bolinha de acordo com o eixo e posteriormente preencher na folha, inserindo o número e qual a questão, a problemática, o conflito e a potencialidade identificada no local. O Senhor **Antônio Martins**, mencionou que seria indicado o técnico que apoiaria no processo, sendo que para o primeiro grupo, o Gama, ficou responsável a Senhora Valéria A. B. da Silveira, DIREG/SUPLAN/SEDUH, o segundo grupo, de Santa Maria, que ficou responsável a Senhora Manuella Coelho, DIHAB/SUPLAN/SEDUH, o terceiro grupo, do Riacho Fundo II, de responsabilidade da Júlia Luna, DIHAB/SUPLAN/SEDUH, o último grupo, Recanto das Emas, ficou com a responsabilidade da Camila Lammers, DIPLAN/SUPLAN/SEDUH.

A Senhora **Sílvia De Lázari**, após um tempo para a realização da dinâmica, informou a importância da leitura técnica das RA's, e observou que algumas pessoas adquiriram os mapas dos eixos e analisou que ser uma parte de estudo, um material de trabalho interno, que não poderá ser divulgado, pois são ocupações informais e muitas vezes criminosas, ressaltando que consta o mapa por ser um problema e não uma solução para a população, para posteriormente ser resolvido. As contribuições dos técnicos das Regiões Administrativas foram marcadas no mapa impresso e este foi digitalizado e inserido no SEI com o título Mapa Dinâmica - UPT Sul (id. 93013645). O Senhor **Antônio Martins**, verificou uma troca muito rica entre os técnicos da SEDUH e das RA, e convidou o Senhor Arthur Lima Nascimento, representante da RA de Santa Maria, para apresentar brevemente o que foi debatido em seu grupo na dinâmica.

O Senhor **Arthur Lima Nascimento**, pontuou referente as centralidades e mobilidades, o BRT de Santa Maria, assim como o Gama possui, e o Terminal da Q 401, que foi reformado nos últimos anos. Completou que existe a questão fundiária de habitação e regularização, onde existem áreas que necessitam dentro da cidade, com um problema amplo que está sendo resolvido entre os herdeiros quilombolas, na área denominada Quinhão 23, na parte Sul do mapa, explanado que a área não possui escritura e está adensada desde o início da cidade e o Porto Rico, sendo uma área de invasão e que atualmente está sendo regularizado, estando juntamente com a CODHAB e TERRACAP. Prosseguiu informando que existe a Vila dos Carroceiros, que existe a mais de vinte anos e necessitam da regularização e o Residencial Santa Maria, localizado às margens da DF-290, o Setor Meirelles, e o Total Ville, sendo que este consta ocupado e regularizado, mas ainda existem alguns parcelamentos irregulares. Avançou para os pontos de ruralidades dos dois lados da malha Urbana e pontuou o Núcleo Rural Alagado nº 8, e o Núcleo Rural Santa Maria, e atrás do Polo JK. Enfatizou que separaram dois córregos para manter a questão ambiental. Registrado que são privilegiados pela localidade, que possuem acesso a um escoamento e um Polo Industrial forte, sendo o Polo JK, sendo verificado um fator de agregação, um potencial para a Região Sul de Brasília. Registrado a necessidade mais infraestrutura para o escoamento e existe uma linha férrea que passa atrás do Polo JK, que poderia ser utilizada para transporte de passageiros, com um aporte financeiro para realizar uma estação devido já existir um Porto Seco, desafogando a BR 040. Apontou a parte da DF-290, sendo um outro Polo de logística que foi inaugurado a Amazon também e outras empresas grandes que estão aderindo, como Mercado Livre e outras que já estão entendendo expansão para a região. Sinalizado que foi observado, uma parte em vermelho sendo a facilidade de escoamento de saída para a BR-060, que por baixo também não entraria na zona urbana, não afetando a cidade do Gama, como atrapalhar o trânsito, e a acessaria diretamente na BR-060 pelo o Engenho das Lajes. O registro das anotações dos técnicos da RA Santa Maria foi digitalizado e inserido no SEI com o título Registro **Santa Maria - UPT SUL** (id. 93177145).

O Senhor **Antônio Martins**, convidou para apresentação a Senhora Nayara Rayane Barbosa Santos, representante da CALOM- RECANTO DAS EMAS e o Senhor José Luis Gomes, representante do DIDOT – RO- RECANTO DAS EMAS, Senhor **José Luis Gomes**, analisou a parte do Recanto das Emas, onde foram discutidas as áreas de reserva técnica, sendo área que se encontram no GeoPortal, denominadas como conjuntos habitacionais e que antigamente eram denominadas reservas técnicas na Norma de Edificação, Uso e Gabarito de Desdobro e Remembramento - NGB de 1997. Justificou que como são áreas que são do mesmo tamanho de conjuntos podem ser destinadas para unidades habitacionais, de forma a ajudar no estudo de impacto demográfico da cidade, além de situações como o Núcleo Rural Monjolo, que se encontra no eixo de regularização, sendo assentamentos rurais que virou condomínios. Justificou que existe um estudo dentro do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, e uma solicitação protocolada através da Secretaria de Agricultura, solicitando que dois lotes, sendo cada um de 50 hectares, sejam destinados a serem denominados como área urbana, e analisou como proposta, além de uma solicitação de criação de RA de água quente e justificou que houve uma Audiência Pública para tratar dessa questão, explanado que existe uma densidade demográfica e parcelamentos para votação. Passou para o eixo de mobilidade pública, ressaltando que verifica-se muitas demandas como a falta de transporte pública e propôs a criação das vias internas para que haja a criação de linhas de transportes. Entrou no Eixo Habitação e Regularização e apontou algumas chácaras que estão se tornando Condomínio. Analisou a destinação para pontos turísticos, sendo a Capela São Francisco, além da quantidade de trilhas que existe na região, apontou o Olhos D'água que possui acesso a cachoeira. Em centralidades, observou a BR-060, as áreas que possuem galpões, além do Gama que também possui esses galpões, pensando no futuro de quem reside. O registro das anotações dos técnicos da RA Recanto das Emas foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Recanto das Emas - UPT SUL** (id. 93176494).

A Senhora **Elizabeth Claussen**, representante da RA do Gama, informou ser uma área rural ampla e dividiu em alguns pontos. Iniciou com a centralidade, observando a existência de galpões logístico que estão surgindo, no percurso da Ponte Alta, e que trazem desenvolvimento, empregos e como forma negativa observou-se a questão irregular. Prosseguiu para o meio ambiente e infraestrutura, e analisou a Casa Grande Ponte Alta, Ponte de Terra, sendo a pressão de ocupação urbana no local, sendo áreas ambientalmente sensíveis, a área de proteção da CAESB, sendo a área de manancial, citou na ruralidade a área da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, com a importância de manter a agricultura. Analisou uma parte do Santo Antônio do Descoberto e outra do Gama, possuindo loteamento nessa área, sendo que a área de proteção está sendo invadida com parcelamento de solo, além da Prainha. Continuou com a área de ruralidade apontando a Ponte Alta de baixo, com excesso de chácara e produção rural, e apontou o aumento de mobilidade em algumas áreas que não possuem, onde apesar dos povoados, todos estudam e trabalham no Gama, e apontou a melhora de integração juntamente a BRT, em relação ao Gama. Sinalizou que foi criado um bairro denominado Mansões Paraíso, considerou ser muito desenvolvido, e que está de forma desordenada chegando ao córrego, o Alagado da Susana, sendo um povoado localizado atrás do presídio feminino, com pessoas de baixa renda. Verificou o Condomínio Asa Branca, que não imaginava pertencer ao Gama, o Parque Urbano do Gama e que no GeoPortal está com previsão de Q03, Q04 e Q05 Setor Norte como área habitacional, considerando que será um problema. A Senhora **Sílvia De Lázari**, replicou que essa questão do Parque será analisada e considerou importante o alerta. O registro das anotações dos técnicos da RA Recanto das Emas foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Gama - UPT SUL** (id. 93176208).

O Senhor **Isaias Carvalho da Silva**, representante da RA do Riacho Fundo II, iniciou com a questão de centralidade, indicando pontos centrais que já existem e novos pontos que estão sendo transformados, juntamente com o central. Mencionou que está criando-se outra área com a chegada de novas empresas transformando-se em outra área principal. Então, foi indicado aqui para a SEDUH saiba o que é realmente principal hoje no Riacho Fundo II. Prosseguiu com a questão de habitação e regularização, e destacou um ponto com relação ao levantamento de dados da CODEPLAN, relatando que o Riacho Fundo II tem 45.000 habitantes. Declarou que existem 110.000 habitantes, e que será apresentado no próximo censo, sinalizou seu crescimento, mas que não se desenvolveu a parte de regularização, e citou a área QC 1, 2, 3, 4, 5 e 6 que não tem escritura, mas a CODHAB já está trabalhando nessa questão, uma área que está sendo construída pela CODHAB na quadra QS 20 até a QS 30, e justificou que haverá um aumento ainda maior. Justificou que, quando terminar o censo ficarão desatualizados, pois ainda estão construindo casas e prédios. Mencionou a área da Sucupira, que é uma área consolidada, mas que não é reconhecido. Apontou a granja modelo, sendo esse o local que houve mais ênfase no debate, é uma área irregular e que justamente em cima de uma nascente e solicitou ajuda com relação a essa invasão em frente à Coca-Cola, localizada em Taguatinga Sul. Na questão de mobilidade, informou estudou a cidade e visualizou, referente aos ônibus, que a mobilidade urbana não consegue atingir toda a extensão do Riacho Fundo II, apesar de ser uma região pequena em relação as outras, mas mesmo assim, a questão de mobilidade ainda não é 100% atendida pelos ônibus. Com relação a ruralidades, destacou que existem áreas que são preservadas primeiro pela EMBRAPA, não é uma área rural, não é invadida, sendo um ponto positivo, citando os CAUB, CAUB I e CAUB II, que são de pessoas que moram na área rural, possuem suas chácaras e produzem alimentos nessa área, mas que ao mesmo tempo que existem alguns parcelamentos. Alertou que estão surgindo algumas invasões, sendo necessário ter um olhar mais cuidadoso a respeito dessas áreas. Sinalizou sobre duas áreas que considerou excelente, a Mesa JK, localizada no CAUB I, e dentro do Instituto de Saúde Mental - ISM uma piscina linda, onde um dos Presidentes do Brasil tomava banho, sendo um local espetacular. Mencionou a construção do viaduto, na BR-001, e que na verdade aumentará o fluxo de transporte nesse eixo atendendo o Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Recanto das Emas e Gama, considerando um ponto positivo. Ressaltou ainda como ponto positivo a duplicação de uma das saídas do Riacho Fundo II, conquistada através desse Governo e que está sendo executado atualmente. O registro das anotações dos técnicos da RA Recanto das Emas foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Riacho Fundo II - UPT SUL** (id. 93176738).

1.5. Considerações Finais

A Senhora **Sílvia De Lázari**, agradeceu pela colaboração e verificou ser importante a ciência desses pontos positivos, e relatou que existem muitas localidades desconhecidas na prática. Declarou que existem muitos pontos que podem melhorar e que estão, sempre, convidados a colaborar com o trabalho realizado

pelos mesmos, qualquer coisa que tiver, fala: gente faltou mais isso. Então, isso é sempre importante. Apontou que das organizações, deve-se realizar uma comunicação por meio do SEI para fazer um alerta das organizações que existem, tanto da parte cultural, quanto da parte de comunidades e justificou a importância dos processos participativos para conseguir chegar em todo mundo. Informou que o objetivo é chegar com essas informações para dentro das propostas que a SEDUH está recebendo, completou que estão recebendo cartazes para deixar nas administrações, dizendo que é importante, e todo mundo pode participar de reuniões livres que acontecem, tanto um condomínio, um movimento, a parte cultural, que poderá realizar os destaques necessários e que estará tudo dentro do *site* do PDOT. Solicitou divulgação considerando ser uma maneira das pessoas participar, e sinalizou que está em época de eleição, e que não estão realizando audiência pública, nem oficina aberta, mas isso é uma forma das pessoas participarem. Comunicou que os próximos passos seriam as reuniões como está, agora em 2022, completar as sete UPT's, mencionando que está faltando mais cinco, às reuniões com o Comitê de Gestão Participativa - CGP, o grupo de trabalho interinstitucional, o grupo dos chefes das outras secretarias e uma reunião do CONPLAN. Completou que no ano que vem, será iniciado as reuniões com RA, com a população, e posteriormente a Audiência Pública com o formato da reunião de hoje, mas com a participação de toda a população. Então, para complementar especificamente a gente leva o mapa e vai ser complementado a partir da participação, até chegar na minuta do PDOT com as propostas e por final chegar até a Câmara Legislativa com a proposta. Registrado o tempo insuficiente para relatar tudo o que a cidade necessita e solicitou-se outras reuniões.

A Senhora **Silvia De Lázari**, considerou importante e convidou para participar das reuniões das RA, na RA do Gama, e verificou que assim teria como complementar e reiterou que o convite foi encaminhado para todos. O Senhor Antônio Martins, ponderou que o objetivo da reunião seria ouvi-los, mas, principalmente, estabelecer uma fonte de comunicação para que se possa trabalhar em conjunto nessa revisão. Compreende que o DF é um território muito amplo e a revisão do Plano Diretor deve ser alimentado em vários momentos, considerou que esse é a formalização de um primeiro contato, para que seja possível trabalhar esse ponto e ter uma comunicação efetiva ao longo dos dias. Completou que, com certeza, ao longo dos meses será analisado novas situações, que entram dentro dessa escala e acredita que todos tenham o mesmo objetivo, sendo desenvolver um trabalho de qualidade para produzir um território mais justo, sustentável e efetivamente do ponto de vista enquanto planejamento.

As imagens da reunião em todas as suas etapas foram inseridas no SEI através do arquivo **Fotografia da reunião - UPT SUL** (id. 93818294). Os mapas produzidos foram convertidos em um arquivo GIS e as anotações foram relacionadas a cada ponto. O arquivo **Mapa Pontos de CDP - Técnicos RA UPT S U L** (id. 93818068) é uma representação das informações inseridas no arquivo salvo na pasta: **S:\PDOT_REVISAO\6_Reuniões\Reuniões2022\Reuniões com Técnicos das RA\UPT Sul\Dinâmica\Mapas**.

2. ENCERRAMENTO

A Senhora **Silvia De Lázari**, agradeceu a contribuição de todos e espera que também tenha sido importante o que foi apresentado a todos no sentido de abrir novos horizontes de preocupações ou de soluções e que estão à disposição para construir juntos um lugar melhor para todos no DF. Não havendo manifestações adicionais, a Senhora **Silvia De Lázari**, declarou encerrada a reunião.

Corpo Técnico das Regiões Administrativas:

Elizabeth Claussen, RA Gama;

Rolemberg Da Silva Martins Júnior, RA Gama;

Maria Clarete Nunes Costa, RA Gama;

Ana Paula A. De Almeida, RA Gama;

Wanderion Ramon Ribeiro, RA Gama;

Nayara Rayane Barbosa Santos, RA Recanto das Emas;

José Luis Gomes, RA Recanto das Emas;

Ivan Silva De C. Júnior, RA Riacho Fundo II;
Isaias Carvalho Da Silva, RA Riacho Fundo II;
Carlos Eduardo Ortenzi Camacho, RA Santa Maria;
Arthur Lima Nascimento, RA Santa Maria.

Representantes da SEDUH:

Sílvia De Lázari, SUPLAN/SEDUH;
Juliana Coelho, SUPLAN/SEDUH;
Antônio Martins, SUPLAN/SEDUH;
Eneida Aviani, COPLU/SEDUH;
Denise Guarieiro, CONPLAN/SUPLAN/SEDUH;
Carlos Roberto Vieira, SUPLAN/SEDUH;
Gisele Mancini, SUPLAN/SEDUH;
Camila Lammers, DIPLAN/SEDUH;
Valéria B. da Silveira, DIREG/SEDUH;
Daniela Antonia, SUPLAN/SEDUH;
Mateus Rocha Da Silveira, DIREG/SEDUH;
Luiza Coimbra, DIPLAN/SEDUH;
Júlia Luna, DIHAB/SEDUH;
Marcos Soares, DIREG/SEDUH;
Jéssica Spehar, DIMOT/SEDUH;
Giovanna Cardoso, DIPLAN/SEDUH;
Amanda Lopes, DIREG/SEDUH;
Manuella Coelho, DIHAB/SUPLAN/SEDUH;
Márcia Rejane, DIMOT/SEDUH;
Vinícius Porto, DIHAB/SEDUH;
Luiz Andrade, DIREG/SEDUH.



Documento assinado eletronicamente por **SÍLVIA BORGES DE LAZARI - Matr.273.821-X, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 24/08/2022, às 10:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Assessor(a) Especial**, em 24/08/2022, às 11:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **93964114** código CRC= **871EDBBE**.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento do Território
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Memória de Reunião - SEDUH/SEGESP/SUPLAN

Memória da Reunião da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal com os Técnicos das Regiões Administrativas da UPT Leste

Às catorze horas e trinta minutos do dia dez do mês de agosto do ano de dois mil e vinte dois, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte, Brasília-DF - 18º andar, foi iniciada a Reunião com Técnicos da Unidade de Planejamento Territorial Leste - UPT LESTE – SEDUH, pela Senhora **Janaína Domingos Vieira**, Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território – SEGESP, contando com a presença dos membros listados na **Lista de Presença** (id. 94037829) e relacionados ao final desta ata, para apreciar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura; 1.2. O que é Plano Diretor: relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial; 1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT; 1.4. Participação dos Técnicos das RA: Coleta de contribuição para a leitura técnica; 1.5 Considerações Finais; 2. Encerramento.

1. ORDEM DO DIA

1.1. Abertura

A Senhora Secretária **Janaína Domingos Vieira** cumprimentou a todos os convidados e os Administradores Regionais do Distrito Federal presentes na ocasião. Na sequência, passou a condução dos trabalhos à Senhora **Sílvia Borges De Lázari**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN. A Senhora **Sílvia De Lázari**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN, solicitou que os presentes se apresentassem. Informou que o objetivo da reunião é a apresentação dos trabalhos realizados até o momento e para que todos possam relatar um pouco das suas cidades. Esclareceu que serão apresentados pontos importantes reconhecidos nos estudos técnicos realizados e para visualizar enquanto Unidade de Planejamento Territorial – UPT, a ligação entre todas as Regiões Administrativas de forma a apoiar-se umas nas outras e ter uma visão macro do território.

1.2. O que é Plano Diretor: Relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial

Com a palavra, a Senhora **Sílvia De Lázari** iniciou a exposição da **Apresentação da UPT LESTE** (id. 94038031); o Plano Diretor se tratava de um instrumento de planejamento com vistas a estabelecer estratégias de desenvolvimento que atendam os interesses coletivos de maneira equilibrada e sustentável de todo o território. Explicou que o PDOT estava previsto no Estatuto da Cidade, por intermédio da [Lei nº 10.257/2001](#), sendo obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes. Explanou que o documento não se tratava de um produto do governo, mas do estado, sendo revisado a cada 10 anos, cuja vigência perpassava a cada duas gestões e meia. Nessa esteira, explicitou que o PDOT se promulgava por intermédio da elaboração de Lei Complementar própria editada pelo Poder Executivo e submetida ao Poder Legislativo para aprovação, no qual incidia, ainda, em todo o território urbano e rural estabelecendo diretrizes para a elaboração de outras políticas. Desse modo, o Plano Diretor deveria conduzir para se alcançar uma conciliação de todas as funções do território de modo sustentável e justo, a fim de englobar todos os interesses coletivos, como: moradia, emprego, comércio, lazer, serviços públicos, transporte público, proteção ao meio ambiente, paisagem e turismo, produção de alimentos, produção de energia e abastecimento de água.

A Senhora **Sílvia De Lázari**, continuou e explanou que será apresentado o Plano Diretor e como ele deve manter relação com outros planos, sendo o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE ([Lei nº 6269, de 29](#)

de janeiro de 2019), a Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS ([Lei nº 948, de 16 de janeiro de 2019](#)), o Plano Diretor de transporte Urbano e Mobilidade - PDTU ([Lei nº 4566, de 04 de maio de 2011](#)), o Plano de Desenvolvimento de Transporte Público sobre Trilhos - PDTT, o de Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB ([Lei nº 6454, de 26 de dezembro de 2019](#)), Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PDGIRS, Plano de Gerenciamento Integrado de Recurso Hídricos - PGIRH ([Resolução nº 1, de 26 de junho de 2012](#)) e Plano de Desenvolvimento Rural e Sustentável - PDRS. Destacou que são muitas questões relacionadas e que conversam com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e alguns que estão em desenvolvimento. Informou que a revisão do PDOT está sendo trabalhada em três grandes etapas, sendo: **Etapa 1:** diagnóstico e prognóstico (etapa atual); **Etapa 2:** proposta; e **Etapa 3:** consolidação. Relatou que estão sendo trabalhados *eixos temáticos* para condução do estudo do território (1. **Gestão social da terra**; 2. **Habitação e regularização**; 3. **Ruralidades**; 4. **Mobilidade**; 5. **Meio ambiente e infraestrutura**; 6. **Desenvolvimento econômico sustentável e centralidades**) e os *eixos transversais* (7. **Participação e governança** e 8. **Território resiliente**). Relatou que todas as informações estão disponíveis no [site](#) da Revisão do PDOT e que possui amplas informações; destacou a “Leitura Técnica do Território”, no site por ser um documento técnico e robusto, com os eixos citados. Salientou que o Comitê de Gestão Participativa – CGP, está com inscrições aberta, onde possui os representantes da comunidade para trabalhar em conjunto com a SEDUH nessas questões. Pontuou que existem outras secretarias que trabalham diretamente com os pontos citados e eu estão representadas no grupo de trabalho da SEDUH, institucional GTI.

1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT

O Senhor **Antonio Martins**, Assessor Especial da SUPLAN, relatou que o PDOT vigente impacta todo o Distrito Federal e organizou-o em sete Unidades de Planejamento Territorial (UPT), sendo elas: 1. **Central**, 2. **Central Adjacente I**, 3. **Central Adjacente II**, 4. **Leste**, 5. **Norte**, 6. **Oeste** e 7. **Sul**, as quais são compostas pelas Regiões Administrativas de acordo com as suas proximidades geográficas. Salientou que a presente reunião é específica para a **UPT Leste** composta pelas Regiões Administrativas Itapoã, Jardim Botânico, São Sebastião e Paranoá, as quais tiveram os seus técnicos convidados, conforme o **Ofício nº 3486/2022 SEDUH/GAB** (id. 92914872), de 09 de agosto de 2022. Declarou que o objetivo é apresentar um pouco do que foi desenvolvido pela equipe técnica da SEDUH. Apresentou a organização do território em UPT, explicando que a construção de cada UPT se dá pela proximidade geográfica que as regiões administrativas possuem.

Explanou que a UPT Leste apresenta uma significativa porção territorial e ante a isso, demonstrou os dados numéricos quanto aos seguintes parâmetros: população, absorção do trabalho, absorção de escola e renda domiciliar média da região. Registrou, para tanto, que a população da UPT Leste correspondia ao percentual de 9,3%. Já quanto ao percentual correspondente a absorção do trabalho, o índice era o de 2,6%. A respeito do demonstrativo da absorção de escola, este compreendida 5,5% e a renda média domiciliar dos moradores da região variava de 2 a 5 salários mínimos. Demonstrou ainda, os dados sobre a construção da UPT Leste, no qual conta com, aproximadamente com os seguintes levantamentos: 269.446 mil habitantes, 80% da renda média até 5 salários mínimos, sendo 43% dos habitantes estudantes na própria UPT e 39% trabalhadores pertencentes à UPT Central, Região Administrativa do Plano Piloto. Além disso, segundo dados dos Grupos de padrões de rendimento médio, no qual realizou uma Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, foi constatado que na região do Jardim Botânico estavam concentrados habitantes com renda considerada alta, portando um salário médio de R\$ 15.662,00 (quinze mil, seiscentos e sessenta e dois reais) e na cidade do Paranoá o índice foi considerado baixo, com salário médio de R\$ 2.472,00 (dois mil quatrocentos e setenta e dois reais). Nessa perspectiva, apresentou a Leitura Técnica da Região a partir de alguns eixos.

O primeiro eixo tratou sobre a **mobilidade** da UPT Leste, no qual afirmou que, apesar de contar com a presença de um eixo rodoviário extenso, o transporte público para a região encontrava-se fragilizado e que o modal coletivo não possuía abrangência expressiva, não servindo, assim aos núcleos urbanos da localidade. O segundo eixo tratou sobre o **desenvolvimento econômico sustentável e centralidades**, razão pela qual demonstrou os índices de centralidade metropolitana e regional, asseverando, para tanto, que os pontos de cultura se concentravam nas regiões mais centrais das cidades, contudo, as identificações não demonstravam relevância, ante ao número zero de indicadores que correspondiam a “nenhuma atividade” relevante para a UPT Leste. O terceiro eixo abordou sobre a **habitação e regularização**,

ressaltando, todavia, que o índice de ocupação informal era elevado para a poligonal em comento, o que evidenciava um problema a ser refletido pelo Poder Público. O quarto eixo elencado tratou sobre a **ruralidade**, sendo identificado uma macrozona rural de grande porte, especialmente nas cidades do Paranoá e São Sebastião. Por fim, o quinto eixo abordou sobre o **meio ambiente e infraestrutura**, dentre os quais os dados relevantes revelaram que a qualidade da água presente na UPT Leste possuía um índice considerado “ótimo” e de “boa qualidade” para o uso, o que não significava que a utilização do recurso natural seria desenfreada. Observou que a zona correspondente a Região Administrativa do Itapoã possuía um comprometimento quanto a APM. Outro ponto suscitado na apresentação foi sobre a **governança e participação social**, mecanismo, no qual, o Plano Diretor prevê a participação da população na construção de políticas públicas e fomento para o bom andamento das cidades. Todavia, ressaltou, que apesar de previsto o programa nunca havia sido implementado, completamente, nas Regiões Administrativas pertencentes ao Distrito Federal. Explicou que o programa, por exemplo, previa o estabelecimento de Conselhos Locais de Planejamento – CLP e os Conselhos das Unidades de Planejamento – CUP, vinculado as Administrações e Secretarias regionais. Esses Conselhos se tratavam de órgãos consultivos internos de auxílio e fomento para políticas públicas ofertada pela população. Em sede de manifestação, o representante da Região Administrativa de São Sebastião observou quanto a implementação dos CLP. Informou que havia um excesso de burocracia para o estabelecimento desses programas nas regionais e que isso dificultou a instauração dos respectivos órgãos na Região Administrativa de São Sebastião, tendo em vista que persistiam os obstáculos para a participação da sociedade civil nos Conselhos consultivos. Assim, sugeriu que a SEDUH intervisse fomentando a participação popular e resolvendo as questões de burocracia excessiva, a fim de que o programa fosse inteiramente implementado nas regiões. Outra observação suscitada na ocasião foi sobre a atualização dos dados informados na apresentação, sendo, contudo, assumido pela SUPLAN que os demonstrativos seriam atualizados para o ano de 2022 e informados a todos os representantes das Administrações Regionais.

1.4. Participação dos Técnicos das RA: Coleta de contribuição para a leitura técnica

A Senhora **Sílvia De Lázari**, instigou os participantes da reunião que se reunissem em grupos, por Regiões Administrativas, com o propósito de mapear pontos de conflitos e potencialidades no território dentro dos eixos temáticos da revisão do PDOT e realizasse uma apresentação geral sobre as discussões realizadas. As contribuições dos técnicos das Regiões Administrativas foram marcadas no mapa impresso e estes foram digitalizados e inseridos no SEI com o título **Mapa Dinâmica - UPT Leste** (id. 94038837). Realizada a dinâmica, prosseguiu-se às apresentações de cara discussão.

Começou com a sra. **Lecivalda Cardoso**, assessora da Região Administrativa do Itapoã, que informou sobre o mapeamento de alguns pontos de conflito no território da RA, dentre os quais abordou-se sobre a necessidade de regularização fundiária de toda a poligonal e da ausência de equipamentos públicos, a exemplo de bancos, serviços públicos, dentre outros. Além disso, suscitou-se que a região possuía uma potencialidade para o desenvolvimento de turismo ecológico, a exemplo da cachoeira da forquilha e dos restaurantes antigos e de referência pertencentes a região. Foi listado ainda sobre a necessidade de regularização dos parcelamentos territoriais rurais, nos quais estavam sendo invadidos para a prática de grilagem e a fragilidade ambiental ao longo da rodovia DF-250, no qual contava com erosões significativas, após a implantação de um condomínio na região. Abordou a respeito da ausência de transporte público urbano e rural para o atendimento da população, a falta de acessibilidade, sobre o estreitamento das vias, que dificultavam a mobilidade de pedestres e pessoas com deficiência. Mencionou sobre a construção do novo terminal rodoviário do Itapoã, informando que as obras de conclusão estavam avançadas e que o problema de fluxo rodoviário poderia ser viabilizado a partir da sua inauguração. Asseverou sobre a necessidade de fomento do desenvolvimento econômico da região, a partir da implementação de melhorias e de oferta de emprego para os residentes da área, a fim de que não se afastassem da UPT para trabalharem em outras localidades. Ressaltou a respeito do problema do lixo e entulho produzido pela construção civil e que, infelizmente, a SLU não comportava toda a produção de entulhos e que o problema se alastrou ao ponto de a Administração Regional do Itapoã intervisse e realizasse a coleta do lixo, além daquela realizada pela SLU. Informou sobre a elevada quantidade de animais de rua, a exemplo dos cavalos soltos que pairavam a região, que não possuíam donos ou responsáveis pelos cuidados daqueles animais. Explicou sobre o problema envolvendo a segurança pública na região e noticiou que havia a prática de assaltos contra crianças na porta das escolas públicas, sendo necessário que o efetivo policial aumentasse para coibir a propagação da violência na localidade. Ademais,

mencionou sobre a necessidade de ampliação e preservação do Parque da Semente, afirmando, para tanto, que a região administrativa não possuía um local para o lazer e a prática de esportes pela população. O registro das anotações dos técnicos da RA Itapoã foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Itapoã - UPT LESTE** (94039036).

Na sequência, a Senhora **Aline Nunes da Rocha Serejo**, Chefe de Gabinete da Administração Regional do Jardim Botânico relatou sobre o mapeamento de alguns pontos de conflito em seu território, afirmando, para tanto, que a perspectiva considerada partiu de uma análise macro da Região Administrativa do Jardim Botânico, tendo em vista que a poligonal ainda não havia sido regularizada. Feita a consideração, arrazouou a respeito da necessidade de implementação de viadutos para o alívio do intenso trânsito na localidade, a respeito da construção de ciclovias que se conectassem à DF-345 e a cidade de São Sebastião e acerca do problema que envolvia a mobilidade urbana dos moradores da região, ante a ausência de modais públicos de transporte. Elencou sobre a necessidade de implantação e definição dos centros de comércio e da regularização dos locais onde os estabelecimentos comerciais estavam alocados, nos quais sofriam com a dificuldade de regulamentação da atividade. Além disso, pontuou sobre o problema envolvendo o Polo de Artesanato que não contava com regularização e dos embrolhos com a Terracap e ambientais para o estabelecimento e funcionamento deste. Apontou sobre a necessidade de preservação ambiental de algumas regiões específicas que compunham a cidade, a exemplo do bairro São Gabriel e Nova Betânia, sendo a última composta por grande gleba rural, que estava sem flexibilidade para o fomento e regularização de atividades rurais, ante a falta de definição, por parte da SEDUH, de que a área seria rural. O registro das anotações dos técnicos da RA Jardim Botânico foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Jardim Botânico - UPT LESTE** (94039124).

Dando prosseguimento às apresentações, o Senhor **Lucas Gomes de Oliveira**, representante da Administração Regional do Paranoá relatou sobre o mapeamento de alguns pontos de conflito no território, dentre os quais enumerou acerca da falta de equipamentos públicos próximo às áreas rurais da região e a respeito do potencial para a implementação de turismo rural, tendo em vista a grande área verde que compõe a região do Paranoá. Mencionou sobre a necessidade de implementação de equipamentos públicos na região considerada central da cidade e acerca definição do setor produtivo dos bairros pertencentes ao Paranoá e ao Altiplano Leste. Por fim, tratou sobre a questão da viabilidade técnica para a implementação e regularização dos locais, que atualmente, não se encontravam regularizados. O registro das anotações dos técnicos da RA Paranoá foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Paranoá - UPT LESTE** (94039229).

Nessa perspectiva, o Senhor **Marcone Souto**, representante da Administração de São Sebastião, relatou sobre o mapeamento de alguns pontos de conflito no território e característica deste, dentre os quais, anunciou que a cidade conseguia efetuar o atendimento ao comércio local e que algumas regularizações de parcelamento do solo estavam em andamento. Citou a respeito da construção do Aeroporto Botelho, para fins de carga e descarga de produtos, que seria construído na região, e sobre o desenvolvimento de alguns bairros pertencentes a região, a por exemplo dos bairros do Morro da Cruz, Capão Cumprido e Alto Mangueiral, nos quais ofertariam condições de moradia e desenvolvimento populacional da região. Argumentou que o transporte coletivo urbano e rural era um problema para a localidade e que, infelizmente, na atual proposta de PDOT não houve a continuidade da previsão de implementação do chamado “polo multifuncional”, que consistiria na interligação entre as áreas rurais e urbanas da cidade para além de São Sebastião. Comentou a respeito da falha da política agrícola para o fomento de produção pelos pequenos agricultores que possuíam capacidade para a produção e do problema das invasões dessas áreas irregulares, que resultariam no processo lento e demorado de regularização fundiária pelo Poder Público. Alegou que faltavam vias para o alívio do fluxo constante do trânsito para a Região Administrativa de São Sebastião e por fim, justificou que havia a necessidade de proteção do meio ambiente, especialmente, quanto aos aquíferos existentes na vertente da cidade que coincidia com as áreas de relevante interesse ecológico. O registro das anotações dos técnicos da RA São Sebastião foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro São Sebastião - UPT LESTE** (94039358).

Finalizadas as apresentações efetuadas pelas Regiões Administrativas, antes de avançar ao próximo item, a Senhora **Sílvia Borges De Lázari** explicou sobre a estrutura de governança e participação instaurada por meio do Decreto nº 41.004/2020, que inaugurou os Grupos de Trabalho Interinstitucionais, a Comissão de Governança, a Coordenação Técnica e o Comitê de Gestão Participativa, no qual conta com outros 39 participantes e instâncias de participação. No que fez respeito ao Comitê de Gestão Participativa, informou que aconteceram encontros para se pensar o território e também oficinas temáticas UPT, no ano passado e

que os próximos passos seriam a realização das Audiências Públicas, os encontros do Comitê, as Reuniões Livres e as Reuniões Públicas por Regiões Administrativas. Sobre as Reuniões Públicas por Regiões Administrativas, explicitou que seriam processos independentes daqueles organizados pelo GDF e de livre composição da sociedade civil. A partir dessas reuniões, esperava-se que fossem encaminhadas propostas pelo site do PDOT, para o aprimoramento da política, com o intuito de que fossem selecionadas até 12 propostas oriunda desses debates, organizadas, distribuídas nos eixos temáticos objeto do PDOT. Todavia, ressaltou que para o acontecimento dessas ocasiões livres, alguns requisitos deveriam ser preenchidos, dentre os quais estavam: a presença de pelo menos 15 participantes, com lista de presença, registro fotográfico, e a inscrição contendo telefone ou e-mail do responsável pelas reuniões.

1.5. Considerações Finais

A Senhora Subsecretária **Sílvia Borges De Lázari** apresentou o calendário dos próximos passos a serem seguidos para a revisão do PDOT, sendo previsto para o ano de 2022 as seguintes reuniões: reuniões com os técnicos administrativos, com as regionais, com o CGP, GTI, e CGO, bem como a realização de reuniões com o CONPLAN. Para o ano de 2023, a previsão seria a seguinte: efetuar reuniões por Regiões Administrativas, realizar Audiências Públicas, discutir a minuta do PDOT, realizar reuniões com o CGP, GTI e CGO, bem como com a Câmara Técnica responsável no âmbito do CONPLAN, e por fim, culminando com o envio do projeto para a CLDF.

As imagens da reunião em todas as suas etapas foram inseridas no SEI através do arquivo **Fotografia da reunião - UPT LESTE** (id. 95216651). Os mapas produzidos foram convertidos em um arquivo GIS e as anotações foram relacionadas a cada ponto. O arquivo **Mapa Pontos de CDP - Técnicos RA UPT LESTE** (id. 95215814) é uma representação das informações inseridas no arquivo salvo na pasta: **S:\PDOT_REVISAO\6_Reuniões\Reuniões2022\Reuniões com Técnicos das RA\UPT Leste\Dinâmica**.

2. ENCERRAMENTO

A Senhora Secretária **Janaína Domingos Vieira** assinalou quanto a importância da participação popular na construção do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e da necessidade de se pensar políticas futuras. Agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião com o corpo técnico das Administrações Regionais do Distrito Federal – UPT/LESTE.

Corpo Técnico das Regiões Administrativas:

Elaine la Torre, SEGOV;
Lecivalda Cardoso, RA – Itapoã;
Clotilde Poião, RA – Itapoã
José de Jesus, RA – Jardim Botânico;
Marcelo Teixeira, RA – Jardim Botânico;
Aline Serejo, RA – Jardim Botânico;
Rafaella Oliveira, RA – Jardim Botânico;
Lucas de Oliveira, RA – Paranoá;
Gabriela Moreira, RA – Paranoá;
Marcelo Calegari, RA – Paranoá;
Marcos Souto, RA – São Sebastião; e
Fernando Melo, RA – São Sebastião.

Representantes da SEDUH:

Sílvia De Lázari, SUPLAN/SEDUH;
Amanda Sicca, SUPLAN/SEDUH;
Anne Rodrigues, SUPLAN/SEDUH;
Antônio Martins, SUPLAN/SEDUH;
Camila Lammers, SUPLAN/SEDUH;
Daniela Antonia, SUPLAN/SEDUH;
Eneida Aviani, SUPLAN/SEDUH;
Gisele Mancini, SUPLAN/SEDUH;
Luiz Andrade, SUPLAN/SEDUH.
Luiza Coimbra, SUPLAN/SEDUH;
Manuella Coelho, SUPLAN/SEDUH;
Márcia Rejane, SUPLAN/SEDUH;
Marcos Soares, SUPLAN/SEDUH;
Marilia Melo, SUPLAN/SEDUH;
Mateus da Silveira, SUPLAN/SEDUH;
Mônica Burkhardt, SUPLAN/SEDUH;
Valéria da Silveira, SUPLAN/SEDUH;
Vinícius Porto, SUPLAN/SEDUH;
Marecida Sampaio, CAP/SEDUH;
Tiago Arcoverde, CAP/SEDUH;
André Normando, COSIT/SEDUH;
Litz Lima, COSIT/SEDUH;
Geniv Mateus, SUDEC/SEDUH;
João Chagas, SUDEC/SEDUH;
Maria Ferreira, SUDEC/SEDUH;
Isabela Campos, SUPAR/SEDUH; e
Caroline Nascimento, SUPROJ/SEDUH.



Documento assinado eletronicamente por **SÍLVIA BORGES DE LAZARI - Matr.273.821-X, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 13/09/2022, às 15:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ENEIDA AVIANI FERREIRA - Matr.0137216-5, Coordenador(a) de Política Urbana**, em 14/09/2022, às 16:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=95217181)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=95217181)
[verificador= 95217181](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=95217181) código CRC= **E0F2D5D2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

00390-00006682/2022-13

Doc. SEI/GDF 95217181



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento do Território
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Memória de Reunião - SEDUH/SEGES/PLUP

Memória da Reunião da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal com os Técnicos das Regiões Administrativas da UPT Norte

Às catorze horas e trinta minutos do dia dezessete do mês de agosto do ano de dois mil e vinte dois, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte, Brasília-DF - 18º andar, foi iniciada a Reunião com Técnicos da Unidade de Planejamento Territorial Norte - UPT NORTE – SEDUH, pela Senhora **Sílvia Borges De Lázari**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano – PLUP, contando com a presença dos membros listados na **Lista de Presença** (id. 95485742) e relacionados ao final desta ata, para apreciar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura; 1.2. O que é Plano Diretor: relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial; 1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT; 1.4. Participação dos Técnicos das RA: Coleta de contribuição para a leitura técnica; 1.5 Considerações Finais; 2. Encerramento.

1. ORDEM DO DIA

1.1. Abertura

A Senhora Secretária **Janaina Domingos Vieira** cumprimentou a todos os convidados e os Administradores Regionais do Distrito Federal presentes na ocasião. Na sequência, passou a condução dos trabalhos à Senhora **Sílvia Borges De Lázari**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano – PLUP. A Senhora **Sílvia De Lázari** solicitou que os presentes se apresentassem. Informou que o objetivo da reunião é a apresentação dos trabalhos realizados até o momento e para que todos possam relatar um pouco das suas cidades. Esclareceu que serão apresentados pontos importantes reconhecidos nos estudos técnicos realizados e para visualizar enquanto Unidade de Planejamento Territorial – UPT, a ligação entre todas as Regiões Administrativas de forma a apoiar-se umas nas outras e ter uma visão macro do território.

1.2. O que é Plano Diretor: Relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial

A Senhora Subsecretária **Sílvia Borges De Lázari** realizou uma breve explanação, aduzindo que no próximo ano ocorreriam reuniões específicas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, com a população, para o tratamento de propostas para o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e que, no momento atual, seriam discutidos, por UPT, as características do Plano Diretor e suas diretrizes gerais. Desse modo, realizou uma pequena dinâmica, a fim de que os representantes das Administrações Regionais descrevessem, em uma só palavra, o que compreendiam sobre o PDOT. A Senhora **Sílvia De Lázari** iniciou a exposição da **Apresentação da UPT NORTE** (id. 95486163); o Plano Diretor se tratava de um instrumento de planejamento com vistas a estabelecer estratégias de desenvolvimento que atendam os interesses coletivos de maneira equilibrada e sustentável de todo o território. Explicou que o PDOT estava previsto no Estatuto da Cidade, por intermédio da [Lei nº 10.257/2001](#), sendo obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes. Explanou que o documento não se tratava de um produto do governo, mas do estado, sendo revisado a cada 10 anos, cuja vigência perpassava a cada duas gestões e meia. Nessa esteira, explicitou que o PDOT se promulgava por intermédio da elaboração de Lei Complementar própria editada pelo Poder Executivo e submetida ao Poder Legislativo para aprovação, no qual incidia, ainda, em todo o território urbano e rural estabelecendo diretrizes para a elaboração de outras políticas. Desse modo, o Plano Diretor deveria conduzir para se alcançar uma conciliação de todas as

funções do território de modo sustentável e justo, a fim de englobar todos os interesses coletivos, como: moradia, emprego, comércio, lazer, serviços públicos, transporte público, proteção ao meio ambiente, paisagem e turismo, produção de alimentos, produção de energia e abastecimento de água.

A Senhora **Sílvia De Lázari**, continuou e explanou que será apresentado o Plano Diretor e como ele deve manter relação com outros planos, sendo o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE ([Lei nº 6269, de 29 de janeiro de 2019](#)), a Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS ([Lei nº 948, de 16 de janeiro de 2019](#)), o Plano Diretor de transporte Urbano e Mobilidade - PDTU ([Lei nº 4566, de 04 de maio de 2011](#)), o Plano de Desenvolvimento de Transporte Público sobre Trilhos - PDTT, o de Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB ([Lei nº 6454, de 26 de dezembro de 2019](#)), Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PDGIRS, Plano de Gerenciamento Integrado de Recurso Hídricos - PGIRH ([Resolução nº 1, de 26 de junho de 2012](#)) e Plano de Desenvolvimento Rural e Sustentável - PDRS. Destacou que são muitas questões relacionadas e que conversam com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e alguns que estão em desenvolvimento. Informou que a revisão do PDOT está sendo trabalhada em três grandes etapas, sendo: **Etapa 1:** diagnóstico e prognóstico (etapa atual); **Etapa 2:** proposta; e **Etapa 3:** consolidação. Relatou que estão sendo trabalhados *eixos temáticos* para condução do estudo do território (1. **Gestão social da terra**; 2. **Habitação e regularização**; 3. **Ruralidades**; 4. **Mobilidade**; 5. **Meio ambiente e infraestrutura**; 6. **Desenvolvimento econômico sustentável e centralidades**) e os *eixos transversais* (7. **Participação e governança** e 8. **Território resiliente**). Relatou que todas as informações estão disponíveis no [site](#) da Revisão do PDOT e que possui amplas informações; destacou a “Leitura Técnica do Território”, no site por ser um documento técnico e robusto, com os eixos citados. Salientou que o Comitê de Gestão Participativa – CGP, está com inscrições aberta, onde possui os representantes da comunidade para trabalhar em conjunto com a SEDUH nessas questões. Pontuou que existem outras secretarias que trabalham diretamente com os pontos citados e eu estão representadas no grupo de trabalho da SEDUH, institucional GTI.

1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT

O Senhor **Antonio Martins**, Assessor Especial da SUPLAN, relatou que o PDOT vigente impacta todo o Distrito Federal e organizou-o em sete Unidades de Planejamento Territorial (UPT), sendo elas: 1. **Central**, 2. **Central Adjacente I**, 3. **Central Adjacente II**, 4. **Leste**, 5. **Norte**, 6. **Oeste** e 7. **Sul**, as quais são compostas pelas Regiões Administrativas de acordo com as suas proximidades geográficas. Salientou que a presente reunião é específica para a **UPT Norte** composta pelas Regiões Administrativas: Fercal, Planaltina, Sobradinho e Sobradinho II, as quais tiveram os seus técnicos convidados, conforme o **Ofício nº 3512/2022 SEDUH/GAB** (93013654), de 10 de agosto de 2022. Declarou que o objetivo é apresentar um pouco do que foi desenvolvido pela equipe técnica da SEDUH. Apresentou a organização do território em UPT, explicando que a construção de cada UPT se dá pela proximidade geográfica que as regiões administrativas possuem.

Essas Administrações locais apresentavam uma significativa porção territorial e ante a isso, demonstrou os dados numéricos quanto aos seguintes parâmetros: população, absorção do trabalho, absorção de escola e renda domiciliar média da região. Registrou, para tanto, que a população da UPT Norte correspondia ao percentual de 11,5%. Já quanto ao percentual correspondente a absorção do trabalho, o índice era o de 4,9%. A respeito do demonstrativo da absorção de escola, este compreendida 9,7% e a renda média domiciliar dos moradores da região variava de 2 a 5 salários mínimos. Demonstrou ainda, os dados sobre a construção da UPT Norte, no qual conta com, aproximadamente com os seguintes levantamentos: 331.726 mil habitantes, 70% da renda média até 5 salários mínimos, sendo 81% dos habitantes estudantes na própria UPT e 41% trabalhadores pertencentes à UPT Central. Além disso, segundo dados dos Grupos de padrões de rendimento médio, no qual realizou uma Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, foi constatado que nas regiões de Sobradinho 1 e Sobradinho 2 estavam concentrados os habitantes com renda considerada média-alta, portando um salário médio de R\$7.266,00 (sete mil duzentos e sessenta e seis reais) e na cidade do Fercal o índice foi considerado baixo, com salário médio de R\$ 2.472,00 (dois mil quatrocentos e setenta e dois reais). Contudo, não houve a identificação de grupos com renda considerada Alta, que portam salários para além de R\$15.622,00 (quinze mil seiscentos e vinte e dois reais). Nessa perspectiva, apresentou a Leitura Técnica da Região a partir de alguns eixos.

O primeiro eixo tratou sobre a **mobilidade** da UPT Norte, no qual afirmou que, por contar com a presença de um eixo rodoviário planejado, o transporte público para a região era concentrado e arraigado, isto é, a

cada 7 minutos e meio, a região recebia um modal rodoviário para o deslocamento entre as cidades de Sobradinho II e Sobradinho. Outro dado destacado foi sobre a previsão de implementação do BRT Eixo Norte, conectando o centro de Planaltina e distribuindo o fluxo de passageiros pelas demais Regiões Administrativas da UPT. O segundo eixo tratou sobre o **desenvolvimento econômico sustentável e centralidades**, razão pela qual demonstrou os índices de centralidade metropolitana e regional, asseverando, para tanto, que os pontos de cultura se concentravam nas regiões de Sobradinho e Planaltina, ante a forte presença das religiões de matriz africana. Destacou que foi identificada uma Rota Fora dos Eixos, que correspondia ao turismo ecológico e ainda, outra correspondente a Rota da Paz, em Planaltina. Apesar dos indicadores supramencionados, os índices de Centralidade Metropolitana e Regional demonstravam elevados valores correspondentes a: “sem informação ou valor zero” na UPT Norte. O terceiro eixo abordou sobre a **habitação e regularização**, ressaltando, todavia, que o déficit habitacional da Região Administrativa Planaltina era alto comparado as demais localidades componentes da poligonal, que possuíam déficits habitacionais considerados baixo ou muito baixo. Assim, ante ao elevado índice de ocupação informal concentrado na Região Administrativa de Planaltina, havia a evidência da necessidade de regularização fundiária a ser refletido pelo Poder Público. O quarto eixo elencado tratou sobre a **ruralidade**, sendo identificado uma macrozona rural de alto porte, especialmente nas Regiões Administrativas Planaltina, Sobradinho I e Fercal. Afirmou que as ocupações informais se davam especialmente nessas cidades e nas beiras de rodovia. Destacou ainda o surgimento das chamadas “Agrovilas” e “Assentamentos Rurais” e ressaltou que a poligonal da UPT possuía a presença de Galpões Logísticos, especialmente localizados nas extremidades da BR-010. Por fim, o quinto eixo abordou sobre o **meio ambiente e infraestrutura**. Relevou, em primeiro plano, que a qualidade da água presente na UPT Norte possuía índices considerados “ótimo” e de “boa qualidade” para o uso, entretanto, nos córregos presentes na malha urbana, a água possuía um alto grau de comprometimento hídrico, sendo imprópria para o consumo. Quanto as sensibilidades ambientais, demonstrou que apesar de a APA do Planalto Central estar sendo respeitada, haviam outros espaços de importância ambiental e de uso sustentável que estavam indicados como “aceitáveis”, o que revelava a necessidade de observância da sensibilidade ambiental da área. Outro ponto comentado na apresentação foi sobre a **governança e participação social**, mecanismo, no qual, o Plano Diretor prevê a participação da população na construção de políticas públicas e fomento para o bom andamento das cidades. Todavia, ressaltou, que apesar de previsto, o programa nunca havia sido implementado, completamente, nas Regiões Administrativas pertencentes ao Distrito Federal. Explicou que o programa, por exemplo, previa o estabelecimento de Conselhos Locais de Planejamento – CLP e os Conselhos das Unidades de Planejamento – CUP, vinculado as Administrações e Secretarias regionais. Esses Conselhos se tratavam de órgãos consultivos internos de auxílio e fomento para políticas públicas ofertada pela população. Encerrada a apresentação, realizou outra dinâmica participativa.

1.4. Participação dos Técnicos das RA: Coleta de contribuição para a leitura técnica

A Senhora **Sílvia De Lázari**, instigou os participantes da reunião que se reunissem em grupos, por Regiões Administrativas, com o propósito de mapear pontos de conflitos e potencialidades no território dentro dos eixos temáticos da revisão do PDOT e realizasse uma apresentação geral sobre as discussões realizadas. As contribuições dos técnicos das Regiões Administrativas foram marcadas no mapa impresso e estes foram digitalizados e inseridos no SEI com o título **Mapa Dinâmica - UPT NORTE** (id. 95508435). Realizada a dinâmica, prosseguiu-se às apresentações de cada discussão.

Iniciou-se as apresentações com o Senhor **César Rangel**, representante da Região Administrativa de Fercal que mapeou alguns pontos de conflito em seu território, dentre os quais abordou sobre a ausência de equipamentos públicos, a exemplo de escolas, do prédio da Administração Regional e de locais para o suporte policial. Além disso, mencionou que a RA era pequena e possuía um grande tráfego de caminhões, que faziam o escoamento dos serviços logísticos, existindo, assim, o problema de poluição. Entretanto, afirmou, que o problema estava sendo remediado por meio de compensações ambientais. O registro das anotações do técnico da RA Fercal foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Fercal - UPT NORTE** (id. 95508637).

O Senhor **Sávio Souza**, representante da Administração Regional de Sobradinho relatou sobre o mapeamento de alguns pontos de conflito em seu território, afirmando, para tanto, que a região basicamente se tratava de uma “região de dormitório”, onde os habitantes passavam a maior parte do dia

no Plano Piloto, trabalhando ou realizando outras atividades, e a noite regressavam para os seus lares. Arrazouou a respeito da necessidade de se proporcionar o crescimento da cidade, por meio da renovação do comércio local e a verticalização do setor econômico, e, ainda, sobre a destinação dos lotes para a implementação de todo o aparato necessário, com vistas a comportar os estabelecimentos comerciais. Ainda sobre o assunto, retratou que o Setor de Expansão Econômico de Sobradinho necessitava de ampliação, a fim de se construir e reinventar as vias de tráfego, tendo em vista que com a implementação do viaduto, a BR-020, o trânsito pelas vias centrais da RA estava prejudicado. Além disso, pontuou sobre a necessidade de melhoria do transporte público e da infraestrutura pertencentes as calçadas e abrigos de passageiros. Apontou sobre a demanda por ciclovias e de acessibilidade nas calçadas, que estavam sendo construídas ao longo das vias principais da localidade. Por último, aduziu sobre a importância da regularização do bairro chamado “Nova Colina”, que atualmente encontrava-se composto por diversos condomínios sem a devida regularização fundiária e ainda, mencionou sobre o problema envolvendo as atividades rurais exercidas na região. O registro das anotações dos técnicos da RA Sobradinho foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Sobradinho - UPT NORTE** (id. 95508868).

O Senhor **Rodrigo Lopes**, representante da Região Administrativa de Sobradinho II relatou sobre o mapeamento de alguns pontos de conflito no território, a partir da afirmação que a localidade era “refém” de Sobradinho. A partir disso, enumerou os principais problemas da cidade, dentre os quais estavam presentes: a ausência de regularização fundiária na RA, que ensejava, por si, outros problemas, como por exemplo a falta de equipamentos públicos e a ausência de saneamento básico em alguns bairros. Ressaltou que a região compreendida como Lago Oeste era reconhecida como uma grande produtora de café, conquistando, inclusive, premiações em competições de café a nível nacional. Assim, comentou que o turismo deveria ser implementado naquele bairro, a fim de que se efetuar a promoção e a recuperação das vias para o escoamento da produção local do grão. Tratou sobre a necessidade de construção de uma ponte interligando Sobradinho a Sobradinho II, a fim de proporcionar melhoramentos de acesso dos residentes e também sobre a importância do alargamento das vias. Por último, comentou a respeito da necessidade de fomento à atividade comercial próximo ao terminal rodoviário e ainda sobre a extensão da malha de ciclismo, com o propósito de ensinar um melhor tráfego de ciclistas na região. O registro das anotações dos técnicos da RA Sobradinho II foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Sobradinho II - UPT NORTE** (id. 95508904).

O Senhor **Oscar de Sousa Lima**, representante da Região Administrativa de Planaltina, relatou sobre o mapeamento de alguns pontos de conflito, alegando que a RA possui uma alta produção agricultora e que havia a necessidade de implementação de uma estrutura básica para auxiliar o escoamento das produções. A partir de uma análise macro da poligonal, abordou sobre a importância de se efetuar a regularização de algumas ocupações informais que se encontravam viáveis a participação do processo, a fim de que essas vilas informais contassem com infraestrutura básica, como por exemplo iluminação pública, coleta de lixo, endereçamento, dentre outros. Por ser uma região de relevante interesse ecológico, asseverou que o meio ambiente e o aspecto da ruralidade deveriam ser defendidos na região pelos Órgãos fiscalizadores responsáveis, com o propósito de coibir ocupações irregulares. Dito isso, mencionou que a região, ainda, necessitava de uma adequação urbanística, para o melhoramento dos acessos a RA, bem como da infraestrutura rodoviária dos trajetos. Por derradeiro, pontuou acerca da mobilidade urbana, com a construção de calçadas com equipamentos de acessibilidade e do melhoramento na oferta de transporte público coletivo. O registro das anotações dos técnicos da RA Planaltina foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Planaltina - UPT NORTE** (95508771).

Finalizadas as apresentações efetuadas pelas Regiões Administrativas, antes de avançar ao próximo item, a Senhora **Juliana Coêlho**, assessora especial da SUPLAN, explicou sobre a estrutura de governança e participação instaurada por meio do Decreto nº 41.004/2020, que inaugurou os Grupos de Trabalho Interinstitucionais, a Comissão de Governança, a Coordenação Técnica e o Comitê de Gestão Participativa, no qual conta com outros 39 participantes e instâncias de participação. No que diz respeito ao Comitê de Gestão Participativa, informou que aconteceram encontros para se pensar o território e também oficinas temáticas UPT, no ano passado e que os próximos passos seriam a realização das Audiências Públicas, os encontros do Comitê, as Reuniões Livres e as Reuniões Públicas por Regiões Administrativas. Sobre as Reuniões Públicas por Regiões Administrativas, explicitou que seriam processos independentes daqueles organizados pelo GDF e de livre composição da sociedade civil. A partir dessas reuniões, esperava-se que fossem encaminhadas propostas pelo site do PDOT, para o aprimoramento da política, com o intuito de que fossem selecionadas até 12 propostas oriunda desses

debates, organizadas, distribuídas nos eixos temáticos objeto do PDOT. Todavia, ressaltou que para o acontecimento dessas ocasiões livres, alguns requisitos deveriam ser preenchidos, dentre os quais estavam: a presença de pelo menos 15 participantes, com lista de presença, registro fotográfico, e a inscrição contendo telefone ou e-mail do responsável pelas reuniões, por fim, solicitou a todos que divulgassem essas iniciativas.

1.5. Considerações Finais

A Senhora **Juliana Coêlho** apresentou o calendário dos próximos passos a serem seguidos para a revisão do PDOT, sendo previsto para o ano de 2022 as seguintes reuniões: reuniões com os técnicos administrativos, com as regionais, com o CGP, GTI, e CGO, bem como a realização de reuniões com o CONPLAN. Para o ano de 2023, a previsão seria a seguinte: efetuar reuniões por Regiões Administrativas, realizar Audiências Públicas, discutir a minuta do PDOT, realizar reuniões com o CGP, GTI e CGO, bem como com a Câmara Técnica responsável no âmbito do CONPLAN, e por fim, culminando com o envio do projeto para a CLDF. Na sequência, o Senhor Secretário de Estado **Mateus Leandro de Oliveira**, Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, afirmou quanto a importância do trabalho de coleta de informações, contribuições e do recebimento de demandas pelas lideranças comunitárias e Deputados Distritais pelos Administradores Regionais, a fim de construir um Plano Diretor de Ordenamento Territorial que atendesse a todo o Distrito Federal.

As imagens da reunião em todas as suas etapas foram inseridas no SEI através do arquivo Fotografia da reunião - UPT NORTE (id. 95534839). Os mapas produzidos foram convertidos em um arquivo GIS e as anotações foram relacionadas a cada ponto. O arquivo **Mapa Pontos de CDP - Técnicos RA UPT NORTE** (id. 95511184) é uma representação das informações inseridas no arquivo salvo na pasta: "S:\PDOT_REVISAO\6_Reuniões\Reuniões2022\Reuniões com Técnicos das RA\UPT Norte\Dinâmica".

2. ENCERRAMENTO

A Senhora Subsecretária **Sílvia Borges De Lázari** assinalou quanto a importância da participação popular na construção do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e da necessidade de se pensar políticas futuras. Agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião com o corpo técnico das Administrações Regionais do Distrito Federal – UPT/NORTE.

Corpo Técnico das Regiões Administrativas:

Lygia Tsuzuki Yaasuda, SECID/SEGOV;

César Rangel, RA Fercal;

Oscar de Souza Lima, RA Planaltina;

Yorrana A Oliveira, RA Planaltina;

Maria Gabriella Leite, RA Sobradinho;

Sávio Souza, RA Sobradinho;

João Pereiro, RA Sobradinho II;

Maria Leite, RA Sobradinho II; e

Rodrigo Lopes, RA Sobradinho II.

Representantes da SEDUH:

Sílvia De Lázari, SUPLAN/SEDUH;

Juliana Coêlho, SUPLAN/SEDUH;
Amanda Lopes, SUPLAN/SEDUH;
Anne Rodrigues, SUPLAN/SEDUH;
Antonio Martins, SUPLAN/SEDUH;
Camila Pires, SUPLAN/SEDUH;
Carlos Vieira, SUPLAN/SEDUH;
Daniela Carvalho, SUPLAN/SEDUH;
Denise Guarieiro, SUPLAN/SEDUH;
Edna Aires, SUPLAN/SEDUH;
Eneida Aviani, SUPLAN/SEDUH;
Gisele Mancini, SUPLAN/SEDUH;
Jéssica Spehar, SUPLAN/SEDUH;
Luiz de Andrade, SUPLAN/SEDUH;
Luiz Felipe Andrade, SUPLAN/SEDUH;
Luiza de Oliveira, SUPLAN/SEDUH;
Márcia Gomes, SUPLAN/SEDUH;
Marília Melo, SUPLAN/SEDUH;
Mateus da Silveira, SUPLAN/SEDUH;
Paula Gomes, SUPLAN/SEDUH;
Tiago Arcoverde, CAP/SEDUH;
André Normando, COSIT/SEDUH;
Chinthia Ramos, SUDEC/SEDUH;
Geniv Mateus, SUDEC/SEDUH;
João Chagas, SUDEC/SEDUH;
Amanda Caetano, SUPAR/SEDUH;
Isabela Campos, SUPAR/SEDUH; e
Eliane Monteiro, SUPROJ/SEDUH.



Documento assinado eletronicamente por **SÍLVIA BORGES DE LAZARI - Matr.273.821-X, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 14/09/2022, às 15:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **95535685** código CRC= **37B2C65A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento do Território
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Memória de Reunião - SEDUH/SEGESP/SUPLAN

Memória da Reunião da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal com os Técnicos das Regiões Administrativas da UPT Central Adjacente I

Às catorze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte, Brasília-DF - 18º andar, foi iniciada a Reunião com Técnicos da Unidade de Planejamento Territorial Central Adjacente I - UPT CENTRAL ADJACENTE I – SEDUH, pela Senhora **Sílvia De Lázari**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN, contando com a presença dos membros listados na **Lista de Presença** (id. 95585279) e relacionados ao final desta ata, para apreciar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura; 1.2. O que é Plano Diretor: relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial; 1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT; 1.4. Participação dos Técnicos das RA: Coleta de contribuição para a leitura técnica; 1.5 Considerações Finais; 2. Encerramento.

1. ORDEM DO DIA

1.1. Abertura

A Senhora **Sílvia De Lázari**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN, cumprimentou a todos os convidados e os Administradores Regionais do Distrito Federal presentes na ocasião, solicitou que os presentes se apresentassem. Em seguida realizou a apresentação de um vídeo que trata sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e apresentou os outros responsáveis pelo PDOT, a Senhora Denise Guarieiro, Coordenadora de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (CONPLAN/SUPLAN/SEDUH), a Senhora Eneida Aviani, Coordenadora de Política Urbana (COPLU//SUPLAN/SEDUH), a Senhora Juliana Coelho e o Senhor Antônio Martins, ambos assessores especiais (SUPLAN/SEDUH), além da contribuição de toda a equipe SEDUH. Informou que o objetivo da reunião é a apresentação dos trabalhos realizados até o momento e para que todos possam relatar um pouco das suas cidades. Esclareceu que serão apresentados pontos importantes reconhecidos nos estudos técnicos realizados e para visualizar enquanto Unidade de Planejamento Territorial – UPT, a ligação entre todas as Regiões Administrativas de forma a apoiar-se umas nas outras e ter uma visão macro do território.

Questionou através do QR Code, o que os presentes compreendem sobre Plano Diretor, explicando que o objetivo seria formar uma nuvem de palavras para identificar como os presentes compreendem o Plano Diretor. Apareceu palavras como: Território Sustentável, organização, direção, zoneamento, cidade, diretrizes, organização territorial, ordenamento, coletividade, macroplanejamento, cidadania, meio ambiente, economia e esclareceu que todas essas palavras estão ligadas com o PDOT.

1.2. O que é Plano Diretor: Relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial

A Senhora Subsecretária **Sílvia De Lázari** realizou uma breve explanação, aduzindo que no próximo ano ocorreriam reuniões específicas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, com a população, para o tratamento de propostas para o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e que, no momento atual, seriam discutidos, por UPT, as características do Plano Diretor e suas diretrizes gerais. Desse modo, realizou uma pequena dinâmica, a fim de que os representantes das Administrações Regionais descrevessem, em uma só palavra, o que compreendiam sobre o PDOT. A Senhora **Sílvia De Lázari** iniciou a exposição da **Apresentação da UPT ADJ_I** (id. 95585676); o Plano Diretor se tratava de um

instrumento de planejamento com vistas a estabelecer estratégias de desenvolvimento que atendam os interesses coletivos de maneira equilibrada e sustentável de todo o território. Explicou que o PDOT estava previsto no Estatuto da Cidade, por intermédio da [Lei nº 10.257/2001](#), sendo obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes. Explanou que o documento não se tratava de um produto do governo, mas do estado, sendo revisado a cada 10 anos, cuja vigência perpassava a cada duas gestões e meia. Nessa esteira, explicitou que o PDOT se promulgava por intermédio da elaboração de Lei Complementar própria editada pelo Poder Executivo e submetida ao Poder Legislativo para aprovação, no qual incidia, ainda, em todo o território urbano e rural estabelecendo diretrizes para a elaboração de outras políticas. Desse modo, o Plano Diretor deveria conduzir para se alcançar uma conciliação de todas as funções do território de modo sustentável e justo, a fim de englobar todos os interesses coletivos, como: moradia, emprego, comércio, lazer, serviços públicos, transporte público, proteção ao meio ambiente, paisagem e turismo, produção de alimentos, produção de energia e abastecimento de água.

A Senhora **Sílvia De Lázari**, continuou e explanou que será apresentado o Plano Diretor e como ele deve manter relação com outros planos, sendo o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE ([Lei nº 6269, de 29 de janeiro de 2019](#)), a Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS ([Lei nº 948, de 16 de janeiro de 2019](#)), o Plano Diretor de transporte Urbano e Mobilidade - PDTU ([Lei nº 4566, de 04 de maio de 2011](#)), o Plano de Desenvolvimento de Transporte Público sobre Trilhos - PDTT, o de Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB ([Lei nº 6454, de 26 de dezembro de 2019](#)), Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PDGIRS, Plano de Gerenciamento Integrado de Recurso Hídricos - PGIRH ([Resolução nº 1, de 26 de junho de 2012](#)) e Plano de Desenvolvimento Rural e Sustentável - PDRS. Destacou que são muitas questões relacionadas e que conversam com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e alguns que estão em desenvolvimento. Informou que a revisão do PDOT está sendo trabalhada em três grandes etapas, sendo: **Etapa 1:** diagnóstico e prognóstico (etapa atual); **Etapa 2:** proposta; e **Etapa 3:** consolidação. Relatou que estão sendo trabalhados *eixos temáticos* para condução do estudo do território (1. **Gestão social da terra;** 2. **Habitação e regularização;** 3. **Ruralidades;** 4. **Mobilidade;** 5. **Meio ambiente e infraestrutura;** 6. **Desenvolvimento econômico sustentável e centralidades**) e os *eixos transversais* (7. **Participação e governança** e 8. **Território resiliente**). Relatou que todas as informações estão disponíveis no [site](#) da Revisão do PDOT e que possui amplas informações; destacou a “Leitura Técnica do Território”, no site por ser um documento técnico e robusto, com os eixos citados. Salientou que o Comitê de Gestão Participativa – CGP, está com inscrições aberta, onde possui os representantes da comunidade para trabalhar em conjunto com a SEDUH nessas questões. Pontuou que existem outras secretarias que trabalham diretamente com os pontos citados e eu estão representadas no grupo de trabalho da SEDUH, institucional GTI.

1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT

O Senhor **Antonio Martins**, Assessor Especial da SUPLAN, relatou que o PDOT vigente impacta todo o Distrito Federal e organizou-o em sete Unidades de Planejamento Territorial (UPT), sendo elas: 1. **Central**, 2. **Central Adjacente I**, 3. **Central Adjacente II**, 4. **Leste**, 5. **Norte**, 6. **Oeste** e 7. **Sul**, as quais são compostas pelas Regiões Administrativas de acordo com as suas proximidades geográficas. Salientou que a presente reunião é específica para a **UPT Central Adjacente I** composta pelas Regiões Administrativas: Lago Norte, Lago Sul, Park Way e Varjão, as quais tiveram os seus técnicos convidados, conforme o **Ofício nº 3655/2022 SEDUH/GAB** (id. 93497235), de 16 de agosto de 2022. Declarou que o objetivo é apresentar um pouco do que foi desenvolvido pela equipe técnica da SEDUH. Apresentou a organização do território em UPT, explicando que a construção de cada UPT se dá pela proximidade geográfica que as regiões administrativas possuem.

Colocou que os dados específicos da UPT em relação às demais, evidenciou que a Central Adjacente I tem características específicas. Com relação a população a UPT representa um percentual baixo e a absorção de trabalho em relação ao DF como um todo também foi considerada inferior, além da absorção de vagas par a escola. Verificou que a renda domiciliar média é a maior do DF e relatou que esses dados são baseados na CODEPLAN, PDAD 2018 e que os dados atualizados foram recebidos, mas que estão sendo verificados, com isso foram adotados os dados anteriores aos atuais para explanação. Verificou que ao analisar os grupos de padrões de rendimento médio de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), percebe-se que Lago Sul, Lago Norte e Park Way, estão no grupo de alta renda com o valor de R\$15.622,00 e que o Varjão representa o grupo baixo, sendo de até R\$2.472,00 e esclareceu que a

UPT possui uma densidade baixa sendo 92.170 habitantes, 51% tem uma renda acima de 10 salários mínimos, 28% estudam na própria UPT e 61% trabalham na UPT Central e percebeu que Lago Sul, Lago Norte, Park Way e Varjão ainda possuem uma dependência ampla no Plano Piloto e das Regiões Administrativas adjacentes para produção de emprego, não conseguindo produzir vagas de emprego para reter sua população. Nessa perspectiva, apresentou a Leitura Técnica da UPT a partir de alguns eixos.

Sugeriu uma leitura a partir dos eixos, e verificou como primeiro eixo importante a ser analisado, o eixo de **mobilidade**. Justificou a escolha pela familiaridade de todos pelo sistema viário e por permitir compreender os deslocamentos. Explanou que existe estações de BRT passando pela EPIA, fazendo a conexão da UPT Sul, que passa pelo Park Way, e que na Etapa 03 do Park Way existe um trecho com acesso ao metrô. Percebeu-se que existe o BRT implantado e trechos planejados que não se consolidaram e que a partir do transporte público coletivo identifica-se o raio de abrangência e considerou que não existe muitos trechos de transporte com frequência. Explanou sobre um mapa sobre o eixo **desenvolvimento econômico sustentável e centralidades**, onde foi desenvolvido pela equipe um índice de centralidade no caráter metropolitano e regional e compreendeu que existem centralidades locais, mas não entram na análise do índice. Apresentou nesse mapa, áreas que não possuem informação ou que a informação é de valor igual a zero e explanou a potencialidade que a área possui para se tornar uma centralidade. Destacou os pontos de cultura, sendo importante para o Varjão, que apesar de ser pequeno consegue concentrar uma quantidade expressiva desses pontos. Identificou os pontos mencionados pela Secretaria de Turismo como Rota da paz, Rota do Cerrado e a Rota fora dos Eixos. Analisou o eixo vinculado à **habitação e regularização**, apresentando o déficit habitacional das RA e observou que a UPT como um todo possui um déficit baixo ou muito baixo e destacou a previsão de área de regularização de interesse específico e interesse social, principalmente no Lago Norte, e as áreas de oferta habitacional de acordo com a renda. Observou que existem áreas de classe média e de média baixa, não sendo identificado nessa UPT, nenhuma oferta de classe baixa ou classe média alta e analisou que estão previstas e não executadas. Passou para o próximo mapa que trata do eixo **ruralidades** e analisou dentro do território pouquíssimos territórios que são tratados como rural e o mapa mostra em cores as macrozonas de acordo com o PDOT vigente. Apresentou a macrozona urbana, a macrozona rural, sendo pouca expressiva quando verifica a UPT em questão de extensão e que na região do Park Way existem ocupações informais, tanto na franja da parte rural próximo à área urbana, como também algumas ocupações atrás do CA, e salientou que ao visualizar o mapa, é importante compreender que apesar de serem poucas existem alguma relevância na questão da macrozona rural e necessita ser considerado enquanto planejamento e análise do território. Analisou o mapa de **meio ambiente** e explanou que possui muitas informações e verificou a pertinência de compreender a qualidade superficial da água, que apesar de existir corpos hídricos que foram classificados com uma qualidade alta existe a necessidade de cuidar dessa questão e justificou que possui um impacto extenso na área, próximo ao Lago, e como são utilizados, explanando que não somente para decoração, mas também para consumo. Destacou a quantidade de conectores ambientais que passam pela UPT, que fazem a conexão entre as unidades de conservações e os elementos do meio natural. Citou a Unidade de Conservação de uso sustentável e as Unidades de Conservação de Proteção Integral, e observou o grau de comprometimento elevado que existe como alto na parte ao final do Park Way e médio na parte do Lago Norte e um trecho próximo ao Lago Sul. Explanou sobre a **governança e participação social**, sendo previsto no PDOT vigente os conselhos e que podem acontecer em três instâncias, sendo: O Conselhos Locais De Planejamento - CLP, de caráter consultivo, devendo haver um por RA, para tratar sobre questões específicas da RA, o Conselhos Das Unidades De Planejamento - CUP, também de caráter consultivo, que trata de assuntos mais complexos e amplos na esfera da UPT, e o Conselho De Planejamento – CONPLAN, de caráter deliberativo, que funciona na esfera da SEDUH, sendo a organização desses conselhos, projetados para analisar os problemas da cidade, e caso necessário, realizar as consultas aos órgãos específicos, até o CUP e órgãos setoriais e a partir do CONPLAN realizar essa consulta aos órgãos executores.

1.4. Participação dos Técnicos das RA: Coleta de contribuição para a leitura técnica

O Senhor Antonio Martins prosseguiu com mais uma dinâmica, utilizando o QR Code, para realizar o preenchimento de novos pontos. Explanou sobre a primeira pergunta do início da reunião e convidou a todos a relatar os problemas da cidade, identificando em poucas palavras os problemas que verificam dentro a UPT. Questionou quais os principais problemas na escala do PDOT para a UPT da Central Adjacente. Identificou palavras como: *Mobilidade, transporte público, coordenar tudo, sustentabilidade*

ambiental, eixos viários, acesso a moradia, controle rural. Explanou a dinâmica a seguir informando que o objetivo é mapear pontos de conflitos e potencialidades no território dentro dos eixos temáticos da revisão do PDOT. Explicou que os Técnicos das RA serão organizados em grupos (um pra cada RA) e receberão um mapa da UPT adesivos coloridos (cada cor vinculada a um eixo da revisão do PDOT), uma folha para indicar a numeração do ponto na folha e a descrição do mesmo, não somente a problemática e potencialidade, mas também os desafios do território e ao finalizar será realizada a apresentação por um técnico escolhido responsável da RA.

A Senhora **Sílvia De Lázari**, instigou os participantes da reunião que se reunissem em grupos, por Regiões Administrativas, com o propósito de mapear pontos de conflitos e potencialidades no território dentro dos eixos temáticos da revisão do PDOT e realizasse uma apresentação geral sobre as discussões realizadas. As contribuições dos técnicos das Regiões Administrativas foram marcadas no mapa impresso e estes foram digitalizados e inseridos no SEI com o título **Mapa Dinâmica - UPT ADJ_I** (id. 95586562). Realizada a dinâmica, prosseguiu-se às apresentações de cada discussão.

Iniciou-se as apresentações com o Senhor **Guilherme França**, representando o Lago Norte, que observou, juntamente com sua equipe, problemas de bastante tempo, como a regularização da área da Serrinha como a área do Bálsamo, e informou que existem comunidades consolidadas e que a proposta de regularização é justamente para controle de habitação. Citou a questão de mobilidade, como falta de ciclovía, mas existe um projeto que não foi implementado, a desobstrução de algumas casas que cercaram novamente, próximo ao Lago e interromperam uma ciclovía do Parque Vivencial II, e na via onde está proposta a quarta ponte, pontuaram por ter conflito entre os moradores, onde alguns apoiam e outros não e solicitou uma audiência pública explanando o projeto para sanar a dúvida desses moradores e mencionou que a Administração Regional não possui as informações necessárias. Pontuou como centralidade o Iguatemi, Viveiros, Parque das Garças, para que sejam mais valorizados e salientou que atualmente a administração do Lago Norte possui um Plano de ocupação de quiosques e trailers, para motivar a economia e público no local e que como pontos ambientais, citou o Parque Vivencial 01, que estão tentando transformar em parque urbano. Ressaltou que referente a ruralidade destacou do ponto 23 a 24, com microempreendedores desenvolvendo na região e verificam pertinente manter dessa forma. Citou a Granja e Vila dos Operários, sendo uma região consolidada, com infraestrutura interessante e solicitou a agilidade par a regularização do local e finalizou. A Senhora **Sílvia de Lázari**, mencionou que existe o interesse individual, mas é sempre pertinente buscar o coletivo em cada etapa seguida e convidou a Senhora Rita, representando o Lago Sul, para a apresentação. O registro das anotações do técnico da RA Lago Norte foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Lago Norte - UPT ADJ_I** (id. 95587753).

A Senhora **Rita Costa**, pontuou a mobilidade de transporte, como um problema no Lago Sul e justificou que em virtude do crescimento de condomínios na área rural, do aumento da previsão do Mangueiral II e III, do aumento da população de São Sebastião, e mencionou que no Jardim Botânico existe um fluxo extenso de veículos que passam por dentro do Lago Sul para pegar as pontes e considerou um problema crucial que em nível de PDOT, poderia ser analisado, e sugeriu um outro escoamento da pessoas que moram na área citada, para que não passem por dentro do Lago Sul. Completou que um outro problema ligado a mobilidade, seria a duplicação da DF-001, que está sendo realizada do balão do JK em direção a barragem do Paranoá, que finalizará ao final EPDB, em frente a Ermida Dom Bosco, sendo que na frente é uma pista indo e outra voltando que finaliza na barragem do Paranoá, que identificou um problema complexo para o Lago Sul referente a engarrafamentos. Mencionou o excesso de ciclistas e que existe somente uma ciclofaixa e verificou a necessidade de uma ciclovía. Analisou que com o aumento do potencial construtivo do aeroporto, poderá impactar o sistema viário e inclusive do Park Way, e mencionou alguns condomínios consolidados a regularizar, como o Vilages Alvorada, o Condomínio Lago Sul e o Pousada dos Andorinhas. Solicitou regularizar ou cobrar pelo uso de área pública de áreas verdes, de forma a regularizar, e citou que existe uma ampla demanda de rede de drenagem pluvial e considerou que estão precárias, com alagamento ao final das ruas, a manutenção dos parques, a continuidade do Projeto Orla, de desocupação. Sugeriu a criação de polos de desenvolvimento econômico para que as pessoas não tenham que ir para o Plano Piloto, e identificou lotes institucionais que eram da Secretaria de Educação e que são subutilizados, não havendo necessidade de escola pública no local, e justificou que o público do Lago Sul não estuda em escola pública e sugeriu a venda para escolas privadas. Citou como centralidades, o Gilberto Salomão, Pontão do Lago Sul, e com o aumento do potencial construtivo do pontão, que acredita ter sido aprovado recentemente, questionou se está previsto área de estacionamento e que em termos de demanda da população, a mesma deseja privacidade e segurança. O registro das

anotações do técnico da RA Lago Sul foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Lago Sul - UPT ADJ_I** (id. 95588279).

A Senhora **Sílvia De Lázari**, convidou o Senhor Maurício Tomás, administrador do Park Way, para iniciar a apresentação e antes apresentou a todos a Senhora **Janaina Domingos Vieira**, Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território – SEDUH.

O Senhor **Maurício Tomás**, mencionou que o Park Way é um ninho de conflitos, e justificou ser uma comunidade difícil, com muitas demandas o que possibilita conhecer melhor a cidade. Mencionou que é considerado Park Way os trechos 01, 02 e 03 e os núcleos rurais que existem dentro da região administrativa, sendo cada um dos trechos uma cidade distinta. Salientou que dentro da RA, existem diversas classes sociais, bem como diversos poderes aquisitivos, e justificou que essa situação causa conflitos devido a preconceitos, o que denominam de Vargem Bonita como invasores, considerando ser uma inverdade, pois já estão consolidados neste local a muitos anos. Informou que referente a segurança, considerou excelente, com rondas ao som de sirenes, mas as invasões existem realizadas por posseiros. Solicitou a regularização do Coqueiro, localizado próximo ao Núcleo Bandeirante, e sugeriu transformar em Núcleo Bandeirante, com uma revisão do PDOT, além da regularização da Vargem Bonita, próximo da fazenda água limpa, que existe a situação de um polo rural considerado forte, com crescimento de antropização, mas a necessidade da urbanização existe na área mista, com a vinda de pessoas de outros países e estado para trabalhar nas terras. Mencionou a Agro Industria, a HB *Baraut*, que fornece para muitas empresas em Brasília, Anápolis e Goiânia, além de abastecer toda a rede *Subway*. Salientou a questão da mobilidade, que independente da população ter auto poder aquisitivo, existem os funcionários que necessitam de transporte público, além do trânsito merecer mais atenção. Existe a reclamação do comércio pela população, e sugeriu o trabalhar com ilhas e que no PDOT poderá ser resolvido. Ressaltou sobre o meio ambiente, que deve haver algum mecanismo para fornecer essa preservação ao local, e mencionou que existe o problema de alagamento e atualmente o de queimadas, que atravessa de um lugar ao outro levando risco de vida. Sugeriu que se houver uma previsão que possa entrar em um acordo recorrente com o IBRAN, onde possa ser realizado um acero, em volta das áreas sensíveis, leva proteção de forma geral e finalizou. O registro das anotações do técnico da RA Park Way foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Park Way - UPT ADJ_I** (id. 95588594).

O Senhor **Farion Souza**, representante do Varjão, e mencionou que o mesmo é dividido por duas avenidas, a principal de entrada e a de saída, além de uma fonte que considerou linda. Salientou que os equipamentos públicos, são todos próximos e listou alguns. Apontou que existe proximidade entre o comércio, existe um centro de material reciclável que recebe material do Lago Norte e Granja do Torto. Identificou como problemas, a parte dos oficineiros que ficam na saída do Varjão e está criando-se uma proposta de uma Área de Desenvolvimento Econômico - ADE para que os mesmos ocupem, existindo como demanda o centro de cultura, o galpão social. Destacou referente a habitação e regularização, a parte da regularização, sendo uma realidade no local, e citou as quadras entre a 06 e a 08, próximas dos Parques Ecológicos e completou que dentro da temático do meio ambiente existe uma proposta de realizar um contorno em todo o Varjão para que dentro da proposta do meio ambiente os espaços sejam mais organizados tenham essa proposta de urbanização e justificou evitar um sufocamento da comunidade, além da estética e espaço ciclístico para o público. Mencionou estacionamento nas avenidas, de forma a ampliar e desafogar o fluxo de pessoas e carros, a necessidade de uma UPA, manutenção de posto policial, uma escola que atenda ao público do fundamental II e ensino médio, um restaurante comunitário e observou que existe uma área para terminal de ônibus, manutenção da sinalização, ajuste de linhas de ônibus, e mencionou que existe uma quadra que se localiza distante da via principal, e solicitou uma alternativa para a comunidade dessa quadra em termos de transporte público. Apontou que o Varjão tem potencial de desenvolvimento, dentro das ruralidades, na parte de hortaliças e de viveiro de plantas e finalizou. O registro das anotações do técnico da RA Varjão foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Varjão - UPT ADJ_I** (id. 95589199).

Finalizadas as apresentações efetuadas pelas Regiões Administrativas, antes de avançar ao próximo item, a Senhora **Juliana Coêlho**, assessora especial da SUPLAN, explicou sobre a estrutura de governança e participação instaurada por meio do Decreto nº 41.004/2020, que inaugurou os Grupos de Trabalho Interinstitucionais, a Comissão de Governança, a Coordenação Técnica e o Comitê de Gestão Participativa, no qual conta com outros 39 participantes e instâncias de participação. No que diz respeito

ao Comitê de Gestão Participativa, informou que aconteceram encontros para se pensar o território e também oficinas temáticas UPT, no ano passado e que os próximos passos seriam a realização das Audiências Públicas, os encontros do Comitê, as Reuniões Livres e as Reuniões Públicas por Regiões Administrativas. Sobre as Reuniões Públicas por Regiões Administrativas, explicitou que seriam processos independentes daqueles organizados pelo GDF e de livre composição da sociedade civil. A partir dessas reuniões, esperava-se que fossem encaminhadas propostas pelo site do PDOT, para o aprimoramento da política, com o intuito de que fossem selecionadas até 12 propostas oriunda desses debates, organizadas, distribuídas nos eixos temáticos objeto do PDOT. Todavia, ressaltou que para o acontecimento dessas ocasiões livres, alguns requisitos deveriam ser preenchidos, dentre os quais estavam: a presença de pelo menos 15 participantes, com lista de presença, registro fotográfico, e a inscrição contendo telefone ou e-mail do responsável pelas reuniões, por fim, solicitou a todos que divulgassem essas iniciativas.

1.5. Considerações Finais

A Senhora **Juliana Coêlho** apresentou o calendário dos próximos passos a serem seguidos para a revisão do PDOT, sendo previsto para o ano de 2022 as seguintes reuniões: reuniões com os técnicos administrativos, com o CGP, GTI, e CGO, bem como a realização de reuniões com o CONPLAN. Para o ano de 2023, a previsão seria a seguinte: efetuar reuniões por Regiões Administrativas, realizar Audiências Públicas, discutir a minuta do PDOT, realizar reuniões com o CGP, GTI e CGO, bem como com a Câmara Técnica responsável no âmbito do CONPLAN, e por fim, culminando com o envio do projeto para a CLDF.

As imagens da reunião em todas as suas etapas foram inseridas no SEI através do arquivo **Fotografia da reunião - UPT ADJ_I** (id. 95676344). Os mapas produzidos foram convertidos em um arquivo GIS e as anotações foram relacionadas a cada ponto. O arquivo **Mapa Pontos de CDP - Técnicos RA UPT ADJ_I** (id. 95657384) é uma representação das informações inseridas no arquivo salvo na pasta: "S:\PDOT_REVISAO\6_Reuniões\Reuniões2022\Reuniões com Técnicos das RA\UPT Central Adj 1\Dinâmica".

2. ENCERRAMENTO

A Senhora **Silvia Borges de Lázari**, agradeceu a contribuição de todos e espera que também tenha sido importante, sendo o início de uma discussão, convidou a todos a contribuir e disponibilizou o telefone e e-mail. Destacou a importância de todos os representantes das Regiões Administrativas nas reuniões do ano seguinte. Não havendo outras considerações, a Senhora **Silvia De Lázari**, declarou encerrada a reunião.

Corpo Técnico das Regiões Administrativas:

Elaine la Torre, SECID/SEGOV;
Lygia Yasuda, SECID/SEGOV;
Anderson Toledo, RA Lago Norte;
Guilherme França, RA Lago Norte;
Lucas Batista, RA Lago Norte;
Maria da Rocha, RA Lago Sul;
Rita da Costa, RA Lago Sul;
Marcos Pinheiro, RA Park Way;
Tomas Mauricio, RA Park Way;
Weslliany Braga, RA Park Way;

Farion Souza, RA Varjão; e
João Lins, RA Varjão.

Representantes da SEDUH:

Silvia De Lázari, SUPLAN/SEDUH;
Juliana Coêlho, SUPLAN/SEDUH;
Anne Rodrigues, SUPLAN/SEDUH
Amanda Lopes, SUPLAN/SEDUH;
Antonio Martins, SUPLAN/SEDUH;
Camila Pires, SUPLAN/SEDUH;
Carlos Vieira, SUPLAN/SEDUH;
Daniela Carvalho, SUPLAN/SEDUH;
Denise Guarieiro, SUPLAN/SEDUH;
Edna Aires, SUPLAN/SEDUH;
Eneida Aviani, SUPLAN/SEDUH;
Gisele Mancini, SUPLAN/SEDUH;
Jéssica Spehar, SUPLAN/SEDUH;
Luiz Andrade, SUPLAN/SEDUH;
Luiza de Oliveira, SUPLAN/SEDUH;
Marília Melo, SUPLAN/SEDUH;
Mateus da Silveira, SUPLAN/SEDUH;
Monica Burkhartdt, SUPLAN/SEDUH;
Talita Rabelo, SUPLAN/SEDUH;
Vinícius Porto, SUPLAN/SEDUH;
Marcos Antonio, ASCOM/SEDUH;
Mareceilda Sampaio, CAP/SEDUH;
Tiago Arcoverde, CAP/SEDUH;
Litz Lima, COSIT/SEDUH;
Bruno Paulo, SUDEC/SEDUH;
Eni Gabriel, SUDEC/SEDUH;
Erika Luz, SUDEC/SEDUH;
Hanna Mohn, SUDEC/SEDUH;
Gabriela Klinger, SUPAR/SEDUH;
Larissa Lacerda, SUPAR/SEDUH; e
Caroline do Nascimento, SUPROJ/SEDUH.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Assessor(a) Especial**, em 19/09/2022, às 16:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SÍLVIA BORGES DE LAZARI - Matr.273.821-X**, **Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 20/09/2022, às 16:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **95679622** código CRC= **B34DEC66**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

00390-00006682/2022-13

Doc. SEI/GDF 95679622



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento do Território
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Memória de Reunião - SEDUH/SEGESP/SUPLAN

Memória da Reunião da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal com os Técnicos das Regiões Administrativas da UPT Central Adjacente II

Às catorze horas e trinta minutos do dia trinta e um do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte, Brasília-DF - 18º andar, foi iniciada a Reunião com Técnicos da Unidade de Planejamento Territorial Central Adjacente II - UPT CENTRAL ADJACENTE II – SEDUH, pelo Senhor **Mateus de Oliveira**, Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, contando com a presença dos membros listados na **Lista de Presença** (id. 95715558) e relacionados ao final desta ata, para apreciar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura; 1.2. O que é Plano Diretor: relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial; 1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT; 1.4. Participação dos Técnicos das RA: Coleta de contribuição para a leitura técnica; 1.5 Considerações Finais; 2. Encerramento.

1. ORDEM DO DIA

1.1. Abertura

O Senhor Secretário de Estado **Mateus de Oliveira**, cumprimentou a todos os convidados e os Administradores Regionais do Distrito Federal presentes na ocasião. Discursou sobre a importância do processo de construção do PDOT e destacou sobre o compromisso de engajamento dos Administradores Regionais na construção das premissas do Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

A Senhora **Sílvia De Lázari**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN, cumprimentou a todos os convidados e os Administradores Regionais do Distrito Federal presentes na ocasião, solicitou que os presentes se apresentassem. Em seguida realizou a apresentação de um vídeo que trata sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e apresentou os outros responsáveis pelo PDOT, a Senhora Denise Guarieiro, Coordenadora de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (CONPLAN/SUPLAN/SEDUH), a Senhora Eneida Aviani, Coordenadora de Política Urbana (COPLU//SUPLAN/SEDUH), a Senhora Juliana Coelho e o Senhor Antônio Martins, ambos assessores especiais (SUPLAN/SEDUH), além da contribuição de toda a equipe SEDUH. Informou que o objetivo da reunião é a apresentação dos trabalhos realizados até o momento e para que todos possam relatar um pouco das suas cidades. Esclareceu que serão apresentados pontos importantes reconhecidos nos estudos técnicos realizados e para visualizar enquanto Unidade de Planejamento Territorial – UPT, a ligação entre todas as Regiões Administrativas de forma a apoiar-se umas nas outras e ter uma visão macro do território.

1.2. O que é Plano Diretor: Relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial

A Senhora Subsecretária **Sílvia De Lázari** realizou uma breve explanação, aduzindo que no próximo ano ocorreriam reuniões específicas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, com a população, para o tratamento de propostas para o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e que, no momento atual, seriam discutidos, por UPT, as características do Plano Diretor e suas diretrizes gerais. Desse modo, realizou uma pequena dinâmica, a fim de que os representantes das Administrações Regionais descrevessem, em uma só palavra, o que compreendiam sobre o PDOT. A Senhora **Sílvia De Lázari** iniciou a exposição da **Apresentação da UPT ADJ_II** (id. 95715682); o Plano Diretor se tratava de um instrumento de planejamento com vistas a estabelecer estratégias de desenvolvimento que atendam os

interesses coletivos de maneira equilibrada e sustentável de todo o território. Explicou que o PDOT estava previsto no Estatuto da Cidade, por intermédio da [Lei nº 10.257/2001](#), sendo obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes. Explanou que o documento não se tratava de um produto do governo, mas do estado, sendo revisado a cada 10 anos, cuja vigência perpassava a cada duas gestões e meia. Nessa esteira, explicitou que o PDOT se promulgava por intermédio da elaboração de Lei Complementar própria editada pelo Poder Executivo e submetida ao Poder Legislativo para aprovação, no qual incidia, ainda, em todo o território urbano e rural estabelecendo diretrizes para a elaboração de outras políticas. Desse modo, o Plano Diretor deveria conduzir para se alcançar uma conciliação de todas as funções do território de modo sustentável e justo, a fim de englobar todos os interesses coletivos, como: moradia, emprego, comércio, lazer, serviços públicos, transporte público, proteção ao meio ambiente, paisagem e turismo, produção de alimentos, produção de energia e abastecimento de água.

A Senhora **Sílvia De Lázari**, continuou e explanou que será apresentado o Plano Diretor e como ele deve manter relação com outros planos, sendo o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE ([Lei nº 6269, de 29 de janeiro de 2019](#)), a Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS ([Lei nº 948, de 16 de janeiro de 2019](#)), o Plano Diretor de transporte Urbano e Mobilidade - PDTU ([Lei nº 4566, de 04 de maio de 2011](#)), o Plano de Desenvolvimento de Transporte Público sobre Trilhos - PDTT, o de Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB ([Lei nº 6454, de 26 de dezembro de 2019](#)), Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PDGIRS, Plano de Gerenciamento Integrado de Recurso Hídricos - PGIRH ([Resolução nº 1, de 26 de junho de 2012](#)) e Plano de Desenvolvimento Rural e Sustentável - PDRS. Destacou que são muitas questões relacionadas e que conversam com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e alguns que estão em desenvolvimento. Informou que a revisão do PDOT está sendo trabalhada em três grandes etapas, sendo: **Etapa 1:** diagnóstico e prognóstico (etapa atual); **Etapa 2:** proposta; e **Etapa 3:** consolidação. Relatou que estão sendo trabalhados *eixos temáticos* para condução do estudo do território (1. **Gestão social da terra**; 2. **Habitação e regularização**; 3. **Ruralidades**; 4. **Mobilidade**; 5. **Meio ambiente e infraestrutura**; 6. **Desenvolvimento econômico sustentável e centralidades**) e os *eixos transversais* (7. **Participação e governança** e 8. **Território resiliente**). Relatou que todas as informações estão disponíveis no [site](#) da Revisão do PDOT e que possui amplas informações; destacou a “Leitura Técnica do Território”, no site por ser um documento técnico e robusto, com os eixos citados. Salientou que o Comitê de Gestão Participativa – CGP, está com inscrições aberta, onde possui os representantes da comunidade para trabalhar em conjunto com a SEDUH nessas questões. Pontuou que existem outras secretarias que trabalham diretamente com os pontos citados e eu estão representadas no grupo de trabalho da SEDUH, institucional GTI.

1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT

O Senhor **Antonio Martins**, Assessor Especial da SUPLAN, relatou que o PDOT vigente impacta todo o Distrito Federal e organizou-o em sete Unidades de Planejamento Territorial (UPT), sendo elas: 1. **Central**, 2. **Central Adjacente I**, 3. **Central Adjacente II**, 4. **Leste**, 5. **Norte**, 6. **Oeste** e 7. **Sul**, as quais são compostas pelas Regiões Administrativas de acordo com as suas proximidades geográficas. Salientou que a presente reunião é específica para a **UPT Central Adjacente II** composta pelas Regiões Administrativas: Águas Claras, Arniqueira, Guará, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, SCIA, SIA e Vicente Pires, as quais tiveram os seus técnicos convidados, conforme o **Ofício nº 3874/2022 SEDUH/GAB** (id. 94449402), de 29 de agosto de 2022. Declarou que o objetivo é apresentar um pouco do que foi desenvolvido pela equipe técnica da SEDUH. Apresentou a organização do território em UPT, explicando que a construção de cada UPT se dá pela proximidade geográfica que as regiões administrativas possuem.

Colocou que os dados específicos da UPT em relação às demais, evidenciou que a Central Adjacente II tem características específicas. Essa UPT apresentava uma significativa porção territorial e ante a isso, demonstrou os dados numéricos quanto aos seguintes parâmetros: população, absorção do trabalho, absorção de escola e renda domiciliar média da região. Registrou, para tanto, que a população da UPT Central Adjunto II correspondia ao percentual de 16,1% da população do Distrito Federal. Já quanto ao percentual correspondente a absorção do trabalho, o índice era o de 8,0%. A respeito do demonstrativo da absorção de escola, este compreendida 8,7% e a renda média domiciliar dos moradores da região variava de 2 a 5 salários mínimos. Demonstrou ainda, os dados sobre a construção da UPT Central Adjunto II, no qual conta com, aproximadamente com os seguintes levantamentos: 463.775 mil habitantes, 31% da renda

média até 5 salários mínimos, sendo 52% dos habitantes estudantes na própria UPT e 40% trabalhadores pertencentes à UPT Central, principalmente a Região Administrativa do Plano Piloto.

Além disso, segundo dados dos Grupos de padrões de rendimento médio, no qual realizou uma Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, foi constatado que nas regiões de Vicente Pires, Águas Claras, Arniqueira, Guará e Núcleo Bandeirante estavam concentrados os habitantes com renda considerada média-alta, portando um salário médio de R\$7.266,00 (sete mil duzentos e sessenta e seis reais) e na cidade do SCIA/Estrutural o índice foi considerado baixo, com salário médio de R\$ 2.472,00 (dois mil quatrocentos e setenta e dois reais). Contudo, não houve a identificação de grupos com renda considerada Alta, que portam salários para além de R\$15.622,00 (quinze mil seiscentos e vinte e dois reais).

Após a apresentação dos dados gerais da UPT, sugeriu uma leitura a partir dos eixos, e verificou como primeiro eixo importante a ser analisado, o eixo de **mobilidade**, no qual afirmou que, por contar com a presença de um eixo rodoviário planejado e a malha ferroviária, especialmente nas Cidades Satélites do Guará e Águas Claras, com vias públicas importantes para Brasília, a presença do transporte público não contemplava toda a mancha urbana. Outro dado destacado foi sobre a previsão de implementação do BRT eixo sul. O modal previsto não foi construído, razão pela qual não havia conexão entre a parte sul da poligonal com as demais cidades satélites da região.

O segundo eixo tratou sobre o **desenvolvimento econômico sustentável e centralidades**, no qual demonstrou os índices de centralidade metropolitana e regional, asseverando, para tanto, que os pontos de cultura se espalhavam ao longo das cidades, ante a forte presença de biblioteca e terreiros. Destacou que foi identificada uma Rota da Paz, em Riacho Fundo e ainda, a presença de Rotas Fora do Eixo na poligonal. Apesar dos indicadores supramencionados, os índices de Centralidade Metropolitana e Regional demonstravam elevados valores correspondentes a: “sem informação ou valor zero” na UPT Central Adjunta II.

O terceiro eixo abordou sobre a **habitação e regularização**, ressaltando, todavia, que o déficit habitacional da Região Administrativa do Guará era alto, sem, contudo, demonstrar números alarmantes se comparado com todo o Distrito Federal. Ressaltou que as Regiões Administrativas de Arniqueira e Vicente Pires foram destacadas como áreas de interesse específico e o SCIA/Estrutural como gleba de relevante interesse social. Demonstrou a imagem que correspondia a mancha referente à ocupações informais e mencionou que, apesar de Águas Claras possuir uma previsão de implementação de Clubes, o projeto ainda não havia sido iniciado.

O quarto eixo elencado tratou sobre a **ruralidade**, sendo identificado uma macrozona urbana de alto porte. Ressaltou sobre a ausência de Agrovilas na poligonal e afirmou que as ocupações informais se davam especialmente nas Regiões Administrativas de Riacho Fundo e Guará, bem como ressaltou que a poligonal possuía a presença de Galpões Logísticos, especialmente localizados no SIA.

Por fim, o quinto eixo abordou sobre o **meio ambiente e infraestrutura**, no qual evidenciou que, dentro de todo o quadro pertencente à Brasília, especialmente na zona da UPT Central Adjacente II, a Zona Tampão da Reserva de Biosfera do Cerrado era a mais predominante, o que implicava na necessidade de cuidado e tratamento desses locais de relevante interesse ecológico. Outro ponto suscitado foi sobre a qualidade da Água Superficial, indicando que se tratava de uma poligonal com forte poluição da água, destacando, inclusive que os dados identificaram a qualidade como “aceitável” ou “inaceitável” a depender da área, representando, assim, o elevado grau de comprometimento. Demonstrou as áreas de proteção integral e de uso sustentável, apontando, sobretudo, acerca da necessidade de proteção dessas glebas.

Prosseguindo na apresentação, abordou sobre os conceitos de **participação social e governança**, mecanismo, no qual, o Plano Diretor prevê a participação da população na construção de políticas públicas e fomento para o bom andamento das cidades. Todavia, ressaltou, que apesar de previsto, o programa nunca havia sido implementado, completamente, nas Regiões Administrativas pertencentes ao Distrito Federal. Explicou que o programa, por exemplo, previa o estabelecimento de Conselhos Locais de Planejamento – CLP e os Conselhos das Unidades de Planejamento – CUP, vinculado as Administrações e Secretarias regionais. Esses Conselhos se tratavam de órgãos consultivos internos de auxílio e fomento para políticas públicas ofertada pela população. Finalizada a apresentação, realizou outra dinâmica participativa.

1.4. Participação dos Técnicos das RA: Coleta de contribuição para a leitura técnica

O Senhor Antonio Martins prosseguiu com mais uma dinâmica, utilizando o *QR Code*, para realizar o preenchimento de novos pontos. Explanou sobre a primeira pergunta do início da reunião e convidou a todos a relatar os problemas da cidade, identificando em poucas palavras os problemas que verificam dentro a UPT. Questionou quais os principais problemas na escala do PDOT para a UPT da Central Adjacente II. Explanou a dinâmica a seguir informando que o objetivo é mapear pontos de conflitos e potencialidades no território dentro dos eixos temáticos da revisão do PDOT. Explicou que os Técnicos das RA serão organizados em grupos (um pra cada RA) e receberão um mapa da UPT adesivos coloridos (cada cor vinculada a um eixo da revisão do PDOT), uma folha para indicar a numeração do ponto na folha e a descrição do mesmo, não somente a problemática e potencialidade, mas também os desafios do território e ao finalizar será realizada a apresentação por um técnico escolhido responsável da RA.

A Senhora **Sílvia De Lázari**, instigou os participantes da reunião que se reunissem em grupos, por Regiões Administrativas, com o propósito de mapear pontos de conflitos e potencialidades no território dentro dos eixos temáticos da revisão do PDOT e realizasse uma apresentação geral sobre as discussões realizadas. As contribuições dos técnicos das Regiões Administrativas foram marcadas no mapa impresso e estes foram digitalizados e inseridos no SEI com o título **Mapa Dinâmica - UPT ADJ_II** (id. 95715801). Realizada a dinâmica, prosseguiu-se às apresentações de cada discussão.

Iniciou-se as apresentações com o Senhor **Fabiano Silva**, representante da Região Administrativa do SCIA/Estrutural, que mapeou alguns pontos de conflito em seu território, dentre os quais abordou, sinteticamente, sobre a história do desenvolvimento da Região Administrativa, alegando que o local se originou do lixo. Mencionou a respeito da quantidade elevada de pessoas que utilizavam as ciclovias para se locomoverem e se expressou argumentando que a Estrutural era a “cidade das bicicletas”. Do ponto de vista do meio ambiente, alegou que estava em desenvolvimento urbano o bairro de Santa Luzia, no qual estava se implementando no torno do esgoto e do lixo, o que era um problema a ser resolvido pela Administração Regional. Apesar de não poder se regularizada, explicou que a nova comunidade estava se desenvolvendo rápido. Destacou sobre a discrepância que existia na cidade por conter dois cenários completamente distintos, sendo um pertencente ao setor de automóveis e a outra mais carente. Apontou que a Região Administrativa do SCIA/Estrutural “ficaria no mapa turístico do Distrito Federal” por conta do seu potencial de desenvolvimento. O registro das anotações dos técnicos da RA SCIA/Estrutural foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro SCIA-Estrutural - UPT ADJ_II** (id. 95716243).

Na sequência, o Senhor **Natan Diógenes**, representante da Administração Regional do SIA, relatou sobre o mapeamento de alguns pontos de conflito em seu território, afirmando, para tanto, que a região basicamente se tratava de área de galpões, que estavam sendo utilizados para o comércio e lazer. Mencionou sobre a construção do Shopping Popular e aduziu acerca da Feira dos Importados, ambos os locais possuíam questões de mobilidade e deslocamento que estavam sendo tratados pela Administração Regional. A respeito da regularização fundiária das ocupações no setor de inflamáveis, registrou acerca da necessidade de regularização de algumas vias construídas e instituídas pelas empresas de logística e que o trabalho não poderia ser paralisado. O registro das anotações dos técnicos da RA SIA foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro SIA - UPT ADJ_II** (id. 95716270).

Dando prosseguimento às apresentações, o Senhor **Carlos de Oliveira**, representante da Região Administrativa do Núcleo Bandeirante, relatou sobre o mapeamento de alguns pontos de conflito no território, a partir da afirmação que a localidade era “uma cidade livre”. A partir disso, enumerou os principais problemas da cidade, dentre os quais estavam presentes: meios de transporte, acessibilidade de calçadas, a construção de equipamentos públicos e o comércio “pujante”, que ensejava, por si, outros problemas, como por exemplo a contaminação dos córregos que atravessavam a cidade e a ausência de saneamento básico nesses bairros invadidos. Ressaltou que apesar de a cidade estar completamente ocupada, a oferta modal de transporte público era precária. Abordou sobre o setor de chácaras, que estava gerando problemas para a Administração Regional pelas questões envolvendo o assoreamento de córregos e que o comércio na região possuía uma demanda comercial elevada, o que não compactuava com o tamanho da Região Administrativa em questão. O registro das anotações dos técnicos da RA Núcleo Bandeirante foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Núcleo Bandeirante - UPT ADJ_II** (id. 95716078).

Nessa perspectiva, o Senhor **Marcos de Sousa**, representante da Região Administrativa de Vicente Pires, relatou sobre o mapeamento de alguns pontos de conflito, alegando que os problemas estavam envoltos

pela desorganização da Cidade. A partir de uma análise macro da poligonal, abordou sobre a ausência de transporte público, por conta das vias estreitas que foram construídas na cidade. Por ser uma região composta por inúmeros córregos, afirmou que a localidade sofria com os assoreamentos dos rios e com os avanços das ocupações irregulares que necessitavam de métodos de coibição. Apontou sobre as áreas economicamente utilizáveis, em especial sobre a necessidade de organizar e estruturar o projeto e execução para a viabilidade e que a Administração Regional estava sofrendo com os embrolhos judiciais e políticos para a implementação desse setor. O registro das anotações dos técnicos da RA Vicente Pires foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Vicente Pires - UPT ADJ_II** (id. 95716293).

Nesse diapasão, a Senhora **Paula Castro**, representante da Região Administrativa do Riacho Fundo, apresentou o mapeamento de alguns pontos de conflito presentes na região, argumentando que haviam glebas que estavam sendo ocupadas ao longo da cidade que necessitavam de regularização fundiária, a exemplo das ocupações nas áreas rurais. Pontuou sobre a necessidade de construção de melhorias nos parques que alcançam a região, exemplificando que não haviam ciclovias para atender a população. Registrou o problema envolvendo a mobilidade urbana e a ausência de transporte público coletivo, além dos problemas sobre a ausência de estacionamentos em via pública. O registro das anotações dos técnicos da RA Riacho Fundo foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Riacho Fundo - UPT ADJ_II** (id. 95716130).

Na sequência, o Senhor **André Xavier**, representante da Região Administrativa do Guará, abordou sobre o mapeamento de alguns pontos de conflito presentes na região, enumerando que o morador do Guará se “sentia dono de sua quadra” e para isso implantava portões de acesso as quadras, o que gerava um problema de locomoção entre quadras pertencentes ao Guará I. Apresentou que apesar de a região ser farta de transporte público, não havia a conexão entre as quadras e Regiões Administrativas vizinhas. Registrou acerca da região de “Areiros” que se tratava de uma localidade formada principalmente por empresas que estavam sediadas dentro de locais de invasão, sendo necessário definir acerca da regularização fundiária daquela localidade. Outro ponto suscitado foi sobre os lotes do Park Sul, onde os moradores estavam expulsando os donos de quiosques com o propósito de elevar o padrão da região. Indicou que o Polo de Modas se tornou uma cidade consolidada dentro do Guará, o que implicava, necessariamente em problemas de segurança e infraestrutura. Explicou que, grande maioria dos moradores, invadiam áreas públicas para a construção de garagens ou churrasqueiras privadas, sob a justificativa de que: “estavam com o IPTU em dias”. O registro das anotações dos técnicos da RA Guará foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Guará - UPT ADJ_II** (id. 95716032).

Na mesma linha, a Senhora **Fernanda Christine**, representante da Região Administrativa do Arniqueira, enumerou alguns pontos de conflito presentes na localidade, dentre os quais aduziu que por ser uma área recentemente incorporada ao Distrito Federal possuía muitos problemas de infraestrutura básica e falta de equipamentos públicos. Indicou que, como soluções de melhoria para a cidade, a Administração Regional implementou uma faixa longa de ciclovia e uma via interligando Arniqueira com Águas Claras, a fim de proporcionar uma maior mobilidade aos moradores. O registro das anotações dos técnicos da RA Arniqueira foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Arniqueira - UPT ADJ_II** (id. 95715984).

Por sua vez, a Senhora **Catarina Santos**, representante da Região Administrativa de Águas Claras elencou alguns pontos de conflito presentes na localidade, aduzindo que se tratava de uma cidade verticalizada e destinada a um público economicamente superior comparada a outras cidades. Indicou que, infelizmente, não possuía equipamentos públicos que atendessem a população, exemplificando a inexistência de uma UBS e ausência de escola e creche públicas. Pontuou que a cidade necessitava ainda, de uma quarta saída para o escoamento do tráfego e que apesar disso, justificou, que a cidade era “muito boa de se morar”. Sabendo que a cidade de Águas Claras foi construída sob um lençol freático, frisou que o Poder Público deveria pensar estratégias para o reaproveitamento da água oriunda desse canal. O registro das anotações das técnicas da RA Águas Claras foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Águas Claras - UPT ADJ_II** (id. 95715925).

Finalizadas as apresentações efetuadas pelas Regiões Administrativas, antes de avançar ao próximo item, a Senhora **Juliana Coêlho**, assessora especial da SUPLAN, explicou sobre a estrutura de governança e participação instaurada por meio do Decreto nº 41.004/2020, que inaugurou os Grupos de Trabalho Interinstitucionais, a Comissão de Governança, a Coordenação Técnica e o Comitê de Gestão

Participativa, no qual conta com outros 39 participantes e instâncias de participação. No que diz respeito ao Comitê de Gestão Participativa, informou que aconteceram encontros para se pensar o território e também oficinas temáticas UPT, no ano passado e que os próximos passos seriam a realização das Audiências Públicas, os encontros do Comitê, as Reuniões Livres e as Reuniões Públicas por Regiões Administrativas. Sobre as Reuniões Públicas por Regiões Administrativas, explicitou que seriam processos independentes daqueles organizados pelo GDF e de livre composição da sociedade civil. A partir dessas reuniões, esperava-se que fossem encaminhadas propostas pelo site do PDOT, para o aprimoramento da política, com o intuito de que fossem selecionadas até 12 propostas oriunda desses debates, organizadas, distribuídas nos eixos temáticos objeto do PDOT. Todavia, ressaltou que para o acontecimento dessas ocasiões livres, alguns requisitos deveriam ser preenchidos, dentre os quais estavam: a presença de pelo menos 15 participantes, com lista de presença, registro fotográfico, e a inscrição contendo telefone ou e-mail do responsável pelas reuniões, por fim, solicitou a todos que divulgassem essas iniciativas.

1.5. Considerações Finais

A Senhora **Juliana Coêlho** apresentou o calendário dos próximos passos a serem seguidos para a revisão do PDOT, sendo previsto para o ano de 2022 as seguintes reuniões: reuniões com os técnicos administrativos, com o CGP, GTI, e CGO, bem como a realização de reuniões com o CONPLAN. Para o ano de 2023, a previsão seria a seguinte: efetuar reuniões por Regiões Administrativas, realizar Audiências Públicas, discutir a minuta do PDOT, realizar reuniões com o CGP, GTI e CGO, bem como com a Câmara Técnica responsável no âmbito do CONPLAN, e por fim, culminando com o envio do projeto para a CLDF.

As imagens da reunião em todas as suas etapas foram inseridas no SEI através do arquivo **Fotografia da reunião - UPT ADJ_II** (id. 96403013). Os mapas produzidos foram convertidos em um arquivo GIS e as anotações foram relacionadas a cada ponto. O arquivo **Mapa Pontos de CDP - Técnicos RA UPT ADJ_II** (id. 96397135) é uma representação das informações inseridas no arquivo salvo na pasta: "S:\PDOT_REVISAO\6_Reuniões\Reuniões2022\Reuniões com Técnicos das RA\UPT Central Adj 2\Dinâmica".

2. ENCERRAMENTO

A Senhora **Silvia De Lázari**, agradeceu a contribuição de todos e espera que também tenha sido importante, sendo o início de uma discussão, convidou a todos a contribuir e disponibilizou o telefone e e-mail. Destacou a importância de todos os representantes das Regiões Administrativas nas reuniões do ano seguinte. Não havendo outras considerações, a Senhora **Silvia De Lázari**, declarou encerrada a reunião.

Corpo Técnico das Regiões Administrativas:

Elaine la Torre, SECID/SEGOV;
Lygia Yasuda, SECID/SEGOV;
Catarina Santos, RA Águas Claras;
Douglas Souza, RA Águas Claras;
André Luis, RA Arniqueira;
Fernanda Christine, RA Arniqueira;
André Xavier, RA Guará;
Leandro Mendes, RA Guará;
Lenimar Caetano, RA Guará;

Roberto Nobre, RA Guar;
Amadeu Junior, RA Núcleo Bandeirante;
Carlos Oliveira, RA Núcleo Bandeirante;
Cassio Ribeiro, RA Núcleo Bandeirante;
Cláudio Mrcio, RA Núcleo Bandeirante;
Osmar Freitas, RA Riacho Fundo;
Paula Castro, RA Riacho Fundo;
Amanda Carvalho, RA SCIA;
Fabiano Silva, RA SCIA;
Henrique Carvalho, RA SCIA;
Natan Diogenes, RA SIA;
Pablo Azevedo, RA SIA;
Alessandro Domingos, RA Vicente Pires; e
Marcos Ramalho, RA Vicente Pires.

Representantes da SEDUH:

Silvia De Lázari, SUPLAN/SEDUH;
Juliana Coelho, SUPLAN/SEDUH;
Anne Rodrigues, SUPLAN/SEDUH
Amanda Lopes, SUPLAN/SEDUH;
Antonio Martins, SUPLAN/SEDUH;
Camila Pires, SUPLAN/SEDUH;
Carlos Vieira, SUPLAN/SEDUH;
Daniela Carvalho, SUPLAN/SEDUH;
Denise Guarieiro, SUPLAN/SEDUH;
Edna Aires, SUPLAN/SEDUH;
Gisele Mancini, SUPLAN/SEDUH;
Jose Pacheco, SUPLAN/SEDUH;
Luiz Andrade, SUPLAN/SEDUH;
Luiza de Oliveira, SUPLAN/SEDUH;
Marcia Gomes, SUPLAN/SEDUH;
Marcos Soares, SUPLAN/SEDUH;
Mateus da Silveira, SUPLAN/SEDUH;
Monica Burkhardt, SUPLAN/SEDUH;
Talita Rabelo, SUPLAN/SEDUH;
Vinícius Porto, SUPLAN/SEDUH;
Mareceilda Sampaio, CAP/SEDUH;
Tiago Arcoverde, CAP/SEDUH;
André Bubenick, COSIT/SEDUH;

Alecsandro de Andrade, SUDEC/SEDUH;

Bruno Paulo, SUDEC/SEDUH;

Luciana Gomes, SUDEC/SEDUH;

Rafaela Marques, SUDEC/SEDUH;

Emanuelle Junqueira, SUDEC/SEDUH;

Erika Luz, SUDEC/SEDUH;

Hanna Mohn, SUDEC/SEDUH;

Luis Mansur, SUDEC/SEDUH;

Mateus Lustosa, SUDEC/SEDUH;

Amanda Sales, SUPAR/SEDUH;

Gabriela Klinger, SUPAR/SEDUH;

Larissa Lacerda, SUPAR/SEDUH;

Priscila Jorge, SUPAR/SEDUH; e

Caroline do Nascimento, SUPROJ/SEDUH.



Documento assinado eletronicamente por **SÍLVIA BORGES DE LAZARI - Matr.273.821-X, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 29/09/2022, às 15:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano substituto(a)**, em 22/11/2022, às 14:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=96404188)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=96404188)
[verificador= 96404188](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=96404188) código CRC= **8AA9BFFA**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento do Território
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Memória de Reunião - SEDUH/SEGESP/SUPLAN

Memória da Reunião da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal com os Técnicos das Regiões Administrativas da UPT Central

Às catorze horas e trinta minutos do dia oito do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte, Brasília-DF - 18º andar, foi iniciada a Reunião com Técnicos da Unidade de Planejamento Territorial Central - UPT CENTRAL – SEDUH, pela Senhora **Sílvia De Lázari**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN/SEDUH, contando com a presença dos membros listados na **Lista de Presença** (id. 96468255) e relacionados ao final desta ata, para apreciar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura; 1.2. O que é Plano Diretor: relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial; 1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT; 1.4. Participação dos Técnicos das RA: Coleta de contribuição para a leitura técnica; 1.5 Considerações Finais; 2. Encerramento.

1. ORDEM DO DIA

1.1. Abertura

A Senhora **Sílvia De Lázari**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN, cumprimentou a todos os convidados e os Administradores Regionais do Distrito Federal presentes na ocasião, solicitou que os presentes se apresentassem. Em seguida realizou a apresentação de um vídeo que trata sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e apresentou os outros responsáveis pelo PDOT, a Senhora Denise Guarieiro, Coordenadora de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (CONPLAN/SUPLAN/SEDUH), a Senhora Eneida Aviani, Coordenadora de Política Urbana (COPLU//SUPLAN/SEDUH), a Senhora Juliana Coelho e o Senhor Antônio Martins, ambos assessores especiais (SUPLAN/SEDUH), além da contribuição de toda a equipe SEDUH. Informou que o objetivo da reunião é a apresentação dos trabalhos realizados até o momento e para que todos possam relatar um pouco das suas cidades. Esclareceu que serão apresentados pontos importantes reconhecidos nos estudos técnicos realizados e para visualizar enquanto Unidade de Planejamento Territorial – UPT, a ligação entre todas as Regiões Administrativas de forma a apoiar-se umas nas outras e ter uma visão macro do território.

1.2. O que é Plano Diretor: Relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial

A Senhora Subsecretária **Sílvia De Lázari** realizou uma breve explanação, aduzindo que no próximo ano ocorreriam reuniões específicas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, com a população, para o tratamento de propostas para o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e que, no momento atual, seriam discutidos, por UPT, as características do Plano Diretor e suas diretrizes gerais. Desse modo, realizou uma pequena dinâmica, a fim de que os representantes das Administrações Regionais descrevessem, em uma só palavra, o que compreendiam sobre o PDOT. A Senhora **Sílvia De Lázari** iniciou a exposição da **Apresentação da UPT CENTRAL** (id. 96468928); o Plano Diretor se tratava de um instrumento de planejamento com vistas a estabelecer estratégias de desenvolvimento que atendam os interesses coletivos de maneira equilibrada e sustentável de todo o território. Explicou que o PDOT estava previsto no Estatuto da Cidade, por intermédio da [Lei nº 10.257/2001](#), sendo obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes. Explanou que o documento não se tratava de um produto do governo, mas do estado, sendo revisado a cada 10 anos, cuja vigência perpassava a cada duas gestões e meia. Nessa

esteira, explicitou que o PDOT se promulgava por intermédio da elaboração de Lei Complementar própria editada pelo Poder Executivo e submetida ao Poder Legislativo para aprovação, no qual incidia, ainda, em todo o território urbano e rural estabelecendo diretrizes para a elaboração de outras políticas. Desse modo, o Plano Diretor deveria conduzir para se alcançar uma conciliação de todas as funções do território de modo sustentável e justo, a fim de englobar todos os interesses coletivos, como: moradia, emprego, comércio, lazer, serviços públicos, transporte público, proteção ao meio ambiente, paisagem e turismo, produção de alimentos, produção de energia e abastecimento de água.

A Senhora **Sílvia De Lázari**, continuou e explanou que será apresentado o Plano Diretor e como ele deve manter relação com outros planos, sendo o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE ([Lei nº 6269, de 29 de janeiro de 2019](#)), a Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS ([Lei nº 948, de 16 de janeiro de 2019](#)), o Plano Diretor de transporte Urbano e Mobilidade - PDTU ([Lei nº 4566, de 04 de maio de 2011](#)), o Plano de Desenvolvimento de Transporte Público sobre Trilhos - PDTT, o de Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB ([Lei nº 6454, de 26 de dezembro de 2019](#)), Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PDGIRS, Plano de Gerenciamento Integrado de Recurso Hídricos - PGIRH ([Resolução nº 1, de 26 de junho de 2012](#)) e Plano de Desenvolvimento Rural e Sustentável - PDRS. Destacou que são muitas questões relacionadas e que conversam com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e alguns que estão em desenvolvimento. Informou que a revisão do PDOT está sendo trabalhada em três grandes etapas, sendo: **Etapa 1:** diagnóstico e prognóstico (etapa atual); **Etapa 2:** proposta; e **Etapa 3:** consolidação. Relatou que estão sendo trabalhados *eixos temáticos* para condução do estudo do território (1. **Gestão social da terra**; 2. **Habitação e regularização**; 3. **Ruralidades**; 4. **Mobilidade**; 5. **Meio ambiente e infraestrutura**; 6. **Desenvolvimento econômico sustentável e centralidades**) e os *eixos transversais* (7. **Participação e governança** e 8. **Território resiliente**). Relatou que todas as informações estão disponíveis no [site](#) da Revisão do PDOT e que possui amplas informações; destacou a “Leitura Técnica do Território”, no site por ser um documento técnico e robusto, com os eixos citados. Salientou que o Comitê de Gestão Participativa – CGP, está com inscrições aberta, onde possui os representantes da comunidade para trabalhar em conjunto com a SEDUH nessas questões. Pontuou que existem outras secretarias que trabalham diretamente com os pontos citados e eu estão representadas no grupo de trabalho da SEDUH, institucional GTI.

1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT

O Senhor **Antonio Martins**, Assessor Especial da SUPLAN, relatou que o PDOT vigente impacta todo o Distrito Federal e organizou-o em sete Unidades de Planejamento Territorial (UPT), sendo elas: 1. **Central**, 2. **Central Adjacente I**, 3. **Central Adjacente II**, 4. **Leste**, 5. **Norte**, 6. **Oeste** e 7. **Sul**, as quais são compostas pelas Regiões Administrativas de acordo com as suas proximidades geográficas. Salientou que a presente reunião é específica para a **UPT Central** composta pelas Regiões Administrativas: Candangolândia, Cruzeiro, Plano Piloto e Sudoeste, as quais tiveram os seus técnicos convidados, conforme o **Ofício nº 3954/2022 SEDUH/GAB** (id. 94930660), de 05 de setembro de 2022. Declarou que o objetivo é apresentar um pouco do que foi desenvolvido pela equipe técnica da SEDUH. Apresentou a organização do território em UPT, explicando que a construção de cada UPT se dá pela proximidade geográfica que as regiões administrativas possuem.

Colocou que os dados específicos da UPT em relação às demais, evidenciou que a Central tem características específicas. Discorreu sobre os dados de cada UPT, indicando que a UPT Central possui 11,2% da população do DF, 44,3% da absorção do trabalho, 22,6% da absorção de escola e 10 a 20 salários mínimos de renda domiciliar média. De acordo com padrão de rendimento médio da pesquisa de emprego e desemprego, A UPT Central tem uma classificação do grupo alto, com uma média de salários R\$15.622, destacando a Candangolândia e Cruzeiro com números um pouco menores, mas ainda muito bem servidos no grupo 3, com média baixa de R\$3.101. Na UPT não tem nenhum grupo 4, que é o grupo classificado como baixo. Trata-se de uma UPT onde, 91% estudam na própria UPT e 85% também trabalham na UPT. 55% ganham mais de dez salários mínimos e a população é de 320.000 habitantes.

Após a apresentação dos dados gerais da UPT, sugeriu uma leitura a partir dos eixos, e verificou como primeiro eixo importante a ser analisado, o eixo de **mobilidade**, no qual afirmou que, a UPT é muito bem servida e possui um transporte público com frequência muito elevada, contado com o eixo de BRT Sul implantado, além de metrô com 11 estações. Destacou a sobreposição de linhas de transporte público na via W3 e o cogestionamento nos horários de pico.

O segundo eixo tratou sobre o **desenvolvimento econômico sustentável e centralidades**, no qual demonstrou os índices de centralidade metropolitana e regional, asseverando, para tanto, que os pontos de cultura se concentravam no Plano Piloto, principalmente.

O terceiro eixo abordou sobre a **habitação e regularização**, ressaltando, todavia, que há oferta habitacional apenas no Noroeste e já está executada em sua maior parte. Quanto ao déficit habitacional destacou que o valor é classificado como médio no Plano Piloto equânato nas outras Regiões Administrativas o índice é muito baixo. Apontou a presença de ARIES e ARINES na região do Torto que precisam de atenção e poucas ocupações informais.

Por fim, o último eixo abordou sobre o **meio ambiente e infraestrutura**, no qual evidenciou sobre o grande maciço de vegetação nativa remanescente de acordo com o ZEE. Apontou que é a UPT que possui maior massa de vegetação urbana e a maioria dos corpos hídricos com qualidade superficial da água elevada.

Prosseguindo na apresentação, abordou sobre os conceitos de **participação social e governança**, mecanismo, no qual, o Plano Diretor prevê a participação da população na construção de políticas públicas e fomento para o bom andamento das cidades. Todavia, ressaltou, que apesar de previsto, o programa nunca havia sido implementado, completamente, nas Regiões Administrativas pertencentes ao Distrito Federal. Explicou que o programa, por exemplo, previa o estabelecimento de Conselhos Locais de Planejamento – CLP e os Conselhos das Unidades de Planejamento – CUP, vinculado as Administrações e Secretarias regionais. Esses Conselhos se tratavam de órgãos consultivos internos de auxílio e fomento para políticas públicas ofertada pela população. Finalizada a apresentação, realizou outra dinâmica participativa.

1.4. Participação dos Técnicos das RA: Coleta de contribuição para a leitura técnica

O Senhor Antonio Martins prosseguiu com mais uma dinâmica, utilizando o *QR Code*, para realizar o preenchimento de novos pontos. Explanou sobre a primeira pergunta do início da reunião e convidou a todos a relatar os problemas da cidade, identificando em poucas palavras os problemas que verificam dentro a UPT. Questionou quais os principais problemas na escala do PDOT para a UPT da Central. Explanou a dinâmica a seguir informando que o objetivo é mapear pontos de conflitos e potencialidades no território dentro dos eixos temáticos da revisão do PDOT. Explicou que os Técnicos das RA serão organizados em grupos (um pra cada RA) e receberão um mapa da UPT adesivos coloridos (cada cor vinculada a um eixo da revisão do PDOT), uma folha para indicar a numeração do ponto na folha e a descrição do mesmo, não somente a problemática e potencialidade, mas também os desafios do território e ao finalizar será realizada a apresentação por um técnico escolhido responsável da RA.

A Senhora **Sílvia De Lázari**, instigou os participantes da reunião que se reunissem em grupos, por Regiões Administrativas, com o propósito de mapear pontos de conflitos e potencialidades no território dentro dos eixos temáticos da revisão do PDOT e realizasse uma apresentação geral sobre as discussões realizadas. As contribuições dos técnicos das Regiões Administrativas foram marcadas no mapa impresso e estes foram digitalizados e inseridos no SEI com o título **Mapa Dinâmica - UPT CENTRAL** (id. 96470595). Realizada a dinâmica, prosseguiu-se às apresentações de cada discussão.

Iniciou-se as apresentações com o Senhor **Eduardo Junqueira**, representante da Região Administrativa Candangolândia, que indicou pontos vinculados a implantações e incentivos para reforçar a centralidade da região e necessidade de proteção das áreas de preservação permanente e proteção ambiental. O registro das anotações do técnico da RA Candangolândia foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Candangolândia - UPT CENTRAL** (id. 96473531).

Dando sequência, a Senhora **Mariana Miranda**, técnica da Região Administrativa Sudoeste/Octogonal, elencou como pontos a destacar o comércio bem explorado e a necessidade de regularização do Setor de Oficinas - Conjunto D. Falou ainda sobre as ocupações informais no Parque Sucupira e no SIG. Sinalizou sobre a falta de transporte público e ciclovias, principalmente na parte do Sudoeste Econômico e no contorno da Octogonal. O registro das anotações do técnico da RA Cruzeiro foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Cruzeiro - UPT CENTRAL** (id. 96473743).

Em seguida, a Senhora **Maria Silva**, técnica da Região Administrativa Cruzeiro, destacou sobre a potencialidade da feira permanente e Hospital das Forças Armadas. Destacou a expansão dos limites dos

lotes com ocupação de área pública e as construções acima do gabarito. Lembrou da necessidade de criação de parque na área verde da Marginal da EPIA e do Eixo Monumental. Falou ainda sobre os problemas de drenagem, ciclovias e acessibilidade. O registro das anotações do técnico da RA Cruzeiro foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Sudoeste/Octogonal - UPT CENTRAL** (id. 96474369).

Os técnicos da Região Administrativa Plano Piloto não participaram da reunião na data marcada. Posteriormente se reuniram com os técnicos da SEDUH para tratar de realizar a dinâmica e contribuir com o processo participativo.

Finalizadas as apresentações efetuadas pelas Regiões Administrativas, antes de avançar ao próximo item, a Senhora **Juliana Coêlho**, assessora especial da SUPLAN, explicou sobre a estrutura de governança e participação instaurada por meio do Decreto nº 41.004/2020, que inaugurou os Grupos de Trabalho Interinstitucionais, a Comissão de Governança, a Coordenação Técnica e o Comitê de Gestão Participativa, no qual conta com outros 39 participantes e instâncias de participação. No que diz respeito ao Comitê de Gestão Participativa, informou que aconteceram encontros para se pensar o território e também oficinas temáticas UPT, no ano passado e que os próximos passos seriam a realização das Audiências Públicas, os encontros do Comitê, as Reuniões Livres e as Reuniões Públicas por Regiões Administrativas. Sobre as Reuniões Públicas por Regiões Administrativas, explicou que seriam processos independentes daqueles organizados pelo GDF e de livre composição da sociedade civil. A partir dessas reuniões, esperava-se que fossem encaminhadas propostas pelo site do PDOT, para o aprimoramento da política, com o intuito de que fossem selecionadas até 12 propostas oriundas desses debates, organizadas, distribuídas nos eixos temáticos objeto do PDOT. Todavia, ressaltou que para o acontecimento dessas ocasiões livres, alguns requisitos deveriam ser preenchidos, dentre os quais estavam: a presença de pelo menos 15 participantes, com lista de presença, registro fotográfico, e a inscrição contendo telefone ou e-mail do responsável pelas reuniões, por fim, solicitou a todos que divulgassem essas iniciativas.

1.5. Considerações Finais

A Senhora **Juliana Coêlho** apresentou o calendário dos próximos passos a serem seguidos para a revisão do PDOT, sendo previsto para o ano de 2022 as seguintes reuniões: reuniões com os técnicos administrativos, com o CGP, GTI, e CGO, bem como a realização de reuniões com o CONPLAN. Para o ano de 2023, a previsão seria a seguinte: efetuar reuniões por Regiões Administrativas, realizar Audiências Públicas, discutir a minuta do PDOT, realizar reuniões com o CGP, GTI e CGO, bem como com a Câmara Técnica responsável no âmbito do CONPLAN, e por fim, culminando com o envio do projeto para a CLDF.

As imagens da reunião em todas as suas etapas foram inseridas no SEI através do arquivo Fotografia da reunião - UPT CENTRAL (id. 96610868). Os mapas produzidos foram convertidos em um arquivo GIS e as anotações foram relacionadas a cada ponto. O arquivo **Mapa Pontos de CDP - Técnicos RA UPT CENTRAL** (id. 96609778) é uma representação das informações inseridas no arquivo salvo na pasta: "S:\PDOT_REVISAO\6_Reuniões\Reuniões2022\Reuniões com Técnicos das RA\UPT Central\Dinâmica".

2. ENCERRAMENTO

A Senhora **Silvia De Lázari**, agradeceu a contribuição de todos e espera que também tenha sido importante, sendo o início de uma discussão, convidou a todos a contribuir e disponibilizou o telefone e e-mail. Destacou a importância de todos os representantes das Regiões Administrativas nas reuniões do ano seguinte. Não havendo outras considerações, a Senhora **Silvia De Lázari**, declarou encerrada a reunião.

Corpo Técnico das Regiões Administrativas:

Adelana Alves, SECID/SEGOV;
Lygia Yasuda, SECID/SEGOV;
Eduardo Junqueira, RA Candangolândia;
Letícia Rocha, RA Cruzeiro;
Maria Silva, RA Cruzeiro;
Raphaella Alves, RA Cruzeiro;
Leandro Magalhães, RA Sudoeste/Octogonal; e
Mariana Correia, RA Sudoeste/Octogonal.

Representantes da SEDUH:

Silvia De Lázari, SUPLAN/SEDUH;
Juliana Coêlho, SUPLAN/SEDUH;
Amanda Lopes, SUPLAN/SEDUH;
Antonio Martins, SUPLAN/SEDUH;
Camila Pires, SUPLAN/SEDUH;
Carlos Vieira, SUPLAN/SEDUH;
Gisele Mancini, SUPLAN/SEDUH;
Jessica Spehar, SUPLAN/SEDUH;
Jose Pacheco, SUPLAN/SEDUH;
Julia Paulino, SUPLAN/SEDUH;
Luiza de Oliveira, SUPLAN/SEDUH;
Manuella Coelho, SUPLAN/SEDUH;
Marcia Gomes, SUPLAN/SEDUH;
Marilia Melo, SUPLAN/SEDUH;
Mateus da Silveira, SUPLAN/SEDUH;
Talita Rabelo, SUPLAN/SEDUH;
Vinícius Porto, SUPLAN/SEDUH;
Marecilda Sampaio, CAP/SEDUH;
Tiago Arcoverde, CAP/SEDUH;
Tayná Serafim, SCUB/SEDUH;
Lidia Botelho, SCUB/SEDUH;
Patrícia Fleury, SCUB/SEDUH;
Raquel Roland, SCUB/SEDUH;
Rayelli Ribeiro, SCUB/SEDUH;
Roberta Ribeiro, SCUB/SEDUH;
Scylla Watanabe, SCUB/SEDUH;
Amanda Sales, SUPAR/SEDUH;
Isabela Campos, SUPAR/SEDUH; e



Documento assinado eletronicamente por **SÍLVIA BORGES DE LAZARI - Matr.273.821-X, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 29/09/2022, às 15:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano substituto(a)**, em 22/11/2022, às 14:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **96612029** código CRC= **4E7FFD44**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento do Território
Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano

Memória de Reunião - SEDUH/SEGESP/SUPLAN

Memória da Reunião da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal com os Técnicos da Região Administrativa Plano Piloto da UPT Central

Às catorze horas e trinta minutos do dia vinte e um do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte, Brasília-DF - 10º andar, foi iniciada a Reunião com Técnicos da Região Administrativa do Plano Piloto, integrante da Unidade de Planejamento Territorial Central - UPT CENTRAL – SEDUH, pelo Senhor **Antonio Martins**, Assessor Especial da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN/SEDUH, contando com a presença dos membros listados na **Lista de Presença** (id. 96642278) e relacionados ao final desta ata, para apreciar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura; 1.2. O que é Plano Diretor: relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial; 1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT; 1.4. Participação dos Técnicos das RA: Coleta de contribuição para a leitura técnica; 1.5 Considerações Finais; 2. Encerramento.

1. ORDEM DO DIA

1.1. Abertura

O Senhor **Antonio Martins**, Assessor da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN, cumprimentou a todos os convidados presentes na ocasião, solicitou que os presentes se apresentassem. Informou que o objetivo da reunião é a apresentação dos trabalhos realizados até o momento e para que todos possam relatar um pouco da sua cidade. Esclareceu que serão apresentados pontos importantes reconhecidos nos estudos técnicos realizados e para visualizar enquanto Unidade de Planejamento Territorial – UPT, a ligação entre todas as Regiões Administrativas de forma a apoiar-se umas nas outras e ter uma visão macro do território.

1.2. O que é Plano Diretor: Relevância da principal legislação sobre o Ordenamento Territorial

O Senhor **Antonio Martins** realizou uma breve explanação, aduzindo que no próximo ano ocorreriam reuniões específicas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, com a população, para o tratamento de propostas para o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e que, no momento atual, seriam discutidos, por UPT, as características do Plano Diretor e suas diretrizes gerais. Desse modo, realizou uma pequena dinâmica, a fim de que os representantes da Administrações Regional descrevessem, em uma só palavra, o que compreendiam sobre o PDOT. O Senhor **Antonio Martins** iniciou a exposição da **Apresentação da UPT CENTRAL** (id. 96468928); o Plano Diretor se tratava de um instrumento de planejamento com vistas a estabelecer estratégias de desenvolvimento que atendam os interesses coletivos de maneira equilibrada e sustentável de todo o território. Explicou que o PDOT estava previsto no Estatuto da Cidade, por intermédio da [Lei nº 10.257/2001](#), sendo obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes. Explanou que o documento não se tratava de um produto do governo, mas do estado, sendo revisado a cada 10 anos, cuja vigência perpassava a cada duas gestões e meia. Nessa esteira, explicitou que o PDOT se promulgava por intermédio da elaboração de Lei Complementar própria editada pelo Poder Executivo e submetida ao Poder Legislativo para aprovação, no qual incidia, ainda, em todo o território urbano e rural estabelecendo diretrizes para a elaboração de outras políticas. Desse modo, o Plano Diretor deveria conduzir para se alcançar uma conciliação de todas as funções do território de modo sustentável e justo, a fim de englobar todos os interesses coletivos, como: moradia, emprego, comércio,

lazer, serviços públicos, transporte público, proteção ao meio ambiente, paisagem e turismo, produção de alimentos, produção de energia e abastecimento de água.

O Senhor **Antonio Martins**, continuou e explanou que será apresentado o Plano Diretor e como ele deve manter relação com outros planos, sendo o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE ([Lei nº 6269, de 29 de janeiro de 2019](#)), a Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS ([Lei nº 948, de 16 de janeiro de 2019](#)), o Plano Diretor de transporte Urbano e Mobilidade - PDTU ([Lei nº 4566, de 04 de maio de 2011](#)), o Plano de Desenvolvimento de Transporte Público sobre Trilhos - PDTT, o de Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB ([Lei nº 6454, de 26 de dezembro de 2019](#)), Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PDGIRS, Plano de Gerenciamento Integrado de Recurso Hídricos - PGIRH ([Resolução nº 1, de 26 de junho de 2012](#)) e Plano de Desenvolvimento Rural e Sustentável - PDRS. Destacou que são muitas questões relacionadas e que conversam com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e alguns que estão em desenvolvimento. Informou que a revisão do PDOT está sendo trabalhada em três grandes etapas, sendo: **Etapa 1:** diagnóstico e prognóstico (etapa atual); **Etapa 2:** proposta; e **Etapa 3:** consolidação. Relatou que estão sendo trabalhados *eixos temáticos* para condução do estudo do território (1. **Gestão social da terra**; 2. **Habitação e regularização**; 3. **Ruralidades**; 4. **Mobilidade**; 5. **Meio ambiente e infraestrutura**; 6. **Desenvolvimento econômico sustentável e centralidades**) e os *eixos transversais* (7. **Participação e governança** e 8. **Território resiliente**). Relatou que todas as informações estão disponíveis no [site](#) da Revisão do PDOT e que possui amplas informações; destacou a “Leitura Técnica do Território”, no site por ser um documento técnico e robusto, com os eixos citados. Salientou que o Comitê de Gestão Participativa – CGP, está com inscrições aberta, onde possui os representantes da comunidade para trabalhar em conjunto com a SEDUH nessas questões. Pontuou que existem outras secretarias que trabalham diretamente com os pontos citados e eu estão representadas no grupo de trabalho da SEDUH, institucional GTI.

1.3. Leitura Técnica – SEDUH: Estudos em andamento da Secretaria para a revisão do PDOT

O Senhor **Antonio Martins** relatou que o PDOT vigente impacta todo o Distrito Federal e organizou-o em sete Unidades de Planejamento Territorial (UPT), sendo elas: 1. **Central**, 2. **Central Adjacente I**, 3. **Central Adjacente II**, 4. **Leste**, 5. **Norte**, 6. **Oeste** e 7. **Sul**, as quais são compostas pelas Regiões Administrativas de acordo com as suas proximidades geográficas. Salientou que a presente reunião é específica para a **UPT Central** composta pelas Regiões Administrativas: Candangolândia, Cruzeiro, Plano Piloto e Sudoeste, as quais tiveram os seus técnicos convidados, conforme o **Ofício nº 3954/2022 SEDUH/GAB** (id. 94930660), de 05 de setembro de 2022. Declarou que o objetivo é apresentar um pouco do que foi desenvolvido pela equipe técnica da SEDUH. Apresentou a organização do território em UPT, explicando que a construção de cada UPT se dá pela proximidade geográfica que as regiões administrativas possuem.

Colocou que os dados específicos da UPT em relação às demais, evidenciou que a Central tem características específicas. Discorreu sobre os dados de cada UPT, indicando que a UPT Central possui 11,2% da população do DF, 44,3% da absorção do trabalho, 22,6% da absorção de escola e 10 a 20 salários mínimos de renda domiciliar média. De acordo com padrão de rendimento médio da pesquisa de emprego e desemprego, A UPT Central tem uma classificação do grupo alto, com uma média de salários R\$15.622, destacando a Candangolândia e Cruzeiro com números um pouco menores, mas ainda muito bem servidos no grupo 3, com média baixa de R\$3.101. Na UPT não tem nenhum grupo 4, que é o grupo classificado como baixo. Trata-se de uma UPT onde, 91% estudam na própria UPT e 85% também trabalham na UPT. 55% ganham mais de dez salários mínimos e a população é de 320.000 habitantes.

Após a apresentação dos dados gerais da UPT, sugeriu uma leitura a partir dos eixos, e verificou como primeiro eixo importante a ser analisado, o eixo de **mobilidade**, no qual afirmou que, a UPT é muito bem servida e possui um transporte público com frequência muito elevada, contado com o eixo de BRT Sul implantado, além de metrô com 11 estações. Destacou a sobreposição de linhas de transporte público na via W3 e o cogestionamento nos horários de pico.

O segundo eixo tratou sobre o **desenvolvimento econômico sustentável e centralidades**, no qual demonstrou os índices de centralidade metropolitana e regional, asseverando, para tanto, que os pontos de cultura se concentravam no Plano Piloto, principalmente.

O terceiro eixo abordou sobre a **habitação e regularização**, ressaltando, todavia, que há oferta

habitacional apenas no Noroeste e já está executada em sua maior parte. Quanto ao déficit habitacional destacou que o valor é classificado como médio no Plano Piloto enquanto nas outras Regiões Administrativas o índice é muito baixo. Apontou a presença de ARIES e ARINES na região do Torto que precisam de atenção e poucas ocupações informais.

Por fim, o último eixo abordou sobre o **meio ambiente e infraestrutura**, no qual evidenciou sobre o grande maciço de vegetação nativa remanescente de acordo com o ZEE. Apontou que é a UPT que possui maior massa de vegetação urbana e a maioria dos corpos hídricos com qualidade superficial da água elevada.

Prosseguindo na apresentação, abordou sobre os conceitos de **participação social e governança**, mecanismo, no qual, o Plano Diretor prevê a participação da população na construção de políticas públicas e fomento para o bom andamento das cidades. Todavia, ressaltou, que apesar de previsto, o programa nunca havia sido implementado, completamente, nas Regiões Administrativas pertencentes ao Distrito Federal. Explicou que o programa, por exemplo, previa o estabelecimento de Conselhos Locais de Planejamento – CLP e os Conselhos das Unidades de Planejamento – CUP, vinculados às Administrações e Secretarias regionais. Esses Conselhos se tratavam de órgãos consultivos internos de auxílio e fomento para políticas públicas ofertada pela população. Finalizada a apresentação, realizou outra dinâmica participativa.

1.4. Participação dos Técnicos das RA: Coleta de contribuição para a leitura técnica

O Senhor Antonio Martins prosseguiu com mais uma dinâmica, utilizando o *QR Code*, para realizar o preenchimento de novos pontos. Explanou sobre a primeira pergunta do início da reunião e convidou a todos a relatar os problemas da cidade, identificando em poucas palavras os problemas que verificam dentro a UPT. Questionou quais os principais problemas na escala do PDOT para a UPT da Central. Explanou a dinâmica a seguir informando que o objetivo é mapear pontos de conflitos e potencialidades no território dentro dos eixos temáticos da revisão do PDOT. Explicou que os Técnicos das RA serão organizados em grupos (um para cada RA) e receberão um mapa da UPT adesivos coloridos (cada cor vinculada a um eixo da revisão do PDOT), uma folha para indicar a numeração do ponto na folha e a descrição do mesmo, não somente a problemática e potencialidade, mas também os desafios do território e ao finalizar será realizada a apresentação por um técnico escolhido responsável da RA.

O Senhor **Antonio Martins**, instigou os participantes da reunião a mapear pontos de conflitos e potencialidades no território dentro dos eixos temáticos da revisão do PDOT. As contribuições dos técnicos da Região Administrativa foram marcadas no mapa impresso e estes foram digitalizados e inseridos no SEI com o título **Mapa Dinâmica - UPT CENTRAL** (id. 96470595). Como não teve outros grupos não foi necessária apresentação no final.

Durante a discussão os técnicos apresentaram pontos vinculados a conflitos de ocupação informal em área verde destinada a parques em vários pontos do Plano Piloto. Apontaram também preocupação com o Lago Paranoá, parte pela obstrução da orla e não implantação do projeto orla, parte pelo assoreamento dos corpos hídricos que abastecem o lago. Sinalizaram também problemáticas vinculadas aos pontos de estacionamento dos ônibus durante o dia entre os horários de pico. Destacaram também os pontos vinculados a preservação do tombamento de Brasília através de diretrizes. O registro das anotações do técnico da RA Plano Piloto foi digitalizado e inserido no SEI com o título **Registro Plano Piloto - UPT CENTRAL** (id. 96474001).

Finalizada a dinâmica, antes de avançar ao próximo item, o Senhor **Antonio Martins** explicou sobre a estrutura de governança e participação instaurada por meio do Decreto nº 41.004/2020, que inaugurou os Grupos de Trabalho Interinstitucionais, a Comissão de Governança, a Coordenação Técnica e o Comitê de Gestão Participativa, no qual conta com outros 39 participantes e instâncias de participação. No que diz respeito ao Comitê de Gestão Participativa, informou que aconteceram encontros para se pensar o território e também oficinas temáticas UPT, no ano passado e que os próximos passos seriam a realização das Audiências Públicas, os encontros do Comitê, as Reuniões Livres e as Reuniões Públicas por Regiões Administrativas. Sobre as Reuniões Públicas por Regiões Administrativas, explicitou que seriam processos independentes daqueles organizados pelo GDF e de livre composição da sociedade civil. A partir dessas reuniões, esperava-se que fossem encaminhadas propostas pelo site do PDOT, para o aprimoramento da política, com o intuito de que fossem selecionadas até 12 propostas oriundas desses

debates, organizadas, distribuídas nos eixos temáticos objeto do PDOT. Todavia, ressaltou que para o acontecimento dessas ocasiões livres, alguns requisitos deveriam ser preenchidos, dentre os quais estavam: a presença de pelo menos 15 participantes, com lista de presença, registro fotográfico, e a inscrição contendo telefone ou e-mail do responsável pelas reuniões, por fim, solicitou a todos que divulgassem essas iniciativas.

1.5. Considerações Finais

O Senhor **Antonio Martins** apresentou o calendário dos próximos passos a serem seguidos para a revisão do PDOT, sendo previsto para o ano de 2022 as seguintes reuniões: reuniões com os técnicos administrativos, com o CGP, GTI, e CGO, bem como a realização de reuniões com o CONPLAN. Para o ano de 2023, a previsão seria a seguinte: efetuar reuniões por Regiões Administrativas, realizar Audiências Públicas, discutir a minuta do PDOT, realizar reuniões com o CGP, GTI e CGO, bem como com a Câmara Técnica responsável no âmbito do CONPLAN, e por fim, culminando com o envio do projeto para a CLDF.

As imagens da reunião em todas as suas etapas foram inseridas no SEI através do arquivo Fotografia da reunião - UPT CENTRAL (id. 96642911). Os mapas produzidos foram convertidos em um arquivo GIS e as anotações foram relacionadas a cada ponto. O arquivo **Mapa Pontos de CDP - Técnicos RA UPT CENTRAL** (id. 96609778) é uma representação das informações inseridas no arquivo salvo na pasta: "S:\PDOT_REVISAO\6_Reuniões\Reuniões2022\Reuniões com Técnicos das RA\UPT Central\Dinâmica".

2. ENCERRAMENTO

O Senhor **Antonio Martins**, agradeceu a contribuição de todos e espera que também tenha sido importante, sendo o início de uma discussão, convidou a todos a contribuir e disponibilizou o telefone e e-mail. Destacou a importância de todos os representantes das Regiões Administrativas nas reuniões do ano seguinte. Não havendo outras considerações, o Senhor **Antonio Martins**, declarou encerrada a reunião.

Corpo Técnico das Regiões Administrativas:

Beatrice Gonzaga, RA Plano Piloto;
Gabi Mello, RA Plano Piloto;
Joe Rodrigues, RA Plano Piloto; e
Marcelo Maia, RA Plano Piloto.

Representantes da SEDUH:

Antonio Martins, SUPLAN/SEDUH;
Carlos Vieira, SUPLAN/SEDUH; e
Mateus da Silveira, SUPLAN/SEDUH;



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO MAYCON MARTINS - Matr. 0280935-4, Assessor(a) Especial**, em 29/09/2022, às 14:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO MACHADO VIEIRA - Matr.274.500-3, Assessor(a)**, em 29/09/2022, às 14:51, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **96663787** código CRC= **CE707763**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

**DIRETORIA DE REGULARIZAÇÃO SOCIAL E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**LICITAÇÃO PÚBLICA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO
AVISO DE EDITAL Nº 10/2021**

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, leva ao conhecimento dos(as) interessados(as) que promoverá licitação pública em 20 de outubro de 2021 (quarta-feira) para celebração de Escritura Pública de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU, obedecidas as condições do Edital nº 10/2021-CDRU/DESENVOLVE-DF, conforme processo 00111-00006388/2021-83, cujos exemplares e formulários de propostas de compra poderão ser obtidos a partir do dia 20 de setembro de 2021, na página eletrônica da TERRACAP (www.terracap.df.gov.br), ou na Sede da TERRACAP, localizada no SAM - Bloco "F" (atrás do Palácio do Buriti). O depósito da caução deverá ser efetuado até o dia 19 de outubro de 2021 (terça-feira) nas Agências do BRB - Banco de Brasília S/A, para a conta caução da TERRACAP – CNPJ nº 00.359.877/0001-73 – Banco 070 – Agência 121 – Conta nº 900.102-0, tão somente por meio de: depósito identificado, transferência eletrônica (TED), ou pagamento do boleto expedido no sítio da Terracap, após o cadastramento da proposta online. São vedados depósitos não identificados, em cheques, ou realizados em caixas eletrônicos. As propostas de compra devem ser entregues de maneira on-line, por meio de acesso ao endereço eletrônico www.terracap.df.gov.br, ou pessoalmente, entre 9h. e 10h. do dia 20 de outubro de 2021 (quarta-feira) na Sede da TERRACAP (endereço acima), sendo que sua conferência e leitura dar-se-á após o encerramento da primeira etapa dos trabalhos, consistente no recebimento das propostas. Eventuais dúvidas ou necessidade de informações complementares podem ser sanadas ou prestadas pelo telefone: (61) 3350-2222, ou pessoalmente na Sede da TERRACAP, no horário de 7h. às 19h.

Brasília/DF, 17 de setembro de 2021

PATRÍCIA ARANTES COELHO

Gerente de Desenvolvimento Econômico

LEONARDO MUNDIM

Diretor de Regularização Social e Desenvolvimento Econômico

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA VENDA DE
IMÓVEIS**

**AVISO DE DESCLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE LICITANTE REFERENTE
AO EDITAL Nº 06/2021-IMÓVEIS**

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Venda de Imóveis - COPLI, da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, no uso das atribuições estabelecidas no Edital nº 06/2021-Imóveis, torna público o pedido de desistência e a consequente desclassificação do licitante preliminarmente classificado EMANOEL DANTAS DE FIGUEIREDO (Proposta de Compra nº 10048837 - ITEM 04), ficando os subsequentes licitantes interessados convocados, nos termos do Tópico 77.6.1, CAPÍTULO X - DAS PENALIDADES, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação no DODF do presente aviso, manifestem, formalmente, interesse na compra do imóvel e concordância com o preço oferecido pelo primeiro colocado, juntamente com a documentação exigida no Capítulo V – B) DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA QUALQUER MODALIDADE DE PAGAMENTO, condicionando-se a homologação ao atendimento dos demais requisitos contidos no Edital, respeitando-se a ordem classificatória para o item.

Brasília/DF, 17 de agosto de 2021

BRUNO CÉSAR SANTANA DE MENESES

Presidente da Comissão

**SECRETARIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO**

PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL - PDOT

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e em cumprimento ao contido nos arts. 2º, 15 e 17 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, e visando à seleção de entidades para representarem a sociedade civil junto ao Comitê de Gestão Participativa - CGP no âmbito da estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 02/2020, CONVOCA os Órgãos Públicos e as Entidades da Sociedade Civil abaixo relacionadas, para participar da reunião a ser realizada no dia 23 de setembro de 2021, às 14h, de forma virtual, pelo link: <http://teletrabalho.seduh.df.gov.br/acesso?s=seduhMeeting-1689&t=e250a>, conforme tabela abaixo:

Poder Executivo:	SEDUH	Subsecretaria de Desenvolvimento das Cidades - SUDEC
		Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília - SCUB
		Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano - SUPLAN
		Subsecretaria de Parcelamentos e Regularização Fundiária - SUPAR
	Secretaria Executiva de Cidades	Secretaria Executiva de Cidades
Movimentos Sociais e Coletivos:	Coletivo pelo Direito à Cidade	Candanga Assessoria Popular (Inscrição com entidade parceira)
	Coletivo ou Movimento de Moradia	Associação Comunitária Pró-moradia do Distrito Federal
	Reforma Agrária e Agricultura Familiar	Associação das Mulheres Rurais e Agricultoras Familiares do Distrito Federal e Entorno - Rede de Mulheres
	Transporte e Mobilidade	Associação Livres
	Mulheres e Igualdade de Gênero	Coletiva Arquitetas Invisíveis (Inscrição com entidade parceira)
	Infância e Juventude	Projeto de Assistência ao Estudante de Samambaia - PAES
	Igualdade Racial	Coletivo Calunga (Inscrição com entidade parceira)
	Migrantes, Imigrante, Apátrida e Refugiados	Caritas Arquidiocesana de Brasília
	Organizações não Governamentais e Entidades da Sociedade Civil:	Direito à Cidade
		Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
Cooperativas e Associações:	Democratização do Acesso à Terra	Associação Positiva De Brasília
	Meio Ambiente	Instituto Sálvia Terra
	Mobilidade Urbana	Associação Andar a Pé - O Movimento da Gente
	Habitação	Associação na Luta Inquilinos A Moradia DF e Entorno - ASSOLIM
Entidade do Setor Empresarial:	Regularização Fundiária	Prefeitura Comunitária dos Moradores da Colônia Agrícola Sucupira - PRECOMOR
	Construção Civil	Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal - SINDUSCON
	Setor Imobiliário	Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do DF - ADEMI
	Indústria	Federação das Indústrias do Distrito Federal - FIBRA
	Produtores Rurais	Associação dos Produtores do Núcleo Rural de Taguatinga - APRONTAG

Entidade de Representação Profissional:	Arquitetura e Urbanismo	Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento do Distrito Federal - IAB/DF
	Produtores Rurais	Associação de Trabalhadores e Juventudes Rurais
Conselho de Classe Profissional:	Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF
	Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - CREA/DF
	Serviço Social	Conselho Regional de Serviço Social 8ª Região - CRESS-DF
	Advocacia	Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Distrito Federal - OAB/DF
Entidades Acadêmicas e de Pesquisa:	Entidade de Ensino Superior Privada	Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB
	Entidade de Pesquisa e Extensão	Fiocruz Brasília
	Universidade de Brasília	Universidade de Brasília - FAU/UnB
	Instituto Federal de Brasília	Instituto Federal de Brasília - IFB

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2020

Processo: 00392-00005270/2020-48 Contratante: Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal/CODHAB- CNPJ 09.335.575/0001-30; Contratada: SETA SERVICOS TECNICOS EIRELI, - CNPJ 29.646.929/0001-74. Objeto: prorrogação contratual por mais 60 (sessenta) dias no período de 18/09/2021 a 16/11/2021, referente à contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de Registro da Instituição do Condomínio, Convenção e Averbação Carta de Habite-se referente à Quadra 700 dos conjuntos F, G e H, condomínio Por do Sol, Sol Nascente/DF. Vigência: 60 (sessenta) dias. Assinatura: 17/09/2021. Signatários: Pela CODHAB/DF: Wellington Luiz de Souza Silva, na qualidade de Diretor Presidente; Pela Contratada: Ronan Vander Moreira, na qualidade de Sócio Administrador (Contrato publicado no DODF nº 221, de 24 de novembro de 2020, página 80; Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 037/2020 publicado no DODF nº 17, de 26 de janeiro de 2021, página 57; Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 37, publicado no DODF nº 57, de 25 de março de 2021, página 34; Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 37, publicado no DODF nº 94, de 20 de maio de 2021, página 101; Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 37, publicado no DODF nº 128, de 09 de julho de 2021, página 53).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2021

Processo: 00392-00008848/2021-07 - Contratante: Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal/CODHAB - CNPJ Nº 09.335.575/0001-30; Contratada: PROSPEC Engenharia EIRELI, CNPJ Nº 19.445.245/0001-50. Objeto: Execução de 04 (quatro) módulos estruturais de interesse social - conforme descrito no item 4 do Projeto Básico, denominados "Módulos Embriões", a serem construídos na Região Administrativa de Samambaia RA - XII. Dotação Orçamentária: UO 28.209. Programa de Trabalho: 16.482.6208.1213.0906. Natureza da Despesa: 44.90.51. Fonte: 100. Nota de Empenho 2021NE00558, emitida em 13/09/2021 no valor de R\$ 378.094,68 (trezentos e setenta e oito mil e noventa e quatro reais e sessenta e oito centavos), Valor do Contrato: R\$ 378.094,68 (trezentos e setenta e oito mil e noventa e quatro reais e sessenta e oito centavos), Modalidade: Global. Evento: 400091. Data da Assinatura: 15/09/2021. Vigência: 06 (seis) meses. Signatários: Pela CODHAB/DF: Wellington Luiz de Souza Silva, na qualidade de Diretor Presidente; Pela Contratada: Miriam de Oliveira Silva, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DE DISTRATO DO TERMO DE CESSÃO

Processo: 00392-00008077/2021-40 - Espécie: Distrato de Termo de Cessão - CODHAB. Partes: Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF e a Cooperativa de Mulheres de Samambaia - COOPERMUSA. Objeto: dispõe sobre o DISTRATO AMIGÁVEL do Termo de Cessão, sem aplicação de qualquer penalidade, firmado entre a cedente CODHAB e a cessionária COOPERMUSA, ante a expressa desistência desta última quanto a continuidade para atuar no projeto habitacional denominado "Alto Mangueiral" declarado no Memorando de Entendimento (MOU) - ICENA; Data da Assinatura: 10/09/2021.

EDITAL Nº 215/2021

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: CONVOCAR os candidatos ELVIRA DE OLIVEIRA CARDOSO - CPF nº 983.***.***-15, THAIS EVELLYN ARAUJO APOLONIO - CPF nº 048.***.***-00, LUCIANA NASCIMENTO DA SILVA - CPF nº 060.***.***-84 e RODRIGO HERNANE VALLE DELLA GIUSTINA - CPF nº 015.***.***-80 para entrega de documentação com vistas à habilitação exclusiva no projeto, bem como HABILITAR os indicados ANDERSON FARIAS DE SOUZA - CPF nº 010.***.***-62, MAILSON DE SOUZA GONÇALVES - CPF nº 034.***.***-29 e LUCAS AUGUSTO LIBERATO DAIRELL - CPF nº 049.***.***-37, tendo em vista o cumprimento dos requisitos legais, exclusivamente para participar do projeto SAMAMBAIA - NOVA CASA, Edital nº 02/2017.

Brasília/DF, 15 de setembro de 2021

WELLINGTON LUIZ
Diretor-Presidente

EDITAL Nº 216/2021

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: HABILITAR o associado WILLIAN SOUSA DA SILVA, CPF nº 049.***.***-09, com vistas à habilitação EXCLUSIVA no projeto da entidade IBVS, em Samambaia, selecionada pelo Edital de Sorteio nº 02/2017.

Brasília/DF, 15 de setembro de 2021

WELLINGTON LUIZ
Diretor-Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 09/2021

Processo: 00220-00000435/2021-20 - DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL/ SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL X AIRES TURISMO LTDA. DO OBJETO: Alteração contratual com vistas a aditar o referido Contrato, no percentual de 25% (vinte e cinco) por cento, do valor original pactuado, no valor de R\$ 142.500,01 (cento e quarenta e dois mil e quinhentos reais e um centavo), nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, e da Justificativa SEI nº 68749133, passando o Contrato a ter o valor total de R\$ 712.500,07 (setecentos e doze mil e quinhentos reais e sete centavos), a fim de permitir a continuidade do atendimento das equipes de atletas e técnicos registrados em Entidades Esportivas do Distrito Federal, nos seus deslocamentos nacionais. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 34.101, Nota de Empenho nº 2021NE00342, emitida em 15/09/2021, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo, no valor de R\$ 142.500,01 (cento e quarenta e dois mil e quinhentos reais e um centavo), sob o Programa de Trabalho nº 27.811.6206.2631.0002, Fonte de Recurso 100. Natureza da Despesa 3.3.90.33. DATA DE ASSINATURA: 15/09/2021. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: GISELLE FERREIRA DE OLIVEIRA, na qualidade de Secretária de Estado. Pela CONTRATADA: MARIA TEREZINHA PEREIRA AIRES, na qualidade de Diretora/Presidente.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2021

Processo: 00197-00000110/2021-45. Partes: Adasa e a empresa Eldex Distribuidora de Jornais e Revista Ltda - Me (CNPJ: 10.719.671/0001-60). Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de fornecimento de jornais e revistas por meio de assinaturas eletrônicas para acesso digital restrito aos veículos de comunicação., consoante específica o edital do Pregão Eletrônico nº 09/2021 e seus Anexos. Valor Estimado: R\$ 15.846,52 (quinze mil, oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos). Prazo/vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura. Dotação orçamentária: PT 04.122.8210.8517.9649; ND 3.3.90.39; Fontes 150. Nota de Empenho: 2021NE00370, emitida em 01/09/2021, no valor de R\$ 4.226,00. Data de assinatura: 16/09/2021. Signatários: pela Adasa, RAIMUNDO DA SILVA RIBEIRO NETO, Diretor-Presidente; pela Contratada: FRANCISCO ELDIO FERNANDES ALEXANDRE, representante legal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2021

Processo: 00197-00001109/2021-38. Partes: Adasa e a Connec Telecomunicações e Informática Ltda - EPP. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Manutenção Técnica, compreendendo incidentes e serviços de manutenção periódica de ramais telefônicos da Central Privativa de Comutação Telefônica da Adasa,

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE REGISTRO DE
IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL
ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
ELABORADOS POR MEIO FÍSICO

MANOEL ARISTIDES SOBRINHO, Oficial do Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, nos termos do art. 41 da Lei nº 8.935/1994, considerando a tabela de temporalidade de documentos prevista no Provimento/CNJ nº 50/2015, torna público que a exceção dos avisos de indisponibilidade de bens, memorial de incorporação e memorial de loteamento, todos demais títulos, tais como escrituras de compra e venda, doação, formal de partilha e outros papéis digitalizados e registrados há mais de 1 (um) ano ou pertinentes a prenotações canceladas há mais de 5 (cinco) anos, serão desmaterializados à medida em que forem sendo desenvolvidos os trabalhos e, passarão a existir tão somente no meio digital. Dessa forma, proprietários e demais pessoas que tenham legitimidade e interesse na obtenção de quaisquer desses documentos, terão o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir de 22/9/2021, para requererem cópias ou originais, conforme os arquivos deste Cartório. Assim, para que surtam os devidos efeitos legais, expedi este edital, que se encontra devidamente assinado. Guará/DF, 21 de setembro de 2021. Assina o Oficial.

"Processo nº 0058165-71.2019.8.19.0001 - IMPERJ x AZUL - Isso posto, CONFIRMO A TUTELA DE URGÊNCIA e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pleito autoral para o fim de CONDENAR o Réu a: I) Sempre que especificar regra de reembolso/cancelamento e alteração de voo, o ESCLARECER, COM DESTAQUE E PARA PRONTA VISUALIZAÇÃO, a faculdade de o consumidor desistir da passagem aérea adquirida, sem qualquer ônus, desde que o faça no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento do seu comprovante, conforme previsto na Resolução nº 400/16 da ANAC (art. 11), ou ato normativo que vier a substituí-lo, sob pena de multa diária que fixo em R\$10.000,00 (dez mil reais); II) INDENIZAR os danos materiais e morais de que tenham padecido os consumidores, individualmente considerados, em virtude dos fatos narrados, devendo a liquidação e o cumprimento da presente sentença se dar nos termos do artigo 97, ou ainda do artigo 98, ambos do CDC, devendo o Cartório, a requerimento dos interessados, expedir as certidões da sentença, constando ou não a ocorrência do trânsito em julgado, a fim de que o consumidor possa liquidá-la junto ao juízo cível que couber por distribuição; III) RESTITUIÇÃO do preço pago a maior de forma simples; IV) REPARAR os danos materiais e morais causados aos consumidores, considerados em sentido coletivo, no valor mínimo de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), corrigidos e acrescidos de juros, cujo valor reverterá ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, mencionado no art. 13 da Lei nº 7.347/85; V) seja o réu condenado a publicar, às suas custas, VI) PUBLICAR, no prazo de 30 dias, em dois jornais de grande circulação em cada uma das capitais do país, a parte dispositiva da presente sentença, a fim de que os consumidores dela tomem ciência para exercício de seus direitos individuais, sob pena de multa diária que fixo em R\$10.000,00 (dez mil reais) corrigidos monetariamente. PUBLIQUEM-SE os editais a que se refere o art. 94 do CDC. Condena o Réu nas despesas processuais e devida de condená-la em honorários advocatícios ante o entendimento pacífico do STJ, no sentido de não caber condenação da parte vencida em ação civil pública ao pagamento de honorários advocatícios em favor da Ministério Pública, em função da observância do princípio da simetria."

Ligue e anuncie
nos Classificados
do Jornal de Brasília
99637-6993

Secretaria de Estado de Desenvolvimento
 Urbano e Habitação do Distrito Federal
 Comitê de Gestão Participativa - CGP



PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL - PDOT

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e em cumprimento ao contido nos arts. 2º, 15 e 17 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, e visando à seleção de entidades para representarem a sociedade civil junto ao Comitê de Gestão Participativa - CGP no âmbito da estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 02/2020, CONVOCA os Órgãos Públicos e as Entidades da Sociedade Civil abaixo relacionadas, para participar da reunião a ser realizada no dia 23 de setembro de 2021, às 14h, de forma virtual, pelo link: <http://teletrabalho.seduh.df.gov.br/acesso?s=seduhMeeting-1689&t=e250a>, conforme tabela abaixo:

Poder Executivo:	SEDUH	Subsecretaria de Desenvolvimento das Cidades - SUDEC
		Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília - SCUB
		Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano - SUPLAN
		Subsecretaria de Parcelamentos e Regularização Fundiária - SUPAR
Movimentos Sociais e Coletivos:	Secretaria Executiva de Cidades	Secretaria Executiva de Cidades
	Coletivo pelo Direito à Cidade	Candanga Assessoria Popular (Inscrição com entidade parceira)
	Coletivo ou Movimento de Moradia	Associação Comunitária Pró-moradia do Distrito Federal
	Reforma Agrária e Agricultura Familiar	Associação das Mulheres Rurais e Agricultoras Familiares do Distrito Federal e Entorno - Rede de Mulheres
	Transporte e Mobilidade	Associação Livres
	Mulheres e Igualdade de Gênero	Coletiva Arquitetas Invisíveis (Inscrição com entidade parceira)
	Infância e Juventude	Projeto de Assistência ao Estudante de Samambaia - PAES
	Igualdade Racial	Coletivo Calunga (Inscrição com entidade parceira)
	Migrantes, Imigrante, Apátrida e Refugiados	Caritas Arquidiocesana de Brasília

Organizações não Governamentais e Entidades da Sociedade Civil:	Direito à Cidade	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
	Democratização do Acesso à Terra	Associação Positiva de Brasília
	Meio Ambiente	Instituto Sálvia Terra
	Mobilidade Urbana	Associação Andar a Pé - O Movimento da Gente
Cooperativas e Associações:	Habitação	Associação na Luta Inquilinos A Moradia DF e Entorno - ASSOLIM
	Regularização Fundiária	Prefeitura Comunitária dos Moradores da Colônia Agrícola Sucupira - PRECOMOR
	Construção Civil	Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal - SINDUSCON
Entidade do Setor Empresarial:	Setor Imobiliário	Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do DF - ADEMI
	Indústria	Federação das Indústrias do Distrito Federal - FIBRA
	Produtores Rurais	Associação dos Produtores do Núcleo Rural de Taguatinga - APRONTAG
Entidade de Representação Profissional:	Arquitetura e Urbanismo	Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento do Distrito Federal - IAB/DF
	Produtores Rurais	Associação de Trabalhadores e Juventudes Rurais
Conselho de Classe Profissional:	Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF
	Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - CREA/DF
	Serviço Social	Conselho Regional de Serviço Social 8ª Região - CRESS-DF
	Advocacia	Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Distrito Federal - OAB/DF
Entidades Acadêmicas e de Pesquisa:	Entidade de Ensino Superior Privada	Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB
	Entidade de Pesquisa e Extensão	Fiocruz Brasília
	Universidade de Brasília	Universidade de Brasília - FAU/UnB
	Instituto Federal de Brasília	Instituto Federal de Brasília - IFB

EMPREGOS

OBS: Para ser encaminhado à vaga, o seu perfil profissional deverá estar compatível com os pré-requisitos exigidos pelo empregador. As vagas disponíveis possuem limite máximo de encaminhamentos para a entrevista. Quando este limite é atingido, a vaga se torna invisível aos atendimentos e novos encaminhamentos.

632
Ofertas

Lista divulgada em **22/09/2021**. Algumas das vagas podem já ter sido preenchidas antes de seu comparecimento à Agência do Trabalhador de sua cidade

OCUPAÇÃO	VAGAS	SALÁRIO	EXIGENCIA COMPROVADA	ESCOLARIDADE
AÇOUGUEIRO	2	R\$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	NÃO	NÃO EXIGIDA
AÇOUGUEIRO	20	R\$ 1.530,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
AJUDANTE DE AÇOUGUEIRO (COMÉRCIO)	10	R\$ 1.364,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO MÉDIO COMPLETO
AJUDANTE DE ELETRICISTA	30	R\$ 1.624,96 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
ALIMENTADOR DE LINHA DE PRODUÇÃO	1	R\$ 1.200,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO MÉDIO COMPLETO
ANALISTA DE MANUTENÇÃO (EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS)	1	R\$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO MÉDIO COMPLETO
ANALISTA DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO	1	R\$ 2.500,00 + BENEFÍCIOS	SIM	SUPERIOR COMPLETO (CONTABILIDADE)
ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS	10	R\$ 1.738,00 + BENEFÍCIOS	SIM	SUPERIOR COMPLETO (RECURSOS HUMANOS)
ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS	1	R\$ 1.680,00 + BENEFÍCIOS	SIM	SUPERIOR COMPLETO (RECURSOS HUMANOS)
ARMADOR DE FERRAGENS NA CONSTRUÇÃO CIVIL	2	R\$ 1.804,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
ARMADOR DE FERROS	20	R\$ 1.804,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
ARMADOR DE FERROS	10	R\$ 1.804,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
ARMADOR DE FERROS	6	R\$ 1.804,00 + BENEFÍCIOS	NAO	NAO EXIGIDA
ARTE-FINALISTA	2	R\$ 1.300,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	R\$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	SIM	SUPERIOR COMPLETO (RECURSOS HUMANOS)
AUXILIAR DE COSTURA	1	R\$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE COSTUREIRA (NO ACABAMENTO)	1	R\$ 1.290,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR DE ENCANADOR	30	R\$ 1.624,96 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO MÉDIO COMPLETO
AUXILIAR DE LAVANDERIA	3	R\$ 1.188,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
AUXILIAR DE MARCENEIRO	2	R\$ 1.300,00 + BENEFÍCIOS	NAO	NAO EXIGIDA
AUXILIAR DE VIDRAÇEIRO	5	R\$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR OPERACIONAL DE LOGÍSTICA	21	R\$ 1.250,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
AUXILIAR TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO	1	R\$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	SIM	NAO EXIGIDA
BARMAN	12	R\$ 1.188,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
BOMBINADOR ELETRICISTA À MÁQUINA	1	R\$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	NAO	NAO EXIGIDA
BOMBEIRO HIDRÁULICO	1	R\$ 1.500,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
BOMBEIRO HIDRÁULICO	30	R\$ 1.825,70 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO MÉDIO COMPLETO
CABELEIREIRO	1	R\$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
CABELEIREIRO	2	R\$ 1.300,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARPINTEIRO	2	R\$ 1.804,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
CARPINTEIRO	15	R\$ 1.804,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARPINTEIRO	2	R\$ 1.804,00 + BENEFÍCIOS	NAO	NAO EXIGIDA
CARPINTEIRO	10	R\$ 1.804,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
CARPINTEIRO	1	R\$ 2.000,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

OCUPAÇÃO	VAGAS	SALÁRIO	EXIGENCIA COMPROVADA	ESCOLARIDADE
CARPINTEIRO	10	R\$ 1.804,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
CASEIRO	1	R\$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	NAO	NAO EXIGIDA
CHURRASQUEIRO	3	R\$ 1.500,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CHURRASQUEIRO	1	R\$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	SIM	NAO EXIGIDA
COSTUREIRA EM GERAL	1	R\$ 1.200,00 + BENEFÍCIOS	NAO	NAO EXIGIDA
COSTUREIRA EM GERAL	6	R\$ 1.500,00 + BENEFÍCIOS	SIM	NAO EXIGIDA
COZINHEIRO DE RESTAURANTE	7	R\$ 1.518,00 + BENEFÍCIOS	SIM	NAO EXIGIDA
COZINHEIRO GERAL	3	R\$ 1.500,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO MÉDIO COMPLETO
CUMIM	24	R\$ 1.188,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
ELETRICISTA	88	R\$ 1.826,70 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
ELETROMECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE ELEVADORES	2	R\$ 8,98 (POR HORA)	NAO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
EMPREGADO DOMESTICO NOS SERVIÇOS GERAIS	1	R\$ 1.500,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
EMPREGADO DOMESTICO NOS SERVIÇOS GERAIS	1	R\$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
ENCARREGADO DE ACABAMENTO DE CHAPAS E METAIS (TEMPERA)	2	R\$ 3.355,65 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
ESTOFADOR DE MOVEIS	2	R\$ 1.200,00 + BENEFÍCIOS	NAO	NAO EXIGIDA
GARÇOM	7	R\$ 1.300,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
GERENTE COMERCIAL	2	R\$ 1.610,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
GERENTE COMERCIAL	2	R\$ 1.500,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO MÉDIO COMPLETO
GERENTE DE RESTAURANTE	5	R\$ 2.582,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
GESSEIRO	2	R\$ 1.804,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
GESSEIRO	2	R\$ 1.540,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
LADRILHEIRO	2	R\$ 1.540,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
LADRILHEIRO	4	R\$ 2.000,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
LUSTRADOR DE MOVEIS	2	R\$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MANICURE	1	R\$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MANICURE	4	R\$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
MARCENEIRO	3	R\$ 2.000,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MARCENEIRO	2	R\$ 2.000,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
MARCENEIRO	2	R\$ 1.800,00 + BENEFÍCIOS	NAO	NAO EXIGIDA
MECÂNICO DE AUTOMÓVEL	2	R\$ 2.000,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO MÉDIO COMPLETO
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE AUTOMÓVEIS	3	R\$ 2.000,00 + BENEFÍCIOS	SIM	NAO EXIGIDA
MEIO OFICIAL DE MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO	2	R\$ 1.293,60 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
MONTADOR DE MOVEIS DE MADEIRA	1	R\$ 1.100,00 + BENEFÍCIOS	SIM	ENSINO MÉDIO COMPLETO
MONTADOR DE MOVEIS DE MADEIRA	1	R\$ 1.200,00 + BENEFÍCIOS	NAO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO



Vagas exclusivas para pessoas com deficiência

Em virtude da pandemia de Coronavírus, os cidadãos que desejam concorrer as vagas deverão acessar o aplicativo Sine Fácil ou ir em uma das agências do trabalhador das 08h as 17h de segunda a sexta.

Em virtude da pandemia de Coronavírus e a impossibilidade de acessos as agências do trabalhador, os cidadãos que desejam concorrer as vagas deverão acessar o aplicativo Sine Fácil ou ligar no número (61) 99305-0517.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

MINUTA

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA - CGP
PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL - PDOT

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e em cumprimento ao contido nos arts. 2º, 15 e 17 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, no âmbito da estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 02/2020, **CONVOCA** os membros dos Órgãos Públicos e das Entidades da Sociedade Civil abaixo relacionadas, para participar da 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa - CGP, a ser realizada no dia 04 de novembro de 2021, às 19h, de forma virtual, pela plataforma Zoom, link: <https://us02web.zoom.us/j/85832944564?pwd=VXBDB0ppMGdaOGtzSHp2dEluVU5Xdz09>

Poder Executivo	SEDUH	Subsecretaria de Desenvolvimento das Cidades - SUDEC
		Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília - SCUB
		Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano - SUPLAN
		Subsecretaria de Parcelamentos e Regularização Fundiária - SUPAR
	Secretaria Executiva de Cidades	Secretaria Executiva de Cidades
	Coletivo pelo Direito à Cidade	Candanga Assessoria Popular (Inscrição com entidade parceira)
	Coletivo ou Movimento de Moradia.	Associação Comunitária Pró-moradia do Distrito Federal
	Reforma Agrária e Agricultura Familiar	Associação das Mulheres Rurais e Agricultoras Familiares do Distrito Federal e Entorno - Rede de Mulheres
	Transporte e Mobilidade	Associação Livres

Movimentos Sociais e Coletivos	Mulheres e Igualdade de Gênero	Coletiva Arquitetas Invisíveis (Inscrição com entidade parceira)
	Infância e Juventude	Projeto de Assistência ao Estudante de Samambaia - PAES
	Igualdade Racial	Coletivo Calunga (Inscrição com entidade parceira)
	Migrantes, Imigrante, Apátrida e Refugiados	Caritas Arquidiocesana de Brasília
Organizações não Governamentais e Entidades da Sociedade Civil:	Direito à Cidade	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
	Democratização do Acesso à Terra	Associação Positiva De Brasília
	Meio Ambiente	Instituto Sálvia Terra
	Mobilidade Urbana	Associação Andar a Pé - O Movimento da Gente
Cooperativas e Associações:	Habitação	Associação na Luta Inquilinos A Moradia DF e Entorno - ASSOLIM
	Regularização Fundiária	Prefeitura Comunitária dos Moradores da Colônia Agrícola Sucupira - PRECOMOR
Entidade do Setor Empresarial:	Construção Civil	Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal - SINDUSCON
	Setor Imobiliário	Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do DF - ADEMI
	Indústria	Federação das Indústrias do Distrito Federal - FIBRA
	Produtores Rurais	Associação dos Produtores do Núcleo Rural de Taguatinga - APRONTAG
Entidade de Representação Profissional:	Arquitetura e Urbanismo	Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento do Distrito Federal - IAB/DF

	Produtores Rurais	Associação de Trabalhadores e Juventudes Rurais
Conselho de Classe Profissional:	Arquitetura e Urbanismo	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF
	Engenharia e Agronomia	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - CREA/DF
	Serviço Social	Conselho Regional de Serviço Social 8ª Região - CRESS-DF
	Advocacia	Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Distrito Federal - OAB/DF
Entidades Acadêmicas e de Pesquisa:	Entidade de Ensino Superior Privada	Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB
	Entidade de Pesquisa e Extensão	Fiocruz Brasília
	Universidade de Brasília	Universidade de Brasília - FAU/UnB
	Instituto Federal de Brasília	Instituto Federal de Brasília - IFB

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **LUANNE MELO CHAVES - Matr.0273810-4, Assessor(a)**, em 21/10/2021, às 09:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ORLANDO DIAS PEREIRA - Matr.0279364-4, Chefe da Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados**, em 21/10/2021, às 09:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **72290091** código CRC= **7D0FEFAF**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF

CLASSIFICADOS&EDITAIS

(61) 99637-6993

classificados@gruposjbr.com



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO
DISTRITO FEDERAL

AVISO DE PENALIDADE

APLICA PENA DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS AO MÉDICO DR. PEDRO CARDENAS MARIN JUNIOR – CRM/DF nº 12.496 e CRM-SP 12.482.

O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal torna pública a decisão do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, em conformidade com o disposto na Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Ético-Profissional CRM-SP nº 12.482-439/2015 (Carta Precatória CRM/DF nº 19/2021), julgado na Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, de aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS, A SER CUMPRIDA NO PERÍODO DE 05/01/2022 a 03/02/2022, prevista na alínea "d" do art. 22 da mencionada Lei, por infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica Resolução CFM nº 1.931/2009, cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica Resolução CFM nº 2217/2018, ao DR. PEDRO CARDENAS MARIN JUNIOR, inscrito neste CRM/DF sob o nº 12.496 e no CRM-SP sob o nº 12.482.

Brasília/DF, 23 de novembro de 2021.

FARID BUITRAGO SÁNCHEZ
Presidente



SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL

SETOR COMERCIAL SUL QUADRA 01 BLOCO L - EDIFÍCIO MÁRCIA SALA 604,
CEP 70307-900 ASA SUL, BRASÍLIA - DF
TELEFONES (61)3458-2660, 3033 8573 e 3033 7084 - E-MAIL: sindatdf1@gmail.com

Edital da Assembleia Geral Ordinária de criação da Cooperativa dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do DF

O Presidente da comissão procriação da cooperativa habitacional dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem Distrito Federal, convoca todos os Auxiliares e Técnicos para assembleia Geral Ordinária com objetivo de criar a cooperativa habitacional da categoria COOHDATE, que será realizada na sede do Sindicato-DF, SCS quadra 01 bloco L 17 Edifício Márcia sala de reunião, dia 06 de dezembro de 2021, às 8h00, em primeira convocação, com o número regimental de presentes e em segunda e última convocação, às 8h30min. Com qualquer número de presentes conforme a legislação que regulamenta a matéria prevista nos OBJETIVOS, a cooperativa tem como objetivos proporcionar aos seus associados acesso a compra de imóveis residenciais adquiridos junto a CODAHAB/ CONSTRUTORAS/ INCORPORADORAS, através de projetos e empreendimento habitacionais.

Brasília, 23 de novembro de 2021

Newton Cleiton Batista

Presidente da comissão procriação da COOHDATE



SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL

SETOR COMERCIAL SUL QUADRA 01 BLOCO L - EDIFÍCIO MÁRCIA SALA 604,
CEP 70307-900 ASA SUL, BRASÍLIA - DF
TELEFONES (61)3458-2660, 3033 8573 e 3033 7084 - E-MAIL: sindatdf1@gmail.com

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas

O Presidente do Sindicato-DF - Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Distrito Federal, no uso de suas atribuições conferida pelo Estatuto Social, convoca todos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem sindicalizados a esta entidade sindical, para a Assembleia Geral Ordinária - AGO, que será realizada na sede do Sindicato-DF, SCS quadra 1 bloco L 17 Edifício Márcia sala de reunião, dia 03 de dezembro de 2021, às 8h00, em primeira convocação, com o número regimental de presentes e em segunda e última convocação, às 8h30min. Com qualquer número de presentes conforme previsão estatutária - PAUTA ÚNICA Apresentação, discussão e aprovação do Parecer do Conselho Fiscal, relativo às contas das despesas realizadas no ano de 2020.

Brasília, 23 de novembro de 2021

João Cardoso da Silva - Presidente

MANOEL VIEIRA DE CASTRO

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

TORNA PÚBLICO QUE ESTÁ REQUERENDO DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS BRASÍLIA AMBIENTAL - IBRAM LICENÇA DE INSTALAÇÃO PARA ATIVIDADE DE PARCELAMENTO URBANO, DENOMINADO "RESIDENCIAL RIVERSIDE GREEN", NA DF 140, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO JARDIM BOTÂNICO RA XXVII. PROCESSO Nº 39000649/2012. Manoel Vieira de Castro.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Templo Budista de Taguatinga convoca os associados para A.G.O. dia 05.12.2021, 13h30, na CNB 3 Lt 14-Taguatinga para Prestação de Conta, Relatório de Atividade, Eleição Gestao 2022 e outros. pres. Waldemar H. Umeda

Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Urbano e
Habitação do Distrito Federal



COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL - PDOT CONVOCAÇÃO PARA A 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido nos arts. 2º, 15 e 17 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, no âmbito da estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 02/2020, CONVOCA os membros dos Órgãos Públicos e das Entidades da Sociedade Civil para participarem da 3ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa - CGP, a ser realizada no dia 13 de dezembro de 2021, às 19h, de forma virtual, pela plataforma Zoom, link: <https://us02web.zoom.us/j/87157702339?pwd=T3NvMnF4aTJlZzRkZk9lcGtka0pzd09>.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado

Secretaria de Estado de
Educação do Distrito Federal
Subsecretaria de
Administração Geral



AVISO DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 38/2021 - (UASG 450432)

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de mobiliários/equipamentos escolares e equipamentos eletrônicos para atender às necessidades das Unidades Escolares, bem como das Unidades Administrativas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de itens: 118. Valor total estimado: R\$ 100.195.306,59 (cem milhões, cento e noventa e cinco mil trezentos e seis reais e cinquenta e nove centavos). Processo nº 00080-00159144/2021-16. Cadastro das Propostas: a partir de 25/10/2021. Abertura das Propostas: 9/12/2021, às 10h, horário de Brasília. O Edital estará disponível nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br e <https://www.educacao.df.gov.br/pregao-eletronico/>.

RENI FERNANDES
Pregoeiro

Secretaria de Estado de Transporte
e Mobilidade do Distrito Federal
Companhia do Metropolitano do
Distrito Federal - Metrô-DF



AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021 - METRÔ-DF - UASG 925046

O METRÔ-DF, por meio de seu Pregoeiro, torna pública a reabertura de prazo do pregão em epígrafe, cujo objeto trata da contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços continuados de manutenção do Sistema de Material Rodante (corretiva, preventiva e preditiva) da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ-DF, conforme Processo nº 00097-00016738/2020-28. O valor estimado da contratação está em conformidade ao art. 34 da Lei nº 13.303/2016 e art. 42 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do METRÔ-DF. Nova data e horário para recebimento das propostas: até as 10h do dia 10/12/2021. O respectivo Edital poderá ser retirado gratuitamente nos endereços eletrônicos www.metro.df.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br, mediante pré-cadastro realizado neste último para participação na licitação.

DIEGO MONDINI DE SOUZA
Pregoeiro

MINISTÉRIO DA
DEFESA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2021

Processo: 60585.000576/2021-16. Objeto: contratação de empresa para a execução dos serviços de engenharia para readequação do 8º pavimento do Bloco Q, conforme Edital e Anexos. Abertura das propostas: 07/12/2021, às 9 horas. Retirada do Edital: a partir da publicação desse aviso, de 2ª a 6ª feira, das 9h30min às 17h30min, no Ministério da Defesa, através do site <https://www.gov.br/defesa/pt-br> ou por solicitação ao e-mail nupreg@defesa.gov.br.

WALDIR F. DAS N. SILVEIRA Jr
Ordenador de Despesas

Secretaria de Estado de Saúde
do Distrito Federal
Diretoria de Aquisições
Central de Compras



AVISOS DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 409/2021 - UASG 926119

OBJETO: Aquisição regular de medicamentos não padronizados na SES/DF, por sistema de registro de preços, para atendimento a decisões judiciais, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI nº: 00060-00456344/2020-16. Total de 29 itens (Ampla concorrência e cotas reservadas às ME/EPPs). Valor Estimado: R\$ 16.890.950,4100. Cadastro das Propostas: a partir de 25/11/2021. Abertura das Propostas: 08/12/2021, às 09 horas, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN, Quadra 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUAG, CEP: 70.723-040 - Brasília/DF.

FABIANA MENDES DE OLIVEIRA CORTEZ
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 410/2021 - UASG 926119

OBJETO: Aquisição regular do medicamento IPERIDENO (CLORIDRATO) COMPRIMIDO 2 MG e outros, em sistema de registro de preços, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde - DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo: 00060-00327638/2021-12. Total de 25 itens (Ampla Concorrência e Cotas destinadas às ME/EPPs). Valor Estimado: R\$ 7.468.243,1855. Cadastro das Propostas: a partir de 25/11/2021. Abertura das Propostas: 08/12/2021, às 09 horas, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN, Quadra 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUAG, CEP: 70.719-040 - Brasília/DF.

CERIZE HELENA SOUZA SALES
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 411/2021 - UASG 926119

OBJETO: Aquisição regular do medicamento CLOBAZAM COMPRIMIDO 10MG e outros, em sistema de registro de preços, para atender à demanda da Secretaria de Saúde - DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo: 00060-00317668/2021-11. Total de 18 itens (Ampla Concorrência e Cotas destinadas às ME/EPPs). Valor Estimado: R\$ 2.692.628,4297. Cadastro das Propostas: a partir de 25/11/2021. Abertura das Propostas: 08/12/2021, às 09 horas, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN, Quadra 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUAG, CEP: 70.719-040 - Brasília/DF.

CERIZE HELENA SOUZA SALES
Pregoeira

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 397/2021 - UASG 926119

A Pregoeira da Central de Compras/SUAG, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, comunica a suspensão da licitação supracitada, a qual tem como objeto o Fornecimento contínuo de material de consumo: EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSÃO, em sistema de registro de preços, com equipamentos automatizados, em regime de COMODATO, conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência, para atendimento das necessidades da Secretaria de Saúde - DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital - (Processo SEI nº 00060-00534386/2020-97), para conclusão de análise técnica de esclarecimentos manifestados.

CERIZE HELENA SOUZA SALES

7º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

No qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 8º, § 9º, do Provimento da Corregedoria de Justiça do Distrito Federal nº 02, de 19.04.2010, notificar GERMANO ARNOLD PEDROZO, CPF nº 019.940.187-04, bem como seus eventuais sucessores que por acaso não tenham registrado os títulos de transferência, para se manifestar, na qualidade de confrontante, sobre os trabalhos técnicos de retificação da área de uma gleba de terras com 4,00 hectares situada na Fazenda Paranoá ou Parnó, também conhecida por Sobradinho dos Melo, Distrito Federal, de propriedade de HELIO CUNHA DA ROCHA, CPF nº 010.381.251-20, e de SERGIO FLORES DA CUNHA, CPF nº 113.658.201-06, objeto da matrícula nº 20.185 do 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. O pedido de retificação foi protocolado nesta Serventia sob o nº 55.892. Os trabalhos foram elaborados pelo técnico em agrimensura José Wilton Pereira da Silva, CPF nº 785.369.954-91, e foram objeto do TRT nº BR20200912231 no Conselho Regional dos Técnicos Industriais. Dessa forma, solicito a Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, no prazo de quinze dias, para anuir com os trabalhos técnicos ou apresentar impugnação fundamentada. Caso não haja manifestação dentro do referido prazo, presumir-se-á a anuência, conforme disposto no art. 8º, § 10, do citado Provimento nº 02/2010. Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

AUTO POSTO ORIGINAL 409 DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

Aviso de Recebimento de Licença de Operação

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação - SEI - GDF nº. 163/2021 - IBRAM/PRESI para a atividade de Posto Revendedor de Combustível, no Endereço Q SHC/SUL SQ 409 Bloco A PLL - Asa Sul - Distrito Federal, processo nº 00391-00005287/2020-23. AGLEIBE FERREIRA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação Roujin-kai convoca os associados para A.G.O. dia 05.12.2021, 10h:30, na QSC 5 AE 5 Taguatinga para Prestação de Conta, Relatório de Atividade, Eleição Gestao 2022 e outros. pres. Toshie Shoji

Ligue e anuncie
nos Classificados do

Jornal de Brasília

99637-6993

HORÁRIO DE ATENDIMENTO DE SEGUNDA
A SEXTA-FEIRA DAS 06:00h ÀS 18:00h

ASSINATURA: 14/01/2022; LEGISLAÇÃO: Lei nº 934/2017, Portaria nº 35, de 06 de fevereiro de 2020; DO EXECUTOR: COMISSÃO DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS CULTURAIS DO PROGRAMA CONEXÃO CULTURA DF. Pelo FAC/SECEC/DF: JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA MORO; AGENTE CULTURAL: PEDRO LOPES DE VASCONCELLOS.

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 370/2021

Processo: 00150-00006236/2021-60; NOTA DE EMPENHO Nº 00634/2021; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X Maysa Carvalho Gonçalves. Na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 370/2021; MODALIDADE: Seleção Pública; DO OBJETO: O presente Termo de Ajuste tem por objeto a concessão de apoio financeiro pelo FUNDO DE APOIO À CULTURA ao Programa “Intercâmbios, residências e cursos de capacitação de curta duração” de interesse do/a Agente Cultural acima especificado/a; DO VALOR: R\$ 35.797,50 (trinta e cinco mil, setecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos) que será liberado em parcela única e transferidos à conta do/a Agente Cultural, especialmente aberta no Banco de Brasília – BRB, correndo a despesa à conta de dotação orçamentária própria do Programa de Trabalho 13.392.6219.2911.0002 - Realização de Ações Culturais - Conexão Cultura FAC - DF - Fonte 100 - Natureza da despesa: 33.90.48; DA VIGÊNCIA: O presente termo de ajuste entrará em vigência a partir da data de assinatura do Agente Cultural, com duração de 1 (um) ano, permitida a prorrogação na forma da lei vigente; DATA DA ASSINATURA: 31/12/2021; LEGISLAÇÃO: Lei nº 934/2017, Portaria nº 35, de 06 de fevereiro de 2020; DO EXECUTOR: COMISSÃO DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS CULTURAIS DO PROGRAMA CONEXÃO CULTURA DF. Pelo FAC/SECEC/DF: João Roberto de Oliveira Moro; AGENTE CULTURAL: Maysa Carvalho Gonçalves.

**SECRETARIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

EDITAL Nº 01, DE 18 DE JANEIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 42.517, de 16 de setembro de 2021, resolve: TORNAR PÚBLICA a revogação do Edital nº 181, de 07 de julho de 2004, publicado no DODF nº 140, de 23 de julho de 2004, e o Edital nº 199, de 03 de agosto de 2004, publicado no DODF nº 150, de 06 de agosto de 2004, com fundamento no Memorando Nº 415/2021 - SEMP/SUPEC (56244688).

JESUINO DE JESUS PEREIRA LEMES

EDITAL Nº 02, DE 18 DE JANEIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 42.517, de 16 de setembro de 2021, resolve: TORNAR PÚBLICO o presente Edital contendo a pré-indicação da área, da empresa, PERSIANAS SUEID INSUSTRÍA E COMÉRCIO LTDA, processo 160.000.377/2002, para o TRECHO 05 CONJUNTO 05 LOTE 04 – PÓLO JK – SANTA MARIA/DF, para efeito de elaboração e apresentação do Projeto de Viabilidade Técnica, Econômica e Financeira, no prazo máximo de 30 dias, contados da data de publicação do presente no DODF.

JESUINO DE JESUS PEREIRA LEMES

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PARA VENDA DE IMÓVEIS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO COMPLEMENTAR DE LICITAÇÃO REFERENTE AO EDITAL Nº 13/2021-IMÓVEIS

A Diretoria Colegiada da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, em sua Decisão nº 028/2022-DIRET, 3592ª sessão, realizada em 19/01/2022, decidiu, com base nos tópicos 49.3 e 50 do Edital nº 13/2021-Imóveis, homologar o resultado da licitação objeto do referido Edital, conforme processo 00111-00008393/2021-21, proclamando-se vencedores os seguintes licitantes: ITEM 20 - ANTONIO VIEIRA BARROS R\$ 381.000,00; ITEM 23 - ANDREA REIS COSTA e MARCOS ANTONIO RIBEIRO GOMES R\$ 310.999,99; ITEM 46 - LUZELLINE CARDOSO DE CARVALHO R\$ 503.000,00; ITEM 47 - LUZELLINE CARDOSO DE CARVALHO e CLAUDIOALDO ALMEIRA PEREIRA R\$ 419.500,00; ITEM 48 - LUZELLINE CARDOSO DE CARVALHO e CLAUDIOALDO ALMEIRA PEREIRA R\$ 427.500,00; ITEM 52 - PHILLIPE MOREIRA NASCIMENTO R\$ 181.100,00; ITEM 57 - WENDELL DALL AGNOL e CLAUDIR FRANCISCO DALL AGNOL R\$ 113.309,00; ITEM 91 - MAYARA HANYLE BENTO GOMES DA SILVA R\$ 66.660,00. Informa-se, na oportunidade, que os ITENS 01, 03, 11, 12, 15, 24, 29, 37, 40, 42, 62, 64, 87, 94, 97 e 103 permanecerão sobrestados, de ofício, por 60 (sessenta) dias, encerrando-se em 10/03/2022, conforme previsto no tópico 40, para que os respectivos licitantes procedam à complementação da documentação exigida no CAPÍTULO V - B) DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA QUALQUER MODALIDADE DE PAGAMENTO ou manifestem interesse no pagamento à vista. Além disso, comunica-se aos licitantes declarados vencedores que a Gerência de Atendimento ao Cliente - GEATE,

disponibilizará por meio eletrônico o controle de pagamento à vista ou equivalente à entrada inicial, sendo de exclusiva responsabilidade dos licitantes efetuar o recolhimento do preço ajustado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados após a publicação deste, conforme descrito no tópico 74.1 do Edital. Esclarece-se, na ocasião, que os licitantes vencedores supracitados deverão, no prazo devido, após sua convocação pelo Cartório indicado, proceder à lavratura da Escritura Pública de Compra e Venda, correndo todas as despesas por conta dos licitantes vencedores, inclusive as cartorárias e os impostos, preços públicos ou taxas incidentes, de conformidade com o contido no tópico 74.2 do aludido Edital. O não atendimento às citadas exigências, dentro dos prazos já estipulados importará no desfazimento do negócio com a consequente aplicação da penalidade prevista no tópico 77.6 do Edital. Esclarece-se ainda, aos interessados, que, de acordo com o contido no tópico 66 do Edital, não caberá recurso quanto à presente homologação.

Brasília/DF, 19 de janeiro de 2022

BRUNO CÉSAR SANTANA DE MENESES

Presidente da Comissão

**SECRETARIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO**

AVISO DE CONSULTA PÚBLICA EM PLATAFORMA ELETRÔNICA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica do Distrito Federal, INFORMA a população sobre a Consulta Pública, em plataforma eletrônica, com vistas à apreciação e discussão da minuta de Projeto de Lei Complementar que pretende dispor sobre loteamentos fechados, loteamentos de acesso controlado, condomínios de lotes e as respectivas formas de conversão, no Distrito Federal, e dar outras providências, no período de 20/01/2022 a 04/02/2022. As contribuições deverão ser encaminhadas para o e-mail: coap@seduh.df.gov.br. As informações necessárias, bem como o Projeto de Lei Complementar e seus anexos, encontram-se disponibilizados na página eletrônica da SEDUH por meio do link: <http://www.seduh.df.gov.br/consultaspublicas-2022/>.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado, Substituto

PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL - PDOT
CONVOCAÇÃO PARA A 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido nos arts. 2º, 15 e 17 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, no âmbito da estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 02/2020 CONVOCA os membros dos Órgãos Públicos e das Entidades da Sociedade Civil para participarem da 4ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa - CGP, a ser realizada no dia 01 de fevereiro de 2022, às 19h, de forma virtual, pela plataforma Zoom, link:

<https://us02web.zoom.us/j/86093573656?pwd=MGlGV2Q0RDZkSHNKSWFINUNlQnBzdz0>

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado, Substituto

CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 00390-00004395/2018-92; Interessado: EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S/A; Assunto: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. O Subsecretário da Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 1º, do Decreto n.º 35.566, de 25 de junho de 2014, que dá nova redação ao artigo 29, inciso V, parágrafo 2º, do Decreto n.º 29.590, de 09 de outubro de 2008, bem como o disposto no art. 7º do Decreto n.º 36.339, de 28 de janeiro de 2015, resolve: RATIFICAR a inexistibilidade de licitação reconhecida pela Coordenadora da Coordenação de Licenciamento da Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, nos autos do processo administrativo em epígrafe, para a celebração de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso de forma não onerosa com fulcro nos inciso IV do art. 4º da Lei Complementar n.º 755, de 28 de janeiro de 2008, EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S/A, CNPJ nº 00.415.919/0001-46 e o Distrito Federal , para a utilização de 2,00 m² em nível de Solo para Instalação Técnica – Central de GLP, despacho de aprovação da Coordenação de Projetos Especiais e Apoio Técnico (69977197), em área contígua ao imóvel do Lote nº 20, da QL 03 (Numeração Predial – QL 10), do SHU/Sul – Pontão Sul - Distrito Federal. RICARDO AUGUSTO DE NORONHA, Subsecretário da Central de Aprovação de Projetos.

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA – CGP

28 de junho de 2022

www.pdot.seduh.df.gov.br

PAUTA CGP – 28/6/2022

1 **Aprovação Ata da 4ª reunião CGP**

2 **Aprovação do Regimento Interno**

3 **Metodologia participativa da revisão**

4 **Convite**

 Solicitação dos membros do CGP

Reunião CGP do dia 24/5/2022 – alteração do art. 1º fosse alterado para **incluir caráter deliberativo do CGP.**

A **Lei nº 4.585**, de 13 de julho de 2011, que dispõe sobre a participação em órgãos de deliberação indica que **órgãos deliberativos são remunerados**:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – órgão de deliberação coletiva: todo conselho, comitê ou órgão assemblado que tenha sido instituído por lei ou decreto e possua deliberação colegiada;

II – membro nato: condição estabelecida na legislação para determinados cargos que participam do órgão de deliberação coletiva, desde a sua instituição, independentemente de quem o ocupe.

Art. 3º Os órgãos de deliberação coletiva da administração direta, autárquica e fundacional são classificados em:

I – órgãos de 1º grau, presididos pelo Governador;

II – órgãos de 2º grau, presididos pelos Secretários de Estado ou autoridades de mesmo nível hierárquico;

III – órgãos de 3º grau, não compreendidos nos incisos I e II.

§ 1º Os órgãos mencionados no caput deverão ser necessariamente compostos por, no mínimo, um servidor ou empregado do quadro de pessoal efetivo do órgão ou entidade a que se vincula o colegiado.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, deverão ser observadas, no que couber, as regras de composição estabelecidas em legislação específica dos órgãos e entidades mencionados no caput.

§ 3º Os Conselhos Penitenciário, de Trânsito, de Política sobre Drogas e de Educação do Distrito Federal, bem como o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, são classificados como órgãos de deliberação coletiva de 2º grau.

Art. 4º A gratificação pela participação nos órgãos de que trata o art. 3º será devida aos respectivos membros e compreende os seguintes valores:

I – órgãos de 1º grau: R\$ 2.743,40 (dois mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta centavos);

II – órgãos de 2º grau: R\$ 2.057,55 (dois mil e cinquenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos);

III – órgãos de 3º grau: R\$ 1.371,70 (mil, trezentos e setenta e um reais e setenta centavos).

De modo complementar, o **Decreto nº 39.415/20218**, que dispões sobre as regras de organização e funcionamento dos órgão s de deliberação coletiva, indica a necessidade de se comprovar a **inexistência de colegiado com atribuições semelhantes** ao que será criado:

Art. 2º Os órgãos de deliberação coletiva serão instituídos ou regulamentados por ato normativo do Governador do Distrito Federal quando houver em sua composição a participação de mais de um órgão ou entidade da Administração Pública do Distrito Federal, salvo a instituição de colegiados por atos normativos editados em conjunto pelos órgãos ou entidades.

§ 1º A proposta normativa para criação de órgãos de deliberação coletiva, deve ser encaminhada à apreciação da Casa Civil do Distrito Federal pela autoridade máxima do órgão demandante, acompanhada dos seguintes documentos: [\(Parágrafo alterado\(a\) pelo\(a\) Decreto 40335 de 20/12/2019\)](#)

I - os previstos no Decreto nº 39.680, de 21 de fevereiro de 2019, ou norma que o substitua; [\(Inciso alterado\(a\) pelo\(a\) Decreto 40335 de 20/12/2019\)](#) [\(Legislação correlata - Decreto 39680 de 21/02/2019\)](#)

II - informações que justifiquem a necessidade de instituição de novo órgão de deliberação coletiva;

III - declaração de inexistência de colegiado com atribuições semelhantes ao que se pretende instituir;

IV - aceite expreso de entidade da sociedade civil que comporá o órgão de deliberação coletiva por meio de manifestação formal de seus representantes legais.

O **CONPLAN** é órgão colegiado com **função deliberativa na formulação, análise, acompanhamento e atualização** de diretrizes e instrumentos de implementação da política territorial e urbana e a ele compete a **aprovação da proposta de revisão ou de alteração do PDOT**:

Art. 218. O CONPLAN é o órgão colegiado superior do SISPLAN, com função consultiva e deliberativa de auxiliar a Administração na formulação, análise, acompanhamento e atualização das diretrizes e dos instrumentos de implementação da política territorial e urbana.

§ 1º A SEDHAB exercerá a função de Secretaria Executiva do CONPLAN. ([Parágrafo alterado\(a\) pelo\(a\) Lei Complementar 854 de 15/10/2012](#))

§ 2º O CONPLAN poderá ser assistido por câmaras temáticas para o tratamento de assuntos específicos.

§ 3º O CONPLAN será presidido pelo Governador do Distrito Federal.

§ 4º Ato próprio do Poder Executivo regulamentará a composição e a forma de escolha dos representantes do Poder Público e da sociedade civil para o CONPLAN.

Art. 219. Compete ao CONPLAN:

I – aprovar a proposta da política de ordenamento territorial e urbano do Distrito Federal;

II – aprovar a proposta de revisão ou alterações do PDOT;

III – aprovar a proposta da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal e suas respectivas alterações;

IV – aprovar as propostas dos Planos de Desenvolvimento Locais das Unidades de Planejamento Territorial e do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília e suas respectivas revisões e alterações;

Por esses motivos, o **Decreto nº 41.004/2020 foi alterado e retirou o caráter consultivo** da Comissão de Governança – **CGO**.

CAPÍTULO II

COMISSÃO DE GOVERNANÇA – CGO

~~Art. 6º Fica instituída a Comissão de Governança – CGO, instância colegiada de deliberação, gestão e articulação interinstitucional no âmbito do processo de elaboração e revisão do PDOT, aprovado pela Lei Complementar nº 803, de 2009.~~

Art. 6º Fica instituída a Comissão de Governança – CGO, instância colegiada com caráter consultivo, de gestão e articulação interinstitucional, no âmbito do processo de revisão do PDOT, aprovado pela Lei Complementar nº 803, de 2009. [Artigo Alterado\(a\) pelo\(a\) Decreto 42546 de 28/09/2021](#)

CAPÍTULO IV

DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

~~Art. 14. Fica instituído o Comitê de Gestão Participativa – CGP, órgão colegiado com caráter consultivo e propositivo, no âmbito do processo de revisão e elaboração do PDOT, aprovado pela Lei Complementar nº 803, de 2009.~~

Art. 14. Fica instituído o Comitê de Gestão Participativa – CGP, instância colegiada com caráter consultivo e propositivo, no âmbito do processo de revisão do PDOT, aprovado pela Lei Complementar nº 803, de 2009. [Artigo Alterado\(a\) pelo\(a\) Decreto 42546 de 28/09/2021](#)

 Deliberação

Conforme apresentado, há impossibilidade legal de alterar o caráter consultivo do CGP.

O art.1º do Regimento Interno possui a seguinte redação:

Regimento Interno - Comitê de Gestão Participativa - CGP

DO COMITÊ

Art. 1º. O Comitê de Gestão Participativa – CGP é instância colegiada com caráter consultivo e propositivo criada pelo Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que instituiu a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT.

Leitura do Território (diagnóstico + prognóstico)

- **Reuniões Livres***;
- **Encontros para Pensar***;
- Reuniões Comitê de Gestão participativa – CGP;
- Reuniões Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI (CGP deve indicar de dois a cinco dos seus membros para participar das reuniões de cada Grupo Temático);
- Reuniões Comissão de Governança – CGO (dois representantes titulares e respectivos suplentes do Comitê de Gestão Participativa – CGP, escolhidos entre os representantes da sociedade civil organizada, sendo obrigatoriamente de segmentos distintos);
- **Oficinas Temáticas (por UPT) ***;
- **Reuniões por Região Administrativa***;
- **1ª Audiência pública***.

Proposta

- **Reuniões Livres***;
- Reuniões Comitê de Gestão participativa – CGP;
- Reuniões Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI
- Reuniões Comissão de Governança – CGO;
- **Reuniões para discussão das propostas***;
- **2ª Audiência pública***.

Consolidação

- Reuniões Comitê de Gestão participativa – CGP;
- Reuniões Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI
- Reuniões Comissão de Governança – CGO;
- **3ª Audiência pública***.

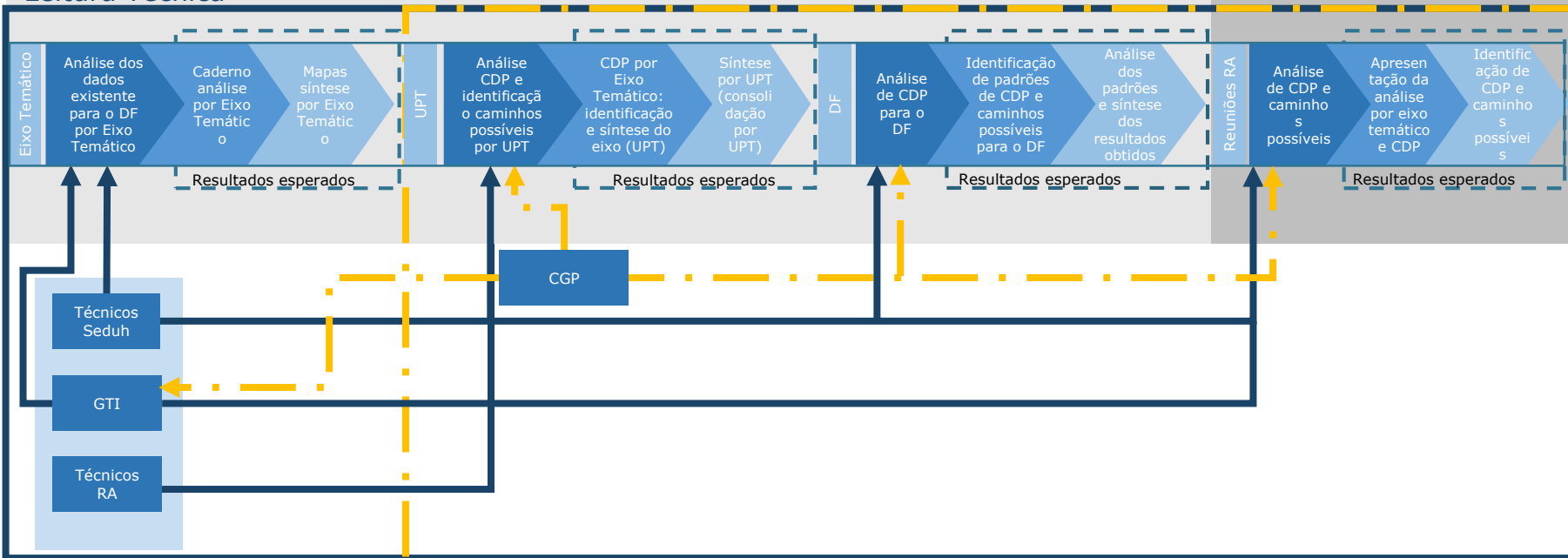
*Etapa aberta à participação de qualquer pessoa

Premissas que balizam o desenvolvimento da revisão estão na metodologia (site PDOT)

Leitura Técnica

2022

2023



Produto final da Leitura do Território deverá conter as informações técnicas e aquelas originárias da participação da sociedade para apresentação na 1ª Audiência Pública.

Leitura comunitária

CDP - Compromissos, Desafios e Potencialidades

Leitura do Território (diagnóstico + prognóstico)

 Convite

Dia 6 de julho ocorrerá a primeira reunião com técnicos e Administradores Regionais por UPT. CGP está convidado a participar.

Data: 6/7/2022

Horário: 14h30 às 17h30

Local: Auditório da Seduh.

Regiões Administrativas da UPT Oeste

Atenção: a reunião será presencial; não haverá transmissão online.



PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL

www.pdot.seduh.df.gov.br

cgp.pdot@seduh.df.gov.br

**Secretaria de Estado
de Desenvolvimento
Urbano e Habitação**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Secretaria Executiva de Planejamento e Preservação Subsecretaria de
Políticas e Planejamento Urbano

**6ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA – CGP
DA REVISÃO DO
PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL - PDOT**

Data: 26 de julho de 2022

Local: Videoconferência

Horário: 19h

Entrar na reunião Zoom:

<https://us02web.zoom.us/j/85386593854?pwd=ZkhDRXIJNWdBRUpNUnpYT04rNHRIUT09>

1. ORDEM DO DIA

- 1.1 Abertura dos trabalhos - 1ª Chamada : 19:00hs;
- 1.2 Verificação de quórum - 2ª Chamada 19:15hs;
- 1.3 Aprovação da Ata da 5ª Reunião do Comitê de Gestão Participativa - CGP;
- 1.4 Informes;
- 1.5 Apresentação das contribuições para alteração do Decreto nº 41.004/2020;
- 1.6 Oficina UPT Oeste.

2. ASSUNTOS GERAIS

3. ENCERRAMENTO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação Distrito Federal - SEDUH SCS
Quadra 06 Bloco A Lotes 13 / 14 CEP: 70.306-918 Fone:(61) 3214-4092 Brasília – DF

deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada à modificação do objeto da Concessão. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DISSOLUÇÃO: A Concessão poderá ser dissolvida de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO: 11.1 – A Concessão poderá ser rescindida a qualquer tempo, mediante decisão fundamentada em parecer técnico de órgão competente ou em legislação específica, observando o interesse público, sem que seja necessário qualquer tipo de ressarcimento à Concessionária. 11.2 – Não havendo interesse por parte da Concessionária ou de seu representante legal na permanência da infraestrutura em área pública para implantação de infraestrutura de abastecimento de água (Estação Compacta de Pressurização – Booster), este poderá requerer a rescisão do Contrato a qualquer tempo. 11.3 – A rescisão de que trata o item 11.1, dar-se-á com a prévia quitação das taxas devidas, a desobstrução e a recuperação da área pública pelo interessado e a expedição de laudo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF atestando a desativação das instalações. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO EXECUTOR: A Administração Regional do Plano Piloto/DF, deverá nomear executores que ficarão responsáveis pelo acompanhamento do contrato. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO: A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Procuradoria Geral do Distrito Federal, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO: Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato. DATA DE ASSINATURA: Brasília-DF, 10 de março de 2023. SIGNATÁRIOS: MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA e pela CONCESSIONÁRIA: PEDRO CARDOSO DE SANTANA FILHO e VIRGÍLIO DE MELO PERES.

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

CONVOCAÇÃO PARA A 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido nos arts. 2º e 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP, para participarem da 1ª Reunião Extraordinária do CGP, a ser realizada no dia 26 de abril de 2023, às 14h30, no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, sede da SEDUH, 18º andar - Auditório.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DIRETORIA IMOBILIÁRIA

EDITAL Nº 143/2023

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve CONVOCAR 8 indicados até a data de 28/03/2023 pelas associações e cooperativas credenciadas na Companhia, para entrega de documentos via aplicativo ou site CODHAB com vista à habilitação, com o objetivo de compor EXCLUSIVAMENTE a demanda do projeto Reserva do Parque, conforme o Edital de Chamamento nº 01/2022. Informações acerca do empreendimento no portal eletrônico: www.codhab.df.gov.br/pagina/417.

Brasília/DF, 14 de abril de 2023
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

EDITAL Nº 144/2023

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: HABILITAR a associada LUDMILA CHAGAS - CPF nº 934.***.***-20, indicada pela entidade ASCOMVING, tendo em vista à entrega de documentação em cumprimento dos critérios dispostos na Lei Distrital nº 3.877/2006 e formalização de processo de habilitação, com o objetivo de compor EXCLUSIVAMENTE a demanda do projeto Reserva do Parque, conforme o Edital de Chamamento nº 01/2022. Informações acerca do empreendimento no portal eletrônico: www.codhab.df.gov.br/pagina/417.

Brasília/DF, 14 de abril de 2023
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

EDITAL Nº 145/2023

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que

dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: HABILITAR os associados ALMIR ARAÚJO - CPF nº 905.***.***-49 e LUCINEY ARAÚJO - CPF nº 828.***.***-34, indicados pela entidade APMST-DF, para entrega de documentação via aplicativo CODHAB, tendo em vista a entrega de documentação e formalização de processo e comprovação do enquadramento nos ditames da Lei Distrital nº 3.877/2006, a fim de compor exclusivamente a demanda do projeto Recanto das Emas –Edital Chamamento nº 13/2011. A situação cadastral dos candidatos encontra-se disponível no portal www.codhab.df.gov.br.

Brasília/DF, 14 de abril de 2023
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

EDITAL Nº 146/2023

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: HABILITAR os associados THIAGO DE LIMA - CPF nº 073.***.***-75, JEANE ALVES - CPF nº 023.***.***-65, MARIA NELIA RODRIGUES - CPF nº 977.***.***-53, EMILIE DE ALMEIDA - CPF nº 041.***.***-93, HIVANILDO SILVA - CPF nº 491.***.***-44 e IDEGINALDO ALMEIDA - CPF nº 983.***.***-20, indicados pela entidade ASSINPLAN/DF, tendo em vista a entrega de documentação e formalização de processo em cumprimento aos requisitos dispostos na Lei Distrital nº 3877/2006, s fim de compor EXCLUSIVAMENTE a demanda do projeto Riacho Fundo II 3ª Etapa, Edital de Chamamento nº 14/2011.

Brasília/DF, 14 de abril de 2023
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

EDITAL Nº 147/2023

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, notadamente da Lei nº 4.020/2007, da Lei nº 3.877/2006 e do Decreto nº 33.965/2012, resolve: TORNAR PÚBLICA a habilitação de 137 (cento e trinta e sete) candidatos que cumpriram aos requisitos da Lei distrital nº 3.877/2006, para compor a demanda do Programa Habitacional do DF. A listagem dos habilitados se encontra disponibilizada no Portal www.codhab.df.gov.br/candidato/pesquisa-cpf.

Brasília/DF, 14 de abril de 2023
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

EDITAL Nº 148/2023

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, notadamente da Lei nº 4.020/2007, da Lei nº 3.877/2006 e do Decreto nº 33.965/2012, resolve: TORNAR PÚBLICA a migração de 04 (quatro) candidatos habilitados pela Relação de Inscrição Individual – RII para Lista de Vulnerabilidade Social, de pleno acordo com a Resolução CODHAB SEI-GDF nº 076/2021, constantes no Proc. SEI nº: 00431-00005270/2023-96 e Memorando Nº 347/2023 - CODHAB/PRESI/DIMOB/GEMOB.

Brasília/DF, 14 de abril de 2023
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

EDITAL Nº 149/2023

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, notadamente da Lei nº 4.020/2007, da Lei nº 3.877/2006 e do Decreto nº 33.965/2012, resolve: TORNAR PÚBLICA a convocação de 13 (treze) candidatos em situação de vulnerabilidade, constantes no Proc. SEI nº: 00431-00005270/2023-96 e Memorando Nº 347/2023 - CODHAB/PRESI/DIMOB/GEMOB, para comprovação de dados, via aplicativo, até a data de 31/10/2023, com vistas à habilitação.

Brasília/DF, 14 de abril de 2023
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

EDITAL Nº 150/2023

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, notadamente da Lei nº 4.020/2007, da Lei nº 3.877/2006 e do Decreto nº 33.965/2012, resolve: TORNAR PÚBLICA a convocação de 26 (vinte e seis) candidatos em situação de vulnerabilidade social, para criar cadastro eventual e comprovação de dados, via aplicativo CODHAB, até a data de 31/10/2023, com vistas à habilitação, constante no Proc. SEI 00431-00005270/2023-96, e Memorando Nº 347/2023 - CODHAB/PRESI/DIMOB/GEMOB.

Brasília/DF, 14 de abril de 2023
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S/A, CNPJ nº 27.902.165/0001-05, em conformidade com os documentos acostados ao Processo Administrativo nº 00390-00000965/2022-51.

Observação: Aprovado, por excepcionalidade, a implantação da infraestrutura de telecomunicações, nos moldes do art. 6º da Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020.

Referências de contato: Christiano Morette - Diretor de Operações

Telefone: (11) 3192-5200

Endereço Eletrônico: em@highlinedobrasil.com.br

ALTURA DO EQUIPAMENTO VOLUMÉTRICO FIXADO (m)		-
ALTURA DA INFRAESTRUTURA DE SUPORTE (m)		40,00
EXTENSÃO DO EQUIPAMENTO – LINEAR EM SUBSOLO (m)		-
TOTAL DA ÁREA OCUPADA – SUPERFÍCIE (m3)		-
TOTAL DA ÁREA OCUPADA – SUPERFÍCIE E SUBSOLO (m2)		18,36
TOTAL DA ÁREA OCUPADA – ESPAÇO AÉREO (m3)		-
CONCESSÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA	sim	X não

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

ESTA LICENÇA DISTRITAL DE IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES TEM VALIDADE POR 10 ANOS A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL - DODF.

CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 37/2022,

PROCESSO Nº 00390-00006699/2021-90. DAS PARTES: O Distrito Federal, CNPJ nº 00.394.601/0001-26, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, representada por MARIANA ALVES DE PAULA, na qualidade de Subsecretária da Central de Aprovação de Projetos, da Secretaria de Estado Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, com competência prevista no art. 1º do Decreto nº 35.224, de 13 de março de 2014, que dá nova redação ao art. 29, aos incisos III, V e ao parágrafo 2º, do Decreto nº 29.590, de 09 de outubro de 2008, bem como considerando o disposto no art. 2, inciso XI, do Decreto nº 37.516, de 26 de julho de 2016, e NOROESTE RESIDENCIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, já qualificada anteriormente no contrato, resolvem ADITAR o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso sobre Imóvel do Distrito Federal nº 037/2022, que foi devidamente publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 240, de 28 de dezembro de 2022, página 80, na forma que segue: 1 – DO OBJETO: O aditamento objetiva TORNAR SEM EFEITO os Termos aditivos números 01, 02 e 03 celebrados e ainda alterar a "Cláusula Primeira – Das Partes" e "Cláusula Terceira – Do Objeto" do Contrato de Concessão de Direito Real de uso nº 037/2022, passando a vigorarem com as seguintes redações: Cláusula Primeira – Das Partes: O DISTRITO FEDERAL, CNPJ Nº 00.394.601/0001-26, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, representado por MARIANA ALVES DE PAULA na qualidade de Subsecretária da Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, com competência prevista no art. 1º do Decreto nº 35.224, de 13 de março de 2014, que dá nova redação ao art. 29, aos incisos III, V e ao parágrafo 2º, do Decreto nº 29.590, de 09 de outubro de 2008, bem como considerando o disposto no art. 7º do Decreto nº 36.339, de 28 de janeiro de 2015, e NOROESTE RESIDENCIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, CNPJ nº 37.698.994/0001-71, neste ato representada por STENIA TAIS GONÇALVES FERREIRA, brasileira, empresária, solteira, portadora da Carteira Nacional de Habitação nº 02222297***, expedida pelo DETRAN/DF, inscrita no CPF-MF sob o nº 903.044.***-04, na qualidade de Administradora. (...) "Cláusula Terceira – Do Objeto: O Contrato tem por objeto a Concessão de Direito Real de Uso da área contigua ao imóvel do Lote "E" – Comércio Local Noroeste 04/05 (quatro barra cinco) – CLNW 04/05, do Setor de Habitações Coletivas Noroeste (SHCNW) - Brasília – Distrito Federal, matriculado sob o nº 131.342 no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, de forma onerosa com fulcro nos incisos I do art.3º e não onerosa com fulcro nos incisos "III" "b" e IV do art. 4º da Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008, entre NOROESTE RESIDENCIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, CNPJ nº 37.698.994/0001-71 e o Distrito Federal, para utilização de 255,54m² em nível de Subsolo para Garagem de forma onerosa ; 21,65m² em nível de Solo para Instalações Técnicas – Central de GLP de forma não onerosa; 485,50m² em nível de Espaço Aéreo para Varanda e Expansão de Compartimento de forma não onerosa, totalizando 762,69m², conforme Atestado de Habitação nº 326/2022 (99689205) e a Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (Documento SEI nº 101754813), que integram o processo administrativo acima referenciado." 2 – DO VALOR: 2.1 – O Concessionário pagará, anualmente, até o dia 31 de janeiro de cada ano, a título de preço

público, o valor de R\$ 3.919,96 (três mil novecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos) referente ao Subsolo correspondente a 0,0020% (vinte centésimos por cento) do valor da área situada fora dos limites do lote (artigos 25 a 28 do Decreto nº 29.590/2008). 2.2 - O pagamento do preço público poderá ser efetuado em até 03 (três) vezes, corrigido conforme disposto na Lei Complementar nº 435/2001, desde que a parcela não seja inferior a R\$ 68,00 (sessenta e oito reais). 2.3 – No caso de atraso no pagamento do preço público descrito no item 5.1, o valor do débito, corrigido monetariamente, será acrescido de multa de 10% (dez por cento) e de juros moratórios legalmente previstos. 2.4 – O preço estipulado será, anualmente, reajustado por índice adotado em lei ou, na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. 2.5 – Os Concessionários obrigam-se a informar aos adquirentes das unidades autônomas acerca da responsabilidade pelo pagamento do preço público disposto nos itens anteriores. 2.6 - As área em avanço de Solo e Espaço Aéreo para Varanda e Expansão de Compartimento e Instalações Técnicas – Central de GLP e Laje Técnica são não-onerosas conforme disposto nas hipóteses prevista nos incisos III "b" e IV do art. 4º da Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008. 3 – DA RESCISÃO: O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante decisão fundamentada em parecer técnico de órgão competente ou em legislação específica, observado o interesse público, sem que seja necessário qualquer tipo de ressarcimento ao concessionário; 4 – DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições do Termo Aditivo e do Contrato em referência. 5 – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO: O presente Termo deverá ser publicado, resumidamente, na imprensa Oficial, as expensas do Distrito Federal. 6 – DO FORO: Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo Aditivo. DATA DE ASSINATURA: Brasília-DF, 18 de abril de 2023. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: MARIANA ALVES DE PAULA e pelo CONCESSIONÁRIO: STENIA TAIS GONÇALVES FERREIRA.

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

CONVOCAÇÃO PARA A 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido nos arts. 2º e 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP, para participarem da 2ª Reunião Extraordinária do CGP, a ser realizada no dia 10 de maio de 2023, às 18h30, no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, sede da SEDUH, 18º andar - Auditório.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - BRASÍLIA AMBIENTAL
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL

NOTIFICAÇÃO Nº 18/2023 - IBRAM/PRESI/SUFAM
O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 395, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018, FAZ SABER a todos quantos este Edital virem ou dele tiverem conhecimento que, este Órgão de Fiscalização Ambiental, faz a NOTIFICAÇÃO do(a) interessado(a) ANTÔNIO FRANCISCO CARVALHO, inscrito(a) sob o CPF nº 130.***.***-15, residente e domiciliado(a) em lugar incerto e não sabido, da lavratura do Auto de Infração nº 02200/2021 em seu nome, pelo cometimento de infração administrativa ambiental prevista no(s) Art(s). 54 da Lei / Decreto nº 41/ 1989, objeto da instauração do processo administrativo nº 00391-00007993/2021-91, o qual deverá, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da primeira publicação deste Edital, apresentar defesa administrativa quanto aos fatos que lhe são imputados. O notificado poderá ter vistas e/ou solicitar cópias do respectivo processo no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, situado no SEPN 511, Edifício Bittar IV, bloco C, Asa Norte, Brasília/DF, horário das 09:00 horas às 17:00 horas, em dias úteis.

SIMONE DE MOURA ROSA

NOTIFICAÇÃO Nº 20/2023 - IBRAM/PRESI/SUFAM
O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 395, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018, FAZ SABER a todos quantos este Edital virem ou

2. PROPOSTA DE ENCARGOS DO PATROCINADOR: Fornecimento de bens e serviços de interesse à Gerência do Museu de Arte de Brasília e da Concha Acústica, no valor global de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), com a seguinte especificação: Obra de arte, de autoria de E. Di Cavalcanti, intitulada "Ivette com pássaros", datada de 1963, técnica de desenho a grafite sobre papel, com dimensões de 45 cm x 37 cm (folha) e 65 cm x 57 cm (moldura), assinada, datada e localizada (Paris), com certificado de autenticidade, ou obra(s) de arte equivalente(s), de mesmo valor global, mediante aprovação da Gerência do Museu de Arte de Brasília e da Concha Acústica, caso a obra especificada não esteja disponível ou seja julgada inaceitável pela dita Gerência.

3. CONTRAPARTIDAS: Uso da Concha Acústica no período de 09/08/2023 a 13/08/2023, para a realização do evento de apresentação gospel do artista Deive Leonardo.

4. MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE OUTRA ENTIDADE: Qualquer entidade privada interessada em apresentar proposta de patrocínio nos mesmos termos ou em condições mais vantajosas para a administração pública deverá encaminhá-la para o correio eletrônico marcelo.jorge@cultura.df.gov.br no prazo de dez dias, contado a partir da data de publicação deste Aviso Público.

Brasília/DF, 04 de maio de 2023
CARLOS ALBERTO BATISTA DA SILVA JÚNIOR

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 11/2023 (*) PROCESSO Nº 00150-0000855/2023-11

O DISTRITO FEDERAL, através da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, representado por BARTOLOMEU RODRIGUES DA SILVA, na qualidade de Secretário de Estado, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e a empresa STUDIO CARTOON LTDA. - ME | STUDIO CARTOON, doravante denominada Contratada, CNPJ nº 32.941.421/0001-03, com sede na Travessa Pires Martins nº 06, apartamento 101 - Vila Isabel, Castelo - ES - CEP: 29.360-000, neste ato representada por RAFAEL GOMES CAMPOS, na qualidade de Representante Legal. CLÁUSULA TERCEIRA – Da Finalidade: 3.1 O Contrato tem por finalidade a aquisição de assinatura de serviços de hospedagem de arquivos e design a fim de suprir as necessidades urgentes da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF, conforme especificações, quantidades, exigências e condições, estabelecidas no Termo de Referência - SECEC/GAB/ASCOM, consoante especifica a Justificativa de Dispensa de Licitação e Proposta de Preços que passam a integrar o presente Termo. 3.2 Descrição do objeto: Serviço de armazenamento e sincronização de arquivos; Website de hospedagem e compartilhamento de imagens e Plataforma de design gráfico online. CLÁUSULA QUINTA – Do Valor: 5.1 - O valor total do contrato é de R\$ 1.652,00 (um mil seiscentos e cinquenta e dois reais), procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual. 5.2 - Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses, terão seus valores anualmente, reajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, contado da data de apresentação da proposta. CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária: 6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 16101; II – Programa de Trabalho: 13392621928310001; III – Natureza de Despesa: 33.90.39; IV – Fonte de Recursos: 100. 6.2 – O empenho inicial é de R\$ 1.652,00 (um mil seiscentos e cinquenta e dois reais), conforme Nota de Empenho nº 2023NE00250, emitida em 17/04/2023, sob o evento nº 400091, na modalidade Global. CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo: 8.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação na forma da lei vigente. CLÁUSULA NONA – Das Garantias: 9.1 O serviço deverá dispor de garantia de no mínimo 6 (seis) meses para defeitos de fabricação e instalação - prevista na Lei nº 8.078/1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a qual se inicia a partir do recebimento definitivo, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pelo citado normativo. 9.2 Quando da entrega do material, a empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal. 9.3 No caso de substituição do material, o substituto terá o mesmo prazo de garantia originalmente dado. 9.4 Quando da entrega do material, a empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Executor: O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado e Cultura e Economia Criativa, designará Executor para o Contrato que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil. Data da Assinatura: 24 de abril de 2023. P/Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa: BARTOLOMEU RODRIGUES DA SILVA. Pela Contratada: RAFAEL GOMES CAMPOS.

(*) Republicado por ter sido encaminhado com incorreção no original, publicado no DODF nº 77, de 25 de abril de 2023, página 105.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

CONVOCAÇÃO PARA A 90ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 14 da Portaria nº 75, de 14 de outubro de 2014, alterada pela Portaria nº 48, de 22 de julho de 2015, que dispõe sobre o

Regimento Interno do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, CONVOCA os membros do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal para a 90ª Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 18 de maio de 2023, às 9h, em sessão presencial, no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, 18º andar, Edifício Sede da SEDUH, Sala de Reuniões.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

CONVOCAÇÃO PARA A 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido nos arts. 2º e 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP, para participarem da 3ª Reunião Extraordinária do CGP, a ser realizada no dia 17 de maio de 2023, às 14h30, no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, sede da SEDUH, 18º andar - Auditório.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 07/2023

PROCESSO: 00220-00001454/2023-35. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER E O INSTITUTO BRASIL SAPIENS. DO VALOR: R\$ 295.506,29 (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e seis reais e vinte e nove centavos). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 34101, Nota de Empenho: 2023NE00187, de 18/04/2023, na modalidade Ordinário, sob o Programa de Trabalho 27.812.6206.9080.0181, Fonte de Recurso: 100, Natureza da Despesa: 335041. VIGÊNCIA: Da data da sua assinatura até 21/05/2023. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: VICTOR RENATO JUNQUEIRA LACERDA, na qualidade de Secretário de Estado de Esporte e Lazer, Interino. Pela CONTRATADA: ROMULO SULZ GONSALVES JUNIOR, na qualidade de Presidente da Entidade.

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 08/2023

PROCESSO: 00220-00001516/2023-17. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER E O INSTITUTO DE BOMBEIROS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL- IBRES. DO VALOR: R\$ 497.288,22 (quatrocentos e noventa e sete mil, duzentos e oitenta e oito reais e vinte e dois centavos). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 34101, Nota de Empenho: 2023NE00188, de 19/04/2023, na modalidade Ordinário, sob o Programa de Trabalho 27.812.6206.9080.0179, Fonte de Recurso: 100, Natureza da Despesa: 335041. VIGÊNCIA: Da data da sua assinatura até 24/09/2023. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: VICTOR RENATO JUNQUEIRA LACERDA, na qualidade de Secretário de Estado de Esporte e Lazer, Interino. Pela CONTRATADA: EUGÊNIO CESAR NOGUEIRA, na qualidade de Presidente da Entidade.

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 10/2023

PROCESSO: 00220-00001205/2023-40. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER E A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESPORTE CULTURA E LAZER - ASBEC. DO VALOR: R\$ 499.970,80 (quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e setenta reais e oitenta centavos). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 34101, Nota de Empenho: 2023NE00190, de 24/04/2023, na modalidade Ordinário, sob o Programa de Trabalho 27.812.6206.9080.0179, Fonte de Recurso: 100, Natureza da Despesa: 335041. VIGÊNCIA: Da data da sua assinatura até 09/01/2024. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: VICTOR RENATO JUNQUEIRA LACERDA, na qualidade de Secretário de Estado de Esporte e Lazer, Interino. Pela CONTRATADA: ADRIANA RODRIGUES SOUSA, na qualidade de Presidente da Entidade.

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 11/2023

PROCESSO: 00220-00001482/2023-52. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER E O INSTITUTO DE BOMBEIROS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL- IBRES. DO VALOR: R\$ 399.914,70 (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e quatorze reais e setenta centavos). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 34101, Nota de Empenho: 2023NE00191, de 26/04/2023, na modalidade Ordinário, sob o Programa de Trabalho 27.812.6206.9080.0181, Fonte de Recurso: 100, Natureza da Despesa: 335041. VIGÊNCIA: Da data da sua assinatura até 28/11/2023. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: VICTOR RENATO JUNQUEIRA LACERDA, na qualidade de Secretário de Estado de Esporte e Lazer, Interino. Pela CONTRATADA: EUGÊNIO CESAR NOGUEIRA, na qualidade de Presidente da Entidade.

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA
PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

CONVOCAÇÃO PARA A 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido nos arts. 2º e 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP, para participarem da 8ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 31 de maio de 2023, às 14h30, no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, sede da SEDUH, 18º andar - Auditório.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
 Secretário de Estado

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO
 AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL**

**AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS,
 ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO**
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS

EXTRATOS DE OUTORGAS

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS, DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – Adasa torna pública as outorgas:

Outorga nº 106/2023 - ADASA/SRH/COUT. CIPLAN - Cimento Planalto S.A, outorga direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de uso industrial, localizado na Rodovia DF 205, Km 2,7, S/N, Sobradinho/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Ribeirão Contagem. Processo SEI nº 00197-00000268/2020-34.

Outorga nº 168/2023 - ADASA/SRH/COUT. José Maurício Bicalho Dias - Espólio, outorga de direito de uso de recursos hídricos para regularização de uma barragem de terra, no endereço Fazenda Vale Verde, Rodovia BR-020, Km 48, Núcleo Rural Taquara, Planaltina/DF, no Córrego Retiro do Meio, Bacia Hidrográfica do Rio Preto, Unidade Hidrográfica Ribeirão Jacaré. Processo SEI nº 00197-00000581/2022-34.

Outorga nº 175/2023 - ADASA/SRH/COUT. Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal-DER/DF, outorga de direito de uso com a finalidade de lançamento de águas pluviais em cinco pontos de descarga no Lago Paranoá, referente ao sistema de drenagem pluvial que atenderá ao empreendimento Trevo de Triagem Norte, DF 002 / DF-007, Lago Norte/DF, Bacia Hidrográfica Rio Paranoá, Unidade Hidrográfica Lago Paranoá. Processo SEI nº 0197-000964/2012.

GUSTAVO ANTONIO CARNEIRO

EXTRATOS DE OUTORGAS

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS, DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – Adasa torna públicas as outorgas:

Outorga nº 150/2023 - ADASA/SRH/COUT. Antônio Carlos dos Santos Amorim, outorga de direito de uso de água superficial, por meio de um caminho-pipa, para fins de Terraplanagem, Irrigação e Construção Civil, Brasília/DF, Bacia Hidrográficas Múltiplas. Processo SEI nº 00197-00001761/2023-14.

Outorga nº 159/2023 - ADASA/SRH/COUT. Constrel Reformas e Transportes LTDA-ME, outorga de direito de uso de água superficial, por meio de dois caminhos-pipas, para fins de Terraplanagem, Irrigação e Construção Civil, Brasília/DF, Bacia Hidrográficas Múltiplas. Processo SEI nº 00197-00001724/2023-14.

Outorga nº 160/2023 - ADASA/SRH/COUT. Luiz Carlos Jeremias, outorga de direito de uso de água superficial, por meio de um caminho-pipa, para fins de Terraplanagem, Irrigação e Construção Civil, Brasília/DF, Bacia Hidrográficas Múltiplas. Processo SEI nº 0197-000481/2014.

Outorga nº 179/2023 - ADASA/SRH/COUT. Casa da Limpeza e Higiene Eireli, outorga de direito de uso de água superficial, por meio de um caminho-pipa, para fins de Terraplanagem, Irrigação e Construção Civil, Brasília/DF, Bacia Hidrográficas Múltiplas. Processo SEI nº 00197-00001946/2023-29.

GUSTAVO ANTÔNIO CARNEIRO

EXTRATOS DE OUTORGAS PRÉVIAS

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS, DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – Adasa torna pública a outorga prévia:

Outorga Prévia nº 92/2023 - ADASA/SRH/COUT. CIPLAN - Cimento Planalto S.A, outorga prévia para reservar o direito de uso de água subterrânea mediante a perfuração de um poço tubular profundo, para fins de irrigação paisagística, e indeferir para fins de abastecimento humano conforme Art. 17 da Resolução/Adasa n.º 350/2006, localizado na Rodovia DF 205, Km 2,7, S/N, Sobradinho/DF, Bacia Hidrográfica Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Ribeirão Contagem. Processo SEI nº 00197-00000268/2020-34.

GUSTAVO ANTONIO CARNEIRO

**INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
 HÍDRICOS - BRASÍLIA AMBIENTAL**

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE ADESAO Nº 02/2017
 Processo: 00391-00010986/2017-90 - DAS PARTES: BRASÍLIA AMBIENTAL x NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S/A. DO OBJETO: A rescisão do Contrato de Adesão nº 02/2017, a qual obedece aos termos do item 3, da Cláusula Sexta do Contrato e do inciso II, art. 79, da Lei nº 8.666/93, visto que o Contrato de Adesão nº 25/2018 foi assinado para sua substituição. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Termo de Rescisão opera seus efeitos, retroativamente, a partir de 1º de janeiro de 2019. DA ASSINATURA: 13/05/2023. DOS SIGNATÁRIOS: Pelo Brasília Ambiental: RÔNEY NEMER, Presidente e pela NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S/A: GUSTAVO ALVARES SANTOS, Superintendente de Relacionamento com Clientes e FABIOLA MARIA DA CRUZ DE ALMEIDA, Superintendente de Patrimônio e Controle de Ativos.

**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
 DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

NOTIFICAÇÃO Nº 204/2023

O DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, DO INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, instituídas através da Instrução Normativa nº 06, de 29 de julho de 2019, resolve:

CONCEDER a CONSORCIO HP- ITA, CPF/CNPJ: 18.011.878/0003-50, o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de ciência desta notificação, para efetuar o pagamento no valor de R\$ 19.803,00 (dezenove mil oitocentos e três reais) referente ao Auto de Infração nº 00929/2019, constante nos autos do Processo nº 00391-00005985/2019-95.

A multa será atualizada desde a lavratura do auto de infração, conforme disposto no Parecer nº 370/2020 PGDF/PGCONS.

De acordo com dispositivo legal, Lei Distrital 041/1989 Art. 64 § 1º e 3º, o valor estipulado da pena de multa cominado no auto de infração será corrigido pelos índices oficiais vigentes no ato do pagamento.

O não recolhimento da multa dentro do prazo fixado implicará em INSCRIÇÃO EM DÉVIDA ATIVA na forma da legislação em vigor.

WELKSON ISIDÓRIO DO NASCIMENTO

NOTIFICAÇÃO Nº 205/2023

O DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, DO INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, instituídas através da Instrução Normativa nº 06, de 29 de julho de 2019, resolve:

CONCEDER a FUNN ENTRETENIMENTO LTDA ME, CPF/CNPJ: 11.499.515.0001-02, o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de ciência desta notificação, para efetuar o pagamento no valor de R\$ 50.004,07 (cinquenta mil quatro reais e sete centavos) referente ao Auto de Infração nº 08454/2019, constante nos autos do Processo nº 00391-00005734/2019-19.

A multa será atualizada desde a lavratura do auto de infração, conforme disposto no Parecer nº 370/2020 PGDF/PGCONS.

De acordo com dispositivo legal, Lei Distrital 041/1989 Art. 64 § 1º e 3º, o valor estipulado da pena de multa cominado no auto de infração será corrigido pelos índices oficiais vigentes no ato do pagamento.

O não recolhimento da multa dentro do prazo fixado implicará em INSCRIÇÃO EM DÉVIDA ATIVA na forma da legislação em vigor.

WELKSON ISIDÓRIO DO NASCIMENTO

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 06/2023

PROCESSO SEI Nº: 00094-00006067/2022-33. PARTES: SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL - SLU/DF e a empresa GOLDMAN SOLUÇÕES EM SANEAMENTO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 17.405.787/0001-74. OBJETO: O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de execução, sob demanda, de sucção por bombeamento de chorume na Unidade de Recebimento de Entulho - URE (Área Especial, Qd. 15, conjunto C1, SCIA/Estrutural), transporte e descarte em lagoa de acumulação do Aterro Sanitário de Brasília - ASB (Rodovia DF 180, km 16, Samambaia). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 03/2023-SLU/DF, da Proposta de Preços, da Lei nº 10.520/2002 c/c a 8.666/1993, bem como o Decreto Federal nº 10.024/2019, recepcionado pelo Decreto Distrital nº 40.205/2019, e Instrução Normativa nº 05/2017-MPOG no que couber, além das demais normas pertinentes. VALOR: Dá-se a este contrato o valor anual estimado de R\$ 2.671.584,00 (dois milhões, seiscentos e setenta e um mil, quinhentos e oitenta e quatro reais), procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 22214, PT: 15.452.6209.2079.6118, ND: 33.90.39, Subitem: 13. DA VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência, a contar de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação de acordo com artigo 5º inciso II da lei 8666/93. DATA DE ASSINATURA: 10/05/2023. SIGNATÁRIOS: Pelo SLU/DF, SILVIO DE MORAIS VIEIRA, Diretor-Presidente e DARLEY BRAZ DE QUEIROZ, Diretor de Administração e Finanças; e pela CONTRATADA: GERDIMARIA MARQUES PEDROZO, Representante Legal.

Capítulo III

Da Condução

Art. 5º A audiência pública será conduzida pelo presidente da mesa, responsável pelo planejamento da audiência, composta por representante da equipe técnica da Subsecretaria de Projetos e Licenciamento de Infraestrutura – SUPROJ.

Art. 6º Compete ao presidente:

- I – abrir a sessão;
- II – organizar os trabalhos, coordenar a atuação dos demais integrantes da mesa, direcionar as perguntas e complementar as respostas;
- III – dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura e continuação;
- IV – tomar quaisquer medidas que visem a segurança e o bem-estar do público presente e dos representantes do governo;
- V – decidir sobre casos omissos e questões de ordem; e
- VI – encerrar a sessão.

Parágrafo único. O presidente poderá, após consulta aos participantes, aumentar o tempo disponível para exposição oral, a depender do número de inscrições e do tempo restante para o final da audiência, sendo-lhe facultado reduzi-lo posteriormente, pelas mesmas razões.

Art. 7º A coordenação da mesa terá por atribuições:

- I – fornecer apoio ao presidente e integrantes da mesa; e
- II – a guarda da documentação produzida na audiência pública.

Capítulo IV

Dos Participantes

Art. 8º São direitos e deveres do público presente:

- I – manifestar-se livremente sobre a matéria em discussão;
- II – respeitar o tempo estabelecido para intervenção, a ordem de inscrição e as demais regras estabelecidas; e
- III – tratar com respeito e civilidade os participantes da audiência e seus organizadores.

§1º É condição para manifestação oral, a prévia inscrição junto à organização do evento durante a audiência pública.

§2º A ordem de inscrição determinará a sequência das manifestações.

Art. 9º Para os debates orais, a manifestação dos participantes deverá seguir a ordem de inscrição e respeitar os seguintes tempos de duração: 5 (cinco) minutos, quando se tratar de representante de entidades, e 3 (três) minutos no caso de manifestações individuais.

Capítulo V

Da Realização

Art. 10. A audiência pública terá a seguinte ordem:

- I – leitura das regras de funcionamento;
- II – apresentação técnica;
- III – exposição resumida do conteúdo da proposta, pela equipe técnica da Subsecretaria de Projetos e Licenciamento de Infraestrutura – SUPROJ;
- IV – respostas às perguntas realizadas; e
- V – encerramento.

Art. 11. As perguntas recebidas serão respondidas pela mesa e equipe técnica em blocos, conforme sua similaridade, a critério da mesa.

Art. 12. Os integrantes da mesa se manifestarão de forma concisa e direta em relação às intervenções orais e escritas dos participantes.

Art. 13. Durante a audiência pública serão permitidas gravações ou outras formas de registro pelos participantes do evento.

Capítulo VI

Das Disposições Finais

Art. 14. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH divulgará quaisquer alterações ocorridas nas informações constantes deste aviso convocação para audiência pública por meio de comunicado relevante, a ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal e no endereço eletrônico www.seduh.df.gov.br.

Art. 15. A audiência pública, assim como suas deliberações, será registrada em ata sucinta, anexada à proposição a ser apreciada, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e no site da SEDUH (<http://www.seduh.df.gov.br/category/audiencias-publicas/>), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da sua realização, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013.

Art. 16. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH no endereço eletrônico www.seduh.df.gov.br, ou pelo presidente da mesa, durante a realização da audiência pública, observadas as disposições da Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013, que disciplina os procedimentos para a realização de audiências públicas relativas à apreciação de matérias urbanísticas e ambientais no Distrito Federal e dá outras providências.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

CONVOCAÇÃO PARA A 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido nos arts. 2º e 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP, para participarem da 9ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 28 de junho de 2023, às 19h00, no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, sede da SEDUH, 18º andar - Auditório.

Brasília/DF, 16 de junho de 2023
MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

AVISO DE RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO - AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO - ASV

Torna público que está recebendo do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Autorização de Exploração - Autorização de Supressão de Vegetação - ASV para supressão de vegetação para instalação de bacia de drenagem pluvial, no Trecho III do Setor Habitacional Sol Nascente - processo SEI – 00391-00006266/2019-91.

Brasília/DF, 15 de junho de 2023

MARCELO FAGUNDES GOMIDE
Diretor-Presidente

DIRETORIA IMOBILIÁRIA

EDITAL Nº 251/2023

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: HABILITAR o associado ANDRESSA RIBAS - CPF nº 107.***.***-09, tendo em vista a convocação, a entrega de documentação e a formalização de processo administrativo em cumprimento aos critérios legais, EXCLUSIVAMENTE para compor demanda no projeto da entidade APADEMO, em Samambaia, selecionada pelo Edital de Convocação nº 03/2018.

Brasília/DF, 19 de junho de 2023

LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 22/2023

Processo SEI nº 00220-00004025/2023-10. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL/ SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL X UATUMÁ TURISMO E EVENTOS EIRELI, CNPJ nº 14.181.341/0001-15. DO OBJETO: A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais, a fim de atender as demandas do Programa Compete Brasília, gerido pela Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal, conforme especificações, condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência nº08 (105987418), do Termo de Homologação e Adjudicação PE 01/2023 (113611461), da Solicitação de Saldo de ARP 05/2023 (115122383), que passam a integrar o presente Termo. VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.024.490,00 (dois milhões, vinte e quatro mil quatrocentos e noventa reais), a ser atendido à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 34.902, Nota de Empenho nº 2023NE00278, no valor de R\$ 2.024.490,00 (dois milhões, vinte e quatro mil quatrocentos e noventa reais), emitida em 15/06/2023, sob o Evento nº 400091, na Modalidade Estimativa, sob o Programa de Trabalho: 27.811.6206.2631.0005. Natureza da Despesa: 3.3.90.33 . VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, de 16/06/2023 a 16/06/2024. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: JULIO CESAR RIBEIRO, na qualidade de Secretário de Estado. Pela CONTRATADA: TEREZA CRISTINA BULBOL, na qualidade de Representante Legal.

III – exposição resumida do conteúdo da proposta, pela equipe técnica da Subsecretaria de Parcelamentos e Regularização Fundiária - SUPAR;

IV – respostas às perguntas realizadas; e

V – encerramento.

Art. 11. As perguntas recebidas serão respondidas pela mesa e equipe técnica em blocos, conforme sua similaridade, a critério da mesa.

Art. 12. Os integrantes da mesa se manifestarão de forma concisa e direta em relação às intervenções orais e escritas dos participantes.

Art. 13. Durante a audiência pública serão permitidas gravações ou outras formas de registro pelos participantes do evento.

Capítulo VI

Das Disposições Finais

Art. 14. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH divulgará quaisquer alterações ocorridas nas informações constantes deste aviso convocação para audiência pública por meio de comunicado relevante, a ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal e no endereço eletrônico www.seduh.df.gov.br.

Art. 15. A audiência pública, assim como suas deliberações, será registrada em ata sucinta, anexada à proposição a ser apreciada, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e no site da SEDUH(<http://www.seduh.df.gov.br/category/audiencias-publicas/>), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da sua realização, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013.

Art. 16. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH no endereço eletrônico www.seduh.df.gov.br, ou pelo presidente da mesa, durante a realização da audiência pública, observadas as disposições da Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013, que disciplina os procedimentos para a realização de audiências públicas relativas à apreciação de matérias urbanísticas e ambientais no Distrito Federal e dá outras providências.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado

CONVOCAÇÃO PARA A 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido nos arts. 2º e 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP, para participarem da 10ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 26 de julho de 2023, às 14h30, no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, sede da SEDUH, 18º andar - Auditório.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado

AVISO DE RESULTADO FINAL

CHAMAMENTO PÚBLICO - SEDUH Nº 01/2023

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e do Decreto nº 41.004, de 20 de junho de 2020, homologa o resultado final do Chamamento Público - Seduh nº 1/2023, com vistas à seleção de representantes da sociedade civil para atuarem junto ao Comitê de Gestão Participativa (CGP), no âmbito da estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). As entidades eleitas deverão apresentar a documentação original, que foi anexada no ato da inscrição, e a documentação listada no Anexo I do Edital, à Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados (Ascol), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizada no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte, 18º Andar, no período de 17 a 21 de julho de 2023, das 8h às 12h e das 14h às 18h, conforme cronograma do Edital.

ENTIDADES ELEITAS	
I - Organizações não governamentais da sociedade civil do tema:	
a) recursos hídricos	
Associação de Produtores do Núcleo Rural Lago Oeste (Asproeste)	CNPJ nº 00.718.833/0001-92
II - Movimentos sociais e coletivos dos grupos:	
b) comunidades indígenas	
Instituto Nacional do Índio (Indi)	CNPJ nº 27.346.348/0001-91
c) população em situação de rua	
Associação BSB Invisível	CNPJ nº 47.108.083/0001-09

Brasília/DF, 10 de julho de 2023

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Atendendo ao disposto na Lei nº 3.184, de 29.08.2003, e o § 2º da Lei Orgânica do Distrito Federal, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF torna público o demonstrativo das despesas do 2º trimestre de 2023, de publicidade e propaganda, conforme abaixo:

CREDOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/GDF	Publicações no DODF	R\$ 31.216,96
PR/CC/IMPrensa Nacional	Publicações no DOU	R\$ 0,00
		TOTAL: R\$ 31.216,96

Brasília/DF, 12 de julho de 2023

MARCELO FAGUNDES GOMIDE

Diretor-Presidente

EDITAL Nº 281/2023

O Governo do Distrito Federal, representado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, considerando a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012 e a Lei Complementar nº 986 de 30 de junho de 2021, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: TORNAR PÚBLICO a distribuição de 03 (três) unidades imobiliárias, contida na lista dos ocupantes dos imóveis situados na cidade de Sobradinho 02/DF (117043271), que se encontram em conformidade com o instituto de Regularização Fundiária, por Legitimação Fundiária. A análise dos documentos se deu nos termos da Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012, Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017, Decreto Federal nº 9.310 de 15 de março de 2018, da Portaria nº 78 de 07 de outubro de 2021 e da Lei Complementar nº 986 de 30 de junho de 2021. Em atenção ao princípio do contraditório e da ampla defesa, salienta-se que o prazo para apresentação de contestação é de 30 (trinta) dias corridos, excluindo na contagem o dia da publicação e incluindo o dia do vencimento e assim transcorrido o prazo sem manifestação, ocorra a efetivação do pleito. Ademais, a listagem contendo os nomes dos habilitados por Legitimação Fundiária, poderá ser consultada no sítio da CODHAB www.codhab.df.gov.br, no link da Regularização - Andamento da Localidade - RAXXVI - Sobradinho II - Listagem de Beneficiário CRF - SOBRADINHO 02 - ETAPA 01.

Brasília/DF, 11 de Julho de 2023

MARCELO FAGUNDES GOMIDES

Diretor-Presidente

EDITAL Nº 282/2023

O Governo do Distrito Federal, representado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, considerando a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012 e a Lei Complementar nº 986 de 30 de junho de 2021, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: TORNAR PÚBLICO a distribuição do imóvel situado na Q 01 CJ 05 LT 0006 - Vila DNOCS - Sobradinho I, em nome de JOSEFA SALVIANO SERAFIM CPF nº 715.***.***-87, que se encontram em conformidade com o instituto de Certificação por Regularização Fundiária, por Legitimação Fundiária. A análise dos documentos se deu nos termos da Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012, Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017, Decreto Federal nº 9.310 de 15 de março de 2018, da Portaria nº 78 de 07 de outubro de 2021 e da Lei Complementar nº 986 de 30 de junho de 2021. Em atenção ao princípio do contraditório e da ampla defesa, salienta-se que o prazo para apresentação de contestação é de 30 (trinta) dias corridos, excluindo na contagem o dia da publicação e incluindo o dia do vencimento e assim transcorrido o prazo sem manifestação, ocorra a efetivação do pleito.

Brasília/DF, 11 de Julho de 2023

MARCELO FAGUNDES GOMIDE

Diretor-Presidente

EDITAL Nº 283/2023

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: HABILITAR VIVIAN VIEIRA - CPF nº 056.***.***-18 tendo em vista a entrega de documentação e formalização do processo, em cumprimento aos ditames legais, a fim de compor a demanda do projeto da entidade IBVS - CNPJ 05.539.331/0001-18 , em Samambaia, selecionada pelo Edital de Convocação nº 02/2017.

Brasília/DF, 13 de julho de 2023

MARCELO FAUNDES GOMIDE

Diretor-Presidente

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA
PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL****CONVOCAÇÃO PARA A 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP, para participarem da 11ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 30 de agosto de 2023, às 19h, no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, sede da SEDUH, 18º andar - Auditório.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER**SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO
DIRETORIA DE PREGÃO****RETIFICAÇÃO**

No Aviso de Abertura de Licitação Pregão Eletrônico nº 02/2023, publicado no DODF Nº 155, de 16 de agosto de 2023, página 69. ONDE SE LÊ: "...PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023, LEIA-SE: "...TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023..."

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO
AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL****AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS,
ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS****EXTRATO DE OUTORGA**

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS, DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – ADASA toma pública a outorga:

Outorga nº 166/2023 – ADASA/SRH/COUT. Carlos Augusto Coser, outorga de direito de uso de recursos hídricos para captação de água subterrânea, por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano, irrigação de culturas e uso comercial, localizado na Chácara 2/224, Incra 6, Brazlândia/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Descoberto, Unidade Hidrográfica Alto Rio descoberto. Processo SEI nº 00197-00001699/2023-61.

GUSTAVO ANTONIO CARNEIRO.

**INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
HÍDRICOS - BRASÍLIA AMBIENTAL
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS****NOTIFICAÇÃO Nº 347/2023 - IBRAM/PRESI/SUAG/DIORF/GEAR**

O DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL – BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso de suas atribuições legais, instituídas através da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06 de 29 de julho de 2019, resolve:

CONCEDER a KAMILA SOARES FERREIRA DE MELO, CPF/CNPJ: 051.***.***-33, o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de ciência desta notificação, para efetuar o pagamento no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), referente ao Auto de Infração nº 04040/2021, constante nos autos do Processo nº 00391-00009590/2021-86.

A multa será atualizada desde a lavratura do auto de infração, conforme disposto no Parecer nº 370/2020 PGDF/PGCONS.

De acordo com dispositivo legal, Lei Distrital 041/1989 Art. 64 § 1º e 3º, o valor estipulado da pena de multa cominado no auto de infração será corrigido pelos índices oficiais vigentes no ato do pagamento.

O não recolhimento da multa dentro do prazo fixado implicará em INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA na forma da legislação em vigor.

WELKSON ISIDÓRIO DO NASCIMENTO

NOTIFICAÇÃO Nº 356/2023 - IBRAM/PRESI/SUAG/DIORF/GEAR

O DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso de suas atribuições legais, instituídas através da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06 de 29 de julho de 2019, resolve:

CONCEDER a GRAZIELA DA SILVA CARMO, CPF: 025. ***.***-08, o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de ciência desta notificação, para efetuar o pagamento no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), referente ao Auto de Infração nº 04177/2021, constante nos autos do Processo nº 00391-00009825/2021-30.

A multa será atualizada desde a lavratura do auto de infração, conforme disposto no Parecer nº 370/2020 PGDF/PGCONS.

De acordo com dispositivo legal, Lei Distrital 041/1989 Art. 64 § 1º e 3º, o valor estipulado da pena de multa cominado no auto de infração será corrigido pelos índices oficiais vigentes no ato do pagamento.

O não recolhimento da multa dentro do prazo fixado implicará em INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA na forma da legislação em vigor.

WELKSON ISIDÓRIO DO NASCIMENTO

NOTIFICAÇÃO Nº 357/2023 - IBRAM/PRESI/SUAG/DIORF/GEAR

O DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso de suas atribuições legais, instituídas através da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06 de 29 de julho de 2019, resolve:

CONCEDER a ADRIANO FRANCISCO DE OLIVEIRA, CPF: 008. ***.***-91, o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de ciência desta notificação, para efetuar o pagamento no valor de R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais), referente ao Auto de Infração nº 04179/2021, constante nos autos do Processo nº 00391-00009826/2021-84.

A multa será atualizada desde a lavratura do auto de infração, conforme disposto no Parecer nº 370/2020 PGDF/PGCONS.

De acordo com dispositivo legal, Lei Distrital 041/1989 Art. 64 § 1º e 3º, o valor estipulado da pena de multa cominado no auto de infração será corrigido pelos índices oficiais vigentes no ato do pagamento.

O não recolhimento da multa dentro do prazo fixado implicará em INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA na forma da legislação em vigor.

WELKSON ISIDÓRIO DO NASCIMENTO

NOTIFICAÇÃO Nº 358/2023 - IBRAM/PRESI/SUAG/DIORF/GEAR

O DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso de suas atribuições legais, instituídas através da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06 de 29 de julho de 2019, resolve:

CONCEDER a JOSE MARIA DA SILVA LIMA, CPF: 245.***.***-63, o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de ciência desta notificação, para efetuar o pagamento no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), referente ao Auto de Infração nº 09383/2021, constante nos autos do Processo nº 00391-00009904/2021-41.

A multa será atualizada desde a lavratura do auto de infração, conforme disposto no Parecer nº 370/2020 PGDF/PGCONS.

De acordo com dispositivo legal, Lei Distrital 041/1989 Art. 64 § 1º e 3º, o valor estipulado da pena de multa cominado no auto de infração será corrigido pelos índices oficiais vigentes no ato do pagamento.

O não recolhimento da multa dentro do prazo fixado implicará em INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA na forma da legislação em vigor.

WELKSON ISIDÓRIO DO NASCIMENTO

NOTIFICAÇÃO Nº 359 /2023 - IBRAM/PRESI/SUAG/DIORF/GEAR

O DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso de suas atribuições legais, instituídas através da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06 de 29 de julho de 2019, resolve:

CONCEDER a ANDERSON DA SILVA BARRETO, CPF: 934. ***.***-15, o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de ciência desta notificação, para efetuar o pagamento no valor de R\$ 1.125,00 (mil cento e vinte e cinco reais), referente ao Auto de Infração nº 09384/2021, constante nos autos do Processo nº 00391-00010038/2021-31.

A multa será atualizada desde a lavratura do auto de infração, conforme disposto no Parecer nº 370/2020 PGDF/PGCONS.

De acordo com dispositivo legal, Lei Distrital 041/1989 Art. 64 § 1º e 3º, o valor estipulado da pena de multa cominado no auto de infração será corrigido pelos índices oficiais vigentes no ato do pagamento.

O não recolhimento da multa dentro do prazo fixado implicará em INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA na forma da legislação em vigor.

WELKSON ISIDÓRIO DO NASCIMENTO

NOTIFICAÇÃO Nº 371/2023 - IBRAM/PRESI/SUAG/DIORF/GEAR

O DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso de suas atribuições legais, instituídas através da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06 de 29 de julho de 2019, resolve:

CONCEDER a FRANCISCA MARIA FELIX, CPF/CNPJ: 358. ***.***-15, o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de ciência desta notificação, para efetuar o pagamento no valor de R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais), referente ao Auto de Infração nº 07213/2021, constante nos autos do Processo nº 00391-00014454/2021-16.

A multa será atualizada desde a lavratura do auto de infração, conforme disposto no Parecer nº 370/2020 PGDF/PGCONS.

De acordo com dispositivo legal, Lei Distrital 041/1989 Art. 64 § 1º e 3º, o valor estipulado da pena de multa cominado no auto de infração será corrigido pelos índices oficiais vigentes no ato do pagamento.

O não recolhimento da multa dentro do prazo fixado implicará em INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA na forma da legislação em vigor.

WELKSON ISIDÓRIO DO NASCIMENTO

NOTIFICAÇÃO Nº 372 /2023 - IBRAM/PRESI/SUAG/DIORF/GEAR

O DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso de suas atribuições legais, instituídas através da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06 de 29 de julho de 2019, resolve:

CONCEDER a MARIA DA CONCEICAO SILVA, CPF/CNPJ: 358. ***.***-68, o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de ciência desta notificação, para efetuar o pagamento no valor de R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais), referente ao Auto de Infração nº 07226/2021, constante nos autos do Processo nº 00391-00014456/2021-05.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023 – UASG 926241

Objeto: Aquisição de equipamentos (Switches, Access Point e Nobreaks) conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo I do Edital. Valor Estimado: Sigiloso, nos termos do Art. 34 da Lei nº 13.303/16. Tipo de Licitação: Menor preço. Elemento de Despesa: 44.90.52. Fonte: 100. Programa de Trabalho: 20.126.6201.1471.0020 MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - EMATER-DF ENTORNO. Vigência do Contrato: 12 meses. Abertura das Propostas dia 15/09/2023 às 09h00. O respectivo edital poderá ser retirado no endereço eletrônico site www.comprasgovernamentais.gov.br. Processo: 00072-00002019/2023-88. Informações através do e-mail licitacoes@emater.df.gov.br.

JOÃO DE ABREU SOARES
Pregoeiro

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 04/2020 ENTRE A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL — FAPDF, A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ-FIOCRUZ E A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE- FIOTEC.

Processo:00193-00000479/2020-80, Espécie: Quarto Termo Aditivo Instrumento: Convênio nº 04/2020 Partes: FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL-FAPDF CNPJ: nº 74.133.323/0001-90; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, CNPJ N.º:33.781.055/0001-35; e a FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE - FIOTEC, CNPJ N.º: 02.385.669.0001/74 Do Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo de vigência do Convênio. Da Vigência: O prazo de vigência do presente Convênio fica prorrogado por mais 24 meses, contados a partir da data de 27 de agosto de 2023. Do Motivo: A prorrogação do termo aditivo é prevista na Cláusula Terceira-Prazo de Vigência e Eficácia. Das Ratificações: Continuam inalteradas as demais cláusulas e condições constantes no Termo de Fomento nº 04/2020 originário, não modificadas pelo presente instrumento. Informe: Correrá à conta da FAPDF a publicação do extrato deste TERMO ADITIVO no Diário Oficial do Distrito Federal. Signatários: Pela FIOCRUZ, representada pela Diretora Maria Fabiana Damásio Passos, CPF 897.9XX.XXX-XX; Pela FIOTEC, a Diretora Executiva CRISTIANE TEIXEIRA SENDIM CPF 014.5XX.XXX-XX; Pela FAPDF, Marco Antônio Costa Júnior, Diretor-Presidente, CPF ° 700.6XX.XXX-XX.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE00541

Processo: 00193-00002248/2022-72. Das Partes: FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 74.133.323/0001-90 e INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL IBIÁ LTDA, CNPJ nº 05.655.158/0001-13. Do Objeto: Contratação de aquisição de gênero de alimentação (água potável). Do Valor: R\$ 6.264,00 (seis mil duzentos e sessenta e quatro reais). Da Classificação Orçamentária: UO 40.201, Gestão 15201, Programa de Trabalho nº 19.122.8207.8517.0141, Fonte: 100, Natureza de Despesa: 339030, Modalidade: Global. Data da Emissão: 30/08/2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2023NE00659

PROCESSO nº 00150-00005633/2023-86. Das Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e o INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO – ICDI, CNPJ nº 05047994000115. Do Objeto: TERMO DE FOMENTO TEM POR OBJETO A REALIZAÇÃO DO PROJETO CANDANGÃO DE QUADRILHA JUNINA", A SER EXECUTADO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA, CONFORME DETALHAMENTO CONTIDO NO PLANO DE TRABALHO EM ANEXO A ESTE INSTRUMENTO. Prazo: 2 dias. Do Valor: R\$ 399.996,81 (TREZENTOS E NOVENTA E NOVE MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS). Da Classificação Orçamentária: UO 16101; Gestão: 00001. Programa de Trabalho nº 13.392.6219.9075.0284, Fonte 100, Natureza de Despesa 335041; Modalidade: global. Data da Emissão da Nota de Empenho: 31 de agosto de 2023.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2023NE00660

PROCESSO nº 00150-00006059/2023-83. Das Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e ANTONELA PETRUCCI SOLÉ, CPF nº917.XXXXXX-20 Do Objeto: CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA ANTONELA PETRUCCI SOLÉ, COLABORADORA EVENTUAL, POR MEIO DA PORTARIA 209, DE 30 DE AGOSTO DE 2023 - QUE VIRÁ À CIDADE DE BRASÍLIA COM O OBJETIVO DE

PARTICIPAR COMO COLABORADORA EVENTUAL, EM "REUNIÃO PRÉVIA DE ALINHAMENTO E COLETIVA DE IMPRENSA COM O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA", VINDO DE PORTO ALEGRE, PARA O PERÍODO DE 31/ 08 A 01 DE SETEMBRO DE 2023. Prazo: 01 dia. Do Valor: R\$ 650,25 (seiscentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos). Da Classificação Orçamentária: UO 16101; Gestão: 00001. Programa de Trabalho nº13392621928310001, Fonte 10000000, Natureza de Despesa 339014; Modalidade: Ordinário. Data da Emissão da Nota de Empenho: 01 de setembro de 2023.

TERMO DE FOMENTO (MROSC) Nº 61/2023 PROCESSO Nº 00150-00005633/2023-86

O DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.658.028/0001-09, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representada por FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES, na qualidade de Secretário de Estado, cuja delegação de competência foi outorgada pela publicação no Diário Oficial nº 238, em 16 de dezembro de 2016 pelo Decreto nº 32.598, capítulo VII, nomeado pelo Decreto de 04 de julho de 2023 e a Organização da Sociedade Civil INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO – ICDI, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no CNPJ sob o nº 05.047.994/0001-15, neste ato representada por PAULO NAEEM MURDASH, que exerce a função de Presidente, resolvem celebrar este TERMO DE FOMENTO, regendo-se pelo disposto na Lei Nacional Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, nas leis orçamentárias do Distrito Federal, na Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, respectivos regulamentos e demais atos normativos aplicáveis, mediante as cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: Este instrumento tem por objeto a realização do projeto "CANDANGÃO DE QUADRILHA JUNINA", a ser executado na Região Administrativa de Ceilândia, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho. CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DOTAÇÃO: 2.1. Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho. 2.2. O valor global dos recursos públicos da parceria é de R\$ 399.996,81 (TREZENTOS E NOVENTA E NOVE MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS). 2.3. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 16101; II – Programa de Trabalho: 13.392.6219.9075.0284; III – Natureza da Despesa: 335041; IV – Fonte de Recursos: 100. 2.4 – O empenho é de R\$ 399.996,81 (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta e um centavos), conforme Nota de Empenho nº 2023NE00659, emitida em 31/08/2023, sob o evento nº 400097, na modalidade Global. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA: 3.1 - Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 23/01/2024. CLÁUSULA QUINTA – CONTRAPARTIDA: 5.1 – Não será exigida contrapartida da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GESTORES DA PARCERIA: DANIELE GALVÃO PESTANA NOGUEIRA - Matrícula nº 238.584-8 - Analista de Atividades Culturais, DARLLYS CHRISTIAN CASTRO PEREIRA - Matrícula nº 240.629-2 - Técnico de Atividades Culturais e EDUARDO FILHUSI DE FREITAS - Matrícula nº 038.951-X - Técnico de Atividades Culturais. Data da assinatura: 31 de agosto de 2023 P/SECRETARIA: FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES e Pela OSC: PAULO NAEEM MURDASH.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

CONVOCAÇÃO PARA A 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido nos arts. 2º e 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP, para participarem da 4ª Reunião Extraordinária do CGP, a ser realizada no dia 13 de setembro de 2023, às 14h30, no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, sede da SEDUH, 18º andar - Auditório.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DIRETORIA IMOBILIÁRIA

EDITAL Nº 367/2023

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, RESOLVE: Habilitar 49 (quarenta e nove) candidatos, aptos para habilitação no

TERMO DE FOMENTO (MROSC) Nº 67/2023
PROCESSO Nº 00150-00006159/2023-18

O DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.658.028/0001-09, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representada por FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES, na qualidade de Secretário de Estado, cuja delegação de competência foi outorgada pela publicação no Diário Oficial nº 238, em 16 de dezembro de 2016 pelo Decreto nº 32.598, capítulo VII, nomeado pelo Decreto de 04 de julho de 2023 e a Organização da Sociedade Civil INSTITUTO SOCIAL DE ARTE E CULTURA DO SETOR "O" - ISACSO, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no CNPJ sob o nº 05.023.632/0001-94, neste ato representada por MÁRCIO NUNES PINTO, que exerce a função de Presidente, resolvem celebrar este TERMO DE FOMENTO, regendo-se pelo disposto na Lei Nacional Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas leis orçamentárias do Distrito Federal, na Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, respectivos regulamentos e demais atos normativos aplicáveis, mediante as cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: Este instrumento tem por objeto a realização do projeto "34º ANIVERSÁRIO DE SOBRADINHO II", a ser executado o entretenimento da comunidade local, com desfile cívico, encontro de carros, batalhas de rimas e o tradicional parabéns com o corte do bolo, que fomentará a cultura no DF a partir das ações, promovendo o acesso da comunidade à manifestações culturais, de forma gratuita e democrática, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho. CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DOTAÇÃO: 2.1. Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho. 2.2. O valor global dos recursos públicos da parceria é de R\$300.000,00 (trezentos mil reais). 2.3. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 16101; II – Programa de Trabalho: 13.392.6219.9075.0291; III – Natureza da Despesa: 335041; IV – Fonte de Recursos: 100. 2.4 – O empenho é de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2023NE00689, emitida em 14/09/2023, sob o evento nº 400097, na modalidade global. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA: 3.1 - Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 18/01/2024. CLÁUSULA QUINTA - CONTRAPARTIDA: 5.1 – Não será exigida contrapartida da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GESTORES DA PARCERIA: ANTÔNIO RAFAEL DOS SANTOS - Matrícula nº 1.650.287-1 - Técnico de Atividades Culturais e JOSÉ CARLOS MARTINS DUARTE - Matrícula nº 1.650.329-X - Auxiliar de Atividades Culturais. Data da assinatura: 14 de setembro de 2023. P/SECRETARIA: FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES e Pela OSC: MÁRCIO NUNES PINTO.

TERMO DE FOMENTO (MROSC) Nº 68/2023
PROCESSO Nº 00150-00005540/2023-51

O DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.658.028/0001-09, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representada por FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES, na qualidade de Secretário de Estado, cuja delegação de competência foi outorgada pela publicação no Diário Oficial nº 238, em 16 de dezembro de 2016 pelo Decreto nº 32.598, capítulo VII, nomeado pelo Decreto de 04 de julho de 2023 e a Organização da Sociedade Civil ICEE - INSTITUTO CULTURAL ESTRELA ELA, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no CNPJ sob o nº 04.947.540/0001-38, neste ato representada por ELISABETH CAOMON PALMERIO DA SILVA, que exerce a função de Presidente, resolvem celebrar este TERMO DE FOMENTO, regendo-se pelo disposto na Lei Nacional Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas leis orçamentárias do Distrito Federal, na Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, respectivos regulamentos e demais atos normativos aplicáveis, mediante as cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: Este instrumento tem por objeto a realização do projeto "Eu Amo Libras", a ser executado online pela plataforma zoom meeting, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho. CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DOTAÇÃO: 2.1. Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho. 2.2. O valor global dos recursos públicos da parceria é de R\$999.937,80 (novecentos e noventa e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta centavos). 2.3. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 16101; II – Programa de Trabalho: 13.392.6219.9075.0287 e 13.392.6219.9075.0277; III – Natureza da Despesa: 335041; IV – Fonte de Recursos: 100. 2.4 – Os empenhos são de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e R\$ 499.937,80 (quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), conforme Notas de Empenho nº 2023NE00690 e 2023NE00691, emitidas em 14/09/2023, sob o evento nº 400097, na modalidade global. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA: 3.1 - Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 16/03/2024. CLÁUSULA QUINTA - CONTRAPARTIDA: 5.1 – Não será exigida contrapartida da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GESTORES DA PARCERIA: CARLOS ALEXANDRE GUALBERTO FREIRE - Matrícula nº 242.302-2- Analista de Atividades Culturais e CARLA MABEL SANTOS PAULA - Matrícula nº 245.755-5 - Analista de Atividades Culturais. Data da assinatura: 14 de setembro de 2023. P/SECRETARIA: FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES e Pela OSC: ELISABETH CAOMON PALMERIO DA SILVA.

TERMO DE FOMENTO (MROSC) Nº 69/2023
PROCESSO Nº 00150-00006114/2023-35

O DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.658.028/0001-09, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado por FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES, na qualidade de Secretário de Estado, cuja delegação de competência foi outorgada pela publicação no Diário Oficial nº 238, em 16 de dezembro de 2016 pelo Decreto nº 32.598, capítulo VII, nomeado pelo Decreto de 04 de julho de 2023, e a Organização da Sociedade Civil INSTITUTO DE ARTE, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE BRÁSILIA, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no CNPJ sob o nº 22.694.430/0001-93, neste ato representada por EDILSON ALVES DE ARAÚJO, que exerce a função de Presidente, resolvem celebrar este TERMO DE FOMENTO, regendo-se pelo disposto na Lei Nacional Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, nas leis orçamentárias do Distrito Federal, na Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, respectivos regulamentos e demais atos normativos aplicáveis, mediante as cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: Este instrumento tem por objeto a realização do projeto "4º PARADA LGBTQIAP+ DE SÃO SEBASTIÃO", conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho. CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DOTAÇÃO: 2.1. Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho. 2.2. O valor global dos recursos públicos da parceria é de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). 2.3. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 16101; II – Programa de Trabalho: 13.392.6219.9075.0330 e 13392621990750289; III – Natureza da Despesa: 335041; IV – Fonte de Recursos: 100. 2.4 – Os empenhos são de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2023NE00692, emitida em 15/09/2023, sob o evento nº 400097, na modalidade Global e R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2023NE00693, emitida em 15/09/2023, sob o evento nº 400097, na modalidade Global. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA: 3.1 - Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 30/11/2023. CLÁUSULA QUINTA - CONTRAPARTIDA: 5.1 – Não será exigida contrapartida da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GESTORES DA PARCERIA: GIOVANA RIBEIRO PEREIRA - Matrícula nº 240.566-0 - Analista de Atividades Culturais. Data da assinatura: 18 de setembro de 2023. P/SECRETARIA: FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES e Pela OSC: EDILSON ALVES DE ARAÚJO.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA A 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 12ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 27 de setembro de 2023, às 14h30, no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, sede da SEDUH, 18º andar - Auditório.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

EDITAL Nº 384/2023

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - Codhab/DF, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a convocação do ex-empregado JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA MARTINS, CPF nº ***.693.441-**, para dar ciência da Decisão nº 3344/2023, exarada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCFDF, e solicita o comparecimento à Gerência de Pessoas desta empresa pública, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

MARCELO FAGUNDES GOMIDE

DIRETORIA IMOBILIÁRIA

EDITAL Nº 383/2023

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, resolve: Habilitar 36 (trinta e seis) candidatos, aptos para habilitação no Programa Habitacional do DF, visto que atenderam aos requisitos da Lei Distrital nº 3.877/2006. A relação dos candidatos encontra-se disponibilizada no site eletrônico www.codhab.df.gov.br/candidato/pesquisa-cpf.

Brasília/DF, 15 de setembro de 2023
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

Trabalho: 13.392.6219.9075.0005 e 13.392.6219.9075.0325; III – Natureza da Despesa: 335041; IV – Fonte de Recursos: 100. 2.4 – Os empenhos são de R\$99.997,26 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos) e de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), conforme Notas de Empenho 2023NE00773 e 2023NE00774, emitidas em 10/10/2023, sob o evento nº 400097, na modalidade global. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA: 3.1 - Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 14/12/2023. CLÁUSULA QUINTA – CONTRAPARTIDA: 5.1 – Não será exigida contrapartida da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GESTORES DA PARCERIA: LEILIANE DS GRAÇAS OLIVEIRA DANTAS - Matrícula nº 174.926-9 - Gestor em Políticas Públicas e Cestão Governamental, LAURA TEIXEIRA DE OLIVEIRA - Matrícula nº 240.626-8 - Técnico de Atividades Culturais e RODRIGO MENDES PEREIRA - Matrícula nº 172.890-3 - Gestor em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Data da assinatura: 10 de outubro de 2023. P/SECRETARIA: FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES e Pela OSC: ATANAGILDO BRANDOLT DE BRANDOLT.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2023

A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço, no dia 26/10/2023, às 09h30min, cujo objeto consiste na "Aquisição de livros de diversas áreas do conhecimento, visando compor o acervo bibliográfico da Biblioteca Nacional de Brasília e da Biblioteca Pública de Brasília 312/313 Sul, e aquisição de livros para distribuição nas caixas estantes do Programa Mala do Livro", conforme condições e especificações constantes no Edital e seus Anexos". Processo nº 00150-00000897/2021-81. Valor estimado da licitação: R\$ 114.065,12. Programa de Trabalho nº 13.392.6219.3308.0001 – Apoio às Ações das Bibliotecas, Fonte 100, Natureza de Despesa 33.90.32. O edital estará disponível nos endereços eletrônicos: www.licitacoes-e.com.br e www.cultura.df.gov.br.

Brasília/DF, 09 de outubro de 2023

CARLOS AUGUSTO ANDRADE DO AMARAL
Pregoeiro

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA A 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 13ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 25 de outubro de 2023, às 19h, no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, sede da SEDUH, 18º andar - Auditório.

JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA
Secretária de Estado, Substituta

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 53/2023

PROCESSO: 00220-00002303/2023-02. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER E A ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE ESPORTIVA SHALKE XII. DO OBJETO: DENTRO E FORA DAS 4 LINHAS. DO VALOR: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 34101, Nota de Empenho nº 2023NE00521, emitida em 03/10/2023, na modalidade Ordinário, sob o Programa de Trabalho 27.812.6206.9080.0181, Fonte de Recurso: 100, Natureza da Despesa: 335041. VIGÊNCIA: Da data da sua assinatura até 31/01/2024. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: VICTOR RENATO JUNQUEIRA LACERDA, na qualidade de Secretário de Estado de Esporte e Lazer Interino. Pela CONTRATADA: GABRIELLA COSTA MIRANDA, na qualidade de Presidente da Entidade.

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 54/2023

PROCESSO: 00220-00004280/2023-62. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER E A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO ESCOLAR - CBDE. DO OBJETO: JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS JEB'S 2023. DO VALOR: R\$ 6.999.949,68 (seis milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 34902, Nota de Empenho nº 2023NE000536, emitidas em 09/10/2023, na modalidade Ordinário, sob o Programa de Trabalho 27.812.6206.9080.0003, Fonte de Recurso: 325, Natureza da Despesa: 335041.

VIGÊNCIA: Da data da sua assinatura até 15/12/2023. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: VICTOR RENATO JUNQUEIRA LACERDA, na qualidade de Secretário de Estado de Esporte e Lazer Interino. Pela CONTRATADA: ANTÔNIO HORA FILHO, na qualidade de Presidente da Entidade.

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 55/2023

PROCESSO: 00220-00006226/2023-51. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER E O CEU CENTRO DE ESTUDOS UNIVERSAIS – Fenix do Brasil. DO OBJETO: II COPA SOLDADO UNIVERSAL. DO VALOR: R\$ 99.997,33 (Noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 34101, Notas de Empenhos nº 2023NE000538 emitidas em 09/10/2023, na modalidade Ordinário, sob os Programas de Trabalho 27.812.6206.9080.0181, Fonte de Recurso: 100, Natureza da Despesa: 335041. VIGÊNCIA: Da data da sua assinatura até 16/11/2023. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: VICTOR RENATO JUNQUEIRA LACERDA, na qualidade de Secretário de Estado de Esporte e Lazer Interino. Pela CONTRATADA: LUZIA TORRES SCALA MANZOLILLO, na qualidade de Presidente da Entidade.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS

EXTRATO DE OUTORGAS

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS, DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – Adasa torna públicas as outorgas:

Outorga nº 314/2023 - ADASA/SRH/COUT. Aparecida Maria das Dores Lima, transfere os termos da outorga direito de uso de água subterrânea, concedido a Deltha de Oliveira Silva por meio da Outorga SEI-GDF nº 202/2019 - ADASA/SRH/COUT, por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano e criação/dessedentação animal, localizado na Rodovia DF 001, Km 1, Núcleo Rural Taquari, Chácara Oliveira 53, Lago Norte/DF, com novas finalidades de abastecimento humano, criação/dessedentação animal e irrigação de culturas. Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, Unidade Hidrográfica Ribeirão do Torto. Processo SEI nº 00197-00003065/2023-42.

Outorga nº 317/2023 - ADASA/SRH/COUT. DIREF - Associação dos Servidores da Polícia Federal no Distrito Federal, outorga direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de irrigação paisagística, localizado no Setor Policial Sul, Área Especial Conjunto 1, Bloco F, Plano Piloto/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, Unidade Hidrográfica Lago Paranoá. Processo SEI nº 00197-00003096/2022-12.

Outorga nº 318/2023 - ADASA/SRH/COUT. Corporate Armazenagem e Logística LTDA, outorga direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo (poço 1) e um poço manual (poço 2), para fins de irrigação paisagística, localizado no Setor de Inflamáveis, Lote 06, SIA/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, Unidade Hidrográfica Riacho Fundo. Processo SEI nº 0197-000049/2010.

Outorga nº 319/2023 - ADASA/SRH/COUT. Elane Cléia dos Santos de Sousa, outorga direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano, criação/dessedentação animal, irrigação de culturas, irrigação paisagística e aquicultura, localizado no Núcleo Rural Boa Esperança, Chácara Ferradura, Ceilândia/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Descoberto, Unidade Hidrográfica Médio Rio Descoberto. Processo SEI nº 00197-00002454/2022-70.

Outorga nº 320/2023 - ADASA/SRH/COUT. Hercules Antônio do Prado, outorga direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de irrigação de culturas, localizado na SMLN MI Trecho 10, Chácara Pequía, Paranoá/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, Unidade Hidrográfica Lago Paranoá. Processo SEI nº 0197-000150/2016.

Outorga nº 321/2023 - ADASA/SRH/COUT. VEC Participações Ltda, outorga direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de irrigação paisagística, localizado na SMPW Quadra 26, Conjunto 04, Lote 04, Park Way/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, Unidade Hidrográfica Ribeirão do Gama. Processo SEI nº 00197-00002620/2021-57.

Outorga nº 322/2023 - ADASA/SRH/COUT. Associação dos Proprietários das Chácaras São Judas Tadeu, outorga direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de irrigação paisagística, localizado na SHJB Rua 05, Chácara 14/16, Altiplano Leste, Jardim Botânico/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, Unidade Hidrográfica Lago Paranoá. Processo SEI nº 00197-00000501/2023-21.

Outorga nº 324/2023 - ADASA/SRH/COUT. Sebastião Pacheco de Oliveira, outorga direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano, criação/dessedentação animal, irrigação de culturas e irrigação paisagística, localizado no Quintas do Vale Verde, Chácara 154, Monjolo, Planaltina/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Ribeirão Palmeiras. Processo SEI nº 00197-00001088/2022-31.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA A 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 14ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 22 de novembro de 2023, às 14h30, no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, sede da SEDUH, 18º andar - Auditório.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 43/2020

Processo: 00392.00003878/2020-38 – Contratante: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL/CODHAB - CNPJ nº 09.335.575/0001-30; Contratada: BRUNO DO NASCIMENTO VIAGENS E TURISMO ME - BRUNO ATLETA - CNPJ nº 13.778.389/0001-42. Objeto: prorrogação da vigência do contrato nº 43/2020 por mais 12 (doze) meses, de 02 de dezembro de 2023 até 02 de dezembro de 2024, em conformidade com o artigo 117 do RILC – CODHAB/DF e com o art. 81, § 1º da Lei Federal 13.303/2016. Data da Assinatura: 07/11/2023. Vigência: 12 (doze) meses. Signatários: Pela CODHAB/DF: MARCELO FAGUNDES GOMIDE, na qualidade de Diretor-Presidente; Pela Contratada: BRUNO DO NASCIMENTO, na qualidade de Diretor. (Contrato nº 043/2020 publicado no DODF nº 228, de 04 de dezembro de 2020, pág. 85; Primeiro Termo Aditivo publicado no DODF nº 226, de 06 de dezembro de 2021, pág. 90; Segundo Termo Aditivo publicado no DODF nº 115, de 17 de dezembro de 2022, pág. 98; Terceiro Termo Aditivo publicado no DODF nº 225, de 06 de dezembro de 2022, pág. 60).

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CODHAB/PRESI

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, representada pelo Diretor Presidente Sr. MARCELO FAGUNDES GOMIDE, no uso de suas atribuições legais decide HOMOLOGAR os atos praticados pela Comissão Especial de Convocação, quanto ao procedimento de convocação de empresa(s) do ramo da construção civil, construtoras/incorporadoras, com comprovada capacidade técnica, interessadas em formar parcerias e viabilizar plano de negócio com a CODHAB/DF, para contratação de empreendimento junto ao agente financeiro autorizado a operar os recursos federais destinados a políticas habitacionais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, referente ao Edital de Convocação Pública nº EC 01/2023 - Sol Nascente Quadra 105 CJ E, H, I e J – RA XXXII, Processo nº 00392-00019694/2022-51, sob as condições aqui estabelecidas, em atendimento à Política Habitacional do Governo do Distrito Federal – CODHAB/DF, em favor do consórcio selecionado: J.C.Peres CNPJ 01.651.769/0001-32 e Pragma CNPJ 17.522.237/0001-35, estabelecido no SETOR SCIA QUADRA 14 CONJUNTO 03, S/N - LOTE 01 - ZONA INDUSTRIAL (GUARA) - BRASÍLIA / Distrito Federal, satisfazendo ao exigido no referido Edital de Convocação. Considerando que não houve interesse dos demais participantes em recorrer deste resultado, de acordo com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos-RILC/CODHAB/DF em conformidade com a Lei 13.303/2016, determino a adoção de medidas cabíveis complementares para a convocação do retromencionado consórcio para assinatura do Termo de Seleção. MARCELO FAGUNDES GOMIDE, Diretor-Presidente.

DIRETORIA IMOBILIÁRIA

EDITAL Nº 459/2023

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: CONVOCAR os associados EMILIO SILVA - CPF nº 046.***.***-75 e NATHALIA CUSTODIO - CPF nº 049.***.***-60, indicados pela entidade COHAJR, para entrega de documentação via aplicativo CODHAB com vistas ao cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Distrital nº 3.877/2006, para compor EXCLUSIVAMENTE a demanda do projeto Riacho Fundo II 3ª Etapa, Edital de Chamamento nº 14/2011.

Brasília/DF, 08 de novembro de 2023

LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

EDITAL Nº 461/2023

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que

dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: Prorrogar o prazo para que os candidatos habilitados no Programa Habita Brasília, com renda familiar de R\$1.800,01 a 12 salários mínimos, manifestem interesse em participar do empreendimento Residencial Horizonte, Quadra 105 do Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 02, até as 18 horas do 31/03/2024, por meio do aplicativo da CODHAB, www.codhab.df.gov.br.

Brasília/DF, 08 de novembro 2023

LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

CONSELHO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL CÂMARA JULGADORA DE AUTOS DE INFRAÇÃO DIRETORIA COLEGIADOS

NOTIFICAÇÃO Nº 145/2023

PROCESSO Nº: 00391-00002812/2022-11. INTERESSADO: Associação dos Moradores da Chácara Ouro – AMCO. PROCURADOR: Reginaldo de Oliveira Rodrigues – CI ***.085 SSP/DF. ASSUNTO: Auto de Infração Ambiental nº 4370/2022. RELATOR: Evelyn Catarina do Carmo Santos – OAB/DF. Fica a Associação dos Moradores da Chácara Ouro - AMCO e seu representante legal o senhor Reginaldo de Oliveira Rodrigues – CI ***.085 SSP/DF NOTIFICADOS do julgamento da Câmara Julgadora de Autos de Infração do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CJAI/CONAM/DF, 3ª instância recursal administrativa, em sua 31ª reunião extraordinária, ocorrida em 19 de outubro de 2023, referente ao Auto de Infração Ambiental nº 4370/2022, que decidiu, por unanimidade, acompanhar o voto da relatora, por seus próprios fundamentos jurídicos, para que seja conhecido e desprovido o presente recurso, para manter o entendimento da Decisão nº 32/2023 - SEMA/GAB/AJL, que negou provimento ao recurso e manteve o entendimento da Decisão nº 530/2022 - IBRAM/PRESI/CIJU/CTIA proferida em 1ª instância, para manter a multa no valor de R\$ 48.269,92 (quarenta e oito mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos) e embargo de área, conforme o Termo de Embargo nº 00585/2022, pela transgressão do inciso X, do artigo 54 da Lei Distrital nº 41, de 1989. Nos termos do parágrafo único do artigo 60 da Lei Distrital nº 41/1989 e do artigo 13 do Decreto 38.001/2017, não há mais possibilidade de recurso contra a decisão supracitada. O processo será encaminhado ao Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF para providências cabíveis.

Brasília/DF, 07 de novembro de 2023

MARICLEIDE MAIA SAID
Diretora

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo SEI: 00197-00003741/2023-88. Assunto: O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – Adasa, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 23, inciso VIII, Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008 e suas alterações posteriores, de acordo com a Nota Jurídica nº 134/2023 - ADASA/AJL (123369793), tendo em vista deliberação pela Diretoria Colegiada, resolve: (i) aprovar o Projeto Básico, proposto pela Superintendência de Planejamento e Programas Especiais - SPE (123055185), objetivando a participação da Adasa no “XXV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos - SBRH, a ser realizado no período de 19 a 24 de novembro de 2023, na cidade de Aracaju/SE, com a aquisição da cota de patrocínio denominada “Cota Bronze, que inclui: 1 (um) estande de 36m2, mobiliário, plotagem e receptionista, no valor total estimado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e DECLARAR que o valor estimado, exercício de 2023, está ADEQUADO a Lei nº 7.212, de 30 de dezembro de 2022 - Lei Orçamentária Anual - LOA/2023; à conta do Programa de Trabalho 04.131.6210.3678.6036 – Realização de Eventos; Natureza de Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte 250, e DECLARAR, ainda, nos termos do art. 16, §1º, inciso II da Lei nº 101/2000 (LRF), que a despesa ora pretendida está COMPATÍVEL com a proposta do PPA - 2020-2023 e NÃO INFRINGE qualquer dispositivo da LDO e PPA, de acordo com a informação prestada pela Superintendência de Administração e Finanças – SAF (123395497), que classificou e confirmou a existência de requisitos para a realização da despesa supracitada; (ii) autorizar a contratação, pelo instituto da inexigibilidade de licitação, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRHidro, CNPJ nº 29.969.193/0001-75; e, (iii) ratificar a inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993. Despacho nº 137, de 1º de novembro de 2023. Raimundo Ribeiro.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39.896/2019
Processo: 00431-00000327/2018-01. DAS PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL x W & E SERVICOS TÉCNICOS EIRELI. DO OBJETO: 1) Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, com base no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nos termos previstos na Cláusula Oitava do contrato; 2) Reajustar o valor do contrato, aplicando-se a variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referente ao período de Setembro/2022 a Agosto/2023, no percentual de 4,61%; 3) O valor global do contrato passará de R\$65.707,22 (sessenta e cinco mil setecentos e sete reais e vinte e dois centavos) para R\$ 68.735,15 (sessenta e oito mil setecentos e trinta e cinco reais e quinze centavos). DO VALOR: O valor global do contrato é de R\$ 68.735,15 (sessenta e oito mil setecentos e trinta e cinco reais e quinze centavos). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 17.902; PT: 08.244.6228.2914.0006; ND: 33.90.39; Fonte: 358, conforme Nota de Empenho nº 2023NE00809, no valor de R\$ 6.682,58 (seis mil seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), na modalidade 02-Estimativo, emitida em 13/11/2023. DATA DE ASSINATURA: 24/11/2023. SIGNATÁRIOS: Pela CONTRATANTE: JÚLIO CÉSAR DA SILVA LIMA, na qualidade de Secretário-Executivo de Desenvolvimento Social - Substituto, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, e pela CONTRATADA: EDER DE JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44.915/2021
Processo: 00431-00016313/2021-05. DAS PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL x FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL - FUNAP/DF. DO OBJETO: 1) Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, com base no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nos termos previstos na Cláusula Oitava do contrato; 2) Conceder a repactuação do valor do contrato em 3,35%, conforme o Parecer nº 344/2019 - PGCONS/PGDF (99964663). DO VALOR: O valor global do contrato é de R\$ 2.449.316,88 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil trezentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 17.101; PT: 08.421.6217.2426.0065; ND: 33.91.39; Fonte: 100, conforme Nota de Empenho nº 2023NE00737, no valor de R\$ 47.602,63 (quarenta e sete mil seiscentos e dois reais e sessenta e três centavos), na modalidade 02-Estimativo, emitida em 22/11/2023. DATA DE ASSINATURA: 22/11/2023. SIGNATÁRIOS: Pela CONTRATANTE: JÚLIO CÉSAR DA SILVA LIMA, na qualidade de Secretário-Executivo de Desenvolvimento Social - Substituto, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, e pela CONTRATADA: DEUSELITA PEREIRA MARTINS, na qualidade de Diretora-Executiva da FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL - FUNAP/DF.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 47.874/2022
Processo: 00431-00019694/2022-57. DAS PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL x VISUAL EVENTOS E FORMATURAS EIRELLI. DO OBJETO: 1) Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, com base no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nos termos previstos na Cláusula Oitava do contrato; 2) Reajustar o valor do contrato, aplicando-se a variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referente ao período de Setembro/2022 a Agosto/2023, no percentual de 4,60822%; 3) O valor total do Contrato passará de R\$ 4.569.328,92 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e nove mil trezentos e vinte e oito reais e noventa e dois centavos), para R\$ 4.779.225,00 (quatro milhões, setecentos e setenta e nove mil duzentos e vinte e cinco reais). DO VALOR: O valor global do contrato é de R\$ 4.779.225,00 (quatro milhões, setecentos e setenta e nove mil duzentos e vinte e cinco reais). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1) UO: 17.902; PT: 08.243.6228.2944.0005; ND: 33.90.39.41; Fonte: 358, conforme Nota de Empenho nº 2023NE00802, no valor de R\$ 14.609,16 (quatorze mil seiscentos e nove reais e dezesseis centavos), na modalidade 02-Estimativo, emitida em 10/11/2023; 2) UO: 17.902; PT: 08.244.6228.2914.0006; ND: 33.90.39.41; Fonte: 358, conforme Nota de Empenho nº 2023NE00803, no valor de R\$ 34.471,75 (trinta e quatro mil quatrocentos e setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), na modalidade 02-Estimativo, emitida em 10/11/2023; 3) UO: 17.902; PT: 08.244.6228.2944.0006; ND: 33.90.39.41; Fonte: 158, conforme Nota de Empenho nº 2023NE00806, no valor de R\$ 641.174,60 (seiscentos e quarenta e um mil cento e setenta e quatro reais e sessenta centavos), na modalidade 02-Estimativo, emitida em 10/11/2023. DATA DE ASSINATURA: 10/11/2023. SIGNATÁRIOS: Pela CONTRATANTE: JEAN MARCEL PEREIRA RATES, na qualidade de Secretário-Executivo de Desenvolvimento Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, e pela CONTRATADA: INÁCIO FERREIRA GOMES, na qualidade de Representante Legal.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA A 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 15ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 13 de dezembro de 2023, às 19h, no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, sede da SEDUH, 18º andar - Auditório.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

CONVOCAÇÃO PARA A 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.744, de 7 de dezembro de 2020, pelo Decreto nº 43.804, de 4 de outubro de 2022, e pela Portaria nº 100, de 10 de novembro de 2022, publicada no DODF nº 215, de 18 de novembro de 2022, CONVOCA os membros da Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança - CPA/EIV para a 48ª Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 8 de dezembro de 2023, às 9h, sessão presencial, no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, 18º andar, Edifício Sede da SEDUH, Sala de Reuniões.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

SECRETARIA ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E LICENCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA

CERTIFICADO DE CADASTRAMENTO Nº 031/2023

Certificamos que foi submetido à esta Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, documentação referente à regularização de um(a) Estação Rádio Base - ERB modelo greenfield (torre), dispensada de licenciamento conforme art. 21 da Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, pela empresa American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas LTDA., CNPJ nº 04.052.108/0001-89, em conformidade com o processo administrativo nº 00390-00003229/2022-55.

Referências de contato:

American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas LTDA.
Endereço Eletrônico: jalusa.silveira@americantower.com
Jalusa Silveira - Coordenadora de Licenciamento de Sites
Telefone para contato: +5511.4766-4396 +5511.9-7429-6713

DADOS REFERENTES À INFRAESTRUTURA:

Endereço de Implantação: Área Rural na Rodovia BR 060 Fazenda Buriti ou Tição - Gama/DF.
Tipo de Infraestrutura: Estação rádio Base, modelo greenfield (torre)
Local de implantação: Área Rural, interior de Gleba, a nível de solo.

ALTURA DO EQUIPAMENTO VOLUMÉTRICO FIXADO (m)	80,00
ALTURA DA INFRAESTRUTURA DE SUPORTE (m)	-
EXTENSÃO DO EQUIPAMENTO – LINEAR EM SUBSOLO (m)	2,50
TOTAL DA ÁREA OCUPADA – SUPERFÍCIE (m3)	9,13
TOTAL DA ÁREA OCUPADA – SUPERFÍCIE E SUBSOLO (m2)	5,14
TOTAL DA ÁREA OCUPADA – ESPAÇO AÉREO (m3)	14,85
CONCESSÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA	sim
	X não

MONARG BRITO DAMASCENO

Coordenador de Aprovação e Licenciamento de Infraestruturas Urbanas
VITOR RECONDO FREIRE

Subsecretário de Projetos e Licenciamento de Infraestruturas

A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NO MOMENTO DO CADASTRAMENTO SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO RESPONSÁVEL PELA INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO 02/2023
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 02/2023. A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB comunica aos interessados que irá realizar o Chamamento nº 02/2023, processo nº 00392-00011834/2023-24, cujo objeto visa selecionar associação(ões) e/ou cooperativa(s) de forma individual e/ou agrupadas em consórcio, devidamente credenciadas na Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB nos termos do edital de credenciamento 01/2022 e com contrato firmado com Construtora(s) – Incorporadora(s) e/ou Sociedade de Propósito Específico (SPE), para promoção de empreendimento habitacional de interesse social,

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

Processo: 00390-00002766/2022-88; Interessado: Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - Metrô-DF; Assunto: Concessão de uso de área pública para a implantação de infraestrutura de telecomunicações.

O Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, no exercício das atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 29 do Decreto Distrital nº 41.446, de 10 de novembro de 2020, que regulamenta a Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, resolve:

AUTORIZAR a Inexigibilidade de Licitação justificada pela Subsecretaria de Projetos e Licenciamento de Infraestrutura, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, por meio do Termo de Reconhecimento e Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (123201790), nos autos do processo administrativo em epígrafe, para celebração de Contrato de Concessão de Uso da área pública próxima a EQS 108/109 Lote A as margens da DF-002 - Plano Piloto/DF (Estação 108 Sul), fundamentado pelo Decreto Distrital nº. 41.446, de 10 de novembro de 2020, que regulamenta a Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, pela Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008 e conforme o inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 44.330 de 16 de março de 2023.

DETERMINO a publicação do presente ato em sítio eletrônico oficial, em observância ao parágrafo único do Art. 72 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

Processo: 00390-00002781/2022-26; Interessado: Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - Metrô-DF; Assunto: Concessão de uso de área pública para a implantação de infraestrutura de telecomunicações.

O Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, no exercício das atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 29 do Decreto Distrital nº 41.446, de 10 de novembro de 2020, que regulamenta a Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, resolve:

AUTORIZAR a Inexigibilidade de Licitação justificada pela Subsecretaria de Projetos e Licenciamento de Infraestrutura, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, por meio do Termo de Reconhecimento e Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (123196556), nos autos do processo administrativo em epígrafe, para celebração de Contrato de Concessão de Uso da área pública próxima ao SCS Quadra 01 Bloco B, Plano Piloto/DF (Estação Galeria), fundamentado pelo Decreto Distrital nº. 41.446, de 10 de novembro de 2020, que regulamenta a Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, pela Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008 e conforme o inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 44.330 de 16 de março de 2023.

DETERMINO a publicação do presente ato em sítio eletrônico oficial, em observância ao parágrafo único do Art. 72 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

Processo: 00390-00006342/2022-92; Interessado: Ciron Technologies do Brasil LTDA; Assunto: Concessão de uso de área pública para a implantação de infraestrutura de telecomunicações.

O Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, no exercício das atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 29 do Decreto Distrital nº 41.446, de 10 de novembro de 2020, que regulamenta a Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, resolve:

AUTORIZAR a Inexigibilidade de Licitação justificada pela Subsecretaria de Projetos e Licenciamento de Infraestrutura, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, por meio do Termo de Reconhecimento e Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (127965230), nos autos do processo administrativo em epígrafe, para celebração de Contrato de Concessão de Uso da área pública no Cruzeiro Velho próximo as Quadras 12 e 10, Cruzeiro/DF; ao longo da via S1, travessia da via EPCB, SHCSW QRSW próximo a Quadra 8, travessia da Rua G, SQSW próxima a Quadra 500, travessia da 4ª Avenida, próximo ao Eixo Monumental Sudoeste Reservatório R3 da CAESB, Sudoeste-Octogonal/DF; travessia da 1ª Avenida, Praça Municipal Quadra 2 próximo ao Lote 7, Plano Piloto/DF, fundamentado pelo Decreto Distrital nº. 41.446, de 10 de novembro de 2020, que regulamenta a Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, pela Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008 e conforme o inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 44.330 de 16 de março de 2023.

DETERMINO a publicação do presente ato em sítio eletrônico oficial, em observância ao parágrafo único do Art. 72 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

Processo: 00390-00002772/2022-35; Interessado: Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - Metrô-DF; Assunto: Concessão de uso de área pública para a implantação de infraestrutura de telecomunicações.

O Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, no exercício das atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 29 do Decreto Distrital nº 41.446, de 10 de novembro de 2020, que regulamenta a Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, resolve:

AUTORIZAR a Inexigibilidade de Licitação justificada pela Subsecretaria de Projetos e Licenciamento de Infraestrutura, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, por meio do Termo de Reconhecimento e Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (123166418), nos autos do processo administrativo em epígrafe, para celebração de Contrato de Concessão de Uso da área pública próxima a EQS 112/113 Lote B as margens da DF-002, Plano Piloto/DF (Estação 112 sul), fundamentado pelo Decreto Distrital nº. 41.446, de 10 de novembro de 2020, que regulamenta a Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, pela Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008 e conforme o inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 44.330 de 16 de março de 2023.

DETERMINO a publicação do presente ato em sítio eletrônico oficial, em observância ao parágrafo único do Art. 72 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

CONVOCAÇÃO PARA A 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 16ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 31 de janeiro de 2024, às 14h30, no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, sede da SEDUH, 18º andar - Auditório.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

EDITAL Nº 13/2024

O Governo do Distrito Federal, representado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, considerando a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012 e a Lei Complementar nº 986, de 30 de junho de 2021, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: Tornar Público a distribuição do imóvel constituído por Quadra 47 Conjunto B Lote 05, situado na cidade de BRAZLÂNDIA/DF, em nome de EONIR GOMES, CPF: 226.***.***-87, que se encontram em conformidade com o instituto de Regularização Fundiária, por Legitimação Fundiária. A análise dos documentos se deram nos termos da Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012, Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, da Portaria nº 78, de 07 de outubro de 2021 e da Lei Complementar nº 986, de 30 de junho de 2021. Em atenção ao princípio do contraditório e da ampla defesa, salienta-se que o prazo para apresentação de contestação é de 30 (trinta) dias corridos, excluindo na contagem o dia da publicação e incluindo o dia do vencimento e assim transcorrido o prazo sem manifestação, ocorra a efetivação do pleito. Ademais, a listagem contendo os nomes dos habilitados por Legitimação Fundiária, poderá ser consultada no sítio da CODHAB www.codhab.df.gov.br, no link da Regularização - Andamento da Localidade - RA4 - BRAZLÂNDIA - ETAPA 06.

Brasília/DF, 11 de janeiro de 2024
MARCELO FAGUNDES GOMIDE
Diretor-Presidente

DIRETORIA IMOBILIÁRIA

EDITAL Nº 14/2024

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, resolve: HABILITAR 23 (vinte e três) candidatos, aptos para habilitação no Programa Habitacional do DF, visto que atenderam aos requisitos da Lei Distrital nº 3.877/2006. A relação dos candidatos encontra-se disponibilizada no site eletrônico www.codhab.df.gov.br/candidato/pesquisa-cpf.

Brasília/DF, 12 de janeiro de 2024
LUCIANO MARINHO
Diretor

- MPI, conforme Termo de Referência - SECEC/SUPAC/DIPRES/GEACERV; consoante específica o Edital de Pregão Eletrônico nº 016/2023-SECEC, da Proposta, que passam a integrar o presente Termo.

Lote	Descrição	UNIDADE	Quantidade	Valor unitário	Valor total
01	ARQUIVO FIXO ABERTO, CONFORME EDITAL	UNIDADE	40	R\$6.875,00	R\$275.000,00
02	TRINEL DESLIZANTE, CONFORME EDITAL	UNIDADE	1	R\$19.990,00	R\$19.990,00
03	MAPOTECAS, CONFORME EDITAL	UNIDADE	9	R\$19.998,88	R\$179.989,92
VALOR TOTAL:		R\$ 474.979,92 (quatrocentos e setenta e quatro mil novecentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos)			

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR: 5.1. O valor total do Contrato é de R\$ 474.979,92 (quatrocentos e setenta e quatro mil reais, novecentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos), devendo a importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária do Corrente ano - Lei nº. 7.377, de 29 de dezembro de 2023. 5.2. Os preços relativos ao futuro Contrato são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 16101; II – Programa de Trabalho: 13.392.6219.2962.0001; III – Natureza da Despesa: 44.90.52; IV – Fonte de Recursos: 100. 6.2. O empenho inicial é de R\$ 474.979,92 (quatrocentos e setenta e quatro mil reais, novecentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos), conforme Nota de Empenho nº 2024NE00083, emitida em 22/02/2024, sob o evento nº 400091, na modalidade Ordinário. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO: 7.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 8.1. O Contrato terá vigência de 04 (quatro) meses a contar de sua assinatura. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL: A garantia para a execução do Contrato será de 2% (dois por cento) do valor do Contrato, mediante uma das seguintes modalidades a escolha do Contratado: fiança bancária, seguro garantia ou caução de dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo os dois primeiros ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO EXECUTOR: O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa designará um Executor para o Contrato que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil. Data da Assinatura: 29 de fevereiro de 2024. P/Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa: FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES. Pela Contratada: CÁSSIA FABIANE DA CUNHA.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

Processo SEI-GDF nº 00431-00018682/2023-96 . A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDES/DF, torna público aos interessados abertura do certame em epígrafe, cujo objeto é a contratação, mediante registro de preço, de empresa especializada para a prestação de serviços de alimentação e nutrição (café da manhã, almoço e jantar) para gestão de Restaurantes Comunitários do DF, localizados nas Regiões Administrativas de BRAZLÂNDIA, ITAPÔA, SÃO SEBASTIÃO e SOBRADINHO II, a partir do preparo, fornecimento e distribuição de refeições para atender as demandas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Valor estimado R\$ 61.713.324,00 (sessenta e um milhões, setecentos e treze mil, trezentos e vinte e quatro reais). Critério de Julgamento: Menor Preço por item. Data de realização da licitação: Dia 18/03/2024 às 10:00 horas (horário de Brasília/DF). Elemento de Despesa: 33.90.39, Cópia do Edital se encontra no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e em www.sedes.df.gov.br. UASG: 450858. Informações: (61) 3773-7150.

ISANA BORGES LEAL TEIXEIRA
Pregoeira

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA A 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 5ª Reunião Extraordinária do CGP, a ser realizada no dia 13 de março de 2024, às 19h, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL
DIRETORIA IMOBILIÁRIA

EDITAL Nº 96/2024

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, notadamente da Lei nº 4.020/2007, da Lei nº 3.877/2006 e do Decreto nº 33.965/2012, resolve: TORNAR PÚBLICA a convocação dos 3.698 (três mil seiscentos e noventa e oito) candidatos do Programa Habitacional do DF, enquadrados na situação cadastral de “INSCRITO - CADASTRO INICIAL”, para apresentar documentação com vistas à habilitação, conforme os ditames da Lei Distrital nº 3.877/2006. A relação dos candidatos e de documentos necessários encontram-se disponíveis no site www.codhab.df.gov.br. O procedimento deverá ser realizado pelo aplicativo de celular CODHAB CIDADÃO.

LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

EDITAL Nº 97/2024

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, resolve: HABILITAR 17 (dezessete) candidatos, aptos para habilitação no Programa Habitacional do DF, visto que atenderam aos requisitos da Lei Distrital nº 3.877/2006. A relação dos candidatos encontra-se disponibilizada no site eletrônico www.codhab.df.gov.br/candidato/pesquisa-cpf.

Brasília/DF, 1º de março de 2024
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

EDITAL Nº 98/2024

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: HABILITAR os candidatos ALEX CARDOSO - CPF nº 043.***-**-00, VIRGINIA NASCIMENTO - CPF nº 885.***-**-72, LOURRANE RODRIGUES - CPF nº 042.***-**-23 e KAROLINA CAVALCANTE, CPF nº 068.***-**-03, tendo em vista cumprimento dos requisitos da Lei Distrital nº 3.877/2006, para compor EXCLUSIVAMENTE a demanda do projeto da entidade AMISTETO - Edital de Convocação nº 03/2017. A situação cadastral dos candidatos encontra-se disponível no portal <http://www.codhab.df.gov.br/candidato/pesquisa-cpf>.

Brasília/DF, 1º de Março de 2024
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2024

Processo SEI nº 00220-00003279/2023-11. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL X e NYOM COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ: 21.569.426/0001-30. DO OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva com retirada, fornecimento e aplicação em grama sintética e drenagem pluvial dos campos sintéticos esportivos próprios da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal. VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.499.754,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil setecentos e trinta e quatro reais), procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 34101, Nota de

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 168/2024

PROCESSO: 00150-00007345/2023-66; NOTA DE EMPENHO Nº 00842/2023; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X IVONE DE ALMEIDA LOPES na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 168/2024; MODALIDADE: Seleção Pública; DO OBJETO: O presente Termo de Ajuste tem por objeto a concessão de apoio financeiro pelo FUNDO DE APOIO À CULTURA ao Projeto “Os Olhos da Alma” de interesse do/a Agente Cultural acima especificado/a; DO VALOR: 200.000,00 (duzentos mil reais) que serão liberados e transferidos à conta do/a Agente Cultural, especialmente aberta no Banco de Brasília – BRB, correndo a despesa à conta de dotação orçamentária própria do Programa de Trabalho 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal – Fonte 100100000 - Natureza da despesa: 33.90.48; DA VIGÊNCIA: O presente termo de ajuste entrará em vigência a partir da data de assinatura do Agente Cultural, com duração de 2 (dois) anos, permitida a prorrogação na forma da lei vigente; DATA DA ASSINATURA: 13/03/2024; LEGISLAÇÃO: Lei nº 934/2017 e Decreto nº 38.933/2018; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: JOSÉ CARLOS PRESTES, Subsecretário de Fomento e Incentivo Cultural; AGENTE CULTURAL: IVONE DE ALMEIDA LOPES.

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 170/2024

PROCESSO: 00150-00008869/2023-74; NOTA DE EMPENHO Nº 01065/2023; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X ADRIANA GADILHA ROCA BARROS na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 170/2024; MODALIDADE: Seleção Pública; DO OBJETO: O presente Termo de Ajuste tem por objeto a concessão de apoio financeiro pelo FUNDO DE APOIO À CULTURA ao Projeto “CIRCO RAYNER DE BRASÍLIA” de interesse do/a Agente Cultural acima especificado/a; DO VALOR: 100.000,00 (cem mil reais) que serão liberados e transferidos à conta do/a Agente Cultural, especialmente aberta no Banco de Brasília – BRB, correndo a despesa à conta de dotação orçamentária própria do Programa de Trabalho 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal – Fonte 100100000 - Natureza da despesa: 33.90.48; DA VIGÊNCIA: O presente termo de ajuste entrará em vigência a partir da data de assinatura do Agente Cultural, com duração de 2 (dois) anos, permitida a prorrogação na forma da lei vigente; DATA DA ASSINATURA: 13/03/2024; LEGISLAÇÃO: Lei nº 934/2017 e Decreto nº 38.933/2018; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: JOSÉ CARLOS PRESTES, Subsecretário de Fomento e Incentivo Cultural; AGENTE CULTURAL: ADRIANA GADILHA ROCA BARROS.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº 553/2022

PROCESSO: 00150-00007298/2021-99; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X RENATO SIQUEIRA RODRIGUES NUNES: Nota de Empenho nº 00789/2021. Na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 553/2022, VALOR: 80.000,00 (oitenta mil reais). DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração contratual, com vistas à prorrogação do prazo de vigência por mais 2 (dois) anos, a contar da data de vencimento do Termo de Ajuste em epígrafe, para a conclusão do projeto “EXPOSIÇÃO EM HOMENAGEM AO PATRONO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA”; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: José Carlos Prestes; Agente Cultural: RENATO SIQUEIRA RODRIGUES NUNES.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº 609/2022

PROCESSO: 00150-00006615/2021-50; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X EDUARDO ALVES DA SILVA: Nota de Empenho nº 00813/2021. Na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 609/2022, VALOR: 120.000,00 (cento e vinte mil reais). DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração contratual, com vistas à prorrogação do prazo de vigência por mais 2 (dois) anos, a contar da data de vencimento do Termo de Ajuste em epígrafe, para a conclusão do projeto “ÓRÔ - PALAVRAS PRETAS: DIÁLOGOS EM REDE”; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: José Carlos Prestes; Agente Cultural: EDUARDO ALVES DA SILVA.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº 688/2022

PROCESSO: 00150-00007346/2021-49; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X RAFAEL BARROSO AYRES BERTOLACCINI: Nota de Empenho nº 01130/2021. Na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 688/2022, VALOR: 80.000,00 (oitenta mil reais). DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração contratual, com vistas à prorrogação do prazo de vigência por mais 2 (dois) anos, a contar da data de vencimento do Termo de Ajuste em epígrafe, para a conclusão do projeto “CIRCULAÇÃO DO CINE CIRCO”; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: José Carlos Prestes; Agente Cultural: RAFAEL BARROSO AYRES BERTOLACCINI.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº 844/2022

PROCESSO: 00150-00006994/2021-88; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X JANAYLSON DIAS DA SILVA CAVALCANTE: Nota de Empenho nº 01396/2021. Na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 844/2022, VALOR: 40.000,00 (quarenta mil reais). DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração contratual, com vistas à prorrogação do prazo de vigência por mais 2 (dois) anos, a contar da data de vencimento do Termo de Ajuste em epígrafe, para a conclusão do projeto “DESENHANDO DO ZERO – 2ª EDIÇÃO - FUNDAMENTOS DO REALISMO”; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: José Carlos Prestes; Agente Cultural: JANAYLSON DIAS DA SILVA CAVALCANTE.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº 848/2022

PROCESSO: 00150-00006699/2021-21; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X FRANCISCO EMMANUEL HENRIQUE DE QUEIROZ: Nota de Empenho nº 01450/2021. Na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 848/2022, VALOR: 40.000,00 (quarenta mil reais). DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração contratual, com vistas à prorrogação do prazo de vigência por mais 2 (dois) anos, a contar da data de vencimento do Termo de Ajuste em epígrafe, para a conclusão do projeto “CORPO, MEMÓRIA E AFETO NA 1ª INFÂNCIA”; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: José Carlos Prestes; Agente Cultural: FRANCISCO EMMANUEL HENRIQUE DE QUEIROZ.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº 859/2022

PROCESSO: 00150-00006444/2021-69; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X NAIARA GONÇALVES DE ALMEIDA: Nota de Empenho nº 01190/2021. Na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 859/2022, VALOR: 60.000,00 (sessenta mil reais). DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração contratual, com vistas à prorrogação do prazo de vigência por mais 2 (dois) anos, a contar da data de vencimento do Termo de Ajuste em epígrafe, para a conclusão do projeto “ADIMÓ - CURTA METRAGEM I”; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: José Carlos Prestes; Agente Cultural: NAIARA GONÇALVES DE ALMEIDA.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº 961/2022

PROCESSO: 00150-00006217/2021-33; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X LUIGI COSTA DE CARVALHO: Nota de Empenho nº 01217/2021. Na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 961/2022, VALOR: 49.999,40 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos). DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração contratual, com vistas à prorrogação do prazo de vigência por mais 2 (dois) anos, a contar da data de vencimento do Termo de Ajuste em epígrafe, para a conclusão do projeto “CAPACITAÇÃO GRAVAÇÃO NA MÃO”; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: José Carlos Prestes; Agente Cultural: LUIGI COSTA DE CARVALHO.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045927/2022

Processo: 00431-00024978/2021-84. DAS PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e BANCO DE BRASÍLIA S.A – BRB. DO OBJETO: 1) Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, com base no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nos termos previstos na Cláusula Oitava do contrato; 2) Reajustar o valor do contrato, aplicando-se a variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referente ao período de janeiro/2023 a dezembro/2023, no percentual de 4,621110%, com base no art. 2º do Decreto Distrital nº 37.121/2016 c/c inc. XXI do art. 37 da Constituição da República, art. 40, inc. XI e art. 55, inc. III da Lei nº 8.666/93 e item 5.3 da Cláusula Quinta contrato originário. DO VALOR: O valor anual do contrato é de R\$ 605.389,44 (seiscentos e cinco mil trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 17.101; PT: 08.122.8228.8517.0139; ND: 33.90.39; Fonte: 100, conforme Notas de Empenho nº 2024NE00148 e 2024NE00170, no valor, respectivamente, de R\$ 50.449,12 (cinquenta mil quatrocentos e quarenta e nove reais e doze centavos) e 4.167,84 (quatro mil cento e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), ambas na modalidade 02-Estimativo, emitidas, respectivamente, em 08/02/2024 e 26/02/2024. DATA DE ASSINATURA: 11/03/2024. SIGNATÁRIOS: Pela CONTRATANTE: JEAN MARCEL PEREIRA RATES, na qualidade de Secretário-Executivo de Desenvolvimento Social, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, e pela CONTRATADA: DIOGO ILARIO DE ARAUJO OLIVEIRA, na qualidade de Diretor Executivo de Varejo

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA****CONVOCAÇÃO PARA A 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de

2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 18ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 27 de março de 2024, às 14h30, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF..

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

EDITAL Nº 120/2024

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, RESOLVE: TORNAR PÚBLICO para o conhecimento de Terceiro Interessado, sobre a transferência dos direitos aquisitivos do imóvel descrito como QR 608 Conjunto 002 Casa 005 - Samambaia-DF, constante informações na Nota Técnica acostada ao documento 100203827, 96177254, 100205260 e 100915633, constante dos autos 0102-046114/1989, que tem como (Cedente) Amilton Alves Felício, PARA o (Cessionário) Marcos Antonio Comelio casado com Angela Tereza Neres Comelio, nos termos da Resolução CODHAB-DF 150/2020, de 22/06/2020, constante dos autos 00392-00005530/2020-85. Verificada a outorgada em caráter irrevogável, irretroatável e isento de prestação de contas, possui este Edital, o fito de garantir/anuir o negócio de boa-fé verificado, com a adjudicação administrativa em favor do Cessionário em questão. Em atenção ao princípio do contraditório e da ampla defesa, salienta-se que o prazo para apresentação de contestação é de 10 (dez) dias, contados da publicação deste Edital.

Brasília/DF, 13 de março de 2024
MARCELO FAGUNDES GOMIDE
Diretor-Presidente

EDITAL Nº 121/2024

O Governo do Distrito Federal, representado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, considerando a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012 e a Lei Complementar nº 986 de 30 de junho de 2021, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: Tornar Público a distribuição de 31 (trinta e um) unidades imobiliárias, que se encontram em conformidade com o instituto de Regularização Fundiária, por Legitimação Fundiária.

A análise dos documentos se deram nos termos da Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012, Lei Federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017, Decreto Federal nº 9.310 de 15 de março de 2018, da Portaria nº 78 de 07 de outubro de 2021 e da Lei Complementar nº 986 de 30 de junho de 2021.

Em atenção ao princípio do contraditório e da ampla defesa, salienta-se que o prazo para apresentação de contestação é de 30 (trinta) dias corridos, excluindo na contagem o dia da publicação e incluindo o dia do vencimento e assim transcorrido o prazo sem manifestação, ocorra a efetivação do pleito.

Ademais, a listagem contendo os nomes dos habilitados por Legitimação Fundiária, poderá ser consultada no sítio da CODHAB www.codhab.df.gov.br, no link da Regularização - Andamento da Localidade - Riacho Fundo II - ETAPA 14.

Brasília/DF, 13 de março de 2024
MARCELO FAGUNDES GOMIDE
Diretor-Presidente

EDITAL Nº 122/2024

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, RESOLVE: TORNAR PÚBLICO para o conhecimento de Terceiro Interessado, o cancelamento da escritura particular de compra e venda do imóvel descrito como, QNN 020 Conjunto F Casa 037 - Ceilândia/DF, datada de 13 de dezembro de 2005, constante os documentos 90376664 e 90380546, constante dos autos 0102-101104/1977, tendo em vista o falecimento do promitente comprador antes da emissão da mesma. Em atenção ao princípio do contraditório e da ampla defesa, salienta-se que o prazo para apresentação de contestação é de 10 (dez) dias, contados da publicação deste Edital.

Brasília/DF, 13 de março de 2024
MARCELO FAGUNDES GOMIDE
Diretor-Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 08/2023 - SEL/DF

PROCESSO SEI Nº 00220-00001218/2023-19. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL/ SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL X UATUMÁ TURISMO E EVENTOS EIRELI, CNPJ nº 14.181.341/0001-15. DO OBJETO: prorrogação do Contrato de Prestação de Serviços nº 08/2023 por mais 12 (doze) meses, com base no inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 34.0101, Nota de Empenho nº 2024NE00007, emitida em 10/01/2024, sob o evento nº 400091, na modalidade

estimativo, sob o Programa de Trabalho: 04122820685170003. Natureza da Despesa: 339033 DATA DA ASSINATURA: 13/03/2024. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: VICTOR RENATO JUNQUEIRA LACERDA, na qualidade de Secretário de Estado. Pela CONTRATADA: TEREZA CRISTINA BULBOL ABRAHÃO na qualidade de Sócia Administradora.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
UASG 926254

PROCESSO Nº 00094-00000801/2024-12. O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL torna público a contratação da empresa COFFEBREAK EVENTOS LTDA, CNPJ: 22.144.641/0001-52, para fornecer coffee break em evento institucional do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU/DF), em comemoração ao "Dia Internacional da Mulher", no dia 08 de março de 2024, no valor total de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021.

DARLEY BRAZ DE QUEIROZ

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2024

Processo: 04009-00000294/2024-90. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL e o MOVIMENTO COMUNITÁRIO DO JARDIM BOTÂNICO (MCJB). DO OBJETO: Realização do projeto "39 ANIVERSÁRIO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA", a ser executado entre os dias 02 de março de 2024 a 02 de maio de 2024, em DF-035, s/nº - Jardim Botânico de Brasília, Brasília - DF, 71680-001, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: UO: 27.101, Programa de Trabalho: 23.695.6207.9107.0331, ND: 33.50.41. CONTRIBUIÇÕES, Fonte: 100, o empenho é de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2024NE00070, emitida em 01/03/2024, sob o evento nº 400097, na modalidade global. DA VIGÊNCIA: Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 02/05/2024. DATA DE ASSINATURA: 01/03/2023. Pelo Distrito Federal, CHRISTIANNO NOGUEIRA ARAÚJO, na qualidade de Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, e pelo MOVIMENTO COMUNITÁRIO DO JARDIM BOTÂNICO (MCJB), ROSILENE MARIA MARQUES MARTINS, na qualidade de Presidente.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 03/2024

Processo: 04009-00000256/2024-37. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL e a ASSOCIAÇÃO SEMPER FIDELIS. DO OBJETO: Realização do projeto "1º ENCONTRO NACIONAL A.S.S.A.", a ser executado entre os dias 08 de março de 2024 a 23 de março de 2024, no LOTE 25, St. de Expansão Econômica Q 6, Brasília - DF, CEP: 73020-414, Brasília/DF, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: UO: 27.101, Programa de Trabalho: 23.695.6207.9085.0089, ND: 33.50.41. CONTRIBUIÇÕES, Fonte: 100, o empenho é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2024NE00071, emitida em 05/03/2024, sob o evento nº 400097, na modalidade global. DA VIGÊNCIA: Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 23/03/2024. DATA DE ASSINATURA: 05/03/2023. Pelo Distrito Federal, CHRISTIANNO NOGUEIRA ARAÚJO, na qualidade de Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, e pela ASSOCIAÇÃO SEMPER FIDELIS, EDUARDO FAAD, na qualidade de Presidente.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2024

Processo: 04009-00000325/2024-11. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL e o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL BRASILEIRO - INBRAS. DO OBJETO: Realização do projeto "BRASÍLIA GRILL FEST", a ser executado entre os dias 06 de março de 2024 a 31 de maio de 2024, na QUADRA 01 CONJ. 2 LT 01 E CONJ. 03 LOTE 01 – SHTQ – LAGO NORTE BRASÍLIA DF, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: UO: 27.101, Programa de Trabalho: 23.695.6207.9085.0089, ND: 33.50.41. CONTRIBUIÇÕES, Fonte: 100, o empenho é de R\$ 299.999,81 (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais, oitenta e um centavos), conforme Nota de Empenho nº 2024NE00077, emitida em 07/03/2024, sob o evento nº 400097, na modalidade global. DA VIGÊNCIA: Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 31/05/2024. DATA DE ASSINATURA: 05/03/2023. Pelo Distrito Federal, CHRISTIANNO NOGUEIRA ARAÚJO, na qualidade de Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, e pelo INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL BRASILEIRO - INBRAS, GILLIARD GONÇALVES DA SILVA, na qualidade de Presidente.

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

CONVOCAÇÃO PARA A 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 6ª Reunião Extraordinária do CGP, a ser realizada no dia 03 de abril de 2024, às 14h30, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2023 (*)
Processo: 00392.00001206/2023-31 – Partes: Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal/CODHAB, CNPJ: 09.335.575/0001-30; Contratada: Piloto Carimbos Comércio e Indústria LTDA, CNPJ: 01.669.892/0001-80; Objeto: O presente termo objetiva a prorrogação por mais 12 (doze) meses a partir de 28 de março de 2024, com fulcro no inciso II, artigo 29 da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações, para confecção e fornecimento de carimbos auto entintados, refil para carimbos automáticos, objetivando o atendimento das necessidades no âmbito da CODHAB. Valor: O valor total do contrato é de R\$ 7.740,00 (sete mil setecentos e quarenta reais); Data da Assinatura: 20/03/2024. Signatários: Pela CODHAB/DF: Marcelo Fagundes Gomide, na qualidade de Diretor-Presidente; Pela Contratada: Piloto Carimbos Comércio e Indústria LTDA, na qualidade de Sócia. (Data da publicação no DODF do Contrato original: Nº 66, pag. 93 em 05/04/2023.

(*) Republicado por erro de grade, publicado no DODF nº 57, de 22 de março de 2024, páginas 70 e 71.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO (*)

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, representada pelo Diretor Presidente Sr. MARCELO FAGUNDES GOMIDE, no uso de suas atribuições legais decide HOMOLOGAR os atos praticados pela Comissão Especial de Convocação, quanto ao procedimento de convocação de empresa(s) do ramo da construção civil, construtoras/incorporadoras, com comprovada capacidade técnica, interessadas em formar parcerias e viabilizar plano de negócio com a CODHAB/DF, para contratação de empreendimento junto ao agente financeiro autorizado a operar os recursos federais destinados a políticas habitacionais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, referente ao Edital de Convocação Pública nº EC 05/2023 - Riacho Fundo II 3ª Etapa - RA XXI, QS 25 Conj. 01 Lotes 1 a 5, 7 e 8; QS 25 Conj. 02 Lotes 1 e 2; QS 27 Conj. 01 Lotes 1 a 12; QS 27 Conj. 02 Lotes 1 a 4; QS 29 Conj. 01 Lotes 1 a 8, Processo nº 00392-00012929/2023-65, sob as condições aqui estabelecidas, em atendimento à Política Habitacional do Governo do Distrito Federal – CODHAB/DF, em favor da empresa selecionada: Direcional Engenharia S/A - CNPJ 16.614.075/0001-00, estabelecida no endereço: Rua dos Otoni, 177, Santa Efigênia - Belo Horizonte/Minas Gerais, satisfazendo ao exigido no referido Edital de Convocação. Considerando que não houve interesse dos demais participantes em recorrer deste resultado, de acordo com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos-RILC/CODHAB/DF em conformidade com a Lei 13.303/2016, determino a adoção de medidas cabíveis complementares para a convocação da mencionada empresa para assinatura dos Termos de Seleção.

GRUPO	ENDEREÇO	EMPRESA
RFUNDOII 01	QS 25 Conj. 01 Lotes 1 a 5, 7 e 8	Direcional Engenharia S/A CNPJ 16.614.075/0001-00
	QS 25 Conj. 02 Lotes 1 e 2	
RFUNDOII 02	QS 27 Conj. 01 Lotes 1 a 12	
RFUNDOII 03	QS 27 Conj. 02 Lotes 1 a 4	
	QS 29 Conj. 01 Lotes 1 a 8	

MARCELO FAGUNDES GOMIDE

(*) Republicado por erro de grade, publicado no DODF nº 57, de 22 de março de 2024, página 71.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - BRASÍLIA AMBIENTAL
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO,
AUDITORIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL

NOTIFICAÇÃO Nº 27/2024 - IBRAM/PRESI/SUFAM
O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL, DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso

de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 395, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018, FAZ SABER a todos quantos este Edital virem ou dele tiverem conhecimento que, este Órgão de Fiscalização Ambiental, faz a NOTIFICAÇÃO da interessada ALESSANDRA ALVES MARTINS, inscrita sob o CPF nº 719.*****-53, residente e domiciliada em lugar incerto e não sabido, da lavratura do Auto de Infração nº 10328/2024 e Termo de Embargo nº 02308/2024 em seu nome, pelo cometimento de infração administrativa ambiental prevista no art. 54, inciso X, da Lei Distrital nº 41, de 13 de setembro de 1989, objeto da instauração do processo administrativo nº 00391-00002586/2024-30, o qual deverá, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da primeira publicação deste Edital, apresentar defesa administrativa quanto aos fatos que lhe são imputados ou, caso queira, efetuar o pagamento da multa de R\$ R\$ R\$ 53.120,95 (cinquenta e três mil, cento e vinte reais e noventa e cinco centavos), com desconto de 20% (vinte por cento). O notificado poderá ter vistas e/ou solicitar cópias do respectivo processo no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, situado no SEP 511, Edifício Bittar IV, bloco C, Asa Norte, Brasília/DF, horário das 09:00 horas às 17:00 horas, em dias úteis.

SIMONE DE MOURA ROSA

NOTIFICAÇÃO Nº 28/2024 - IBRAM/PRESI/SUFAM
O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL, DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 395, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018, FAZ SABER a todos quantos este Edital virem ou dele tiverem conhecimento que, este Órgão de Fiscalização Ambiental, faz a NOTIFICAÇÃO do interessado ISAIRES FLORENÇO DE SOUZA, inscrito sob o CPF nº 898.*****-49, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, da lavratura do Auto de Infração nº 010185/2024 e Termo de Embargo nº 00523/2024 em seu nome, pelo cometimento de infração administrativa ambiental prevista no art. 54, inc. X da Lei 041/89, objeto da instauração do processo administrativo nº 00391-00001566/2024-41, o qual deverá, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da primeira publicação deste Edital, apresentar defesa administrativa quanto aos fatos que lhe são imputados ou, caso queira, efetuar o pagamento da multa de R\$ 132.013,45 (Cento e trinta e dois mil, treze reais e quarenta e cinco centavos), com desconto de 20% (vinte por cento). O notificado poderá ter vistas e/ou solicitar cópias do respectivo processo no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, situado no SEP 511, Edifício Bittar IV, bloco C, Asa Norte, Brasília/DF, horário das 09:00 horas às 17:00 horas, em dias úteis.

SIMONE DE MOURA ROSA

NOTIFICAÇÃO Nº 29/2024 - IBRAM/PRESI/SUFAM
O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 395, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018, FAZ SABER a todos quantos este Edital virem ou dele tiverem conhecimento que, este Órgão de Fiscalização Ambiental, faz a NOTIFICAÇÃO do interessado MANOEL CÂNDIDO DA SILVA, inscrito sob o CPF nº 057.*****-49 residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, da lavratura do Auto de Infração nº 07520/2024 em seu nome, pelo cometimento de infração administrativa ambiental prevista no art. 77 do Decreto Federal nº 6514/2008, objeto da instauração do processo administrativo nº 00391-00002689/2024-08, o qual deverá, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da primeira publicação deste Edital, apresentar defesa administrativa quanto aos fatos que lhe são imputados ou, caso queira, efetuar o pagamento da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com desconto de 20% (vinte por cento). O notificado poderá ter vistas e/ou solicitar cópias do respectivo processo no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, situado no SEP 511, Edifício Bittar IV, bloco C, Asa Norte, Brasília/DF, horário das 09:00 horas às 17:00 horas, em dias úteis.

SIMONE DE MOURA ROSA

NOTIFICAÇÃO Nº 30/2024 - IBRAM/PRESI/SUFAM
O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 395, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018, FAZ SABER a todos quantos este Edital virem ou dele tiverem conhecimento que, este Órgão de Fiscalização Ambiental, faz a NOTIFICAÇÃO do interessado LUIS HENRIQUE CORREIA DA SILVA, inscrito(a) sob o CPF nº 457.*****-87, residente e domiciliado(a) em lugar incerto e não sabido, da lavratura do Auto de Infração nº 00696/2024 em seu nome, pelo cometimento de infração administrativa ambiental prevista no Art 54, XX, da Lei Distrital nº 041/1989, objeto da instauração do processo administrativo nº 00391-00002236/2024-73, o qual deverá, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da primeira publicação deste Edital, apresentar defesa administrativa quanto aos fatos que lhe são imputados ou, caso queira, efetuar o pagamento da multa de R\$ 132.013,45 (cento e trinta e dois mil, treze reais e quarenta e cinco centavos), com desconto de 20% (vinte por cento). O notificado poderá ter vistas e/ou solicitar cópias do respectivo processo no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, situado no SEP 511, Edifício Bittar IV, bloco C, Asa Norte, Brasília/DF, horário das 09:00 horas às 17:00 horas, em dias úteis.

SIMONE DE MOURA ROSA

Espanha", a ser realizado em Portugal. NOTA DE EMPENHO 2024NE00279, Data: 01/04/2024, R\$ 24.958,58. Programa de trabalho: 19.573.6207.2786.0009; Fonte: 100; Natureza de Despesa: 33.90.20; VIGÊNCIA: O TOA terá vigência improrrogável pelo período compreendido da data da assinatura até 60 dias após o último dia de realização do evento, curso ou visita técnica. DATA DA ASSINATURA: 02/04/2024. SIGNATÁRIOS: pela CONCEDENTE: RENATA DE CASTRO VIANNA, Superintendente Científica, Tecnológica e de Inovação; como OUTORGADO/COORDENADOR: RENATO DE OLIVEIRA BRITO. Processo:00193-00000314/2024-31. Espécie: TERMO DE OUTORGA E ACEITAÇÃO DE APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS, CURSOS DE CURTA DURAÇÃO OU VISITAS TÉCNICAS - Nº 17/2024- CHAMADA 03/2024 FAPDF PARTICIPA SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS, CURSOS DE CURTA DURAÇÃO OU VISITAS TÉCNICAS - VINCULADA AO EDITAL 02/2024 - DIFUSÃO CIENTÍFICA FAPDF; PARTES: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) como CONCEDENTE; e do outro lado, ANGÉLICA INÊS MIOTTO como OUTORGADO/COORDENADOR. OBJETO: Conceder apoio financeiro à participação do(a) OUTORGADO(A), no(a) "Orientaciones metodológicas yrecursos didácticos para laEducación Ambiental en Infantil y Primaria a través de la BiodiversidadUrbana (2ª Edición)", a ser realizado em Espanha. NOTA DE EMPENHO 2024NE00281, Data: 01/04/2024, R\$ 21.594,50. Programa de trabalho: 19.573.6207.2786.0009; Fonte: 100; Natureza de Despesa: 33.90.20; VIGÊNCIA: O TOA terá vigência improrrogável pelo período compreendido da data da assinatura até 60 dias após o último dia de realização do evento, curso ou visita técnica. DATA DA ASSINATURA: 02/04/2024. SIGNATÁRIOS: pela CONCEDENTE: RENATA DE CASTRO VIANNA, Superintendente Científica, Tecnológica e de Inovação; como OUTORGADO/COORDENADOR: ANGÉLICA INÊS MIOTTO, Renata de Castro Vianna, Superintendente Científica, Tecnológica e de Inovação.

SECRETARIA DE ESTADO DE
CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

EXTRATO DE RESCISÃO DE AJUSTE Nº 432/2024

PROCESSO: 00150-00007238/2023-38; NOTA DE EMPENHO Nº 00908/2023; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X PRISCILLA CASTRO SILVA na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste N.º 432/2024; MODALIDADE: Seleção Pública; DO OBJETO: Rescisão do Termo de Ajuste nº 432/2024; DO VALOR: 153.252,00 (cento e cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais); DA VIGÊNCIA: O presente aditivo entra em vigência a partir da assinatura.

EXTRATO DE RESCISÃO DE AJUSTE Nº 433/2024

PROCESSO: 00150-00007262/2023-77; NOTA DE EMPENHO Nº 00822/2023; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X MARCELLE BEZERRA SORIANO DE SOUSA LAGO na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste N.º 433/2024; MODALIDADE: Seleção Pública; DO OBJETO: Rescisão do Termo de Ajuste nº 433/2024; DO VALOR: 99.973,60 (noventa e nove mil, novecentos e setenta e três reais e sessenta centavos); DA VIGÊNCIA: O presente aditivo entra em vigência a partir da assinatura.

EXTRATO DE RESCISÃO DE AJUSTE Nº 437/2024

PROCESSO: 00150-00007010/2023-48; NOTA DE EMPENHO Nº 00858/2023; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X RAFAELLA FERRUGEM VIEIRA na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste N.º 437/2024; MODALIDADE: Seleção Pública; DO OBJETO: Rescisão do Termo de Ajuste nº 437/2024; DO VALOR: 200.000,00 (duzentos mil reais); DA VIGÊNCIA: O presente aditivo entra em vigência a partir da assinatura.

EXTRATO DE RESCISÃO DE AJUSTE Nº 438/2024

PROCESSO: 00150-00007021/2023-28; NOTA DE EMPENHO Nº 00859/2023; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X LEONIO MATOS GOMES na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste N.º 438/2024; MODALIDADE: Seleção Pública; DO OBJETO: Rescisão do Termo de Ajuste nº 438/2024; DO VALOR: 100.000,00 (cem mil reais); DA VIGÊNCIA: O presente aditivo entra em vigência a partir da assinatura.

TERMO DE FOMENTO (MROSC) Nº 08/2024

PROCESSO Nº 00150-00001501/2024-66

O DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.658.028/0001-09, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado por FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES, na qualidade de Secretário de Estado, cuja delegação de competência foi outorgada pela publicação no Diário Oficial nº 238, em 16 de dezembro de 2016 pelo Decreto nº 32.598, capítulo VII, nomeado pelo Decreto de 04 de julho de 2023, e a Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO CRESCE - DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.466.173/0001-01, neste ato representada por EDUARDO NASCIMENTO CAMPOS, que exerce a função de Presidente, resolvem

celebrar este TERMO DE FOMENTO, regendo-se pelo disposto na Lei Nacional Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, nas leis orçamentárias do Distrito Federal, na Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, respectivos regulamentos e demais atos normativos aplicáveis, mediante as cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: Este instrumento tem por objeto a realização do projeto “2ª EDIÇÃO PRAÇA DA CRIANÇA 2024”, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho em anexo a este instrumento. CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DOTAÇÃO: 2.1. Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho. 2.2. O valor global dos recursos públicos da parceria é de R\$ 460.024,00 (quatrocentos e sessenta mil, vinte e quatro reais). 2.3. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 16101; II – Programa de Trabalho: 13.392.6219.9075.0334; III – Natureza da Despesa: 335041; IV – Fonte de Recursos: 100; 2.4 – O empenho é de R\$ 460.024,00 (quatrocentos e sessenta mil, vinte e quatro reais), conforme Nota de Empenho nº -2024NE00205, emitida em 04/04/2024, sob o evento nº 400097, na modalidade global. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA: 3.1 - Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 30/07/2024. CLÁUSULA QUINTA – CONTRAPARTIDA: 5.1 – Não será exigida contrapartida da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GESTORES DA PARCERIA: MARIANA GIUBERTTI GUEDES GREENHALGH, Matrícula nº 240920-8, Analista de Atividades Culturais, ATILA VINÍCIUS DE CARVALHO PESSOA, Matrícula nº 255557-3, Gerente da Biblioteca Pública, CARLOS AUGUSTO DA SILVA BRITO JÚNIOR, Matrícula nº 243481-4, Diretor de Gestão dos Espaços Culturais. Data da assinatura: 04/04/2024. P/SECRETARIA: FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES e Pela OSC: EDUARDO NASCIMENTO CAMPOS.

SECRETARIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA EXECUTIVA
DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048537/2023

PROCESSO: 00431-00002391/2023-86. DAS PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e BANCO DE BRASÍLIA S.A – BRB. DO OBJETO: 1) Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, com base no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nos termos previstos na Cláusula Oitava do contrato; 2) Resguardar o direito ao reajuste, com fulcro no art. 2º do Decreto Distrital nº 37.121/2016 c/c inc. XXI do art. 37 da Constituição da República, art. 40, inc. XI e art. 55, inc. III da Lei nº 8.666/93 e item 5.3 da Cláusula Quinta do contrato originário. DO VALOR: O valor anual do contrato é de R\$ 14.618.488,06 (quatorze milhões, seiscentos e dezoito mil quatrocentos e oitenta e oito reais e seis centavos). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 17.101; PT: 08.122.8228.8517.0139; ND: 339039; Fonte: 100, conforme Nota de Empenho nº 2024NE00141, no valor de R\$ 169.150,00 (cento e sessenta e nove mil cento e cinquenta reais), na modalidade 02-Estimativo, emitida em 08/02/2024. DATA DE ASSINATURA: 28/03/2024. SIGNATÁRIOS: Pela CONTRATANTE: JEAN MARCEL PEREIRA RATES, na qualidade de Secretário-Executivo de Desenvolvimento Social, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, e pela CONTRATADA: DIOGO ILARIO DE ARAUJO OLIVEIRA, na qualidade de Representante Legal.

SECRETARIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA A 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 7ª Reunião Extraordinária do CGP, a ser realizada no dia 17 de abril de 2024, às 19h, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

para a realização do projeto “XAMEGO CULTURAL”. Do Valor: R\$100.000,00 (cem mil reais). Da Classificação Orçamentária: UO 16903; Gestão: 23903. Programa de Trabalho nº 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal; Fonte 100100000; Natureza de Despesa 33.90.48; Modalidade: Ordinário; Data da Emissão da Nota de Empenho: 12/04/2024; Ordenador Responsável: JOSÉ CARLOS PRESTES

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 00078/2024

PROCESSO Nº 00150-00008616/2023-09. Das Partes: FUNDO DE APOIO A CULTURA-SECEC, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e o/a Agente Cultural MANOEL PEREIRA DE OLIVEIRA - CPF nº 458.***.***-04. Do Objeto: Concessão de apoio financeiro para a realização do projeto “CANTORIAS E VERSOS”. Do Valor: R\$100.000,00 (cem mil reais). Da Classificação Orçamentária: UO 16903; Gestão: 23903. Programa de Trabalho nº 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal; Fonte 100100000; Natureza de Despesa 33.90.48; Modalidade: Ordinário; Data da Emissão da Nota de Empenho: 12/04/2024; Ordenador Responsável: JOSÉ CARLOS PRESTES

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 00079/2024

PROCESSO Nº 00150-00008497/2023-86. Das Partes: FUNDO DE APOIO A CULTURA-SECEC, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e o/a Agente Cultural RAVEL ALMEIDA DA SILVA ALVES - CPF nº 073.***.***-96. Do Objeto: Concessão de apoio financeiro para a realização do projeto “PRODUZINDO SONHOS - 2A.EDIÇÃO”. Do Valor: R\$99.996,48 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos). Da Classificação Orçamentária: UO 16903; Gestão: 23903. Programa de Trabalho nº 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal; Fonte 100100000; Natureza de Despesa 33.90.48; Modalidade: Ordinário; Data da Emissão da Nota de Empenho: 12/04/2024; Ordenador Responsável: JOSÉ CARLOS PRESTES.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 00080/2024

PROCESSO Nº 00150-00008957/2023-76. Das Partes: FUNDO DE APOIO A CULTURA-SECEC, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e o/a Agente Cultural LUCAS ROSADO MUNIZ - CPF nº 027.***.***-66. Do Objeto: Concessão de apoio financeiro para a realização do projeto “Orquestra Desarmônica toca Tortuosas Trilhas”. Do Valor: R\$97.188,63 (noventa e sete mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e três centavos). Da Classificação Orçamentária: UO 16903; Gestão: 23903. Programa de Trabalho nº 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal; Fonte 100100000; Natureza de Despesa 33.90.48; Modalidade: Ordinário; Data da Emissão da Nota de Empenho: 12/04/2024; Ordenador Responsável: JOSÉ CARLOS PRESTES.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 00081/2024

PROCESSO Nº 00150-00007136/2023-12. Das Partes: FUNDO DE APOIO A CULTURA-SECEC, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e o/a Agente Cultural VANESSA DIAS DE FARIAS - CPF nº 806.***.***-34. Do Objeto: Concessão de apoio financeiro para a realização do projeto “O GRITO DE SOCORRO: MORADORAS DA BEIRA DO ABISMO”. Do Valor: R\$79.997,62 (setenta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos). Da Classificação Orçamentária: UO 16903; Gestão: 23903. Programa de Trabalho nº 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal; Fonte 100100000; Natureza de Despesa 33.90.48; Modalidade: Ordinário; Data da Emissão da Nota de Empenho: 12/04/2024; Ordenador Responsável: JOSÉ CARLOS PRESTES.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 00082/2024

PROCESSO Nº 00150-00007116/2023-41. Das Partes: FUNDO DE APOIO A CULTURA-SECEC, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e o/a Agente Cultural HENRIQUE PENA DE JESUS - CPF nº 051.***.***-45. Do Objeto: Concessão de apoio financeiro para a realização do projeto “3ª EXPOSIÇÃO DO FOTO DE QUEBRADA”. Do Valor: R\$80.000,00 (oitenta mil reais). Da Classificação Orçamentária: UO 16903; Gestão: 23903. Programa de Trabalho nº 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal; Fonte 100100000; Natureza de Despesa 33.90.48; Modalidade: Ordinário; Data da Emissão da Nota de Empenho: 12/04/2024; Ordenador Responsável: JOSÉ CARLOS PRESTES.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 00083/2024

PROCESSO Nº 00150-00007323/2023-04. Das Partes: FUNDO DE APOIO A CULTURA-SECEC, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e o/a Agente Cultural SEVERINA GONÇALVES DO RÊGO - CPF nº 417.***.***-91. Do Objeto: Concessão de apoio financeiro para a realização do projeto “Exposição Voo Livre”. Do Valor: R\$100.000,00 (cem mil reais). Da Classificação Orçamentária: UO 16903; Gestão: 23903. Programa de Trabalho nº 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal; Fonte 100100000; Natureza de Despesa 33.90.48; Modalidade: Ordinário; Data da Emissão da Nota de Empenho: 12/04/2024; Ordenador Responsável: JOSÉ CARLOS PRESTES.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 00084/2024

PROCESSO Nº 00150-00007389/2023-96. Das Partes: FUNDO DE APOIO A CULTURA-SECEC, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e o/a Agente Cultural JAQUELINE DA SILVA BORGES - CPF nº 723.***.***-04. Do Objeto: Concessão de apoio

financeiro para a realização do projeto “IMERSÃO AUDIOVISUAL”. Do Valor: R\$80.000,00 (oitenta mil reais). Da Classificação Orçamentária: UO 16903; Gestão: 23903. Programa de Trabalho nº 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal; Fonte 100100000; Natureza de Despesa 33.90.48; Modalidade: Ordinário; Data da Emissão da Nota de Empenho: 12/04/2024; Ordenador Responsável: JOSÉ CARLOS PRESTES

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 00085/2024

PROCESSO Nº 00150-00007155/2023-49. Das Partes: FUNDO DE APOIO A CULTURA-SECEC, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e o/a Agente Cultural MATEUS FERRARI VIEIRA - CPF nº 007.***.***-08. Do Objeto: Concessão de apoio financeiro para a realização do projeto “POÉTICAS DE BRASÍLIA”. Do Valor: R\$80.000,00 (oitenta mil reais). Da Classificação Orçamentária: UO 16903; Gestão: 23903. Programa de Trabalho nº 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal; Fonte 100100000; Natureza de Despesa 33.90.48; Modalidade: Ordinário; Data da Emissão da Nota de Empenho: 12/04/2024; Ordenador Responsável: JOSÉ CARLOS PRESTES

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 00086/2024

PROCESSO Nº 00150-00007030/2023-19. Das Partes: FUNDO DE APOIO A CULTURA-SECEC, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e o/a Agente Cultural TARCÍSIO PANIAGO DE OLIVEIRA ROCHA - CPF nº 007.***.***-06. Do Objeto: Concessão de apoio financeiro para a realização do projeto “Galeria Grande Circular”. Do Valor: R\$200.000,00 (duzentos mil reais). Da Classificação Orçamentária: UO 16903; Gestão: 23903. Programa de Trabalho nº 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal; Fonte 100100000; Natureza de Despesa 33.90.48; Modalidade: Ordinário; Data da Emissão da Nota de Empenho: 12/04/2024; Ordenador Responsável: JOSÉ CARLOS PRESTES.

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 238/2024

PROCESSO: 00150-00007093/2023-75; NOTA DE EMPENHO Nº 00042/2024; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X ANASTASIYA GOLETS na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 238/2024; MODALIDADE: Seleção Pública; DO OBJETO: O presente Termo de Ajuste tem por objeto a concessão de apoio financeiro pelo FUNDO DE APOIO À CULTURA ao Projeto “Murais Vulica Brasil” de interesse do/a Agente Cultural acima especificado/a; DO VALOR: 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais) que serão liberados e transferidos à conta do/a Agente Cultural, especialmente aberta no Banco de Brasília – BRB, correndo a despesa à conta de dotação orçamentária própria do Programa de Trabalho 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal – Fonte 100100000 - Natureza da despesa: 33.90.48; DA VIGÊNCIA: O presente termo de ajuste entrará em vigência a partir da data de assinatura do Agente Cultural, com duração de 2 (dois) anos, permitida a prorrogação na forma da lei vigente; DATA DA ASSINATURA: 10/04/2024; LEGISLAÇÃO: Lei nº 934/2017 e Decreto nº 38.933/2018; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: JOSÉ CARLOS PRESTES, Subsecretário de Fomento e Incentivo Cultural; AGENTE CULTURAL: ANASTASIYA GOLETS.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO**CONVOCAÇÃO PARA A 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 19ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 24 de abril de 2024, às 19h, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL**EDITAL Nº 161/2024**

O Governo do Distrito Federal, representado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, considerando a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012 e a Lei Complementar nº 986 de 30 de junho de 2021, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve:

Tornar Público a distribuição de 11 (onze) unidades imobiliárias, contida na lista dos ocupantes dos imóveis situados na cidade de Planaltina-DF, que se encontram em conformidade com o instituto de Regularização Fundiária, por Legitimação Fundiária.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO
PROCESSO 00431-0000006415/2024-57, DAS PARTES: FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL X LEOVANE GREGÓRIO. DA LICITAÇÃO: 07 – NÃO APLICÁVEL. REFERÊNCIA: DIÁRIAS. OBJETO: NOTA DE EMPENHO FACE À PARTICIPAÇÃO DE LEOVANE GREGÓRIO REPRESENTANTE DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL NA REUNIÃO DESCENTRALIZADA E AMPLIADA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (136980907), A OCORRER NOS DIAS 16, 17 E 18 DE ABRIL DE 2024, NO RIO DE JANEIRO. AUTORIZAÇÃO (137806223). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 17902 PT: 08244622825790036. ND: 339014. FONTE DE RECURSO: 158010330. MODALIDADE: 1 - ORDINÁRIO. NOTA DE EMPENHO Nº 2024NE000370 NO VALOR DE R\$ 2.198,38, EMITIDA EM 09/04/2024.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO
PROCESSO 00431-0000007140/2022-15 DAS PARTES: FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL X CASA PARA IDOSO E DAY CARE LAR DOCE LAR LTDA, CNPJ 24765815000120. DA LICITAÇÃO: 07 – NÃO APLICÁVEL. REFERÊNCIA: DECISÃO JUDICIAL. OBJETO: NOTA DE EMPENHO PARA ATENDER À DESPESA COM A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA POR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF EM 31/01/2022, EM QUE SE DETERMINOU O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE ORDENAVA A DISPONIBILIZAÇÃO DE ABRIGAMENTO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA AO SR. GERALDO BATISTA DE OLIVEIRA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (79139778). REFERENTE AO MÊS DE MAIO/24. AUTORIZAÇÃO (137312184). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 17902 PT: 08244622829440006. ND: 339039. FONTE DE RECURSO: 158014725. MODALIDADE: 1 - ORDINÁRIO. NOTA DE EMPENHO Nº 2024NE00395 NO VALOR TOTAL DE R\$10.087,42, EMITIDA EM 30/04/2024.

EXTRATOS DE NOTA DE EMPENHO
PROCESSO 00431-0000007140/2022-15 DAS PARTES: FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL X CASA PARA IDOSO E DAY CARE LAR DOCE LAR LTDA, CNPJ 24765815000120. DA LICITAÇÃO: 07 – NÃO APLICÁVEL. REFERÊNCIA: DECISÃO JUDICIAL. OBJETO: NOTA DE EMPENHO PARA ATENDER À DESPESA COM A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA POR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF EM 31/01/2022, EM QUE SE DETERMINOU O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE ORDENAVA A DISPONIBILIZAÇÃO DE ABRIGAMENTO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA AO SR. GERALDO BATISTA DE OLIVEIRA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (79139778). REFERENTE AO MÊS DE ABRIL/24. AUTORIZAÇÃO (137312184). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 17902 PT: 08244622829440006. ND: 339039. FONTE DE RECURSO: 158014725. MODALIDADE: 1 - ORDINÁRIO. NOTA DE EMPENHO Nº 2024NE00359 NO VALOR TOTAL DE R\$10.087,42, EMITIDA EM 04/04/2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA A 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 20ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 29 de maio de 2024, às 14h30, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

SECRETARIA ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
SUBSECRETARIA DE PROJETOS E LICENCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA

CERTIFICADO DE CADASTRAMENTO
Nº 17/2024

Certificamos que foi submetido à esta Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, documentação referente à implantação de infraestrutura de telecomunicações - canalização subterrânea, dispensada de licenciamento conforme art. 21 da Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, pela empresa Cirion Technologies do Brasil LTDA., CNPJ nº 72.843.212/0008-18, em conformidade com o processo administrativo nº 00390-00006768/2023-27.

Referências de contato:
Cirion Technologies do Brasil LTDA
Endereço Eletrônico: regulatorio.operacional@ciriontechnologies.com
Vantuir Luiz Henrique Silva - Endereço Eletrônico: vantuir@engefield.com;
Telefone para contato: : (61) 99859-8849
DADOS REFERENTES À INFRAESTRUTURA:
Endereço de Implantação: Área pública do Setor Bancário Sul, SBS Quadra 02 próximo aos Blocos K, J e M, Plano Piloto/DF.
Tipo de Infraestrutura: Oculta em logradouro público.
Local de implantação: área pública em subsolo.
MONARG BRITO DAMASCENO
Coordenador de Aprovação e Licenciamento de Infraestruturas Urbanas

VITOR RECONDO FREIRE
Subsecretário de Projetos e Licenciamento de Infraestrutura

A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NO MOMENTO DO CADASTRAMENTO SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO RESPONSÁVEL PELA INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

EDITAL Nº 01/2024
PROCESSO SELETIVO DE CREDENCIAMENTO DE VOLUNTÁRIOS SOCIAIS ESPORTIVOS DO PROJETO ESPORTE SOCIAL DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DO DF

Processo: 0022000000772/2024-60.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Decreto nº 34.195, de 06 de março de 2013 e considerando a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, recepcionada pela Lei Distrital nº 2.304, de 21 de janeiro de 1999, a Lei nº 3.506, de 20 de dezembro de 2004, e o Decreto nº 37.010, de 23 de dezembro de 2015, alterado pelo Decreto nº 38.056, de 14 de março de 2017, bem como a Portaria nº 94, de 13 de maio de 2024, da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, que institui o Projeto Esporte Social Voluntário, torna público o presente Edital destinado à realização de processo seletivo credenciamento de Voluntários Sociais Esportivos para atuação no âmbito dos espaços esportivos e de lazer do Distrito Federal, via Termo de Adesão e Compromisso de Voluntariado.
Estabelece normas para o credenciamento de Voluntários Sociais Esportivos ao Projeto Esporte Social Voluntário no âmbito da Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal e dá outras providências.
Art. 1º Trata-se do credenciamento da prestação do Serviço de Voluntário Social Esportivo no âmbito da Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal.
§1º Considera-se serviço voluntário, para fins deste regulamento, as atividades prestadas a Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal por pessoas físicas, sejam elas brasileiras ou estrangeiras, desde que tenham Cadastro de Pessoa Física (CPF), residentes no País, maiores de idade, capazes e devidamente habilitadas; apresentem objetivos cívicos e ou recreativos, inclusive mutualidade, conforme dispõe o Art. 1º da Lei nº 9. 608/98, desde que tenham plano de atividades aprovado, observadas as normas estabelecidas.
§2º A atividade voluntária será sempre de caráter complementar ao serviço regular, sendo vedado aos gestores públicos contar exclusivamente com voluntários ou elaborar escalas de forma a depender do trabalho voluntário para o regular funcionamento dos serviços, de forma substitutiva ao servidor público, inclusive, nos casos de licença, afastamentos legais e vacâncias.
§3º O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nenhum tipo de remuneração, nem obrigação de natureza previdenciária ou afim.
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
Art. 2º A adesão dos voluntários ao Projeto de ESPORTE SOCIAL VOLUNTÁRIO passa a ser regida por este Edital de credenciamento, respeitando o que dispõe a Lei nº 9.608/98 c/c Decreto nº 39.734, de 26 de março de 2019.
Art. 3º A colaboração Voluntária Social Esportiva poderá ser desenvolvida no âmbito do Distrito Federal, nas atividades indicadas pela Secretaria de Esporte e Lazer de forma gratuita, sendo de livre e espontânea vontade do voluntário.
Art. 4º A pessoa física, integrante deste Programa do Voluntariado, será denominada Voluntário Social Esportivo.
Art. 5º A colaboração voluntária, por ser realizada de maneira espontânea, não gera vínculo empregatício ou obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim entre as partes.
Parágrafo Único. Ao voluntário social esportivo será vedado o exercício de função gratificada, cargo de direção e demais funções administrativas privativas dos servidores efetivos na Secretaria de Esporte e Lazer.
Art. 6º São requisitos essenciais para ingresso no Programa de Voluntário Social Esportivo da Secretaria de Esporte e Lazer:
I - Ser maior de 18 anos;
II - Currículo básico;
III - e demais documentos exigidos no Art. 8º deste Edital.
Art. 7º O Voluntário após credenciado através do Termo de Adesão desenvolverá suas atividades no âmbito do Distrito Federal.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

RESULTADO PRELIMINAR - SELEÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA 6ª CONFERÊNCIA DISTRITAL DAS CIDADES

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 105, incisos I, III e V da Lei Orgânica do Distrito Federal, o artigo 209, inciso IV, da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, o Decreto nº 45.684, de 11 de abril de 2024, a Portaria MCID nº 175, de 28 de fevereiro de 2024 e a Portaria nº 36, de 2 de maio de 2024, TORNA PÚBLICO o RESULTADO PRELIMINAR da habilitação das entidades inscritas no processo de seleção para compor a Comissão Organizadora da 6ª Conferência Distrital das Cidades.

ENTIDADES HABILITADAS	
Segmento: Movimentos Populares	Nº Inscrição
AQB - Associação Qualifica Brasil	P-001
Federação dos Inquilinos do Distrito Federal - FID	P-002
Associação dos Moradores da QS 11 - Taguatinga-DF	P-003
Associação Comunitária Assistencial de Desenvolvimento Urbano e Rural - ACADUR	P-004
Associação dos Moradores das Quadras Industriais e Proximidades de Taguatinga/DF - ASMOQUIP/DF	P-005
Central de Movimentos Populares - CMP	P-006
União Nacional por Moradia Popular - UNMP	P-007
Associação de Moradores da Vila Nova do Gama - AMOVING	P-008
Associação de Moradores e Inquilinos do Guará II - ASMIG	P-009
Associação de Moradores em Defesa da Qualidade de Vida - ASVIDA	P-010
Associação Pro Moradia dos Sem Teto do Distrito Federal e Região do Entorno	I-0006
Centro Social Fonte de Água Viva	I-0007
Associação Habitacional dos Inquilinos do Recanto das Emas - ASSHIRE	I-0009
Associação Pro Moradia dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos - HABITECT	I-0010
Associação Moradores QD 605 Rec Emas Excluídos Lista IDHAB - AMREELI	I-0014
Associação dos Cidadãos ao Movimento Popular - ACSMP - DF	I-0016
Conselho de Mulheres Missão Resgate - Missão Resgate	I-0020
Conselho para o Desenvolvimento e Crescimento da mulher - CONDECREM	I-0022
Confederação Nacional das Entidades Habitacionais de Interesse Social - CONFEHAB	I-0023
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB	I-0030
Prefeitura Comunitária do Bairro Residencial Oeste de São Sebastião	I-0035
Cooperativa Habitacional do Recanto das Emas - COOHREMAS	I-0036
Associação Solidária Unidas - ASSUNI	I-0039
MTD - Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos	I-0041
Associação Rede de Preservação e Desenvolvimento Sustentável da Serrinha do Paranoá - Preserva Serrinha	I-0044
Movimento de Trabalhadores Sem Teto - MTST	I-0048
Segmento: Trabalhadores, representados por suas entidades sindicais	
x	x
Segmento: Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano	
x	x
Segmento: Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais	
Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/DF 8ª Região	I-0004
Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento do Distrito Federal	I-0018
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF	I-0034
Segmento: Organizações não governamentais com atuação na área do desenvolvimento urbano	
Andar a Pé - O Movimento da Gente	I-0002
Rede Cidadã de Taguatinga	I-0011
GHAC - Grupo Habitacional de Associações e Cooperativas	I-0021
Associação Panã Arquitetura Social	I-0025
Associação de Desenvolvimento Comunitário e Apoio ao Estudante	I-0055
ENTIDADES NÃO HABILITADAS	
Segmento: Movimentos populares	Nº Inscrição
AMC - Associação de Moradores Calíandras	I-0012
AMORA - Movimento Popular por Moradia e Cidadania	I-0024
Cooperativa Habitacional do Distrito Federal - COOTRAPH-DF	I-0026
Associação de Moradia Popular do Brasil	I-0027
Associação dos Moradores da L Norte	I-0028
Instituto Nacional de Mulheres em Ação de Samambaia/DF - INAMASA/DF	I-0029
Voluntários em Ação	I-0032
Associação dos Sem Lar do Guará e Regiões Administrativas	I-0033
Associação dos Moradores de Taguatinga	I-0037
AHB - Associação Habita Brasília	I-0038
ASPROSEP - Associação Habitacional dos Professores Trabalhadores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal	I-0042
Federação das Mulheres da Habitação do Distrito Federal e Entorno	I-0046
Federação de Regularização Fundiária e Habitacional Rural de Interesse Social do Distrito Federal e Adjacências	I-0050
Cooperativa Habitacional da Construção Civil	I-0051
Confederação do Movimento das Associações e Cooperativas Habitacionais Organizadas do Brasil e Exterior	I-0052
MLCP Movimento de Luta pela Casa Própria	I-0053
Segmento: Trabalhadores, representados por suas entidades sindicais	
Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal	I-0045
Segmento: Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano	
BRAX Serviços de Apoio Administrativo a Pessoas Ltda	I-0040
Segmento: Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais	
x	x
Segmento: Organizações não governamentais com atuação na área do desenvolvimento urbano	
Instituto do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos - Instituto MDT	I-0031
Cooperativa Habitacional do Recanto das Emas-DF	I-0049
Associação Habitacional dos Inquilinos e Moradores do Riacho Fundo I e Região	I-0054

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

CONVOCAÇÃO PARA A 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 8ª Reunião Extraordinária do CGP, a ser realizada no dia 5 de junho de 2024, às 14h30, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar do Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

CONVOCAÇÃO PARA A 217ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 14 da Portaria nº 75, de 14 de outubro de 2014, alterada pela Portaria nº 48, de 22 de julho de 2015, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, CONVOCA os membros do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan) para a 217ª Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 6 de junho de 2024, às 9h, em sessão presencial, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 34/2024

Processo: 04009-00000370/2024-67. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL e a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO FUTURO. DO OBJETO: Realização do projeto "CASULO – PLANO PILOTO", a ser executado entre os dias 07 de maio de 2024 a 07 de julho de 2024, no primeiro quadrante da Esplanada dos Ministérios, logo abaixo da Rodoviária do Plano Piloto, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: UO: 27.101, Programas de Trabalho: 23.695.6207.9085.0091 e 23.695.6219.9075.0358, ND: 33.50.41. CONTRIBUIÇÕES, Fonte: 100, o empenho é de R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2024NE00228 e 2024NE00229, emitida em 06/05/2024, sob o evento nº 40097, na modalidade global. DA VIGÊNCIA: Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 07/07/2024. DATA DE ASSINATURA: 26/04/2024. Pelo Distrito Federal, CHRISTIANNO NOGUEIRA ARAÚJO, na qualidade de Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, e pela ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO FUTURO, FERNANDO PEREIRA BORGES DE ANDRADE, na qualidade de Presidente.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 35/2024

Processo: 04009-00000421/2024-51. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL e a AVANTE BRASIL EVENTOS, CAPACITACAO, PROJETOS CIENTIFICICOS E DE INOVACAO TECNOLOGICA. DO OBJETO: Realização do projeto "DF FIT TOUR", a ser executado entre os dias 06 de maio de 2024 a 06 de dezembro de 2024, em Brasília/DF, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: UO: 27.101, Programa de Trabalho: 23.695.6207.9085.0086, ND: 33.50.41. CONTRIBUIÇÕES, Fonte: 100, o empenho é de R\$ 499.975,62 (Quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), conforme Nota de Empenho nº 2024NE00230, emitida em 06/05/2024, sob o evento nº 400097, na modalidade global. DA VIGÊNCIA: Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 06/12/2024. DATA DE ASSINATURA: 06/05/2024. Pelo Distrito Federal, CHRISTIANNO NOGUEIRA ARAÚJO, na qualidade de Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, e pela AVANTE BRASIL EVENTOS, CAPACITACAO, PROJETOS CIENTIFICICOS E DE INOVACAO TECNOLOGICA, MARCELO HENRIQUE SILVA, na qualidade de Presidente.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 36/2024

Processo: 04009-00000415/2024-01. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL e a FEANBRA - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES NIPO-BRASILEIRAS DO CENTRO-OESTE. DO OBJETO: Realização do projeto "12º FESTIVAL DO JAPÃO BRASÍLIA", a ser executado entre os dias 08 de maio de 2024 a 28 de setembro de 2024, no Pavilhão de Exposições do Parque Dona Sarah Kubitschek, Brasília-DF, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: UO: 27.101, Programa de Trabalho: 23.695.6207.9085.0084, ND:

fevereiro de 2016, inciso XI, do art. 40, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; 2.2. Prorrogar, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 29/06/2024 a 28/06/2025, com base no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. DATA DE ASSINATURA: 27/06/2024. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: Marcelo Vaz Meira da Silva, na qualidade de Secretário de Estado. Pela Contratada: Deuselita Pereira Martins, na qualidade de Diretora Executiva.

CONVOCAÇÃO PARA A 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 9ª Reunião Extraordinária do CGP, a ser realizada no dia 09 de julho de 2024, às 19h, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

JANAINA DOMINGOS VIEIRA

Secretária de Estado, Substituta

CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO SOBRE

ÁREA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL Nº 15/2024

Processo nº 00390-00009406/2023-98. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES O DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEDUH, com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - Brasília/DF, CEP: 70711-900, Telefone: (61) 3214-4180, inscrita no CNPJ sob o nº 02.342.553/0001-58, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado por MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.519*** SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 001.075.33****, na qualidade de Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, com delegação de competência concedida por intermédio do Decreto nº 41.446, de 10 de novembro de 2020, e CIRION TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA., com sede social na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Av. Eid Mansur nº 666, térreo, Parque São George, CEP 06708-070, inscrita no CNPJ sob o nº 72.843.212/0001-41, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, representada por ANTONIO ROBERTO VITOR RANA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 2370**** SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 153.786.01****, e CRISTHIAN VANIN DA SILVA, brasileiro, casado, diretor de operações, portador da cédula de identidade RG nº 76528**** SESP/PR e inscrito no CPF/ME sob o nº 005.841.24****, ambos na qualidade de representantes legais devidamente constituídos por meio da Procuração (133380244), acostada aos autos em epígrafe, resolvem celebrar o presente instrumento. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO O presente Contrato obedece aos termos do Reconhecimento e Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (136541921) do Processo SEI nº 00390-00009406/2023-98, da Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008, da Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, do Decreto Distrital nº 41.446, de 10 de novembro de 2020, e da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, incluindo suas respectivas regulamentações e alterações, dispensado do licenciamento ambiental, nos termos da Resolução nº 10, de 20 de dezembro de 2017, expedida pelo Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO O Contrato tem por objeto a Concessão de Uso de área pública em nível de subsolo, e a sua área em 738,68m² (setecentos e trinta e oito metros quadrados e sessenta e oito decímetros quadrados) para implantação de infraestrutura de telecomunicações - Canalização Subterrânea, em área pública do Setor de Grandes Áreas Sul - SGAS, Quadras: 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613 e 614, Plano Piloto/DF, de acordo com projeto de infraestrutura aprovado (136528001) no Processo SEI nº 00390-00009406/2023-98. CLÁUSULA QUARTA – DA DESTINAÇÃO A concessão da área pública do Setor de Grandes Áreas Sul - SGAS, Quadras: 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613 e 614, Plano Piloto/DF, objeto do presente termo, segundo o Termo de Reconhecimento e Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (136541921) do Processo SEI nº 00390-00009406/2023-98, destina-se, exclusivamente à implantação de infraestrutura de telecomunicações - Canalização Subterrânea, com 738,68m² (setecentos e trinta e oito metros quadrados e sessenta e oito decímetros quadrados) de área e sua utilização deve ser feita em estrita obediência às respectivas normas urbanísticas. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR A concessão da área pública do Setor de Grandes Áreas Sul - SGAS, Quadras: 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613 e 614, Plano Piloto/DF, destinada à implantação infraestrutura de telecomunicações - Canalização Subterrânea, é não onerosa, conforme disposto no artigo 29, do Decreto Distrital nº 41.446, de 10 de novembro de 2020. CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA A Concessão terá vigência de 30 anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA 7.1 - A Concessionária se obriga a: I - Atender às disposições legais indicadas pelo órgão gestor de desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal; II - Cumprir as normas de posturas, saúde, segurança pública, trânsito, metrologia, edificações, meio ambiente e todas aquelas inerentes à destinação dada à área; III - Observar as restrições estabelecidas pela Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, e pelo Decreto nº 41.446, de 10 de

novembro de 2020. 7.2 - Extinta a concessão, toda e qualquer benfeitoria reverterá ao patrimônio do Distrito Federal, observado o disposto no § 1º do art. 35 da Lei nº 8.987/95. CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA 8.1 - A Concessionária se responsabilizará pela preservação ambiental e pelos eventuais danos causados a terceiros, ao meio ambiente, aos equipamentos públicos urbanos e às redes de serviços públicos; 8.2 - É vedado conferir à área ocupada destinação diversa da prevista neste Termo. CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada à modificação do objeto da Concessão. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DISSOLUÇÃO A Concessão poderá ser dissolvida de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO 11.1 - A Concessão poderá ser rescindida a qualquer tempo, mediante decisão fundamentada em parecer técnico de órgão competente ou em legislação específica, observando o interesse público, sem que seja necessário qualquer tipo de ressarcimento à Concessionária; 11.2 - Não havendo interesse por parte da Concessionária ou de seu representante legal na permanência da infraestrutura em área pública para implantação infraestrutura de telecomunicações, canalização subterrânea, este poderá requerer a rescisão do Contrato a qualquer tempo; 11.3 - A rescisão de que trata o item 11.1, dar-se-á com a prévia quitação das taxas devidas, a desobstrução e a recuperação da área pública pelo interessado. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO Fica eleito o foro de Brasília/Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato. DATA DE ASSINATURA: Brasília-DF, 27 de junho de 2024. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA e pela Concessionária: CRISTHIAN VANIN DA SILVA e ANTONIO ROBERTO VITOR RANA.

CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO SOBRE

ÁREA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL Nº 18/2024

Processo nº 00390-00009000/2023-13. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES O DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEDUH, com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - Brasília/DF, CEP: 70711-900, Telefone: (61) 3214-4180, inscrita no CNPJ sob o nº 02.342.553/0001-58, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado por MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.***9.**1 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 001.***.***-11, na qualidade de Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, com delegação de competência concedida por intermédio do Decreto nº 41.446, de 10 de novembro de 2020, e CIRION TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA., com sede social na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Av. Eid Mansur nº 666, térreo, Parque São George, CEP 06708-070, inscrita no CNPJ sob o nº 72.843.212/0001-41, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, representada por ANTONIO ROBERTO VITOR RANA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 23.7**.**2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 153.***.***-60, e CRISTHIAN VANIN DA SILVA, brasileiro, casado, diretor de operações, portador da cédula de identidade RG nº 76**8**.-9 e inscrito no CPF/ME sob o nº 005.***.***-29, ambos na qualidade de representantes legais devidamente constituídos por meio de Procuração (133803939), acostada aos autos em epígrafe, resolvem celebrar o presente instrumento. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO O presente Contrato obedece aos termos do Reconhecimento e Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (138196048) do Processo SEI nº 00390-00009000/2023-13, da Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008, da Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, do Decreto Distrital nº 41.446, de 10 de novembro de 2020, e da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, incluindo suas respectivas regulamentações e alterações, dispensado do licenciamento ambiental, nos termos da Resolução nº 10, de 20 de dezembro de 2017, expedida pelo Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO O Contrato tem por objeto a Concessão de Uso de área pública em nível de subsolo, e a sua área em 557,78m² (quinhentos e cinquenta e sete metros quadrados e setenta e oito decímetros quadrados) para implantação de infraestrutura de telecomunicações - Canalização Subterrânea, em área pública iniciando na faixa de domínio da EPIA/DF-003 altura da Via de ligação PqEB, até o entroncamento com a EPPN/DF-009, ao longo da via de acesso ao Parque Tecnológico Capital Digital, dos Lotes 01, 06, 05 e 04, e via interna entre os Lotes 2 e 3, Lago Norte/DF, de acordo com projeto de infraestrutura aprovado (138191505) no Processo SEI nº 00390-00009000/2023-13. CLÁUSULA QUARTA – DA DESTINAÇÃO A concessão da área pública iniciando na faixa de domínio da EPIA/DF-003 altura da Via de ligação PqEB, até o entroncamento com a EPPN/DF-009, ao longo da via de acesso ao Parque Tecnológico Capital Digital, dos Lotes 01, 06, 05 e 04, e via interna entre os Lotes 2 e 3, Lago Norte/DF, objeto do presente termo, segundo o Termo de Reconhecimento e Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (138196048) do Processo SEI nº 00390-00009000/2023-13, destina-se, exclusivamente à implantação de infraestrutura de telecomunicações - Canalização Subterrânea, com 557,78m² (quinhentos e cinquenta e sete metros quadrados e setenta e oito decímetros quadrados) de área e sua utilização deve ser feita em estrita obediência às respectivas normas urbanísticas. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR A concessão da área pública iniciando na faixa de domínio da EPIA/DF-003 altura da Via de ligação PqEB, até o entroncamento com a

Art. 16. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH no endereço eletrônico www.seduh.df.gov.br, ou pelo presidente da mesa, durante a realização da audiência pública, observadas as disposições da Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013, que disciplina os procedimentos para a realização de audiências públicas relativas à apreciação de matérias urbanísticas e ambientais no Distrito Federal e dá outras providências.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

CONVOCAÇÃO PARA A 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 21ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 31 de julho de 2024, às 19h, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL
DIRETORIA IMOBILIÁRIA

EDITAL Nº 407/2024

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, notadamente da Lei nº 4.020/2007, da Lei nº 3.877/2006 e do Decreto nº 33.965/2012, resolve: Tornar pública a habilitação de 76 (setenta e seis) candidatos em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista o cumprimento dos requisitos da Lei Distrital nº 3.877/2006, Processo SEI-GDF nº 00392-00002185/2023-71.

Brasília/DF, 17 de julho de 2024
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO
AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

FUNDO ÚNICO DO MEIO AMBIENTE
DO DISTRITO FEDERAL

DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS
Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do Art. 10 do Decreto 43.752 de 12/09/2022, o Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal (Funam/DF) torna público o Quadro Demonstrativo das Origens e Aplicações dos Recursos do Funam/DF, referente ao 3º bimestre de 2024:

DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES
DOS RECURSOS – FUNAM – 3º bimestre de 2023

Saldo anterior em 30.04.2024	R\$ 502.734,29
Saldo nas 4 contas do Funam – Banco: 070, contas 100 c/c 060.992-5 - Arrecadação Funam; 201 c/c 826.974-1 Arrecadação; 100 c/c 060.993-3 - Dep. Jud. Orla Lago Paranoá e 100 c/c 055.181-1 Dep. Jud. Orla Lago Paranoá.	R\$ 709.783,87
ENTRADA/ORIGENS	
Compensação Florestal / Supressão Vegetal	R\$ 695.409,73
Ações Judiciais	R\$ 14.374,14
Total Entradas	R\$ 709.783,87
Restituição ao Tesouro de 01/05/2024 a 30/06/2024	R\$ 136.067,11
Rendimentos de 01/05/2024 a 30/06/2024	R\$ 2,90
Saldo em 30.06.2024	R\$ 709.783,87

JARBAS MACHADO LEVI
Diretor do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal

GENILSON ALVES DUARTE
Ordenador de Despesa do Funam/DF
Subsecretário de Assuntos Estratégicos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS,
ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS

EXTRATO DE OUTORGAS

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS, DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – Adasa torna públicas as outorgas:

Outorga nº 203/2024 - ADASA/SRH/COUT. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, outorga o direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano e irrigação de culturas, localizado na Chácara 1, Rua 25, Assentamento Chapadinha, Rodovia DF 170, Km 05, Núcleo Rural Lago Oeste, Sobradinho/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Rio da Palma. Processo SEI nº 00197-00001727/2024-21.

Outorga nº 205/2024 - ADASA/SRH/COUT. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, outorga o direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano, criação/dessedentação animal e irrigação de culturas, localizado na Chácara 02, Rua 24, Assentamento Chapadinha, Rodovia DF 170, Km 05, Núcleo Rural Lago Oeste, Sobradinho/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Rio da Palma. Processo SEI nº 00197-00001727/2024-21.

Outorga nº 206/2024 - ADASA/SRH/COUT. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, outorga o direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano, criação/dessedentação animal e irrigação de culturas, localizado na Chácara 05, Rua 24, Assentamento Chapadinha, Rodovia DF 170, Km 05, Núcleo Rural Lago Oeste, Sobradinho/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Rio da Palma. Processo SEI nº 00197-00001727/2024-21.

Outorga nº 211/2024 - ADASA/SRH/COUT. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, outorga o direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano, criação/dessedentação animal e irrigação de culturas, localizado na Chácara 06, Rua 24, Assentamento Chapadinha, Rodovia DF 170, Km 05, Núcleo Rural Lago Oeste, Sobradinho/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Rio da Palma. Processo SEI nº 00197-00001727/2024-21.

Outorga nº 212/2024 - ADASA/SRH/COUT. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, outorga o direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano, criação/dessedentação animal, aquicultura e irrigação de culturas, localizado na Chácara 07, Rua 24, Assentamento Chapadinha, Rodovia DF 170, Km 05, Núcleo Rural Lago Oeste, Sobradinho/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Rio da Palma. Processo SEI nº 00197-00001727/2024-21.

Outorga nº 213/2024 - ADASA/SRH/COUT. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, outorga o direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano, criação/dessedentação animal, aquicultura e irrigação de culturas, localizado na Chácara 08, Rua 24, Assentamento Chapadinha, Rodovia DF 170, Km 05, Núcleo Rural Lago Oeste, Sobradinho/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Rio da Palma. Processo SEI nº 00197-00001727/2024-21.

Outorga nº 214/2024 - ADASA/SRH/COUT. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, outorga o direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano, criação/dessedentação animal, aquicultura e irrigação de culturas, localizado na Chácara 09, Rua 24, Assentamento Chapadinha, Rodovia DF 170, Km 05, Núcleo Rural Lago Oeste, Sobradinho/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Rio da Palma. Processo SEI nº 00197-00001727/2024-21.

Outorga nº 215/2024 - ADASA/SRH/COUT. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, outorga o direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano, criação/dessedentação animal e irrigação de culturas, localizado na Chácara 11, Rua 25, Assentamento Chapadinha, Rodovia DF 170, Km 05, Núcleo Rural Lago Oeste, Sobradinho/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Rio da Palma. Processo SEI nº 00197-00001727/2024-21.

Outorga nº 221/2024 - ADASA/SRH/COUT. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, outorga o direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano, criação/dessedentação animal, aquicultura e irrigação de culturas, localizado na Chácara 13, Rua 25, Assentamento Chapadinha, Rodovia DF 170, Km 05, Núcleo Rural Lago Oeste, Sobradinho/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Rio da Palma. Processo SEI nº 00197-00001727/2024-21.

Outorga nº 222/2024 - ADASA/SRH/COUT. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, outorga o direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano, criação/dessedentação animal, aquicultura e irrigação de culturas, localizado na Chácara 17, Rua 25, Assentamento Chapadinha, Rodovia DF 170, Km 05, Núcleo Rural Lago Oeste, Sobradinho/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Rio da Palma. Processo SEI nº 00197-00001727/2024-21.

Outorga nº 223/2024 - ADASA/SRH/COUT. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, outorga o direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano e irrigação de culturas, localizado na Chácara 20, Rua 25, Assentamento Chapadinha, Rodovia DF 170, Km 05, Núcleo Rural Lago Oeste, Sobradinho/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Rio da Palma. Processo SEI nº 00197-00001727/2024-21.

Outorga nº 224/2024 - ADASA/SRH/COUT. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, outorga o direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano, criação/dessedentação animal, aquicultura e irrigação de culturas, localizado na Chácara 22, Rua 25, Assentamento Chapadinha, Rodovia DF 170, Km 05, Núcleo Rural Lago Oeste, Sobradinho/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Rio da Palma. Processo SEI nº 00197-00001727/2024-21.

Outorga nº 225/2024 - ADASA/SRH/COUT. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, outorga o direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano, criação/dessedentação animal, aquicultura e irrigação de culturas, localizado na Chácara 27, Rua 25, Assentamento Chapadinha, Rodovia DF 170, Km 05, Núcleo Rural Lago Oeste, Sobradinho/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Rio da Palma. Processo SEI nº 00197-00001727/2024-21.

11.5. O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos agentes culturais.

11.6. Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretaria de Estado da Cultura e da Economia Criativa do Distrito Federal.

11.7. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação constatadas a qualquer tempo poderão implicar na não admissão do agente cultural.

11.8. A pessoa que realizar a inscrição será a única responsável pela veracidade das informações constantes da candidatura e documentos encaminhados, isentando a Secretaria de Estado da Cultura e da Economia Criativa de qualquer responsabilidade civil ou penal.

11.9. O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 29 de novembro de 2024.

11.10. Este edital prevê uma versão em Linguagem Simples, que será publicada no site da Lei Paulo Gustavo no Distrito Federal: <https://www.leipaulogustavodf.com.br>.

11.11. Estão previstos os seguintes canais de comunicação para o recebimento de dúvidas, denúncias, reclamações e afins: E-mail: editais@leipaulogustavodf.com.br; Aplicativo de mensagens (WhatsApp): (62) 9612-6143

11.12. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital em caso de identificação de alguma irregularidade, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis após a publicação do edital, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

11.13. A Secretaria terá direito de divulgar o nome, dados e imagem dos inscritos e dos premiados, sejam agentes, grupos/coletivos da Arte Técnica ou espaços culturais, sem qualquer ônus, o fazendo com fundamento e nos limites da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e da Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527/2011). Os atos de inscrição ou recebimento do prêmio representam a concordância tácita com a publicação dos dados e imagens.

12.14. Este Edital é composto pelos seguintes ANEXOS, que serão disponibilizados no site Lei Paulo Gustavo no Distrito Federal: <https://www.leipaulogustavodf.com.br>:

ANEXO I – Descrição das linhas de apoio e valores de prêmios

ANEXO II – Profissões reconhecidas na Arte Técnica

ANEXO III – Critérios de seleção

ANEXO IV – Formulário de Inscrição

ANEXO V – Roteiro Formulário de Inscrição em Formato de Áudio ou Vídeo

ANEXO VI – Declaração de representação de grupo ou coletivo cultural

ANEXO VII – Modelo de Carta de Anuência para Indicação

ANEXO VIII – Modelo de Autodeclaração Racial

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Pertencimento Étnico

ANEXO X – Modelo de Autodeclaração de Gênero

ANEXO XI – Modelo de Procuração Específica para Recebimento do Prêmio

ANEXO XII – Modelo de Declaração de Residência para Pessoa Física

ANEXO XIII – Modelo de Declaração de Ausência de Residência Fixa

Brasília/DF, 24 de julho de 2024

CLAUDIO ABRANTES

TERMO DE FOMENTO (MROSC) Nº 63/2024
PROCESSO Nº 00150-00004404/2024-25

O DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.658.028/0001-09, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representada por FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES, na qualidade de Secretário de Estado, cuja delegação de competência foi outorgada pela publicação no Diário Oficial nº 238, em 16 de dezembro de 2016 pelo Decreto nº 32.598, capítulo VII, nomeado pelo Decreto de 04 de julho de 2023 e a Organização da Sociedade Civil CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DE QUADRILHAS JUNINAS CONFEBRAQ, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no CNPJ sob o nº 05.961.788/0001-1, neste ato representada por SERGIO LUIZ SANTOS PEREIRA, que exerce a função de Presidente, resolvem celebrar este TERMO DE FOMENTO, regendo-se pelo disposto na Lei Nacional Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, nas leis orçamentárias do Distrito Federal, na Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, respectivos regulamentos e demais atos normativos aplicáveis, mediante as cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: Este instrumento tem por objeto a realização do projeto "XVIII CONCURSO NACIONAL DE QUADRILHAS JUNINAS", a ser executado no Estacionamento do Estádio Serejão - Taguatinga, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho. CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DOTAÇÃO: 2.1. Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho. 2.2. O valor global dos recursos públicos da parceria é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). 2.3. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I - Unidade Orçamentária: 16101; II - Programa de Trabalho: 13.392.6219.9075.0351; III - Natureza da Despesa: 335041; IV - Fonte de Recursos: 100. 2.4 - O empenho é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2024NE00783, emitida em 23/07/2024, sob o evento nº 400097, na modalidade Global. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA: 3.1 - Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 30/09/2024. CLÁUSULA QUINTA - CONTRAPARTIDA: 5.1 - Não será exigida contrapartida da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GESTORES DA PARCERIA: FREDERICO BORGES MACHADO, Matrícula nº 240.520-2, Analista de Atividades Culturais e EMERSON BENEDITO VIDAL, Matrícula nº 1.650.635-6, Técnico de Atividades Culturais. Data da assinatura: 23 de julho de 2024. P/SECRETARIA: FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES e Pela OSC: SERGIO LUIZ SANTOS PEREIRA.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051769/2024

PROCESSO: 00431-00001806/2024-85. DAS PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e L.C. KLIEMANN. DO OBJETO: a aquisição de urnas mortuárias de diversos tamanhos com vistas a atender demandas de solicitação de auxílio por morte na forma bens de consumo. DO VALOR: o valor total do Contrato é de R\$ 4.890,00 (quatro mil oitocentos e noventa reais). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 17.902; PT: 08.244.6228.4187.0008; ND: 33.90.32; Fonte: 100, conforme Nota de Empenho nº 2024NE00571, no valor de R\$ 4.890,00 (quatro mil oitocentos e noventa reais), modalidade 02 - Estimativo, emitida em 19/06/2024. DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura. DATA DE ASSINATURA: 15/07/2024. SIGNATÁRIOS: pela CONTRATANTE: JÚLIO CÉSAR DA SILVA LIMA, na qualidade de Secretário-Executivo de Desenvolvimento Social substituto, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, e pela CONTRATADA: LEANDRO CARLOS KLIEMANN, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051770/2024

PROCESSO: 00431-00001806/2024-85. DAS PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e S H MACIEL LOPES LTDA. DO OBJETO: a aquisição de urnas mortuárias de diversos tamanhos com vistas a atender demandas de solicitação de auxílio por morte na forma bens de consumo. DO VALOR: o valor total do Contrato é de R\$ 155.990,00 (cento e cinquenta e cinco mil novecentos e noventa reais). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 17.902; PT: 08.244.6228.4187.0008; ND: 33.90.32; Fonte: 100, conforme Nota de Empenho nº 2024NE00570, no valor de R\$ 155.990,00 (cento e cinquenta e cinco mil novecentos e noventa reais), modalidade 02 - Estimativo, emitida em 19/06/2024. DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura. DATA DE ASSINATURA: 12/07/2024. SIGNATÁRIOS: pela CONTRATANTE: JÚLIO CÉSAR DA SILVA LIMA, na qualidade de Secretário-Executivo de Desenvolvimento Social substituto, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, e pela CONTRATADA: ANA KARINA DE OLIVEIRA TEIXEIRA, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051857/2024

PROCESSO: 00431-00015800/2023-12. DAS PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e BRASIL POLTRONAS E CADEIRAS LTDA. DO OBJETO: a aquisição de mobiliários (armários, cadeiras, estação de trabalho, mesas de reunião, poltronas, dentre outros), grupo 52.42 e material de sinalização (organizador de filas), grupo 30.44, com vistas a atender às necessidades da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF. DO VALOR: o valor total do Contrato é de R\$ 2.974.613,00 (dois milhões, novecentos e setenta e quatro mil seiscentos e treze reais). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 17.101; PT: 08.122.8228.8517.0139 e 08.122.8228.8517.9877; ND: 44.90.52; Fonte: 100, conforme Nota de Empenho nº 2024NE00596, no valor de R\$ 119.981,00 (cento e dezenove mil novecentos e oitenta e um reais), modalidade 02 - Estimativo, emitida em 28/06/2024, e Nota de Empenho nº 2024NE00601, no valor de R\$ 749.941,00 (setecentos e quarenta e nove mil novecentos e quarenta e um reais), modalidade 02 - Estimativo, emitida em 28/06/2024. DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura. DATA DE ASSINATURA: 22/07/2024. SIGNATÁRIOS: pela CONTRATANTE: JEAN MARCEL PEREIRA RATES, na qualidade de Secretário-Executivo de Desenvolvimento Social, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, e pela CONTRATADA: LUCAS MOREIRA RODRIGUES, na qualidade de Representante Legal.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

AVISO DE SOBRESTAMENTO DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, COMUNICA aos membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP que a 21ª Reunião Ordinária do CGP, que seria realizada no dia 31 de julho de 2024, às 19h00, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, conforme convocação publicada no DODF nº 137, de 19 de julho de 2024, página 79, e no Jornal de Brasília, de 19 de julho de 2024, página 19, fica sobrestada.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

LICENÇA DISTRITAL DE IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES Nº 16/2024

Esta Licença Distrital de Implantação de Infraestrutura de Telecomunicações nº 016/2024 foi emitida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, para a regularização de uma Estação Rádio Base - ERB, modelo Rooftop, localizada em área

17	Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares – TCDF https://www2.tc.df.gov.br/4-consultas/certidao-de-julgamento-de-contas/
18	Certidão Negativa Especial (Cível e Criminal) – Tribunal de Justiça do DF e Territórios – TJDF https://enc.tjdft.jus.br/solicitacao-externa
19	Certidões Negativas da Justiça Federal - TRF 1 (Cível, Criminal e Para Fins Eleitorais) https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitacao
20	Declaração de Inexistência de Causa de Inelegibilidade e de Impedimentos (formulário)
21	Declaração de Inexistência de Vínculo Dependência Econômica ou Comunhão de Interesse (formulário)
22	Declaração para recebimento de gratificação pela participação no Conplan (formulário)
23	Requerimento de Designação (formulário)
24	Declaração para efeitos de designação (formulário)

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

CONVOCAÇÃO PARA A 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 21ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 28 de agosto de 2024, às 19h, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

EDITAL Nº 482/2024

O Governo do Distrito Federal, representado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal — CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, considerando a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: INDEFERIR O PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO POR MEIO DE DOAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO na QNP 12 CJ D LT 17A - CEILÂNDIA, que deverá ser publicada no DODF, em nome do Sr. JOAO BATISTA GOMES CPF: 096.***.***-49 e sua, cônjuge Sra. EUNICE FONSECA GOMES CPF: 247.***.***-59. A análise dos documentos se deram nos termos da Lei nº 3.877 de 26 de junho de 2006, Lei nº 4.996 de 19 de dezembro de 2012; Decreto Distrital nº 34.210 de 13 de março de 2013, Decreto Distrital nº 23.590 de 07 fevereiro de 2003, Decreto Distrital nº 29.072, de 20 de maio de 2008, e suas alterações.

Brasília/DF, 14 de agosto de 2024
MARCELO FAGUNDES GOMIDE
Diretor-Presidente

DIRETORIA IMOBILIÁRIA

EDITAL Nº 485/2024

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve HABILITAR a associada CINTIA LIMA – CPF: 066.***.***-44, indicada pela entidade ASHAREM, tendo em vista a entrega de documentação e processo formalizado em cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Distrital nº 3.877/2006, para compor EXCLUSIVAMENTE a demanda do projeto Riacho Fundo II 3ª Etapa, Edital de Chamamento nº 09/2013.

Brasília/DF, 16 de agosto 2024
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo SEI nº 00197-00001948/2024-07. Assunto: O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL - Adasa, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação pela Diretoria Colegiada, nos termos do artigo 74, I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com a Nota Jurídica nº 96/2024-ADASA/AJL (144584463) e o que consta nos autos, resolve: Ratificar o ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, no valor de R\$ 57.800,00 (cinquenta e sete mil e oitocentos reais), do Ordenador de Despesas, em favor da Verbalize Cursos e Treinamentos Ltda., CNPJ nº 04.892.707/0001-00, referente a prestação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, voltado para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal – Curso In Company sobre Oratória e Comunicação, com duas turmas de 20 horas para até 20 participantes cada turma, nos termos do art. 74, III, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021 e do art. 225 do Decreto Distrital nº 44.330/2023. A despesa será realizada à conta do Programa de Trabalho 04.128.8210.4088.0014 – Capacitação de Servidores, Natureza de Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Fonte 251, conforme informações da Superintendência de Administração e Finanças – SAF. Despacho nº 123, de 15 de agosto de 2024. RAIMUNDO RIBEIRO.

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2024

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – ADASA, no uso das atribuições regimentais, de acordo com o que estabelece o artigo 28 da Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008 e conforme deliberação da Diretoria Colegiada, constante no processo SEI nº 00197-00001764/2020-13, COMUNICA:

Aos usuários, agentes e demais interessados na temática de recursos hídricos, que a Adasa realizará a Audiência Pública nº 004/2024, na modalidade presencial.

A Audiência Pública poderá ser transmitida, ao vivo, por meio de videoconferência e a gravação do evento será disponibilizada no site da Adasa (www.adasa.df.gov.br) na parte "Audiências Públicas em andamento" AP-004/2024.

OBJETIVO: obter subsídios e informações adicionais referente a minuta de resolução que Dispõe sobre o Marco Regulatório da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Extrema, localizada no Distrito Federal.

DATA: 11 de setembro de 2024, com início às 14 horas.

LOCAL: Sede da Emater no núcleo rural Rio Preto na DF 320, Km 10,

ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES ESCRITAS: pelo endereço eletrônico CP-004-2024@adasa.df.gov.br, até as 18 horas do dia 20/09/2024.

DOCUMENTOS: A presente Audiência Pública é realizada para fins de complementar a Consulta Pública em andamento (CP-004-2024), de mesma temática desta Audiência. A minuta de resolução e os documentos que a fundamentam ficarão disponibilizados no site da Adasa (www.adasa.df.gov.br) na parte "Consultas Públicas em andamento" Consulta Pública CP-004-2024.

GRAVAÇÃO: O evento será gravado e a gravação será disponibilizada na mesma página da audiência.

INFORMAÇÕES: 3961-4900 ou www.adasa.df.gov.br.

RAIMUNDO RIBEIRO

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - BRASÍLIA AMBIENTAL

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 06/2024

Processo: 00041-00002325/2024-35 DAS PARTES: IBRAM/DF e o BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A., CNPJ Nº 00.000.208/0001-00. DO OBJETO: Cessão, sem ônus, de uso de 2m² (dois metros quadrados) no hall de entrada do Edifício sede do Instituto Brasília Ambiental, situado na Avenida W3 Norte, SEP/Quadra 511, Bloco C, Ed. Bittar IV, CEP: 70.750-543, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, para instalação de 01 (uma) máquina de autoatendimento do cessionário. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 58 meses, até 16/05/2029. DATA DE ASSINATURA: 05/08/2024. SIGNATÁRIOS: pelo Brasília Ambiental: RÔNEY TANIOS NEMER, Presidente, e pelo Cessionário: CRISTIANE MARIA LIMA BUKOWITZ, Diretora Executiva de Operações.

lote S/N Rua Goiás, esquina com a DF-128, Região Administrativa de Planaltina – RA VI, da PAULO OCTAVIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA, que ocorrerá em sessão pública presencial, no Auditório do Centro Educacional Delta, localizado no Setor Residencial Leste, Buritis I, Quadra 01, Conjunto F, Lotes 21 a 31 - Planaltina, Brasília - DF, CEP: 73350-106, no dia 08 de outubro de 2024, com início às 19h (horário de Brasília). As informações necessárias para subsidiar o debate encontram-se consignadas no Processo SEI nº 00390-00005100/2022-81 e disponibilizadas na página eletrônica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) pelo link: <https://www.seduh.df.gov.br/audiencias-publicas-2024/>.

REGULAMENTO

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º A audiência pública realizar-se-á com a finalidade de apresentar e discutir o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV do empreendimento Planaltina Shopping, localizado no lote S/N Rua Goiás, esquina com a DF-128, Região Administrativa de Planaltina – RA VI.

Art. 2º Este regulamento define o procedimento que será adotado para o andamento da audiência pública presencial.

§1º A audiência pública será de livre acesso para qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, exclusivamente de forma presencial, no Auditório do Centro Educacional Delta, localizado no Setor Residencial Leste, Buritis I, Quadra 01, Conjunto F, Lotes 21 a 31 - Planaltina, Brasília - DF, 73350-106.

§2º A audiência pública será registrada por gravação de áudio, sendo que o material produzido comporá a memória do processo, objeto da audiência pública.

Art. 3º O público presente deverá preencher lista de presença, que conterá: nome completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail).

Capítulo II

Dos Objetivos da Audiência Pública

Art. 4º A audiência pública de que trata o presente aviso tem por objetivo:

I – dar publicidade às ações conduzidas pelo Governo do Distrito Federal e pela PAULO OCTAVIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA.;

II – fomentar, provocar e democratizar a efetiva participação da sociedade em geral;

III – oferecer à sociedade em geral um ambiente propício ao encaminhamento de seus pleitos e sugestões relacionados à matéria em discussão; e

IV – aprimorar, com base nas contribuições recebidas a proposta do projeto.

Parágrafo único. A audiência pública de que trata o presente instrumento tem caráter consultivo e não deliberativo.

Capítulo III

Da Condução

Art. 5º Nos termos do artigo 7º da Lei nº 5.081, de 2013, e com base nos artigos 30, 31 e 32 do Decreto nº 43.804, de 2022, que regulamenta a Lei nº 6.744, de 2020, que dispõe sobre a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV no Distrito Federal, a Audiência Pública será conduzida pelo presidente da mesa, que será composta pela Administração Regional de Planaltina, juntamente com representante da Unidade de Gestão do Estudo de Impacto de Vizinhança - UEIV/SEDUH.

Parágrafo único. O presidente da mesa será um representante da equipe técnica do empreendedor.

Art. 6º Compete ao presidente:

I – abrir a sessão;

II – organizar os trabalhos, coordenar a atuação dos demais integrantes da mesa, direcionar as perguntas e complementar as respostas;

III – dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura e continuação;

IV – tomar quaisquer medidas que visem a segurança e o bem-estar do público presente e dos representantes do governo;

V – decidir sobre casos omissos e questões de ordem; e

VI – encerrar a sessão.

Parágrafo único. O presidente poderá, após consulta aos participantes, aumentar o tempo disponível para exposição oral, a depender do número de inscrições e do tempo restante para o final da audiência, sendo-lhe facultado reduzi-lo posteriormente, pelas mesmas razões.

Art. 7º A coordenação da mesa terá por atribuições:

I – registrar os participantes, de acordo com a ordem das manifestações;

II – fornecer apoio ao presidente e integrantes da mesa;

III – a guarda da documentação produzida na Audiência Pública.

Capítulo IV

Dos Participantes

Art. 8º São direitos e deveres do público presente:

I – manifestar-se livremente sobre a matéria em discussão;

II – respeitar o tempo estabelecido para intervenção, a ordem de inscrição e as demais regras estabelecidas; e

III – tratar com respeito e civilidade os participantes da audiência e seus organizadores.

§1º É condição para manifestação oral, a prévia inscrição junto à organização do evento durante a audiência pública.

§2º A ordem de inscrição determinará a sequência das manifestações.

Art. 9º Para os debates orais, a manifestação dos participantes deverá seguir a ordem de inscrição e respeitar os seguintes tempos de duração: 5 (cinco) minutos, quando se tratar de representante de entidades, e 3 (três) minutos no caso de manifestações individuais.

Capítulo V

Da Realização

Art. 10 A audiência pública terá a seguinte ordem:

I – leitura das regras de funcionamento;

II – apresentação técnica;

III – exposição resumida do conteúdo da proposta, pela equipe técnica do empreendedor;

IV – respostas às perguntas realizadas; e

V – encerramento.

Art. 11 As perguntas recebidas serão respondidas pela mesa e equipe técnica em blocos, conforme sua similaridade, a critério da mesa.

Art. 12 Os integrantes da mesa se manifestarão de forma concisa e direta em relação às intervenções orais e escritas dos participantes.

Art. 13 Durante a audiência pública serão permitidas gravações ou outras formas de registro pelos participantes do evento.

Capítulo VI

Das Disposições Finais

Art. 14 A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH divulgará quaisquer alterações ocorridas nas informações constantes deste aviso de audiência pública por meio de comunicado relevante, a ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal e no endereço eletrônico www.seduh.df.gov.br.

Art.15 Nos termos dos artigos 31 e 32 do Decreto nº 43.804, de 2022, que regulamenta a Lei nº 6.744, de 2020, que dispõe sobre a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV no Distrito Federal, a Audiência Pública, assim como suas deliberações, serão registradas em ata sucinta, anexada à proposição a ser apreciada, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, pelo empreendedor, e no site da SEDUH, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da sua realização, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 5.081, de 2013.

Art.16 Os casos omissos serão dirimidos pelo empreendedor, no endereço eletrônico ecotech@ecotechambiental.com.br, ou pelo presidente da mesa, durante a realização da Audiência Pública observadas as disposições da Lei nº 5.081, de 2013, que disciplina os procedimentos para a realização de audiências públicas relativas à apreciação de matérias urbanísticas e ambientais no Distrito Federal e dá outras providências.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado

SECRETARIA ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

Processo nº 00390-00000254/2021-04. Interessado: INBLOCO INCORPORACAO E CONSTRUCAO EIRELI. Assunto: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. A Subsecretária da Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 1º, do Decreto nº 35.566, de 25 de junho de 2014, que dá nova redação ao artigo 29, inciso V, parágrafo 2º, do Decreto 29.590, de 09 de outubro de 2008, bem como o disposto no art. 7º do Decreto nº 36.339, de 28 de janeiro de 2015 RESOLVE: RATIFICAR a inexigibilidade de licitação reconhecida pela Coordenadora da Coordenação de Licenciamento da Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, nos autos do processo administrativo em epígrafe, para a celebração de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso forma não onerosa com fulcro nos incisos I, III "a" e "b" e IV do art. 4º da Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008, entre INBLOCO INCORPORACAO E CONSTRUCAO EIRELI, CNPJ/CPF nº 27.252.132/0001-67, juntamente com o Distrito Federal, para utilização de 742,17 m² em nível de Subsolo para Garagem, 28,15m² em nível do Solo para Instalações Técnicas - Central de GLP, 833,25m² em nível de Espaço Aéreo para Varanda e Expansão de Compartimento, bem como 29,28m² em mesmo nível para Instalações Técnicas - Central de GLP, totalizando 1.632,60m², conforme Atestado de Habilitação nº 233/2024 (Documento SEI nº 148983593), em área contígua ao imóvel da PROJEÇÃO B, PRAÇA 310-B, QUADRA QS 5, ÁGUAS CLARAS, DISTRITO FEDERAL. MARIANA ALVES DE PAULA, Subsecretária.

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

CONVOCAÇÃO PARA A 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de

2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 22ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 25 de setembro de 2024, às 14h30, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - Seduh, localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o disposto no art. 58, da Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989 e o Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, NOTIFICA a autuada ARILDA MARIA DE CASTRO ALENCAR - PIPE LINE FRUTOS DO MAR, ou sua representante legal, pelo presente edital, no âmbito do Processo nº 00391-00009837/2023-26, de que conheceu e negou provimento ao recurso interposto, confirmando a Decisão nº 151/2024 - IBRAM/PRESI/CIJU/CTIA, proferida em 1ª instância, para manter a penalidade de ADVERTÊNCIA ficando a constatação do cumprimento da obrigação dela decorrente a cargo do IBRAM. A penalidade aplicada encontra-se prevista nos artigos 2º e 7º da Lei Distrital nº 4.092/2008. NOTIFICA a recorrente do julgamento e de sua fundamentação, bem como do prazo de 05 (dias), a contar da data da ciência do presente ato decisório, para a interposição de recurso ao Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF, com fulcro no parágrafo único do art. 60 da Lei Distrital nº 41/1989. Fica o (a) NOTIFICADO (a), também, de que a Decisão nº 88/2024 - SEMA/GAB/AJL e a Nota Jurídica nº 99/2024 - SEMA/GAB/AJL, que a fundamentou, encontra-se à disposição na Gerência de Documentação e Arquivo, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, situada no SBN Quadra 2, Bloco K, Edifício Wagner, 3º Subsolo, Asa Norte, Brasília/DF.

GUTEMBERG GOMES

Secretário de Estado

CONSELHO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
CÂMARA JULGADORA DE AUTOS DE INFRAÇÃO

CONVOCAÇÃO DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O PRESIDENTE DA CÂMARA JULGADORA DE AUTOS DE INFRAÇÃO, DO CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, CONVOCA seus componentes para participarem da 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CJA/CONAM/DF, dia 26 DE SETEMBRO DE 2024 (QUINTA-FEIRA), às 14h.

A reunião será realizada por vídeo conferência, por meio do link: <https://meet.jit.si/StrangeVirusesSwimDaily>.

Caso haja interesse da parte autuada ou de seu representante legal em fazer sustentação oral durante a reunião, conforme previsto no art. 15, § 1º, do Decreto nº 38.001/2017 (Regimento Interno do CONAM/DF) é necessário envio de e-mail à Diretoria de Colegiados do CONAM/DF, conamdf@gmail.com, ou protocolo da solicitação junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal, no Setor Bancário Norte, Edifício Wagner, 3º subsolo.

A pauta segue em anexo.

Na impossibilidade de comparecimento do titular, favor informar ao respectivo suplente para comparecimento à reunião.

Eventuais dúvidas, favor entrar em contato com a Diretoria de Colegiados/SEMA/DF, pelo e-mail: conamdf@gmail.com.

ISRAEL DOURADO GUERRA

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo SEI nº 00197-00002350/2024-27. Assunto: O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL - Adasa, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação pela Diretoria Colegiada, nos termos do artigo 74, I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com a Nota Jurídica nº 123/2024-ADASA/AJL (147452887) e o que consta nos autos, Resolve: Ratificar o ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, no valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), do Ordenador de Despesas, em favor da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRHidro, CNPJ nº

29.969.193/0001-75, referente ao pagamento de 01 (uma) inscrição no evento XV Encontro Nacional de Águas Urbanas (XV ENAU) – V Simpósio de Revitalização de Rios Urbanos (V SRRU), realizado pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRHidro, na modalidade presencial, nos termos do art. 74, III, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021 e do art. 230 do Decreto Distrital nº 44.330/2023. A despesa será realizada à conta do Programa de Trabalho 04.128.8210.4088.0014 – Capacitação de Servidores, Natureza de Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Fonte 250, conforme informações da Superintendência de Administração e Finanças – SAF. Despacho nº 140, de 16 de setembro de 2024. Raimundo Ribeiro.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo SEI nº 00197-00002351/2024-71. Assunto: O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL - Adasa, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação pela Diretoria Colegiada, nos termos do artigo 74, I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com a Nota Jurídica nº 121/2024-ADASA/AJL (147450931) e o que consta nos autos, Resolve: Ratificar o ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, no valor de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais), do Ordenador de Despesas, em favor da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRHidro, CNPJ nº 29.969.193/0001-75, referente ao pagamento de 01 (uma) inscrição no evento XV Encontro Nacional de Águas Urbanas (XV ENAU) – V Simpósio de Revitalização de Rios Urbanos (V SRRU), realizado pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRHidro, na modalidade presencial, nos termos do art. 74, III, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021 e do art. 230 do Decreto Distrital nº 44.330/2023. A despesa será realizada à conta do Programa de Trabalho 04.128.8210.4088.0014 – Capacitação de Servidores, Natureza de Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Fonte 250, conforme informações da Superintendência de Administração e Finanças – SAF. Despacho nº 141, de 16 de setembro de 2024. Raimundo Ribeiro.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo SEI nº 00197-00002352/2024-16. Assunto: O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL - Adasa, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação pela Diretoria Colegiada, nos termos do artigo 74, I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com a Nota Jurídica nº 122/2024-ADASA/AJL (147451074) e o que consta nos autos, Resolve: Ratificar o ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, no valor de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais), do Ordenador de Despesas, em favor da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRHidro, CNPJ nº 29.969.193/0001-75, referente ao pagamento de 01 (uma) inscrição no evento XV Encontro Nacional de Águas Urbanas (XV ENAU) – V Simpósio de Revitalização de Rios Urbanos (V SRRU), realizado pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRHidro, na modalidade presencial, nos termos do art. 74, III, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021 e do art. 230 do Decreto Distrital nº 44.330/2023. A despesa será realizada à conta do Programa de Trabalho 04.128.8210.4088.0014 – Capacitação de Servidores, Natureza de Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Fonte 250, conforme informações da Superintendência de Administração e Finanças – SAF. Despacho nº 142, de 16 de setembro de 2024. Raimundo Ribeiro.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

PROCESSO SEI/GDF: 00111-00000459/2022-15; ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2022; CONTRATANTES: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP E A EMPRESA BSBLUX ENGENHARIA LTDA; OBJETO: Contratação por escopo de empresa especializada para a execução das obras para a implantação da rede de distribuição subterrânea de energia elétrica nas Quadras SQNW 102, SQNW 103, SQNW 104, SQNW 106, SQNW 302, SQNW 303 e SQNW 304 do Setor de Habitações Coletivas Noroeste, Plano Piloto - Distrito Federal - RA-PP, conforme prescrições contidas no Projeto Básico e ainda em padrões, normas e especificações técnicas vigentes, dividida em 07 (sete) Lotes, referente ao Lote 7: Execução das obras para a implantação da rede de distribuição subterrânea de energia elétrica na quadra SQNW 304, para: Suplementar recursos no valor de R\$ 114.668,15 (cento e quatorze mil e seiscentos e sessenta e oito reais e quinze centavos), corresponde a 2,896% do valor inicial atualizado do contrato, Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 107 (cento e sete) dias corridos;

21 da Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, pela empresa Cirion Technologies do Brasil LTDA., CNPJ nº 72.843.212/0008-18, em conformidade com o processo administrativo nº 00390-00012622/2022-30.

Referências de contato:

Cirion Technologies do Brasil LTDA

Endereço Eletrônico: regulatorio.operacional@ciriontechnologies.com

Vantuir Luiz Henrique Silva - Endereço Eletrônico: vantuir@engefield.com;

Telefone para contato: (61) 99859-8849

DADOS REFERENTES À INFRAESTRUTURA:

Endereço de Implantação: Área pública do SIA Trecho 8 travessia da via IA 5 próximo ao Lote 285, travessia da via IA 6 Trecho 10, travessia da via IA 7, Trecho 12 próximo ao Lote 105, Trecho 14 próximo ao Lote 5, Trecho 16 próximo ao Lote 5, às margens da rodovia EPIA/DF-003, Pátio Ferroviário de Brasília - PFB, próximo aos Lotes 1 e 9, SIA/DF.

Tipo de Infraestrutura: Oculta em logradouro público.

Local de implantação: área pública em subsolo.

ALTURA DO EQUIPAMENTO VOLUMÉTRICO FIXADO (m)		-	
ALTURA DA INFRAESTRUTURA DE SUPORTE (m)		-	
EXTENSÃO DO EQUIPAMENTO – LINEAR EM SUBSOLO (m)		2.505,20	
TOTAL DA ÁREA OCUPADA – SUPERFÍCIE (m3)		-	
TOTAL DA ÁREA OCUPADA – SUPERFÍCIE E SUBSOLO (m2)		502,24	
TOTAL DA ÁREA OCUPADA – ESPAÇO AÉREO (m3)		-	
CONCESSÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA	X	sim	não

MONARG BRITO DAMASCENO

Coordenador de Aprovação e Licenciamento de Infraestruturas Urbanas

VITOR RECONDO FREIRE

Subsecretário de Projetos e Licenciamento de Infraestrutura

A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NO MOMENTO DO CADASTRAMENTO SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO RESPONSÁVEL PELA INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024

Processo SEI nº 00390-00000864/2024-42, Pregão Eletrônico SRP nº 90001/2024, com HOMOLOGAÇÃO, em 09 de outubro de 2024, dos Grupos 02 e 09 e com HOMOLOGAÇÃO, em 10 de outubro de 2024, do Grupo 07. Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa para a prestação de serviços de planejamento, organização, execução e acompanhamento de eventos institucionais(plenárias, conselhos consultivos, conselhos deliberativos, câmaras técnicas e temáticas, workshops, oficinas, conferências, grupos de trabalho, comissões, seminários, fóruns, apresentações de dirigentes, entrevistas, premiações, audiências e consultas públicas e outras reuniões importantes e/ou estratégicas), visando atender às necessidade desta Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH/DF. Assinatura da Ata: 24/10/2024. Vigência: 12 meses a contar da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Empresa vencedora e Grupo homologado: STAR LOCAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS LTDA (37.131.539/0001-90), para os GRUPOS 02, 07 e 09.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2024

Processo SEI nº 00390-00000864/2024-42, Pregão Eletrônico SRP nº 90001/2024, com HOMOLOGAÇÃO em 09 de outubro de 2024. Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa para a prestação de serviços de planejamento, organização, execução e acompanhamento de eventos institucionais(plenárias, conselhos consultivos, conselhos deliberativos, câmaras técnicas e temáticas, workshops, oficinas, conferências, grupos de trabalho, comissões, seminários, fóruns, apresentações de dirigentes, entrevistas, premiações, audiências e consultas públicas e outras reuniões importantes e/ou estratégicas), visando atender às necessidade desta Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH/DF. Assinatura da Ata: 24/10/2024. Vigência: 12 meses a contar da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Empresa vencedora e Grupo homologado: RDK DEGRAVAÇÕES E EVENTOS LTDA (15.333.845/0001-76), para o GRUPO 10.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2024

Processo SEI nº 00390-00000864/2024-42, Pregão Eletrônico SRP nº 90001/2024, com HOMOLOGAÇÃO em 09 de outubro de 2024. Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa para a prestação de serviços de planejamento, organização, execução e acompanhamento de eventos institucionais(plenárias, conselhos consultivos, conselhos deliberativos, câmaras técnicas e temáticas, workshops, oficinas, conferências, grupos de trabalho, comissões, seminários, fóruns, apresentações de dirigentes, entrevistas, premiações, audiências e consultas públicas e outras reuniões importantes e/ou estratégicas), visando atender às necessidade desta Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH/DF. Assinatura da Ata: 24/10/2024. Vigência: 12 meses a contar da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Empresa vencedora e itens homologados: APOIO LOGISTICA, CONTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA (04.494.594/0001-95), para os itens 112, 113 e 114.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2024

Processo SEI nº 00390-00000864/2024-42, Pregão Eletrônico SRP nº 90001/2024, com HOMOLOGAÇÃO, em 09 de outubro de 2024, dos Grupos 04, 05 e 06, e com HOMOLOGAÇÃO, em 10 de outubro de 2024, do Grupo 08. Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa para a prestação de serviços de planejamento, organização, execução e acompanhamento de eventos institucionais(plenárias, conselhos consultivos, conselhos deliberativos, câmaras técnicas e temáticas, workshops, oficinas, conferências, grupos de trabalho, comissões, seminários, fóruns, apresentações de dirigentes, entrevistas, premiações, audiências e consultas públicas e outras reuniões importantes e/ou estratégicas), visando atender às necessidade desta Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH/DF. Assinatura da Ata: 24/10/2024. Vigência: 12 meses a contar da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Empresa vencedora e Grupo homologado: CVA EMPREENDIMENTOS LTDA (24.046.457/0001-03), para os GRUPOS 04, 05, 06 e 08.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2024

Processo SEI nº 00390-00000864/2024-42, Pregão Eletrônico SRP nº 90001/2024, com HOMOLOGAÇÃO em 09 de outubro de 2024. Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa para a prestação de serviços de planejamento, organização, execução e acompanhamento de eventos institucionais(plenárias, conselhos consultivos, conselhos deliberativos, câmaras técnicas e temáticas, workshops, oficinas, conferências, grupos de trabalho, comissões, seminários, fóruns, apresentações de dirigentes, entrevistas, premiações, audiências e consultas públicas e outras reuniões importantes e/ou estratégicas), visando atender às necessidade desta Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH/DF. Assinatura da Ata: 24/10/2024. Vigência: 12 meses a contar da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Empresa vencedora e Grupo homologado: COPIADORA UNIVERSITÁRIA LTDA (03.462.349/0001-33), para o GRUPO 01.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL

CONVOCAÇÃO PARA A 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo §1º do art. 3º da Lei Complementar nº 800, de 27 de janeiro de 2009, concomitante ao contido no inciso II do art. 13 do Anexo Único do Decreto nº 30.766, de 1º de setembro de 2009, CONVOCA os membros do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – CAF/FUNDURB para a 53ª Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 19 de novembro de 2024, às 9h30, em sessão pública virtual por meio do link de acesso: <https://us02web.zoom.us/j/82698147691?pwd=hn2gub24UjjiMQCMYhL3o3oBfOpzyum.1>

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado

CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

CONVOCAÇÃO PARA A 222ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 14 da Portaria nº 75, de 14 de outubro de 2014, alterada pela Portaria nº 48, de 22 de julho de 2015, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, CONVOCA os membros do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Complan) para a 222ª Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 14 de novembro de 2024, às 9h, em sessão presencial, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

CONVOCAÇÃO PARA A 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para a 23ª Reunião Ordinária do CGP, a realizar-se no dia 6 de novembro de 2024, às 19h, em sessão presencial, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado

11	Comprovante de conta no Banco de Brasília (BRB), constando nome completo, agência e número da conta. Caso não possua conta no BRB, procure uma agência bancária para abertura de Conta Salário.
12	Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) Exercício 2024 - Ano Base 2023 (Completa). Os isentos de declaração de IRPF devem apresentar a Declaração de Bens e Valores (formulário).
13	Certidão de Quitação Eleitoral - TSE https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral .
14	Certidão Negativa Criminal da Justiça Eleitoral - TSE https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais .
15	Certidão Negativa da Justiça Militar Federal - STM https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa .
16	Certidão Negativa de Exercício de Administração em Instituição em Liquidação Extrajudicial - Banco Central https://www3.bcb.gov.br/nadaconsta/
17	Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares - TCDF https://www2.tc.df.gov.br/4-consultas/certidao-de-julgamento-de-contas/
18	Certidão Negativa Especial (Cível e Criminal) - Tribunal de Justiça do DF e Territórios - TJDF https://cnc.tjdft.jus.br/solicitacao-externa
19	Certidões Negativas da Justiça Federal - TRF 1 (Cível, Criminal e Para Fins Eleitorais) https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitacao
20	Declaração de Inexistência de Causa de Inelegibilidade e de Impedimentos (formulário).
21	Declaração de Inexistência de Vínculo Dependência Econômica ou Comunhão de Interesse (formulário).
22	Declaração para recebimento de gratificação pela participação no Conplan (formulário).
23	Requerimento de Designação (formulário).
24	Declaração para efeitos de designação (formulário).

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

CONVOCAÇÃO PARA A 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 10ª Reunião Extraordinária do CGP, a ser realizada no dia 2 de dezembro de 2024, às 14h30, no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, sede da SEDUH, 18º andar - Auditório.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL
DIRETORIA IMOBILIÁRIA

EDITAL Nº 678/2024

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, notadamente da Lei nº 4.020/2007, da Lei nº 3.877/2006 e do Decreto nº 33.965/2012. Resolve tornar pública a habilitação de 396 (trezentos e noventa e seis) candidatos que cumpriram aos requisitos da Lei distrital nº 3.877/2006, para compor a demanda do Programa Habitacional do DF. A listagem dos habilitados se encontra disponibilizada no Portal www.codhab.df.gov.br/candidato/pesquisa-cpf.

Brasília/DF, 29 de novembro de 2024
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

EDITAL Nº 679/2024

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, notadamente da Lei nº 4.020/2007, da Lei nº 3.877/2006 e do Decreto nº 33.965/2012. Resolve HABILITAR o candidato GABRIEL AZEVEDO – CPF nº 010.***.***-58, que cumpriu aos requisitos da Lei distrital nº 3.877/2006, para participação exclusivamente do Programa Morar DF.

Brasília/DF, 29 de novembro de 2024
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

EDITAL Nº 680/2024

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, resolve: Habilitar 89 (oitenta e nove) candidatos, aptos para habilitação no Programa Habitacional do DF, visto que atenderam aos requisitos da Lei Distrital nº 3.877/2006 e em conformidade com a Instrução nº 148, de 25 de junho de 2024. A relação dos candidatos encontra-se disponibilizada no site eletrônico www.codhab.df.gov.br/candidato/pesquisa-cpf.

Brasília/DF, 29 de novembro de 2024
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 01/2023

Processo: 00391-00008288/2023-72. Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2023. Firmado entre a SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL (Sema/DF), FUNDO ÚNICO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL (Funam/DF) e o INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL (Brasília Ambiental). Objeto: prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, contados a partir de 29 de novembro de 2024 até 28 de novembro de 2025. GUTEMBERG GOMES, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal e Presidente do Conselho de Administração do Fundo Único do Meio Ambiente.

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS,
ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO
SERVIÇO DE CONTRATAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CONVOCAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 01

PARA A SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA PRESENCIAL

A AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL - Adasa, por intermédio da Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria no 53/2024, convoca os interessados para a segunda sessão pública presencial da Concorrência no 1/2024 (Processo SEI 00197-00000525/2024-61) cujo objeto é a contratação de agência de publicidade. A sessão, a ser realizada no dia 12/12/2024, às 10:00h, no auditório da Adasa em SAIN Estação Rodoferroviária de Brasília, S/N, Ala Norte, DF, CEP: 70631-900, será realizada para a apuração do resultado geral das propostas técnicas, nos termos do art. 11, § 4º, VII da Lei 12.232/2010 e do item 9 do Edital.

EDUARDO BOTELHO
Presidente da Comissão

JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52.668/2024

Processo:00195-00000738/2024-40. Espécie: Extrato do Contrato nº 52.668/2024-JBB/DF. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio do JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA na qualidade de Contratante, e a empresa C&E PERFURAÇÕES LTDA (CAPITAL POÇOS), doravante denominada CONTRATADA. Objeto: Contratação de empresa especializada em perfuração de poços profundos, a serem realizados no Jardim de Contemplação e Alameda das Nações deste Jardim Botânico de Brasília - JBB. Conforme condições e especificações constantes no Contrato. Valor total da Aquisição: R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais). Nota de Empenho: 2024NE00300 (153103045) - Emitida em: 08/10/2024. Prazo de Vigência: 60 (sessenta) meses a partir da data de sua assinatura. Data de assinatura: 27/11/2024. Signatários: Pelo Distrito Federal - ALLAN FREIRE BARBOSA DA SILVA - Diretor-Presidente; Pela Contratada - ELPIDIO DIAS DE OLIVEIRA RAMOS - Representante Legal.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 52.957/2024-JBB/DF

Processo: 00195-00000991/2024-01. Espécie: Extrato do Contrato nº 52.957/2024-JBB/DF. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio do JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA na qualidade de Contratante, e a empresa TOP ENGENHARIA LTDA, doravante denominada CONTRATADA. Objeto: Contratação de empresa especializada na manutenção de rede elétrica visando a revitalização do fornecimento de energia, deste Jardim Botânico de Brasília - JBB., conforme condições e especificações constantes no Contrato. Valor total da Contratação: R\$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais). Nota de Empenho: 2024NE00352 (155291150) - Emitida em: 04/11/2024. Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura. Data de assinatura: 25/11/2024. Signatários: Pelo Distrito Federal - ALLAN FREIRE BARBOSA DA SILVA - Diretor-Presidente; Pela Contratada - CRISTIANO ROSA BARBOSA - Representante Legal.

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 41/2022

PROCESSO SEI Nº 00094-00003212/2021-43. PARTES: SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL - SLU/DF e a EMPRESA NORESA NOVO RIO ENERGIA E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ nº 07.044.248/0001-01. DO OBJETO: O presente Termo tem como objeto a rescisão do Contrato nº 41/2022 (96950034), conforme cláusula resolutiva expressa, apresentada na cláusula Quarta do Termo Aditivo 3º ao Contrato nº 41/2022 (152505422), tendo em vista a conclusão do processo licitatório para nova contratação dos correspondentes serviços e a formalização da contratação nos autos do processo SEI nº 00094-00002677/2024-20. DA VIGÊNCIA: O presente Termo de Rescisão Contratual entra em vigência a partir da data da última assinatura, em 26 de novembro de 2024, tendo em vista o início da nova contratação. DATA DA ASSINATURA: 26/11/2024. SIGNATÁRIOS: Pelo SLU/DF, LUIZ FELIPE CARDOSO DE CARVALHO, Diretor Presidente e, CLEILSON GADELHA QUEIROZ, Diretor Adjunto, pela CONTRATADA: GABRIEL SEVERO PEREIRA GOMES, Representante Legal.

rescisão do Contrato a qualquer tempo; 11.3 - A rescisão de que trata o item 11.1, dar-se-á com a prévia quitação das taxas devidas, a desobstrução e a recuperação da área pública pelo interessado. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO Fica eleito o foro de Brasília/Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato. Pelo Distrito Federal: MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA e pela Concessionária: RAPHAEL FAIRBANKS PRADO.

CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO SOBRE ÁREA PÚBLICA
DO DISTRITO FEDERAL Nº 47/2024

Processo nº 00390-00000769/2024-49. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES O DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO - SEDUH, com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - Brasília/DF, CEP: 70711-900, Telefone: (61) 3214-4180, inscrita no CNPJ sob o nº 02.342.553/0001-58, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado por MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 251.**** SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 001.075.33****, na qualidade de Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, com delegação de competência concedida por intermédio do Decreto nº 41.446, de 10 de novembro de 2020, e, CLEMAR ENGENHARIA LTDA., com sede social na Rua Vereador Osvaldo Bittencourt, nº 276, Carianos, Florianópolis/SC, CEP 88047-700, inscrita no CNPJ sob o nº 83.932.418/0001-64, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, representada por ALEXANDRE MALVA, brasileiro, casado, gerente de filial, portador do documento de identidade nº 19.767.****, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 105.297.33****, na qualidade de representante legal devidamente constituído por meio da Procuração (152234238), acostada aos autos em epígrafe, resolvem celebrar o presente instrumento. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO O presente Contrato obedece aos termos de Reconhecimento e Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (155945385) do Processo SEI nº00390-00000769/2024-49, da Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008, da Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, do Decreto Distrital nº 41.446, de 10 de novembro de 2020, e da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, incluindo suas respectivas regulamentações e alterações, dispensado licenciamento ambiental, nos termos da Resolução nº 10, de 20 de dezembro de 2017, expedida pelo Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO O Contrato tem por objeto a Concessão de Uso de área pública em nível de solo, e a sua área em 38,85m² (trinta e oito metros quadrados e oitenta e cinco decímetros quadrados) para implantação de infraestrutura de telecomunicações -Estação Rádio Base - ERB, Small Cell, Poste, em área pública no Setor de Habitações Coletivas Noroeste - SHCNW, SQNW 110, próximo ao lote D, Plano Piloto/DF, de acordo com projeto de infraestrutura aprovado (155924945) no Processo SEI nº00390-00000769/2024-49. CLÁUSULA QUARTA – DA DESTINAÇÃO A concessão da área pública no Setor de Habitações Coletivas Noroeste - SHCNW, SQNW 110, próximo ao lote D, Plano Piloto/DF, objeto do presente termo, segundo o Reconhecimento e Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (155945385) do Processo SEI nº 00390-00000769/2024-49, destina-se, exclusivamente à implantação de infraestrutura de telecomunicações - Estação Rádio Base - ERB, Small Cell, Poste, com 38,85m² (trinta e oito metros quadrados e oitenta e cinco decímetros quadrados) de área e sua utilização deve ser feita em estrita obediência às respectivas normas urbanísticas. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR A concessão da área pública no Setor de Habitações Coletivas Noroeste - SHCNW, SQNW 110, próximo ao lote D, Plano Piloto/DF, destinada à implantação de infraestrutura de telecomunicações - Estação Rádio Base - ERB, Small Cell, Poste, é não onerosa conforme disposto no artigo 29, do Decreto Distrital nº 41.446, de 10 de novembro de 2020. CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA A Concessão terá vigência de 30 anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA 7.1 - A Concessionária se obriga a: I - Atender às disposições legais indicadas pelo órgão gestor de desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal; II - Cumprir as normas de posturas, saúde, segurança pública, trânsito, metrologia, edificações, meio ambiente e todas aquelas inerentes à destinação dada à área; III - Observar as restrições estabelecidas pela Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, e pelo Decreto nº 41.446, de 10 de novembro de 2020. 7.2 - Extinta a concessão, toda e qualquer benfeitoria reverterá ao patrimônio do Distrito Federal, observado o disposto no § 1º do art. 35 da Lei nº 8.987/95. CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA 8.1 - A Concessionária se responsabilizará pela preservação ambiental e pelos eventuais danos causados a terceiros, ao meio ambiente, aos equipamentos públicos urbanos e às redes de serviços públicos; 8.2 - É vedado conferir à área ocupada destinação diversa da prevista neste Termo. CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada à modificação do objeto da Concessão. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DISSOLUÇÃO A Concessão poderá ser dissolvida de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO 11.1 - A Concessão poderá ser rescindida a qualquer tempo, mediante decisão fundamentada em parecer técnico de órgão competente ou em legislação específica, observando o interesse público, sem que seja necessário qualquer tipo de

ressarcimento à Concessionária; 11.2 - Não havendo interesse por parte da Concessionária ou de seu representante legal na permanência da infraestrutura em área pública para implantação de infraestrutura de telecomunicações, Estação Rádio Base - ERB, Small Cell, Poste, este poderá requerer a rescisão do Contrato a qualquer tempo; 11.3 - A rescisão de que trata o item 11.1, dar-se-á com a prévia quitação das taxas devidas, a desobstrução e a recuperação da área pública pelo interessado. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO Fica eleito o foro de Brasília/Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato. Pelo Distrito Federal: MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA e pela Concessionária: ALEXANDRE MALVA.

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

CONVOCAÇÃO PARA A 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para participarem da 24ª Reunião Ordinária do CGP, a ser realizada no dia 18 de dezembro de 2024, às 14h30, no Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, sede da SEDUH, 18º andar - Auditório.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

RESULTADO PRELIMINAR
PROCESSO SELETIVO DO CREDENCIAMENTO
DE VOLUNTÁRIOS SOCIAIS ESPORTIVOS

O Secretário de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, Substituto, torna público o RESULTADO DA SELEÇÃO - 4ª CHAMADA - PROCESSO SELETIVO DE CREDENCIAMENTO DE VOLUNTÁRIOS SOCIAIS ESPORTIVOS DO PROJETO ESPORTE SOCIAL DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DO DF, do processo seletivo do credenciamento de Voluntários Sociais Esportivos para atuação no âmbito dos espaços esportivos e de lazer do Distrito Federal, via Termo de Adesão e Compromisso de Voluntariado.

Informamos que o prazo para assinatura eletrônica do Termo de Adesão pelos voluntários é de 15 (quinze) dias corridos, contados da data desta publicação, e todos selecionados receberão e-mail contendo as informações sobre o passo a passo.

Em caso de dúvidas, recursos administrativos e/ou esclarecimentos deverão entrar via e-mail: dpesv@esporte.df.gov.br ou pelo telefone (61) 98312-0140.

A relação do RESULTADO DA SELEÇÃO - 4ª CHAMADA - PROCESSO SELETIVO DE CREDENCIAMENTO DE VOLUNTÁRIOS SOCIAIS ESPORTIVOS DO PROJETO ESPORTE SOCIAL DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DO DF estará disponível no site da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, podendo ser acessados no seguinte endereço eletrônico: <http://www.esporte.df.gov.br/>.

MATEUS BAHIA

ANEXO I
RESULTADO PRELIMINAR

Relação de Voluntários Selecionados para o Projeto Esporte Voluntário Social Esportivo

NÚMERO DE CREDENCIAMENTO	NOME DO VOLUNTÁRIO	CPF	PONTUAÇÃO
2401192	ANA KAROLINY SANTOS AGUIAR	XXX.XXX.591-06	102
2401193	ÉDERSON DA SILVA NORONHA	XXX.XXX.851-78	102
2401194	HEBERT LEITE MAGALHÃES	XXX.XXX.461-78	102
2401034	KEVELLYN ÁGATA SOUSA E SILVA	XXX.XXX.391-63	102
2401001	LILIA VALERIA CORREIA	XXX.XXX.241-34	102
2401222	TIAGO KARL RODRIGUES	XXX.XXX.851-18	102
2401199	AMANDA PEREIRA SANTOS	XXX.XXX.351-30	82
2401202	CRISTIANE SOUSA	XXX.XXX.261-04	82

05	ASSEMBLEIA DE DEUS - MINISTÉRIO DE MADUREIRA - CONGREGAÇÃO VALE DO SOL	00111-00007783/2022-64	Lote 03, Conjunto F, Chácara 8A - Condomínio Vale do Sol	PLANALTINA-DF
06	IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA	0390-000415/2012	CR 99, Lote 02 - Vale do Amanhecer	PLANALTINA-DF
07	PARÓQUIA SANTA RITA DE CÁSSIA	00111-00008940/2020-97	SRL Quadra 17, Conjunto "H", Lote 01 - Setor Residencial Leste	PLANALTINA-DF
08	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CAVERNA DE ADULÃO - ABCA	0390-000544/2016	Núcleo Rural, Córrego do Atoleiro, Chácara 11 A	PLANALTINA-DF
09	CAPELA VILA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	0390-000501/2016	EQ A/B, Conjunto A/B-1, Área Especial 02	PLANALTINA-DF
10	PARÓQUIA DIVINO ESPÍRITO SANTO	00111-00007963/2022-46	Quadra 11, Conjunto F, Lote 03 e 04	ARAPONGA - DF
11	PARÓQUIA SANTA RITA DE CÁSSIA - CAPELA SÃO JOSÉ	00111-00007776/2022-62	EQ 10/20 - Buritis II	PLANALTINA-DF
12	CAPELA NOSSA SENHORA APARECIDA	00111-00007643/2022-96	CR 87, Lote 03 - Vale do Amanhecer	PLANALTINA-DF
13	PARÓQUIA SÃO VICENTE DE PAULO	00111-00007777/2022-15	EQ 16/17, Vila Vicentina - Praça São Vicente	PLANALTINA-DF
14	PARÓQUIA SÃO LUIS ORIONE - CAPELA NOSSA SENHORA DESATADORA DOS NÓS	00111-00007822/2022-23	Quadra 01, Conjunto G, Lote 30 - Fazendinha	ITAPOÃ-DF
15	CAPELA NOSSA SENHORA DE LOURDES	00111-00007823/2022-78	Quadra 01, Conjunto K, Lote 05	ITAPOÃ-DF
16	CENTRO PASTORAL SÃO LUIZ ORIONE	00111-00007820/2022-34	Quadra 378, Conjunto "R", Área Especial Av. Indaiaí - Del Lago	ITAPOÃ-DF
17	OBRAS SOCIAIS DO CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE JERÔNIMO CANDINHO	00390-00003303/2018-57	AR 19, Conjunto 12, Lote 26	SOBRADINHO II-DF

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA A 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para a 25ª Reunião Ordinária, a ser realizada no dia 29 de janeiro de 2025, às 14h30, em sessão presencial, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2020

Processo Nº 00392-00004443/2020-19 - Contratante: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL/CODHAB - CNPJ nº 09.335.575/0001-30; Contratada: IDEALFRIO REFRIGERAÇÃO EIRELI - CNPJ nº 26.125.891/0001-04. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, de 11 de julho de 2024 até 11 de janeiro de 2025, em conformidade como artigo 117 do RILC – CODHAB/DF e com o art. 81, § 1º da Lei Federal 13.303/2016. Valor do Contrato: R\$47.564,33 (quarenta e sete mil quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos). Data da Assinatura: 06/01/2025. Vigência: 6 (seis) meses. Signatários: Pela CODHAB/DF: MARCELO FAGUNDES GOMIDE, na qualidade de Diretor-Presidente; Pela IDEALFRIO: VITOR DE OLIVEIRA BRAGA SILVA, na qualidade de Proprietário. (Contrato publicado no DODF nº 008, de 13 de janeiro de 2021, pág. 75; Primeiro Termo aditivo publicado no DODF nº 008, de 12 de janeiro de 2022, pág. 98; Segundo Termo aditivo publicado no DODF nº 241, de 29 de dezembro de 2022, pág. 107; Terceiro Termo Aditivo publicado no DODF nº 1, de 02 de janeiro de 2024, pág. 123), Quarto Termo Aditivo publicado no DODF nº 131, de 11 de julho de 2024, pág.76.

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA

Torna público que está requerendo do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença de Instalação Corretiva para regularização fundiária da ARIS Nova Gênesis - processo SEI – 00391-00012406/2024-28.

Brasília/DF, 15 de janeiro de 2025
MARCELO FAGUNDES GOMIDE
Diretor-Presidente

DIRETORIA IMOBILIÁRIA

EDITAL 29/2025

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve HABILITAR os associados GABRIELLA SILVA – CPF nº 077.***.***-09 e YAN BORGES – CPF nº 036.***.***-70, indicados pela entidade COOHATEC, tendo em vista a entrega de documentação e processo formalizado em cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Distrital nº 3.877/2006, para compor EXCLUSIVAMENTE a demanda do projeto Riacho Fundo II 3ª Etapa, Edital de Chamamento nº 09/2013.

Brasília/DF, 16 de janeiro de 2025
TEYLON COELHO
Diretor Imobiliário Substituto

EDITAL 30/2025

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, notadamente da Lei nº 4.020/2007, da Lei nº 3.877/2006 e do Decreto nº 33.965/2012. Resolve HABILITAR os candidatos ANDRÉ TAVARES – CPF 053.***.***-80, GILSON SANTANA – CPF 039.***.***-50, KISLAYNE SANTOS – CPF 075.***.***-27, LEONARDO BRANDÃO – CPF 044.***.***-60 e RÔMULO JÚNIOR – CPF 039.***.***-17 que cumpriram aos requisitos da Lei distrital nº 3.877/2006, para participação exclusivamente do Programa Morar DF.

Brasília/DF, 16 de janeiro de 2025
TEYLON COSTA COELHO
Diretor Imobiliário Substituto

EDITAL 31/2025

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: HABILITAR o candidato LETICIA DE SOUSA - CPF nº 747.***.***-87 indicado pela entidade ASPIMIS, tendo em vista a entrega de documentação e formalização de processo, a fim de compor EXCLUSIVAMENTE a demanda do projeto CEILÂNDIA - Edital nº 01/2019.

Brasília/DF, 16 de janeiro de 2025.
TEYLON COSTA COELHO
Diretor Imobiliário Substituto

EDITAL 34/2025

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, notadamente da Lei nº 4.020/2007, da Lei nº 3.877/2006 e do Decreto nº 33.965/2012, resolve: HABILITAR a candidata MARILENE LOPES – CPF: 717.***.***-15 que cumpriu aos requisitos da Lei distrital nº 3.877/2006, para participação exclusivamente do Programa Morar DF.

Brasília/DF, 16 de janeiro de 2025.
TEYLON COSTA COELHO
Diretor Imobiliário Substituto

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
CÂMARA JULGADORA DE AUTOS DE INFRAÇÃO
DIRETORIA COLEGIADOS

NOTIFICAÇÃO Nº 49/2024

PROCESSO Nº: 00391-00007205/2023-28. INTERESSADO: Bernardo Daudt Prieto de Magela Moura. PROCURADOR: Luiz Freitas Pires de Saboia – OAB/DF 3.679. ASSUNTO: Auto de Infração Ambiental nº 5552/2023. RELATOR: Paulo Roberto Correa Tavares - Fecomercio.

Fica o senhor Bernardo Daudt Prieto de Magela Moura e seu representante legal o senhor Luiz Freitas Pires de Saboia – OAB/DF 3.679, NOTIFICADOS do julgamento da Câmara Julgadora de Autos de Infração do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CJA/CONAM/DF, 3ª instância recursal administrativa, em sua 70ª reunião ordinária, ocorrida em 26 de setembro de 2024, por unanimidade, acompanhar o voto do relator, por seus próprios fundamentos jurídicos, para que seja conhecido e desprovido o recurso interposto, confirmando a Decisão nº 31/2024 - SEMA/GAB/AJL (133174038), proferida em 2ª instância, para manter a penalidade de MULTA no valor de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais). A penalidade aplicada encontra-se prevista no inciso II do artigo 3º do Decreto Federal nº 6.514/2008. Nos termos do parágrafo único do artigo 60 da Lei Distrital nº

Conselho de Administração do FAC, aplico ao Agente Cultural a penalidade de ADVERTÊNCIA. Publique-se e encaminhem-se os autos ao FAC/SECEC para os demais procedimentos administrativos. Patrícia Paraguassu Carvalho Emerenciano, Presidente.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Processo nº: 00150-00007025/2021-44. Termo de Ajuste nº 909/2022. Agente Cultural: GUADALUPE COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO CULTURAL, Projeto: FOTO BSB - FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOTOJORNALISMO – 2ª EDIÇÃO. Assunto: APLICAÇÃO DE PENALIDADE. Tendo em vista o constante dos autos em epígrafe e de acordo com a Decisão nº. 191/2024 de 19/02/2024 do Conselho de Administração do FAC, aplico ao Agente Cultural a penalidade de ADVERTÊNCIA. Publique-se e encaminhem-se os autos ao FAC/SECEC para os demais procedimentos administrativos. Patrícia Paraguassu Carvalho Emerenciano, Presidente.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Processo nº: 00150-00006987/2021-86. Termo de Ajuste nº 940/2022. Agente Cultural: IG URACTAN FREITAS CARVALHO. Projeto: FÁBRICA DE PESSOAS. Assunto: APLICAÇÃO DE PENALIDADE. Tendo em vista o constante dos autos em epígrafe e de acordo com a Decisão nº 217/2024 de 19/02/2024 do Conselho de Administração do FAC, aplico ao Agente Cultural a penalidade de ADVERTÊNCIA. Publique-se e encaminhem-se os autos ao FAC/SECEC para os demais procedimentos administrativos. Patrícia Paraguassu Carvalho Emerenciano, Presidente.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Processo nº: 00150-00008525/2021-01. Termo de Ajuste nº 963/2022. Agente Cultural: MOISES DE VASCONCELOS BARCELLOS, Projeto: PAISAGEM SONORA. Assunto: APLICAÇÃO DE PENALIDADE. Tendo em vista o constante dos autos em epígrafe e de acordo com a Decisão nº 294/2024 de 29/02/2024 do Conselho de Administração do FAC, aplico ao Agente Cultural a penalidade de ADVERTÊNCIA. Publique-se e encaminhem-se os autos ao FAC/SECEC para os demais procedimentos administrativos. Patrícia Paraguassu Carvalho Emerenciano, Presidente.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Processo nº: 00150-00007446/2021-75. Termo de Ajuste nº 806/2022. Agente Cultural: NAARA FERREIRA MORATO. Projeto: TRIBO DE EVAS - II EDIÇÃO. Assunto: APLICAÇÃO DE PENALIDADE. Tendo em vista o constante dos autos em epígrafe e de acordo com a Decisão nº 219/2024 de 19/02/2024 do Conselho de Administração do FAC, aplico ao Agente Cultural a penalidade de ADVERTÊNCIA. Publique-se e encaminhem-se os autos ao FAC/SECEC para os demais procedimentos administrativos. Patrícia Paraguassu Carvalho Emerenciano, Presidente.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Processo nº: 00150-00007219/2021-40. Termo de Ajuste nº 693/2022. Agente Cultural: ASSOCIAÇÃO FUZUÊ DE ARTE E CULTURA, Projeto: II ENCONTRO DE MAMULENGOS DO DF. Assunto: APLICAÇÃO DE PENALIDADE. Tendo em vista o constante dos autos em epígrafe e de acordo com a Decisão nº 363/2024 de 13/03/2024 do Conselho de Administração do FAC, aplico ao Agente Cultural a penalidade de ADVERTÊNCIA. Publique-se e encaminhem-se os autos ao FAC/SECEC para os demais procedimentos administrativos. Patrícia Paraguassu Carvalho Emerenciano, Presidente.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

CONVOCAÇÃO PARA A 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para a 27ª Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 26 de março de 2025, às 14h30, em sessão presencial, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2020

Processo: 00392-00011648/2019-17 – Contratante: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL/CODHAB - CNPJ Nº 09.335.575/0001-30; Contratada: BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA – CNPJ Nº 57.142.978/0001-05. Objeto: Renovação do Contrato nº 07/2020, de 27 de

fevereiro de 2025 a 27 de fevereiro de 20226, referente à aquisição de produtos e/ou prestação de serviços microsoft, incluindo serviços de licenciamento de software, contratos de serviços online, fornecimento de mídias, suporte técnico e a garantia de atualização das versões com a finalidade de manutenção das licenças, em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF – RILC e com a Lei nº 13.303/2016. O contrato terá reajuste anual, passando para o valor de R\$ 278.059,53. Data da Assinatura: 27/02/2025. Vigência: 12 (doze) meses. Signatários: Pela CODHAB/DF: MARCELO FAGUNDES GOMIDE, na qualidade de Diretor-Presidente; JOSÉ ANTÔNIO MARTINS JÚNIOR, na qualidade de Procurador-Jurídico. Pela Contratada: WALTER FERREIRA DA SILVA JUNIOR, na qualidade de Procurador. (Contrato nº 07/2020 publicado no DODF nº 40, de 02/03/2020, pág. 43; Primeiro Termo Aditivo publicado no DODF nº 39, de 01/03/2021, pág. 92; Segundo Termo Aditivo publicado no DODF nº 41, de 02/03/2022, pág. 77).

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 03/2023

Processo: 00392-00000783/2023-13 – Contratante: Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal/CODHAB- CNPJ 09.335.575/0001-30; Contratada: RIO PRÓ INFORMÁTICA LTDA – CNPJ 03.828.805/0001-16. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, até 09 de março de 2026 referente serviço especializado no fornecimento de Sistema para Controle Patrimonial com instalação, treinamento e hospedagem em datacenter e serviços continuados de manutenção, atualizações evolutivas e corretivas de software. Fundamentação Legal: Conforme Dispensa de Licitação realizada de acordo com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODHAB/DF- RILC em consonância a Lei 13.303/16. Valor do Contrato: R\$ 20.451,58 (vinte mil quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos). Data da Assinatura: 20/02/2024. Vigência: 12 (doze) meses. Signatários: Pela CODHAB/DF: Zenobio Oliveira Rocha, na qualidade de Diretor Administrativo; Pela Contratada: Rogério Teixeira Sampaio, na qualidade de Sócio/Representante Legal. (Contrato nº 03/2023 publicado no DODF nº 47, pág. 125 de 15/03/2023).

DIRETORIA IMOBILIÁRIA

EDITAL Nº 124/2025

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, RESOLVE: Habilitar 42 (quarenta e dois) candidatos, aptos para habilitação no Programa Habitacional do DF, visto que atenderam aos requisitos da Lei Distrital nº 3.877/2006 e em conformidade com a Instrução nº 148, de 25 de junho de 2024. A relação dos candidatos encontra-se disponibilizada no site eletrônico www.codhab.df.gov.br/candidato/pesquisa-cpf.

Brasília/DF, 28 de fevereiro de 2025

LUCIANO MARINHO
Diretor

EDITAL Nº 125/2025

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve HABILITAR o associado KAIO DA SILVA - CPF nº 085.***.***-06 indicado pela entidade AFAMA, tendo em vista o cumprimento dos requisitos da Lei Distrital nº 3.877/2006, a fim de compor exclusivamente a demanda do projeto SANTA MARIA - Edital de Convocação nº 03/2017. A consulta da situação cadastral dos candidatos encontra-se disponível no portal <http://www.codhab.df.gov.br/candidato/pesquisa-cpf>.

Brasília/DF, 28 de fevereiro de 2025

LUCIANO MARINHO
Diretor

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS

EXTRATO DE OUTORGAS

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS, DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – Adasa, torna pública as outorgas:

Outorga nº 468/2024 - ADASA/SRH/COUT. Alberto Lauteres Romeiro, outorga direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de abastecimento humano, criação/dessedentação animal e aquicultura, localizado no Núcleo Rural Almécegas, Fazendinha Santa Isabel, Brasília/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, Unidade Hidrográfica Rio do Sal. Processo SEI nº 00197-00003933/2024-75.

Outorga nº 30/2025 - ADASA/SRH/COUT. Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada - ICIPE, outorga direito de uso de água subterrânea por meio de um poço tubular profundo, para fins de irrigação paisagística, localizado no Hospital da Criança de Brasília- HCB, AENW 3 Lote A, Setor Noroeste/DF. Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, Unidade Hidrográfica Ribeirão Bananal. Processo SEI nº 0197-000030/2012.

financeiro pelo FUNDO DE APOIO À CULTURA ao Projeto “BEJO ELÉTRICO” de interesse do/a Agente Cultural acima especificado/a; DO VALOR: 100.000,00 (cem mil reais) que serão liberados e transferidos à conta do/a Agente Cultural, especialmente aberta no Banco de Brasília – BRB, correndo a despesa à conta de dotação orçamentária própria do Programa de Trabalho 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal – Fonte 100000000 - Natureza da despesa: 33.90.48; DA VIGÊNCIA: O presente termo de ajuste entrará em vigência a partir da data de assinatura do Agente Cultural, com duração de 1 (um) ano, permitida a prorrogação na forma da lei vigente; DATA DA ASSINATURA: 04/04/2025; LEGISLAÇÃO: Lei nº 934/2017 e Decreto nº 38.933/2018; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: JOSÉ CARLOS PRESTES, Subsecretário de Fomento e Incentivo Cultural; AGENTE CULTURAL: MARIA AMÉLIA DE AMARAL E ELÓI.

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 466/2025

PROCESSO: 00150-00008492/2024-34; NOTA DE EMPENHO Nº 00256/2025; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X GIULIA FALEIRO DE BRITO na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 466/2025; MODALIDADE: Seleção Pública; DO OBJETO: O presente Termo de Ajuste tem por objeto a concessão de apoio financeiro pelo FUNDO DE APOIO À CULTURA ao Projeto “A PEQUENA CASA FLUTUANTE” de interesse do/a Agente Cultural acima especificado/a; DO VALOR: 99.370,00 (noventa e nove mil, trezentos e setenta reais) que serão liberados e transferidos à conta do/a Agente Cultural, especialmente aberta no Banco de Brasília – BRB, correndo a despesa à conta de dotação orçamentária própria do Programa de Trabalho 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal – Fonte 100000000 - Natureza da despesa: 33.90.48; DA VIGÊNCIA: O presente termo de ajuste entrará em vigência a partir da data de assinatura do Agente Cultural, com duração de 1 (um) ano, permitida a prorrogação na forma da lei vigente; DATA DA ASSINATURA: 04/04/2025; LEGISLAÇÃO: Lei nº 934/2017 e Decreto nº 38.933/2018; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: JOSÉ CARLOS PRESTES, Subsecretário de Fomento e Incentivo Cultural; AGENTE CULTURAL: GIULIA FALEIRO DE BRITO.

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 478/2025

PROCESSO: 00150-00008394/2024-05; NOTA DE EMPENHO Nº 00266/2025; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X THAYNARA BALBINO DE SOUSA na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 478/2025; MODALIDADE: Seleção Pública; DO OBJETO: O presente Termo de Ajuste tem por objeto a concessão de apoio financeiro pelo FUNDO DE APOIO À CULTURA ao Projeto “CINECLUBE CONFABULE” de interesse do/a Agente Cultural acima especificado/a; DO VALOR: 50.000,00 (cinquenta mil reais) que serão liberados e transferidos à conta do/a Agente Cultural, especialmente aberta no Banco de Brasília – BRB, correndo a despesa à conta de dotação orçamentária própria do Programa de Trabalho 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal – Fonte 100000000 - Natureza da despesa: 33.90.48; DA VIGÊNCIA: O presente termo de ajuste entrará em vigência a partir da data de assinatura do Agente Cultural, com duração de 1 (um) ano, permitida a prorrogação na forma da lei vigente; DATA DA ASSINATURA: 04/04/2025; LEGISLAÇÃO: Lei nº 934/2017 e Decreto nº 38.933/2018; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: JOSÉ CARLOS PRESTES, Subsecretário de Fomento e Incentivo Cultural; AGENTE CULTURAL: THAYNARA BALBINO DE SOUSA.

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 480/2025

PROCESSO: 00150-00008397/2024-31; NOTA DE EMPENHO Nº 00268/2025; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X LEONARDO PALATUCCI BELLO na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 480/2025; MODALIDADE: Seleção Pública; DO OBJETO: O presente Termo de Ajuste tem por objeto a concessão de apoio financeiro pelo FUNDO DE APOIO À CULTURA ao Projeto “CARTÓRIO DAS ALMAS” de interesse do/a Agente Cultural acima especificado/a; DO VALOR: 187.800,00 (cento e oitenta e sete mil, oitocentos reais) que serão liberados e transferidos à conta do/a Agente Cultural, especialmente aberta no Banco de Brasília – BRB, correndo a despesa à conta de dotação orçamentária própria do Programa de Trabalho 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal – Fonte 100000000 - Natureza da despesa: 33.90.48; DA VIGÊNCIA: O presente termo de ajuste entrará em vigência a partir da data de assinatura do Agente Cultural, com duração de 1 (um) ano, permitida a prorrogação na forma da lei vigente; DATA DA ASSINATURA: 04/04/2025; LEGISLAÇÃO: Lei nº 934/2017 e Decreto nº 38.933/2018; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: JOSÉ CARLOS PRESTES, Subsecretário de Fomento e Incentivo Cultural; AGENTE CULTURAL: LEONARDO PALATUCCI BELLO.

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 487/2025

PROCESSO: 00150-00008418/2024-18; NOTA DE EMPENHO Nº 00275/2025; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X JÚLIA RIOS VALDEZ na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 487/2025; MODALIDADE: Seleção Pública; DO OBJETO: O presente Termo de Ajuste tem por objeto a concessão de apoio financeiro pelo FUNDO DE APOIO À CULTURA ao Projeto “COLETÂNEA CINEMATOGRAFICA RESPIRO FILMES” de interesse do/a Agente Cultural acima especificado/a; DO VALOR: 70.000,00 (setenta mil reais) que serão liberados e transferidos à conta do/a Agente Cultural, especialmente aberta no Banco de Brasília –

BRB, correndo a despesa à conta de dotação orçamentária própria do Programa de Trabalho 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal – Fonte 100000000 - Natureza da despesa: 33.90.48; DA VIGÊNCIA: O presente termo de ajuste entrará em vigência a partir da data de assinatura do Agente Cultural, com duração de 1 (um) ano, permitida a prorrogação na forma da lei vigente; DATA DA ASSINATURA: 04/04/2025; LEGISLAÇÃO: Lei nº 934/2017 e Decreto nº 38.933/2018; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: JOSÉ CARLOS PRESTES, Subsecretário de Fomento e Incentivo Cultural; AGENTE CULTURAL: JÚLIA RIOS VALDEZ.

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 506/2025

PROCESSO: 00150-00008324/2024-49; NOTA DE EMPENHO Nº 00294/2025; DAS PARTES: DF/SECEC/FAC X EDILEUZA PENHA DE SOUZA na qualidade de Agente Cultural. ESPÉCIE: Termo de Ajuste Nº 506/2025; MODALIDADE: Seleção Pública; DO OBJETO: O presente Termo de Ajuste tem por objeto a concessão de apoio financeiro pelo FUNDO DE APOIO À CULTURA ao Projeto “A BORBOLETA E SUA PRIMEIRA INFÂNCIA” de interesse do/a Agente Cultural acima especificado/a; DO VALOR: 200.000,00 (duzentos mil reais) que serão liberados e transferidos à conta do/a Agente Cultural, especialmente aberta no Banco de Brasília – BRB, correndo a despesa à conta de dotação orçamentária própria do Programa de Trabalho 13.392.6219.4091.0082 - Apoio a Projetos -Projetos Artísticos e Culturais-Distrito Federal – Fonte 100000000 - Natureza da despesa: 33.90.48; DA VIGÊNCIA: O presente termo de ajuste entrará em vigência a partir da data de assinatura do Agente Cultural, com duração de 1 (um) ano, permitida a prorrogação na forma da lei vigente; DATA DA ASSINATURA: 04/04/2025; LEGISLAÇÃO: Lei nº 934/2017 e Decreto nº 38.933/2018; DO EXECUTOR: Comissão Permanente de Execução dos Projetos do FAC; Pelo FAC/SECEC/DF: JOSÉ CARLOS PRESTES, Subsecretário de Fomento e Incentivo Cultural; AGENTE CULTURAL: EDILEUZA PENHA DE SOUZA.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

EXTRATO DO 1º CERTIFICADO RETIFICADOR AO ATESTADO DE VIABILIDADE EM EIV Nº 01/2024

Processo SEI/GDF nº 00390-00005342/2023-56. Espécie: 1º Certificado Retificador ao Atestado de Viabilidade de Vizinhança em EIV nº 1/2024, em decorrência da celebração do 1º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso nº 1/2024, referente ao empreendimento denominado “Setor Meirelles”, localizado na Quadra 01, Lote 01 - Setor Meirelles – Santa Maria, RA - XIII. Compromissária: XPEX II 03 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Descrição do empreendimento: Empreendimento destinado ao uso de comércio e prestação de serviços com atividades classificadas como 52 H – ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DE TRANSPORTES, observado o disposto na Tabela de Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do Distrito Federal - CNAE. Tipo de EIV: Edifício - Obra inicial. Previsão Legal: Art. 4º da Lei nº 5.022/2013 c/c art. 40 da Lei nº 6.744, de 7 de dezembro de 2020. Objeto do 1º Certificado Retificador ao Atestado de Viabilidade em EIV nº 1/2024: Este certificado retifica o Certificado de Viabilidade de Vizinhança nº 01/2024, da seguinte forma: i) Alteração de titularidade do lote, conforme Carta nº 002/2024; ii) Alteração e unificação das medidas mitigadoras n.ºs 2,6 e 8, conforme Parecer Técnico n.º 14/2024 - SEDUH/GAB/CPA-EIV; iii) Correção dos prazos de execução, conforme Termo de Compromisso EIV nº 01/2024 (132600778) e iv) Alteração na medida mitigadora nº 9, conforme Decisão nº 11/2024 - SEDUH/GAB/CAP-EIV (148900480). Permanecem ratificados e inalterados os demais itens.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

CONVOCAÇÃO PARA A 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para a 28ª Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 30 de abril de 2025, às 19h, em sessão presencial, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 05/2025

PROCESSO: 00220-00000871/2025-22 - DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER E A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KICKBOXING - DO OBJETO: WGP

SEEC-DF. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 15 (QUINZE) DO ITEM 33 - MANGUEIRA, DESCRIÇÃO: CONFECCIONADA EM MATERIAL TRANSPARENTE, CRISTAL, TIPO TRANÇADA, DIÂMETRO DE 1 POLEGADA, PAREDE COM ESPESSURA DE 2MM, UNIDADE DE FORNECIMENTO: ROLO COM 50M. - UNIDADE: ROLO COTA. MARCA: PLASBOHN. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 17101 PT: 08.122.8228.8517.0139. ND: 33.90.30. FONTE DE RECURSO: 100. MODALIDADE: 1 - ORDINÁRIO. NOTA DE EMPENHO Nº 2025NE00404. NO VALOR DE R\$ 5.550,00 (CINCO MIL QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS), EMITIDA EM 14/04/2025.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

PROCESSO: 00431-0000006979/2025-71. DAS PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL X LUMA COMÉRCIO E SERVIÇOS, CNPJ: 42.462.216/0001-19. DA LICITAÇÃO: LICITAÇÃO: 14 - PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM. REFERÊNCIA: PE 90001/25 SEEC-DF. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 235 (DUZENTOS E TRINTA E CINCO) DO ITEM - 9: PAPEL HIGIÊNICO, DESCRIÇÃO: EM MATERIAL 100% FIBRA CELULÓSICA, COR BRANCA, FOLHAS SIMPLES, UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOBINA COM 300M. - UNIDADE: BOBINA. MARCA: LUXPEL. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 17101 PT: 08.122.8228.8517.0139. ND: 33.90.30. FONTE DE RECURSO: 100. MODALIDADE: 1 - ORDINÁRIO. NOTA DE EMPENHO Nº 2025NE00391. NO VALOR DE R\$ 878,90 (OITOCENTOS E SETENTA E OITO REAIS E NOVENTA CENTAVOS), EMITIDA EM 14/04/2025.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

PROCESSO: 00431-0000006980/2025-03. DAS PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL X ALMIX COMERCIO DE SUPRIMENTOS LTDA, CNPJ: 11.594.621/0001-67. DA LICITAÇÃO: LICITAÇÃO: 14 - PREGÃO ELETRÔNICO COM ATA - CECOM. REFERÊNCIA: PE 90001/25 SEEC-DF. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 103 (CENTO E TRÊS) DO ITEM 13 - ESTOPA DE LIMPEZA, DESCRIÇÃO: EM FIO DE ALGODÃO ALVEJADO, TIPO EXTRA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: PACOTE COM 500G. UNIDADE: PACOTE. MARCA: SÓESTOPA. AQUISIÇÃO DE 1050 (UM MIL E CINQUENTA) DO ITEM 15 - CREME HIDRATANTE, DESCRIÇÃO: PARA O CORPO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO COM 500ML. UNIDADE: FRASCO. MARCA: DOYTH. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 17101 PT: 08.122.8228.8517.0139. ND: 33.90.30. FONTE DE RECURSO: 100. MODALIDADE: 1 - ORDINÁRIO. NOTA DE EMPENHO Nº 2025NE00406. NO VALOR DE R\$ 7.383,20 (SETE MIL TREZENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS), EMITIDA EM 15/04/2025.

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2025

Processo SEI-GDF nº 00431-00003582/2025-27. Assunto: Inexigibilidade de Licitação. AUTORIZO a contratação direta por Inexigibilidade de Licitação em favor da empresa ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA., CNPJ nº 00.714.403/0001-00, consoante disposto na alínea "f" do inciso III do artigo 74, da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c art. 224 do Decreto 44.330/2023 e alínea i do inciso I do Art. 8º da Portaria Nº 03, de 22 de fevereiro de 2024, para a contratação de empresa especializada para a capacitação de 7 (sete) servidores da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES), sendo 5 (cinco) pagantes e 2 (duas) cortesias no curso de "Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos na Lei 14.133/2021 com Oficina Prática", em Brasília/DF, conforme especifica o Documentos de Oficialização da Demanda (163257536), Estudo Técnico Preliminar (169083611), Termo de Referência - SEDES/SEEDS/SUBSAN/CSAN/DIPSAN (170073015) e a Proposta da Contratada (170925963) no valor global de R\$ 15.375,00 (quinze mil, trezentos e setenta reais).

EDWARD FONSECA DE LIMA
Subsecretário de Administração Geral

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

PROCESSO 00431-0000006066/2025-54 DAS PARTES: FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL X ABIGAIL SILVESTRE TORRES, DA LICITAÇÃO: 07 – NÃO APLICÁVEL. REFERÊNCIA: DIÁRIAS. OBJETO: NOTA DE EMPENHO FACE A PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM" 20 ANOS DO SUAS: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO, PROTEÇÃO SOCIAL E RESISTÊNCIA". AUTORIZAÇÃO (168006327). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 17902 PT: 08244622842670001. ND: 339036. FONTE DE RECURSO: 158010331. MODALIDADE: 1 - ORDINÁRIO. NOTA DE EMPENHO Nº 2025NE00334. NO VALOR TOTAL DE R\$ 732,79, EMITIDA EM 09/04/2025.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

PROCESSO 00431-0000007140/2022-15 DAS PARTES: FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL X CASA PARA IDOSO E DAY CARE LAR DOCE LAR LTDA, CNPJ 24765815000120. DA LICITAÇÃO: 07 – NÃO APLICÁVEL. REFERÊNCIA: DECISÃO JUDICIAL. OBJETO: NOTA DE EMPENHO PARA ATENDER À DESPESA COM A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA POR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF EM 31/01/2022, EM QUE SE DETERMINOU O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE ORDENAVA A DISPONIBILIZAÇÃO DE ABRIGAMENTO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA AO SR. GERALDO BATISTA DE OLIVEIRA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (79139778). REFERENTE AO MÊS DE MAIO/2025. AUTORIZAÇÃO (169069050). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 17902 PT:

08245622829440001. ND: 339039. FONTE DE RECURSO: 158014725. MODALIDADE: 1 - ORDINÁRIO. NOTA DE EMPENHO Nº 2025NE00379. NO VALOR TOTAL DE R\$ 10.087,42, EMITIDA EM 25/04/2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

SECRETARIA ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060. Processo nº 00390-00000404/2025-03; Interessado: EMPLAVI 807 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; Assunto: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. A Subsecretária da Central de Aprovação de Projetos, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 1º, do Decreto nº 35.566, de 25 de junho de 2014, que dá nova redação ao artigo 29, inciso V, parágrafo 2º, do Decreto nº 29.590, de 09 de outubro de 2008, bem como o disposto no art. 7º do Decreto nº 36.339, de 28 de janeiro de 2015, resolve: RATIFICAR a inexigibilidade de licitação reconhecida pela Coordenadora da Coordenação de Licenciamento da Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, nos autos do processo administrativo em epígrafe, para a celebração de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso forma não onerosa com fulcro nos incisos I, III a b e IV do art. 4º da Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008, entre EMPLAVI 807 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ/CPF nº 41.599.944/0001-04, juntamente com o Distrito Federal, para utilização de 2.785,52m² em nível de Subsolo para Garagem, 50m² em nível do Solo para Instalações Técnicas - Central de GLP, 1.744,40m² em nível de Espaço Aéreo para Varanda e Expansão de Compartimento, bem como, em mesmo nível 240,16m² destinados para Compensação de Área e 299,72m² destinados para Instalações Técnicas - Central de GLP, totalizando 5.119,80m², conforme Atestado de Habilitação Nº 106/2025 (Documento SEI nº 170283497), em área contígua ao imóvel da Projeção "K" da SQSW-500 do SHCSW. MARIANA ALVES DE PAULA.

CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

CÂMARA TEMÁTICA DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

CONVOCAÇÃO PARA A 3ª REUNIÃO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 803, na Portaria nº 75, de 14 de outubro de 2014, e conforme a Resolução Administrativa nº 01/2025, que institui a Câmara Temática do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, CONVOCA os membros da Câmara Temática do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CT/PDOT) para a 3ª Reunião, a realizar-se no dia 23 de maio de 2025, às 8h30, presencialmente, no Edifício Number One – SCN Quadra 1, Asa Norte, Brasília/DF, 18º andar, Sala de Reuniões da Sede da SEDUH.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

CONVOCAÇÃO PARA A 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para a 29ª Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 28 de maio de 2025, às 14h30, em sessão presencial, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMISSÃO ORGANIZADORA DA 6ª CONFERÊNCIA DISTRITAL DAS CIDADES

CONVOCAÇÃO PARA A 5ª REUNIÃO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 105, incisos I, III e V da Lei Orgânica do Distrito Federal, com fundamento no artigo 209, inciso IV, da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, no Decreto nº 45.684, de 11 de abril de

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada à modificação do objeto da Concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DISSOLUÇÃO

A Concessão poderá ser dissolvida de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 - A Concessão poderá ser rescindida a qualquer tempo, mediante decisão fundamentada em parecer técnico de órgão competente ou em legislação específica, observando o interesse público, sem que seja necessário qualquer tipo de ressarcimento à Concessionária;

11.2 - Não havendo interesse por parte da Concessionária ou de seu representante legal na permanência da infraestrutura em área pública para implantação infraestrutura de telecomunicações, canalização subterrânea, este poderá requerer a rescisão do Contrato a qualquer tempo;

11.3 - A rescisão de que trata o item 11.1, dar-se-á com a prévia quitação das taxas devidas, a desobstrução e a recuperação da área pública pelo interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília/Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Pelo Distrito Federal:

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

Pela Concessionária:

DANILO CARVALHO DA SILVA
TELEFÔNICA BRASIL S.A.

WENDERSON JUNIO MORAIS DOS SANTOS
TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Testemunhas:

VÍTOR RECONDO FREIRE
Mat. 152.629-4

MONARG BRITO DAMASCENO
Mat. 267.810-1

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA**CONVOCAÇÃO PARA A 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para a 11ª Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 4 de junho de 2025, às 14h30, em sessão presencial, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMISSÃO DE GOVERNANÇA**CONVOCAÇÃO PARA A 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso II e art. 6º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros da Comissão de Governança - CGO para a 1ª Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 4 de junho de 2025, às 9h, presencialmente, no Edifício Number One – SCN Quadra 1, Asa Norte, Brasília/DF, 18º andar, Sala de Reuniões da Sede da SEDUH.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL**EDITAL Nº 308/2025**

A CODHAB/DF, no uso das suas atribuições legais, RESOLVE: TORNAR PÚBLICO para o conhecimento de Terceiro Interessado, sobre a transferência de titularidade do imóvel descrito QNP 012 CJ Q CS 004 - Ceilândia/DF, que é tratado nos autos 0102-145450/1979, do promitente comprador originário, CEDENTE, Vicente Ferreira de Paula para o CESSIONÁRIO, Waldéis Alves de Souza nos termos da Resolução 150-CODHAB-DF, de 22 de junho de 2020, constante dos autos 00392-00005530/2020-85, Considerando que, em razão da procuração outorgada em caráter irrevogável, irretroatável e isento de prestação de contas, e, com o fito de garantir/anuir o negócio de boa fé verificado, com a adjudicação administrativa pela CODHAB-DF. Em atenção ao princípio do contraditório e da ampla defesa, salienta-se que o prazo para apresentar contestação é de 10 (dez) dias, contados da publicação deste Edital.

Brasília/DF, 02 de junho de 2025
MARCELO FAGUNDES GOMIDE
Diretor-Presidente

DIRETORIA IMOBILIÁRIA**EDITAL Nº 307/2025**

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: HABILITAR o associado Antônio Santos - CPF nº 014.***.***-18 indicado pela entidade Federação, tendo em vista o cumprimento dos requisitos da Lei Distrital nº 3.877/2006, a fim de compor exclusivamente a demanda do Edital de Convocação nº 03/2017 - Riacho Fundo II. A consulta da situação cadastral dos candidatos encontra-se disponível no portal <http://www.codhab.df.gov.br/candidato/pesquisa-cpf>.

Brasília/DF, 02 de junho de 2025
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

EDITAL Nº 309/2025

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, notadamente da Lei nº 4.020/2007, da Lei nº 3.877/2006 e do Decreto nº 33.965/2012. Resolve: HABILITAR 01 (Uma) candidata que cumpriu aos requisitos da Lei distrital nº 3.877/2006, para participação exclusivamente do Programa Morar DF – MRV (TORRES DO POENTE). A situação cadastral da candidata encontra-se disponível no portal <http://www.codhab.df.gov.br/candidato/pesquisa-cpf>.

Brasília/DF, 02 de junho de 2025
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - BRASÍLIA AMBIENTAL****EDITAL Nº 05, DE 02 DE JUNHO DE 2025**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso de suas atribuições legais, torna público que o EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 04/2025, publicado no DODF nº 101, de 02 de junho de 2025, páginas 122 a 124, foi Republicado em EDIÇÃO EXTRA Nº 52-A, páginas 01 a 04 na mesma data por ter saído com incorreção.

Dessa forma, procede-se à retificação do subitem a seguir especificado do referido Edital nº 04/2025, permanecendo inalterados os demais itens e subitens.

[...]

2. DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA PRIMEIRA ETAPA DE ANÁLISE CURRICULAR

[...]

2.4. O período para interposição de recursos dar-se-á início no dia 02/06/2025 e será finalizado às 16h do dia 04/06/2025, impreterivelmente, por meio do formulário “INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - BRIGADA FLORESTAL - 2025”, disponível no site oficial do Brasília Ambiental: <https://www.ibram.df.gov.br>.

[...]

RONEY TANIOS NEMER

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04/2021 - SEDUH/DF

PROCESSO SEI/GDF nº 00390-00002357/2020-10 ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 04/2021 - SEDUH/DF (SIGGO nº 043686). PARTES: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH/DF e RDK DEGRAVAÇÕES E EVNTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.333.845/0001-76. DO OBJETO: I- Prorrogar, por 12 (doze) meses, a vigência contratual, qual seja, de 05/06/2025 a 04/06/2026, com base no inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Cláusula Nona do instrumento contratual e conforme Ofício Resposta - Ofício nº 27/2025 - SEDUH/GAB/ASCOL (167274721). II - Reajustar no valor de R\$ 14.556,60 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos), considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do intervalo de janeiro 2024 a dezembro 2024, no percentual de 4,831300%, passando o valor do Contrato de R\$ 301.257,00 (trezentos e um mil duzentos e cinquenta e sete reais) para R\$ 315.813,60 (trezentos e quinze mil, oitocentos e treze reais e sessenta centavos), a contar de 05/06/2025, em conformidade com o Decreto Distrital nº 37.121, de 16 de fevereiro de 2016, inciso XI, do art. 40, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Subcláusula 6.2. do Contrato de Prestação de Serviços nº 04/2021 (62924800), bem como da Proposta (167408060), seguida de demonstração de cálculo (167279589). DATA DE ASSINATURA: 04/06/2025. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: Marcelo Vaz Meira da Silva, na qualidade de Secretário de Estado. Pela contratada: Anderson Macedo Da Rocha, na qualidade de Sócio Administrador.

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

Processo: 00390-00002989/2024-15;

Interessado: Cleomar Engenharia Ltda.;

Assunto: Concessão de uso de área pública para a implantação de infraestrutura de telecomunicações.

O Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, no exercício das atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 29 do Decreto Distrital nº 41.446, de 10 de novembro de 2020, que regulamenta a Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, resolve:

AUTORIZAR a Inexigibilidade de Licitação justificada pela Subsecretaria de Projetos e Licenciamento de Infraestrutura, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, por meio do Termo de Reconhecimento e Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (171294886), nos autos do processo administrativo em epígrafe, para celebração de Contrato de Concessão de Uso da área pública no Setor de Habitações Coletivas Noroeste - SHCNW, SQNW 103, Projeção I, Plano Piloto/DF, fundamentado pelo Decreto Distrital nº 41.446, de 10 de novembro de 2020, que regulamenta a Lei Complementar nº 971, de 10 de julho de 2020, pela Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008 e conforme o inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 44.330 de 16 de março de 2023.

DETERMINO a publicação do presente ato em sítio eletrônico oficial, em observância ao parágrafo único do Art. 72 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA A 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13 do Decreto nº 30.766, de 1º de setembro de 2019, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho de Administração, do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, CONVOCA os membros do Conselho de Administração, do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (CAF/Fundurb), para a 54ª Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 1º de julho de 2025, às 9h, em sessão presencial, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

CONVOCAÇÃO PARA A 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15

do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para a 30ª Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 25 de junho de 2025, às 19h, em sessão presencial, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

EDITAL Nº 347/2025

O Governo do Distrito Federal, representado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal — CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, considerando a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: INDEFERIR O PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO POR MEIO DE DOAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO ÀQE 44 CONJUNTO X-01 LOTE 05 GUARÁ-DF, EM NOME da Sra. GISLAINE DE FARIA LUNARDELI PISTORI, inscrita no CPF: ***.978.401-** e seu cônjuge ALEX DOS SANTOS PISTORI inscrito no CPF: ***.925.628-**. A análise dos documentos se deram nos termos da Lei nº 3.877 de 26 de junho de 2006, Lei nº 4.996 de 19 de dezembro de 2012; Decreto Distrital nº 34.210 de 13 de março de 2013, Decreto Distrital nº 23.590 de 07 fevereiro de 2003, Decreto Distrital nº 29.072, de 20 de maio de 2008, e suas alterações.

Brasília/DF, 17 de junho de 2025
MARCELO FAGUNDES GOMIDE
Diretor-Presidente

EDITAL Nº 348/2025

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, RESOLVE: TORNAR PÚBLICO para o conhecimento de Terceiro Interessado, sobre a transferência do imóvel descrito como QE 001 BL A-08 APT 105 - da EPTG/DF, que é tratado nos autos 0102-040187/1987, conforme o documento 172502340, do promitente comprador originário (Cedente) Zelia Maria de Carvalho Andrade, PARA o (Cessionário) Eduardo de Souza Ferreira nos termos da Resolução CODHAB-SEI-GDF nº 150, de 22 de junho de 2020, constante dos autos 00392-00005530/2020-85. Considerando que há procuração outorgada em caráter irrevogável, irretroatável e isento de prestação de contas, havendo a outorga de poderes para transmitir domínio, possui este Edital, o fito de garantir/anuir o negócio de boa-fé verificado, com a adjudicação administrativa do imóvel, pela CODHAB-DF. Em atenção ao princípio do contraditório e da ampla defesa, salienta-se que o prazo para apresentação de contestação é de 10 (dez) dias, contados da publicação deste Edital.

Brasília/DF, 17 de junho de 2025
MARCELO FAGUNDES GOMIDE
Diretor-Presidente

DIRETORIA IMOBILIÁRIA

EDITAL Nº 344/2025

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve HABILITAR o associado Enzo Assunção - CPF nº 065.***.***-51 indicada pela entidade ASMOSHRF II - DF, tendo em vista o cumprimento dos requisitos da Lei Distrital nº 3.877/2006, a fim de compor exclusivamente a demanda do Edital de Convocação nº 03/2017 - Riacho Fundo II. A consulta da situação cadastral dos candidatos encontra-se disponível no portal <http://www.codhab.df.gov.br/candidato/pesquisa-cpf>.

Brasília/DF, 16 de junho de 2025
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

EDITAL Nº 345/2025

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, notadamente da Lei nº 4.020/2007, da Lei nº 3.877/2006 e do Decreto nº 33.965/2012. RESOLVE: Tornar pública a migração do candidato PEDRO ***** ** COSTA, CPF 611.***.***-68, habilitado pela Relação de Inscrição Individual - RII para a Lista de Vulnerabilidade Social, de pleno acordo com a Resolução CODHAB SEI-GDF nº 076/2021, constantes no Proc. SEI nº: 00401-00020837/2019-80 e Memorando Nº 1011/2025 - CODHAB/PRESI/DIMOB/GECA (173586809).

Brasília/DF, 16 de junho de 2025
LUCIANO MARINHO
Diretor Imobiliário

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES HABILITADAS - NO CADASTRO RESERVA					
	NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	Item 01	Item 02	Item 03	Pontuação Total
1	AMORA - Movimento Popular de Moradia e Cidadania	1	0	0	1
2	Casa do Candango	0	1	1	2
3	Instituto Abraço Solidário	0	1	1	2
4	Instituto Compartilhar	0	1	1	2
5	Instituto Ser Criança	0	1	1	2
6	Instituto Social Maior	0	1	1	2
Critérios de Pontuação					
Critério	Descrição				Pontuação
1	Segmento social ainda não representado no CONSEA/DF				1 ponto
2	Atuação comprovada em SAN e DHAA conforme Lei nº 11.346/2006 e Decreto nº 7.272/2010				1 ponto
3	Missão institucional comprometida com SAN e DHAA				1 ponto

4. Alteração do Anexo V "Carta do Conselheiro Suplente".

ONDE SE LÊ:

CARTA DO(A) CONSELHEIRO(A) SUPLENTE

À Comissão de Transição do CONSEA/DF,

Eu _____, na qualidade de conselheiro(a) titular da (entidade e/ou organização), portador(a) do CPF n.º(____.____.____-__), declaro, por meio desta carta o compromisso do exercício da participação social no âmbito do controle social, assumo a representação do(a) meu e/ou minha titular quando houver impedimentos de sua participação nas reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias, e nas atividades do Conselho, de forma ativa e participativa das tarefas e atribuições do Conselho, e das tomadas de decisões, em cumprimento com as regras e normativas que regem o CONSEA/DF:

I - participar ativamente das reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias do Conselho;

II - participar de Comissões Temáticas e/ou Grupos de Trabalho, de forma a fortalecer as discussões sobre as ações de SAN, manifestando-se a respeito das matérias discutidas e elaborando propostas de deliberação;

III - respeitar e atuar de acordo com as instruções normativas do Regimento Interno;

IV - agir com zelo e colaborar para a qualidade e o bom andamento dos trabalhos do CONSEA/DF;

V - garantir a participação e a representação do(a) suplente quando houver impedimentos de sua participação nas reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias, e nas atividades do Conselho;

VI - representar o CONSEA/DF em reuniões, missões e outras atividades, quando demandado, seguindo as deliberações do Conselho;

VI - propor a criação de Grupos de Trabalho;

VII - participar de capacitação, aperfeiçoamento e formação de conselheiros(as), de eventos e conferências (distrital) e quando delegado participar da nacional), de atividades referentes aos temas de segurança alimentar e nutricional, e de controle social, demandas pelo CONSEA/DF;

VIII - exercer outras atividades que lhes sejam atribuídas pelo(a) Presidente(a) do CONSEA/DF, ou Plenário, quando necessário;

IX - comunicar as decisões do CONSEA/DF junto à entidade representada;

X - manter a Secretaria-Executiva do CONSEA/DF informada sobre as alterações dos seus dados pessoais e/ou da entidade que representa;

XI - justificar ausências nas reuniões plenárias (ordinárias/extraordinárias), das Comissões e/ou Grupos de Trabalho da qual faça parte, ou, em qualquer atividade do CONSEA/DF, em até 48 horas após a reunião.

Estou ciente que a atuação e o desempenho dos(as) conselheiros(as) titular e suplentes, no CONSEA/DF é considerado serviço de relevante interesse público e não será remunerado.

LEIA-SE:

CARTA DO(A) CONSELHEIRO(A) SUPLENTE

À Comissão de Transição do CONSEA/DF,

Eu _____, na qualidade de conselheiro(a) suplente da (entidade e/ou organização), portador(a) do CPF n.º(____.____.____-__), declaro, por meio desta carta o compromisso do exercício da participação social no âmbito do controle social, assumo a representação do(a) meu e/ou minha titular quando houver impedimentos de sua participação nas reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias, e nas atividades do Conselho, de forma ativa e participativa das tarefas e atribuições do Conselho, e das tomadas de decisões, em cumprimento com as regras e normativas que regem o CONSEA/DF:

I - participar ativamente das reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias do Conselho;

II - participar de Comissões Temáticas e/ou Grupos de Trabalho, de forma a fortalecer as discussões sobre as ações de SAN, manifestando-se a respeito das matérias discutidas e elaborando propostas de deliberação;

III - respeitar e atuar de acordo com as instruções normativas do Regimento Interno;

IV - agir com zelo e colaborar para a qualidade e o bom andamento dos trabalhos do CONSEA/DF;

V - garantir a participação e a representação do(a) suplente quando houver impedimentos de sua participação nas reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias, e nas atividades do Conselho;

VI - representar o CONSEA/DF em reuniões, missões e outras atividades, quando demandado, seguindo as deliberações do Conselho;

VI - propor a criação de Grupos de Trabalho;

VII - participar de capacitação, aperfeiçoamento e formação de conselheiros(as), de eventos e conferências (distrital) e quando delegado participar da nacional), de atividades referentes aos temas de segurança alimentar e nutricional, e de controle social, demandas pelo CONSEA/DF;

VIII - exercer outras atividades que lhes sejam atribuídas pelo(a) Presidente(a) do CONSEA/DF, ou Plenário, quando necessário;

IX - comunicar as decisões do CONSEA/DF junto à entidade representada;

X - manter a Secretaria-Executiva do CONSEA/DF informada sobre as alterações dos seus dados pessoais e/ou da entidade que representa;

XI - justificar ausências nas reuniões plenárias (ordinárias/extraordinárias), das Comissões e/ou Grupos de Trabalho da qual faça parte, ou, em qualquer atividade do CONSEA/DF, em até 48 horas após a reunião.

Estou ciente que a atuação e o desempenho dos(as) conselheiros(as) titular e suplentes, no CONSEA/DF é considerado serviço de relevante interesse público e não será remunerado.

Brasília,.....de.....de 2025.

Assinatura do(a) suplente

ALBANEIDE PEIXINHO

Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal(Consea/DF)

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

CONVOCAÇÃO PARA A 95ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 105, parágrafo único, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, e art. 2º do Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, com fundamento no art. 14 da Portaria nº 75, de 14 de outubro de 2014, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, CONVOCA os membros do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan) para a 95ª Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 24 de julho de 2025, às 9h, em sessão presencial, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar do Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A – Asa Norte, Brasília – DF.

TEREZA DA COSTA FERREIRA LODDER

Secretária de Estado

Substituta(*)

(*) inciso I, Art. 2º do Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

CONVOCAÇÃO CONJUNTA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, considerando o disposto no inciso I do art. 2º do Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, e em cumprimento ao disposto no art. 2º, incisos III e IV, e nos arts. 9º e 14 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para a 12ª Reunião Extraordinária, e os membros integrantes de todos os Eixos Temáticos, do Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI para a 12ª Reunião, para apresentação e debate da minuta de Projeto de Lei Complementar para o futuro PDOT, a realizar-se no dia 15 de julho de 2025, às 9h, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A – Asa Norte, Brasília – DF.

TEREZA DA COSTA FERREIRA LODDER

Secretária de Estado

Substituta(*)

(*) inciso I, Art. 2º do Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018.

FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES, na qualidade de Secretário de Estado, nomeado pelo Decreto Distrital de 04 de julho de 2023, e a Organização da Sociedade Civil SOMOS 61 CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA CIDADANIA E MEIO AMBIENTE, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no CNPJ sob o nº 02.618.429/0001-72, neste ato representada por RODRIGO STELIO GUILHERME DA SILVA, que exerce a função de DIRETOR EXECUTIVO, resolvem celebrar este TERMO DE FOMENTO, regendo-se pelo disposto na Lei Nacional Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, nas leis orçamentárias do Distrito Federal, na Lei Nacional no 13.019, de 31 de julho de 2014, respectivos regulamentos e demais atos normativos aplicáveis, mediante as cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO Este instrumento tem por objeto a realização do projeto "ROCKÃO", a ser executado no Eixão do Lazer Norte – altura da 207 Norte, em Brasília/DF, conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho em anexo a este instrumento. CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DOTAÇÃO 2.1. Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho. 2.2. O valor global dos recursos públicos da parceria é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). 2.3. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 16101 II – Programa de Trabalho: 13.392.6219.9075.0362 III – Natureza da Despesa: 3.3.50.41 IV – Fonte de Recursos: 100 2.4 – O empenho é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2025NE00728-SECEC, emitida em 11/07/2025, sob o evento nº 400097, na modalidade Global. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA 3.1 - Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 27/08/2025. CLÁUSULA QUINTA – CONTRAPARTIDA 5.1 – Não será exigida contrapartida da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GESTOR DA PARCERIA 11.1 – Os agentes públicos responsáveis pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, designados em ato publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, no prazo legal, serão os seguintes: - Titular: Designar o servidor DANIEL BRANDÃO BORGES, matrícula nº 0172869-5, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, para atuar como gestor do Termo de Fomento referente ao Projeto "Rockão", celebrado no âmbito da proposta nº 513 – Plataforma MROSC. Compete a Presidência da Comissão Gestora ao servidor DANIEL BRANDÃO BORGES. Data da assinatura: 11 de julho de 2025. P/SECRETARIA: FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES e Pela OSC: RODRIGO STELIO GUILHERME DA SILVA.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 332, DE 11 DE JULHO DE 2025

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 32.587, de 13 de dezembro de 2010, a Portaria nº 332, de 26 de agosto de 2019, publicada no DODF nº 165, de 30 de agosto de 2019, página 13 e, tendo em vista o disposto no art. 2º, inciso VIII do Decreto nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016, resolve: Art. 1º Designar o servidor DANIEL BRANDÃO BORGES, matrícula nº 0172869-5, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, para atuar como gestor do Termo de Fomento referente ao Projeto "Rockão", celebrado no âmbito da proposta nº 513 – Plataforma MROSC. Art. 2º Compete a Presidência da Comissão Gestora ao servidor DANIEL BRANDÃO BORGES. Art. 3º Compete ao servidor designado acompanhar e monitorar a parceria consoante atribuições previstas no art. 61 da Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e no art. 52 do Decreto nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE HENRIQUE PEREIRA PEDROSO

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00150-00002814/2025-12

A Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal torna pública a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA à Organização da Sociedade Civil INSTITUTO PRO-BAIRRO BRASIL, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 03.658.028/0001-09, com sede na Área Institucional AI-03 – Mansões Odisseia – Águas Lindas de Goiás-GO, em razão do descumprimento da obrigação de divulgação da parceria na sede social da entidade, conforme o disposto no inciso II, do artigo 63 da Portaria nº 21, de 23 de janeiro de 2020, referente ao Termo de Fomento (MROSC) nº 26/2023, cujo objeto era a realização do projeto "Brasília Sem LGBTQIA+fobia 2023", nos autos do processo SEI nº 00150-00004083/2023-88.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 23/2022 PROCESSO nº 00431-00010428/2022-69. DAS PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL x ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

E DEFICIENTES DE TAGUATINGA E CEILÂNDIA (APAED). DA ALTERAÇÃO: alterar o valor global da parceria com o intuito de atualizar os repasses mensais, a fim de compatibilizá-los ao valor de referência para as Ações Socioassistenciais Complementares de Promoção da Habilitação e Reabilitação. VALOR GLOBAL DA PARCERIA: R\$ 10.072.206,00 (dez milhões, setenta e dois mil duzentos e seis reais). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: I - Unidade Orçamentária: 17902; II - Programa de Trabalho: 08.245.6228.9073.0003; III - Natureza da Despesa: 33.50.43; IV - Fonte de Recursos: 1660.158014725, conforme Nota de Empenho nº 2025NE00522, emitida em 02/07/2025, sob o evento nº 400097, na modalidade 2 - Estimativo. DA VIGÊNCIA: o presente Termo Aditivo entra em vigência na data da sua assinatura. ASSINATURA: 02/07/2025. SIGNATÁRIOS: pelo Distrito Federal: JÚLIO CÉSAR DA SILVA LIMA, Secretário-Executivo de Desenvolvimento Social Substituto, e pela Organização da Sociedade Civil: CLAUDIA MARIA MELO RODRIGUES ALVES, Presidente da OSC Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes de Taguatinga e Ceilândia (Apaed).

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

CONVOCAÇÃO PARA A 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para a 13ª Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 16 de julho de 2025, às 14h30, em sessão presencial, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CANCELAMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 90004/2025

Processo nº 00220-00005317/2025-31. A Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do DF, torna público o CANCELAMENTO da publicação DODF nº 123, de 04 de julho de 2025, página 94, do resultado de julgamento da Dispensa de Licitação nº 90004/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desmontagem, transporte e montagem de arquivo deslizante, bem como transporte de estantes de aço. O serviço compreende a embalagem e o transporte de todos os documentos avulsos existentes no arquivo. A demanda decorre do processo de transferência do arquivo geral da Secretaria, atualmente localizado no CEP: 70610-300, para a sede no SBN, no CEP: 70040-020, onde sagrou-se vencedora a empresa, RS SOLUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.852.816/0001-81, no valor total de R\$ 37.490,00 (trinta e sete mil quatrocentos e noventa reais). Demais informações: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e (61) 4042-2004.

GABRIELA DE ALMEIDA SAMPAIO

Agente de Contratação

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 SEMA/FUNAM-DF – DEMANDA INDUZIDA RESULTADO FINAL

O DISTRITO FEDERAL, por meio do FUNDO ÚNICO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL – FUNAM/DF, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado Final referente ao Edital de Chamamento Público nº 01/2025 – SEMA/FUNAM-DF – Demanda Induzida, que tem por objeto a celebração de Termo de Colaboração com Organização da Sociedade Civil para a execução do Projeto "SEMFOGO-DF II: Monitoramento Inteligente de Incêndios do Cerrado Brasileiro". Informa que a Associação GigaCandanga, única entidade proponente, teve sua proposta submetida à análise da Comissão de Seleção, obtendo nota final 100 pontos por atender às exigências técnicas mínimas estabelecidas no referido edital, conforme Relatório Técnico registrado em Ata (SEI: 175136021). Após análise dos documentos de habilitação a mesma encontra-se habilitada. A íntegra da Ata da Comissão de Seleção encontra-se disponível no site oficial da SEMA/DF: <https://www.sema.df.gov.br/editais-do-funam>.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

CONVOCAÇÃO PARA A 96ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 14 da Portaria nº 75, de 14 de outubro de 2014, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, CONVOCA os membros do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan) para a 96ª Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 31 de julho de 2025, às 9h, em sessão presencial, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar do Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A – Asa Norte, Brasília – DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

CONVOCAÇÃO PARA A 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso IV e art. 15 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, CONVOCA os membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP para a 14ª Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 23 de julho de 2025, às 14h30, em sessão presencial, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Atendendo ao disposto na Lei nº 3.184, de 29.08.2003, e o § 2º da Lei Orgânica do Distrito Federal, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF torna público o demonstrativo das despesas do 1º trimestre de 2025, de publicidade e propaganda, conforme abaixo:

CREDOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/GDF	Publicações no DODF	R\$ 44.048,80
PR/CC/IMPrensa Nacional	Publicações no DOU	R\$ 0,00
	TOTAL: R\$	44.048,80

Brasília/DF, 15 de julho de 2025
MARCELO FAGUNDES GOMIDE
Diretor-Presidente

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Atendendo ao disposto na Lei nº 3.184, de 29.08.2003, e o § 2º da Lei Orgânica do Distrito Federal, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF torna público o demonstrativo das despesas do 2º trimestre de 2025, de publicidade e propaganda, conforme abaixo:

CREDOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/GDF	Publicações no DODF	R\$ 47.615,52
PR/CC/IMPrensa Nacional	Publicações no DOU	R\$ 1.621,46
	TOTAL: R\$	49.236,98

Brasília/DF, 15 de julho de 2025
MARCELO FAGUNDES GOMIDE
Diretor-Presidente

DIRETORIA IMOBILIÁRIA

EDITAL Nº 408/2025

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que

dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: HABILITAR o associado Jailsom Santos - CPF nº 652.***.***-00 indicado pela entidade PRECOMTA, tendo em vista o cumprimento dos requisitos da Lei Distrital nº 3.877/2006, a fim de compor exclusivamente a demanda do Edital de Convocação nº 03/2017 - Riacho Fundo II. A consulta da situação cadastral dos candidatos encontra-se disponível no portal <http://www.codhab.df.gov.br/candidato/pesquisa-cpf>.

Brasília/DF, 17 de julho de 2025
TEYLON COSTA COELHO
Diretor Imobiliário, Substituto

EDITAL Nº 409/2025

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: HABILITAR 01 (Uma) indicada pela associações e cooperativas credenciadas na Companhia, tendo em vista à entrega de documentação em cumprimento dos critérios dispostos na Lei Distrital nº 3.877/2006 e formalização de processo de habilitação, com o objetivo de compor EXCLUSIVAMENTE a demanda do projeto Alto Manguelral, conforme o Edital de Chamamento nº 02/2021. Informações acerca do empreendimento no portal eletrônico: www.codhab.df.gov.br/pagina/50.

Brasília/DF, 17 de julho de 2025
TEYLON COSTA COELHO
Diretor Imobiliário, Substituto

EDITAL Nº 410/2025

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei distrital nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: HABILITAR 01 (Um) indicado pelas associações e cooperativas credenciadas na Companhia, tendo em vista à entrega de documentação em cumprimento dos critérios dispostos na Lei Distrital nº 3.877/2006 e formalização de processo de habilitação, com o objetivo de compor EXCLUSIVAMENTE a demanda do projeto Alto Manguelral, conforme o Edital de Chamamento nº 02/2021. Informações acerca do empreendimento no portal eletrônico: www.codhab.df.gov.br/pagina/50.

Brasília/DF, 17 de julho de 2025
TEYLON COSTA COELHO
Diretor Imobiliário, Substituto

EDITAL Nº 411/2025

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL- CODHAB/DF, no uso das atribuições legais, notadamente da Lei nº 4.020/2007, da Lei nº 3.877/2006 e do Decreto nº 33.965/2012. Resolve: tornar pública a habilitação de 607 (seiscentos e sete) candidatos que cumpriram aos requisitos da Lei distrital nº 3.877/2006, para compor a demanda do Programa Habitacional do DF. A listagem dos habilitados se encontra disponibilizada no Portal www.codhab.df.gov.br/candidato/pesquisa-cpf.

Brasília/DF, 17 de julho de 2025
TEYLON COSTA COELHO
Diretor Imobiliário, Substituto

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 14/2024

PROCESSO SEI Nº 00220-00004907/2024-66. DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL/ SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL X VCS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CHAVEIROS E CARIMBOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 09.252.432/0001-64. DO OBJETO: acréscimo em 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado .DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 340101, Nota de Empenho nº 2025NE00366, no valor de R\$2.017,50 (dois mil dezessete reais e cinquenta centavos), emitida em 13/05/2025, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativo, sob o Programa de Trabalho: 04122820685170003. Natureza da Despesa: 339039 e Unidade Orçamentária: 340101, Nota de Empenho nº 2025NE00369, no valor de R\$4.612,00 (quatro mil seiscentos e doze reais), emitida em 13/05/2025, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativo, sob o Programa de Trabalho: 04122820685170003. Natureza da Despesa: 339030. DATA DA ASSINATURA: 17/06/2025 SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: MATEUS CELESTINO BAHIA, na qualidade de Secretário de Estado, Substituto. Pela CONTRATADA: CREZINEIDE VIEIRA DE MORAIS ARAÚJO na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 44/2025

Processo: 00220-00001437/2025-60 - DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER E O INSTITUTO BARBOSA TRANSFORMANDO VIDAS - IBTV - DO OBJETO: APOIO À REALIZAÇÃO DA 4ª TAÇA BRASIL DE CLUBES – SUB 12. VALOR DO TERMO DE FOMENTO: R\$492.666,04 (quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL - CGP/PDOT

Às quatorze horas do vigésimo terceiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, via vídeo conferência, em cumprimento ao Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, que revogou o Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, foi iniciada a Primeira Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, pela Secretária Executiva da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH, Sra. Giselle Moll Mascarenhas. A lista de presença encontra-se anexa ao final desta ata. A pauta segue transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Instalação do CGP: Leitura das Entidades e Membros; 1.2. Verificação de quórum; 1.3. Apresentação e boas-vindas: PPT; 1.4. Apresentação e aprovação do calendário de reuniões ordinárias; 1.5. Escolha dos 2 membros participantes do CGO; 1.6. Escalação dos 2 membros para cada oficina; 1.7. Apresentação do regimento proposto, para aprovação na próxima reunião. 2. Assuntos gerais: 3. Encerramento. Passou imediatamente ao Item e Subitem 1. Ordem do dia: 1.1. Instalação do CGP: Leitura das Entidades e Membros: A Sra. Giselle Moll Mascarenhas deu por aberta a sessão, cumprimentando a todos. Em seguida, fez uma breve introdução quanto a importância dos trabalhos a serem desenvolvidos pelo Comitê, sendo este formado por membros de movimentos sociais e coletivos, representantes de organizações não governamentais (ONGs) e de entidades da sociedade civil, membros de cooperativas e associações, representantes do setor empresarial, representantes para as profissões de produtores rurais e arquitetura e urbanismo, membros do conselho de classe profissional e membros de entidades acadêmicas e de pesquisa, declarando-o instalado. Informou que o Secretário de Estado, Sr. Mateus Leandro de Oliveira, não compareceria a reunião por motivos de agenda. Como questão de ordem, a Sra. Ingrid Gomes Martins Henrique solicitou a palavra para leitura de carta manifesto das representações da sociedade civil, em que demonstram estar em desacordo com a condução dos processos de revisão do PDOT, não estando garantidas as condições para participação social efetiva e isonômica, especialmente dos mais vulneráveis e marginalizados. Diante do exposto, informa que as entidades que subscrevem o documento demandam a pactuação de nova metodologia e cronograma de trabalho, a partir das deliberações do Comitê e de audiências e reuniões públicas com a participação da sociedade civil. A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN, Sra. Sílvia Borges de Lazari agradeceu as colocações apresentadas, afirmando que trata-se da primeira reunião oficial do Comitê, desta forma, estão em fase de diagnóstico e definição das metodologias a serem adotadas, ressaltando a importância dos trabalhos de revisão a serem realizados. A Sra. Giselle Moll Mascarenhas prestou os esclarecimentos adicionais, afirmando que foram feitos diversos trabalhos internos que precisam ser compartilhados para discussão com a sociedade, solicitou que a Sra. Ingrid Gomes Martins Henrique encaminhasse a carta manifesto, para que esta seja considerada nas discussões subsequentes. Em seguida, a Diretora da Diretoria de Habitação, Sra. Eneida Aviani Ferreira passou a leitura das entidades e respectivos membros representantes no exercício da titularidade e suplência: Pelo segmento Poder Executivo, representando a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, da Subsecretaria de Desenvolvimento das Cidades – SUDEC: Letícia Luzardo de Sousa e Juliana Machado Coelho; Da Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília – SCUB: Luciana Rocha de Moraes e Débora Heloísa Andreoli Luminati; Da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN: Sílvia Borges de Lazari e Eneida Aviani Ferreira; Da Subsecretaria de Parcelamentos e Regularização Fundiária – SUPAR: Daniel Castelo Branco Alves S. Rito e Larissa e Silva Oliveira. Ainda pelo segmento do Poder Executivo, da Secretaria Executiva das Cidades - SECID: Fabricio Willian Gonçalves Trindade. Quanto aos Movimentos Sociais e Coletivos, pelo segmento Coletivo pelo direito à Cidade, representando a entidade Candanga Assessoria Popular (Inscrição com entidade parceira): Ingrid Gomes Martins Henrique; 2. Pelo segmento coletivo ou movimento de moradia, representando a Associação Comunitária Pró-moradia do Distrito Federal – ASCOM: Francisco de Assis Ferreira Felipe de Sousa Ferreira; 3. Pelo segmento reforma agrária e agricultura familiar, representando a Associação das Mulheres Rurais e Agricultoras Familiares do Distrito Federal e Entorno - Rede de

Mulheres: Edileuza Laurentiano Bezerra e Josina Cardozo da Silva; 4. Pelo segmento transporte e mobilidade, representando a Associação Livres: Mariana Valentin de Oliveira Silva e Rafael Damasceno Serrati; 5. Pelo segmento mulheres e igualdade de gênero, representando a Coletiva Arquitetas Invisíveis (Inscrição com entidade parceira): Luiza Rego Dias Coelho e Alyssa Volpini Lustosa; 6. Pelo segmento infância e juventude, representando o Projeto de Assistência ao Estudante de Samambaia – PAES: Sandra Maria Amador Santos e André Luis Costa Batista Aragão; 7. Pelo segmento igualdade racial, representando o Coletivo Calunga (Inscrição com entidade parceira): André Junior Tavares e Bianca Gomes de Sá; 8. Pelo segmento migrantes, imigrante, apátrida e refugiados, representando a Caritas Arquidiocesana de Brasília: Paulo Henrique de Moraes e Paulo José Dantas de Jesus. Quanto as Organizações não Governamentais e Entidades da Sociedade Civil: 9. Pelo segmento direito à cidade, representando o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico: Cristiane Siggea Benedetto e Sabrina Durigon Marques; 10. Pelo segmento democratização do acesso à terra, representando a Associação Positiva De Brasília (AJL) Samia Waleeska Pereira Barbosa de Carvalho e Guilherme de Oliveira Ferronato; 11. Pelo segmento meio ambiente, representando o Instituto Sálvia Terra: Andrew Miccolis e Maya Terra Figueiredo; 12. Pelo segmento mobilidade urbana, representando a Associação Andar a Pé - O Movimento da Gente: Benny Schvarsberg e Sandra Bernardes Ribeiro. Com relação às Cooperativas e Associações: 13. Pelo segmento habitação, representando a Associação na Luta Inquilinos A Moradia DF e Entorno – ASSOLIM: Vilma Mesquita de Moura e Ruth Stefane Costa Leite; 14. Pelo segmento regularização fundiária, representando a Pref. Comunitária dos Moradores da Col. Agrícola Sucupira – PRECOMOR: Mário Blanco Nunes Neto e Francisco Dorion de Morai. Quanto as entidades do Setor Empresarial: 15. Pelo segmento construção civil, representando o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – SINDUSCON: João Gilberto de Carvalho Accioly e Roberto Rubinger Botelho; 16. Pelo segmento setor imobiliário, representando a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do DF – ADEMI: Ana de Paula Pinto Assis e Fonseca Rogério Markiewics; 17. Pelo segmento indústria, representando a Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA: Elson Ribeiro e Povia e Tereza Christina Coelho Cavalcanti; 18. Pelo segmento produtores rurais, representando a Associação dos Produtores do Núcleo Rural de Taguatinga – APRONTAG: Claudio Antônio Teixeira Pires e Massae Watanabe. Relaciona às Entidade de Representação Profissional: 19. Pelo segmento arquitetura e urbanismo, representando o Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento do Distrito Federal - IAB/DF: Carolina Baima Cavalcanti e Mariana Roberti Bomtempo; 20. Pelo segmento produtores rurais, representando a Associação de Trabalhadores e Juventudes Rurais: Luiz Monte de Souza e Ilsa Alves de Oliveira Santos. Com relação ao Conselho de Classe Profissional: 21. Pelo segmento arquitetura e urbanismo, representando o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF: Luís Fernando Zeferino e Nelton Ketli Borges; 22. Pelo segmento engenharia e agronomia, representando o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - CREA/DF: Maria de Fatima Ribeiro Cór e Lélia Barbosa de Sousa Sá; 23. Pelo segmento serviço social, representando o Conselho Regional de Serviço Social 8ª Região - CRESS-DF: Lucas Elpídio Ramos da Silva e Rosalina Souza Couto Soares; 24. Pelo segmento advocacia, representando a Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Distrito Federal - OAB/DF: Almiro Cardoso Farias Júnior e Erika Regina Araujo Albuquerque Calheiros. Quanto às Entidades Acadêmicas e de Pesquisa: 25. Pelo segmento entidade de ensino superior privada, representando o Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB: Ludmila de Araújo Correia e José Jandson Candido de Queiroz; 26. Pelo segmento entidade de pesquisa e extensão, representando a Fiocruz Brasília: Wagner de Jesus Martins e Jorge Mesquita Ruet Machado; 27. Pelo segmento Universidade de Brasília, representando a Universidade de Brasília - FAU/UnB: Maria do Carmo Lima Bezerra e Carolina Pescatori Cândido Silva; 28. Pelo segmento Instituto Federal de Brasília, representando o Instituto Federal de Brasília – IFB: Gervásio Barbosa Soares Neto. A Sra. Sílvia Borges de Lazari iniciou a apresentação dos trabalhos feitos para a revisão do PDOT, indicando a estrutura de governança e gestão participativa, com um total de 33 membros, sendo 28 membros da sociedade civil e cinco membros de governo. Salienta que o CGP é um órgão colegiado com caráter consultivo e propositivo, no âmbito do processo de revisão e elaboração do PDOT, aprovado pela Lei Complementar nº 803, de 2009; Constituído por membros titulares e seus respectivos suplentes representantes do Poder Executivo do Distrito Federal e pode ser composto pela sociedade civil organizada: Sendo 4 membros do Poder Executivo – SEDUH; 1 membro do Poder Executivo – SECID; 8 membros dos Movimentos Sociais e Coletivos; 4 membros de ONGs e Entidades da Sociedade Civil; 2 membros de Cooperativas e Associações; 4 membros de Entidades do Setor Empresarial; 2 membros de Entidade de Representação Profissional; 4 membros do Conselho de Classe Profissional; e 4 membros de Entidades Acadêmicas e de Pesquisa. Com relação as premissas da

elaboração do Plano aponta simplificar a lei do PDOT em revisão objetivando a utilização pelo cidadão e a implementação pelo Estado; Instituir uma estrutura de participação social e governança; incorporando coletivos, redes, associações e grupos identitários (étnicos, raciais, de gênero, etc.); Combater as desigualdades socioespaciais e o déficit habitacional; Construir uma agenda de sustentabilidade, articulada às novas agendas globais e locais; Incorporar um novo modo de organização social e produtiva rural, estabelecendo estratégias condizentes para a zona rural; Promover a gestão resiliente do território com qualidade ambiental; Combater o modelo de ocupação segregado e espraiado, a grilagem e promover a regularização fundiária. Além disso, salienta que o Plano Diretor tem como objetivo orientar o desenvolvimento territorial do DF para os próximos 10 anos, considerando a totalidade do território e de cada Região Administrativa, com as seguintes Normas a serem alinhadas e integradas ao PDOT: Plano de Desenvolvimento Rural; Lei de Parcelamento; Leis de Regularização; Plano Distrital de Habitação de Interesse Social - PLANDHIS; SAV; PRH Paranaíba; Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB; Plano de Desenvolvimento do Transporte Público Sobre Trilhos do Distrito Federal – PDTT/DF; Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PDGIRS; Plano Diretor de Transporte Urbano - PDTU; Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal - PGIRH/DF; Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE e Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS. Abordando os objetivos de desenvolvimento sustentável no PDOT 2020-2030, bem como as etapas da metodologia, estando atualmente na fase de diagnóstico, seguindo para a fase de prognóstico, com a elaboração da Leitura Técnica e da Leitura Comunitária. Em seguida, a elaboração das propostas, com a formulação e pactuação de propostas de estratégias, instrumentos, diretrizes e zoneamento. E, por fim, a consolidação do Plano, com a finalização da minuta de projeto de lei, elaboração de ação orçamentária e acompanhamento da aprovação junto à CLDF. Comunicou que foram definidos oito eixos temáticos: Território Resiliente; Participação Social e Governança; Gestão Social da Terra; Habitação e Regularização; Ruralidades; Mobilidade; Meio Ambiente e Infraestrutura; Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade. Quanto a matriz de análise da revisão do PDOT, pontuou as escalas espaciais metropolitana (AMB / Codeplan), Distrito Federal e local (RA ou outra unidade), com relação aos fatores socioeconômicos pontua que a SDE é parceira ativa neste eixo, que abrange os aspectos da economia e do perfil socioeconômico da população. No que tange aos fatores territoriais, a SEMA e SEAGRI atuam como parceiras, tratando de aspectos intrínsecos ao território. Por fim, os fatores normativos, que destaca os aspectos de legislações pertinentes e planos setoriais. Prosseguiu a apresentação das instâncias de participação da revisão PDOT, a saber: Reuniões livres: Forma livre de participação da sociedade com encaminhamento direto de propostas em cada etapa de revisão do PDOT. Oficinas Temática UPT: Análise, discussão e complementação do Diagnóstico/ Prognóstico por meio da Leitura comunitária, em cada Unidade de Planejamento Territorial. Reuniões Específicas: Encontros da equipe técnica com grupos específicos e sociedade, temáticos ou locais, por demanda da secretaria ou da sociedade. Reuniões Proposta: Análise, discussão e complementação das Propostas: mapas, zoneamentos e proposições gerais de todos os temas com a comunidade por meio de temas específicos. CGO e CGP: Reuniões com o Comitê de Gestão Participativa e Comissão de Governança, em datas a serem marcadas durante todo o processo. Audiências Públicas: Reuniões com o Comitê de Gestão Participativa e Comissão de Governança, em datas a serem marcadas durante todo o processo. Relacionado a agenda dos acontecimentos da revisão do PDOT, informou que em 2019/2020 foram realizadas oficinas internas, com o início da construção da Estrutura Participativa e introdução da Leitura Técnica Interinstitucional. No ano de 2021, a realização de Encontros para Pensar o Território, de 17 de março a 05 de maio. E quanto as oficinas temáticas, a serem realizadas nos dias 2, 9, 16 e 23 de outubro. Ainda a 1ª Audiência Pública, a ser realizada em 11 de dezembro de 2021. Por fim, para o ano de 2022, a realização de reuniões públicas das propostas, sendo realizada a 2ª Audiência Pública prevista. Quanto à habitação e regularização, destacou as problemáticas do eixo, citando a diferenciação quanto ao conceito de direito à propriedade e o direito à moradia, que neste segundo caso envolve o ambiente que deve proporcionar uma habitação de qualidade, e que o PDOT procura garantir este direito. Apresentou, em seguida, o histórico da informalidade e da provisão a partir da década de 50 e o eixo de crescimento de acordo com a análise da ocupação urbana. Em seguida, apresentou os dados do déficit habitacional no DF, que hoje chega a 108.316 de déficit bruto e de 11,66% de déficit líquido, evidenciando também o déficit por componente por RA. Como problemas apontados, destaca a considerável e crescente utilização do banco de terras públicas em função da facilidade de procedimentos; Transformação social e econômica em virtude da pandemia do COVID 19; Rápido processo de gentrificação, resultando num ciclo vicioso que envolve o provimento habitacional e a ocupação irregular das terras; Carência de ações específicas ao déficit

regionalizado. Afirma que a UPT Oeste é a que mais contribui para o déficit habitacional no DF com 34,88% do valor total, diferença considerável para o segundo lugar ocupado pela UPT Sul que contribui com um índice de 16,77% do total. A Ceilândia se destaca como a de maior déficit absoluto com 14.937 domicílios; Regiões com urbanização, serviços e equipamentos públicos não implementados em sua totalidade, dos 29 Setores Habitacionais (23.840ha); Déficit qualitativo e quantitativo localizado em áreas em processo de regularização fundiária, indo de encontro à regularização plena; Apropriação do mercado imobiliário do instrumento de ZEIS como um grande negócio; pressão do mercado imobiliário para criação de áreas em função dos mecanismos do mercado de ativos financeiros e problemas de gestão urbana no monitoramento e fiscalização do banco de terras pública; E faltam ações específicas na dimensão da regularização social. Ausência de implantação das ZEIS de vazios urbanos, sendo 32 ZEIS de provimento habitacional (vazios urbanos), com atendimento prioritário às famílias com rendimento até 3 salários mínimos, flexibilização dos parâmetros urbanísticos. Apresentando a situação de implantação: 7 implantadas (22%), 5 em implantação (16%), 20 não implantadas (62%). Sendo 16 Áreas de provimento habitacional (sem zoneamento especial), com atendimento à qualquer faixa de renda, obediência aos parâmetros urbanísticos obrigatórios. Situação de implantação: 0 implantadas, 4 em implantação (25%) e 12 não implantadas (75%). Falta de regulamentação dos Instrumentos Urbanísticos previstos. E aprimoramento do método para caracterização das Agrovilas. Quanto a gestão social da terra, destacou as problemáticas do eixo, que apresenta pouca clareza quanto ao papel dos instrumentos urbanísticos no equilíbrio do valor da terra e no financiamento da cidade; Não existe a necessária compreensão sobre os conceitos fundamentais que incidem sobre a terra: o direito ao território (relativos às funções sociais da cidade) e a garantia do direito à propriedade privada; Enfraquecimento do papel do Plano Diretor no planejamento urbano; Os instrumentos urbanísticos não estão sendo direcionados ao financiamento da cidade legal; A regularização de assentamentos informais tende a criar expectativas, tendo como consequência a transferência de recursos públicos para loteadores ilegais; Pouca simetria socioespacial na distribuição de recursos orçamentários; Com relação ao desenvolvimento econômico sustentável e centralidades, destacou as seguintes problemáticas do eixo predominância do Setor de Serviços (95,3%), pontuando que a economia do Distrito Federal é pouco dinâmica, marcada por uma estrutura produtiva de base terciária, com predominância do Setor de Serviços e expressiva participação da Administração Pública. Quanto ao Produto Interno Bruto do Distrito Federal – PIB/DF 2018, evidenciou em valores correntes, que o PIB-DF chegou a R\$ 254,817 bilhões e o DF continua a ocupar a 8ª posição no ranking nacional. Em valores correntes, o PIB-DF per capita chegou a R\$ 85.661,00 contando com uma população estimada em 2.974.703 habitantes. Apresentou ainda o mapeamento do ranking do PIB per capita (R\$) - Brasil e Unidades da Federação – 2018. No que tange a concentração de emprego e renda, informa que o Distrito Federal possui elevada concentração de empregos e renda na sua área central (Plano Piloto e Adjacências). Complementou que o Plano Piloto concentra a maior parte dos empregos formais (52,2%), seguido de SIA (8,3%) e Taguatinga (7,3%); E o Plano Piloto também concentra a maior parte da Massa Salarial do Distrito Federal (74,7%). Em relação aos dados do desemprego e informalidade, ponderou que o Distrito Federal apresenta elevadas taxas de desemprego (acima da média nacional) e de informalidade, As RA do Varjão (49,68%), Itapoã (44,90%) e SCIA (44,78%) apresentam taxas de informalidade superiores a 40%. No outro extremo, Plano Piloto (22,94%), Park Way (22,57%), Sudoeste/Octogonal (22,32%) e SAI (21,81%), a taxa de informalidade é inferior a 23%. A média do País chegou 46% em 2018. Apresentou também as taxas de desemprego por grupos de Regiões Administrativas do Distrito Federal – 2016. No que se refere a relação do DF com sua periferia metropolitana, explicita que os municípios da Periferia Metropolitana de Brasília (PMB) apresentam elevada dependência do DF e exercem enorme pressão nos serviços públicos oferecidos. Com disparidades socioeconômicas entre Brasília e sua periferia metropolitana (PMB); O PIB per capita da AMB, inclusive Brasília, é de R\$ 62.620,18 enquanto que o exclusive Brasília é de apenas R\$ 15.033,98. Sobre potencialidades pouco exploradas, pontua que o território do DF apresenta diversas potencialidades poucos exploradas/incentivadas, com Atividades ligadas à economia da conservação; Turismo em seus diversos segmentos; Economia criativa; E indústrias limpas. No que concerne à Política de Desenvolvimento Econômico, afirma que o Plano determina a necessidade de definição de atividades para incentivo à atividade econômica, compatíveis com as diretrizes do ZEE/DF e a necessidade de articulação da política e programas de desenvolvimento econômico ao desenvolvimento urbano. Em conclusão, afirma que os problemas mais evidentes são a segregação socioespacial e disparidades socioeconômicas, concentração de empregos e renda na área central (Plano Piloto e Adjacências), concentração populacional nas áreas periféricas, desequilíbrio na distribuição de atividades econômicas, elevados deslocamentos diários,

problemas operacionais para o transporte coletivo e deseconomias nas infraestruturas. Quanto as ruralidades, destacou os problemas do eixo, afirmando que do ponto de vista espacial, o que se observa nas áreas de transição urbano-rural e na produção dos novos espaços rurais é a configuração de regiões não densamente povoadas, porém com inserção de dinâmicas urbanas (IICA, 2013) que, caso não sejam bem administradas, podem acarretar maiores custos de infraestrutura, além de impactos e danos ambientais, e que apresentam as seguintes determinações: Distribuição de Competências e Definição de Diretrizes para a elaboração do Plano de desenvolvimento rural sustentável e de outras ferramentas de planejamento e gestão do território rural; Ausência de normatização, diretrizes de uso e ocupação do solo para atividades agrícolas e não agrícolas e para parcelamento rural no Distrito Federal; Situação fundiária; Zoneamento rural pouco adequado à realidade atual; Risco à Recarga de Aquíferos; Grau de comprometimento de Outorgas de retirada; Falta de estruturação do sistema viário para escoamento da produção e insumos agrícolas. Demonstrando através do mapa da situação fundiária dos imóveis rurais, com as áreas rurais regularizadas mediante CDU ou CDRU, áreas em processo de regularização e áreas que não dispõem de pedido de regularização. Em seguida apresentou o mapeamento dos riscos de recarga de aquíferos, com a situação hídrica e capacidade de suporte para irrigação. Em continuidade à apresentação das problemáticas, pontua a falta de localização de atividades de armazenamento, distribuição e logística; Planejamento da oferta de novas tipologias de moradia no campo com necessidade de revisão da figura de “agrovilas” e de espaços para atividades de apoio à vida no campo; Ocupações informais para fins urbanos em zona rural com terrenos < 2ha; Comunidades rurais com maior número de ocupações informais para fins urbanos; Revisão de estratégias de planejamento de áreas de características rurais em macrozona urbana; Integrar o transporte de pessoas em macrozona rural com o transporte urbano e com as atividades dentro do ambiente rural; Dando continuidade, apresentou o mapeamento das comunidades rurais, de acordo com os dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER. Quanto ao meio ambiente e infraestrutura, destacou as seguintes problemáticas do eixo no que tange as áreas ambientalmente protegidas: Grande diversidade de áreas protegidas no território, com sobreposições de categorias, poligonais, e pressões de ocupação urbana; Conflitos e lacunas para a aplicação da legislação ambiental vigente – Leis, Planos de Manejo e Zoneamento das UC e demais espaços de importância ambiental; Pouca efetividade na execução de estratégias ambientais já instituídas (ex.: Conectores Ambientais); Necessidade de atualização e revisão da delimitação territorial (poligonais) e do banco de dados referente às áreas protegidas, com impactos ao planejamento e monitoramento; Existência de muitas áreas em processo de reconhecimento ou recategorização junto ao órgão ambiental, com impactos ao planejamento e monitoramento. Apresentou o mapeamento da ocupação irregular de áreas de relevante interesse para manutenção da quantidade e qualidade da água, com 9,02% ocupadas. Quanto à energia, informa que os problemas levantados são em relação a duração e a frequência das interrupções de abastecimento é maior na Zona Rural e menor em áreas urbanas, em especial as com rede subterrânea; Matriz energética do DF é majoritariamente de energia hidroelétrica; A geração de energia no DF representa apenas 1,08% do total consumido (6.210 GWh); Pouco suporte da infraestrutura de abastecimento de energia já existente para receber o retorno da energia produzida pelos sistemas alternativos de produção de energia elétrica (energia solar). Com relação a drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, destaca os impactos ao meio ambiente urbano causados por redes de drenagem deficientes ou inexistentes (Alagamentos, assoreamento de receptores, processos erosivos e poluição do solo); Impactos à capacidade e integridade das redes de drenagem causados pela Atividade Humana (Obstrução de condutos e galerias por sedimentos carregados (especialmente RCC e RLU) e aumento do escoamento superficial); Padrões de uso e ocupação do solo impactam no volume e comportamento do escoamento superficial de água; Soluções tradicionais que não contemplam os problemas de qualidade de água; Baixa adoção de soluções alternativas de drenagem de águas pluviais - infraestruturas verdes podem auxiliar na captação e retenção de poluição difusa, suplementares aos sistemas de macro e microdrenagem. Apresentou o mapeamento dos problemas de alagamento durante todo o período chuvoso. Quanto ao abastecimento de água, salientou a infraestrutura de captação, tratamento e distribuição de água comprometida, apesar da folga entre a quantidade de água disponível para captação e a quantidade média consumida. Águas subterrâneas são responsáveis por 5% da produção de água (SIÁGUA/DF, 2014); Com alto consumo de água em 2016, com redução em 2017 e 2018, e aumento em 2019 em diante. Disponibilidade hídrica dos corpos hídricos apresenta comportamento sazonal, enquanto as demandas não necessariamente acompanham esse comportamento. Usos consuntivos da água no DF: 69,9% - abastecimento humano; 24,8% - irrigação; 2,5% - industrial; 1,5% - criação e dessedentação animal. Apresentando, em seguida, o grau de comprometimento da vazão outorgável para

retirada de água dos corpos hídricos (ZEE-DF), em que destaca que após crise hídrica que ocorreu entre 2016 e 2018, busca-se cada vez mais a gestão integrada dos recursos hídricos e o respeito ao ciclo da água. Apresentou os mapeamentos da função necessária para a produção hídrica dos aquíferos de 42,56% das áreas urbanizadas e das áreas de proteção de mananciais sofrem pressão de ocupação urbana, impactando o abastecimento. No que tange ao esgotamento sanitário, informa que foram encontrados problemas relacionados aos corpos hídricos com qualidade da água classificada média ou ruim; Inadequação dos corpos hídricos quanto aos parâmetros prioritários de avaliação apontados pelas resoluções de enquadramento da qualidade dos corpos hídricos (baixa capacidade de depuração/diluição de carga orgânica); 84,51% da população urbana atendida em 2015; A população rural é atendida com sistemas individuais (fossas sépticas, fossas negras ou lançamento diretamente em córregos). Quanto ao grau de comprometimento da vazão outorgável para diluição de carga orgânica nos corpos hídricos (ZEE-DF), indicou que vários dos corpos hídricos não suportam acréscimo de cargas poluentes e contaminantes. Em relação ao manejo de resíduos sólidos, pontua que o alto volume de resíduo gerado compromete a vida útil dos aterros sanitários e contribui para a formação de pontos clandestinos de descarte (Aterro Sanitário de Brasília: vida útil 8 anos); Baixa qualidade do resíduo de coleta seletiva; e carência de mobiliário de coleta - PEV, LEV e contêiner semienterrado; Ausência de pontos de coleta para a Logística Reversa; Impactos ambientais causado pelo descarte irregular de resíduos; Demanda por implantação de novas Centrais de Triagem, Unidades de Compostagem, Transbordo e Tratamento de Resíduos da Construção Civil e Usinas de Reciclagem. Em referência a mobilidade, evidenciou as seguintes problemáticas do eixo: Desarticulação entre os Planos Setoriais Vigentes e o PDOT; Na Governança os planejamentos sobrepostos; Desarticulação entre órgãos de planejamento e de execução; Tempos diferentes entre planejamento/projeto/obras acarretam: revisões contínuas de projetos; inadequações de obras; ou inviabilização de estratégias. Quanto ao mapeamento do PDTU (2011), cita a desarticulação do Plano com as estratégias de uso e ocupação do solo do PDOT que visam dinamização e configuração de centralidades associadas a estratégias de transporte. (Gomes, 2016). Apresentou o mapa do Desenvolvimento urbano, com os eixos norteadores do desenvolvimento, propondo áreas para loteamentos com princípios de Desenvolvimento Orientado pelo Transporte Sustentável – TOD; Morosidade na implementação de grande parte dos planos, projetos e estratégias de transporte e mobilidade; Necessidade de aprimorar a adaptação e respostas rápidas a eventos disruptivos: tecnologia de transporte, mudanças de comportamento e crises; Apresentou também os índices da predominância e crescente uso do transporte individual motorizado, do ordenamento territorial em contrapartida a mobilidade sustentável, o transporte público coletivo atrativo. A problemática relacionada a combinação de características urbanísticas, densidade e baixa diversidade de uso e atividades, desfavorecem modos sustentáveis: Transporte Público Coletivo - TPC, a pé e bicicleta; O TPC do DF é pouco atrativo em relação ao transporte individual motorizado; O transporte de carga e logística ocorre por veículos motorizados causando impactos na infraestrutura de circulação e no uso do solo e são pouco monitorados; E a maior parte das emissões (poluição atmosférica) é proveniente do transporte e não há controle do ruído e poluição sonora proveniente da proximidade das infraestruturas de transportes (rodovias, metrorvias, ferrovias). Para garantir a participação da população em geral indica o acesso ao sítio eletrônico do PDOT, podendo participar também de reuniões livres, marcação das centralidades, marcação das ameaças socioambientais por meio do Portal da Resiliência, processos SEI, camada revisão PDOT no Geoportal e Encontros Pensar o Território. Em seguida, apresentou o cronograma das oficinas temáticas a serem realizadas dias 2, 9, 16 e 23 de outubro (sábados de manhã e de tarde), nas seguintes localidades: UPT VII – Sul (Gama; RA sede Santa Maria; Recanto das Emas; Riacho Fundo II); UPT IV – Oeste (Taguatinga; Brazlândia; RA sede Ceilândia; Samambaia; Sol Nascente/Pôr do Sol); UPT III - Central Adjacente II (Núcleo Bandeirante; RA sede Guará; Riacho Fundo I; Águas Claras; SCIA e Estrutural; SIA; Vicente Pires; Arniquireira); UPT VI – Leste (Paranoá; RA sede São Sebastião; Jardim Botânico; Itapoã); UPT V – Norte (Planaltina; RA sede Sobradinho I; Sobradinho II; Fercal); UPT II - Central Adjacente I (Lago Sul; Lago Norte; Varjão; Park Way); RA sede Plano Piloto; UPT I – Central (RA sede Plano Piloto; Cruzeiro; Candangolândia; Sudoeste/Octogonal). Encerrada a apresentação, a Sra. Giselle Moll Mascarenhas franqueou a palavra para manifestações. O Sr. Benny Schvarsberg fez um breve histórico de suas participações nas revisões do PDOT anteriores, em razão de sua experiência na área, propôs o acréscimo de premissa no sentido de destacar fortemente a necessária integração do PDOT com o PDUT, ZEE, PLANDHIS e demais instrumentos estruturadores da política territorial e urbana do Distrito Federal. Propondo a inserção de uma agenda para a próxima reunião para discutir sobre o processo de revisão do PDTU. Como segundo ponto, pontua a problemática estrutural da não implementação do instrumento de estratégia descentralizadora prevista no PDOT desde 2009,

denominado Plano de Desenvolvimento Locais – PDL, nas sete UPTs, e a não implementação dos polos multifuncionais, sendo estes entraves para o desenvolvimento territorial da cidade. Como terceiro ponto destaca a questão das Área de Regularização de Interesse Social (ARIS), sendo cerca de 47 ao total no DF, afirmou ser fundamental a vinculação no PDOT de planos de urbanização destas áreas. A Sra. Giselle Moll Mascarenhas fez ponderações sobre as colocações apresentadas pelo Sr. Benny Schvarsberg, afirmando que a Secretaria está elaborando planos no que tange a questão dos PLDs. A Sra. Ludmila de Araújo Correia reforçou as colocações feitas pelo Sr. Benny Schvarsberg, como sugestão de diagnóstico propôs identificar os pontos do PDOT que não foram implementados, revisando a estrutura por UPT e, em seguida, por Região Administrativa. Quanto ao cronograma, salienta a necessidade de realizar reuniões por RA, visando garantir a participação efetiva da população. A Sra. Giselle Moll Mascarenhas informou que no próximo ano serão realizadas diversas reuniões públicas, com a metodologia a ser definida pelo CGP aos longos do desenvolvimento dos trabalhos. O Sr. Henrique Soares fez considerações quanto a questão do horário de realização da reunião e a ausência de comunicação prévia, que afirma inviabilizar a ampla participação. Salienta quanto a necessidade de uma definição conjunta das metodologias a serem adotadas pelo Comitê, citando que a discussão deve ser realizada em um recorte menor que as UTPs. Quanto ao cronograma, afirma ser preciso realizar a discussão ampla quanto a definição dos prazos. Sugerindo para discussão pontos que considera de extrema relevância, como o Coeficiente Básico Unitário, a não implantação do SISPLAN, este devendo ser objeto de uma reestruturação, debater o FUNDURB no âmbito do PDOT e, por fim, destacou a importância do PLANDHIS. O Sr. Mário Blanco salienta a necessidade de que a atualização do PDOT seja feita de forma célere, entretanto, afirma que não devem pular etapas de discussão. Em seguida, informou que se ausentaria da reunião. A Sra. Samia Waleska corroborou com as colocações no sentido de que ao invés de debates através dos eixos temáticos, os assuntos deviam ser abordados por regiões administrativas, respeitando as peculiaridades de cada localidade. Cita o prognóstico de novas áreas passíveis de ingresso no PDOT por mudança de classificação, solicitando esclarecimentos quanto aos núcleos urbanos consolidados no DF, destacando que o acesso a terras às populações de baixa renda deve ser abordado. A Sra. Sandra Bernardes ressaltou a importância do início dos trabalhos do Comitê o quanto antes. Com relação a realização das oficinas por UTPs afirmou que acaba por dificultar a participação popular, precisando ser trabalhada com antecedência, deste modo, defende que as oficinas sejam realizadas por RAs. Afirmou ser fundamental que o cronograma e a metodologia sejam discutidos pelos membros do Comitê. O Sr. Alexandre Rodrigues reforçou situações não contempladas no PDOT, sobretudo, a questão fundiária, que foram agravados, afirmando que ordenamento territorial só possível quando o Governo se faz presente e busca a regularização através da participação efetiva da sociedade, com adequações quanto a caracterização dos territórios, buscando conter o crescimento desordenamento da cidade. Corroborou com a sugestão de reunião por RAs, acrescentando que a discussão da LUOS deve observar as diferenças entre as regiões administrativas. O Sr. Raimundo Nonato Pires do Carmo, se manifestou via bate-papo: “A nossa Área gleba 4 reserva A INCRA 9, possui atualmente características urbanas, existe na área 3 Parcelamentos Urbanos Isolados - (PUI). Os moradores recebem na prática todos os impactos de área urbana (falta segurança, infraestrutura e presença do poder público). A tendência é de um crescimento da densidade populacional desordenado. Hoje somos uma cidade inserida na área rural”. A Sra. Samia Waleska questionou, via bate-papo, sobre a possibilidade de suspensão da LUOS ante a ausência do novo PDOT. Em resposta, a Sra. Giselle Moll Mascarenhas afirmou que a LUOS é uma Lei de âmbito mais específico, ressaltando a sua importância ao DF. Passou ao Subitem 1.4. Apresentação e aprovação do calendário de reuniões ordinárias: A Sra. Giselle Moll Mascarenhas passou a apresentação do Calendário do PDOT, a saber: 23 de setembro de 2021 – Reunião de Instalação do CGP; 02 de outubro de 2021, realização da 1ª Oficina Temática - UPT VII – Sul (Gama; RA sede Santa Maria; Recanto das Emas; Riacho Fundo II); 09 de outubro de 2021, realização da 2ª Oficina Temática e da 3ª Oficina Temática - UPT IV – Oeste (Taguatinga; Brazlândia; RA sede Ceilândia; Samambaia; Sol Nascente/Pôr do Sol); UPT III - Central Adjacente II (Núcleo Bandeirante; RA sede Guarã; Riacho Fundo I); Águas Claras; SCIA e Estrutural; SIA; Vicente Pires; Arniqueira); 16 de outubro de 2021, realização da 4ª Oficina Temática e 5ª Oficina Temática - UPT VI – Leste (Paranoá; RA sede São Sebastião; Jardim Botânico; Itapoã); UPT V – Norte (Planaltina; RA sede Sobradinho I; Sobradinho II; Fercal); 23 de outubro de 2021, realização da 6ª Oficina Temática e 7ª Oficina Temática - UPT II - Central Adjacente I (Lago Sul; Lago Norte; Varjão; Park Way); RA sede Plano Piloto; UPT I – Central (RA sede Plano Piloto; Cruzeiro; Candangolândia; Sudoeste/Octogonal); 25 de novembro de 2021 – Avaliação das Oficinas e Material da Audiência Pública; Previsão para realização da 1ª Audiência Pública - 11 de dezembro de 2021, com local a ser definido; 03

de fevereiro de 2022 – Avaliação Resultado da Audiência Pública e Propostas; Fevereiro e março – Discussão das propostas das reuniões; 07 de abril de 2022 – Complementação das propostas; Junho de 2022 – Audiência Pública. A Sra. Giselle Moll Mascarenhas explicitou sobre a possibilidade de realizar outras reuniões por RAS posteriormente, entretanto, afirmou que as reuniões constantes no calendário deveriam ser realizadas por UTPs. O Sr. João Gilberto de Carvalho Accioly afirmou não haver problema quanto a realização das oficinas nas UTP. Considerando a realização de reunião anterior ao dia 25 de novembro, para contemplar possíveis demandas nas abordadas nas oficinas, ou ainda a possibilidade de realizar oficinas complementares. Assim, expôs estar de acordo com o calendário proposto. O Sr. Henrique Soares solicitou esclarecimentos quanto a delimitações de prazos apresentadas no calendário. A Sra. Sílvia Borges de Lazari destacou que trata-se de previsão, e após uma avaliação da condução das oficinas seriam definidas as próximas metodologias a serem adotadas. O Sr. Henrique Soares destacou a necessidade de debater o cronograma no âmbito do Comitê, afirmando ser imprescindível um cronograma geral do processo, com a previsão de todas as etapas. A Sra. Giselle Moll Mascarenhas esclareceu que trata-se de calendário de reuniões ordinárias do CGP, e não da revisão do PDOT em si, a partir da realização das oficinas no mês de outubro seria criado um calendário do PDOT. O Sr. Henrique Soares reitera que devem discutir metodologia e calendário do PDOT anteriormente as definições do CGP. A Sra. Ludmila de Araújo Correia afirmou sobre a necessidade de um diagnóstico bem consolidado através da metodologia proposta, acrescentou sobre a não divulgação do processo, o que afirmou estar em desacordo com a efetiva participação. O Sr. Benny Schvarsberg propôs que as Oficinas nas UTPs sejam precedidas por reuniões em cada RAs, assim, as UTPs seriam como sintetizadoras das questões apresentadas pelas RAs. Propondo ainda um período de no mínimo três meses para construção das propostas através das oficinas. A Sra. Giselle Moll Mascarenhas alegou falta de recursos para realização de reuniões em todas as RAs, reiterando que as oficinas temáticas são extremamente importantes, e sua agenda não poderia ser alterada. O Sr. Luis Zeferino sugeriu adiar as duas primeiras reuniões em duas semanas, para realização de reuniões nas RAs anteriormente ao início dos trabalhos das oficina. Após discussão e, em não havendo concordância quanto as propostas de encaminhamento, a Sra. Giselle Moll Mascarenhas suspendeu deliberação do calendário de reuniões do CGP. Avançou ao Subitem 1.5. Escolha dos 2 membros participantes do CGO: Ficando definidos os membros participantes: Sra. Samia Waleska e Sr. Benny Schvarsberg, representantes da Associação Positiva De Brasília e da Associação Andar a Pé - O Movimento da Gente, respectivamente, com 15 votos favoráveis. Quanto ao Subitem 1.6. Escalação dos 2 membros para cada Oficina: Listados para a 1ª Oficina Temática, UPT VII – Sul (Gama; RA sede Santa Maria; Recanto das Emas; Riacho Fundo II), a ser realizada no dia 02 de outubro de 2021, os representantes: Sra. Tereza Christina Coelho Cavalcanti. Listados para a 2ª Oficina Temática, UPT IV – Oeste (Taguatinga; Brazlândia; RA sede Ceilândia; Samambaia; Sol Nascente/Pôr do Sol), a ser realizada no dia 09 de outubro de 2021, o representante: Sr. Claudio Antônio Teixeira Pires. Listados para a 3ª Oficina Temática, UPT III - Central Adjacente II (Núcleo Bandeirante; RA sede Guarã; Riacho Fundo I); Águas Claras; SCIA e Estrutural; SIA; Vicente Pires; Arniqueira), a ser realizada no dia 09 de outubro de 2021, o representante: Sr. João Gilberto de Carvalho Accioly e Sr. Alexandre Rodrigues. Listados para a 4ª Oficina Temática, UPT VI – Leste (Paranoá; RA sede São Sebastião; Jardim Botânico; Itapoã), a ser realizada no dia 16 de outubro de 2021, os representantes: Sra. Sandra Maria Amador Santos, Sra. Samia Waleeska Pereira Barbosa de Carvalho, Sr. André (Calunga), Sr. Francisco Dorion, Sra. Vilma Mesquita. Listados para a 5ª Oficina Temática, UPT V – Norte (Planaltina; RA sede Sobradinho I; Sobradinho II; Fercal), a ser realizada no dia 16 de outubro de 2021, o representante: Sr. Luís Fernando Zeferino e Sra. Samia Waleeska Pereira Barbosa de Carvalho. Listados para a 5ª Oficina Temática, UPT II - Central Adjacente I (Lago Sul; Lago Norte; Varjão; Park Way); RA sede Plano Piloto, a ser realizada no dia 23 de outubro de 2021, o representante: Sra. Letícia Luzardo de Sousa e Sr. Luís Fernando Zeferino. Listados para a 6ª Oficina Temática, UPT I – Central (RA sede Plano Piloto; Cruzeiro; Candangolândia; Sudoeste/Octogonal), a ser realizada no dia 23 de outubro de 2021, o representante: Sr. João Gilberto de Carvalho Accioly, Sra. Jaqueline, Sr. Benny Schvarsberg, Sr. Henrique Soares e Sra. Sandra Bernardes Ribeiro. Não tendo sido finalizado o processo de listagem, a Sra. Giselle Moll Mascarenhas apresentou como proposta de encaminhamento contatar as representações posteriormente, para que estas indiquem os 2 membros para cada Oficina Temática. Em seguida, passou ao Subitem 1.7. Apresentação do regimento proposto, para aprovação na próxima reunião: A Sra. Giselle Moll Mascarenhas fez uma apresentação geral da minuta de texto proposta para o regimento interno, citando que deve ser reavaliado o ponto que dispõe que seriam formalizadas proposições e contribuições mediante processo. Seguiu ao Item 2. Assuntos gerais: Com relação a devolutiva sobre a possibilidade de acolher a proposta de adiamento do

início das oficinas, a Sra. Giselle Moll Mascarenhas informou que até a próxima segunda-feira a resposta seria encaminhada via e-mail. Item 3. Encerramento: Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Sra. Giselle Moll Mascarenhas declarou encerrada a Primeira Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, agradecendo a presença de todos.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal
– SEDUH

GISELLE MOLL MASCARENHAS

Secretária Executiva de Planejamento e Preservação – SEPLAN – SEDUH



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação**, em 21/12/2021, às 18:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA - Matr.2715678, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 22/12/2021, às 15:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **76509160** código CRC= **D96A8682**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF

3214-4101

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 76509160



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL - CGP/PDOT

Às 19h do quarto dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, via vídeo conferência, em cumprimento ao Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, que revogou o Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, foi iniciada a Segunda Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, pela Secretária de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, Sr. Mateus Leandro de Oliveira. A lista de presença encontra-se anexa ao final desta ata. A pauta segue transcrita: 1. Ordem do dia. 1.1 Abertura dos trabalhos; 1.2 Verificação de quórum; 1.3 Aprovação da Ata da 1ª Reunião do Comitê de Gestão Participativa – CGP; 1.4 Análise e aprovação do Regimento Interno do Comitê de Gestão Participativa – CGP; 1.5 Balanço das Oficinas Temáticas realizadas no mês de outubro; 1.6 Próximos passos da revisão do Plano de Ordenamento Territorial – PDOT. 2. Assuntos Gerais. 3. Encerramento. Passou imediatamente ao Item e Subitem 1. Ordem do dia: 1.1. Instalação do CGP: Leitura das Entidades e Membros: O Sr. Secretário de Estado Mateus Leandro de Oliveira deu por aberta a sessão, cumprimentando a todos. Quanto ao Subitem 1.2 Verificação de quórum: Verificado como suficiente. Avançou ao Subitem 1.3 Aprovação da Ata da 1ª Reunião do Comitê de Gestão Participativa – CGP: Não havendo retificações ao seu conteúdo, a respectiva ata foi considerada aprovada. Ato contínuo, iniciou-se a discussão do Subitem 1.4 Análise e aprovação do Regimento Interno do Comitê de Gestão Participativa – CGP: A Subsecretária do Conjunto Urbanístico de Brasília – SCUB, Sra. Sílvia Borges de Lázari passou a leitura da minuta do Regimento Interno do Comitê de Gestão Participativa. Encerrada a leitura, a palavra foi franqueada para manifestações. O Sr. Henrique Rabelo Adriano salientou que sua proposta para inversão de pauta se deu em razão do seu desacordo quanto a metodologia adotada para a realização das oficinas temáticas no mês de outubro, principalmente em razão das sugestões apresentadas pelos integrantes da Comissão, de oficinas por RA, pontuando também a realização de reunião do CGO sem a representação de integrantes do CGP. O Sr. Guilherme de Oliveira Ferronato apresentou sugestão ao Art. 8º, que trata do desenvolvimento das ações e atividades do CGP, os seus membros podem, quando julgar necessário, consultar ou firmar parcerias, acordos ou solicitar a participação e colaboração de representantes, para inserção do Ministério Público e membro do judiciário em destaque. A Sra. Ludmila de Araújo Correia corroborou com as colocações apresentadas pelo Sr. Henrique Rabelo Adriano, salientando a ausência de abertura para as sugestões apresentadas pelos integrantes do CGP e de um debate mais aprofundado sobre as metodologias adotadas. Em resposta, a Sra. Sílvia Borges de Lázari afirmou que uma resposta sobre as propostas de realização de reuniões por RA foi encaminhada aos integrantes do CGP por e-mail de forma prévia. O Sr. Benny Schvarsberg reiterou sua sugestão para que qualquer proposta de alteração de pauta seja submetida a deliberação pelos membros integrantes do CGP. Como segundo ponto, propõe que no início da reunião estabeleça-se um teto de horário para seu encerramento. Com relação ao Art. 3º, em seu Item III, que dispõe sobre contribuir na consolidação da metodologia geral e demais documentos, propõe que seja inserida a seguinte redação: aprovar a proposta metodológica participativa a ser adotada para a revisão do PDOT. Quanto ao Art. 9º, em seu §2º, sugere uma antecedência mínima para realização de reuniões ordinárias de 14 dias, e para as reuniões extraordinárias de sete dias. Propõe a ideia de que as reuniões possam ser solicitadas por qualquer membro do CGP, ou a autoconvocação. Por fim, corroborou com a proposta apresentada pelo Sr. Guilherme de Oliveira Ferronato. O Sr. Luís Fernando Zeferino salientou os questionamentos apresentados quanto a metodologia adotada para realização das oficinas, e como a participação social foi prejudicada por este motivo. Com relação ao Art. 3º, itens III e V, afirma que o CAU/DF manifesta-se contrário a metodologia adotada. Concordando com proposta apresentada pelo Sr. Guilherme de Oliveira Ferronato, e propondo que uma nova etapa de diagnóstico seja realizada. A Secretária Executiva da SEDUH, Sra. Giselle Moll Mascarenhas reiterou que as contribuições dos membros do CGP vão aperfeiçoar o desenvolvimento das propostas apresentadas. Sugere a inversão de pauta para uma avaliação mais detida sobre as oficinas realizadas, possibilitando um melhor entendimento

sobre a proposta de minuta do Regimento Interno. O Sr. Almiro Cardoso Farias Júnior afirmou que houve participação ativa da sociedade civil na oficina presencial que participou, discordando sobre ter havido prejuízos nesta fase de diagnóstico. Discordou também da proposta de inserção do Ministério Público nesta fase de discussão, e explicitou ser contraproducente a realização de reuniões por RA, devendo ser avaliados os possíveis prejuízos apontados. A Sra. Carolina Pescatori Cândido Silva afirmou que aspectos metodológicos devem ser aperfeiçoados, propondo a realização de reunião dentro do CGP para tratar especificamente de questões do Comitê, visando que a metodologia garanta a maior representatividade possível, solicitando que os membros recebam com antecedência a síntese das oficinas realizadas. Por fim, propõe que as sugestões apresentadas por qualquer membro do Conselho sejam deliberadas. O Sr. Francisco Soares corroborou sobre a não inserção de representação do Ministério Público neste momento, afirmando que deveriam deliberar sobre o Regimento Interno antes da discussão das oficinas. O Sr. Secretário de Estado Mateus Leandro de Oliveira afirmou que o CGP foi idealizado dentro de uma metodologia previamente definida, solicitando respeito aos profissionais responsáveis pela sua composição, explicitando que não se pode falar em prejuízos na participação social se os próprios representantes não participaram das oficinas presenciais. Com relação a proposta de inserção do Ministério Público, afirma que o mesmo mantém função de fiscalização da lei, e não de órgão consultivo. Afirma que a boa-fé deve ser presumida no desenvolvimento das metodologias a serem adotadas, e não o contrário. Não havendo objeção, declarou acatada a sugestão de inversão de pauta. O Sr. Luís Fernando Zeferino pontuou que as críticas são direcionadas a metodologia adotada, e não a capacidade dos profissionais técnicos, reiterando que a participação para a escala das UTPs foi reduzida, o que ocasionou os prejuízos. Prosseguiu-se ao Subitem 1.5 Balanço das Oficinas Temáticas realizadas no mês de outubro; 1.6 Próximos passos da revisão do Plano de Ordenamento Territorial – PDOT: A Sra. Sílvia Borges de Lázari apresentou vídeo ilustrando a participação social nas oficinas, reforçando a ideia de que foi iniciada uma discussão, que será construída de forma continuada. Em seguida, apresentou a tabela com os números da participação nas Oficinas Temáticas por UTP, que resultou em 932 participantes entre presencial e virtual, com uma média de 133 participantes por oficina. A Sra. Ludmila de Araújo Correia sugeriu que fosse retomada a sugestão de metodologia inicialmente proposta, com a realização de reuniões específicas e oficinas nas RAs na etapa de diagnóstico, posteriormente, na etapa de prognóstico, fossem realizadas oficinas temáticas dentro dos temas do PDOT e, por fim, reuniões por UTP, reiterando a importância de ouvir a população de forma individualizada. Propôs que as metodologias a serem adotadas para as oficinas sejam definidas com antecedência e que haja uma divulgação mais incisiva sobre a sua realização. Sugestiona a adoção de uma relação mais qualificada das participações, defendendo a participação da Defensoria Pública nas discussões. Por fim, reforça a necessidade de realização de oficinas por RA na fase de diagnóstico. O Sr. Secretário de Estado Mateus Leandro de Oliveira prestou os esclarecimentos afirmando que a divulgação foi feita com 30 dias de antecedência, bem como em jornais de grande circulação e a utilização de carros de som. Como propostas objetivas, a Sra. Ludmila de Araújo Correia propõe a utilização de cartazes em pontos específicos, panfletos a serem distribuídos via correio, bem como rádio e carros de som. O Sr. Henrique Rabelo Adriano afirmou não ter recebido as comunicações sobre a proposta de realização de oficinas por RA. Corroborando com as sugestões de deliberar sobre as propostas apresentadas pelos membros integrantes do CGP. Fez uma avaliação crítica quanto a participação reduzida nas oficinas por UTP, e como proposta visando a participação efetiva, sugere que as lideranças sejam contactadas e capacidades para mobilizar a sociedade. Aponta que os mediadores contratados não conheciam o território, e que não foi apresentado um diagnóstico técnico, não havendo um cuidado para a recepção da população, uma vez que não foi ofertado nenhum tipo de alimentação ou máscaras. Fez críticas ao tempo de fala cedido aos servidores comissionados das administrações regionais. Em seguida, solicitou a apresentação do detalhamento das participações, detalhando também o canal de participação utilizado, e da licitação para escolha da empresa responsável pela condução da participação social nas oficinas temáticas. O Sr. Secretário de Estado Mateus Leandro de Oliveira prestou esclarecimentos, afirmando que será averiguada a questão do não recebimento do informativo por parte do integrante. Convocou aos membros que participem ativamente na divulgação dos assuntos a serem discutidos. Quanto a alimentação, afirma que está proibida a distribuição de alimentos em razão do atual cenário pandêmico. Em seguida, afirma que serão disponibilizadas as informações solicitadas. A Sra. Giselle Moll Mascarenhas acrescentou informações, dispondo que em razão da pandemia, a participação presencial teve que ser limitada a 100 pessoas, sendo disponibilizadas máscaras nos locais, que não foram solicitadas. Com relação à oficina temática realizada em Ceilândia, informou que houve um choque com a agenda do Governador, que causou o seu esvaziamento. Explicita que a empresa contratada fez a

mediação da participação e comporá os relatórios das mesmas, não sendo de sua responsabilidade a definição de qualquer metodologia. A Sra. Renata Seabra afirma que o Plano deve representar os anseios da população, e de acordo com a sua participação na oficina temática presencial, esta foi insatisfatória, propondo que as repostas aos questionários não sejam levadas em consideração pela falta de representatividade dos mesmos. Sugerindo também que seja realizado um levantamento das oficinas que tiveram uma baixa participação, para que estas sejam refeitas. O Sr. Secretário de Estado Mateus Leandro de Oliveira afirmou sobre a possibilidade de reconhecimento de falhas identificadas no processo de diagnóstico, para busca das correções necessárias. Propondo, em seguida, o encaminhamento de suspensão da reunião após as falas finais, para retorno da discussão posteriormente. O Sr. João Gilberto de Carvalho Accioly fez um panorama geral sobre a realização das oficinas presenciais, afirmando que a discussão foi exitosa. Corroborando quanto à necessidade de uma maior divulgação e de uma articulação mais direta com as administrações regionais e as entidades, visando uma maior mobilização social, buscando o atendimento dos anseios da população, para que estes sejam refletidos no PDOT. Apontou os destaques feitos pela sociedade durante as oficinas, afirmando que estes devem ser discutidos com maior profundidade pelo CGP, com maior ênfase para a questão da habitação e regularização, bem como os conflitos de incomodidade de vizinhança e a mobilidade, sendo pouco apontadas as questões da ruralidade e de gestão social da terra, que também devem ser observadas. O Sr. Benny Schvarsberg apresentou como sugestão que sejam realizados registros dos encaminhamentos de propostas, tanto no diagnóstico como temas a serem trabalhados dentro do conteúdo do PDOT, solicitando a sintetização dos assuntos tratados nas oficinas temáticas para que sejam discutidos na reunião do CGP, para construção de um panorama de avaliação técnica dos conteúdos sobre a pauta territorial e urbana do Distrito Federal. Em seguida, propôs reuniões públicas temáticas a serem realizadas nas RAs que abordem temas como habitação e regularização fundiária e edilícia, transporte e mobilidade urbana, uso e ocupação do solo, infraestrutura de redes públicas, equipamentos públicos e áreas ambientais. Por fim, propõe que para as próximas reuniões, a SEDUH disponibilize material didático sobre o PDOT e a aplicabilidade dos instrumentos de política urbana. Reforçando que o corpo técnico das Regiões Administrativas deve ser provocado a trabalhar em um processo de discussão mais incisivo com a população de suas respectivas localidades. O Sr. Francisco Soares salientou as dificuldades técnicas para realização destas discussões por parte das Regiões Administrativas, afirmando que faria a interlocução com os administradores para que estes se mobilizem para participar das discussões sobre a revisão do PDOT de forma efetiva. Quanto ao Subitem 2. Assuntos Gerais: Não houve. Item 3. Encerramento: Atingido o teto para o horário estabelecido inicialmente, o Sr. Secretário de Estado Mateus Leandro de Oliveira declarou suspensa a Segunda Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, agradecendo a presença de todos.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

GISELLE MOLL MASCARENHAS

Secretária Executiva de Planejamento e Preservação – SEPLAN – SEDUH



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação**, em 21/12/2021, às 18:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA - Matr.2715678, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 22/12/2021, às 15:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=76511183)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=76511183)
[verificador= 76511183](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=76511183) código CRC= **ACDF8E72**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF

3214-4101

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 76511183



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL - CGP/PDOT

Às dezenove horas do décimo terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, por videoconferência, em cumprimento ao Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, que revogou o Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, foi iniciada a Terceira Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH, Senhor Mateus Leandro de Oliveira. A pauta segue transcrita: 1. Ordem do dia 1.1 Abertura dos trabalhos - 1ª Chamada: 19h 1.2 Verificação de quórum - 2ª Chamada 19h10 1.3 Aprovação da Ata da 2ª Reunião do Comitê de Gestão Participativa - CGP; 1.4 Retorno dos encaminhamentos da reunião passada: 1.4.1 Apresentação e discussão do Relatório das Oficinas URBTEC 1.4.2 Apresentação e discussão do levantamento dos Instrumentos Urbanísticos. 1.4.3 Apresentação e discussão do Regimento Interno do CGP. 1.5 Indicação dos Membros do CGP nos GTI da Revisão do PDOT. 1.6 Aprovação da data da próxima Reunião Ordinária do CGP e previsão da Audiência Pública do Diagnóstico. 2. Assuntos gerais. 3. Encerramento. O Senhor Mateus Leandro de Oliveira deu por aberta a sessão, cumprimentando a todos. Passou imediatamente ao Item e Subitem 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura dos trabalhos. Quanto ao Subitem 1.2 Verificação de quórum: Verificado como suficiente. Avançou ao Subitem 1.3 Aprovação da Ata da 2ª Reunião do Comitê de Gestão Participativa - CGP: Não havendo retificações ao seu conteúdo, a respectiva ata foi considerada aprovada. Assumindo a condução dos trabalhos, a Secretária Executiva de Planejamento e Preservação - SEPLAN, Senhora Giselle Moll Mascarenhas, passou ao Subitem 1.4 Retorno dos encaminhamentos da reunião passada: informou sobre os encaminhamentos reunião CGP do dia 23/11/2021, tendo sido acatadas as seguintes solicitações: 1. Ampliar a divulgação das ações públicas da gestão participativa do processo de revisão do PDOT; 2. Maior envolvimento das RAs, individualmente, nas próximas etapas do processo de gestão participativa da revisão do PDOT; 3. Apresentação sobre os instrumentos urbanísticos; 4. Reunião específica do CGP para um debate mais aprofundado sobre a metodologia. Como encaminhamentos: A consulta formal ao Ministério Público é livre, pela natureza do órgão; Adequação do Regimento Interno ao Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que instituiu a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT; Apresentação dos principais assuntos discutidos nas oficinas; Elaboração de cartilha a ser distribuída à população; Processo de contratação de consultoria para participação social: SEI nº 00390-00006953/2019-35. Com relação ao Subitem 1.4.1 Apresentação e discussão do Relatório das Oficinas URBTEC: O Senhor Gustavo Taniguchi iniciou a apresentação, e conforme o balanço da percepção dos temas que a população considerou mais relevantes de serem discutidos nas oficinas, em que o meio ambiente representou 16% dos assuntos mais discutidos pela população nas sete oficinas. Habitação e regularização fundiária somaram 13,90% dos temas mais abordados, seguidos por equipamentos públicos, com 12,39%, trânsito e infraestrutura viária, com 12,33%, e serviços urbanos e infraestrutura, com 11,31%. Com relação a relevância temática geral, a Gestão Social da Terra, Habitação e Regularização obtiveram 40,01%; Ruralidades, Meio Ambiente e Infraestrutura obtiveram 31,11%, e Mobilidade, Desenvolvimento Econômico e Centralidades 28,25%. O Senhor Mário Blanco, representante Suplente da Prefeitura Comunitária dos Moradores da Colônia Agrícola Sucupira – PRECOMOR, no CONPLAN e também no CGP, parabenizou a equipe da SEDUH pela realização das oficinas, questionando se será feita reunião adicional para discutir os resultados dos relatórios. Em resposta, a Senhora Giselle Moll Mascarenhas informou que as demandas podem ser apresentadas por meio do CGP e do Fale Conosco, que serão utilizadas como subsídios até a realização da audiência pública. O Senhor Henrique Adriano,

representante da Candanga Assessoria Popular, questionou se haveria relatórios individuais para cada oficina temática realizada, e rememorou a demanda feita na reunião anterior, para que fosse disponibilizado a lista de participantes das oficinas. Reiterou que o formato adotado para a realização das oficinas gerou um baixo volume de subsídios, em razão principalmente da ausência de divulgação e inadequação da metodologia, principalmente em razão da não apresentação de diagnóstico técnico, o que gerou o não aprofundamento das questões discutidas. Citou ainda tempo de fala destinado a autoridades e afirmou ser preciso retomar esta etapa por Região Administrativa. A Senhora Silvia Borges de Lázari, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN, informou que os documentos solicitados seriam disponibilizados no site da Secretaria. Com relação às etapas seguintes, comunicou que será discutido em uma outra reunião, buscando meios complementares ao modelo de participação. O Senhor André Junior Tavares Barbosa, representante da entidade Coletivo Calunga, questiona a metodologia adotada nas oficinas, que levou a uma baixa participação, com a abordagem de pontos positivos e de forma macro, sendo ineficaz para um diagnóstico de qualidade. A Senhora Ludmila Correia, representante do Centro de Ensino Unificado de Brasília, afirmou ser necessário ter acesso aos relatórios anteriormente às discussões. Com relação aos diálogos que estão sendo realizados nas RAs, salienta que devem ser feitos de forma oficial. O Senhor Benny Schvarsberg, representante da Associação Andar a Pé, salienta que trata do início das discussões, podendo estas serem ampliadas ao longo dos trabalhos, seja no território urbano ou rural, propondo a realização de pré-conferências para que subsidiem as discussões finalísticas. A Senhora Carolina Baima, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/DF, afirma que o mapeamento de conflitos de interesse no território deve ser primordial nos diálogos e que o CGP deve buscar de forma conjunta às soluções metodológicas. O Senhor Luís Zeferino, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal – CAU/DF, propôs que fosse distribuído um questionário a cada mil habitantes, para que haja uma qualidade nos dados a serem coletados. A Senhora Giselle Moll Mascarenhas informou que estão trabalhando na elaboração de um questionário mais aprofundado e a quantidade será definida após análise. Com relação às demais sugestões, informou que estas seriam estudadas e acrescentadas à construção do diagnóstico. Avançou ao Subitem 1.4.2 Apresentação e discussão do levantamento dos Instrumentos Urbanísticos: A Senhora Julia Luna, Assessora da Diretoria de Habitação - DIHAB/SEDUH, apresentou alguns instrumentos urbanísticos previstos no PDOT de 2009 para planejamento, controle, gestão e promoção do desenvolvimento territorial e urbano do DF. Salientou a Função Social da Propriedade, em que o imóvel urbano cumpre a Função Social da Propriedade quando o uso é condizente com os interesses coletivos e não somente privados. Sendo assim, o imóvel urbano passa a desempenhar a sua Função Social, seguindo as disposições da legislação urbanística. Afirma que o PDOT estabelece para o planejamento, controle, gestão e promoção do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal os instrumentos de política urbana de planejamento territorial e urbano, tributários, financeiros, jurídicos e de participação popular. Com a previsão no PDOT, o DF pode adotar qualquer instrumento do rol exposto na lei, de acordo com a necessidade e legislação local. No entanto, a maioria deles depende de legislação específica e alguns não são aplicados. Apresentando, em seguida, a seleção de instrumentos urbanísticos, a saber: Zona de Especial de Interesse Social – ZEIS, que encontra-se aplicado. Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios – PEUC, que encontra-se não aplicado e não regulamentado. IPTU Progressivo no tempo encontra-se não aplicado e não regulamentado. Desapropriação com pagamento de títulos da dívida pública encontra-se não aplicado e não regulamentado. Direito de Preempção, encontra-se não aplicado e não regulamentado. Outorga Onerosa do Direito de Construir – ODIR, informando que encontra-se aplicado e regulamentado. Outorga Onerosa do Direito de Alteração de Uso – ONALT, que encontra-se aplicado e regulamentado. Transferência do Direito de Construir, encontra-se não aplicado e não regulamentado. Operação Urbana Consorciada, encontra-se não aplicado e não regulamentado. Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, informando que encontra-se aplicado e regulamentado. Quanto ao PLANDHIS, salienta que apresenta sugestões e propostas de criação de novos instrumentos urbanísticos no DF, com o foco em fomentar a oferta de Habitação de Interesse Social - HIS; alguns se relacionam a instrumentos já existentes e são apenas variações destes, enquanto outros são propostas inovadoras. Ressaltando que as propostas deverão ser objeto de estudos mais aprofundados e de articulação entre as secretarias e órgãos afetos ao tema e ainda precisam de elaboração de legislação específica para sua implantação. O Senhor Benny Schvarsberg explicitou a necessidade de discutir os instrumentos de forma espacializada, em conjunto com a estratégia de política urbana e territorial. Como segundo ponto, pontuou o elevado nível de segregação socioespacial no Distrito Federal, que deve ser enfrentado no PDOT. Por fim, afirma que deve ser feito uma conjuntura entre o PDOT, PLANDHIS e a LUOS. A Senhora Erika Calheiros solicitou a disponibilização do



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA

ATA DA 4ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT

Às dezenove horas do dia vinte e quatro do mês de maio do ano de dois mil e vinte dois, via videoconferência, através da plataforma *Zoom*, conforme disposto no Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, que revogou o Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, foi iniciada a Quarta Reunião do Comitê de Gestão Participativa – CGP, da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, pela Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território - SEGESP, senhora Janaina Domingos Vieira. A pauta segue transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura dos trabalhos – 1ª chamada: 19h; 1.2. Verificação de quórum – 2ª chamada: 19h15; 1.3. Aprovação da Ata da 3ª Reunião do Comitê de Gestão Participativa - CGP; 1.4 Informes; 1.5 Cronograma de trabalho da revisão do PDOT 2022/2023; 1.6 Aprovação do Calendário de Reuniões do CGP; 1.7 Regimento Interno; 2. Assuntos Gerais e 3. Encerramento. A Secretária Executiva Janaina Domingos Vieira, seguiu ao Item 1. Ordem do dia: 1.1 Abertura dos trabalhos – 1ª chamada: 19h: Cumprimentou a todos e analisou o *quórum*, que foi verificado como insuficiente. Aguardou o tempo suficiente e avançou ao subitem 1.2 Verificação de *quórum* – 2ª chamada: 19h15: Verificado como suficiente. Deu por aberta a sessão e seguiu com a inversão de pauta para o Subitem 1.4 Informes: Informou que após a aposentadoria da Senhora Gisele Moll, no final de 2021, assumiu a Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento do Território - SEGESP, à qual está subordinada a Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN, sendo a Senhora Sílvia Borges de Lázari a Subsecretária, e que esta é a sua primeira reunião com o CGP. Comunicou que o Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH, Mateus Leandro de Oliveira, está afastado por um mês, por questões de saúde familiar, sendo substituído temporariamente pelo Secretário Executivo de Licenciamento e Regularização Fundiária – SELIC, Marcelo Vaz Meira da Silva. Prosseguiu ao Subitem 1.3. Aprovação da Ata da 3ª Reunião do Comitê de Gestão Participativa - CGP: O Senhor Mário Blanco, representante Suplente da PRECOMOR no CONPLAN e Membro Titular do CGP, na área de Regularização Fundiária, solicitou que acrescentasse na respectiva ata a qualificação Membro Titular do Comitê de Gestão Participativa – CGP, na área de Regularização Fundiária, o que foi registrado para inserção. Não havendo outras retificações ao seu conteúdo, a respectiva ata foi considerada aprovada. A Senhora Maria do Carmo de Lima Bezerra, da Universidade de Brasília – FAU/UNB, comunicou em *chat*, que iria se abster da votação por ser suplente e não ter participado da reunião anterior. Em seguida, tratou-se do 1.5 Cronograma de trabalho da revisão do PDOT 2022/2023. A Senhora Janaina Domingos Vieira apresentou o planejamento do PDOT 2022/2023 e passou a palavra para a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN, a Senhora Sílvia Borges de Lázari, que cumprimentou a todos e manifestou sua alegria com o retorno das reuniões do CGP, considerando de suma importância a participação de todos. A Senhora Juliana Coelho, Assessora Especial da SUPLAN, informou sobre a atualização do site, com o objetivo de melhorar a comunicação, com postagens de notícias atualizadas e um *link* com o mapa dos requerimentos, que já aparecem no Portal, mas agora estará disponível no *site* do PDOT. Comunicou que haverá um novo chamamento para o CGP, sendo uma convocação pública para seleção de entidade para as vagas que não foram preenchidas, sendo: 01 vaga para área de atuação de Recursos Hídricos, criada no Decreto nº 42.546 de setembro de 2021; 01 vaga para a área de atuação de Comunidades tradicionais, quilombolas ou ciganas; 01 vaga para área de atuação de Comunidades Indígenas; 01 vaga para atuação de população em situação de rua e 01 vaga para área de atuação de População LGBTQI+, com inscrições de 30 de maio a 26 de junho de 2022, realizadas através do *site*, e no caso de dúvidas, solicitou enviar um *e-mail* para o CGP. Explicou sobre o Cronograma de trabalho do PDOT 2022, com a previsão de diversas reuniões, salientando que estão na fase de diagnóstico, e que as reuniões acontecerão com Técnicos das Administrações Regionais, com o CGP, GTI (Grupo de Trabalho Interinstitucional), CGO (Comissão de Governança), com a previsão de duas e ao final do ano, uma

apresentação de todos os trabalhos para o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN. Prosseguiu com o Cronograma de 2023, com reuniões públicas por Região Administrativa - RA, audiências públicas, discussão de minuta, reuniões com o CGP, GTI e CGO e estando com a minuta finalizada, haverá um debate na Câmara Técnica do CONPLAN e posteriormente o envio para a Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF. Projetou o esquema do cronograma mais detalhado e comunicou a previsão de algumas datas de reuniões, informando que o CGP poderá participar das reuniões com os Técnicos das Administrações Regionais, que acontecerão no período de horário comercial, com a previsão de reunião com o CONPLAN para o final de 2022. Informou que, como proposta, tem-se que as reuniões do CGP sejam sempre nas últimas terças-feiras de todos os meses, trabalhando uma parte do diagnóstico que será a composição de uma parte da leitura comunitária, a qual será complementada com as reuniões públicas por RAs. Salientou que haverá uma atualização na metodologia publicada no *site* com previsão para junho, de realizar a reunião com discussão da Unidade de Planejamento Territorial - UPT Oeste, em julho a UPT Sul, em agosto a UPT Leste e Norte, em setembro a Adjacente 1, em outubro a Adjacente 2 e em novembro o Conjunto Urbanístico de Brasília - CUB. Declarou que para a próxima reunião, antes de iniciar os debates sobre as UPTs, será esclarecido os passos metodológicos utilizado para adequação e ao final compilar a leitura técnica e a leitura comunitária em um diagnóstico. Questionou se todos estão de acordo com a proposta de reunião para toda última terça-feira do mês, sendo de junho a novembro de 2022. A Senhora Janaina Domingos Vieira ponderou sobre a importância de que todo material desenvolvido no PDOT, está disponível no *site*, e solicitou que os presentes analisem de forma que, quando houver a discussão sobre o assunto, todos já tenham conhecimento do material produzido. A Senhora Juliana Coelho complementou que está disponível no *site* o material referente a leitura técnica e informou que até ao final do ano esse material será atualizado diversas vezes, havendo destaque quando houver novas informações. O Senhor Orlando Dias, Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados da SEDUH/ASCOL, sugeriu uma votação via *chat*, onde quem concordar que permaneça como está e quem discordar acione sua manifestação. A Senhora Samia Waleska Pereira, representante Titular da Associação Positiva de Brasília, analisou válida a data da última terça-feira, de forma a programar-se e sugeriu que houvesse informações sobre atualizações técnicas no PDOT. A Senhora Janaina Domingos Vieira confirmou que as atualizações serão repassadas. A Senhora Maria do Carmo de Lima Bezerra, representante Suplente da Universidade de Brasília – FAU/UNB, concordou com as datas e sugestões anteriores, e questionou sobre a reunião técnica com as administrações, se antecede as do CGP, de forma a compreender o acúmulo de discussões e o processo. A Senhora Janaina Domingos Vieira replicou que as reuniões do CGP serão mensais com o objetivo de colher todas as informações para serem debatidas no CGP e salientou que os membros da CGP podem participar das reuniões das administrações e observou a falta de uma reunião técnica com quem está na linha de frente, como administrador e diretores e informou que as reuniões abertas com a comunidade acontecerão somente ano que vem. O Senhor Henrique Soares, representante Suplente da Candanga Assessoria Popular, questionou sobre a previsão de data para proposta de envio para CLDF e sobre o formato de reunião do CGP, alegando que uma demanda abordada, é a questão de o CGP ser uma instância onde aconteça um debate sobre a metodologia, não compreendendo onde esses debates ficariam encaixados no cronograma. Completou que tendo em vista a intenção de transformar as reuniões com caráter de leitura técnica do território, sugeriu reuniões abertas e não exclusivas para os representantes das entidades eleitas, de forma enriquecer o debate. A Senhora Janaina Domingos Vieira replicou que a previsão de encaminhamento para a CLDF é para 2023, dependendo do encaminhamento que o CGP vai adotar até a finalização do documento, mas não tem data específica. Esclareceu, que referente ao formato das reuniões, pretendem continuar por videoconferência, com divulgação de material antecipado para análise e com a apresentação de tudo que foi levantado sobre a Unidade de Planejamento Territorial - UPT. Declarou que em relação as reuniões abertas do CGP, não existe possibilidade devido ao regimento, que em breve será aprovado. A Senhora Sílvia Borges de Lázari informou que haverá o momento de discussão sobre assunto com os técnicos e as administrações regionais e considerou que todos poderão contribuir amplamente no momento e que a princípio considerou improvável, mas que poderá ser analisado. A Senhora Juliana Coelho reiterou que na próxima reunião da CGP, antes de iniciar as discussões sobre o UPT Oeste, será levada a metodologia proposta para todos, com o intuito de receber contribuições. Mencionou que haviam analisado a possibilidade de realizar uma reunião exclusiva, mas não haveria tempo hábil de discutir todas as UPTs. O Senhor Henrique Soares comentou, no *chat*, que considera importante reservar reuniões para o debate metodológico, sendo esse o principal desafio. A Senhora Juliana Coelho observou que não existe problema quanto a isso e que esse ponto está em análise. A Senhora Sílvia Borges de Lázari arrazoou que

as reuniões acontecerão por RA, sendo uma sugestão do CGP, e que a participação que o Senhor Henrique Soares sugeriu será muito rica. A Senhora Janaina Domingos Vieira alertou que não houve alteração na metodologia apresentada, somente simplificando os passos para melhores resultados e que após a próxima reunião poderá ser discutido ao final. A Senhora Sandra Bernardes Ribeiro, representante da Associação Andar a Pé - O Movimento da Gente, mencionou sobre a metodologia e ressaltou que na última reunião foram debatidos vários pontos e a maioria entrou em consenso da importância da discussão relativo à metodologia, apontou que existem muitos pontos positivos apresentados, mas analisou que para definir calendários e cronogramas a discussão da metodologia é fundamental para um resultado assertivo. A Senhora Janaina Domingos Vieira respondeu que estão cientes de todas as considerações realizadas nas reuniões anteriores e com esse objetivo, que foi iniciado o trabalho de construção coletiva. A Senhora Samia Waleska Pereira, questionou se as contribuições da primeira reunião realizada foram incorporadas aos estudos técnicos atuais. A Senhora Janaina Domingos Vieira replicou que as reuniões que ocorreram foi um ponto de partida, mas ainda necessita de complemento e considerou poucos participantes. O Senhor André Tavares, representante da Coletivo Caluga, observou que durante as oficinas, houve reclamações por serem no modelo da UPT, que se distanciavam e a questão de focar participação e compreendeu que haverá as reuniões por RA e questionou se está aberta a comunidade ou somente aberta ao CGP. A Senhora Janaina Domingos Vieira explicou que são dois momentos diferentes, sendo que esse ano de 2022 haverá reunião mais técnica com as administrações regionais, envolvendo os administradores e técnicos da administração, devido suas demandas e no início do ano de 2022, haverá uma reunião com as comunidades de cada RA. O Senhor Luís Zeferino, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal – CAU/ DF, observou ser importante considerar as críticas levantadas sobre a etapa de reuniões nas UPT, relativas principalmente a baixa participação da comunidade. Analisou ser fundamental ter algum meio de complemento, como a sugestão dos questionários *online*. O Senhor André Tavares questionou se ocorrerá por meio de edital ou chamamento. A Senhora Janaina Domingos Vieira replicou que não existe restrição, é de forma pública. A Senhora Samia Waleska Pereira questionou se a metodologia utilizada nas reuniões será semelhante a que ocorreu no ano anterior. A Senhora Janaina Domingos Vieira informou que ainda será debatido, com todos, a melhor forma. Questionou se todos concordam com o calendário. Não havendo manifestações contrárias, o Calendário de Reuniões do CGP foi considerado aprovado. Prosseguiu para o Subitem 1.7 Regimento Interno: A Senhora Janaina Domingos Vieira questionou se todos analisaram o documento encaminhado. A Senhora Sílvia Borges de Lázari comentou que o documento foi elaborado de forma simplificada e objetiva, sendo o ponto principal a questão das reuniões, que foi solicitado um aviso com 14 dias de antecedência e com 7 dias no caso de reunião extraordinária. Alertou a importância da constância das reuniões mensais e que as pautas serão vencidas de acordo com as reuniões e, caso necessário, haverá a aprovação de novos dias de reuniões. Apontou sobre a solicitação do horário ser no período noturno e do *quórum*, sendo metade mais um dos membros representantes na primeira chamada e um terço em segunda chamada. Salientou que existe uma quantidade de vagas, mas algumas não foram preenchidas e caso alguém se retire, o *quórum* são os eleitos que compõem o grupo. A Secretária Executiva Janaina Domingos Vieira, abriu a lista de inscrições para considerações sobre o regimento. O Senhor Henrique Soares informou que existem algumas questões que não podem ser resolvidas no regimento, devido ao Decreto, que define a estrutura de participação de Gestão do Processo de Revisão, Decreto nº 41.004/2020, com a ressalva que este decreto foi elaborado sem interlocução com a sociedade civil e sugeriu uma proposta de alteração, especificando o artigo 16, inciso 3º, que define as competências do CGP, ao qual o regimento faz referência a esse artigo e narrou a redação atual: “ Contribuir na consolidação da metodologia geral e demais documentos”, e propôs a seguinte redação: “Aprovar a metodologia geral e contribuir na consolidação de demais documentos”. Analisou que a questão da metodologia, no processo de revisão, deve necessariamente ser aprovada pelo CGP, e deve constar no decreto. Sugeriu mais uma alteração, sendo o artigo 1º, para a seguinte redação: “O Comitê de Gestão Participativa - CGP, tem instância colegiada com caráter deliberativo criada pelo decreto, não citando o mesmo”, observando que, atualmente, na redação do regimento está como caráter consultivo e propositivo. Analisou a parte que se refere a alteração da pauta, e observou que foi incorporada as considerações dos representantes do comitê e questionou se haverá possibilidade de os membros propor alteração de pauta, a partir de votação. A Senhora Maria do Carmo de Lima Bezerra questionou sobre a inclusão de assuntos, pois considerou que, da forma que está, parece que qualquer pessoa pode colocar um ponto de pauta e observou que deve haver uma votação anteriormente. A Senhora Sandra Bernardes Ribeiro concordou com Senhor Henrique Soares, debatendo que é muito importante que a aprovação da metodologia esteja prevista no regimento e questionou se é possível inserir a deliberação

sobre a metodologia no regimento, sem alterar o decreto. A Senhora Janaina Domingos Vieira informou que consta a obrigação de ser votado e solicitou que os apontamentos serão registrados e salientou que alterar um Decreto, para aprovação de portaria, para somente depois iniciar os trabalhos, considerou um atraso. Comprometeu a elaborar uma proposta verificando as alterações dentro do regimento e, após a alteração, será encaminhado a todos para votação na próxima reunião. A Senhora Sílvia Borges de Lázari salientou que a metodologia poderá ser aprovada, mas não há necessidade de inserir no decreto e observou o ponto mencionado, que o decreto da Estrutura de Participação da revisão do PDOT não foi construído com a participação, ao qual discorda, e mencionou sobre uma reunião do CONPLAN, onde foi sugerido a existência dessa instância de participação, havendo um grupo de trabalho com vários representantes, sendo o Decreto construído por diversas pessoas. A Senhora Maria do Carmo de Lima Bezerra, compreendeu os dois lados e observou que o CONPLAN é deliberativo e está previsto na Lei, sendo que o modelo de conselho como esse comitê não considera, pois tudo que passar pelo CGP, terá que ser passado CONPLAN e posteriormente para a Câmara Legislativa e considerou deixar muito transparente sobre a metodologia, sobre o que está englobado dentro da mesma. A Senhora Janaina Domingos Vieira informou que esse ponto já foi discutido e o que ficou para debater foi a metodologia social. A Senhora Júlia Bittencourt apontou que considera importante a alteração do Decreto para que o CGP seja deliberativo. A Senhora Sílvia Borges de Lázari reiterou que o CONPLAN é o deliberativo, sendo que o mesmo é quem delibera no final. A Senhora Janaina Domingos Vieira alegou que o CGP é participativo e que não pode haver mistura nas funções. O Senhor André Tavares ponderou que compreende o que foi colocado pela Senhora Júlia Bittencourt, pois é nessa perspectiva que o CGP vai construir em conjunto, e mencionou que por ser um grupo de trabalho cabe ao CGP, ter ciência sobre o que foi debatido e está condizente com o que está na CONPLAN. O Senhor Henrique Soares discorreu que o comitê não deve entrar no mérito de competência de CONPLAN e sim sobre a discussão do conteúdo do Decreto nº41.004 e que em nenhum momento o decreto menciona sobre o CONPLAN. Mencionou ser fundamental a revisão do Decreto para que haja a segurança do que é definido no CGP tenha o mesmo peso do que é definido no Comitê de Governança, como validade para a sociedade civil e que não deve entrar em conflito com as competências do CONPLAN. A Senhora Samia Waleska Pereira declarou que discorda dos colegas e explanou que de acordo com a Constituição e com o Estatuto da Cidade, a atribuição de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial cabe ao ente Federativo, e complementou que com a evolução da dinâmica social se fez necessário a participação da Sociedade Civil, sendo que está acontecendo através do CGP. Salientou que pela técnica governamental e legislativa é muito complexo a alteração de um Decreto que estabeleceu o CGP e sugeriu buscar formas integrativas para que a contribuição de todos seja entre o comitê plenamente discutida e integrada no que está sendo analisado. A Senhora Janaina Domingos Vieira registou que no CONPLAN existe a mesma quantidade de membros do poder público e da sociedade civil e que no CGP será realizado uma construção coletiva e não consegue visualizar que esses debates sejam prejudiciais para o comitê, mas que será levado para análise. A Senhora Sandra Bernardes Ribeiro, explanou que compreende todas as ponderações, tendo ciência que mesmo uma proposta sendo aprovada pelo comitê, poderá ser alterada posteriormente por outras instâncias, pois é uma política democrática, mas se o Decreto for alterado como proposto, as deliberações do CGP ganharão mais força. A Senhora Janaina Domingos Vieira reiterou que está resistente devido ao tempo de alteração de um Decreto por motivo de substituições de palavras e comunicou que o regimento será votado em reunião posterior. O Senhor Henrique Soares explanou, novamente, sobre a composição do CONPLAN e sinalizou que o Decreto já sofreu alterações em setembro de 2021 e não causou conflitos no ritmo do andamento do trabalho. Avançou-se para o Item 2. Assuntos Gerais: A Senhora Janaina Domingos Vieira comunicou que a próxima reunião está agendada para o dia 28 de junho, às 19h e mencionou que o *link* e o material serão encaminhados a todos. Prosseguindo para Item 3. Encerramento: Não havendo manifestações adicionais, a Secretária Executiva Janaina Domingos Vieira declarou encerrada a Quarta Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – CGP/PDOT, agradecendo a presença de todos.

JANAINA DOMINGOS VIEIRA

Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território - SEGESP



Documento assinado eletronicamente por **JANAINA DOMINGOS VIEIRA - Matr.0276383-4, Secretário(a) Executivo(a) de Gestão e Planejamento do Território**, em 02/08/2022, às 11:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **89846299** código CRC= **0C21FF7B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

3214-4101

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 89846299



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E
HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA
DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT

Às dezenove horas do dia vinte e oito do mês de junho do ano de dois mil e vinte dois, por videoconferência, através da plataforma *Zoom*, conforme disposto no Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, que revogou o Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, foi iniciada a Quinta Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, pela Senhora **Janaina Domingos Vieira**, Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território – SEGESP. A pauta segue transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura dos trabalhos – 1ª Chamada: 19h00; 1.2. Verificação de quórum – 2ª Chamada: 19h15; 1.3. Aprovação da Ata da 4ª Reunião do Comitê de Gestão Participativa – CGP; 1.4. Aprovação de Regimento Interno; 1.5. Metodologia participativa da revisão do PDOT; 2. Assuntos Gerais; 3. Encerramento. A Senhora **Janaina Domingos Vieira** seguiu ao Item 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura dos trabalhos – 1ª Chamada: 19h00: cumprimentando a todos e varou ao Subitem 1.2. Verificação do quórum – 2ª Chamada: 19h15: verificado como suficiente para a consecução dos trabalhos. Seguindo ao Subitem 1.3. Aprovação da Ata da 4ª Reunião do Comitê de Gestão Participativa – CGP: Não havendo correção ao seu conteúdo, a respectiva Ata foi considerada aprovada. Avançou ao Subitem 1.4. Aprovação do Regimento Interno: informou que na reunião passada foi encaminhada a proposta de minuta para o Regimento Interno e que também havia ficado pendente um ponto para a verificação sobre a alteração da redação do artigo 1º, para incluir o caráter deliberativo do CGP. Explicou que a Lei nº 4.585, de 13 de julho de 2011, que dispõe sobre a participação em órgão de deliberação indicava que órgãos deliberativos seriam remunerados e ainda dispunha no artigo 2º, inciso I da mencionada norma que o “*órgão de deliberação coletiva: todo conselho, comitê ou órgão assemelhado que tenha sido instituído por lei ou decreto e possua deliberação colegiada*”. Mencionou, ainda, que no artigo 3º, incisos I a III, da referida Lei, tratava sobre os órgãos de deliberação, nos quais estariam classificados em grau. A fim de complementar a explicação, argumentou que o Decreto nº 39.415/2021, que dispõe sobre as regras de organização e funcionamento dos órgãos de deliberação coletiva, apontava a necessidade de comprovação da inexistência de colegiado com atribuições semelhantes ao que seria criado, no inciso III, do artigo 2º. Todavia, o CONPLAN foi instituído como órgão colegiado com função deliberativa para a formulação, análise, acompanhamento e atualização acerca das diretrizes e instrumentos de implementação da política territorial e urbana do Distrito Federal e a este competia a aprovação da proposta de revisão ou alteração do PDOT, de acordo com a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, artigo 218, que dispõe o seguinte: “*Art. 218. O CONPLAN é o órgão colegiado superior do SISPLAN, com função consultiva e deliberativa de auxiliar a Administração na formulação, análise, acompanhamento e atualização das diretrizes e dos instrumentos de implementação da política territorial e urbana.*”. Desse modo, explanou que seria impossível a existência de dois conselhos que possuíssem a mesma função. Além disso, arguiu que o Decreto nº 41.004/2020 retirou o caráter consultivo da Comissão de Governança – CGO. Portanto, de acordo com as legislações vigentes, havia a impossibilidade jurídica de se alterar o caráter consultivo do CGP. Nesse sentido, a proposta anteriormente acostada na reunião anterior, acerca do Regimento Interno do Comitê de Gestão Participativa do CGP, que propõe o seguinte texto para o artigo 1º do documento instaurativo: “*Art. 1º. O Comitê de Gestão Participativa – CGP é instância colegiada com caráter consultivo e propositivo criada pelo Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que instituiu a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT*”, foi novamente sugerida. Ato contínuo, franqueou a palavra para considerações finais a respeito da redação do novo Regimento Interno do Comitê de Gestão Participativa – CGP. Com a palavra, o Senhor **Benny Schvarsberg**, representante da

Associação Andar a Pé, ponderou que a constituição do CGP se resultou de um processo oficial elaborado, implicando em prazos, inscrição de instituições, no reconhecimento das entidades e classificação destas, e defendeu que o documento constitutivo não desrespeitasse ou desconsiderasse a consistência, densidade e a legalidade do processo de seleção do CGP. Comentou sobre a época em que foi conselheiro do CONPLAN e reconheceu de fato a competência do Colegiado sobre decisões. Entretanto, ressaltou que a incumbência do Órgão deliberativo se destinava, intrinsecamente, a apreciação de Projetos de Lei Complementar. Considerou que, embora o Comitê de Gestão Participativa tenha sido constituído com o caráter consultivo e propositivo, isso não retirava a legitimidade de se deliberar sobre assuntos que não invadissem a competência do CONPLAN. Em outras palavras, propôs que fosse instituído o caráter propositivo ressaltando que, no que diz respeito a assuntos de sua competência, possuísse o elemento deliberativo. Justificou que se restava evidente que o CGP não efetuaria a aprovação do PDOT, porém, havendo a retirada do poder deliberativo do Comitê, resultaria no esvaziamento das atribuições lhe conferida. Em contrapartida, a Senhora **Janaína Domingos Vieira** esclareceu que o CGP não teria a sua competência esvaziada, tendo em vista o processo participativo do grupo, o que demonstrava a construção coletiva e integrativa do texto referente ao PDOT e demais atividades atinentes. De posse da fala, o Senhor **Henrique Rabelo Adriano**, representante da Candanga Associação Popular, esclareceu que a demanda exposta na última reunião foi pela alteração do Decreto que institui a estrutura de governança do processo de revisão e não do Regimento Interno. Solicitou que fosse disponibilizado um parecer que fundamentasse esse posicionamento, em observância a problemática jurídica que estava envolta a caracterização do órgão. Dito isso, propôs a alteração da redação dos seguintes dispositivos da atual proposta de minuta do Regimento Interno: Art. 7º, §2º, acerca do agendamento de reuniões extraordinárias, para constar o que se segue: *“Os membros podem propor a marcação de reuniões extraordinárias à Coordenação Executiva do CGP, sendo que a solicitação deve ser submetida à aprovação dos membros por meio de votação virtual”*. Justificou que a forma do agendamento das reuniões não estava especificada no dispositivo e que a forma virtual possibilitaria a manifestação por todos. O segundo dispositivo que sugeriu a modificação foi o Art. 9º, §1º, no que diz respeito a reabertura de assuntos encerrados, recomendou o seguinte texto: *“A discussão encerrada sobre determinado assunto só pode ser reaberta na superveniência de fato novo ou mediante deliberação da maioria dos membros”*. Por fim, aproveitou o ensejo para sugerir que fosse incluso no calendário uma apresentação ao Comitê do Plano de Distrital de Habitação de Interesse Social - PLANDHIS. Explicitou que o projeto se demonstrava de suma importância, porque possuía uma relação intrínseca com o PDOT, no qual apresentava alternativas e ferramentas importantes que poderiam ser refletidas no Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Questionou se havia alguma informação a respeito do PLANDHIS no âmbito da SEDUH, uma vez que havia sido objeto de Audiência Pública e que dependia da elaboração de um Decreto para a publicação do documento produzido. Em resposta, a Senhora **Janaína Domingos Vieira** explicou que o processo havia retornado da Assessoria Jurídica com a minuta do Decreto, contando com considerações e que estava em seu gabinete para elaboração da versão final da redação do dispositivo legal. Acreditou que, em no máximo 10 dias, o Decreto de publicação do PLANDHIS estaria promulgado e seria compartilhado a todos sobre a Portaria de Publicação. Informou a todos que, quem ainda não possuísse acesso ao documento, poderia ser disponibilizado o material para o conhecimento. A Senhora **Ludmila de Araújo Correia**, representante do Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB, por sua vez, aduziu que houve, em determinado momento, uma versão do Regimento Interno, que tratava sobre as atribuições do CGP, que constavam no Decreto, mas que continham sugestões de alterações. Compreendeu-se que as competências do CGP confrontavam diretamente o Decreto ora em vigência e que no documento continham recomendações de redação que não constavam mais no Regimento Interno apresentado. Questionou se haveria algum espaço sobre a alteração do Decreto, para comportar as modificações pontuadas anteriormente ou se haveria a necessidade de se incluir no documento interno, as atribuições anteriormente propostas. Justificou que se retratava de uma discussão sobre a natureza deliberativa do CGP, mas que, além de não ser deliberativo, se não tivesse devidamente especificado que o grupo participaria ativamente da construção da metodologia e do calendário regrediria-se em outras discussões sobre o esgotamento da participação da Sociedade Civil no âmbito deste Colegiado. Em sede de justificativa, a Senhora **Janaína Domingos Vieira** observou que, na reunião passada havia sido a primeira reunião sob a sua coordenação e que, na ocasião, houve a propositura das diretrizes do processo de construção do PDOT em diante. Nessa construção ficou estabelecido que seria discutida a forma da metodologia do processo participativo, sendo aprovado também um calendário de reuniões mensais para a construção desse processo integrativo que resultaria no PDOT. Estabeleceu-se ainda, sobre a metodologia que seria empregada, razão pela qual seria realizada

ainda, uma oficina coletiva na próxima reunião, a fim de detalhar as diretrizes da metodologia a ser empregada, todas acordadas na ocasião anterior, com o intuito de efetuar a elaboração coletiva no âmbito do CGP. Sobre a questão do Regimento Interno, argumentou se tratar acerca da implementação de um procedimento e ressaltou que, apesar de ser um documento constitutivo, as diretrizes estabelecidas ali não eram obrigatórias. Em complemento a fala, a Senhora **Sílvia Borges de Lazári**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano - SUPLAN, asseverou que o escopo principal seria a construção coletiva do Regimento Interno e o prosseguimento do processo a ser enfrentado no ano seguinte. Abordou que havia a apresentação de uma proposta de metodologia para o trabalho de integração entre o Poder Público e a Sociedade Civil. Compreendeu que não havia a necessidade de mudança do Decreto nesse sentido para o início dos trabalhos. Em réplica, a Senhora **Ludmila de Araújo Correia** sugeriu que o Decreto fosse alterado. Explicou que a necessidade de mudança respaldava juridicamente a Sociedade Civil para o exercício das atribuições no âmbito do CGP, para que os termos fossem exercidos devidamente, a fim de evitar inseguranças e fragilidades. Por sua vez, a Senhora **Janaína Domingos Vieira** aduziu que não sabia o que havia sido anteriormente proposto e que possuía ciência apenas do documento elaborado com base no Decreto vigente sobre o caráter deliberativo. Ressaltou que a discussão levantada se destinava a apreciação do caráter consultivo e propositivo no âmbito do Regimento Interno e não sobre o que dispõe o Decreto. Argumentou que trouxe a justificativa legal sobre a razão de continuar mantendo a proposta com relação a redação do artigo 1º, da minuta do Regimento Interno, hipótese na qual o Decreto não seria modificado. Entretanto, existindo outros pontos para serem alterados, não saberia informar quais os passos poderiam ser direcionados. Suscitando questão de ordem, o Senhor **Luís Fernando Zeferino**, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal – CAU/DF, em observância a discussão levantada, questionou se seria possível a alteração do Decreto. Em resposta, a Senhora **Janaína Domingos Vieira** assentiu positivamente, mas ressaltou que havia a necessidade de se saber o que deveria ser alterado, porque a única proposta cedida votava pela ideia de alteração do caráter consultivo para o deliberativo. Explanou que na última reunião havia restado essa pendência, razão pela qual efetuou estudos a respeito do tema e que apresentou as razões para a impossibilidade de alteração. Pontuou que, caso houvesse manifesto interesse pela alteração, deveriam ser pontuados todos os pontos que passariam por alteração no Decreto. Em tréplica, a Senhora **Ludmila de Araújo Correia** defendeu a alteração do Decreto, a fim de prever o caráter deliberativo do CGP. A Senhora **Janaína Domingos Vieira** questionou se havia alguma proposta de redação para a alteração. Em resposta, a Senhora **Ludmila de Araújo Correia** informou que, em reuniões anteriores, havia sido construída uma proposta de alteração e que poderia encaminhá-la por *e-mail* à SEDUH. Reforçou a necessidade de produção de um Parecer Jurídico, a fim de esclarecer quais aspectos seriam passíveis de alteração no Decreto. Desse modo, solicitou que, assim que o documento jurídico fosse produzido, fosse encaminhado para ciência do que seria viável propor ou não juridicamente ao Decreto. A Senhora **Janaína Domingos Vieira** se responsabilizou em estudar o assunto e trazer, na próxima reunião, quais seriam as possibilidades de alteração permitidas ao Decreto. Solicitou a todos que efetuassem a leitura da redação do Regimento Interno e ressaltou sobre a importância das contribuições ao texto pelos membros do CGP. Na ocasião, não houve a aprovação do Regimento Interno. Encerrada a discussão, varou-se ao Item 1.5. Metodologia participativa da revisão do PDOT: A Senhora **Juliana Machado Coelho**, Assessora Especial da SUPLAN, passou a apresentação sobre a metodologia a ser empregada para a participação de todos na construção do PDOT. Explicou que no campo “Leitura do Território”, todas as tarefas com asterisco possuiriam a presença de todos, como por exemplo: as Reuniões Livres; os Encontros para Pensar o Território; as Oficinas Temáticas por UTP; as Reuniões por Região Administrativa; e a primeira Audiência Pública, com a ideia de construção do diagnóstico e o prognóstico juntos. Em seguida, explicitou que haveria uma outra etapa chamada: “Proposta”, com Reuniões Livres; Reuniões para discussão das propostas; e a 2ª Audiência Pública, exceto as Reuniões do CGP, GTI e CGO. Após a fase de propostas, estava prevista a fase de “Consolidação”, com algumas reuniões dos CGP; GTI e CGO, com a 3ª Audiência Pública. Exibiu um organograma sobre a Leitura Técnica somada com a Leitura Comunitária, sendo um produto final da Leitura do Território que deveria conter as informações técnicas e aquelas originárias da participação da sociedade para a apresentação na 1ª Audiência Pública. Explicitou que as escalas estavam sendo realizadas por UPT, com o intuito de somar as potencialidades, a fim de que fossem enfrentados esses problemas. Então, a primeira etapa de diagnóstico seria para auxiliar na identificação desses padrões para todo o território distrital. Nesse sentido, a proposta seria a construção e elaboração de oficinas, para que a identificação dos conflitos e das potencialidades fossem explanadas. Ao final, esperava-se que as leituras técnicas fossem expostas para serem apresentadas na primeira Audiência Pública. Portanto, a proposta em comento, trazia

o planejamento sobre os próximos passos que deveriam ser realizados em etapas por UPT, a partir da avaliação dos conflitos, desafios e potencialidade para que, em seguida fosse trabalhado conjuntamente no âmbito da CGP. Nesse deslinde, convidou a todos os membros para participarem no dia 06 de julho, da primeira reunião com os técnicos e administradores regionais por UPT. O evento ocorrerá das 14h30 às 17h30, no Auditório da SEDUH, presencialmente, sobre as Regiões Administrativas da UPT Oeste. Por sua vez, a Senhora **Janaína Domingos Vieira** esclareceu que essa proposta estava sendo desenvolvida na SEDUH e que a Secretaria gostaria, em primeiro lugar, de rever essa metodologia junto a Sociedade Civil sobre a participação e a forma de aplicação nessas reuniões previstas para o ano seguinte, de acordo com o calendário apresentado na última reunião. Em complemento a fala, a Senhora **Juliana Machado Coelho** ressaltou que a metodologia apresentada se tratava de um parâmetro geral com o intuito de efetuar uma construção conjunta para o início dos trabalhos. Ato contínuo, abriu-se a palavra para manifestações e considerações. De posse da fala, o Senhor **Benny Schvarsberg** observou que deveria ser feita uma consideração de que o conceito de leitura do território proporcionava: um cruzamento, articulação e um aprofundamento entre a leitura técnica e a leitura comunitária. Desse modo, a leitura do território não seria, exclusivamente, a técnica nem tão pouco, exclusivamente, comunitária. Problematicizou que na perspectiva do calendário, não haveria a necessidade de se perpassar as sete RAs das UTPs e questionou se não seria o caso de se utilizar de uma estratégia diferente para a atualização do conhecimento técnico. Ademais, destacou que no DF ter-se-ia uma sociedade civil com grande capacidade de organização que trabalham no território com questões como: raças, portadores de necessidade especiais, dentre outro repertório, no qual não poderia ser menosprezado, que acumulam conhecimento para contribuir ao processo participativo. Diante disso, propôs que na metodologia, fosse apontado um método de mobilização dessas entidades, movimentos, coletivos e instituições para auxiliar no arcabouço comunitário que estavam organizados ao longo de Brasília, sem prejuízo para acréscimos metodológicos. Com relação ao calendário, recomendou que a organização deveria ser revista, porque na prática, o processo eleitoral de 2022 contaminaria uma leitura qualificada sobre o processo. Acerca da fala anterior, a Senhora **Janaína Domingos Vieira** realizou considerações sobre o exposto, aduzindo que seria importante refletir sobre o vai e volta das escalas locais e regionais. Opinou que isso deveria ser previsto nas reuniões com as Regiões Administrativas e vislumbrando um ponto incontroverso no macro, deveria ser revista no aspecto micro. Sobre as comunidades elencadas na fala anterior, explicou que nem sempre essa participação social era tão efetiva em suas posições nas Audiências Públicas, e que seria importante ouvi-los. No usufruto da fala, o Senhor **Henrique Rabelo Adriano** sugeriu que fosse reformulada a apresentação, em termos gráficos, para a apresentação ao CGP, com o intuito de interação e compreensão sobre as escalas. Considerou que a leitura técnica obedecesse a transversalidade entre escala regional da UPT e escala local da RA. Sugeriu que na etapa final, que seria aquela destinada à aprovação, que se obtivesse um caráter de plenária, a fim de fugir um pouco do formato engessado da Audiência Pública. Outra consideração ofertada envolvia o debate metodológico, no qual não deveria se encerrar na definição de etapas macro, mas incluir no debate metodológico alternativas de mobilização. Opinou que não seria possível vencer essa questão na ocasião, tendo em vista a necessidade de priorizar, inclusive esse debate metodológico. Sugeriu ainda, que o CGP somente iniciasse essa nova etapa quando fosse definido qual o modelo de metodologia participativa seria adotado. Por sua vez, a Senhora **Janaína Domingos Vieira** comentou que estava esclarecido que a metodologia iria ser construída, porém, aduziu que sentiu muita dificuldade de se chegar ao texto de proposta metodológica para a apresentação aos membros da Sociedade Civil, sem manipular uma parte do território. E, com relação a sugestão apresentada sobre a análise do território após o fechamento da metodologia, argumentou que a sugestão que apresentaria seria a oposta, porque considerou ser importante o conhecimento de todos sobre a realidade enfrentada por um território, a fim de se saber como seriam efetuadas as discussões ao redor deste. Assim, uma primeira rodada de análise de um território seria importante para fixar uma metodologia de trabalho. Com relação aos dados da PDAD, a Senhora **Juliana Machado Coelho** explicou que se aguardava a saída de todos os resultados e micro dados pelo CODEPLAN para atualizar os estudos relativos ao PDOT. Com a palavra, a Senhora **Carolina Pescatori**, representante da Universidade de Brasília – FAU/Unb, comentou que, deveria ficar mais claro a centralidade do processo participativo amplo em todo o processo. Chamou atenção para que o CGP reconhecesse, primeiro, que as audiências públicas possuem um espaço amplo de fala, mas não necessariamente um espaço deliberativo. Assim, seria fundamental a garantia de outros modos e formas de se conferir uma participação mais ampla, tendo em vista a importância desses espaços até a consolidação. De posse da fala, a Senhora **Sâmia Waleska Pereira**, representante da Associação Positiva de Brasília – APB, parabenizou a apresentação quanto a elaboração de uma primeira oficina para o conhecimento do

proposto, a fim de que fossem debatidos ponto a ponto sobre a metodologia a ser empregada. Criticou que, infelizmente o contexto social limitava a discussão somente a questão da moradia, sendo que outras questões como mobilidade e outros assuntos não eram discutidos. Na sequência, a Senhora **Ludmila de Araújo Correia** observou que havia efetuado anotações sobre as reuniões já realizadas por UPT e passou a pontuá-los. Em primeiro lugar, abordou o recorte por UPT que foi confrontada a questão sobre as RA, sobre a necessidade de se trabalhar a divulgação e mobilização para a participações nessas reuniões. Pontuou que o CGP deveria possuir um plano de mobilização e comunicação eficiente, em apartado da publicidade realizada pela SEDUH. Outro problema enfrentado que aduziu foi sobre os facilitadores não conhecerem o território pela ausência de preparação. A respeito das apresentações do diagnóstico técnico seria uma forma de balizar o que seria proposto na discussão daquele dia. Abordou também sobre a questão da logística e da falta de cuidados. Desse modo, opinou que se deveria refletir em frentes de trabalho mais efetivas e ainda sugeriu que, no primeiro momento, precisavam ser refletidas propostas que realmente fossem efetivas, e a partir disso, realizar um novo processo no qual seria validado por um estudo de caso. Por sua vez, a Senhora **Janaína Domingos Vieira** aduziu que a intenção seria a de realizar, primeiro, uma experiência para colocar todo mundo a par de todo o processo e que uma oficina desse gênero poderia ensinar a divisão em grupos ou tópicos para a discussão de todos os pontos críticos. Acenou ainda, para a importância de se pensar a mobilização e comunicação em conjunto com o CGP. Na oportunidade concedida, o Senhor **Luís Fernando Zeferino** observou que faltavam entidades representativas para esse grupo do CGP. Todavia, realizou uma organização integral das discussões que estavam sendo efetuadas na ocasião em pontos. O primeiro elencado dizia respeito sobre a possibilidade jurídica de alteração do Decreto e, sendo possível, questionou, retoricamente, com que urgência seria realizadas as modificações. Ponderou que, antes de isso ser feito, não havia nenhuma previsão no Regimento Interno de como seria realizado se o próprio Decreto não for possível de alteração. O segundo tratou sobre a impossibilidade de alteração da norma e como solução, seria possível refletir sobre o cabimento de uma nova rodada de convite para outras entidades participarem, com a alteração normativa. Por fim, defendeu que a pesquisa *online* poderia direcionar um diagnóstico melhor sobre um determinado território. Em contrapartida, a Senhora **Silvia Borges de Lázari** explicou que 4 entidades do primeiro chamamento não se apresentaram, ou desistiram, razão pela qual outra convocação seria efetuada. Finalizado o debate, caminhou-se para o Item 2. Assuntos Gerais: A Senhora **Janaína Domingos Vieira** informou a todos que a próxima reunião do CGP/PDOT será realizada no dia 26 de julho de 2022 e solicitou que todos se organizassem para participarem, especialmente os representantes titulares e suplentes, para que o debate fosse mais amplo. Suscitando questão de ordem, a Senhora **Sâmia Waleska Pereira** questionou se na próxima reunião seria realizado o debate técnico de todas as regiões administrativas e se o assunto da reunião continuaria restrito aos membros do CGP. Em contrapartida, a Senhora **Janaína Domingos Vieira** aduziu que até que fosse organizada toda a metodologia a ser empregada nas reuniões, o trabalho desenvolvido seria interno com reuniões com os técnicos e funcionários do GDF, para depois ser aberto o debate na audiência pública e também nas reuniões comunitárias. Julgou interessante que fosse realizado um trabalho de mobilização para a participação das reuniões livres, que gostariam de participar de reuniões pequenas. Prosseguindo ao Item 3. Encerramento: A Senhora **Janaína Domingo Vieira** deu por encerrada a Quinta Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – CGP/PDOT, agradecendo a presença de todos.

JANAINA DOMINGOS VIEIRA

Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território - SEGESP



Documento assinado eletronicamente por **JANAINA DOMINGOS VIEIRA - Matr.0276383-4, Secretário(a) Executivo(a) de Gestão e Planejamento do Território**, em 02/08/2022, às 11:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=91902927)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=91902927)
[verificador= 91902927](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=91902927) código CRC= **F3D8BDA7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

3214-4101

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 91902927



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA

ATA DA 6ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT

Às dezenove horas do dia vinte e seis do mês de julho do ano de dois mil e vinte dois, via videoconferência, através da plataforma *Zoom*, conforme disposto no Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, que revogou o Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, foi iniciada a Sexta Reunião do Comitê de Gestão Participativa – CGP, da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, pela Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território, Senhora **Janaina Domingos Vieira**, contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura dos trabalhos – 1ª chamada: 19h; 1.2. Verificação de quórum – 2ª chamada: 19h15; 1.3. Aprovação da Ata da 5ª Reunião do Comitê de Gestão Participativa - CGP; 1.4 Informes; 1.5 Apresentação das contribuições para alteração do Decreto nº 41.004/2020; 1.6 Oficina UPT Oeste; 2. Assuntos Gerais e 3. Encerramento. A Secretária Executiva **Janaina Domingos Vieira** deu por aberta a sessão e seguiu ao Item 1. Ordem do dia: 1.1 Abertura dos trabalhos – 1ª chamada: 19h: Cumprimentou a todos, e analisou o *quórum*, que foi verificado como insuficiente. Avançou ao subitem 1.2 Verificação de *quórum* – 2ª chamada: 19h15: Verificado como insuficiente, estando oito membros do CGP presentes, sendo necessário a quantidade de ao menos onze participantes de acordo com o regimento para abertura dos trabalhos. Após uma 3ª chamada e a verificação d e *quórum* suficiente, com a presença de onze membros do CGP, prosseguiu para o Subitem 1.3 Aprovação da Ata da 5ª Reunião do Comitê de Gestão Participativa – CGP: Não havendo retificações ao seu conteúdo, a respectiva ata foi considerada aprovada. Avançou-se para o Subitem 1.4 Informes: Comunicou que estão no processo de seleção de novas entidades para participar do CGP. Explanou que estão em processo de chamamento, com 01 vaga no segmento Organizações Não Governamentais e Entidades da Sociedade Civil disponível, na área de atuação de Recursos Hídricos e no Seguimento Movimentos Sociais e Coletivos, existem 04 vagas, sendo 01 para a área de atuação de Comunidades tradicionais, quilombolas ou ciganas, 01 para a área de atuação de Comunidades Indígenas, 01 para a área de atuação de População em situação de rua e 01 para a área de atuação de População LGBTQI+. Enfatizou que as inscrições estarão abertas até o dia 07 de agosto de 2022 através da página do PDOT, e caso existam dúvidas enviar *e-mail* para o CGP. Prosseguiu para o Subitem 1.5 Apresentação das contribuições para alteração do Decreto nº 41.004/2020: A Secretária Executiva **Janaina Domingos Vieira** explanou que há duas reuniões tentam prosseguir com o andamento na questão do Regimento Interno e se haverá alteração no Decreto nº 41.004/2020. Comunicou que as minutas do Decreto e do Regimento foram encaminhadas a todos através do grupo de WhatsApp e por e-mail, para receber contribuições referente às alterações. Informou que com relação ao Decreto foi recebido somente uma contribuição sendo a alteração do art. 16, inciso III, “Aprovar a metodologia geral e contribuir na consolidação de demais documentos”. Prosseguiu informando que, referente ao Regimento Interno, foram encaminhadas as seguintes contribuições: 1- Sugestão para que qualquer proposta de alteração de pauta seja submetida à deliberação pelos membros integrantes do CGP; 2- Propõe a ideia de que as reuniões possam ser solicitadas por qualquer membro do CGP, ou a autoconvocação; 3- Propõe que a convocação de reuniões ocorra com antecedência mínima para a realização de reuniões ordinárias de 14(quatorze) dias, e para reuniões extraordinárias de 7 (sete) dias. Salientou que todas as sugestões foram contempladas na minuta, encaminhada a todos, do Regimento Interno e que já estavam presentes na mesma. 4- Sugestão de que no início da reunião estabeleça-se um teto de horário para seu encerramento; 5- Propõe no art. 7º, §2º, acerca do agendamento de reuniões extraordinárias, alteração de redação para inserir o trecho: “*Os membros podem propor a marcação de reuniões extraordinárias à Coordenação Executiva do CGP, sendo que a solicitação deve ser submetida à aprovação dos membros por meio de votação virtual*”. Apresentou as sugestões a serem discutidas para possível inserção na minuta do Regimento Interno,

referente ao art. 7º, §2º sendo: “desde que a solicitação seja aprovada pelos membros por meio de votação”; referente ao §3º, I e II “duração”, referente às reuniões virtuais e presenciais. 6- Propõe no art. 9º, §1º, no que diz respeito à reabertura de assuntos encerrados, o seguinte texto: “A discussão encerrada sobre determinado assunto, só pode ser reaberto na superveniência de fato novo ou mediante deliberação da maioria dos membros”, e apresentou a sugestão citada a ser discutida, para possível inserção na minuta do Regimento Interno. A Senhora **Juliana Machado Coelho**, SEDUH/SUPLAN, comunicou que as contribuições apresentadas já se encontravam na proposta e que foi realizada uma revisão em todas as atas, de forma a verificar todas as contribuições realizadas durante as reuniões, sendo registrada na apresentação algumas sugestões que não haviam sido inseridas. A Secretária Executiva **Janaina Domingos Vieira** abriu a palavra para discussões e posteriormente colocar o Regimento Interno em votação. O Senhor **Luís Fernando Zeferino**, representante CAU/DF, questionou a respeito do Regimento Interno, sobre como ficou a questão da mudança do Decreto, justificando que não consegue imaginar a votação de um Regimento sem a situação levantada por vários representantes referente à alteração do mesmo. Completou que se houver alteração, não verifica o motivo de anteceder a votação de um documento com maior amplitude, o qual poderá ser questionado posteriormente. A Secretária Executiva **Janaina Domingos Vieira** replicou que existe uma única sugestão de alteração de Decreto, o qual foi apresentado. O Senhor **Luís Fernando Zeferino** questionou a situação do Comitê ser deliberativo. A Secretária Executiva **Janaina Domingos Vieira** respondeu que essa questão foi tratada em reunião anterior, com todas as justificativas do porquê não se pode colocar esse Comitê como deliberativo, reiterando que o Comitê é consultivo e que aguardou alterações no Decreto, o qual foi mencionado em reunião anterior, que o mesmo necessitava de algo que amarrasse a questão, e que posteriormente não foi recebido nenhuma contribuição. Salientou que não há como esperar, justificando que os trabalhos não podem permanecer paralisados sendo necessária a votação do Regimento Interno e do Decreto, e apresentou a tela com a única contribuição encaminhada, que foi propor alterar o artigo 16, inciso III: “Aprovar a metodologia geral e contribuir na consolidação dos demais documentos.”. Não havendo impedimento de votar o Regimento antes de incluir a contribuição no Decreto. O Senhor **André Junior Tavares**, representante do Coletivo Calunga, analisou que em reuniões anteriores, seria apresentado um documento, deliberado em reunião, referente aos pontos que relatam a questão do CGP não poder ser deliberativo, destacando que não houve retorno ao Comitê, insistindo na solicitação do documento para fechamento de pauta. A Secretária Executiva **Janaina Domingos Vieira** respondeu que foram explanados na última reunião todos os motivos, com apresentação e encaminhamento das mesmas para o grupo e solicitou contribuições no Decreto para alteração do fato de não ser deliberativo, com o prazo de um mês. Questionou se todos estão de acordo com a alteração do Decreto e do Regimento Interno apresentados. O Senhor **André Junior Tavares** não concordou com o ponto referente às questões de não voltar em ponto de pauta, pois existem questões que não ficam bem resolvidas. Questionou como seria o procedimento para a abertura de uma pauta encerrada, devido a uma série de variações que podem ocorrer. A Secretária Executiva **Janaina Domingos Vieira** replicou que está muito claro, onde afirmou que o Comitê não poderá ser deliberativo e reiterou a fala das contribuições, que inclusive não houve e que decisões devem ser tomadas. Questionou se irá retroceder em discussão ou progredir para um avanço nos trabalhos. Completou que no Regimento Interno está proposto em como voltar em um assunto definido, mas no caso que está sendo tratado no momento, não existe como decidir, pois, é algo definido pela Secretaria e de considerações apresentadas em relação a outros órgãos que instrui o Comitê. O Senhor **Luís Fernando Zeferino** verificou que essa questão foi superada e citou que existem outras instâncias para isso. Citou a fala do Senhor Benny Schvarsberg, representante da Associação ANDAR A PÉ, que relatou existir outras instâncias e até chegar na Câmara Legislativa haverá espaço para a sociedade participar e solicitou a explanação de como é calculado o *quórum*, para ter uma segurança jurídica maior. A Secretária Executiva **Janaina Domingos Vieira** respondeu que somente o titular poderá votar nas deliberações e solicitou que o titular e suplente estivessem presentes nessa reunião, para que todos conhecessem a metodologia dos trabalhos e observou que o suplente vota somente quando o titular não está presente. O Senhor **Orlando Dias Pereira**, ASCOL/SEDUH, confirmou a fala da Senhora Janaina Domingos Vieira e informou que a contagem do *quórum* foi realizada por entidade, e que mesmo sendo mínimo, é regimental, não havendo necessidade de questionamentos referente à votação. O Senhor **André Junior Tavares** analisou que a decisão do Comitê ser consultivo, parece ser uma decisão de compreensão do órgão e questionou se existe um parecer jurídico, pois se houver, cabe ao CGP ter acesso ao mesmo, para melhor compreensão, e para verificar se existe a possibilidade de ser deliberativo, até mesmo por ser um processo ainda em construção. A Secretária Executiva **Janaina Domingos Vieira** reiterou que encaminhou, via grupo, o parecer

elaborado com a sugestão de transformar todos os órgãos que estão vinculados ao PDOT em consultivo. Mencionou ser uma nota técnica e não um parecer jurídico e irá marcá-lo para verificar. A Senhora **Ludmila de Araújo Correia**, representante do CEUB, mencionou que na última reunião foi deliberado que seria encaminhado ao Comitê um Parecer Jurídico, e informou que recebeu um documento, mas é caracterizado por uma Nota Técnica de entendimento da Secretaria e questionou qual a justificativa que a Secretaria possui para que o CGP não seja deliberativo, sendo esse questionamento uma “questão de ordem”, pois serão votados regimentos, e será tratada a forma de procedimento de um órgão que o próprio *quórum* mostra esvaziamento, justamente pelo motivo de muitas pessoas observarem que o papel desse espaço permanece sem voz. Salientou que, foi questionada anteriormente a metodologia e o calendário, frisando que as sugestões realizadas não foram acatadas e foi dado prosseguimento às reuniões, as quais não foram efetivas, verificando que não estão considerando a voz das entidades. Declarou que o fato de não ser deliberativo reforça o silenciamento, questionando a efetividade do mesmo. Afirmou que a questão de ser ou não deliberativo necessita ser jurídico para respaldar que realmente não possa ser, de forma a ser consolidado em documento, pois se não houver impedimento é solicitado que seja deliberativo. A Secretária Executiva **Janaina Domingos Vieira** esclareceu que já poderia se estar discutindo exatamente o que os membros estão pedindo tanto, que é a metodologia, que é a forma de trabalho, frisando que se está iniciando, justamente, um novo processo de construção junto com os membros. Informou que a consulta jurídica será realizada e que o assunto será suspenso novamente para tratar o que já foi encaminhado e que assuntos importantes ficarão em espera. Salientou que o objetivo é uma construção conjunta da metodologia para poder desenvolver junto com todas as comunidades um melhor desenvolvimento urbano para Brasília. Registrou que ainda não recebeu as contribuições das entidades, o que é fundamental para o processo em conjunto. A Senhora **Ludmila de Araújo Correia** replicou que é necessário ter uma construção de ambos os lados, e que a questão de ser deliberativo foi questionada desde a primeira reunião do CGP, mediante a presença da Secretária Executiva Janaina Domingos Vieira e não houve retorno. A Secretária Executiva **Janaina Domingos Vieira** replicou que realizou o retorno de todas as solicitações, enviando todo material. A Senhora **Ludmila de Araújo Correia** respondeu que as solicitações estão sem retorno, e solicitou novamente um parecer jurídico. O Senhor **Almiro Cardoso Farias Júnior**, representante da OAB/DF, analisou que a condução da situação da forma que está sendo, dificulta amplamente o desenvolvimento dos trabalhos, e lembrou que o grupo foi criado no ano que passou e desde o início não verificou a evolução por motivo de discussão de processo e procedimento. Observou que, em relação à autonomia, de forma a ser deliberativo ou não, salientando que não participou da última reunião, mas que realizou a leitura da ata, aprovada nesta reunião, e que estava constando de forma clara a fundamentação legal o motivo do conselho não possuir a competência deliberativa. Alertou que se o documento é um parecer ou uma Nota, mas a essência do que vai vir já está ali, está na exposição da legislação que dá fundamento ao entendimento, e se possui três linhas ou trinta páginas, e se está em um bojo de uma ata que foi aprovada por todos, compreendeu ser irrelevante, e complementou que está norteado, sendo que a consulta ao ser realizada, por qualquer pessoa, o resultado será o mesmo. Salientou que se houver discordância, que seja apresentado um parecer da entidade para um contraponto e questionar. Solicitou sua saída do grupo, caso continue com as mesmas discussões sem evolução, e concorda e compreende o fato de não ser deliberativo e que não existe diferença no trabalho que deseja realizar. Manifestou que deve haver um trabalho mais objetivo, e citou a existência do Comitê há praticamente um ano, em que não houve desenvolvimento. Sugeriu a suspensão das reuniões e a solicitação de um parecer para a Procuradoria da Secretaria ou para a Procuradoria do DF, e ressaltou ser uma opinião pessoal, não tendo nada contra a fala dos presentes. O Senhor **André Junior Tavares** explanou sobre a importância do processo deliberativo, pelo fato da metodologia que será apresentada que deve ter este ponto como base e que está solicitando algo desde o início das reuniões que considera ser simples e que não houve retorno, justificou o motivo de retornar ao mesmo ponto em todas as reuniões e que considera a questão crucial para o andamento do grupo. O Senhor **Luís Fernando Zeferino** declarou que compreende a fala de todos, e solicitou “questão de ordem”, com o encaminhamento referente à aprovação da ata, considerando que na reunião anterior estavam explanados os motivos. Analisou que se a ata foi aprovada pelo Comitê e houve a continuidade da reunião, propôs que seja votado se o assunto em questão será encerrado ou não. Observou que existe a proposta de duas entidades, que solicitou a apresentação de um parecer jurídico e compreende que quando existe uma proposta de uma entidade que não concorda, deve acontecer o contraponto e salientou que o assunto foi debatido em sua entidade, CAU/DF, o que foi mencionado que não interferia na importância do Comitê, devido as outras instâncias que participam. Sugeriu que seja colocado em votação a apresentação do parecer, e caso haja discordância

de alguém, que seja apresentado algo embasado, da mesma forma que é solicitado para a secretaria realizar. A Senhora **Carolina Pescatori Cândido da Silva**, FAU/UNB, informou que a discussão sobre o caráter deliberativo dos comitês é uma luta histórica e de distribuição de poder decisório e central a respeito da possibilidade de a população efetivamente ter as suas demandas encaminhadas a cabo e refletidas nos produtos finais. Afirmou ser histórico no país que os processos participativos, sendo eles consultivos, não resultam em efetividade na realização das demandas e na reflexão dessas nas legislações finais. Registrou sua frustração em participar desses espaços, em que as opiniões são anotadas e devidamente registradas e não necessariamente efetivadas e solicitou que a observação seja registrada em ata. Ressaltou que, se não for ainda possível legalmente essa participação deliberativa nos comitês, que seja almejado, para que haja a ampliação dos processos participativos. A Secretária Executiva **Janaina Domingos Vieira** comunicou que havia analisado a solicitação do Senhor Luís Fernando Zeferino, entendendo ser a melhor solução encaminhar o processo do PDOT à Assessoria Jurídica e Procuradoria, se for necessário. Após essa fase, reforçou a necessidade de se discutir questões técnicas de construção do PDOT, dando andamento ao CGP. Declarou que até a apresentação do parecer jurídico, as reuniões ficarão suspensas, para posteriormente realizar a convocação para a próxima reunião e iniciar, de fato, a discussão técnica. A Senhora **Carolina Pescatori Cândido da Silva** solicitou que se estabeleça um prazo para apresentação do parecer jurídico. A Secretária Executiva **Janaina Domingos Vieira** informou que irá dialogar com a Assessoria Jurídica, onde será questionado se haverá necessidade de envio para a Procuradoria e, caso precise, poderá haver um tempo mais amplo, que será informado no grupo. Salientou que também é de interesse da mesma a agilidade nesse procedimento, considerando que existe muito a ser construído. Prosseguiu para o Subitem 1.6 Oficina UPT Oeste: não houve, pois optou-se pelo encerramento da reunião. Avançou-se para o Item 2. Assuntos Gerais: não havendo, prosseguiu para o Item 3. Encerramento: não havendo manifestações adicionais, a Secretária Executiva **Janaina Domingos Vieira** declarou encerrada a Sexta Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – CGP/PDOT, agradecendo a presença de todos.

JANAÍNA DOMINGO VIEIRA

Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território - SEGESP



Documento assinado eletronicamente por **JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA - Matr.0276383-4, Secretário(a) Executivo(a) de Gestão e Planejamento do Território**, em 13/04/2023, às 21:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=110380015 código CRC= **ED2681EC**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

3214-4101

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 110380015



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT

Às dezenove horas e vinte e sete minutos do dia doze do mês de abril do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, em cumprimento ao Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, que revogou o Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, foi iniciada a Sétima Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, pela Senhora **Janaina Domingos Vieira**, Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território – SEGESP, contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Abertura dos trabalhos. 2. Verificação de quórum. 3. Informes da Coordenação Técnica. 4. Aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, realizada no dia 26/07/2022. 5. Itens para Deliberação. 5.1. Discussão de proposta de calendário para as Reuniões Públicas a serem realizadas pela Região Administrativa durante o ano de 2023. 5.2. Apresentação do novo site desenvolvido para o processo de revisão do PDOT. 6. Assuntos Gerais. 7. Encerramento. Iniciada a reunião, passou-se imediatamente ao item 1. Abertura dos trabalhos: A Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território - SEGESP, Senhora **Janaina Domingos Vieira** declarou aberta a 7ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT cumprimentando a todos. Agradeceu a oportunidade por todos estarem reunidos presencialmente para discutir e apresentar mais clarividente os assuntos. Justificou a ausência do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), Senhor **Marcelo Vaz Meira da Silva** devido a compromissos de última hora que lhe demandou a presença. Realizou uma saudação especial ao Promotor de Justiça, Senhor **Dênio Augusto Oliveira Moura**, Promotor de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística - PROURB presente na reunião. Avançando ao item 2. Verificação de *quórum*: Verificou-se como suficiente. Logo em seguida, a Secretária Executiva, Senhora **Janaina Domingos Vieira** realizou algumas considerações sobre os assuntos que seriam enfrentados na reunião. Inicialmente, justificou que os trabalhos estavam sendo retomados e que, nesse meio tempo, foram feitas atividades internas, em especial quanto à realização do diagnóstico e estudos sobre os próximos passos a serem tomados. Apesar de ser um processo de revisão longo, destacou sobre a necessidade de que todos tivessem responsabilidade quanto ao avanço dos trabalhos. Esclareceu que não era a intenção apressar ou açodiar a execução nem tampouco atropelá-lo, visto se tratar de um processo proeminente participativo. Informou que o Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT foi constituído, a partir de um chamamento público de entidades e associações da sociedade civil, com o intuito de integrarem à condução e organização de todo o processo revisional. Assim, o objetivo do grupo é montar toda a estrutura necessária para a realização da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e propiciar a participação popular na construção do documento. Dito isso, deixou clarividente que o propósito o CGP é o de conferir um caráter mais técnico e amplo às discussões e que o enfoque fosse o de discutir as intenções de melhoria para apresentá-los à sociedade. Isso não obstaria de que, posteriormente, o CGP agregasse mais membros. Contudo, num primeiro momento, os trabalhos seriam iniciados a partir dos integrantes escolhidos. Demonstrou que as últimas reuniões do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT não obtiveram o resultado esperado, especialmente quanto a integração técnica e participativa. Diante disso, uma nova proposta de discussão seria apresentada, com vistas a desenvolver uma participação mais técnica ao processo revisional. Solicitou a todos que prestassem atenção nos temas das falas para que fossem técnicas. Outro ponto esclarecido foi sobre a nova equipe que estava assumindo a gestão do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT. Informou que a Coordenação técnica foi renovada e, logo em seguida, passou a apresentação da nova composição da equipe de coordenação da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial -

PDOT no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH, a saber: **JULIANA MACHADO COELHO**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal - SUPLAN; **JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR** Coordenador de Planejamento Urbano e **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Diretor de Planejamento Urbano da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SUPLAN/SEDUH. Noticiou que outros comitês de gestão junto aos demais órgãos do Distrito Federal estavam interligados ao procedimento. Na sequência, a Senhora **Juliana Machado Coelho** passou a condução dos trabalhos. Apresentou a proposta de um “combinado” com todos. Orientou aos participantes no seguinte sentido: que mantivessem o cronograma previsto para a reunião; que as manifestações fossem feitas ao final de cada etapa; que todos comessem à fala informando o seu nome a entidade que representa; que as falas fossem sucintas para proporcionar que todos participassem do debate e para os demais participantes não integrantes do grupo de trabalho, que fossem respeitados os ditames elencados. Ato contínuo, abordou-se sobre o item 4. Aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, realizada no dia 26/07/2022: Não havendo pedidos de esclarecimentos, retificações, observações ou correções, a respectiva Ata foi considerada aprovada. Nesse diapasão, retornou-se a ordem de pauta e passou-se ao item 3. Informes da Coordenação Técnica: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal - SUPLAN, **Juliana Machado Coelho** informou que as reuniões do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT seriam presenciais. Noticiou que o caráter consultivo determinado pelo Decreto nº 41.004/2020 não seria alterado. Assim, o Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT possuiria o caráter consultivo e propositivo, a exemplo do ocorrido na Câmara Técnica responsável pelo Plano Distrital de Habitação de Interesse Social - PLANDHIS. Não obstante a isso, solicitou que as entidades atualizassem as informações relacionadas aos seus respectivos representantes, por meio do encaminhamento de ofício para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH, no seguinte endereço eletrônico: cgp.pdot@seduh.df.gov.br. Notificou que as vagas não ocupadas seriam disponibilizadas em breve. Na sequência, foi aberta a palavra para manifestações e considerações a respeito. O Senhor **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, não obstante o Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT ser composto pelas entidades selecionadas pelo edital de chamamento público observou a presença de representantes, influentes e participativos dos demais segmentos da comunidade na reunião. Dito isso, enfatizando que seriam pessoas qualificadas a participarem do debate, propôs que fosse aberta a fala para que se manifestassem, sendo a sugestão acolhida pela mesa. A Senhora **Sabrina Durgon Marques**, IBDU, com relação ao caráter consultivo, indicou que na última reunião foi pedido parecer jurídico a limitação. Dito isso, solicitou esclarecimentos quanto ao encaminhamento dado. O Senhor **Carlos Vitor**, Assessor Jurídico da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, informou que o parecer foi elaborado quanto a análise sobre a natureza jurídica do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT. Em apertada síntese explicou que o grupo, assim como todas as instâncias de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, ingressava, especificamente no bojo de criação e elaboração da norma, cujo objetivo final resultaria na minuta do respectivo Projeto de Lei. Apresentada a minuta, o processo é submetido ao Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN, para que fosse encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF. Desse modo, não fazia sentido existir uma instância jurídica igualmente competente para deliberar sobre a minuta, devido a atribuição legal conferida ao Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN, que é o responsável pela deliberação de Projetos de Lei de natureza urbanística. Desse modo, a intenção do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT é o de proporcionar um espaço colaborativo de debate e construção de propostas para a revisão. Pontuou que, para instituir o caráter deliberativo ao Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT seria necessário rever toda a estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH, o que não era o caso a ser feito. A Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, reforçou que em várias reuniões o parecer jurídico foi solicitado restando claro, a partir da análise feita pelo colegiado, que o caráter deliberativo estava dentro das competências do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT. Solicitou que o parecer jurídico fosse enviado a todos os membros para ciência sobre o conteúdo. A Senhora **Samia Waleeska P. B. de Carvalho**, Associação Positiva de Brasília, com relação às vagas que não foram ocupadas, solicitou esclarecimentos sobre a convocação,

visto que o grupo não estava completo. Outra questão mencionada foi sobre a pouca participação nas reuniões livres, questionando, para tanto, qual seria o período determinado para que as entidades promovessem as sessões e como seria feita a incorporação das sugestões pelo Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. Observou-se que o assunto das reuniões livres era somente sobre a reclassificação de determinadas áreas, a fim de dar seguimento aos procedimentos de regularização fundiária. Em sede de esclarecimentos, a Senhora **Juliana Machado Coelho** explicou que as reuniões livres eram eventos não promovidos pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH. Diante disso, indicou que as reuniões poderiam ser promovidas até a conclusão dos trabalhos revisionais do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. Quanto à falta dos representantes dos segmentos tradicionais, informou que o chamamento seria realizado em breve. Contudo, lamentou que o processo não tivesse sido concluído e pontuou que os trabalhos do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT não poderiam ficar sobrestados em razão do ocorrido, tendo em vista que estavam sendo previstas a realização de 50 reuniões públicas para o ano de 2023, o que poderia ensejar a impossibilidade de se prosseguir ao projeto revisional. Ainda sobre o assunto, a Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, contextualizou que dentro do Decreto havia a previsão de que as reuniões deveriam ocorrer com a presença de todas as entidades participativas. Pontuou que eventual vício poderia ocorrer em virtude da não observância ao dispositivo legal. Inclusive, mencionou que uma das entidades estaria representando o setor de recursos hídricos, tema no qual é caro à cidade de Brasília. Julgou importante que todas as entidades estivessem presentes. O Senhor **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, em síntese, sugeriu que estivesse indicado no sítio eletrônico do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT os critérios para a realização de reuniões livres, a fim de organizar as sessões públicas promovidas pelas entidades. Nesse diapasão, passou-se ao item 5. Itens para Deliberação. 5.1. Discussão de proposta de calendário para as Reuniões Públicas a serem realizadas por Região Administrativa durante o ano de 2023: A Senhora **Juliana Machado Coelho** iniciou contextualizando sobre a metodologia que seria empregada para o prosseguimento do processo revisional. Dividiu o gerenciamento do projeto fase 1 em 4 subfases: (i) diagnóstico; (ii) prognóstico; (iii) proposta; (iv) consolidação e a fase 2 com o monitoramento do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. Esclareceu que o gerenciamento do projeto contido no site do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT se tratava de um procedimento geral. Explicitou que a fase de diagnóstico é composta pela leitura técnica, a partir da elaboração dos produtos, que são os seguintes: cadernos técnicos que precisam ser finalizados; tabelas de problemáticas; sumário executivo; e pela leitura comunitária de diagnóstico, com a introdução do processo contando com a realização das reuniões nas Regiões Administrativas; das reuniões com os segmentos; da análise das tabelas problemáticas; da análise dos cadernos e o sumário executivo, o qual seria composto pela compilação das problemáticas de cada UPT. Informou que alguns cadernos preliminares estavam disponíveis no site do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. Pontuou que diversas reuniões, além das previstas, seriam feitas e a ideia seria a de finalizar a fase preliminar até o final do ano de 2023, com a realização da 1ª Audiência Pública. Indicou que, uma das ideias para o formato de realização das reuniões, seria a de oficinas e que o número previsto de sessões era o de 50 reuniões públicas. Logo em seguida, seria introduzida a etapa de prognóstico, a partir da análise dos mapas de conflitos e potencialidades, com a identificação das legislações controvertidas e análise do DF. Com o início da avaliação de dados; da construção da visão do futuro para o Distrito Federal; da elaboração dos objetivos finais, envolvendo o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN, a fase prosseguiria, bem como a definição dos indicadores, considerando o mesmo órgão deliberativo. Ao final da fase de prognóstico, seria concluída com a realização da Reunião Pública para a apresentação do prognóstico. Na sequência, seria realizada a fase de Proposta, em que, a partir das estratégias elencadas pelos objetivos finais atribuídos e pelos indicadores, seriam realizadas reuniões temáticas, as quais teriam a definição dos responsáveis, prazos e financiamentos, que seriam feitas a partir da elaboração de fichas de ação envolvendo também a participação do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN e resultando, assim, no caderno. Desse modo, ao final da etapa seria agendada a 3ª Audiência Pública em agosto de 2024, para apresentar a proposta. Como resultado das etapas anteriores, afirmou que as estratégias de ação contidas nas respectivas fichas embasariam a redação da minuta de Lei, que seria apresentada para leitura na 4ª Audiência Pública e, que poderia ainda sofrer ajustes. Efetuadas as modificações pertinentes, a minuta de Lei seria enviada à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, que poderia efetuar modificações antes da aprovação. Aprovado o Projeto de Lei, seria procedida a

publicação da Lei Complementar. Após a promulgação da Lei Complementar, haveria a realização de uma reunião pública para a apresentação do documento técnico do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT à sociedade. Apresentou a proposta de calendário para a Leitura Comunitária para o ano de 2023, que seria realizada por Região Administrativa e por segmentos. Dito isso, passou a leitura do calendário previsto para os seguintes meses: **MAIO de 2023** iniciaria com a realização das reuniões com: dia 27/05/2023 – a primeira reunião na Região Administrativa de Vicente Pires e dia 31/05/2023 – com o segmento direito à cidade, moradia e habitação. Para o mês de **JUNHO de 2023**, apresentou o seguinte calendário de reuniões nas Regiões Administrativas: 03/06/2023 – Paranoá; 06/06/2023 – Cruzeiro; 14/06/2023 – Lago Norte; 17/06/2023 – Brazlândia e 24/06/2023 – Gama. Para o mesmo mês, está igualmente previsto o seguinte calendário para as reuniões por segmentos: 22/06/2023 – Construção civil, setor imobiliário, indústria e comércio; 27/06/2023 – População LGBTQIAP+. Para o mês de **JULHO de 2023**, seriam realizadas reuniões com os seguintes segmentos: dia 13/07/2023 – comunidades tradicionais, quilombolas e ciganas e comunidades indígenas; 19/07/2023 – mulheres e igualdade de gênero. Para o mesmo mês, está igualmente previsto a realização das sessões públicas nas seguintes regiões administrativas: dia 01/07/2023 – Água Quente; 04/07/2023 – Núcleo Bandeirante; 08/07/2023 – Ceilândia; 15/07/2023 – Araporanga; 22/07/2023 – Santa Maria; dia 25/07/2023 – Sobradinho e 29/07/2023 – Sol Nascente e Pôr do Sol. Para o mês de **AGOSTO de 2023**, seriam realizadas reuniões com os seguintes segmentos: dia 15/08/2023 – transporte e mobilidade urbana e 29/08/2023 – reforma agrária e agricultura familiar e democratização do acesso a terra. Para o mesmo mês, está igualmente previsto a realização das sessões públicas nas seguintes regiões administrativas: dia 02/08/2023 – Arniqueira; 05/08/2023 – Recanto das Emas; 10/08/2023 – Águas Claras; 12/08/2023 – Fercal; 19/08/2023 – SCIA e Estrutural; 24/08/2023 – Lago Sul e 26/08/2023 – Samambaia. Para o mês de **SETEMBRO de 2023**, seriam realizadas reuniões com os seguintes segmentos: dia 13/09/2023 – migrantes, imigrantes, apatidárias e refugiados; 21/09/2023 – cultura e 27/09/2023 – meio ambiente e recursos hídricos. Ainda para o mês de setembro de 2023, estão previstas as reuniões nas seguintes regiões administrativas: dia 02/09/2023 – Taguatinga; 05/09/2023 – Sudoeste e Octogonal; 16/09/2023 – Itapoã; 23/09/2023 – Riacho Fundo e 30/09/2023 – Varjão. Para o mês de **OUTUBRO de 2023**, seriam realizadas reuniões com os seguintes segmentos: dia 05/10/2023 – regularização fundiária e 24/10/2023 – população em situação de rua. Para o mesmo mês, está igualmente previsto a realização das seguintes sessões públicas nas regiões administrativas: dia 07/10/2023 – Sobradinho II; 10/10/2023 – Riacho Fundo II; 18/10/2023 – SIA; 21/10/2023 – Planaltina e 31/10/2023 – Candangolândia. Para o mês de **NOVEMBRO de 2023** seriam realizadas reuniões com os seguintes segmentos: dia 07/11/2023 – infância e juventude e 28/11/2023 – igualdade racial. Para o mesmo mês, está igualmente previsto a realização das sessões públicas nas seguintes regiões administrativas: dia 11/11/2023 – São Sebastião e 23/11/2023 – Guará. Para o mês de **DEZEMBRO de 2023**, está prevista a reunião com o segmento de produtores rurais, no dia 13/12/2023. Além disso, estão previstas reuniões com as seguintes regiões administrativas: dia 05/12/2023 – Jardim Botânico; 09/12/2023 – Park Way e 16/12/2023 – Plano Piloto. A respeito da questão envolvendo a concentração de trabalhos em uma única área, foi esclarecido que o calendário visou aperfeiçoar e espalhar a análise do ponto de vista macro, para que aquele local não ficasse isolado após ser discutido. Ademais, as reuniões foram preferivelmente agendadas para os sábados visando uma maior participação popular. Ademais, o calendário proposto não estava sendo imposto, podendo, dessa forma, ser alterado. A Senhora **Juliana Machado Coelho** pontuou que a proposta era a realização das reuniões mensais em todas as últimas segundas-feiras do mês, exceto no mês de dezembro. O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, destacou que seriam sugeridas as opções de horário para a realização das reuniões ordinárias no link de votação. Assim, solicitou aos membros que optassem pelo dia e horário da semana que mais lhe aprouver. Finalizada a apresentação, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. A Senhora **Juliette Anna Fanny Lenoir**, IAB/DF, questionou sobre o procedimento adotado para as reuniões com os segmentos. Em resposta, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, respondeu que a previsão obedeceria ao disposto do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de participação e governança do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, o qual divide a estrutura em segmentos, que se subdividia em áreas temáticas. Todavia, pontuou que dentro dos segmentos, existiam áreas temáticas que se repetiam, a exemplo da temática envolvendo arquitetura e urbanismo. Assim, as áreas correlatas foram reunidas e incorporadas em áreas afins, sendo sugerida a realização de 15 reuniões com os setores. Comentou que a proposta de reunião por segmentos visava, ainda, abranger a discussão aos setores que formalmente não integravam o Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT. Esclareceu que o

local das reuniões seria negociável, tendo em vista que se tratava de propostas e que a intenção era a de explorar o caráter propositivo do grupo de trabalho. Foi questionado se as reuniões seriam abertas, bem como foi sugerido que as entidades que não estivessem formalmente vinculadas ao Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT tivessem fala. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** orientou sobre como seriam feitas as reuniões com os segmentos, destacando, para tanto, que tanto a população quanto os membros, autoridades e entidades poderiam participar das sessões. Contudo, asseverou que o objetivo principal era a discussão das áreas temáticas dos segmentos. O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, comentou que o ideal seria o de fazer um número maior de reuniões com os segmentos, porém tendo em vista a limitação temporal para a construção do processo, houve por bem consolidar essa etapa, não impondo limites à participação social, e prever outros momentos para que o processo fosse democrático, do ponto de vista social. Nesse sentido, ressaltou que o escopo era o de realizar um “raio-x” do território e que a participação dos segmentos era imprescindível. Com relação ao plano de mobilização e comunicação, compreendeu ser muito importante, além dos demais documentos e processos, que tivessem o condão de conferir uma legitimidade, transparência e elegibilidade para a participação social e para o desenvolvimento das tarefas. Informou que nos últimos meses, o esforço estava concentrado para conferir uma maior elegibilidade para o site, entendendo que era um portal de entrada e acesso aos dados pela população. Chamou atenção a respeito do ponto focal da participação social, a partir da representação no âmbito do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT, onde um representante desempenhava o papel de representar todo um segmento de entidades, realizando, assim, o papel de ser o vetor das informações e discussões produzidas. O Senhor **Benny Schvarsberg**, Andar a pé, efetuou duas contribuições. A primeira foi no sentido de que as reuniões fossem nominadas como “oficinas de construção participativas”. Concordou que as reuniões fossem feitas aos sábados, porém demonstrou preocupação quanto à acessibilidade, tendo em vista que no Distrito Federal existiam muitos territórios de difícil acesso. Propôs ainda, que fosse oferecido um lanche e a distribuição, com antecedência, do material com linguagem acessível para os participantes. A segunda questão mencionada foi sobre a quantidade de eixos que seriam abordados durante o processo. Recomendou o acréscimo das Áreas de Relevante Interesse e Regularização de Interesse Social - ARIS. Julgou ser um tema de extrema relevância para a cidade. Opinou ser uma das áreas mais excluídas da discussão sobre o direito à cidade no território do Distrito Federal. Mencionou sobre a realização de um seminário, na Universidade de Brasília - UnB sobre o assunto. Assim, propôs que o tema fosse abordado e elencado em uma oficina participativa específica. Aludiu estar muito satisfeito com a abordagem de temas sociais, a exemplo da igualdade racial. Dito isso, propôs que nessas reuniões com esses segmentos e temas, fossem convidadas as entidades organizadas no âmbito do Distrito Federal que tivessem propostas de melhoria. Argumentou que, para além do segmento da infância e adolescência, poderia ser abordado o tema relativo às mulheres e idosos, bem como a dos portadores de necessidades especiais. Recomendou ainda, que fosse convidada a Professora **Cristiane Guinancio**, Arquiteta e Urbanista, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - FAU/UnB para explicar sobre as metodologias de integração participativa. Nesse sentido, ingressou-se em regime de deliberação a respeito da preferência de dia e horário para as reuniões mensais do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT. Pela maioria dos votos, primeiramente, restou definido que as reuniões mensais do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT seriam realizadas às terças-feiras, das 15:00 às 17:00. Todavia, o Senhor **Rafael Damasceno Serrati**, Associação Livre, sugeriu que fosse votado um segundo dia mais viável para a realização das reuniões do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT, tendo em vista que a entidade que representa, juntamente com outras, estaria impossibilitada de participar. Desse modo, iniciou-se o debate acerca da revisão da deliberação feita. A Senhora **Renata Seabra**, CAU/DF, sugeriu que houvesse à consulta àqueles que votaram pelo turno vespertino, a fim de verificar a disponibilidade para a reunião no turno noturno e verificar se o *quórum* era maior. A Senhora **Samia Waleeska P. B. de Carvalho**, Associação Positiva de Brasília (AJL), sugeriu que as reuniões fossem feitas às quartas-feiras à noite. O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, sugeriu que os dois dias e turnos mais votados fossem submetidos novamente à deliberação. O Senhor **Francisco Dorion de Moraes**, PRECOMOR, reforçou a proposta de que fosse acrescentado o tema das Áreas de Relevante Interesse e Regularização de Interesse Social (ARIS) e defendeu a realização de uma nova deliberação para a definição de um dia e horário das reuniões. A Senhora **Ruth Sthéfane Costa Leite**, ASSOLIM, tendo em vista o vasto conhecimento no assunto relacionado à regularização fundiária,

encaminhou no sentido de que fosse definido um dia que conciliasse a agenda do representante da Associação Andar a Pé. A Senhora **Ana de Paula Pinto Assis Fonseca**, ADEMI/DF, salientou acerca da necessidade de ser garantir a acessibilidade às reuniões. Esclareceu que no período noturno estaria impossibilitada de comparecer, devido a um curso de capacitação que realiza. Indicou que enviaria o seu suplente para participar das reuniões. Contudo, sugeriu que fosse definido outro dia e horário, a fim de alternar os dias, para que todos pudessem participar das sessões. Saneando o debate, o Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, julgou interessante a ideia de alternância dos dias e propôs que fosse realizada uma votação mais simples para definir um segundo dia para realização das reuniões. A Senhora **Samia Waleeska P. B. de Carvalho**, Associação Positiva de Brasília, continuou insistindo para que a reunião acontecesse no meio da semana e que os turnos fossem alterados. Observou que aqueles que não pudessem comparecer enviassem os seus suplentes. Julgou ser de suma importância a participação do Representante da Associação Andar a Pé. Para fins de encaminhamento, se propôs que as reuniões fossem realizadas às quartas-feiras, alterando, somente, os turnos entre o vespertino e o noturno. Assim, para a Reunião Extraordinária prevista para o dia 26 de abril de 2023, com o propósito de discutir sobre a metodologia para as oficinas participativas, foi definido o horário à tarde, às 14h30 minutos. Nesse sentido, deliberou-se que as reuniões ocorreriam na última quarta-feira de cada mês, sendo alterados somente o turno entre o período vespertino e noturno. Desse modo, a Senhora **Juliana Machado Coelho** registrou que a próxima reunião será realizada no turno vespertino e a subsequente no período noturno, sendo assim, alterando o horário das reuniões. Opinou quanto à proposta de acréscimo do tema referente às Áreas de Relevante Interesse e Regularização de Interesse Social - ARIS, compreendendo valer a pena se abordar sobre. Informou que na próxima reunião seria trazida a data para a realização da sessão especial. Completando a fala anterior, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, destacou quatro pontos. O primeiro foi relativo aos temas propostos para as reuniões com os segmentos. Destacou que deveriam ser embasados nas áreas temáticas e setores que o Decreto de participação social dispunha e que isso não excluiria a possibilidade de serem trazidos novos temas ao debate. O segundo foi sobre a proposta de acréscimo referente às Áreas de Relevante Interesse e Regularização de Interesse Social - ARIS. Concordou com a sugestão, bem como com a inclusão dos idosos e pessoas com deficiência nas temáticas. Registrou que o tema pertinente às mulheres já estava contemplado, sendo inclusive previsto no cronograma apresentado. O terceiro ponto foi com relação à nomenclatura das reuniões. Julgou pertinente a sugestão de alteração. O último ponto suscitado foi a respeito dos locais para a realização das reuniões livres. Informou que tal atribuição era do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT, a fim de que este sugerisse mecanismos e metodologias a serem empregadas. Agradeceu as contribuições e reforçou o caráter propositivo do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT). Ademais, quanto à metodologia de participação social das reuniões livres e com os segmentos, clarificou que havia um esforço empregado para construir a proposta e que não seria excluída qualquer forma de participação social. Além disso, noticiou que a Professora **Cristiane Guinancio** seria convidada a participar dos eventos. Logo na sequência, abriu-se para manifestações e considerações. A Senhora **Renata Seabra**, CAU/DF, demonstrou felicidade pela oportunidade de que as reuniões do processo participativo seriam refeitas. Lamentou sobre o turno escolhido para a realização das reuniões. Sugeriu que as reuniões com as regiões administrativas pudessem ter as seguintes características: a personalização conforme as peculiaridades de cada local; que as perguntas suscitadas tivessem relação com os problemas da cidade satélite e sobre a forma de convite. Registrou preocupação quanto ao formato dos convites, a fim de que atraísse o público residente e domiciliado na região a participarem da sessão. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, esclareceu que os aspectos mencionados foram observados e compilados nas propostas que seriam apresentadas ao plenário no momento oportuno, bem como estavam em andamento outros estudos sobre os planos diretores de outros locais, para propor ao Comitê. A Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, propôs que fosse destinada uma oficina temática para abordar sobre as regiões produtoras de água no âmbito do Distrito Federal (DF), a fim de contribuir, de forma qualificada, para o debate envolvendo o recurso natural no bojo do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Sugeriu que na próxima reunião fosse debatido o plano de metodologia; acerca do mecanismo de acrescentar o posicionamento das entidades, que representam questões comunitárias; a reformulação do questionário, para que fosse feita por região administrativa, e que pudessem ser editados formulários online, possibilitando uma maior participação e respostas aos quesitos feitos. Além disso, questionou sobre o status do contrato firmado com a instituição responsável por intermediar a metodologia a ser empregada nas reuniões. A Senhora **Juliana Machado Coelho** explicou que a empresa

anteriormente contratada para entregar os produtos contratados, a exemplo do caderno, não prosseguiria com os trabalhos, diante da não previsão contratual. Informou que os responsáveis iriam iniciar os trabalhos somente após a realização da 2ª audiência pública prevista. Dito isso, a Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, sugeriu que o responsável pela mediação do processo, ao menos, conhecesse a área de estudo. Novamente, o Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, reforçou que o propósito de integrar aquelas entidades que não estavam formalmente compondo o Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT, para que a participação social fosse atendida. O Senhor **Claudio Antônio Teixeira Pires**, APROTAG, debateu a respeito da mobilidade dos locais a serem definidos para a realização das reuniões. Destacou que, a partir da alternância dos horários, os trabalhos seriam viáveis. Solicitou a avaliação dos critérios de acessibilidade aos locais de reuniões e sugeriu a análise considerando o trânsito e a centralidade. A Senhora **Juliana Machado Coelho** esclareceu que as reuniões do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT aconteceriam na sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH, devido a todo aparelhamento técnico necessário para produzir as documentações pertinentes. Todavia, para a realização das oficinas, poderiam ser avaliados outros locais de fácil acesso e próximo à população. Dessa forma, esclareceu que estaria aberta às sugestões de locais. Prosseguindo as contribuições, o Senhor **Claudio Antônio Teixeira Pires**, APROTAG, acrescentou que o Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF poderia ser consultado para que informasse sobre os horários de pico e de trânsito fluído. O Senhor **Rafael Damasceno Serrati**, Associação Livre, questionou se haveria a possibilidade de aumentar no número de suplentes aptos a participarem nas reuniões. A Senhora **Juliana Machado Coelho** comprometeu-se a verificar a questão. O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, registrou que as reuniões ordinárias ocorrerão sempre nas últimas quartas-feiras de cada mês, com alternância entre os períodos vespertinos e noturnos e, que na última semana de abril, seria realizada uma Reunião Extraordinária, mas que, a partir de maio iniciar-se-ia o revezamento entre os horários. Quanto às discussões envolvendo as reuniões nas regiões administrativas, apresentou duas formas de demonstrar os dados, o qual projetou na tela para visualização dos presentes. Esclareceu que as alocações seriam feitas em consideração ao número de regiões administrativas por UTP. Logo, a organização propôs o início dos trabalhos pela UPT Central Adjacente II, que possui o total de 8 regiões administrativas. Informou a todos de que houve o entendimento de que as regiões administrativas centrais fossem abordadas em dias de semana, tendo em vista a facilidade no deslocamento. Desse modo, consignou que no dia 27/05/2023 seria realizada a primeira reunião na Região Administrativa de Vicente Pires. Em seguida, passou item a item do calendário anteriormente exposto. Suscitando a fala, o Senhor **Francisco Dorion de Moraes**, PRECOMOR, sugeriu que a região da Cana do Reino fosse introduzida na reunião a ser realizada no dia 23/09/2023. O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, justificou que o calendário previa reuniões extensas, mas que isso não impediria introduzir no calendário a região administrativa apontada. Contudo, deveria ser analisada a importância da realização da reunião. Alegou que a proposta de calendário inicial considerava as regiões administrativas por UPT e não a densidade populacional. Argumentou que poderia ser elencado como proposta, a incorporação de novas regiões que estavam se formando no Distrito Federal e, ainda, formas de organização dos dias de realização dessas reuniões. A Senhora **Juliana Machado Coelho** destacou que alguns ajustes pontuais deveriam ser feitos e, que após as mudanças, o calendário seria encaminhado a todos os membros, para que na próxima reunião fossem discutidas as regiões mais específicas para inclusão nos debates, a fim de fechar o calendário. O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, sugeriu que o calendário apresentado fosse aprovado, a fim de que a partir disso, fossem ajustados os dias e incrementadas novas regiões visando estabelecer as sessões. Dito isso, mencionou novamente o calendário supra listado. Finalizadas as considerações e manifestações, passou-se ao item 5.2. Apresentação do novo site desenvolvido para o processo de revisão do PDOT: O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, iniciou a apresentação alegando que muitas deficiências foram encontradas no acesso às informações e navegabilidade no sítio eletrônico. Verificado os problemas, surgiu a necessidade de se construir uma nova plataforma, que está em desenvolvimento. Apresentou as imagens da plataforma antiga e informou que vem sendo estudados os modelos de participação social tanto nacional quanto internacional, a exemplo daquele adotado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO; a Prefeitura de Madrid e a Prefeitura de São Paulo, que desenvolveram ferramentas de participação social, por meio de plataformas digitais que dialogam com os usuários. Dito isso, destacou que o sítio eletrônico do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT estava sendo alimentado com as informações do *site* antigo. Projetou as imagens da nova

plataforma e explicou cada aba. Especificou que a estrutura consoante à metodologia não estava sendo alterada, mas lapidada. Informou que seria elaborada uma interface interativa para o acesso aos processos distribuídos e que as comunicações seriam todas concentradas na plataforma digital. Demonstrou o calendário de reuniões passadas, presentes e planejadas para facilitar a interface com a população divulgando, assim, todas as informações necessárias. Noticiou que o *site* também foi planejado para ser acessado via celular e que foram elaborados filtros de busca. Suscitando a fala, o Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, comentou que ao longo do ano passado não se obteve avanços quanto a execução das etapas, mas, houve um esforço para ampliar a disseminação do conhecimento obtido com relação aos territórios, sendo os técnicos convocados para trazer informações sobre as suas respectivas regiões administrativas. Informou que o trabalho estava disponível na plataforma digital, porém o acesso não era muito claro e, pela nova interface, estava mais fácil de acessá-las. Prosseguindo o *tour* pelo site, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, explicou que todo o planejamento foi feito para apresentar uma interface direta, dinâmica e inteligível para o usuário do *site*. Além disso, destacou que todas as documentações pertinentes estarão disponíveis na plataforma digital e que foi elaborada uma ferramenta de *login* para a confirmação de presença nas reuniões. Deixou clarividente que a proposta visou deixar transparente o acesso a todas as informações para que a população participasse do processo. Exibiu a aba de notícias e noticiou que no ano passado, em função do período eleitoral e de outros aspectos, os esforços foram concentrados para tentar fechar a leitura técnica do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT junto com os técnicos das regiões administrativas. Ademais, o trabalho visou destinar e planejar a execução das próximas atividades, em especial quanto à Leitura Comunitária. Compreendeu que era uma estrutura de trabalho que demandava atenção, onde não havia espaço para o atendimento a outras questões envolvendo a participação social. Nesse sentido, alegou que contava muito com o Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT, com os órgãos de controle, com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, bem como com outras instâncias de participação, para execução das reuniões previstas, com o propósito de alcançar uma participação efetiva no âmbito do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. Frisou que os esforços da equipe estavam destinados ao detalhamento da metodologia, a qual será apresentada em momento oportuno. Porém, estava apta à receber contribuições e o alinhamentos com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, a partir da observância da agenda mundial, as suas particularidades com relação ao Brasil, bem como os documentos já produzidos e classificados por cada processo. Afirmou que algumas situações foram trazidas e disponibilizadas. Com base nisso, iniciou-se os estudos relativos aos processos participativos e revisionais para que se construísse uma proposta de “cartilhas participativas ilustradas” com vistas a informar sobre os documentos de forma dimensionada, sendo publicada no sítio eletrônico do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. Ressaltou que o sítio eletrônico não estava sendo pensado para suprir a demanda por material em curto prazo, mas em longo prazo e exemplificou a figura do *login*, a fim de ter, de fato, uma interação do usuário da plataforma com o trabalho técnico em desenvolvimento. Suscitando a fala, o Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, observou que o site não foi pensado somente para atender a etapa que estava sendo desenvolvida no apontamento de problemas e soluções para os territórios, mas no processo como um todo. Compreendeu, para tanto, que o processo resultaria em uma proposta de minuta do Projeto de Lei, sendo proporcionado que as pessoas discordassem da redação ou das disposições nesta contidas. Enfatizou que haveria a possibilidade das pessoas comentarem a respeito do que estava sendo exposto e manifestassem as suas opiniões quanto às falas, enriquecendo, assim, o debate. Continuando com a apresentação, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, demonstrou todo o processo de cadastro. Suscitando a fala novamente, o Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, destacou sobre a importância da coleta dos dados de cadastro, a fim de que fosse feito, futuramente, um recorte sobre as regiões administrativas e temas para estudo. O cadastro permite, ainda, que sejam identificados os agentes com maior participação, bem como proporcionar que o envolvimento fosse integrativo e democrático. Finalizada a apresentação, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. O Senhor **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, elogiou o trabalho e fez considerações a respeito do que chamou de “analfabetismo urbanístico” da população. Criticou, em síntese, que a cultura daqueles que possuem um mínimo de conhecimento técnico sobre o assunto era o de excluir a população da discussão e para isso, eram utilizados termos técnicos para abordagem do assunto. Nesse sentido, sugeriu que fosse elaborado um glossário, que decifrasse todos os termos técnicos utilizados e, ainda, a edição de uma cartilha popular, a exemplo do ocorrido nos estados de São Paulo e Belo Horizonte, com o propósito de não esconder o debate e dar transparência à discussão. Outro ponto criticado foi sobre o esforço mínimo empregado na elaboração da descrição sobre “o que é o

PDOT”. Indicou que deveria se fazer constar que “era uma Lei, que vai definir como cada pedaço de chão urbano e rural da cidade cumpra a função social da propriedade pública e privada”. Indicou ainda, que se tratava de uma lei que definiria as destinações de “quem ficaria com o quê da cidade”. Ademais, destacou sobre a utilidade da norma ao dispor sobre os investimentos públicos da Lei Orçamentária Anual - LOA e do Plano Plurianual - PPA no território do Distrito Federal. Enfatizou que seria importante trabalhar com pouco texto e mais imagens para educar urbanisticamente a população e que, era imprescindível ter um ícone exclusivo que apresentasse os instrumentos de política urbana. Justificou que o Plano Diretor era “um monstro feio, mas que não morde e o que mordida eram os instrumentos de política urbana”. Por derradeiro, comentou ser importante abordar sobre a questão metropolitana e do enfrentamento da área e periferia metropolitanas e, que o tema fosse explicado à população por meio da cartilha. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, explicou que estava sendo elaborado um manual e uma cartilha explicativa para o *site*, com o propósito de submeter o material ao Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT para a coleta de eventuais contribuições. Informou que alguns vídeos didáticos foram produzidos, mas que outros mais seriam gravados. No que tange as imagens da cidade, abordou que iriam ser introduzidas no site nas próximas fases de desenvolvimento, bem como apontadas mais ferramentas visuais de informação e interatividade. No que diz respeito ao assunto envolvendo a região metropolitana, alegou ser um tema de suma importância, inclusive para pesquisa por membros da mesa. A sugestão foi acatada pela Mesa e será feita uma reunião específica sobre o assunto, a fim de incorporá-lo ao processo revisional do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. O Senhor **Dênio Augusto Oliveira Moura**, PROURB, destacou sobre a responsabilidade dos membros do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT na representação das demandas da população e teceu votos para que o novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT estivesse preocupado com a sustentabilidade, de forma a impedir o “suicídio coletivo” presente no território do Distrito Federal, bem como observasse os interesses coletivos e públicos, e, ainda, com a efetividade, a partir da edição de regras concretas. Informou que no ano anterior, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, expediu a Recomendação nº 03/2022 e que muitos dos itens estavam sendo contemplados no novo *site*. Solicitou, se possível, que o documento fosse disponibilizado na íntegra, bem como as outras 23 recomendações publicadas, buscando o aperfeiçoamento da discussão. Arguiu que não compreendeu acerca da participação dos órgãos e instituições não somente do Distrito Federal, mas aqueles pertencentes ao Poder Público na metodologia apresentada. Pontuou que cada órgão público possui uma visão sobre como deveria ser construído o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, o que poderia qualificar o debate, a fim de que todos os membros, órgãos e entidades, sejam públicos ou privados, pudessem participar da construção coletiva. Julgou importante que cada proposta fosse fundamentada tecnicamente, com o propósito de evitar a transformação em normas que não atendam os interesses democráticos futuramente. Solicitou ainda, que fossem criados perfis nas redes sociais, a exemplo do *instagram*, para que notificar, em tempo real, sobre o andamento das discussões. Pontuou sobre o canal “fale conosco” e sugeriu que fosse de fácil acesso para que as pessoas ofertassem as suas contribuições. Em derradeiro arremate, demonstrou a sua preocupação quanto às discussões paralelas que acabavam se vinculando ao debate central, em razão da importância do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) para a Cidade e, que o cenário ideal seria o de paralisar o debate dos temas paralelos até que o documento fosse finalizado. Dito isso, ressaltou que é de suma importância que o Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT estivesse atento aos demais assuntos que se correlacionam com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. Parabenizou o esforço e asseverou que a atribuição do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT era a de avaliar se o documento estaria atendendo aos interesses da sociedade e da população. Em contraponto aos destaques feitos, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, explicou que as Recomendação nº 03/2022 serviu como guia, bem como a gravação de todas as reuniões feitas pelo Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT, para orientar o trabalho realizado nos últimos meses e que o esforço foi no sentido de atender a todos os questionamentos e recomendações da equipe durante o processo revisional. Demonstrou o gráfico de participação social do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT e informou que seria apresentado, em momento oportuno, todo o organograma institucional do procedimento revisional. Reforçou que a Coordenação da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT estava à inteira disposição para explicar, apresentar e sanar quaisquer dúvidas que surjam. Em nome da Coordenação Técnica, convidou o membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT a participar de todas as reuniões do

Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT. Com relação aos levantamentos do “fale conosco” e de outros meios de participação, informou que estariam sendo incorporados nas próximas fases de desenvolvimento do *site*. No que diz respeito ao congelamento das demais questões que envolvem o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, esclareceu que o assunto excedia as competências do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT, mas que isso seria discutido. Sobre a sugestão de criação de um perfil no *instagram*, indicou que a proposta seria encaminhada à assessoria de comunicação para a implementação. Quanto ao caráter técnico das discussões, abordou que todos os esforços possíveis estavam sendo tomados para que as decisões fossem fundamentadas em estudos técnicos e validados pela população. A Senhora **Alba Evangelista Ramos**, representante da Aliança Tropical de Pesquisa Pela Água, deixou o questionamento sobre a questão envolvendo o comitê de bacias. Justificou que foi enviada ao Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT a solicitação para que o Comitê de Bacias fizesse parte da discussão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, indicou que será dado um retorno ao pedido em breve. O Senhor **Luiz Guilherme Pera**, representante do Fórum de Defesa das Águas, discursou sobre a construção da cidade por cima de rios e nascentes e que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT deveria planejar o desenvolvimento urbano e habitacional levando em consideração a proteção hídrica e o plano urbanístico original ao construir as novas regiões administrativas. Opinou que Águas Claras e o Noroeste seriam “os grandes marcos” do processo revisional. O Senhor **Antônio Matoso Filho**, Prefeito da Península Norte, parabenizou os trabalhos, as participações e as exposições feitas. Reiterou que não deveria ser esquecido todo o histórico anterior com relação ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT frente àquele futuro vislumbrado há 15 anos e como a realidade foi distorcida, a fim de evitar o caos hídrico que Brasília teve, a partir de uma visão de futuro de melhor qualidade de vida. Utilizando novamente a fala, o Senhor **Luiz Guilherme Pera**, representante do Fórum de Defesa das Águas, destacou sobre a importância de que ao ser concluído o trabalho revisional, fosse constituída uma “força tarefa” dentro da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, com o propósito de evitar transformações na norma. O Senhor **Marcos L. Santalosa** sugeriu que os pequenos produtores de água fossem incorporados ao Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT e discursou sobre o processo de urbanização das habitações rurais no âmbito do Distrito Federal. A Senhora **Maria Luiza P. Pereira**, Professora aposentada da Universidade de Brasília - UnB discursou sobre o tratamento exclusivo que as Áreas de Relevante Interesse e Regularização de Interesse Social - ARIS, deveriam ter, não de forma descolada da discussão, mas com a atenção focada nos seus problemas. Somou ao discurso sobre a defesa das águas, do ponto de vista socioambiental, em razão de as nascentes e mananciais, por questões de sobrevivência, estarem localizadas nesses locais mais vulneráveis. Finalizadas as inscrições para manifestações e considerações a respeito, a Senhora **Juliana Machado Coelho** informou que após os ajustes no calendário, o planejamento seria encaminhado a todos os membros e os demais documentos supramencionados igualmente seriam enviados. O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, questionou se havia alguma oposição de que fosse trabalhado o calendário a partir dos segmentos e regiões administrativas inicialmente definidas. Pontuou que os novos segmentos e novas regiões poderiam ser integrados ao calendário sem alterar as datas previstas, a fim de dar andamento as devidas comunicações e divulgações das reuniões previstas. Foi sugerido que o calendário fosse encaminhado a todos os membros para avaliação e posteriores contribuições, mas que não fosse deliberado na reunião. Por sua vez, a Senhora **Juliana Machado Coelho** assentiu com a proposta, destacando, contudo, que alguns ajustes deveriam ser feitos. Assim, no dia seguinte o calendário e as inserções pontuadas seriam enviados. Avançando ao item 6. Assuntos Gerais: Não houve. Nesse diapasão, avançou-se ao item 7. Encerramento: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal - SUPLAN, Senhora **Juliana Machado Coelho** agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 7ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT.

JANAINA DOMINGOS VIEIRA

Secretária Adjunta - SEDUH



Documento assinado eletronicamente por **JANAINA DOMINGOS VIEIRA - Matr.0276383-4, Secretário(a) Adjunto(a) de Desenvolvimento Urbano e Habitação**, em 04/05/2023, às 17:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **111924002** código CRC= **EAC44318**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

3214-4101

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 111924002



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT

No dia vinte e seis do mês de abril do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Primeira Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, pela Senhora Juliana Machado Coelho, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal – SUPLAN, contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberarem sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Abertura dos trabalhos. 2. Verificação de quórum. 3. Informes da Coordenação Técnica. 4. Aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, realizada no dia 12/04/2023. 5. Composição das outras Instâncias de Participação. 6. Locais e Ordem das Oficinas Participativas. 7. Metodologia de Participação Social para as Oficinas Participativas. 8. Encerramento. Iniciada a reunião, passou-se imediatamente ao item 1. Abertura dos trabalhos: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Senhora Juliana Machado Coelho, declarou aberto os trabalhos cumprimentando a todos os presentes. Avançando ao item 2. Verificação de quórum: Verificou-se como suficiente. Logo em seguida, passou-se ao item 3. Informes da Coordenação Técnica: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Juliana Machado Coelho, orientou sobre as diretrizes a serem tomadas durante a reunião. Informou que o novo site do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT estava no ar, que a data da próxima reunião da CGO ainda não havia sido definida, em virtude da agenda do Governador do Distrito Federal - GDF e que o edital de chamamento para a composição do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT estava em desenvolvimento. Noticiou que o ditame havia saído da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal - SUPLAN e que as datas previstas eram as seguintes: 10/05/2023 – Lançamento do edital e 21/07/2023 – Conclusão do edital. Ato contínuo, abordou-se sobre o item 4. Aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, realizada no dia 12/04/2023: não havendo pedidos de esclarecimentos, retificações, observações ou correções, a respectiva ata foi considerada aprovada. Nesse diapasão, passou-se ao item 5. Composição das outras Instâncias de Participação: O Senhor José Mário Pacheco Júnior, SUPLAN, iniciou apresentação explicando que o Decreto nº 41.004/2020, que dispõe sobre a estrutura das outras instâncias de participação do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, estabelece, além do Comitê de Gestão Participativa da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT, a Comissão de Governança - CGO e o Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI. A Comissão de Governança - CGO é uma instância colegiada com caráter consultivo, de gestão e articulação interinstitucional, no âmbito do processo de revisão do Plano de Ordenamento Territorial - PDOT. Já o Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI possui um caráter técnico, no âmbito do processo de revisão e elaboração do Plano de Ordenamento Territorial, o qual é constituído por assuntos e composto por representantes do Poder Público Distrital indicados pelas Secretarias de Estado e pastas, bem como concessionárias de serviço público e empresas públicas, os quais devem indicar representantes para os eixos temáticos que sejam relacionados a sua área de competência. Assim, em consonância ao artigo 7º da norma, na última reunião foi definido quem seriam os representantes do Comitê de Gestão Participativa - CGP no âmbito da Comissão de Governança - CGO, a saber: Senhora Sâmia Waleska Pereira B. de Carvalho, representante da Associação Positiva de Brasília e o Senhor Benny Schvarberg, representante da Associação Andar a Pé, de acordo com a Ata da 1ª Reunião Ordinária ocorrida em 23/09/2021. Explicou que o Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI, de acordo com o §5º do artigo 15 do mesmo decreto, é composto por dois a cinco membros para cada Eixo Temático de atuação, dentre os quais se encontram os temas envolvendo: (i) Habitação e Regularização Fundiária; (ii) Gestão de Valorização Social da Terra; (iii) Ruralidades; (iv) Território Resiliente; (v) Meio ambiente e Infraestrutura; (vi) Mobilidade; (vii) Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades e (viii) Participação Social e

Governança. Dessa forma, os membros interessados em participar dos eixos temáticos do Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI, devem se manifestar formalmente por e-mail para o endereço eletrônico cgp.pdot@seduh.df.gov.br com o assunto do e-mail: “Indicação de membro CGP ao GTI (nome do eixo)”. Esclareceu que após as reuniões do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT, todas as informações e apresentações são disponibilizadas no grupo de WhatsApp e que a informação com relação às indicações seriam reforçadas. Não obstante a isso, alegou que qualquer caso que não estivesse previsto pelo Decreto supramencionado poderia ser deliberado, após manifestação. Finalizada apresentação, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. A Senhora Bétulia de Moraes Souto, Instituto Sálvia Terra, questionou em qual momento estava o Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI, tendo em vista que no site estavam disponíveis vários relatórios e como de fato ocorreria a participação da comunidade em todo o processo. Em resposta, o Senhor José Mário Pacheco Júnior, SUPLAN, explicou que conforme informado na reunião passada, durante os anos de 2019 a 2022, a equipe técnica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH se dedicou a finalizar os trabalhos relativos à leitura técnica, que se trata do diagnóstico do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. Além da leitura técnica, informou existir, ainda, uma outra fase chamada de “leitura comunitária”. Não obstante a isso, indicou que a leitura técnica foi composta por análises feitas pelas subpastas pertencentes à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH e, com base nisso, foram identificados os problemas, que estavam disponíveis para consulta no site do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. Após o diagnóstico, houve uma reunião com as pastas de Governo, bem como ocorreu outra sessão com as Administrações Regionais, o que gerou um material de identificação de casos encontrados nos territórios com base na visão dos técnicos que trabalham nas Administrações Regionais. Esclareceu que todo esse processo seria para subsidiar a fase de leitura comunitária prevista para ocorrer em 2023. Contudo, abordou que a fase de leitura comunitária havia se iniciado em 2021 nas reuniões públicas ocorridas em cada Unidade de Planejamento Territorial - UPT, que aconteceram por volta dos meses de outubro a novembro. Finalizada essa etapa, as discussões retornaram à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH para compilação de todo o material obtido a partir das reuniões, a fim de que em 2023 fosse possível fazer as reuniões em cada Região Administrativa - RA's do Distrito Federal. Assim, o foco para o corrente ano é a execução das oficinas participativas e as reuniões por segmentos em atendimento ao calendário e temas tratados na última reunião. Noticiou que está sendo previsto para o primeiro semestre de 2023 uma reunião de trabalho do Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI, para apresentar um compilado de todo o trabalho técnico desenvolvido, tanto nos ajustes pontuados pela equipe técnica quanto às observações ofertadas pelos membros do grupo de trabalho. Contudo, ressaltou que a data ainda não foi definida. Além disso, pontuou que havia a previsão de realização de mais duas reuniões com cada um dos eixos temáticos para discutir os assuntos relativos às pastas, bem como os temas a serem apresentados nas oficinas participativas. Complementando as informações prestadas, a Senhora Juliana Machado Coelho informou que o Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI irá realizar a sistematização das leituras técnicas e comunitárias, bem como participar das demais fases do processo, como a do prognóstico, elaboração e consolidação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. Dessa forma em 2023 não iriam ocorrer muitas sessões do Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI, mas, em seguida, após a realização da leitura comunitária, as reuniões 96 do Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI seriam retomadas para compilação. Finalizadas as considerações e manifestações, avançou-se ao item 6. Locais e Ordem das Oficinas Participativas: O Senhor José Mário Pacheco Júnior, SUPLAN, abordou sobre o calendário previsto para a realização das Oficinas Participativas por Região Administrativa - RA e Segmentos. Informou que devido aos apontamentos e contribuições oferecidas na última reunião, a proposta de calendário sofreu alguns ajustes, prevendo, assim, três novas reuniões. Esclareceu que cada Administração Regional do Distrito Federal foi oficiada para, em conjunto com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH, buscasse locais para a realização das oficinas participativas. Noticiou que a maioria das Administrações Regionais responderam e que as respostas pendentes estavam sendo articuladas. Lembrou que todas as sugestões apresentadas poderiam ser modificadas pelos membros do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT, por meio de considerações e sugestões. Suscitando a fala, o Senhor Antônio Maycon Martins, SUPLAN, comentou a respeito dos ajustes feitos em comparação ao calendário apresentado na última reunião. Informou que o calendário sofreu modificações com relação às datas previstas para realização das Reuniões Ordinárias do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do

Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT, das Reuniões do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN, as Reuniões do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT a serem definidas, as Oficinas Participativas por Segmentos e os Ajustes das Oficinas Participativas por segmentos já previstas, a fim de evitar conflito de datas. Apresentou a proposta de calendário para a Leitura Comunitária para o ano de 2023, que seria realizada por Região Administrativa e por segmentos, com os ajustes feitos. Para o mês de maio de 2023, estão previstas as seguintes datas: 24/05/2023 – Reunião do CGO/GTI a definir; 27/05/2023 – Região Administrativa de Vicente Pires, a ser realizada no Colégio Liceu, Rua 06, chácara 235, em Vicente Pires - DF; 30/05/2023 – Oficinas Participativas com os segmentos de Direito à cidade, Moradia e Habitação e no dia 31/05/2023 – Reunião do CGP. Para o mês de junho de 2023, estão previstas as seguintes datas: 03/06/2023 – Região Administrativa do Paranoá - DF, com local a definir; 06/06/2023 – Região Administrativa do Cruzeiro, no Auditório do Centro Educacional 02, do Cruzeiro; 14/06/2023 – Região Administrativa do Lago Norte, com local a definir; 17/06/2023 – Região Administrativa de Brazlândia - DF, no Auditório do Centro de Ensino Médio 01, Área Especial II, Setor Sul, Brazlândia; 24/06/2023 – Região Administrativa do Gama - DF, com local a definir e 28/06/2023 – Reunião do CGO/GTI a definir. Para o mês de julho de 2023, estão previstas as seguintes datas: 01/07/2023 – Região Administrativa de Água Quente - DF, com local a definir; 04/07/2023 – Região Administrativa do Núcleo Bandeirante, no Salão de Múltiplas Funções do Núcleo Bandeirante - DF; 08/07/2023 – Região Administrativa de Ceilândia - DF; 15/07/2023 – Região Administrativa do Arapoanga - DF, com local a definir; 13/07/2023 – Oficinas Participativas com os segmentos das Comunidades Tradicionais, Quilombolas e Ciganas; 19/07/2023 – Oficinas Participativas com os segmentos das Mulheres e Igualdade de Gênero; 22/07/2023 – Região Administrativa de Santa Maria, no Galpão Cultural de Santa Maria - DF; 25/07/2023 – Região Administrativa de Sobradinho, no Teatro de Sobradinho, Quadra 12, Sobradinho - DF; 26/07/2023 – Reunião do CGP; 27/07/2023 – Oficina Participativa com a Região Metropolitana e 29/07/2023 – Região Administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol, na Escola Classe Juscelino 140 Kubitschek, Quadra 500, Área Especial 01, Trecho 01, SHSN - DF. Para o mês de agosto de 2023, estão previstas as seguintes datas: 02/08/2023 – Região Administrativa de Arniqueira; 05/08/2023, na Escola Classe Arniqueira, Arniqueira - DF; 05/08/2023 – Região Administrativa do Recanto das Emas, no Auditório da Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas, na Quadra 203, Lote 32, Avenida Recanto das Emas - DF; 10/08/2023 – Região Administrativa de Águas Claras, com local a definir; 12/08/2023 – Região Administrativa do Fercal, no Galpão Coberto, DF, KM 12, Quadra 11, Lote Especial Feira Engenho Velho, Fercal - DF; 15/08/2023 – Reunião com os seguintes segmentos: Transporte e Mobilidade; 17/08/2023 – Reunião com os seguintes segmentos: Pessoas com Deficiência; 19/08/2023 – Região Administrativa do SCIA/Estrutural, no Centro Educacional 01 da Estrutural - DF; 24/08/2023 – Região Administrativa do Lago Sul, no Auditório da Administração Regional, SHIS QL 11, Área Especial nº 01, Lago Sul - DF; 26/08/2023 – Região Administrativa de Samambaia, no Complexo Cultural de Samambaia, Quadra 301, Conjunto 05, Lote 01, Samambaia - DF; 29/08/2023 – Reunião com os seguintes segmentos: Reforma Agrária e Agricultura Familiar e Democratização do acesso à Terra; 30/08/2023 – Reunião da CGP. Para o mês de setembro de 2023, estão previstas as seguintes datas: 02/09/2023 – Região Administrativa de Taguatinga, no Auditório da Faculdade Projeção, AE nº 5 e 6 – Setor C Norte, Taguatinga - DF; 05/09/2023 – Região Administrativa do Sudoeste/Octogonal, com local a definir; 12/09/2023 – Reunião com os seguintes segmentos: Migrantes, imigrantes, apátridas e refugiados; 16/09/2023 – Região Administrativa do Itapoã, na Escola Classe 01, Q. 61, Área Especial, Del Lago, Itapoã - DF; 21/09/2023 – Reunião com os seguintes segmentos: Cultura; 23/09/2023 – Região Administrativa do Riacho Fundo, no Auditório Avenida Cedro, AE 15, QS 16, Riacho Fundo - DF; 27/09/2023 – Reunião do CGP; 28/09/2023 – Reunião com os seguintes segmentos: Meio Ambiente e Recursos Hídricos; 30/09/2023 – Região Administrativa do Varjão, na Associação dos Idosos do Varjão, Quadra 05, Conjunto A, Chácara 18, Varjão - DF. Para o mês de outubro de 2023, estão previstas as seguintes datas: 05/10/2023- Reunião com o segmento da População em Situação de Rua; 07/10/2023 – Região Administrativa de Sobradinho II, no auditório da Regional de Ensino, Sobradinho II - DF; 10/10/2023 – Região Administrativa do Riacho Fundo II, no Auditório do CIL – Centro Interescolar de Línguas do Riacho Fundo II - DF; 18/10/2023 – Região Administrativa do SIA, com local a definir; 21/10/2023 – Região Administrativa de Planaltina, com local a definir; 24/10/2023 – Reunião com o segmento de Regularização Fundiária; 25/10/2023 – Reunião do CGP; 26/10/2023 – Reunião com os segmentos de ARIS; 31/10/2023 – Região Administrativa da Candangolândia. Para o mês de novembro de 2023, estão previstas as seguintes datas: 07/11/2023 –

Reunião com os seguimentos da Infância e Juventude; 11/11/2023 – Região Administrativa de São Sebastião, no Ginásio Poliesportivo São Bartolomeu, em São Sebastião - DF; 23/11/2023 – Região Administrativa do Guará, no Auditório da Administração Regional do Guará, na QE 23, Área Especial do CAVE, Guará - DF; 28/11/2023 – Reunião com o segmento de Igualdade Racial. Para o mês de dezembro de 2023, estão previstas as seguintes datas: 05/12/2023 – Região Administrativa do Jardim Botânico, no Centro de Práticas Sustentáveis, CPS, SHM Centro de Práticas Sustentáveis, Avenida do Cerrado, s/n, Jardins Mangueiral, Jardim Botânico - DF; 09/12/2023 – Região Administrativa do Park Way, no Clube da Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Vargem Bonita, Park Way - DF; 13/12/2023 – Reunião com o segmento de Produtores Rurais; 16/12/2023 – Região Administrativa do Plano Piloto, com local a definir; 20/12/2023 – Reunião do CGP. Finalizada a apresentação do calendário, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. O Senhor Benny Schvarberg, Andar a Pé, sugeriu a elaboração de um mapa com as datas previstas para a realização das reuniões, a fim de que todos tivessem ciência a respeito do local da realização das reuniões. Propôs que as reuniões temáticas, por segmentos, fossem descentralizadas, as quais deveriam obedecer a alguns critérios, a exemplo do segmento da Infância e Juventude fosse realizada na Ceilândia, visto que concentrava muitos jovens. Assim, a cada segmento deveria corresponder as suas características. Justificou que a descentralização poderia incentivar a participação social. A Senhora Juliana Machado Coelho respondeu que a ideia da elaboração do mapa com as datas das reuniões foi pensada, contudo, não houve tempo hábil de editá-la e enviar a todos os membros. Outro aspecto suscitado foi sobre a necessidade de sugestões para a realização das reuniões pelos membros. Sobre a ordem das reuniões, aduziu que seriam realizadas por Unidade de Planejamento Territorial - UPT, a fim de que todas as áreas de abrangência fossem contempladas. O Senhor Antônio Maycon Martins, SUPLAN, justificou sobre a distribuição alegando que o cerne foi abranger o Plano Piloto por último, com o propósito de iniciar as discussões nas áreas adjacentes e depois abordar a região central. Assim, na próxima reunião, seria complementado na apresentação do calendário com os mapas e imagens de fachada de cada local de reunião, para ficar mais fácil o acesso por todos e que serão encaminhados por e-mail para todos os membros, bem como informar sobre as linhas de transporte público que dão acesso aos locais. O Senhor Mário Blanco Nunes Neto, PRECOMOR/DF, efetuou duas colocações. A primeira foi sobre a importância de levar a discussão aos locais sem esquecer sobre os outros assuntos importantes ao longo do Distrito Federal. Dito isso, questionou acerca da razão de não levar a discussão por cada Região Administrativa ao invés de Unidades de Planejamento Territorial - UPT. Acreditou que as reuniões fossem descentralizadas por regiões. A segunda foi a respeito da necessidade de verificar o endereço da reunião a ser realizada no Riacho Fundo II. O Senhor André Júnio Tavares Barbosa, Coletivo Calunga, questionou como estava a articulação com a comunidade a respeito da organização dos espaços para a execução das reuniões. Observou que a não interação com a comunidade geraria um esvaziamento da discussão pela sociedade. Assim, sugeriu que fosse pensada em uma metodologia de propaganda para fomentar a participação da comunidade. A Senhora Juliana Machado Coelho afirmou que não havia pessoal suficiente para organização, contudo, a ideia seria discutir e definir as reuniões com os segmentos e construir com todos, o método e as formas de participação popular. A Senhora Betúlia de Moraes Souto, Instituto Sálvia Terra, alegou que umas das preocupações era a respeito da extensão do calendário. Observou que as lideranças comunitárias deveriam ser previamente comunicadas e preparadas para a discussão. Além disso, elencou sobre a importância da impressão das cartilhas orientadoras sobre o processo de elaboração e revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT e a respeito da representação dos membros do Comitê de Gestão Participativa - CGP nas reuniões. Ressaltou que todo o espaço deveria contar com um breve resumo sobre o que estava sendo proposto em debate, além da participação ativa do Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI em todo o processo. O Senhor Antônio Maycon Martins, SUPLAN, compreendeu sobre as preocupações levantadas na fala anterior. Todavia, mencionou que essas questões estavam sendo analisadas e refletidas pela equipe técnica, a fim de suprir todas as demandas relativas à comunicação de todo o processo de mobilização e participação social de forma efetiva. Além disso, lembrar os agentes públicos a respeito das suas competências e responsabilidades na atuação da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. Citou a respeito do andamento da elaboração de um documento norteador contendo as diretrizes básicas para a mobilização e participação no procedimento revisional, entretanto, não se sentiu confortável em apresentá-lo, haja vista ainda não ter sido concluído. Dessa forma, responsabilizou-se em apresentá-lo na próxima reunião a todos os membros e disponibilizá-lo. Assim, compreende-se que o documento deveria ser apresentado após a definição sobre como as oficinas participativas irão acontecer e como será a dinâmica, a fim de compreender todas as informações no documento norteador tanto

para direcionar a execução das reuniões quanto às diretrizes para realização dos debates com a sociedade. O Senhor João Gilberto de Carvalho Accioly, SINDUSCON/DF, comentou a respeito do desinteresse dos servidores das administrações regionais na participação do processo revisional e a respeito da importância de conscientizar os servidores previamente seria interessante, o que geraria um debate mais produtivo. A Senhora Juliana Machado Coelho esclareceu que no ano anterior houve essa preparação prévia para os servidores das administrações regionais já prevendo o cenário levantado. O Senhor Almiro Cardoso Farias Júnior, OAB/DF, recomendou que a divulgação fosse compreensível para a comunidade e sugeriu que fosse divulgada por meio das redes sociais, a fim de alcançar e conscientizar sobre 246 o objeto da reunião. A Senhora Juliana Machado Coelho pontuou que a finalização da metodologia seria imprescindível para o processo de capacitação dos servidores das administrações regionais sobre o processo revisional. A Senhora Letícia Luzardo de Sousa, SUDEC, sugeriu que a população escolha o formato das reuniões, se seria centralizada ou descentralizada, por meio de QR Code. Para fins de estudo de mobilização, recomendou que a Administração Regional poderia ofertar um ônibus saindo do prédio principal para o local da reunião mediante inscrição prévia, a fim de fomentar a participação social nas reuniões. A Senhora Carolina Pescatori Cândido da Silva, IFB/DF, julgou necessária a definição de datas para a realização de reuniões extraordinárias, com antecedência razoável, para a preparação e organização das sessões públicas. A Senhora Juliana Machado Coelho sugeriu a realização das próximas reuniões extraordinárias nos dias 10/05/2023 e 17/05/2023, sendo a primeira à noite e a segunda à tarde. Não havendo discordância quanto à proposta, as datas das próximas reuniões extraordinárias foram definidas. Houve a recomendação de que as reuniões no período da noite fossem feitas entre 18h30 e 21h00 e as do período da tarde fossem entre as 14h30 e 18h00. Não havendo discordância, a sugestão de horário foi acatada por todos. O Promotor de Justiça, Senhor Dênio Augusto Oliveira Moura, Promotor de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (PROURB), realizou algumas considerações. Em suma, julgou necessário que o primeiro documento que fosse elaborado quanto ao processo revisional seja uma carta de princípios fundamentais e que a população deveria ser educada previamente sobre o conteúdo e abrangência das discussões nas audiências públicas. O Senhor Luís Fernando Zeferino, CAU/DF, sugeriu a elaboração de uma pauta com breve resumo para que a população compreendesse melhor o que seria abordado nas sessões públicas. Foi informado que as cartilhas orientadoras estavam em andamento e que nas próximas reuniões seriam apresentadas. Ademais, foi sugerido que fosse discutido no âmbito do Comitê de Gestão Participativa - CGP a construção do documento relativo aos princípios. Acerca da proposta de consulta pública à população por meio de QR Code, definiu-se que seria elaborada uma enquete para que a população escolhesse o formato de audiência pública que seria adotado. Finalizadas as manifestações e considerações a respeito, avançou-se ao item 7. Metodologia de Participação Social para as Oficinas Participativas: O Senhor Antônio Maycon Martins, SUPLAN, iniciou a apresentação explicando ser um protótipo e que não era uma proposta imposta pela equipe responsável. Apresentou que a proposta inicial oferecida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH era dividida em seis momentos: (i) Preparação do Espaço, a partir da organização da infraestrutura necessária para 279 a realização da Oficina Participativa, que teria duração de 60 minutos; (ii) Abertura, com a fala 280 inicial, que teria a duração de 15 minutos; (iii) Apresentação, que seria a introdução sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT e o reflexo que implica na Região Administrativa, com o tempo estimado de 30 minutos; (iv) Dinâmica, que seria o momento de contribuição da população de forma sistemática, com duração de 90 minutos; (v) Fechamento com a apresentação das contribuições feitas pela população, com tempo estimado de 45 minutos e (vi) Sistematização dos materiais, os quais seriam organizados a partir da produção das contribuições e do espaço utilizado, com duração média de 30 minutos. Sobre a estrutura da dinâmica, informou que a população seria dividida em grupos por eixos, a fim de promover o debate no âmbito interno de cada grupo, contando com registro das falas e percepções e seleção da fala principal, que evidenciariam as causas e caminhos possíveis, para a construção de um painel de cada grupo dividido, a fim de culminar na montagem de um mosaico de apresentação. A respeito dos aspectos das dinâmicas, explicou que seria iniciado com um debate nos grupos focados nas problemáticas da Região Administrativa e que o Governo do Distrito Federal - GDF atuaria como ouvinte e mediador. Além disso, seria feita uma divisão por eixos para reforçar a metodologia de análise e sistematização, a partir do uso de mapas sínteses por eixo para estimular o aprofundamento das discussões e com o registro das falas e contribuições tanto na dinâmica quanto de forma individual. Após essa fase, seria feita uma votação, dentro do grupo, da fala mais representativa da construção do debate para a população, com o propósito de refletir sobre as causas e caminhos possíveis vinculados à pauta mais votada na etapa anterior. Depois da seleção, haveria a

montagem de um Painel contendo a pauta escolhida e as causas possíveis que a população levantar, bem como a montagem do mosaico com os painéis abordados por cada grupo da dinâmica. Dito isso, a duração da participação social e total da metodologia compreenderia o período de 4h30 minutos. Assim, todo o produto resultante daria margem de adaptação na coleta de contribuições. Elencou os produtos da participação social subdividindo em 4 principais fundamentos: (i) Contribuições Individuais – que é a forma de participação sem participação na dinâmica. Aconteceria durante a reunião em qualquer momento ou depois da reunião através de link disponibilizado no site; (ii) Cartão de Registro – seria o material disponibilizado para anotação das falas individuais na dinâmica. Podem ser utilizados para compor o painel. Serviriam para compor a compilação de todas as contribuições da população; (iii) Painel – material com a construção do grupo, a partir do debate em cada eixo. Possui a indicação da fala escolhida pelos participantes e aprofunda nas reflexões sobre as causas e caminhos possíveis; (iv) Mosaico – Produto da reunião ocorrida em cada Região Administrativa. A composição seria feita a partir dos painéis de cada eixo refletindo a leitura comunitária dos participantes. Passou a discorrer sobre os aspectos da metodologia e da dinâmica vinculada à esta. Sobre o primeiro, elencou que a metodologia possuía alguns aspectos, dentre os quais estavam submetidas: (i) as propostas de construção social, que seria a realidade desenvolvida a partir daquilo que as pessoas fazem juntas; (ii) as avaliações para valorização, através da busca por relatos de sucesso para construção de realidades de sucesso; (iii) a investigação apreciativa, com o foco na descrição apreciativa, de forma positiva, para galgar-se a facilidade quanto ao diálogo pelo compartilhamento de desejos; (iv) dos princípios da investigação apreciativa, para a construção produzida entre as pessoas de forma simultânea. A investigação apreciativa é uma invenção poética onde as pessoas dão autoria a seu próprio mundo de maneira contínua e interventiva. Assim, a investigação apreciativa permite que as pessoas visualizem o futuro como pleno de possibilidades e se engajem mais; (iv) a descoberta como um sonho, planejamento e destino desenvolvido por todo esse trabalho. Mapeou os aspectos relativos à investigação apreciativa abordando que seria iniciado a partir da observância das vivências positivas, com a escuta em grupos, a fim de potencializar os aspectos e sonhos, registrando as vivências e sonhos por cartelas, com o propósito de mapear todos os pontos identificados pelo grupo como prioritários. Desse modo, a equipe técnica cruzaria os dados da reunião com o diagnóstico técnico e proporcionaria o momento de articulação técnica-comunitária. Finalizada a apresentação, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. O Senhor Francisco Dorion de Moraes, PRECOMOR/DF, ressaltou a respeito da importância da representação da área da agricultura no âmbito do Colegiado. Pontuou sobre a necessidade de que os membros não atuantes fossem notificados para comparecer às reuniões. Sugeriu que fosse apresentada uma proposta de financiamento do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS para disseminar a informação na ponta. A Senhora Renata Seabra, CAU/DF, a respeito da metodologia acreditou que a dinâmica poderia funcionar perfeitamente desde que fosse feito um mapeamento, principalmente da sociedade civil e das entidades organizadas, para que essas pessoas estivessem presentes na reunião. Questionou se as pessoas poderiam escolher qual eixo poderiam participar e se seria possível a presença em mais de um grupo de discussão, bem como se a possibilidade poderia impactar no produto. Pontuou a respeito da necessidade de se estudar as regiões administrativas para que o tratamento fosse personalizado. A Senhora Betúlia de Moraes Souto, Instituto Sálvia Terra, sugeriu que fosse destinado um tempo para a fala de algum líder comunitário e sobre a importância dos serviços que estavam sendo feitos, com relação à pauta envolvendo o meio ambiente. Solicitou a correção para contemplar a produção de água nos segmentos e propôs que, durante as oficinas, fossem divulgados outros canais de participação social. Argumentou que estava preocupada quanto à linguagem e compreensão do relatório que seria feito ao final da dinâmica, em especial quanto à acessibilidade das informações contidas no material e deixar clarividente todos os encaminhamentos que seriam feitos. O Senhor André Júnio Tavares Barbosa, Coletivo Calunga, notou os avanços obtidos quanto à metodologia. Pontuou sobre a necessidade de que a carta de princípios não limite o processo de escuta da comunidade. Reforçou acerca da articulação com territórios organizados e lideranças locais sobre as características das regiões. Questionou a respeito da ausência do assunto envolvendo o território resiliente no segmento temático. O Senhor Benny Schvarberg, Andar a Pé, apresentou seis propostas de encaminhamento. A primeira contribuição foi no sentido de que na introdução do material contivesse imagens simbólicas fortes nos eixos, de modo a exibir as moradias, o comércio, as praças, escolas, linhas de ônibus dentre outras peculiaridades da região trabalhada, e que fosse feita a inclusão pelas lideranças locais. A segunda sugestão foi a respeito da relevância de preparar a equipe de sistematização dos conteúdos e organização dos painéis sem perder as contribuições. Pontuou sobre a manifestação crítica propositiva da leitura comunitária como peça fundamental para a construção dos painéis. O terceiro ponto

mencionado foi acerca da garantia da participação das entidades, movimentos, lideranças, que atuam nas cidades para que levassem o acúmulo de vivência em proposição dos eixos temáticos. Assim, recomendou que esses atores fossem mobilizados com um mês de antecedência, passando a metodologia a ser empregada, com uma metodologia acessível e mais humana da apresentada. Como quarto ponto, alertou sobre a tendência de ajuntamento de pessoas por afinidade ou por vizinhança. Para impedir essa intercorrência, propôs que na montagem dos grupos obrigar que fossem compostos por vários setores e atores diferentes das cidades, a fim de criar pluralidade dos territórios. A quinta sugestão buscou alertar a todos sobre o tempo destinado à execução das sessões públicas, julgando, para tanto, que passar de duas horas e meia de reunião não seria “humanamente possível” sem lanche. Por último, reiterou sobre a importância da divulgação feita por carros de som. Recomendou que os administradores regionais fizessem o percurso em seus respectivos territórios convidando a população para participar da audiência pública, por uma semana, bem como que não fosse mencionada a expressão “PDOT”, mas a expressão “A cidade que queremos”. A Senhora Carolina Pescatori Cândico da Silva, IFB/DF, parabenizou a equipe pela elaboração da metodologia e teceu algumas contribuições. Sugeriu a redução do tempo destinado à apresentação inicial e reforçou que os mediadores tivessem conhecimento e domínio sobre a região. Quanto à condução dos debates dentro de cada grupo, sugeriu uma indução por grandes questões, a fim de não “deixar solto” os assuntos. A respeito da apresentação, chamou a atenção para a importância na abordagem do dissenso, os quais devem aparecer na leitura comunitária. Propôs que ao final das reuniões fossem distribuídos cartões para que todos registrassem as suas impressões. Por último, mencionou sobre a importância dos registros, a fim de divulgá-los e compila-los no documento a ser produzido. O Senhor João Gilberto de Carvalho Accioly, SINDUSCON/DF, questionou se a dinâmica apresentada seria adotada para as reuniões dos seguimentos. O Senhor Paulo José Dantas de Jesus, Cáritas, para as próximas reuniões, recomendou que os coletivos fossem convidados a participar. Sobre as conferências livres, julgou ser a mais importante e que fosse elaborada uma carta orientadora para nortear as reuniões. Sugeriu que o material bruto fosse construído também pelo Colegiado. Logo em seguida, foi rebatido ponto a ponto das manifestações feitas. O Senhor Antônio Maycon Martins, SUPLAN, respondeu que no esboço inicial apresentado não havia a previsão de que uma pessoa poderia participar de mais de um eixo, porém, que isso não seria impedido. Pediu desculpas quanto à ausência da abordagem da questão específica sobre a água e esclareceu que a temática foi inserida nos recursos hídricos. A respeito do território resiliente, ressaltou que o entendimento era de que se tratava de um tema transversal, o que não impedia a abordagem do assunto nos demais eixos de atuação e que a partir das falas seria possível identificar as contribuições relativas ao tema. O Senhor José Mário Pacheco Júnior, SUPLAN, considerou que após o conhecimento da metodologia pelo Colegiado seriam divulgadas as informações ao público. Dessa forma, os grupos, organizações sociais e coletivos passariam a ser informados após a reunião. A respeito do recurso oriundo do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS, informou que as sugestões estavam sendo incorporadas, inclusive aquelas relativas aos carros de som, as quais seriam incorporadas no documento norteador que será apresentado na próxima reunião. Sobre as imagens da realidade dos territórios, aduziu que se pensou em uma estrutura semelhante à do jornal. No que tange à distribuição de cartões nos finais das reuniões, alegou que no site do Plano Diretor de Ordenamento Territorial havia uma ferramenta disponível para tal finalidade. Pontuou que será feito o encaminhamento da proposta para todos os membros para ofertarem contribuições ao texto e ainda, para que todos os membros iniciem os seus respectivos processos de mobilização social. Informou sobre o e-mail do Comitê de Gestão Participativa - CGP, que é o canal de contato direto e ressaltou sobre o ramal específico para que os membros entrem em contato para registrar todas as manifestações feitas. Complementando a fala anterior, a Senhora Juliana Machado Coelho abordou que seriam agendadas reuniões de trabalho conforme a agenda dos representantes dos segmentos e que todos estavam convidados a participarem. Encaminhou no sentido de que o detalhamento da metodologia seria encaminhado uma semana antes para que os membros realizassem a leitura e oporem contribuições ao texto. Não obstante a isso, colocou em deliberação o calendário de reuniões anteriormente exposto. Não havendo manifestações em sentido contrário, as datas foram consideradas aprovadas. A Senhora Carolina Pescatori Cândico da Silva, IFB/DF, explicou sobre a importância dos registros brutos para estudos futuros. A Senhora Renata Seabra, CAU/DF, sugeriu que fosse informado meia hora antes àqueles que quisessem participar de outro eixo participarem da discussão do segundo grupo. Assim, ingressou-se em uma discussão sobre o giro e o tempo necessário dentro da estrutura da dinâmica. Foi sugerida a redução do tempo de meia hora e que fosse feito um “giro” por dois temas, em dois blocos. Dito isso, restou definido que seria mesclado. Não havendo manifestações em contrário, encaminhou-se no sentido de que na próxima reunião, no dia 10 de

maio de 2023, o assunto seria retomado. Avançando ao item 8. Encerramento: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal - SUPLAN, Senhora Juliana Machado Coelho declarou encerrada a 1ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - CGP/PDOT agradecendo a presença de todos.

JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY Titular – SINDUSCON; ANA PAULA PINTO DE ASSIS FONSECA, Titular – ADEMI/DF; CLAUDIO ANTÔNIO TEIXEIRA PIRES, Titular – APROTAG; MASSAE WATANABE, Suplente – APROTAG; LUÍS FERNANDO ZEFERINO, Titular – CAU/DF; RENATA SEABRA, Suplente – CAU/DF; MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, Titular – CREA/DF; ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR, Titular – OAB/DF; ERIKA REGINA DE ARAÚJO CORREIA, Titular – OAB/DF; CAROLINA PESCATORI CÂNDICO DA SILVA, Suplente – IFB/DF.

JULIANA MACHADO COELHO
Coordenadora em exercício



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 16/05/2023, às 14:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador= 112497399](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=112497399) código CRC= **F728AFF8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

3214-4101

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 112497399



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT

No décimo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, em conformidade ao disposto nos incisos II, V e VI, do Art. 16, do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, foi iniciada a Segunda Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP pela Senhora **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal – SUPLAN, contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Abertura dos trabalhos. 2. Combinados. 2.1. Aprovação da Ata da 1ª da Reunião Extraordinária da CGP, ocorrida em 26/04/2023. 3. Informes da Coordenação Técnica. 4. Apresentação dos locais previstos para as Oficinas Participativas (OP). 5. Roteiro da OP por RA ajustado. 6. Roteiro das Oficinas Participativas por Segmento. 7. Roteiro de Reunião com Lideranças Comunitárias. 8. Preparação dos Técnicos da SEDUH. 9. Divulgações. 10. Encerramento. Iniciada a reunião, passou-se imediatamente ao item 1. Abertura dos trabalhos: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Senhora **Juliana Machado Coelho** declarou aberto os trabalhos cumprimentando a todos os presentes. Avançando ao item 2. Combinados: A Senhora **Juliana Machado Coelho** solicitou que fosse mantido o cronograma previsto para a reunião, que as manifestações ocorressem ao final de cada etapa, que os participantes informassem o seu nome e a entidade que representa, que as falas fossem sucintas, para assegurar a participação de todos e o respeito às opiniões dos demais participantes da reunião. Ato contínuo, passou-se ao subitem 2.1. Aprovação da Ata da 1ª da Reunião Extraordinária da CGP, ocorrida em 26/04/2023: Não havendo pedidos de esclarecimentos, retificações, observações ou correções, a respectiva Ata foi considerada aprovada. Nesse diapasão avançou-se ao item 3. Informes da Coordenação Técnica: A Senhora **Juliana Machado Coelho** informou que foi autorizado o uso do Fundurb para a contratação dos serviços para a organização das Oficinas Participativas (OP). Noticiou sobre o agendamento de uma Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa que ocorrerá no dia 17/05/2023, às 14h30, e que a próxima Reunião Ordinária ocorrerá igualmente no período da tarde. Justificou que as orientações para emissão de declaração de presença foram enviadas por e-mail no dia 02 de maio de 2023 e que a expedição do documento necessita de formalização via e-mail. Pontuou que a cartilha do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), com o texto que estava em elaboração, seria disponibilizada no dia seguinte, 11 de maio de 2023, para ciência de todos. Quanto ao chamamento público para o preenchimento das vagas do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) informou que este havia sido publicado, sendo ofertada uma vaga para o segmento de Organizações Não-Governamentais e Entidades da Sociedade Civil, com enfoque na área de atuação de Recursos Hídricos e uma vaga para cada segmento envolvendo Movimentos Sociais e Coletivos, nas seguintes áreas de atuação: comunidades tradicionais, quilombolas e ciganas; comunidades indígenas; população em situação de rua; população LGBTQIA+. Projetou o QR code para o acesso ao edital aberto para selecionar os novos membros do CGP. Ainda sobre o assunto, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, informou que o edital havia sido aberto naquela data e que o processo seletivo ficaria aberto até o dia 21 de maio de 2023 e que a conclusão com o resultado do edital seria publicada no dia 27 de julho de 2023, com a previsão da realização de uma sessão pública no dia 14 de julho para a seleção das entidades que se configurarem aptas a participar do processo. Passando ao item 4. Apresentação dos locais Previstos para as Oficinas Participativas (OP): O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, explicou que no dia 02 de maio de 2023 foi encaminhado um e-mail para os membros contendo vários documentos, dentre os quais, constou o link de um cadastro no google maps de todos os locais sugeridos para a realização das Oficinas Participativas por Região Administrativa

(RA). Informou que foram encaminhados ofícios às Regiões Administrativas solicitando que dispusessem de um local que comportasse, no mínimo, 150 pessoas e que, com base nas respostas, foi construída essa ferramenta para que os membros tivessem acesso aos locais onde ocorrerão as reuniões. Dito isso, elencou os endereços informados pelas Regiões Administrativas dos locais de realização das Oficinas Participativas (OP), a saber: 27/05/2023 – Região Administrativa de Vicente Pires – endereço: Colégio Liceu, sito à Rua 06, Chácara 235, Vicente Pires (DF); 03/06/2023 – Região Administrativa do Paranoá – endereço: Quadra Coberta do Paranoá, localizado na Praça Central, Lote 06, Paranoá (DF); 06/06/2023 – Região Administrativa do Cruzeiro (DF) – endereço: Auditório do Centro Educacional 02 do Cruzeiro (DF); 14/06/2023 – Região Administrativa do Lago Norte – endereço: Auditório do Colégio do Sol, Lago Norte (DF); 17/06/2023 – Região Administrativa de Brazlândia – endereço: Auditório do Centro de Ensino Médio 01, localizado na Área Especial II, Setor Sul, Brazlândia (DF); 24/06/2023 – Região Administrativa do Gama, o qual não disponibilizou a informação a respeito do local; 01/07/2023 – Região Administrativa de Água Quente (DF), o qual não disponibilizou a informação a respeito do local; 04/07/2023 – Região Administrativa do Núcleo Bandeirante – endereço: Salão de Múltiplas funções do Núcleo Bandeirante (Salão Comunitário), Núcleo Bandeirante (DF); 08/07/2023 – Região Administrativa de Ceilândia – endereço: Auditório da Administração Regional, localizado na QNM 13, Módulo B, Ceilândia (DF); 15/07/2023 – Região Administrativa do Arapoanga, o qual não disponibilizou a informação a respeito do local; 22/07/2023 – Região Administrativa de Santa Maria – endereço: Galpão Cultural de Santa Maria (DF); 25/07/2023 – Região Administrativa de Sobradinho I – endereço: Teatro de Sobradinho, localizado na Quadra 12, Sobradinho (DF); 29/07/2023 – Região Administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol – endereço: Escola Classe Juscelino Kubitschek, localizada na Quadra 500, Área Especial 01, Trecho 01, SHSN (DF); 02/08/2023 – Região Administrativa de Arniqueiras – endereço: Escola Classe Arniqueira, localizada ao lado da Administração Regional de Arniqueira (DF); 05/08/2023 – Região Administrativa do Recanto das Emas – endereço: Auditório da Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas, na Quadra 203, lote 32, Avenida das Emas, Recanto das Emas (DF); 10/08/2023 – Região Administrativa de Águas Claras, a qual não disponibilizou a informação a respeito do local; 12/08/2023 – Região Administrativa do Fercal – endereço: Galpão Coberto, localizado na DF 150, KM 12, Quadra 11, Lote Especial Feira, Engenho Velho, Bairro Fercal (DF); 19/08/2023 – Região Administrativa do SCIA/Estrutural – endereço: Centro Educacional 01 da Estrutural (DF); 24/08/2023 – Região Administrativa do Lago Sul – endereço: Auditório da Administração Regional, localizado na Sede, SHIS, QI 11, Área Especial nº 01, Lago Sul (DF); 26/08/2023 – Região Administrativa de Samambaia – endereço: Complexo Cultural de Samambaia, Quadra 301, Conjunto 05, Lote 01, Samambaia (DF); 02/09/2023 – Região Administrativa de Taguatinga – endereço: Auditório da Faculdade Projeção, localizado na AE, nº 5 e 6, Setor C Norte, Taguatinga Norte (DF); 05/09/2023 – Região Administrativa da Octogonal/Sudoeste, a qual não disponibilizou a informação a respeito do endereço; 16/09/2023 – Região Administrativa do Itapoã – endereço: Escola Classe 01, QD 61, Conjunto, Área Especial, Del Lago, Itapoã (DF); 23/09/2023 – Região Administrativa do Riacho Fundo I – endereço: Auditório, localizado na Av. Cedro, AE 15, QS 16, Riacho Fundo I (DF); 30/09/2023 – Região Administrativa do Varjão – endereço: Associação dos Idosos do Varjão, localizado na Quadra 05, conjunto A, chácara 18, Varjão (DF); 07/10/2023 – Região Administrativa de Sobradinho II – endereço: Auditório da Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho, AR 09, Conjunto 34, Sobradinho II; 10/10/2023 – Região Administrativa do Riacho Fundo II – endereço: Auditório do Centro Interescolar de Línguas (CIL), 1A, etapa QN 8C, Riacho Fundo II (DF); 18/10/2023 – Região Administrativa do SAI, a qual não disponibilizou a informação a respeito do local; 21/10/2023 – Região Administrativa de Planaltina – endereço: Auditório do Complexo Cultural de Planaltina, Avenida Uberdan Cardoso, St. Administrativo 02, Planaltina (DF); 31/10/2023 – Região Administrativa da Candangolândia, a qual não disponibilizou a informação a respeito do local; 11/11/2023 – Região Administrativa de São Sebastião – endereço: Ginásio Poliesportivo, São Bartolomeu, Quadra 02, São Sebastião (DF); 23/11/2023 – Região Administrativa do Guará – endereço: Auditório da Administração Regional do Guará, QE 25, Área Especial do CAVE, Guará II, Prédio Sede, Guará (DF); 05/12/2023 – Região Administrativa do Jardim Botânico – endereço: Centro de Prática Sustentáveis, CPS, Avenida do Cerrado s/n, Jardins Mangueiral, Jardim Botânico (DF); 09/12/2023 – Região Administrativa do Park Way – endereço: Clube de Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Vargem Bonita, Área Especial 01, s/n, Núcleo Rural de Vargem Bonita, Park Way (DF); 16/12/2023 – região Administrativa do Plano Piloto – endereço: Auditório do Departamento de Estrada e Rodagem do Distrito Federal (DER-DF), Setor DN, Bloco C, Asa Norte (DF). Lembrou a todos que havia a previsão de realização de 53 Oficinas Participativas (OP), 35 reuniões por Regiões Administrativas (RA)

e 18 por segmentos e temas, além dos temas propostos pelos membros do Comitê de Gestão Participativa. Fazendo uma complementação, a Senhora **Juliana Machado Coelho** informou que os locais de reunião serão visitados pela equipe da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), para avaliar todas as questões envolvendo acessibilidade e localização. Na sequência, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. Não havendo, o Senhor **Antônio Maycon Martins**, SEDUH, destacou que as reuniões apresentadas não limitavam os membros de realizarem reuniões paralelas e que foi fornecido um material orientando diretrizes gerais para a realização do diagnóstico. Logo em seguida, avançou-se ao item 5. Roteiro da OP por RA ajustado: O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SEDUH, apresentou uma proposta adaptada, a qual dispõe o seguinte: 1) preparação do espaço: a organização do espaço para a realização da Oficina Participativa (OP), é o de 45 minutos; 2) abertura: a fala inicial de abertura dos trabalhos compreenderá 10 minutos; 3) apresentação: será feita uma introdução sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e o reflexo na Região Administrativa (RA); 4) dinâmica: momento de contribuição da população de forma sistemática, em que o tempo destinado para a execução foi o de 90 minutos, sendo dois tempos de 40 minutos com o intervalo de 10 minutos; 5) fechamento: a reunião será encaminhada à conclusão a partir das contribuições feitas, com o tempo máximo de 45 minutos e, por último, a sistematização dos materiais, com a organização final do material produzido e do espaço utilizado, sendo destinado 30 minutos para a tanto. Explicou sobre a estrutura da dinâmica das Oficinas Participativas (OP), a qual obedecerá a seguinte: 1) divisão em grupos por eixo; 2) registro das falas e percepções; 3) causas e caminhos possíveis; 4) montagem do mosaico e apresentação; 5) debate em cada grupo; 6) seleção da fala principal e 7) construção de painel do eixo. Como aspecto da dinâmica, indicou que, inicialmente, seria promovido um debate em Grupo focado nas potencialidades e desafios da Região Administrativa, desempenhando o Governo do Distrito Federal o papel de ouvinte e mediador, realizando uma divisão por eixos, para reforçar a metodologia de análise e sistematização, com o uso de mapas sínteses e estimular o aprofundamento das discussões, a fim de registrar as falas e as contribuições tanto na dinâmica, quanto individualmente. Assim, proceder-se-ia à votação da fala mais representativa para exposição da construção do debate para a população, para identificar as reflexões sobre as causas e caminhos possíveis vinculados a pauta mais votada na etapa anterior e proceder-se a montagem do painel contendo a pauta escolhida e as causas ou caminhos possíveis que a população levantar. A Oficina Participativa teria, ao total, 4 horas de duração. Pontuou que os produtos da participação social englobam as contribuições sociais, que ocorrem durante a reunião, em qualquer momento ou depois da reunião através do *link* disponibilizado no site; o cartão de registro, que é o material para anotação das falas individuais na dinâmica, pode ser usado para compor o painel. Todos esses servem para compilação de todas as contribuições da população; o painel, construído a partir do debate em cada eixo, com a indicação da fala escolhida pelos participantes, aprofunda nas reflexões sobre as causas e caminhos possíveis; e o mosaico, que é feito com as informações de cada eixo, refletindo a leitura comunitária dos participantes. Em seguida, foi apresentado o item 6. Roteiro das Oficinas Participativas por Segmento: O roteiro envolve a aplicação de dinâmicas de participação de acordo com o segmento, em que o Governo do Distrito Federal (GDF) desempenha o papel de mediador e sendo registradas todas as contribuições independentemente daquelas obtidas na dinâmica, a fim de mostrar o retrato do Distrito Federal focado no segmento em destaque. A duração total da participação social seria de 2 horas perfazendo um total de duração de 3 horas. O objetivo da proposta é que as informações possam dar margem de adaptação na coleta de contribuições. Informou que o roteiro será disponibilizado via *e-mail* para todos os membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP). Quanto à dinâmica de participação, informou que havia a previsão das seguintes abordagens: seminário, que é a instância de participação na qual reúnem-se especialistas para debater assuntos pertinentes à revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) por meio de grandes encontros com temas pré-definidos; o debate temático, que é uma modalidade de participação acerca de uma temática, questão ou problema específico, relacionado ao tema do evento. Tem o objetivo de encorajar a participação do maior número de pessoas e gerar discussões sem necessidade de conclusão; entrevista coletiva, modalidade de participação onde há a participação de todos, por meio da elaboração de perguntas orientadoras para a coleta de contribuições e tem caráter mais cognitivo por parte da equipe técnica; e, por último, pontos no mapa, que é uma modalidade de participação onde os integrantes são instigados a inserir pontos no mapa do Distrito Federal identificando conflitos, potencialidades e possíveis caminhos para o tema relacionado. Finalizada a apresentação, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. Sugeriu-se a aplicação de um mapa cartográfico-participativo e foram feitos questionamentos sobre como seriam compiladas as informações das Oficinas Participativas (OP). O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, solicitou

que todas as contribuições fossem encaminhadas por e-mail. O Senhor **Benny Schvarberg**, Andar a Pé, pontuou sobre a consequência da falta de retorno para a comunidade sobre a participação das pessoas nas sessões públicas. Devido a isso, recomendou que a equipe técnica fizesse uma sistematização de todos os pontos recolhidos durante a Oficina Participativa do ponto de vista da habitação, transporte, mobilidade, dentre outros, para distribuir à população. Esclareceu que dessa forma seria uma forma de evitar a frustração da população. A Senhora **Ludmila de Araújo Correia**, CEUB, discursou sobre os exemplos de frustração obtidos no processo de participação social e criticou a postura de alguns órgãos de governo quanto ao processo. Contribuiu no sentido de que o processo de mapeamento fosse mais visual para auxiliar o entendimento quanto ao tema no território e que a cartilha fosse proeminentemente visual. O Senhor **João Gilberto de Carvalho Accioly**, SINDUSCON, solicitou que os 45 minutos destinados à preparação da reunião fossem destinados ao acréscimo na dinâmica, visto que esse processo seria mais bem negociado no âmbito da dinâmica. A Senhora **Carolina Pescatori Cândico da Silva**, IFB/DF, julgou que a organização da Oficina Participativa havia ficado interessante e reforçou sobre a necessidade de o material facilitar o entendimento de dados, em especial quanto à dinâmica a ser adotada. Pontuou que o mínimo que deveria ser feito seria o envio da síntese da reunião aos participantes dessas reuniões. O Senhor **André Júnior Tavares Barbosa**, Coletivo Calunga, apontou sobre o uso dos espaços e de soluções sociais quanto à organização e abordagem dos eixos. Julgou importante que a Secretaria Executiva buscasse as referências e as enviasse aos membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP). A Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Sálvia Terra, solicitou o envio do cardápio de forma prévia aos membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) e que fossem apresentadas as intenções do Governo do Distrito Federal (GDF) quanto ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). A Senhora **Juliana Machado Coelho** realizou informes sobre o Plandhis, que deve ser lançado na mesma data em que o Projeto de Lei (PL) fosse lançado. Assim, noticiou que o programa será lançado em breve. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, em síntese, reforçou que todos os documentos apresentados seriam enviados aos membros do Comitê de Gestão Participativa. Com relação a sugestão da cartografia-participativa, informou que a sugestão seria incrementada à proposta. No que tange ao tempo de organização do evento, abordou que o período destinado não poderia ser alterado, visto que em alguns locais deverão ser montadas infraestruturas para a realização das Oficinas Participativas (OP). Já em relação a concessão de mais tempo para a realização da dinâmica, esclareceu que o prazo foi estabelecido em atendimento à solicitação de que o evento não fosse prolongado demasiadamente, além da demanda por corpo técnico. No que diz respeito ao retorno das discussões à população, informou que o assunto seria mais bem trabalhado na próxima reunião. Contudo, ressaltou que estava sendo refletida a ideia de elaboração de um sumário para pessoas menos letradas sobre as questões urbanísticas. Sobre a cartilha, informou que o texto estava em desenvolvimento, além do desenho gráfico que comporá o material. O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SEDUH, de forma breve, comentou sobre algumas contribuições ofertadas nas falas anteriores. Registrou que a remodelagem do *site* conta com uma série de vídeos explicativos para apropriação do público não letrado, a fim de explicar, de forma mais didática e simples, sobre os aspectos urbanísticos e diretrizes do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Além disso, o *site* buscou também conferir a transparência de todo o processo de revisão da ferramenta urbanística e de todo o material produzido por meio da mobilização social. Não obstante a isso, mencionou sobre os demais produtos e trabalhos desenvolvidos para fomentar e mobilizar a população sobre o processo sistematizado, simplificado, referencial e acompanhado do processo revisional, disponibilizando, assim, todo o material para apropriação. Com relação ao painel, explicou que a ideia seria de reunir a população para debater o eixo de seu interesse, produzindo mapas dinâmicos para que, por meio da intermediação, a população consiga registrar o momento em que estão, as suas opiniões quanto à temática e sobre a fala debatida e apresentá-la à sociedade. O mosaico formaria uma figura sobre como a população visualiza o seu território, a partir de elementos visuais de forma detalhada. No que tange às publicações, alegou que fará um esforço para incrementar as informações para serem disponibilizadas no *site* do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Considerando o horário e os itens de pauta a serem abordados, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, sugeriu que o aprofundamento dos itens 7 e 8 da pauta, relativos ao Roteiro de Reunião com Lideranças Comunitárias e a Preparação dos Técnicos da SEDUH fosse abordado em primeiro lugar na próxima reunião. Assim, não havendo manifestações em contrário, os itens serão apresentados no início da próxima reunião do Comitê de Gestão Participativa (CGP). A senhora **Carolina Pescatori Cândico da Silva**, IFB/DF, preocupou-se quanto ao registro do mosaico e sugeriu que todos os conteúdos fossem registrados, tendo em vista ser imprescindível para a identificação das hierarquias de poder e impressões da população sobre a discussão.

A Senhora **Ludmila de Araújo Correia**, CEUB, questionou como seria feito o chamamento das lideranças sociais, se seria feito pelas Administrações Regionais. Justificou que nas últimas reuniões havia a presença de muitos representantes do Poder Público ligados às Administrações Regionais. Nesse sentido, sugeriu a disponibilização de transportes para que as lideranças comunitárias e sociais possam se deslocar ao local de realização das Oficinas. A Senhora **Verônica Ferreira de Figueiredo**, PAES, chamou atenção quanto à acessibilidade da fala e quanto ao deslocamento para a participação das reuniões. O Senhor **Rafael Damasceno Serrati**, Associação Livres, sensibilizou a todos para que o horário da reunião fosse alterado. Questionou sobre quando poderia ser enviada a sugestão de alteração dos locais das Oficinas Participativas (OP). Para sugestão de quaisquer alterações, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, reiterou que todos os materiais serão disponibilizados no dia seguinte e solicitou que as contribuições fossem encaminhadas para o e-mail do Comitê de Gestão Participativa (CGP). A Senhora **Juliana Machado Coelho** afirmou que as sugestões poderiam ser encaminhadas tanto pelo grupo de *WhatsApp* e *e-mail*. O Senhor **Rafael Damasceno Serrati**, Associação Livres, sugeriu que quando houvesse a alteração do horário diurno ou noturno, que fosse comunicado no mesmo horário de realização da reunião, a fim de organização da representação nas ocasiões pelos titulares e suplentes. A Senhora **Juliana Machado Coelho** esclareceu que as 19h30 ficava muito tarde e que o horário das 19h poderia ser adotado. Quanto ao registro do mosaico, o Senhor **Antônio Maycon Martins**, SEDUH, afirmou que as imagens poderiam ser compiladas para disponibilizar. No que tange ao chamamento das lideranças, informou que a equipe técnica possui uma lista de nomes mapeando as principais lideranças comunitárias, mas que a intenção é a de expandi-la, para abranger o processo participativo. Reforçou que poderiam ser encaminhados os nomes, com telefones e demais informações necessárias à localização dos líderes, com o propósito de convidá-los a incorporar as discussões e a participação social. A respeito do transporte, indicou que se esforçaria para consegui-lo, mas que não garantiria a disponibilização do transporte. Informou que traria a notícia na próxima reunião quanto ao assunto. Sobre a acessibilidade nas falas, alegou que aceitaria sugestões e dicas para a construção do roteiro e da fala. Quanto às divulgações, solicitou ajuda na comunicação para que as pessoas entendam a necessidade de participarem. A respeito da alteração do horário, observou que isso poderia ser manifestado no grupo de *WhatsApp* e recomendou a todos que lessem as atas das reuniões. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, discursou sobre o potencial que os membros possuem para auxiliar os trabalhos do Comitê de Gestão Participativa. A respeito do transporte, a Senhora **Juliana Machado Coelho** abordou que o assunto seria conversado com as administrações regionais e que na semana seguinte seria dado um retorno quanto ao assunto. Sobre a lista de lideranças, informou que a relação seria disponibilizada para que os membros pudessem fazer sugestões de nomes a serem acrescentados. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, noticiou que mais de cinco mil *folders* estavam sendo confeccionados para distribuir as informações à população que não conta com tecnologia para o acesso às informações e que o material seria disponibilizado para que os membros tivessem acesso. O representante do Fórum de Defesa da Água teceu algumas sugestões. Indicou que 90 minutos para manifestação da população era pouco e recomendou que fosse acrescentado mais minutos. Recomendou que as reuniões livres acontecessem com vários segmentos e regiões diferentes e que as demandas dessas sessões fossem incluídas nas demandas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Habitação do Distrito Federal (SEDUH). Propôs que fosse incluído no *folder* o assunto antecipadamente e disposto como as mudanças alterariam a rotina de suas vidas. Além disso, recomendou que fosse facilitada a mobilidade para as comunidades participarem das Oficinas Participativas. Ademais, mencionou sobre a concessão de lanches e acerca do caráter deliberativo. O Senhor **Marcos Luiz Santarosa** solicitou, novamente, o credenciamento da Associação dos Produtores do Núcleo Rural Lago Oeste (ASPROESTE) no Comitê de Gestão Participativa (CGP). O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, retomou a fala no sentido de que a concessão de mais tempo nas Oficinas Participativas buscou atender a demanda solicitada pela redução do tempo dessas reuniões. Contudo, pontuou que a questão seria revista e retornada em breve. Quanto às reuniões livres, informou que o *site* do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) continha todas as orientações para a realização das reuniões livres e ressaltou que qualquer cidadão poderia organizar uma reunião livre, colhendo até 12 propostas para cada cadastro. No que tange ao levantamento dos nomes das lideranças, reafirmou que fosse dado um auxílio na indicação de nomes para explicar todo o escopo do evento e das fases do processo, da fase inicial do processo revisional do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Informou que foram realizadas solicitações para o fornecimento de lanche, transporte, materiais de divulgação e utilização nos eventos, dentre outras ferramentas a serem utilizadas nas Oficinas Participativas (OP), sendo aguardado o retorno das solicitações. Observou-se sobre onde aconteceriam as

reuniões dos segmentos, sendo esclarecido que foi enviado um questionário a todos os membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) para indicarem locais para a realização dos eventos, contudo, não houve quantidade significativa de respostas. Assim, os formulários seriam novamente enviados a todos os membros. Na reunião anterior, foi sugerida a sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH). Avançando ao item 9. Divulgações: Não Houve. Ato contínuo, passou-se ao item 10. Encerramento: O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, informou a todos que no dia 17 de maio de 2023, às 14h30, acontecerá a 3ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) e que no dia seguinte seria apresentada a pauta da sessão. A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Senhora **Juliana Machado Coelho** esclareceu que as reuniões extraordinárias, igualmente, estavam sendo alternadas e declarou encerrada a 2ª Reunião Extraordinária do Comitê de Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença de todos e desejando boa noite.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS** Suplente – SUPLAN; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **VERÔNICA FERREIRA DE FIGUEIREDO**, Titular – PAES; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Instituto Sálvia Terra; **BENNY SCHVARBERG**, Titular – Andar a Pé; **RUTH STÉFANE COSTA LEITE**, Suplente – ASSOLIM; **FRANCISCO DORION DE MORAIS**, Suplente – PRECOMOR; **CLAUDIO ANTÔNIO TEIXEIRA PIRES**, Titular – APROTAG; **MASSAE WATANABE**, Suplente – APROTAG; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Titular – CEUB; **RENATA SEABRA**, Suplente – CAU/DF; **RAFAEL DAMASCENO SERRATI** Titular – Associação Livres; **ANDRÉ JÚNIO TAVARES BARBOSA** Titular – Coletivo Calunga; **PAULO JOSÉ DANTAS DE JESUS** Suplente- CÂRITAS; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY** Titular – SINDUSCON; **JOÃO CARLOS DE SIQUEIRA LOPES**, Suplente – SINDUSCON; **ROGÉRIO MARKIEWIC**, Suplente – ADEMI/DF; **LUÍS FERNANDO ZEFERINO**, Titular – CAU/DF;

JULIANA MACHADO COELHO

Coordenadora em exercício



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2**, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano, em 06/06/2023, às 11:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=114236269 código CRC= **9F33C91E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

3214-4101

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 114236269



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT

No décimo sétimo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Terceira Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, pela Senhora **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal – SUPLAN, contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Abertura dos trabalhos. 2. Informes. 2.1. Aprovação da Ata da 2ª da Reunião Extraordinária da CGP, ocorrida em 10/05/2023. 3. Informes da Coordenação Técnica. 4. Roteiro da Oficinas Participativas por RA ajustado. 5. Roteiro das Oficinas Participativas por Segmento. 6. Roteiro de Reunião com as Lideranças Comunitárias. 7. Preparação dos Técnicos da SEDUH. 8. Divulgações. 9. Encerramento. Iniciada a reunião, passou-se imediatamente ao item 1. Abertura dos trabalhos: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Senhora **Juliana Machado Coelho** declarou aberto os trabalhos cumprimentando a todos os presentes. Avançando ao item 2. Combinados: A Senhora **Juliana Machado Coelho** solicitou que fosse mantido o cronograma previsto para a reunião e que as manifestações ocorressem ao final de cada etapa. Visando assegurar a participação de todos os participantes, requereu que as falas fossem sucintas. Ato contínuo, passou-se ao subitem 2.1. Aprovação da Ata da 2ª da Reunião Extraordinária da CGP, ocorrida em 10/05/2023: Em razão da necessidade de finalização do documento, a respectiva Ata será analisada e submetida à aprovação no dia 31/05/2023, próxima Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP). Nesse diapasão avançou-se ao item 3. Informes da Coordenação Técnica: O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, lembrou a todos acerca da abertura do chamamento nº 01/2023, visando o preenchimento das cinco vagas restantes, que ainda não foram ocupadas. Informou que o prazo de inscrição se encerra no dia 21 de maio do corrente ano. Realizou a devolutiva a respeito da disponibilização de lanches para as Oficinas Participativas (OP) por Região Administrativa (RA), noticiando que foi autorizada a concessão de lanches. Quanto aos encaminhamentos dos locais sugeridos para a realização das Oficinas Participativas, informou que nem todos atenderam os requisitos de acessibilidade e infraestrutura para atender a todos os participantes, inclusive, a equipe técnica, entretanto, alguns locais estão sendo estudados para verificação da viabilidade para realização da OP. Sobre a capacitação da equipe técnica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), com a Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/FIOCRUZ), Mauricéa Santana, a qual trabalha com a metodologia chamada “cartografia participativa”, afirmou que foi feita, em Brasília, uma reunião com a docente, visando a melhoria da dinâmica a ser adotada nas Oficinas Participativas (OP) e, aproveitando a compatibilidade das agendas da Professora e da SUPLAN, seria realizado um treinamento junto à equipe da SUPLAN no dia 08 de maio. Informou que, visando a confirmação de presença para a 1ª Oficina Participativa por segmento ou tema, foram realizadas tentativas de contato telefônico com os membros, titulares e suplentes, representantes dos segmentos que foram indicados pelo CGP, entretanto, não foi logrado êxito em nenhuma delas. Solicitou que todos os membros e/ou representantes, retornem às ligações e respondam os e-mails enviados para que seja possível organizar a reunião preparatória para a Oficina Participativa (OP). Destacou que a participação é facultativa e, como se trata de reunião preparatória para oficina por segmento, a mesma terá foco no segmento. Informou que foi enviado por e-mail o texto base para a redação da cartilha explicativa sobre o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Informou ainda que, seria disponibilizado um *link* de um formulário virtual para que os membros fizessem suas sugestões de novas entidades, coletivos e organizações, para serem convidados para as Oficinas Participativas (OP) por segmentos. Alegou que a equipe técnica tem feito um esforço quanto ao levantamento dos nomes desses

atores e solicitou que todos contribuíssem com relação a isso. No que diz respeito a divulgação nas mídias sociais, noticiou que o *link* do *Youtube* foi disponibilizado contendo uma *playlist*, no canal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), dos vídeos explicativos a respeito do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), bem como na página oficial no *Instagram*. Além disso, indicou que o *link* do site do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) foi igualmente encaminhado, contendo as orientações para a realização das reuniões livres e ressaltou sobre a importância da participação popular para discutir sobre o processo revisional. Finalizado os informes, passou-se ao item 4. Roteiro da OP por RA ajustado: O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, iniciou a apresentação reafirmando a respeito dos roteiros apresentados nas reuniões anteriores. Destacou, novamente, a proposta adaptada, a qual dispõe o seguinte: 1) Tempo aproximado necessário para preparação do espaço para a realização da Oficina Participativa (OP): 45 minutos; 2) Tempo aproximado necessário para abertura: a fala inicial de abertura dos trabalhos: 10 minutos; 3) Tempo aproximado necessário para apresentação: Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e o reflexo na Região Administrativa (RA); 4) dinâmica: momento de contribuição da população de forma sistemática, em que o tempo destinada para a execução foi o de 90 minutos, sendo dois tempos de 40 minutos com o intervalo de 10 minutos; 5) fechamento: a reunião será encaminhada à conclusão a partir das contribuições feitas, com o tempo máximo de 45 minutos e, por último, a sistematização dos materiais, com a organização final do material produzido e do espaço utilizado, sendo destinado 30 minutos para a tanto. Fundamentou que a dinâmica foi dividida em dois momentos possibilitando que as pessoas participassem de mais de uma sala ao mesmo tempo. Sintetizou informando que a ideia é promover o debate entre as pessoas para que conversem sobre os eixos propostos, com o registro das falas e percepções. Sendo assim, no primeiro momento a pessoa participaria de um eixo e num segundo momento de outro, dentro da dinâmica proposta. Explicou sobre a estrutura da dinâmica das Oficinas Participativas (OP), a qual obedecerá a seguinte: 1) divisão em grupos por eixo; 2) registro das falas e percepções; 3) causas e caminhos possíveis; 4) montagem do mosaico e apresentação; 5) debate em cada grupo; 6) seleção da fala principal e 7) construção de painel do eixo. Como aspecto da dinâmica, indicou que, inicialmente, seria promovido um debate em Grupo focado nas potencialidades e desafios da Região Administrativa, sendo o Governo do Distrito Federal desempenhando o papel de ouvinte e mediador, realizando uma divisão por eixos para reforçar a metodologia de análise e sistematização, com o uso de mapas sínteses por eixo para estimular o aprofundamento das discussões, a fim de registrar as falas e contribuições tanto na dinâmica quanto de forma individual. No que tange às formas de contribuição popular, pontuou que seria disponibilizado um *link* para o preenchimento de um formulário virtual. Todavia, cientificou que para as pessoas que não tiverem acesso virtual, será distribuído um formulário físico para a coleta das informações. Explicou sobre como se daria o registro das falas individuais após cada grupo efetuar a sua fala inicial. Após as falas, seria orientado que todos promovessem o debate, para expor o pensamento a respeito do eixo e, por último, que fizessem o registro das falas e dos elementos que julgarem importantes para constar no arquivo que será impresso. Demonstrou a imagem dos formulários e explicou cada campo. O propósito da dinâmica seria estabelecer um sistema de transparência, a fim de garantir a consciência sobre quem produziu as informações e o momento que foram reduzidas a termo e disponibilizá-las no *site*. Após o encerramento do evento, os registros físicos seriam digitalizados e inseridos em processos SEI, sendo certo que, os dados pessoais do autor seriam preservados. Dito isso, após as pessoas efetuarem os seus respectivos registros, estas escolhem qual a temática principal que deve ser levada para o resto da população. Destacou que se a pessoa quiser desenhar, fazer recorte dos mapas, elaborar um texto ou indicar um infográfico, a orientação é livre: A ideia é de promover e produzir um painel consoante aquele eixo de abordagem, para que, ao final do evento, resulte em dois painéis para cada eixo, totalizando, assim, doze painéis. Apresentou a proposta de estruturação contendo as dimensões das lonas que serão utilizadas para colar os mosaicos para melhor identificar a leitura feita pela comunidade. Avançou ao item 5. Roteiro das Oficinas Participativas por Segmento: destacou que as Oficinas Participativas (OP) por segmentos terão duração menor e que ocorrerão à noite em um dia da semana. Dentro disso, as dinâmicas de participação acontecerão no formato de seminários, onde um especialista do assunto será convidado a falar sobre um determinado tema, se assim fosse o entendimento dos membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) vinculados àquele eixo. Além disso, mecanismos como debate, entrevista coletiva e demarcação de manchas e porções territoriais são igualmente autorizadas. Logo em seguida, exibiu os aspectos da dinâmica, aduzindo que seria realizada uma reunião prévia com os membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) para alinhar com os representantes de cada segmento sobre qual dinâmica seria adotada na reunião. Será feito um apanhado inicial sobre o que é o Plano Diretor de

Ordenamento Territorial (PDOT) e as suas características, para que a pessoa entenda todo o processo que está sendo realizado e quais fases seguintes o procedimento irá adotar. Nesse sentido, será ofertado diversas dinâmicas de participações de acordo com o segmento, tendo o Governo do Distrito Federal (GDF) no papel de mediador, sendo realizado o registro das falas e contribuições independente da dinâmica, a fim de demonstrar o retrato do Distrito Federal (DF) focado no segmento em destaque. A duração da participação social terá 2 horas de duração e perfazendo um total de 3 horas de reunião, para que seja oposta uma margem de adaptação na coleta de contribuições, a ser seguido no roteiro que será disponibilizado via *e-mail*. Asseverou que o papel do Comitê é o de ser um intermediador e não expositor do tema para que a população contribua com os segmentos. Pontuou que o objetivo ao final da dinâmica é o de extrair uma problemática para que fosse cruzada com a leitura técnica para avançar nas etapas futuras como o prognóstico. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, destacou que, a princípio, a reunião preparatória seria feita com os técnicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), mas que isso não impediria que os membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) participassem. Deixou claro que todo e qualquer membro é convidado a participar de todo o processo revisional, seja participando das reuniões com os segmentos seja nas Oficinas Participativa (OP) ou em qualquer ato envolvendo o procedimento revisional. Na sequência, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. A Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, com relação às reuniões preparatórias, questionou se somente os membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) poderiam participar e se seria viável a presença de parceiros para auxiliar na montagem das reuniões por segmento. Justificou que os especialistas poderiam tornar o debate mais produtivo. A Senhora **Ana de Paula Pinto Assis Fonseca**, ADEMI-DF, na mesma linha, fundamentou ser importante que as associações possam, eventualmente, contribuir com o debate. A Senhora **Renata Seabra**, CAU/DF, em razão do apontamento sobre a participação dos membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) nas reuniões preparatórias, questionou qual critério seria adotado para a escolha dos representantes. A Senhora **Ludmila de Araújo Correia**, CEUB, com relação a apresentação sobre a dinâmica, sugeriu que fosse tomado um certo cuidado com relação as seleções das falas, tendo em vista poderia ensejar um recorte em que as pessoas não se sintam contempladas. Propôs que, num primeiro momento, a dinâmica acontecesse de forma espontânea para que, depois fosse trabalhado assuntos menores para que as pessoas não se limitassem a apenas escrever, mas desenhar e trazer suas impressões a partir do que foi apresentado na fala inicial. Finalizada a dinâmica, a pessoa poderia preencher o formulário com calma e não, necessariamente, entregá-lo no dia. Sugeriu que a ficha não contivesse linhas, mas um quadro em branco para que o cidadão preenchesse de acordo com o que se sentia mais à vontade. Recomendou a adoção de “palitinhos” para que as pessoas assinalassem no mapa as potencialidades e conflitos, realizando, assim, um filtro daquilo que caberia ou não dentro do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). O Senhor **Benny Schvasberg**, Associação Andar a Pé, sugeriu que após a realização da primeira Oficina Participativa (OP) fosse realizada uma reunião com os membros do Comitê de Gestão Participativa (OP) e propôs que todos os representantes e convidados participassem da primeira sessão. Recomendou que a Senhora Silmara Vieira, Consultora, fosse convidada para que auxiliasse na demanda com relação à dinâmica. Propôs, ainda, a adoção de um *slogan* para a promoção dos eventos, como, por exemplo, “PDOT Participativo”. Destacou positivamente o trabalho desempenhado pela equipe técnica pelo esforço e detalhamento das dinâmicas e procedimentos. Contudo, sugeriu que fosse feito um esforço para humanizar os procedimentos e simplificar os passos. Por derradeiro, discursou sobre a necessidade de decifrar os termos correspondentes ao viés tecnocrático para que a população compreenda tudo o que será exposto e discutido. A Senhora **Verônica Ferreira de Figueiredo**, PAES, em síntese, comentou que estava trabalhando com a sua comunidade local sobre os aspectos envolvidos ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Questionou sobre a questão envolvendo a concessão de transporte para que a população participasse das reuniões. Concordou com a fala anterior, no sentido de que fosse autorizada a participação de especialistas nas reuniões, bem como sinalizou que as divulgações acontecessem de forma prévia. A Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, destacou que a reunião sobre o segmento LGBTQIA+ não teria um representante do Comitê de Gestão Participativa (CGP) acompanhando e opinou ser injusto que as reuniões ocorram sem a participação destes. A Senhora **Juliana Machado Coelho**, SUDEC/SEDUH, informou que os membros poderiam trazer especialistas e convidados para participarem das reuniões por segmentos e que a ideia é ajudar a construir a agenda. Contudo, destacou que os membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) teriam prioridade na participação e que haveria divulgação tanto via *e-mail* quanto nos grupos de *WhatsApp* a respeito das sessões. Justificou que a reunião agendada para o dia 27 de maio, antes da sessão

do Comitê de Gestão Participativa (CGP), será destinada à discussão e ajustes. No que tange às questões gerais, como, por exemplo, o transporte, explicou que infelizmente não foi possível conseguir o transporte pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), mas estava sendo negociado com as Administrações Regionais para conseguir o meio de locomoção. Acrescentou que, inclusive, o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) estava analisando algumas questões pertinentes às Oficinas Participativas (OP), porém, com relação aos lanches, nas primeiras oficinas, estava sendo negociado junto às Administrações Regionais para a concessão, em razão do óbice envolvendo o FUNDURB. Em complemento à fala manifestada, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, para fins de organização, solicitou que as inscrições fossem feitas por e-mail. Intervindo a fala, a Senhora **Ruth Stéfane Costa Leite**, ASSOLIM, questionou se haveria número máximo de inscrições para cada segmento. Em resposta, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, explicou que seria limitado ao máximo de cinco pessoas para cada segmento com relação ao Grupo de Trabalho Institucional (GTI). Em seguida, ingressou-se em um debate a respeito da composição do Grupo de Trabalho Institucional (GTI) e o Decreto nº 41.004/2020. Passada a discussão, prosseguiu respondendo os questionamentos anteriormente suscitados. Com relação a apresentação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) à comunidade, informou que foi solicitado aos membros que indicassem nomes de lideranças comunitárias para auxiliar no repasse das informações à comunidade e que foi disponibilizado um formulário para que fossem indicados nomes de novas lideranças tanto no aspecto comunitário quanto dos representantes afetos aos segmentos abordados para que fossem convidados formalmente a participarem dos eventos. Com relação ao segmento LGBTQIA+ e Quilombolas, indicou que houve uma discussão para que o calendário fosse fechado e que houve uma justificativa com relação a definição do mês temático, o que não impedia uma nova definição futura sobre o caso. Quanto ao transporte a ser fornecido por cada Região Administrativa, alegou que isso estava sendo discutido com as gestões locais, em razão do óbice encontrado quanto a intervenção feita pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e acreditou que até o final da semana, o órgão fiscalizador tenha dado uma resposta quanto ao processo apuratório, bem como toda a devolutiva acerca dos materiais a serem disponibilizados nas Oficinas Participativas (OP). Outrossim, argumentou que foi encaminhado um Ofício à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e a Secretaria de Governo para comunicar sobre a realização das Oficinas Participativas (OP), colocando a equipe técnica à disposição para conversar com os deputados e suas respectivas assessorias, bem como às Administrações Regionais sobre todo o processo. No que tange a sugestão de local para a Oficina Participativa (OP) a ser realizada no Riacho Fundo I, informou que seria oficializada a designação até sexta-feira. O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, reiterou a explicação a respeito dos eixos de atuação do Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI). Asseverou que as Oficinas Participativas que ocorrerão tanto no dia 27 de maio de 2023 - por segmento - quanto no dia 30 de maio de 2023, sendo indispensável a presença dos membros. A Senhora **Renata Seabra**, CAU/DF, indagou se todos os membros teriam acesso à lista das entidades que se encaixavam no respectivo tema a ser abordado nas Oficinas Participativas (OP). Em resposta, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, esclareceu que poderia ser organizada uma planilha a ser disponibilizada tanto via e-mail quanto *WhatsApp*. A Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, pontuou que daria para utilizar as inscrições e chamar as entidades que se submetem naquele segmento para participarem das reuniões, assim, não precisaria alterar a data das sessões e garantiria a capacitação dessas entidades. O Senhor **Claudio Antônio Teixeira Pires**, APROTAG, discursou sobre os temas que poderiam ser incluídos na abordagem do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), bem como sobre a observância dos temas relativos à política e cultura na dinâmica das Oficinas Participativas (OP). O Senhor **Francisco Dorion de Moraes**, PRECOMOR, em breve síntese, recomendou que o Senhor Secretário de Estado e de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) e um representante da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) estivessem presentes na Oficina Participativa (OP) que ocorrerá no dia 27 de maio de 2023. Em resposta, o Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, acerca das sugestões, ressaltou que a dinâmica será focada no debate e que, num primeiro momento, seria feito sob o formato de mapa e em uma dinâmica de contribuição escrita. Contudo, a opção pela dinâmica de debate é para dividi-la em dois aspectos: O primeiro é o privilégio da participação social, a fim de garantir à população que se manifestasse a respeito do território e do fazer refletir de forma crítica no que tange ao assunto com vistas a escutar todos os outros atores tanto para o avanço do pensamento como uma dissonância de opinião. Além disso, destacou que o mecanismo deveria trazer um aspecto reflexivo e que a ideia não era começar inicialmente com um papel, sendo a primeira etapa destinada à discussão propriamente dita por meio da introdução sobre o eixo de trabalho e sobre a explicação a respeito do que

trata o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e suas demais fases. Assim, o cidadão seria encaminhado aos seus respectivos eixos já refletindo sobre questões relativas ao tema, a exemplo do que é gestão social da valorização da terra, dentre outros quesitos. Para isso, dentro da dinâmica separada de cada um dos seis eixos temáticos, o primeiro um quarto do tempo seria separado para as pessoas falarem abertamente sobre o assunto, o que não implicava escolher logo a fala que seria apresentada posteriormente. O segundo momento abordaria a parte relativa ao registro e do cartão de registro, que deverá acontecer individualmente para que aconteça de forma natural. A terceira parte da dinâmica é destinada a identificar quais foram as causas que geraram essa potencialidade ou o conflito e suas consequências. O painel, nesse caso, não irá substituir a contribuição individual, tendo em vista que serão efetuadas duas coletas além da contribuição individual. Dessa forma, a reflexão seria gerada e seria privilegiada toda e qualquer contribuição que eventualmente pode ser oferecida, por meio do formulário on-line ou físico. Não obstante a isso, esclareceu que o formulário ficaria em aberto para que as pessoas continuassem a utilizar a ferramenta durante o período da coleta para enriquecer todo o material trabalhado. Enfatizou sobre o receio sentido com relação ao grande número de reuniões e sugeriu que fosse feita uma coleta de informações completa, para que nos momentos posteriores do processo de revisão, como o prognóstico, por exemplo, fosse possível elaborar um retrato do território para que no futuro, de fato, fosse refletir como seria o lugar que se pretende construir. Mencionou que remodelar o modelo de formulário individual, para que a pessoa se sentisse confortável em contribuir por meio de desenhos, colagem ou texto, a fim de privilegiar o aspecto lúdico por múltiplas formas, linguagens e manifestações. Pontuou que a construção da dinâmica vai se utilizar daquela definida junto aos membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) vinculadas àquele segmento a ser enfrentado, sendo facultado, inclusive escolher mesclar ou não os assuntos, a fim de que não ficasse algo impositivo, mas algo natural. Acreditou que alguns segmentos vão adotar uma construção social a partir de mapas, com a dinâmica envolvendo manchas e georreferências nos locais outros, contudo, preferirão trabalhar sob a dinâmica do debate com enfoque no local de percepção ou sob o viés de preparar a população para o debate do ponto de vista técnico e convidar um especialista para expor o assunto de forma mais clara. Compreendeu que a construção da dinâmica deve ser feita ponto a ponto para não passar e nem delimitar as possibilidades que a dinâmica deve trazer. Pediu a compreensão de todos no sentido de que nem tudo poderá ser aplicado na Oficina Participativa (OP) que ocorrerá em Vicente Pires, em razão da proximidade do evento e que após a sua realização seria agendada uma reunião para diagnosticar sobre o desempenho obtido. Quanto a sugestão relativa ao slogan, informou que a recomendação seria encaminhada à equipe técnica para analisar a aplicabilidade. Citou que algumas sugestões foram elaboradas nesse sentido, como por exemplo, “Brasília Participativa” ou “Brasília Resiliente”, mas que não se tratava de uma ideia fechada. Chamou atenção para o fato de o nome ser claro e conter o elemento participativo no *slogan*. No que tange à humanização e simplificação da apresentação, comentou que estava sendo desempenhado um esforço para fazer uma triagem de forma a tornar a exposição mais clara e simples sem perder o caráter que a dinâmica precisa ter, que é a parte de envolver a população e de garantir o desenvolvimento do senso crítico a respeito do que estará sendo apresentado. No que tange à linguagem, alegou que será analisado como será incrementado sem descaracterizar os eixos e que, talvez, fosse necessário produzir um documento que faça essa tradução do que é a leitura técnica e o que é a leitura comunitária, tendo em vista ser importante não perder todo o material produzido. A Senhora **Verônica Ferreira de Figueiredo**, PAES, questionou se outras pessoas poderiam sugerir locais para a realização das reuniões através do *link* que foi disponibilizado aos membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP). Chamou atenção para a divulgação, fundamentando ser de suma importância para promover a participação social nos eventos. O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, esclareceu que cada segmento definiria como seria efetuada a sua dinâmica, a partir de suas concepções e que isso não obrigaria aos demais a adoção dos mesmos métodos. Salientou que era importante realizar um diálogo construtivo e não competitivo. A Senhora **Verônica Ferreira de Figueiredo**, PAES, observou sobre a pouca participação dos membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP). A Senhora **Ludmila de Araújo Correia**, CEUB, reforçou sobre a necessidade de divulgação e acerca da importância que as lideranças comunitárias participem do evento. Solicitou a lista dos representantes comunitários e indicou que faria contribuições via e-mail. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, pontuou alguns aspectos que julgou relevantes. Pontuou que enviaria, novamente, no grupo todos os formulários. A respeito da divulgação, explicou que foi assinado um contrato com a Secretaria de Comunicação do Distrito Federal (SECOM) para dar suporte à divulgação das atividades e que a Administração Regional de Vicente Pires estava fazendo sua divulgação própria. Informou que ocorreu um problema com a Região Administrativa do Paranoá a respeito do local

indicado e que isso estava sendo resolvido. Todas as divulgações serão igualmente encaminhadas aos membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP). A Senhora **Juliana Machado Coelho** solicitou que assim que tiverem todo o material gráfico que os membros ajudem a divulgar a realização dos eventos. Nesse diapasão, passou-se à abordagem do item 7. Preparação dos Técnicos da SEDUH: O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, abordou sobre a preparação dos técnicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), que seria feita em duas escalas, a primeira seria global sobre o que é o processo revisional, cuja ideia é a de mostrar a visão de que a participação popular é de suma importância na leitura do território com vistas a incorporar na lei todos os temas abordados pela população. Demonstrou que o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) seria apresentado primeiro pela metodologia, a partir da abordagem sobre as etapas da revisão, produtos esperados e a condução das Oficinas Participativas (OP), para, depois, ser realizado um treinamento dos técnicos que entrassem no processo posteriormente. O segundo passo seria a abordagem dos aspectos gerais da Região Administrativa ou segmento através dos dados PDAD, os dados da Leitura Técnica e os mapas contendo as Regiões Administrativas próximas, do sistema viário, dos equipamentos públicos, dos corpos hídricos, das estratégias do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) vigente, sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), dos trechos de regularização e do tombamento, a ocorrer, no máximo, uma semana antes do evento. O terceiro e último passo seria apresentar uma comunicação não violenta, a partir da exibição de um material online e um curso ministrado pelo EGOV. Além disso, seria feito ainda, uma preparação individual que irá acontecer na medida em que for programada as reuniões. Não obstante a isso, reforçou que sempre será reafirmado sobre a importância da participação social e dos mecanismos de obtenção da construção comunitária. No que tange a divulgação, informou que estava sendo feita por meio do *site* do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e das mídias sociais. Asseverou que o Comitê de Gestão Participativa (CGP) funciona como um vetor de conhecimento e informação para a sociedade. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, reforçou que foi desenvolvido um plano junto com a Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) para alinhar questões envolvendo a previsão de divulgação, tanto de notícias no *site* oficial, no sítio eletrônico do PDOT, quanto de peças gráficas para as redes sociais e aplicativos sobre as reuniões que serão feitas. Indicou que o formato será igualmente disponibilizado para os membros e integrantes do Comitê de Gestão Participativa (CGP) para que divulgassem em suas redes sociais. Caminhando para o final da reunião, o Senhor **Benny Schvasberg**, Associação Andar a Pé, pontuou ser de suma importância que os membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) participassem da primeira Oficina Participativa (OP), para poder avaliar, ajustar, dentre outros aspectos, sobre a reunião. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, informou que foi solicitada uma kombi para levar todos os técnicos para o local da reunião, que ocorrerá no dia 27 de maio de 2023, em Vicente Pires. Não obstante a isso, registrou que todos os demais formulários que já foram previamente encaminhados serão novamente enviados aos membros. Não havendo mais inscritos, avançou-se ao item 8. Divulgações: A Senhora **Juliana Machado Coelho** informou que a próxima reunião ocorrerá no dia 31 de maio de 2023, após a realização das duas Oficinas Participativas (OP). Passando-se ao item 9. Encerramento: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Senhora **Juliana Machado Coelho** declarou encerrada a 3ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT), agradecendo a presença de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; ANTÔNIO MAYCON MARTINS, Suplente – SUPLAN; LETÍCIA LUZARDO DE SOUSA, Titular – SEDEC; MARIA HELENA FRÓZ GOMES, Titular – SCUB; VERÔNICA FERREIRA DE FIGUEIREDO, Titular – PAES; BETÚLIA DE MORAIS SOUTO, Suplente – Instituto Sálvia Terra; BENNY SCHVARBERG, Titular – Andar a Pé; RUTH STÉFANE COSTA LEITE; Suplente – ASSOLIM; ANA PAULA PINTO ASSIS FONSECA, Titular – ADEMI/DF; FRANCISCO DORION DE MORAIS, Suplente – PRECOMOR; CLAUDIO ANTÔNIO TEIXEIRA PIRES, Titular – APROTAG; MASSAE WATANABE, Suplente – APROTAG, LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA, Titular – CEUB; RENATA SEABRA, Suplente – CAU/DF;

JULIANA MACHADO COELHO

Coordenadora em exercício



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 06/06/2023, às 11:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=114237369)
verificador= **114237369** código CRC= **2A72DE25**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

3214-4101

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 114237369



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA
DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

No dia trinta e um do mês de maio do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Oitava Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, pela Senhora **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal – SUPLAN, contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Abertura dos trabalhos. 2. Informes da Coordenação Técnica. 3. Apreciação e aprovação das atas da 2ª e 3ª Reuniões Extraordinárias do Comitê de Gestão Participativa – CGP, realizadas nos dias 10/05/2023 e 17/05/2023. 4. Itens para apreciação: 4.1. As primeiras oficinas participativas do processo de revisão do PDOT, em Vicente Pires, do dia 27/05/2023, e dos segmentos Direito à Cidade, Moradia e Habitação, do dia 30/05/2023; 5. Assuntos Gerais. 6. Encerramento. Iniciada a reunião, passou-se imediatamente para o item 1. Abertura dos trabalhos: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Senhora **Juliana Machado Coelho** declarou aberta a 8ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) cumprimentando a todos. Logo em seguida, passou-se ao item 2. Informes da Coordenação Técnica: A Senhora **Juliana Machado Coelho** informou que na próxima sexta-feira seria publicado o resultado preliminar sobre o processo seletivo para o preenchimento das vagas remanescentes do Comitê de Gestão Participativa (CGP). Logo em seguida, passou-se ao item 3. Aprovação das atas da 2ª e 3ª Reuniões Extraordinárias do Comitê de Gestão Participativa – CGP, realizadas nos dias 10/05/2023 e 17/05/2023: Não havendo pedidos de esclarecimentos, retificações, observações ou correções, as respectivas Atas foram consideradas aprovadas. Na sequência, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, noticiou a todos que, seguindo a sugestão do Senhor **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, nesta data, 31/05/2023, foi feita uma reunião com a arquiteta, **Silmara Vieira**, para tratar acerca da condução dos processos participativos onde foi acertado que nova reunião será realizada para que a mesma apresente os materiais produzidos por ela em processos participativos. Outra questão mencionada foi sobre a criação de um canal virtual exclusivo para tratar sobre as questões envolvendo o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), via aplicativo de *WhatsApp*. Informou o número do canal de atendimento a saber: (61)3214-4163, sendo possível, ainda, o recebimento de ligações. Logo em seguida, avançou-se ao item 4. Item para apreciação. 4.1. As primeiras oficinas participativas do processo de revisão do PDOT, em Vicente Pires, do dia 27/05/2023, e dos segmentos Direito à Cidade, Moradia e Habitação, do dia 30/05/2023: O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, informou que, de acordo com as sugestões feitas pelos integrantes do CGP e com as orientações feitas pela professora **Mauricéia Santana**, docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), para assegurar o melhor aproveitamento das informações, as salas das oficinas tratarão de todos os temas e serão divididas pelo contingente de pessoas e não por eixo, a fim de possibilitar um diálogo mais aberto dos técnicos com os participantes das Oficinas Participativas (OP). Relatou sobre a experiência ocorrida na Oficina Participativa (OP) na Região Administrativa de Vicente Pires (DF). A partir das contribuições e das simulações feitas, foi acrescentado, ainda, um momento de acolhimento dos participantes, onde foram feitas perguntas sobre as impressões que tinham do território que estava sendo avaliado. Com isso, o objetivo central foi o de mapear os pontos de desafios e potencialidades no território dentro dos eixos temáticos da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Para tanto, a Oficina Participativa (OP) organizou-se da seguinte forma: 1) organização em grupos – 5 minutos; 2) apresentação – 10 minutos; 3) acolhimento da população – 20 minutos; 4) potencialidades e desafios – 25 minutos; 5) possíveis caminhos – 25 minutos; 6) recapitulação – 10 minutos; 7) lanche – 10 minutos e, por

último, 8) apresentação – 3 minutos para cada grupo. Não obstante a isso, o grupo deveria definir um responsável por anotar o que fosse debatido, colar os adesivos no mapa onde desejassem indicar um desafio ou potencialidade, enumerar os adesivos e a definição de um relator para registrar no formulário do grupo as informações e escrever no painel a palavra-chave do ponto. Elencou que foi muito positivo utilizar notícias de jornais para relacionar as questões do território com os temas do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e que é extremamente importante as impressões dos membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) quanto à realização da primeira Oficina Participativa (OP) para poder tornar cada vez melhores os próximos eventos. Além disso, noticiou a Sra. **Verônica Ferreira de Figueiredo**, PAES, que os técnicos foram bem alinhados e atentos às observações passadas pela comunidade, sempre respondendo os questionamentos feitos com uma ótima sintonia. Mesmo quando as turmas foram unificadas, salientou que os profissionais foram claros na prestação de informações. Contudo, pontuou que o tempo para fala foi pouco e que foi relatado nos formulários a insatisfação a respeito da oportunidade negada para o exercício da fala. A respeito dos pontos negativos, informou que não houve mobilização da população ou, se houve, foi para um público específico, a exemplo dos chacareiros. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, relatou que foi apresentado pelos participantes alguns pontos negativos, como: a expressão “estimular novas zonas urbanas” exposta em um dos slides, nas falas em grupo, foi pontuado que faltou perguntas estimuladoras que provocavam uma discussão mais efetiva. Com relação ao estímulo à realização das reuniões livres, para tratar de qualquer tema, pontuou-se que deveria ser mais cauteloso, a fim de evitar a abordagem de todo e qualquer tema, a exemplo dos chacareiros, pontuou-se ainda, a falta de comunicação entre a Administração Regional de Vicente Pires e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH). Com a oportunidade da fala, a Sra. **Verônica Ferreira de Figueiredo**, PAES, informou que a Administração Regional apontou que não houve divulgação do evento por iniciativa da SEDUH e que, por isso, a reunião não teve grande adesão. Todavia, esclareceu que em todas as reuniões do Comitê de Gestão Participativa (CGP) informava-se que a Administração Regional estava divulgando o evento, tendo questionado, inclusive, o porquê da presença da Administração na sede da SEDUH, se naquela oportunidade, o motivo da reunião com os responsáveis pelas oficinas e pelo CGP, era justamente o alinhamento de algumas questões, inclusive, sobre a divulgação. Desse modo, evidenciou que a Administração não fez a sua parte. Nesse sentido, o Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, registrou que uma semana antes da oficina, convidou 10 (dez) lideranças de Vicente Pires para uma reunião que ocorreu na sede da SEDUH, onde foi explicado o que seria a oficina, como seria a dinâmica, foi passada a apresentação e demais detalhes. Aduziu que, enquanto Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, há limitações para fins de mobilização da população, uma vez que seus meios são as redes sociais e o contato institucional, sendo necessário a mobilização das comunidades locais, como foi feito pelas lideranças em outras oficinas. Afirmou que foi feito contato institucional com a Secretaria de Comunicação do DF. Foram convidadas as lideranças comunitárias que foram identificadas em Vicente Pires, foi explicado o escopo da oficina para eles e foi solicitado que mobilizassem a população. Foi passado os números dos telefones celular e fixo, whatsapp, e-mail e dito que a SEDUH estaria à disposição para qualquer esclarecimento. Diante do trabalho que foi feito, esperou-se público em torno de 150 (cento e cinquenta) pessoas e foi recebido um pouco mais de 40 (quarenta) pessoas. Com relação às sugestões feitas pelos integrantes do CGP e com as orientações feitas pela professora **Mauricéia Santana**, registrou que não foi uma tomada de decisão desrespeitosa ou foi tirando crédito do que foi construído junto com o Comitê de Gestão Participativa (CGP), mas que foi uma avaliação técnica sobre como garantir, efetivamente, uma participação social, a partir dos ajustes recomendados. Desse modo, como havia pouco tempo e o cronograma curto, preferiu-se fazer a alteração, antes da realização de uma nova reunião com os membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP), para apresentar previamente a modificação, entendendo, contudo, que a atitude contemplava as propostas elencadas pela comissão, pela professora convidada e pela equipe técnica da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (SUPLAN). Retomando a apresentação, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, salientou que, após o lanche, faltou a sensibilidade dos técnicos serem mais firmes para levar as pessoas para a apresentação final, o que comprometeu o tempo destinado à finalização da atividade. Com relação às pontuações feitas pelos participantes foram trazidas pelos mesmos as seguintes sugestões: 1) a elaboração imediata de um plano de divulgação; 2) que não houvesse diferenças nas conduções dos grupos divididos; 3) que fosse feita uma fala de liderança da comunidade sobre o território; 4) que fossem prestadas informações sobre o território, tais como a presença de áreas rurais, urbanas, regularizadas, não regularizadas, serviços ecossistêmicos, mobilidade, mapas de riscos e sensibilidade do ZEE, dentre outros; 5) a observância de

um estacionamento amplo e com acessibilidade; 6) não abrir a fala para deputados distritais; 7) repetir a oficina participativa em Vicente Pires, devido à baixa representação do território; 8) tentar efetuar uma comunicação mais popular para mobilizar melhor a população; 9) a distribuição das cartilhas sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT); 10) estimular a discussão quanto às percepções da população a respeito do grau de autonomia ou dependência dos serviços e equipamentos que a Região Administrativa tem quanto ao território como um todo; 11) a retirada do detalhamento da metodologia da apresentação ou simplificá-lo, em virtude de torná-la cansativa e pouco compreensível pela população.

Suscitando a fala, a Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, questionou qual foi a orientação da professora convidada a respeito da exibição e utilização dos mapas na dinâmica. Em resposta, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, informou que foi recomendada a utilização de satélite de fundo, que se evitasse qualquer simbologia técnica e que, se fosse possível, ampliar os tamanhos dos mapas para que ficassem dispostos em uma parede ou uma mesa grande, a fim de que a população pudesse visualizar e discutir juntos e apontar no mapa as observações. A Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, perguntou sobre qual conteúdo dos mapas pequenos. O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, explicou que os mapas menores visavam o maior manuseio pela população. Esclareceu que todos os eixos, exceto o tema com relação à valorização da terra, foram produzidos e apresentados contendo uma síntese do que havia naquela região. Quanto aos assuntos: oficinas participativas por segmentos, reunião preparatória, oficina com segmento: Direito à Cidade, Moradia e Habitação, o senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, relatou sobre a experiência ocorrida na Oficina Participativa (OP) com os segmentos de Direito à Cidade, Moradia e Habitação. Inicialmente, agradeceu a todos os membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) que participaram das Oficinas Participativas. Informou que a reunião preparatória ocorreu no dia 22/05/2023, das 10h às 12h, na sala de reuniões da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (SUPLAN) e que compareceram 11 pessoas, dos quais 4 eram membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) e o restante técnicos da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (SUPLAN). Na reunião, foi acordado que a Oficina Participativa de Direito à Cidade, Moradia e Habitação, a ocorrer no dia 30/05/2023, teria uma dinâmica de “pontos no mapa”. Desse modo, o evento iniciaria com a apresentação da equipe técnica, boas-vindas aos participantes e apresentação do objetivo, escopo e produtos previstos para a reunião e que haveria uma apresentação inicial que trataria do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), e dos temas da oficina frente ao plano diretor, para estimular a reflexão crítica dos participantes. Com relação à dinâmica, os participantes seriam convidados a se dividirem em grupos, de modo que se subdividiram equitativamente os presentes. Cada grupo teria um mapa do Distrito Federal, e os participantes seriam estimulados a inserir pontos nos mapas, identificando desafios e potencialidades relacionados aos temas de Direito à Cidade, Moradia e Habitação no território do DF, representado pelos mapas. O senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, observou que a organização de cada equipe, quanto à abordagem da dinâmica, não alterava o resultado e que se limitava, apenas, como a população elencou suas expectativas e anseios. O roteiro dava a liberdade para as equipes conduzirem a dinâmica de forma mais fluida, pensando que o objetivo principal era a coleta de informações e o estímulo à participação popular. Suscitando a fala, a Senhora **Elaine de Oliveira La Torres**, SECID, perguntou sobre a quantidade de pessoas na sala. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, informou que estavam cerca de 10 a 12 pessoas e que tinham salas com 7 a 12 pessoas. Prosseguindo os questionamentos, a Senhora **Elaine de Oliveira La Torres**, SECID, indagou a respeito da impressão obtida quanto à participação do evento, de forma geral. Julgou que o evento foi muito corrido e que não houve muita divulgação. A Senhora **Juliana Machado Coelho**, por sua vez, comentou sobre alguns pontos que mereciam ser esclarecidos. Em primeiro, observou sobre a questão relativa à divulgação que seria feita pela Região Administrativa de Vicente Pires (DF), a qual não ocorreu como se esperava. Em segundo plano, explicou que houve um atraso por parte da Secretaria de Comunicação do Distrito Federal (SECOM) relativo à divulgação e distribuição da arte do evento, o que prejudicou um pouco a divulgação. Continuando com a apresentação, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, informou que o evento seria encerrado com a apresentação por um representante de cada grupo, que faria uma síntese do que foi discutido. A equipe técnica faria considerações finais quanto ao que foi apresentado e como o material produzido na dinâmica, as sugestões seriam analisadas no processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), para conhecimento dos participantes. No que tange à dinâmica, explicou que seria aplicado o mesmo modelo das Oficinas Participativa (OP) por Região Administrativa. Demonstrou as fotografias do evento e passou a elencar os pontos positivos experimentados. Apontou que houve muita participação popular, que a divisão dos grupos funcionou bem,

que houve uma organização adequada do evento e que a dinâmica com os mapas ocorreu bem. Quanto aos pontos negativos, observou que o local ficou um pouco pequeno para acomodar os participantes, mas nada que prejudicasse o bom andamento dos trabalhos e que houve um atraso de 30 minutos para o início do evento. Noticiou que os eventos foram transmitidos pelo canal do *Youtube*. Comentou sobre questões relativas à comunicação sobre o evento e solicitou aos membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) que mobilizassem as suas respectivas comunidades. Finalizada a apresentação, abriu-se a oportunidade para manifestações e considerações a respeito da Primeira Oficina Participativa por Região Administrativa. O Senhor **Luís Fernando Zeferino**, CAU/DF, relatou sobre a sua participação no evento e observou que dever-se-ia tomar cuidado com a filtragem das informações, a fim de que os dados não ficassem restritos somente à apresentação. Dessa forma, sugeriu que fossem acrescidas duas pessoas para a relatoria e duas pessoas para realizarem a apresentação, com o propósito de distribuir melhor as informações debatidas em cada grupo e que os representantes da Administração Regional fossem limitados a apresentarem as informações. Em relação aos problemas apontados, pontuou que os problemas foram praticamente os mesmos. Realizando um apanhado geral, julgou que o evento em Vicente Pires (DF) correu bem, apesar do atraso e que não vislumbrou a necessidade de repeti-lo. A Senhora **Verônica Ferreira de Figueiredo**, PAES, com relação à divulgação do evento, julgou necessário que a Administração Regional assumisse a responsabilidade sobre a falta de comunicação. Incomodou-se quanto à intervenção massiva da Administração Regional de Vicente Pires no evento, devido a população ter ficado como “coadjuvante” no debate, o que não era para ser, em virtude do privilégio da participação social na construção do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Parabenizou pelo alinhamento da equipe técnica, contudo, pontuou que em detrimento da Oficina Participativa em Vicente Pires (OP), os profissionais no evento envolvendo os segmentos foram mais “humanizados”. No geral, avaliou que não havia necessidade de organizar uma nova Oficina Participativa naquela localidade. Apontou sobre a responsabilidade das lideranças quanto à mobilização da população. A Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, defendeu a realização de um novo evento em Vicente Pires (DF), em razão da baixa adesão da população. Sobre os pontos positivos, concordou com a maioria dos pontos elencados e sugeriu que o acolhimento buscasse saber onde as pessoas moravam e qualificar melhor os participantes da reunião. Nessa linha, recomendou que fosse chamado a frente um representante da comunidade para relatar um pouco sobre a sua vivência na região. Com relação à mobilização, questionou se não seria viável a divulgação por *outdoors*, televisão ou rádio sobre os eventos, por ser um evento do Governo do Distrito Federal (GDF). Observou que não houve uma participação significativa dos jovens, que não houve a presença de lideranças e que os mapas deveriam conter pontos de referência. O Senhor **João Gilberto de Carvalho Accioly**, SINDUSCON/DF, sugeriu que a divulgação fosse feita a partir do seguinte *slogan*: “venha regularizar o seu lote”. Comentou sobre a presença dos chacareiros na Oficina Participativa de Vicente Pires, acerca da importância do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), e que os eventos eram uma oportunidade de conhecer melhor a Região Administrativa, quanto às suas características e problemas visando a modificação pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Pontuou que as experiências relatadas pela população, de certa maneira, já podem ser incrementadas nas discussões do documento, ainda que não tenham expertise sobre assuntos envolvendo o mapeamento das necessidades do local. Apontou sobre a necessidade de se discutir questões relativas à densidade, o qual é tema central do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Recomendou-se, ainda, que os membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) participassem com mais efetividade das Oficinas Participativas (OP) para buscar *feedbacks* e passar à população sobre a quem procurar para ter suas demandas resolvidas. Comentando algumas colocações feitas, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, esclareceu que, enquanto Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) não poderiam ser gastos recursos com divulgação em televisão, rádio e nem *outdoors*, porém, que isso incumbia à Secretaria de Comunicação do Distrito Federal (SECOM/DF). Salientou que todas essas iniciativas foram solicitadas ao órgão competente para fazer a divulgação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). A Senhora **Juliana Machado Coelho** comentou que todos os estudos técnicos seriam promovidos no momento oportuno e que a oportunidade que estava ocorrendo era para ouvir a população e realizar a leitura comunitária do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, teceu algumas considerações sobre o exposto. Deixou claro que o painel era uma resposta para a própria comunidade, que a construiu e que o importante para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), são as fichas escritas. Destacou que todas as informações serão disponibilizadas no sítio eletrônico próprio e que o material ainda não foi disponibilizado em virtude da quantidade efêmera de

técnicos e que seria elaborado um documento robusto contendo as informações centrais e detalhadas de cada Região Administrativa, a fim de distribuí-los não somente aos técnicos, mas possibilitar o acesso aos membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP). Assim, indicou que seria realizada uma reunião para alinhar as questões a respeito do assunto. Em síntese, informou que os técnicos estavam sendo capacitados para lidar melhor com as questões envolvendo a participação popular. Achou válida a participação dos membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP). Contudo, asseverou sobre o cuidado que se deve ter para privilegiar a fala da população. Solicitou a paciência de todos para que compreendessem sobre o processo de adaptação da equipe técnica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) quanto à aplicação da dinâmica. A Senhora **Elaine de Oliveira La Torres**, SECID, sugeriu que os arquitetos e urbanistas fossem convidados para participarem das Oficinas Participativas (OP). Além disso, discursou sobre a necessidade de a Região Administrativa divulgar os eventos e que a relatoria da discussão deveria ser feita por aqueles que realmente são o destinatário da política pública. A Senhora **Massae Watanabe**, APROTAG, elogiou a organização dos eventos, comentando que os eventos evoluíram muito em relação um ao outro. Julgou interessante os recursos utilizados na dinâmica e sugeriu que fossem dispostas informações rápidas para fácil compreensão dos participantes. Outro ponto colocado foi sobre a necessidade de esclarecer as concepções do território, em especial se o território é rural, urbano ou afins, para que as pessoas soubessem do que realmente se trata no cruzamento dos seus interesses particulares. O Senhor **Luís Fernando Zeferino**, CAU/DF, afirmou que os membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) poderiam ser “braços” de divulgação, especialmente nas mídias sociais. A Senhora **Ana Paula Pinto Assis Fonseca**, ADEMI/DF, ratificou os entendimentos e opiniões anteriores e alegou que a referência aos territórios é necessária para a conscientização da população sobre o local que ocupam. Solicitou que os dados técnicos fossem repassados aos membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP). A respeito das referências nos mapas, o Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, declarou que no segundo semestre de 2023, os mapas seriam produzidos por uma equipe do Centro Universitário UDF. Contudo, ressaltou que para o primeiro semestre, a equipe técnica acabou absorvendo a demanda e que nas próximas Oficinas Participativas (OP) seriam feitas as referências. A Senhora **Sandra Bernardes Ribeiro**, Andar a Pé, questionou sobre quais seriam os próximos passos para o andamento das próximas Oficinas Participativas (OP). O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, respondeu que, por questões técnicas, algumas considerações não seriam possíveis de acrescentar nas próximas Oficinas Participativas (OP) e que foi iniciada a análise de todas as considerações feitas. Explicitou que foi esperado a participação de 150 pessoas na oficina participativa por Região Administrativa e 50 pessoas nos eventos por segmentos. Deu abertura a todos a oporem considerações sobre todos os eventos. A Senhora **Renata Seabra Resende Castro Corrêa**, CAU/DF, elogiou a mobilização e participação das pessoas oriundas do condomínio Jardim Vitória (Riacho Fundo I). Solicitou que o moderador tenha a sensibilidade de oportunizar o debate a todos, a fim de que a discussão não seja focada em somente determinadas pessoas. Salientou que as universidades estavam sendo mobilizadas a participarem dos eventos e que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF) discutiria sobre a “Cidade Legal”. Quanto à divulgação, noticiou sobre o exemplo de São Paulo (SP) que fez propaganda nos aeroportos sobre a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) na cidade. A Senhora **Verônica Ferreira de Figueiredo**, PAES, observou o problema envolvendo a identificação das pessoas no prédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), que atrasou um pouco a realização do evento envolvendo o segmento de Direito à Cidade, Moradia e Habitação. Em relação aos técnicos, salientou a diferença entre o primeiro evento com o segundo, em virtude de que no último houve um aspecto mais “humanizado”. No geral, avaliou positivamente a realização da oficina participativa por segmento. O Senhor **João Gilberto de Carvalho Accioly**, SINDUSCON/DF, teceu considerações gerais sobre a importância e essência do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). A Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, pontuou que duas pessoas como moderadores funcionou bem e sugeriu que o lanche fosse ofertado no início e ficasse disponível durante a reunião. Visando contribuir com os trabalhos e manipulação das informações para os técnicos, informou que o Fórum das Águas elaborou uma cartilha, com linguagem acessível, explicando o que é o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e que poderia compartilhar o documento. Com relação aos locais das reuniões por segmento, opinou que os eventos poderiam ser centrais. A Senhora **Juliana Machado Coelho** esclareceu que outro espaço estava sendo analisado para dar uma maior infraestrutura aos eventos vindouros. O Senhor **Claudio Antônio Teixeira Pires**, APROTAG, comentou sobre a importância de que os participantes conheçam as características do solo e do território que habitam e acerca da série de

preocupações que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) deveria resolver. A Senhora **Renata Seabra Resende Castro Corrêa**, CAU/DF, recomendou que os membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) não fizessem as apresentações, mas privilegiar que a população o faça. O Senhor **Luís Fernando Zeferino**, CAU/DF, observou sobre a baixa densidade e os problemas com o transporte público para justificar a necessidade de trazer as discussões técnicas, com linguagem acessível, à população. A Senhora **Sandra Bernardes Ribeiro**, Andar a Pé, pontuou acerca de algumas questões envolvendo o sítio arqueológico de Taguatinga (DF). O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, teceu algumas considerações sobre o exposto. A respeito dos estudos técnicos, abordou que está sendo analisada a possibilidade de realização de algumas parcerias para a elaboração dos mapeamentos com relação às características da cidade, tais como a densidade populacional e que estava sendo verificado junto às entidades como isso poderia ser feito. Indicou que os membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP) são instados a falar quando a própria população não quer utilizar-se da oportunidade. O Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, propôs que o aplicativo de *WhatsApp* fosse utilizado como instrumento de envio dos materiais de divulgação, a fim de que todos replicassem em suas respectivas plataformas e redes sociais ao invés do envio de ofício formal a cada entidade a respeito do assunto. Ato contínuo, passou-se ao item 5. Assuntos Gerais: A Senhora **Juliana Machado Coelho** informou que a próxima reunião ocorrerá no dia 28 de junho de 2023, no período noturno. Contudo, havendo necessidade, os membros poderiam entrar em contato com a equipe técnica através dos canais divulgados. Nesse diapasão, avançou-se ao item 6. Encerramento: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (SUPLAN), Senhora **Juliana Machado Coelho** agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 8ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT).

JULIANA MACHADO COELHO, Coordenadora; JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; ANTÔNIO MAYCON MARTINS, Suplente – SUPLAN; LETÍCIA LUZARDO DE SOUSA, Titular – SEDEC; MARIA HELENA FRÓZ GOMES, Titular – SCUB; REBECCA LAMPERT GOMES DE SÁ, Titular - SUPAR; ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES, Titular - SECID; JOÃO VICTOR A. DE OLIVEIRA BANDEIRA, Suplente - ASSOCIAÇÃO LIVRES; VERÔNICA FERREIRA DE FIGUEIREDO, Titular – PAES; BETÚLIA DE MORAIS SOUTO, Suplente – Instituto Sálvia Terra; SANDRA BERNARDES RIBEIRO, Titular - ADEMI/DF; ANA PAULA PINTO ASSIS FONSECA, Titular – ADEMI/DF; CLAUDIO ANTÔNIO TEIXEIRA PIRES, Titular – APROTAG; MASSAE WATANABE, Suplente – APROTAG, LUÍS FERNANDO ZEFERINO, Titular – CAU/DF; RENATA SEABRA RESENDE CASTRO CORRÊA, Suplente – CAU/DF;



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO -**

Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano, em 04/07/2023, às 11:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

verificador= **116414527** código CRC= **00843087**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA
DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

No dia vinte e oito do mês de junho do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Nona Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Estrutura de Governança e Gestão Participativa do Processo de Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (Suplan), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para discutirem sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura dos trabalhos. 2. Verificação de quórum. 3. Aprovação da Ata da 8ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), realizada no dia 31/05/2023. 4. Informes da Coordenação Técnica. 5. Oficinas Participativas. 5.1. Por Regiões Administrativas (RAs): Vicente Pires, Paranoá, Cruzeiro, Lago Norte, Brazlândia e Gama. 5.2. Por segmentos: Direito à Cidade, Moradia e Habitação, Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio e LGBTQIAP+. 6. Assuntos Gerais. 7. Encerramento. Iniciada a reunião, passou-se imediatamente ao item 1. Abertura dos trabalhos: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra. **Juliana Machado Coelho** declarou aberta a 8ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa, da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT), cumprimentando a todos. Avançando ao item 2. Verificação de quórum: Verificou-se como suficiente. Logo em seguida, o Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Coplan/Seduh), Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, em sede de combinados, solicitou a todos que mantivessem o cronograma previsto para a reunião, que as manifestações acontecem ao final de cada etapa e que ao utilizar a palavra, que os membros informem os seus respectivos nomes e entidades que representam. Além disso, pediu para que todos fossem sucintos nas oportunidades, a fim de assegurar a participação de todos, bem como manter o respeito aos demais participantes. Em seguida, passou-se ao item 3. Aprovação da Ata da 8ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, realizada no dia 31/05/2023: Não havendo pedidos de esclarecimentos, retificações, observações ou correções, a respectiva Ata foi considerada aprovada. Nesse diapasão, avançou-se ao item 4. Informes da Coordenação Técnica: O Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Coplan/Seduh), Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, informou a todos sobre o adiamento das Oficinas Participativas das Regiões de Água Quente e de Arapoanga, previstas para os dias 01/07/2023 e 15/07/2023, respectivamente, em razão da falta de local para a realização das mesmas. Alegou que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) teve dificuldades nas tratativas relativas aos locais das respectivas oficinas. Salientou que dentro do planejamento que estava sendo feito desde o mês de abril, havia outra perspectiva com relação à nomeação da Administração Regional dessas regiões administrativas. Assim, visando a eficiência e qualidade na realização dos eventos, decidiu-se pelo adiamento dos eventos, que estão sem novas datas previstas, justificando, para tanto, que tão logo seja identificada uma nova data para encaixe, os membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) serão informados. Aproveitou o ensejo para reforçar o informe relativo ao canal do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) no aplicativo *WhatsApp* pelo número 3214-4163, que é o telefone do ramal exclusivo para tratar do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Logo em seguida, passou-se ao item 5. Oficinas Participativas: O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** explicou as diretrizes da dinâmica que foi pactuada com os membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) nas reuniões iniciais e das contribuições da professora Mauricéia e relatou, de forma geral, como aconteceram

as dinâmicas nos últimos eventos, sendo da seguinte forma: (i) organização em grupos – 5 minutos, (ii) apresentação – 10 minutos; (iii) acolhimento da população – 20 minutos, (iv) potencialidades e desafios – 25 minutos, (v) possíveis caminhos – 25 minutos, (vi) recapitulação – 10 minutos e (vii) apresentação – 3 a 5 minutos cada grupo. Ato contínuo, varou-se ao subitem 5.1. Por Região Administrativa – R.A: Vicente Pires, Paranoá, Cruzeiro, Lago Norte, Brazlândia e Gama: O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** informou a todos que a Oficina Participativa ocorrida no dia 27/05/2023, em Vicente Pires, teve um total de 63 pessoas, o qual avaliou ser positivo para identificar as melhorias que poderiam ser feitas. No que tange à segunda Oficina Participativa, que ocorreu no dia 03/06/2023, no Paranoá, teve um total de 61 pessoas, destacou, sobretudo, a particularidade na realização do evento, onde foi feita uma dinâmica com as crianças no sentido da participação social. A respeito da terceira Oficina Participativa, que ocorreu no dia 06/06/2023, no Cruzeiro, participaram do evento um total de 50 pessoas, dentre as quais, destacou que foi um evento muito produtivo, a partir da implementação das melhorias apontadas na última reunião do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP). Em especial quanto ao evento realizado na Região Administrativa do Lago Norte, em 14/06/2023, registrou os seus agradecimentos a todas as entidades e organizações que atuaram na mobilização expressiva em comparação às sessões anteriores. Informou que houve um problema com a logística para a realização da dinâmica, mas que o aproveitamento foi considerado positivo. Acerca da Oficina Participativa, ocorrida em 17/06/2023, em Brazlândia, onde 174 pessoas compareceram, avaliou que a dinâmica foi muito positiva, que a população questionou, propôs e participou ativamente e que, no geral, o evento foi bom, apesar do princípio de confusão ao final do evento. Destacou que, apesar dos problemas, a população quis prosseguir com a abordagem sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) livre de qualquer conflito político incitado pelo grupo anterior. Quanto à Oficina Participativa do Gama ocorrida em 24/06/2023, onde 183 pessoas compareceram, constatou que houve uma comunicação muito boa com a Região Administrativa do Gama e que a articulação feita gerou frutos muito bons que refletiram no sucesso do evento. Salientou que a Oficina Participativa do Gama virou o referencial para as demais reuniões que iriam acontecer, especialmente nas questões envolvendo divulgação, infraestrutura, participação social e articulação com as administrações regionais. Ato contínuo, passou-se ao subitem 5.2. Por Segmentos: Direito à Cidade, Moradia e Habitação, Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio e LGBTQIAP+: O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** noticiou que inicialmente havia sido considerada a participação de 50 pessoas nas oficinas participativas por segmentos, sendo inclusive considerado o quantitativo para fins de disponibilização de infraestrutura. Todavia, na primeira Oficina Participativa (OP), ocorrida em 30/05/2023, realizada com o segmento de Direito à Cidade, Moradia e Habitação compareceram um total de 93 pessoas. Demonstrou alegria pela participação massiva e da divulgação feita pelos membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP), pois apesar dos contratempos com a infraestrutura, o evento ocorreu de forma muito proveitosa e obteve grande participação social. No que diz respeito à Oficina Participativa (OP) ocorrida em 22/06/2023, com o segmento da Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio, informou que 48 pessoas compareceram no evento, para tanto, destacou que o debate foi feito de forma ampla. Com relação à última Oficina Participativa (OP) realizada em 27/06/2023, com o segmento da população LGBTQIA+, onde 22 pessoas compareceram, avaliou que em termos emocionais, foi um evento muito bonito. Pontuou que, ao longo da realização de todas as oficinas, foram identificados outros atores, dentre os quais foram feitas outras articulações com órgãos, entidades e organizações. Noticiou sobre as tratativas que foram iniciadas com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus), que por meio das suas subsecretarias, indicou que fará o apoio na divulgação dos eventos e que alguns gabinetes parlamentares dos Deputados Distritais componentes da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) entraram em contato por meio de suas assessorias solicitando o encaminhamento do material de divulgação e do cronograma atualizado tanto para divulgar entre suas bases, quanto no acompanhamento dos eventos. Finalizada a apresentação, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. O Sr. **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, iniciou a fala parabenizando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) pelo que chamou de “gincana” com relação à disposição física nas reuniões feitas. Em primeiro plano, avaliou que o tempo utilizado para apresentação estava sendo mal utilizado, porque havia perda de tempo em expor os detalhamentos metodológicos deixando, assim, de dar as informações que alimentem, estimulem e provoquem o debate, por exemplo, as informações objetivas sobre a Região Administrativa em que a oficina está sendo realizada como: a demografia, renda, atividades econômicas, emprego, desemprego e, principalmente, os dados contidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) sobre o que pode ou não ser feito com relação

àquele território. Observou, como segundo ponto, que é honroso ter um Deputado Distrital presente na Oficina Participativa (OP), mas, por outro lado, dever-se-ia tomar cuidado ao oportunizar a fala para essas autoridades, em virtude do horário e da importância que o discurso político pode proporcionar à plateia, de forma a não fugir da real intenção da reunião, que é a de discutir o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). O terceiro ponto mencionado foi a respeito dos mapas. Comentou que as imagens relacionadas aos noticiários poderiam também ser incrementadas nos mapas da dinâmica e que poderia ser exibido nas salas um pouco mais de imagens e fotografias para tentar construir uma correlação entre o espaço e a vida das pessoas. Como quarto ponto observado, julgou ser imprescindível que os responsáveis pela cidade, pela gestão cotidiana das regiões ou aqueles que interajam diretamente com os problemas cotidianos das quadras estivessem presentes, a exemplo da Companhia Energética de Brasília (CEB), Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), dentre outros. Quanto às oficinas temáticas que participou, pontuou que foram interessantes do ponto de vista da riqueza do debate e das informações prestadas. Todavia, com relação à Oficina do Segmento da Construção Civil, julgou que o modelo adotado havia sido péssimo. Explicou que o modelo dos apresentadores e das perguntas e respostas era limitado e limitador do debate, que é importante e contundente para a cidade. No que tange ao direito à moradia, opinou no sentido de que parecia que havia um desprezo ou menosprezo do fator primordial da discussão, que é a cidade. Considerou que os acúmulos organizados de propostas, para todo e qualquer tema relativo à Oficina Temática, não estavam sendo considerados na atualização da dinâmica da cidade de maneira propositiva. A Sra. **Renata Seabra Resende Castro Corrêa**, CAU/DF, iniciou a fala parabenizando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) pelo esforço e teceu algumas preocupações que observou do ponto de vista da sua participação nas oficinas. Indicou que o formato da apresentação deveria ser repensado, haja vista a pouca compreensão das pessoas sobre o que estava sendo realmente discutido nos eventos. Recomendou que a quantidade de slides fosse reduzida, utilizando-se mais imagens e pouco texto e indo direto ao ponto, de forma mais dinâmica e não tão formalizada. Além disso, pontuou que ler o slide pode melhorar. Em uma das salas que esteve, alegou sentir falta de que os técnicos conduzissem os temas que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) pode resolver e achou perigoso coletar informações que não conseguiriam ser utilizadas depois. Destacou que os “papéis na parede” mais uma vez não foram utilizados e que o jogo de palavras pode ser útil para explicar cada tema. A Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, Ceub, parabenizou o esforço da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) quanto ao empenho na realização dos eventos. Pontuou alguns aspectos que julgou importantes, tais como: as falas iniciais não serem longas, deixar mais claro quais são as perguntas, sobre o que as pessoas estavam sendo demandadas, o trabalho dos mapas a partir de fotografias e imagens mais concretas do local, já na apresentação inicial. Dessa forma, as pessoas começariam a se familiarizar com o mapa desde o início, para, quando forem para as suas respectivas salas, abordarem de forma mais concreta sobre o problema e o reflexo deste no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Ressaltou que, se caso for feito um destaque para a fala de autoridades, que também fosse oportunizada a palavra para que as autoridades locais e representantes dos movimentos sociais e coletivos realizassem uma breve exposição, sendo, sobretudo, limitado o tempo de fala de cada pessoa. Sugeriu que fossem convocados agentes comunitários para auxiliar na capacitação dos técnicos que fossem conduzir a dinâmica. Assim, pessoas previamente formadas poderiam contribuir para se alcançar uma maior participação. Além disso, propôs que fosse reduzido o número de participantes nos grupos que tivessem maior número, para que todas as pessoas pudessem falar. Asseverou sobre o cuidado que se deveria ter com a contagem do número de participantes no YouTube para não incorrer em distorção. A Sra. **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, narrou que participou de cinco eventos que foram diferentes entre si e, a partir disso, teceu as suas considerações. Com relação às salas, destacou que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) deveria se preparar para receber muitas pessoas. Sob a ótica do participante, informou que o tempo destinado à realização da dinâmica não estava observando as falas dos participantes e que isso gerou um estresse tanto para a equipe quanto para os participantes. No que tange à apresentação inicial, no que diz respeito aos desafios e potencialidades, propôs que fosse retirado da apresentação o discurso, tendo em vista que, quando as pessoas fossem apresentar os pontos debatidos, esses aspectos já estavam sendo promovidos numa sala só. Sobre a participação dos deputados na mesa de abertura, pontuou que as pessoas não compreendiam como a fala delas seria direcionada ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Noticiou o ocorrido na Oficina Participativa (OP) de Brazlândia, onde foram feitas as falas das autoridades, que não quiseram ouvir a população, gerando, assim, um princípio de tumulto. Esclareceu que

ao passo que é bom que a população queira ser ouvida, talvez tenha que ficar claro aos ouvintes sobre o que está sendo dito nas reuniões, que é sobre o desenvolvimento urbano e territorial. Preocupou-se quanto à contagem do tempo para realização da dinâmica e ao uso do mapa. Argumentou que os mapas deveriam estar nos centros das salas para facilitar a compreensão do território pelos participantes da dinâmica. Destacou que deveria ser deixado clarividente a real função do painel no processo participativo, que fosse incentivada a participação social nas escolas e reafirmou a necessidade de divulgação das oficinas. A Sra. **Verônica Ferreira de Figueiredo**, Paes ressaltou sobre a participação positiva das crianças na Oficina Participativa (OP) do Paranoá e que o exemplo poderia ser seguido. Alegou que poderia ser trabalhada uma forma de introdução mais dinâmica, otimizando o tempo. Com relação, especialmente, à Oficina Participativa (OP) do Gama, destacou que a mobilização feita não foi por meio da Administração Regional, mas pelos movimentos sociais que se articularam para convocar as pessoas a participarem. Reafirmou que faltava às Administrações Regionais tomarem para si a responsabilidade das suas respectivas comunidades na divulgação e explicação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), para que as pessoas pudessem chegar sabendo sobre o assunto que será tratado. Por fim, parabenizou a equipe da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) pelo trabalho e que o Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) deveria dar apoio aos técnicos e à população na discussão. Buscando compilar as observações e pontuações colocadas, a Sra. **Juliana Machado Coelho** efetuou algumas ponderações. Com relação à presença e fala dos deputados, esclareceu que no momento que são convidados a participarem, essas autoridades vislumbram uma forma de discursar para a população e que, visando otimizar e frear um pouco essa perspectiva, a equipe da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) tem buscado conversar com os deputados e administradores regionais antes da realização de cada reunião para enfatizar que o objetivo é o de ouvir a população. Ressaltou que as oficinas por segmento estavam sendo feitas com base nas observações do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP). Efetuou alguns esclarecimentos quanto ao ocorrido durante a Oficina Participativa (OP) de Brazlândia e sobre as suas impressões nas últimas duas oficinas temáticas, onde avaliou que a última, apesar de não ter representação no âmbito do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) foi muito proveitosa. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** justificou que as apresentações eram longas devido ao seu modo de apresentar e que buscou, ao máximo, reduzir os slides e torná-los mais objetivo. Reconheceu que, de fato, havia proeminentemente um olhar mais técnico na apresentação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e que é de suma importância a contribuição dos membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP). Com relação aos preparos dos técnicos, informou que antes de cada Oficina Participativa (OP) é feita uma reunião com os técnicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), onde os profissionais são novamente instruídos sobre a dinâmica e tomam conhecimento sobre as particularidades daquele território, a partir da distribuição de um material relativo à Região Administrativa em questão. Alegou que outros técnicos de outras áreas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) estavam sendo inseridos no processo das Oficinas Participativas, buscando auxiliar e agregar conhecimento nas dinâmicas integrativas. Quanto à utilização de imagens e fotografias, pontuou que isso seria considerado. No que diz respeito à utilização de símbolos, informou que os mapas relativos ao Núcleo Bandeirante (DF) já serão apresentados com a utilização dos símbolos e que a aplicação serviria como parâmetro para a utilização de fotografias e imagens nas próximas oficinas. Explicou que a contagem de participantes feita pelo YouTube leva em consideração a quantidade de acessos, e presencialmente o controle é feito por lista de presença divididas em servidores e participantes. No tocante à destinação das salas e do espaço para a realização das oficinas, retomou a fala no sentido que nas reuniões anteriores, foi feita a solicitação em cada Região Administrativa, que disponibilizasse um espaço que comportasse 150 pessoas, no mínimo, e 6 salas que comportassem, no mínimo, 25 pessoas, onde foi feito todo o processo de checagem para o atendimento à demanda. Todavia, com relação à Oficina Participativa (OP) do Lago Norte, esclareceu que às 16h30, foi informado que estavam sendo disponibilizadas apenas duas salas pela escola. Além disso, esclareceu que os processos de formalização dos espaços eram feitos, que eram realizadas reuniões prévias, visitas prévias para a execução da oficina participativa. Contudo, apesar das ações antecipadas, destacou que algumas demandas somente eram possíveis de serem feitas pela Administração Regional, que às vezes cumpre, às vezes não. Explicou que as apresentações estavam sendo modificadas, a fim de deixar claro que os eventos eram técnicos, que o objetivo era o de ouvir a população, que não se tratava de uma audiência pública, mas uma oficina

participativa e uma reunião com a população para levantar questões relativas ao território. Justificou que estavam sendo pensadas formas de reduzir a apresentação das oficinas participativas para dar espaço para correlacionar o que a população entendia com o que é demanda do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Mencionou que a contagem do tempo referente às oficinas era feita pessoalmente, onde o tempo era cronometrado grupo a grupo. Enfatizou que o tempo levava em consideração, ainda, o horário de início do evento. Acerca da observação feita a respeito do Governo do Distrito Federal (GDF), solicitou a todos que lessem novamente a ata da última reunião. Quanto às demais ações relativas aos mapas e da condução das dinâmicas, informou que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) estava se empenhando ao máximo para trazer a ajuda dos técnicos de cada Região Administrativa para, além de auxiliar na condução dos trabalhos, trazer o conhecimento relativo ao local que estava sendo abordado. Aberta novamente a palavra, o Sr. **Luiz Guilherme Peres**, Fórum das Águas, sugeriu que a cor do adesivo do meio ambiente fosse destacada claramente em verde. Opinou no sentido de que foi estranho duas pessoas do mesmo nicho para palestrar na mesma Oficina Temática. Destacou que não existia uma divulgação especial para a realização das reuniões livres e que o número de tópicos para envio, de 12 pontos, era pouco. No que tange à contagem do tempo para o início da dinâmica, recomendou que fosse, a partir da explanação feita pelo facilitador da dinâmica e não antes. Questionou retoricamente sobre a preparação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) para as demais Oficinas Participativas (OP), em especial quanto ao número de participantes que vinha gradativamente crescendo. Sugeriu que as autoridades falassem ao final do evento, especificamente ao final das apresentações e não no início, a fim de não induzir a população na abordagem de algum segmento ou já tirando a possibilidade de uma demanda surgir, de uma forma mais clara. O Sr. **João Gilberto de Carvalho Accioly**, Sinduscon, ponderou que no início das apresentações poderiam ser informados dados específicos daquela sociedade, caracterizando com imagens, fotografias, mapas e demais recursos visuais, que facilitaria e conduziria melhor o debate com as pessoas. Pontuou sobre a relação intrínseca entre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) e que isso deveria ser esclarecido para a população. Destacou que o tema relativo à regularização fundiária enseja muito debate, o que poderia ser aproveitado melhor nas oficinas. Quanto à participação de autoridades do Poder Executivo, enfatizou que, para além da participação dessas pessoas, as falas estavam sendo, sobretudo, direcionadas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh). Com relação à Oficina Temática, por segmentos, com o segmento da Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio, em razão da complexidade que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) incide sobre os ramos, indicou que a única alternativa seria escolher um ponto dentro do que se podia discutir, razão pela qual o tema da densidade foi ventilado e aceito. Alegou que elencou uma lista dos possíveis temas que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) poderia discutir. Mencionou sobre os temas que havia elencado em cada eixo abordado na dinâmica, para justificar que os dois representantes escolhidos pelo setor empresarial e que não tinha como eleger outros palestrantes, por conta do formato adotado. Destacou que o propósito não era o formato de perguntas e respostas, mas um bate papo sobre o tema apresentado. Ressaltou que talvez o problema tenha sido da organização ou da própria Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh). No geral, avaliou que a Oficina Temática poderia ter sido melhor, devido ao fato de que a discussão saiu do tema densidade, proposto inicialmente. Informou que as impressões dos setores envolvidos com a temática foram muito positivas, sendo, inclusive, manifestada imensa gratidão pela abordagem do tema e da oportunidade de contribuir com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Solicitou, dentro das temáticas definidas, tentar promover debates no Comitê de Gestão Participativa (CGP) do mérito dos assuntos abordados pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). A Sra. **Maria Helena Fróz Gomes**, Scub, teceu breves considerações a respeito dos eventos. Com relação à distribuição dos participantes nas salas, observou que a limitação em 10 a 15 pessoas deixava o debate mais fluído e que não deixava nenhuma ansiedade em não dar tempo de alguém não se manifestar, como ocorreu, por exemplo, na Oficina Participativa do Gama. No que diz respeito à escolha do relator e do representante, destacou que se tratava de funções primordiais dentro do processo participativo e que nesse processo, o relator tinha o papel mais importante, tendo em vista que o que seria efetivamente avaliado seria aquilo que foi redigido na sala. As falas, de fato, não iriam ser gravadas em algum documento. Narrou sobre a dificuldade obtida durante a Oficina Participativa do Gama no que estava sendo escrito, em especial quanto ao andamento, em virtude da dinâmica rápida e simultânea. Desse modo, não havia tempo para esperar que o redator escrevesse o que foi dito durante a dinâmica e que, ao longo desse processo, muitas informações haviam sido perdidas. Problematicizou a questão da dispersão dos

participantes, onde as pessoas mais organizadas foram representantes dos seus respectivos grupos e ao invés de dar o relato geral do que houve na sala, direcionaram a fala unicamente para os seus interesses. Assim, questionou até que ponto dispersar os grupos organizados seria interessante no processo. Além disso, reparou que os mapas e painéis auxiliares não estavam sendo tão utilizados como poderiam ser, a exemplo dos mapas do Zoneamento Ecológico-Econômico e os mapas de riscos ambientais. Sugeriu que esses mapas fossem substituídos pelos próprios mapas do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) aproximados ali em cada Região Administrativa para que a discussão fosse mais direcionada. Pontuou sobre a utilização dos painéis, alegando, contudo, que a população não utilizava muito a ferramenta, sendo recomendado, inclusive, que os técnicos fizessem uma breve explicação sobre cada tema indicado com as cores, trazendo perguntas norteadoras e direcionamento melhor para cada eixo. Salientou que não ajudava muito os mapas serem da mesma cor e que não seria interessante padronizar as configurações de cada sala para melhorar a assimilação dos conteúdos pelos participantes. O Sr. **Jean Vitor Cândido**, Cress/DF, destacou ser muito importante durante o processo de articulação que a linguagem técnica seja traduzida. Desta feita, sugeriu que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab) fosse acionada para fazer a tradução dos termos técnicos, bem como outros segmentos também que possam dar esse suporte na tradução desses argumentos técnicos. Com relação à metodologia de participação nas oficinas, pontuou que a explicação sobre o processo do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) poderia ser mais bem explicada dentro dos grupos e retirada da apresentação inicial. Com isso, o momento da apresentação inicial seria direcionado ao destaque da importância do processo, da necessidade da revisão e do privilégio à participação social. Dessa forma, sugeriu que o momento inicial fosse mais breve, a fim de trazer a explicação do processo dentro dos grupos, com o propósito de aumentar os espaços dos grupos nas trocas e retiradas de dúvidas. Manifestou preocupação com a realização das oficinas temáticas com as pessoas com deficiência, crianças e idosos, em especial sobre o processo de compreensão da informação e propôs que fosse utilizado dentro da abordagem com esses grupos, o Serviço de Convivência da Assistência Social de cada pessoa com a cidade, com o propósito de fortalecer a realização das conferências livres e convidar a Secretária de Assistência Social para dialogar com essa população. Não obstante a isso, recomendou que fossem feitas oficinas acerca da escuta sobre a cidade. Enfatizou sobre a importância da conversa e da busca dos equipamentos e técnicos para abordar, a partir da linguagem acessível, os problemas e soluções dentro da lógica do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). A Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, Ceub, questionou sobre como estava sendo feito o convite aos movimentos sociais e sobre as reuniões da Comissão de Governança (CGO), haja vista que não houve retorno sobre as sugestões dadas das indicações feitas. Sugeriu que todas as oficinas que aconteceriam, especialmente as temáticas, que fosse compartilhado no grupo um encaminhamento sobre o que foi conversado, para que os membros possam trazer sugestões antes da oficina acontecer e que fosse incentivada a realização das reuniões livres pelos próprios membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP). Alegou que o grupo poderia se organizar para promover as reuniões livres e temáticas dos assuntos que são fundamentais. A Sra. **Juliana Machado Coelho**, quanto à proposta oferecida de que o Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) discuta outras questões, julgou que os debates poderiam ser aprofundados e que, nesse primeiro momento, isso não estava sendo feito, tendo em vista o foco integral na realização das oficinas. Dessa forma, sugeriu que fosse feita uma enquete para agendar esse debate mais aprofundado. Do ponto de vista das competências da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), esclareceu que o oferecimento de ônibus para traslado não seria possível. A respeito da contratação de intérpretes de libras, justificou que foi um dos itens que não conseguiu ser abarcado pelo contrato. Nessa perspectiva, foi sugerido que fosse feito um diálogo com os professores do Instituto Federal de Brasília (IFB) para auxiliarem no trabalho de tradução das oficinas para os portadores de necessidades especiais. Lembrou que os ajustes apontados seriam feitos, na medida do possível, tendo em vista que a equipe responsável era muito pequena. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** esclareceu que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) tentou padronizar a abordagem com relação aos eixos temáticos e que alterar a simbologia adotada poderia descaracterizar a metodologia depois. Explicou que a equipe utilizava um código para scanear os mapas. Destacou que o incentivo à realização das reuniões livres seria reforçado com a Assessoria de Comunicação e explicitou, mais uma vez, o processo de contagem do tempo. Ressaltou que o uso do material pelos técnicos é uma coisa que vem sendo reforçado e orientado aos profissionais e que estava em estudo uma forma mais simples de utilizar os mapas. Mencionou que apresentação do que é o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) no início da Oficina

Participativa buscava conferir mais tempo às salas para explicação da dinâmica e focar no levantamento das informações. Assim, se a explicação do processo fosse feita dentro da sala, poderia se ter um prejuízo de tempo para a realização da dinâmica em si. No tocante à paginação da sala para disposição de conteúdo, indicou que isso poderia ser analisado e pensado no dia do evento, porém, não havia como padronizar para todos os eventos, visto que as reuniões aconteciam sempre em locais diferentes. Salientou que no dia seguinte iria levar para os responsáveis pela unidade de tecnologia a possibilidade de exibir os vídeos do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) antes e depois das oficinas. Sobre o contato com as lideranças comunitárias e a Secretaria de Assistência Social, comprometeu-se a encaminhar um ofício os convidando a participar dos eventos. Para que os ofícios fossem direcionados corretamente, solicitou aos membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) que auxiliasse na prestação das informações corretas sobre os órgãos e entidades que deveriam ser contatadas. No que diz respeito à Comissão de Governança (CGO), informou que a atuação do grupo seria feita a partir da fase de prognóstico do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), tendo em vista se tratar de uma manifestação técnica dos órgãos, com os chefes de pasta, para que sejam feitas ações e deliberações. Asseverou que a função primordial da Comissão de Governança (CGO) é deliberativa. Informou, ainda, que todas as indicações para a composição do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) foram anotadas e que foi feito um contato inicial para informá-los a respeito da programação e da agenda das oficinas participativas. No tocante aos encaminhamentos definidos nas reuniões preparatórias, pediu desculpas a todos, porque não havia encaminhado aos membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) a mensagem, em especial sobre o relatório da Oficina Temática das Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Indígenas e Ciganas. Informou e convidou a todos para a reunião preparatória da Oficina Participativa do tema “Região Metropolitana”, do dia 27/07/2023, para comparecerem na próxima segunda-feira, às 17h. Avançando ao item 6. Assuntos Gerais: O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** noticiou a todos que a 10ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) ocorrerá no dia 26/07/2023, às 14h30, e que as próximas oficinas participativas iriam ocorrer, respectivamente, no dia 04/07/2023 – no Núcleo Bandeirante e dia 08/07/2023 – em Ceilândia, e que a próxima oficina temática será no dia 13/07/2023, com o segmento das comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e ciganos. Prosseguindo ao item 7. Encerramento: Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 9ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP).

JULIANA MACHADO COELHO, Coordenadora; JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **LETÍCIA LUZARDO DE SOUSA**, Titular – SEDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES**, Titular – SECID; **RAFAEL DAMASCENO SETTATI** Titular – Associação Livres; **VERÔNICA FERREIRA DE FIGUEIREDO**, Titular – PAES; **PAULO JOSÉ DANTAS DE JESUS** Suplente – Cáritas; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Instituto Sálvia Terra; **BENNY SCHVARBERG** Titular – Andar a Pé; **CARLOS JOSÉ DA SILVA** Suplente – ASSOLIM; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY** Titular – SINDUSCON; **CLAUDIO ANTÔNIO TEIXEIRA PIRES**, Titular – APROTAG; **MASSAE WATANABE**, Suplente – APROTAG; **JULIETTE ANNA FANNY LENOIR** Titular – IAB/DF; **RENATA SEABRA RESENDE CASTRO CORRÊA**, Suplente – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO** Titular – CRESS/DF.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 28/07/2023, às 11:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=118616494)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=118616494)
[verificador= 118616494](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=118616494) código CRC= **CFEC0239**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA
DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

No dia vinte e seis do mês de julho do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Décima Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, pela Sra **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal – SUPLAN, contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura dos trabalhos. 2. Informes da Coordenação Técnica. 3. Apreciação e aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, realizada no dia 28/06/2023. 4. Itens para apreciação: 4.1. Discussão quanto à realização das Oficinas Participativas do processo de revisão do PDOT, por Região Administrativa e por segmentos; 4.2. Adaptações no calendário de Oficinas Participativas; 4.3. Proposição de um calendário de pautas afetas ao processo de revisão do PDOT a serem discutidas no âmbito das reuniões do CGP. 5. Assuntos Gerais; 6. Encerramento. Iniciada a reunião, passou-se imediatamente ao item 1. Abertura dos trabalhos: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra **Juliana Machado Coelho** declarou aberta a 10ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) cumprimentando a todos e, em seguida, fez um resumo do que seria apresentado na reunião, solicitando a colaboração de todos para seguir e cumprir o cronograma previsto e ainda, que as manifestações acontecessem ao final de cada etapa. Orientou aos participantes que, ao fazerem uso da palavra, informassem seus nomes e entidades que representam. Além disso, pediu para que todos fossem sucintos nas oportunidades de fala, a fim de assegurar a participação de todos. Em seguida, passou-se ao item 3. Apreciação da Ata da 9ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, realizada no dia 28/06/2023: Não havendo pedidos de esclarecimentos, retificações, observações ou correções, a respectiva Ata foi considerada aprovada. Avançou-se ao item 4. Itens para apreciação: O Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Coplan/Seduh), Sr **José Mário Pacheco Júnior** informou a todos que no dia 27 de julho de 2023, às 19h, seria realizada na sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), a Oficina Participativa (OP) por Segmento da Região Metropolitana, com uma dinâmica híbrida de perguntas orientadoras e entrevistas coletivas. Informou que, conforme pauta nas reuniões passadas, visando apoio às Oficinas Participativas e Temáticas do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), alguns contratos mencionados anteriormente, já encontram-se vigentes, quais sejam: suporte para o fornecimento de lanches, tradutores, intérpretes de libras, cerimonial, comunicação visual, dentre outros serviços necessários para a realização dos eventos. Além disso, comunicou o encerramento, na última sexta-feira, do Chamamento SEDUH 01/2023 e que o segmento LGBTQIAPN+ não obteve inscrições, restando este segmento, ausente de representatividade junto ao CGP. Quanto ao segmento de Movimentos sociais e coletivos dos grupos Comunidades Tradicionais, Quilombolas ou Ciganas, informou que, apesar de ter havido uma entidade inscrita, a documentação apresentada estava incorreta. Assim, dos cinco segmentos abertos para o chamamento, apenas três foram preenchidos, restando dois vagos. Observando a presença de novos membros do CGP na reunião, a Sra **Juliana Machado Coelho** solicitou a todos que se apresentassem. Com a palavra o Sr **Pedro Laves Barbosa**, informou ser indígena, Tapuias, na região do Vale de São Francisco e representante da Instituição INDI em prol dos direitos indígenas. Com a palavra o Sr **Francisco Cláudio de Almeida S. Filho**, representante da Associação BSB Invisível, informou que a instituição ajuda as pessoas que estão em situação de rua. O Sr **Djalma Nunes da Silva** informou ser representante da Associação de Produtores do Núcleo Rural do Lago Oeste – ASPROESTE. Os demais

presentes também fizeram suas apresentações pessoais e, ao final, o Diretor de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Diplan/Seduh), Sr **Antônio Maycon Martins**, Suplan, deu boas-vindas aos novos membros e falou da importância de todos os segmentos, por cada um tratar de temas específicos, por representarem uma parcela da população e contribuírem de maneira expressiva para a revisão do PDOT. Fez uma breve contextualização sobre como o CGP havia se constituído e quais foram os trabalhos realizados relativos ao PDOT. Informou que a proposta é fazer a revisão em quatro etapas: diagnóstico, que está sendo realizado através das oficinas participativas, prognóstico, a proposta e a consolidação. Afirmou que as reuniões ordinárias do CPG são mensais e ocorrem sempre na última quarta-feira do mês e, se necessário, são realizadas reuniões extraordinárias. Nessa perspectiva, avançou-se ao item 5. Atualização das Oficinas: Oficinas realizadas em julho, Oficinas adiadas e Jogos da Copa de Futebol Feminino: O Diretor de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Diplan/Seduh), Sr **Antônio Maycon Martins** iniciou a apresentação do relatório dos eventos ocorridos nas Regiões Administrativas. A Oficina Participativa do Núcleo Bandeirante ocorreu no dia 04 de julho de 2023 e obteve um total de trinta e três participantes. A Oficina Participativa de Ceilândia aconteceu no dia 08 de julho de 2023 e teve um total de quarenta e sete pessoas. A Oficina Participativa de Santa Maria ocorreu no dia 22 de julho de 2023 e obteve um total de setenta pessoas presentes. A Oficina Participativa de Sobradinho aconteceu no dia 22 de julho de 2023 e teve um total de cento e cinquenta pessoas presentes. No tocante às Oficinas Temáticas, informou que a Oficina Temática do Segmento de Comunidades Tradicionais, Ciganas e Comunidades Indígenas, ocorreu no dia 13 de julho de 2023 e teve um total de cinquenta e duas pessoas presentes, a Oficina Temática do Segmento de Mulheres e Igualdade de Gênero, aconteceu no dia 18 de julho de 2023 e obteve um total de quatorze pessoas presentes. Todos os eventos foram registrados por fotos, vídeo e transmissão via *Youtube*. Especificamente na Oficina Participativa de Sobradinho, houve a necessidade de ampliação do espaço devido à quantidade de presentes, total de cento e cinquenta pessoas. Quanto à Oficina Participativa de Santa Maria, ressaltou que foi o primeiro evento em que o lanche foi inteiramente custeado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), em razão do início da vigência do contrato cujo objeto é dar suporte para a realização das oficinas e reuniões que envolvam o PDOT. Com relação às Regiões Administrativas de Arapoanga e Água Quente, por se tratarem de duas RA's criadas recentemente, não foi possível definir em tempo hábil local com infraestrutura compatível com as Oficinas Participativas. No caso da sessão pública de Ceilândia, resolveu-se por fazer uma nova reunião, em virtude da solicitação formalizada pela sociedade civil organizada, que foi subscrita, inclusive, por vários membros do CGP. O adiamento da reunião na Região Administrativa de Sol Nascente/Pôr do Sol se deu em razão da exibição do jogo da seleção brasileira, onde o Governo do Distrito Federal (GDF) decretou ponto facultativo nos dias de jogos, o que trouxe mudança no funcionamento dos órgãos públicos distritais. Passando-se ao item 6. Ajuste no Calendário das Oficina Participativa (OP) futuras: Remanejamento de OP por adiamentos e adequação na previsão: o Sr **Antônio Maycon Martins**, Suplan, em decisão recente publicada via decreto pelo Governo do Distrito Federal (DF), o Governador Ibaneis Rocha instituiu ponto facultativo nos dias de jogos da seleção brasileira feminina de futebol. Por esse motivo, caso seja ponto facultativo as OP nas Regiões Administrativas do Fercal e SCIA/Estrutural seriam adiadas de 12 e 19 de agosto de 2023, respectivamente para datas futuras. As datas permaneceriam as mesmas caso não houvessem jogos nestes dias. Quanto à adequação, lembrou e sugeriu as seguintes datas: Região Administrativa do Arapoanga – Data atual: 15/07/2023 – Data sugerida: 07/10/2023; Região Administrativa de Água Quente – Data atual: 01/07/2023 – Data sugerida: 19/09/2023; Região Administrativa de Sol Nascente/Pôr do Sol – Data atual: 29/07/2023 – Data sugerida: 23/09/2023. A realização da segunda Oficina Participativa da Região Administrativa de Ceilândia – Data atual: 08/07/2023 – Data sugerida: 09/12/2023. Destacou que as oficinas em Arapoanga, Ceilândia e Sol Nascente/Pôr do Sol foram priorizadas aos sábados. No tocante às reuniões previstas nas regiões do Riacho Fundo, Sobradinho II e Park Way, estas seriam remanejadas para dias da semana em setembro. Desse modo, a Oficina Participativa de Riacho Fundo, prevista para o dia 23/09/2023, ocorreria em 26/09/2023; a Oficina Participativa de Sobradinho II, prevista para o dia 07/10/2023, aconteceria em 03/10/2023 e a Oficina Participativa do Park Way, prevista para o dia 09/12/2023, ocorreria em 14/09/2023. Exibiu o painel resumido das Oficinas Participativas e Oficinas Temáticas ocorridas desde o dia 27 de maio de 2023 a 25 de julho de 2023, para informar que o público total participante dos eventos foi o de 1.287 pessoas. Demonstrou o gráfico sobre a quantidade de participantes durante os dias da semana e aquelas realizadas no final de semana, em especial aos sábados. Destacou que as Regiões

Administrativas de Brazlândia, Gama e Sobradinho foram os eventos com maior quantidade de participantes. Mencionou que a partir das discussões técnicas e das soluções viáveis, as Regiões Administrativas com menos poderio econômico foram privilegiadas para acontecerem aos sábados. Em seguida, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. O Sr **Luís Fernando Zeferino**, Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (Cau/DF), informou que foi feita uma pesquisa a respeito da quantidade de pessoas que estão acompanhando e assistindo os jogos da seleção feminina de futebol, e em razão do resultado ter sido baixo, acreditava que os dias dos jogos não impediram a realização das oficinas. A Sra **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, propôs, levando em consideração a exaustão em razão das inúmeras OP e reuniões do CGP, que ao invés de realocar as datas para a realização das OP, que fosse aberta a agenda para janeiro de 2024. Concordeu com a alteração da data da OP em razão do ponto facultativo. O Sr **Mário Blanco Nunes Neto**, PRECOMOR, em síntese, sugeriu que as datas das OP não fossem alteradas, mas postergadas para janeiro de 2024, de acordo com a sugestão anterior oferecida. A Sra **Ruth Stéfane Costa Leite**, Associação na Luta Inquilinos a Moradia DF e Entorno - ASSOLIM, sugeriu uma reunião sobre as cooperativas e acredita que o calendário apresentado pode ser cumprido e, por fim, teceu elogios à equipe da Seduh pelo trabalho desenvolvido. A Sra **Juliana Machado Coelho** compreendeu que não fazia sentido levar os servidores a trabalharem no ponto facultativo decretado e que na Oficina Participativa (OP) SIA, apesar de serem Regiões Administrativas diferentes, os moradores do SCIA/Estrutural poderiam ser convidados. O Sr **Antônio Maycon Martins** explicou ainda que o adiamento de algumas OP para janeiro de 2024 implicaria em uma série de questões. Caso haja mais alguma situação que implique em novos adiamentos, o cronograma iria se estender cada vez mais em função das festividades do início do ano, como ano novo, carnaval, período de férias e consequente baixa na representatividade da população, além da questão da realização das audiências públicas que devem ser realizadas até o final de 2024 em função do contrato firmado com a empresa que organizará as audiências. A Sra **Maria Helena Fróz Gomes**, SCUB, questionou se estava sendo feita uma sistematização das informações oriundas da população. Caso positivo, que fossem apresentadas nas próximas reuniões, ao menos uma amostragem. Caso negativo, recomendou que fosse postergado para que as informações fossem adequadamente sistematizadas. O Sr **Mário Blanco Nunes Neto**, PRECOMOR, ressaltou que o CGP deve analisar com atenção os dados extraídos também das reuniões livres. Quanto aos sábados que sejam após os feriados, indicou que os eventos poderiam ser realizados, haja vista a crise financeira que o país se encontra e por entender que seria menos prejudicial à população. O Sr **Jean Vitor Cândido**, CRESS/DF, em síntese, defendeu a expansão do calendário das OP para o ano de 2024, com vistas a não prejudicar a participação social. A Sra **Elaine de Oliveira La Torres**, SECID, comentou que as Regiões Administrativas de Arapoanga e Água Quente são novas e que não possuem a estrutura consolidada de administração para comportar um evento de tamanha estrutura como uma OP. Assim, recomendou que as datas fossem pensadas mais à frente para esses locais. Quanto à sistematização do material, o Sr **José Mário Pacheco Júnior** informou a todos que houve um interesse por parte de uma faculdade de arquitetura e urbanismo para elaboração dos mapas que seriam apresentados nas OP. Foi proposto e aceito um Acordo de Cooperação Técnica que se daria no período correlato à prática profissional exigida pelo curso. Ao longo de sua elaboração, houve uma alteração na lei de licitação e ocorreu uma exigência junto à PGDF, uma vez que os termos que as secretarias do GDF tinham para poder formalizar os acordos de cooperação por conta própria ficaram suspensos. Com isso, o período de estágio seria prejudicado por não coincidir com o calendário escolar. Todavia, em conversa da Assessoria Jurídica da Seduh com a Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) e com a faculdade, foi proposto que o acordo fosse celebrado no semestre seguinte. Assim, o documento seria reescrito e seria incorporado um material sobre como iniciar o processo de sistematização para orientar os estudantes. O Acordo de Cooperação Técnica seria firmado no modelo de convênio e alguns componentes da equipe técnica Seduh estariam debruçados nesse trabalho metodológico e apresentariam os métodos para os alunos. No primeiro momento, esclareceu que seria utilizada essa metodologia para o início da compilação da fase de diagnóstico do processo de revisão do PDOT e, após a finalização das oficinas, em dezembro de 2023, ainda seria possível que os alunos manipulassem os dados, contudo, os eventos devem, necessariamente, finalizar em dezembro devido a questões contratuais. Complementando as informações, a Sra **Juliana Machado Coelho** comentou que muitas pessoas são mobilizadas para a realização das oficinas participativas e que alguns servidores estavam sendo destacados para trabalhar aos sábados, fora do horário de expediente e colocar eventos próximos aos feriados geraria um problema para a coordenação, tendo em vista a necessidade de conseguir pessoal técnico para a realização das dinâmicas. Quanto ao adiamento para o ano que vem, pontuou que para além de todas as tópicos elencados, seria

necessário conversar com o Secretário e a Secretária Adjunta da Seduh para negociar os prazos. Deixou claro que existiam muitos obstáculos para o adiamento das oficinas participativas para o ano de 2024. No tocante à Oficina Participativa de Ceilândia, sugeriu retirar o evento que ocorreria no Park Way para agendar a reunião de Ceilândia, que está prevista para ocorrer no dia 09/12/2023 e o evento no Park Way aconteceria em um dia da semana, que poderia ocorrer à noite, inclusive. Propôs que a Seduh elaborasse uma proposta e encaminhasse no grupo de *WhatsApp* para os membros do Comitê de CGP responderem sob a forma de enquete. O Sr **Antônio Maycon Martins** apontou sobre a imprescindibilidade de que o Secretário e a Secretária Adjunta Seduh tomem ciência a respeito do diálogo que estava sendo sugerido pelos membros CGP, tendo em vista que a decisão pela aprovação ou não depende de uma hierarquia de prestação de contas. O Sr **André Júnio Tavares Barbosa**, Coletivo Calunga, comentou que nas últimas oficinas foi notado um esvaziamento dos eventos, que podem ser por conta da falta de divulgação, o tempo destinado à veiculação da notícia, o local escolhido, a imersão no território, dentre outros aspectos. Quanto à Oficina Participativa de Ceilândia, sugeriu que fosse realizada no espaço Jovem Expressão, tendo em vista que o espaço possui a infraestrutura necessária para comportar o evento, bem como auxiliar na mobilização e sistematização das pautas. Ressaltou que o Mercado Sul tem interesse no debate do processo de revisão do PDOT. Outra questão mencionada foi sobre o esforço e o desgaste dos funcionários da Seduh, justificando, para tanto, que foi uma perda de tempo e investimento a análise por cada Unidade de Planejamento Territorial (UPT), que gerou uma situação complicada quanto à celeridade na agenda do debate sobre as oficinas temáticas e participativas, que poderia ser, em sua opinião, diluído de uma melhor forma. Compreendeu que não houve uma vontade política manifestada pelo Governo do Distrito Federal (GDF) no tocante ao PDOT, em especial de não ter sido pensado ou estruturado desde o início pela realização de um processo saudável tanto para os servidores quanto ao procedimento no todo, com a mobilização, recursos e ferramentas necessárias. Avaliou de forma positiva a realização da Oficina Temática com o Segmento de Quilombolas devido à organização dos atores, sendo necessário, portanto, que fossem convidados coletivos para dentro dos espaços de diálogo, a fim de dar uma qualidade maior aos debates. O Sr **Wagner de Jesus Martins**, Fiocruz Brasília, sugeriu que a metodologia fosse repensada, a fim de aglutinar Regiões Administrativas para elaborar um novo modelo de comunicação para mobilização social. O Sr **Mário Blanco Nunes Neto**, PRECOMOR, reafirmou a sugestão anterior no sentido de que as oficinas participativas do Riacho Fundo I e Park Way acontecessem em sábados com feriados na semana. A Sra **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, comentou que a metodologia utilizada durante as oficinas participativas e temáticas estava bem estabelecida e que o que não havia sido resolvido ainda era a questão relativa aos pontos de referência no mapa. Solicitou que o Sr Dênio Augusto Oliveira Moura, Promotor de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Proureb) e a Sra Juliana Braga Gomes, Defensora Pública do Distrito Federal fossem convidados para a próxima reunião, bem como representantes da Casa Civil e da Secretaria de Comunicação do Distrito Federal. Com relação à divulgação, solicitou que fosse feita no prazo mínimo de dez dias para que o *card* de divulgação estivesse pronto, a fim de cumprir com o acordo feito com CGP sobre isso, e que fossem diversificados os canais de comunicação, com o propósito de utilizar as grandes mídias para auxiliar na comunicação. Como pauta para a próxima reunião, gostaria que fosse discutida a metodologia de análise dos dados com relação às reuniões livres, das oficinas temáticas e participativas. Destacou como positiva a abordagem dos dados relativos à região administrativa nas apresentações. Questionou acerca de quando as reuniões livres estariam disponíveis para consulta e sobre a necessidade de definir uma metodologia para inseri-las nas minutas. Informou sobre a dificuldade no envio das contribuições das oficinas livres no site do PDOT e solicitou o acesso aos dados das oficinas. Além dos pontos mencionados, solicitou ainda, a inclusão na pauta da próxima reunião, a metodologia da leitura comunitária. A Sra **Juliana Machado Coelho** explicou que foi solicitado pelo CGP que fosse feita uma oficina por cada Região Administrativa, tendo em vista que anteriormente havia sido realizadas reuniões por Unidade de Planejamento Territorial (UPT), porém não logrou êxito. Quanto à enquete mencionada, explicou que a proposta contemplava todos os pontos que estavam sendo discutidos, de reorganizar e propor, a partir das impressões, um material técnico que seria enviado pelo *WhatsApp*, no grupo do CGP. Afirmou que a Seduh propõe as ideias, diretrizes, calendários e traz ao CPG para que se chegue num consenso. Concordeu com a fala anterior, no sentido de iniciar a discussão sobre a metodologia de análise dos dados. Solicitou o auxílio dos membros do CGP no processo de mobilização, seja passando os contatos de líderes comunitários ou outras formas de alcançar um maior público. O Sr **José Mário Pacheco Júnior**, quanto às dificuldades relatadas na manipulação do site do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), informou que conversou com a equipe técnica responsável e que foi informado que estavam desenvolvendo uma agenda para ir atualizando os dados dos

eventos. Explicou de forma exaustiva que a metodologia desenvolvida para a realização das oficinas participativas envolve um conjunto de procedimentos para organizar cada evento. Para a oficina temática é realizada uma reunião preparatória para decidir como o evento ocorrerá. Para as oficinas por Regiões Administrativas, é feito um levantamento dentro da capacidade disponível para a maior divulgação possível, sendo, inclusive, destinados estagiários da assessoria de comunicação para auxiliar na tarefa. Ressaltou que, apesar dessas questões e da constante ajuda que intercede junto aos membros do CGP, poucos membros encaminharam os contatos de lideranças comunitárias para auxiliar na divulgação dos eventos nos territórios e que a Seduh sempre esteve aberta para receber as indicações e promover o diálogo com a sociedade civil. Contudo, apesar dos esforços, a quantidade de pessoas não foi expressiva e que incumbia ao CGP, de acordo com o artigo 16, inciso VI, do Decreto que institui o Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP), contribuir com a mobilização social. Visando a transparência com os membros do CGP, explicou claramente como é feito o processo de execução de ordem de serviços para que um evento aconteça e as implicações caso os serviços não sejam executados. Afirmou que há questões administrativas estritamente vinculadas que impactavam todo o processo revisional e participativo. Mencionou que, embora sejam feitas articulações juntos às Regiões Administrativas e lideranças regionais, algumas vezes são surpreendidos com eventos locais, a exemplo do que ocorreu na Oficina Participativa do Cruzeiro, onde houve uma festa junina próxima ao local do evento. Reiterou que a Seduh tem buscado antever todas as hipóteses e cenários para que os eventos ocorram da melhor forma para que a população, de fato, participe do processo revisional e que todas as críticas, considerações, incorporações auxiliam no desempenho de um trabalho melhor. Agradeceu aos membros do CGP que auxiliaram na organização das reuniões livres. O Sr **André Júnio Tavares Barbosa**, Coletivo Calunga, sugeriu outros mecanismos de divulgação, como por exemplo, nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), a mobilização de agentes comunitários, com os Centros de Referência de Assistência Social, além da articulação comunitária. Recomendou que os técnicos de saúde das unidades básicas poderiam ser consultados, a fim de demonstrar um panorama da saúde nas Regiões Administrativas. Sugeriu-se que não havendo a possibilidade de fazer as reuniões aos sábados nas semanas que possuam feriados, que fosse permitido aos membros do CGP que indicassem o melhor dia e horário para que o evento acontecesse. A Sra **Cecília de Faria Sampaio**, Fiocruz Brasília, sugeriu que a segunda OP de Ceilândia acontecesse no dia 19/09/2023 e que os eventos fossem divulgados dentro dos grupos coletivos de atuação em Ceilândia. Pontuou-se sobre a necessidade de se atentar à divulgação nas áreas periféricas e rurais. O Sr **Jean Vitor Cândido**, CRESS/DF, julgou importante sugerir ao Projeto Técnico Social a execução de uma oficina livre para levar a pauta relativa ao PDOT, tendo em vista que o projeto social está vinculado diretamente à cidade e fortalecer a realização das reuniões livres pelas redes locais. O Sr **Antônio Maycon Martins**, esclareceu que nenhum evento previsto para o mês de agosto foi alterado e que a sugestão de dezembro para a realização da segunda OP de Ceilândia buscava dar mais tempo hábil para divulgação, visto se tratar da Região Administrativa mais populosa do Distrito Federal. O Sr **José Mário Pacheco Júnior**, com relação à sugestão de divulgação nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), informou que entraria em contato com a Secretaria de Saúde, assim como foi feito com a Secretaria de Segurança e Justiça. Quanto à divulgação nas zonas rurais, explicitou que entraria em contato com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) para realizar uma articulação para que o órgão auxiliasse na divulgação dos eventos. Informou que os convites para a próxima reunião seriam feitos e que aguardaria os contatos das redes sociotécnicas de Ceilândia para estabelecer um diálogo para contribuições. Explicou sobre a estrutura do CGP para os novos membros e foram retiradas as dúvidas com relação ao assunto. Para a próxima reunião do CGP, que acontecerá no dia 30 de agosto de 2023, que será no período noturno, solicitou que os membros encaminhassem as metodologias de análise que conhecem para que a equipe técnica pudesse sistematizar e apresentar o início da construção de uma proposta. O Sr **Luís Fernando Zeferino**, CAU/DF, informou que nas oficinas que participou visualizou que alguns técnicos não estavam seguindo ao padrão estabelecido nos treinamentos para a execução da dinâmica, o que evidenciava um despreparo e gerava problemas na sistematização futura dos dados. A Sra **Juliana Machado Coelho** destacou que esse é um problema que não deveria estar acontecendo e que deveria ser reportado, visto que antes de cada evento são feitos treinamentos e uma preparação técnica para orientar o técnico sobre o padrão estabelecido. O Sr **José Mário Pacheco Júnior** justificou que a falta de padrão poderia ser por conta da participação de técnicos de outras áreas da Seduh e que as discrepâncias poderiam ser relatadas para ajustar os eventuais tópicos que estejam distintos do padrão de trabalho. O Sr **Jean Vitor Cândido**, CRESS/DF, comentou sobre a atuação do facilitador nas reuniões para instrumentalizar a tradução das linguagens técnicas como

ferramenta importante para o debate. Saneando o debate, a Sra **Juliana Machado Coelho** caminhou para o item 7. Assuntos Gerais: Não houve. Avançando-se ao item 8. Encerramento: Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra **Juliana Machado Coelho** declarou encerrada a 10ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES**, Titular – SECID; **PEDRO ALVES BARBOSA**, Suplente – INDI; **FRANCISCO CLÁUDIO DE ALMEIDA S. FILHO**, Suplente – Associação BSB INVISÍVEL; **EDILEUZA LAURENTIANO BEZERRA**, Titular – REDE DE MULHERES; **ANDRÉ JÚNIO TAVARES BARBOSA**, Titular – Coletivo CALUNGA; **PAULO JOSÉ DANTAS DE JESUS**, Suplente – CÁRITAS; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Instituto SÁLVIA TERRA; **DJALMA NUNES DA SILVA**, Suplente – ASPROESTE; **RUTH STÉFANE COSTA LEITE**, Titular – ASSOLIM; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente – ASSOLIM; **MÁRIO BLANCO NUNES NETO**, Titular – PRECOMOR; **ANA PAULA PINTO ASSIS FONSECA**, Titular – ADEMI/DF; **LUÍS FERNANDO ZEFERINO**, Titular – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF; **WAGNER DE JESUS MARTINS**, Titular – FIOCRUZ Brasília; **CAIO FREDERICO E SILVA**, Suplente – FAU/UnB.

JULIANA MACHADO COELHO

Coordenadora



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 05/09/2023, às 17:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **121533883** código CRC= **7B31C599**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA
DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Quarta Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, pela Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (Suplan), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para tratar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura dos trabalhos e Informes. 2. Apresentação da Proposta das Comissões de Acompanhamento. 3. Apresentação da elaboração da Metodologia de Sistematização – considerações dos membros sobre o apresentado na 11ª RO. 4. Encerramento. Iniciada a reunião, passou-se imediatamente ao item 1. Abertura dos trabalhos com Informes da Coordenação Técnica: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra. **Juliana Machado Coelho** declarou aberta a 4ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) cumprimentando a todos. Logo em seguida, informou a todos que a submissão da Ata da 11ª Reunião Ordinária, ocorrida em 30/08/2023, será feita na próxima sessão ordinária, que ocorrerá no dia 27/09/2023 e que no dia 14/09/2023 está prevista a publicação do Edital de Chamamento Público para o preenchimento das vagas remanescentes do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP), com o seguinte cronograma estabelecido: 14/09/2023 – Publicação do Edital de Chamamento Público; 06/11/2023 – Divulgação da Homologação do Resultado do Chamamento Público, que contém 4 vagas nos seguintes segmentos (i) Segmento Movimentos Sociais e Coletivos: 1 vaga para área de atuação de Comunidades tradicionais, quilombolas ou ciganas e 1 vaga para área de atuação de População LGBTQI+. (ii) Segmento Organizações não governamentais e entidades da sociedade civil: 1 vaga para área de atuação de Cultura. (iii) Segmento entidades do setor empresarial: 1 vaga para área de atuação de Comércio. Apresentou o calendário definido para o mês de setembro/2023, contendo as seguintes programações: 01/09/2023 – Reunião com o CGP para definir a dinâmica da OP; 02/09/2023 – Oficina Participativa da Região Administrativa de Taguatinga; 04/09/2023 – Reunião com o CGP para definir a dinâmica da OP; 05/09/2023 – Oficina Participativa da Região Administrativa do Sudoeste/Octogonal; 06/09/2023 – Preparação dos Técnicos sobre as oficinas (RA/Segmento) a ocorrer nos dias de semana; 07/09/2023 – Feriado; 11/09/2023 – Preparação dos Técnicos sobre a oficina (RA) a ocorrer no sábado; 12/09/2023 – Oficina Participativa do Segmento Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados; 15/09/2023 – Preparação dos Técnicos sobre as oficinas (RA/Segmento) a ocorrer nos dias de semana; 16/09/2023 – Oficina Participativa da Região Administrativa de Itapoã; 18/09/2023 – Preparação dos Técnicos sobre a oficina (RA) a ocorrer no sábado e Reunião com o CGP para definir a dinâmica da OP; 21/09/2023 – Oficina Participativa do Segmento Cultura; 22/09/2023 – Preparação dos Técnicos sobre as oficinas (RA/Segmento) a ocorrer nos dias de semana; 23/09/2023 – Oficina Participativa da Região Administrativa do Riacho Fundo; 25/09/2023 – Preparação dos Técnicos sobre a oficina (RA) a ocorrer no sábado e Reunião com o CGP para definir a dinâmica da OP; 28/09/2023 – Oficina Participativa do Segmento Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Águas; 29/09/2023 – Preparação dos Técnicos sobre as oficinas (RA/Segmento) a ocorrer nos dias de semana; 30/09/2023 – Oficina Participativa da Região Administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol. Informou ainda, que nos dias 18 e 25 de setembro, das 10h30 às 12h, serão feitas as reuniões preparatórias com o Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) para tratar dos temas Regularização Fundiária e ARIS. Feitos os informes, passou-se ao item 3. Apresentação da Proposta das Comissões de Acompanhamento: O Sr. **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, iniciou a apresentação da proposta das

comissões de acompanhamento. Apresentou quatro argumentos para a criação de comissões locais de acompanhamento e participação da revisão do PDOT. A ideia seria criar grupos com permanência maior em todas as reuniões por Regiões Administrativas e reuniões por segmentos. O primeiro argumento para a criação da comissão seria descentralizar o processo participativo de revisão do PDOT em nível local, por temas e por segmentos. O segundo argumento seria estabelecer um conjunto representativo de interlocutores e mobilizadores do processo participativo por Região Administrativa, por tema e por segmentos. O terceiro argumento seria a contribuição com a sistematização que será elaborada pela equipe técnica da Seduh. O quarto argumento seria o acompanhamento e mobilização para o processo de tramitação do Projeto de Lei Complementar na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Finalizada a apresentação, abriu-se a palavra para considerações e manifestações a respeito. A Sra. **Juliana Machado Coelho** fez os seguintes questionamentos: qual seria o papel da Seduh na criação dessas comissões; se essas comissões seriam formadas por pessoas do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) e como seria sua criação. Com a palavra, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, Suplan, questionou como se daria a formalização da comissão; quem ficaria responsável pela comissão e seria responsável pela seleção dos integrantes. A Sra. **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, partindo da premissa que não seria algo institucionalizado dentro da Seduh, questionou qual seria a melhor forma de receber as informações/sistematizações/colaborações das comissões, de forma que ficasse registrado dentro do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). A Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, CEUB, trouxe alguns tópicos à baila a respeito da apresentação. Indagou como seria feita a institucionalização desses grupos e se o Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) teria condição de abarcar a representação em cada comissão que será formada. A Sra. **Juliette Anna Fanny Lenoir**, IAB/DF, concordou com as propostas formuladas e destacou que, no mínimo, essas comissões deveriam ter alguma proximidade com o Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP). A Senhora **Letícia Luzardo de Sousa**, Sudec, questionou quais ações apresentadas não estariam incluídas nas competências do CGP. Em resposta, o Sr. **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, esclareceu que não seria viável a inclusão dos membros do CGP nas comissões por cada Região Administrativa e o ideal é que as comissões fossem constituídas por cada Região Administrativa, devido às suas respectivas características e demandas de cada local. Com relação ao papel da Seduh no acompanhamento, monitoramento e participação descentralizada, informou que seria o de subsidiar, mobilizar e intervir nos diálogos com os demais atores, tanto dos segmentos, quanto do Poder Público, sendo certos que, as comissões seriam totalmente autônomas e independentes da Seduh. A eleição dessas comissões seria feita, por indicação, nas próprias Oficinas Participativas e teriam como objetivo sistematizar, acompanhar e realizar reuniões livres, independente da iniciativa e participação da Seduh. Os membros das comissões poderiam solicitar a realização de reuniões tanto com o Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP), quanto com a Seduh para tratar dos interesses de cada Região Administrativa. Respondendo à questão da institucionalização dos grupos, explicou que a sugestão tem por base desburocratizar o procedimento e que as constituições dos grupos poderiam ser feitas via publicação do Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), condicionando o término do mandato à data de publicação do Projeto de Lei Complementar (PLC) do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Pontuou que julgava desnecessária a presença de um ponto focal nesses grupos e que as comissões deveriam ter “vida própria” sem depender, necessariamente da Seduh. A Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, CEUB, pontuou a respeito da necessidade de que cada grupo fosse institucionalizado, visto que vários grupos de discussão a respeito do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) estavam surgindo espontaneamente nas Regiões Administrativas. Chamou atenção de todos quanto à possibilidade do CGP se tornar uma ponte entre a Seduh e a comunidade. Nesse sentido, propôs que fossem eleitos os representantes nos próprios eventos temáticos e locais. Contudo, deveria ser necessária a destinação de dois momentos nos eventos para que isso acontecesse. Nas oficinas que já aconteceram, recomendou a realização de um chamamento específico e a adoção da metodologia de eleição para as próximas. Por outro lado, o Sr. **Luís Fernando Zeferino**, CAU/DF, realizou alguns apontamentos a respeito da discussão. Questionou que, caso as comissões não sejam institucionalizadas, como seria cobrada a responsabilidade das mesmas e como seria feita uma cobrança informal. Explanou que, apesar do CGP ser composto por 70 membros, apenas 20 participam e que talvez seria o momento de cobrar a participação do restante dos membros. Sugeriu que as comissões fossem institucionalizadas, para que fossem obrigadas a apresentarem resultados nos prazos estipulados, tarefas mínimas e obrigações, como os próprios membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) devem ser cobrados. Acerca da publicação no Diário

Oficial do Distrito Federal (DODF), informou que não acredita ser viável, visto que não haveria uma base legal para subsidiar a publicação oficial. Contudo, sugeriu que os nomes dos eleitos para participarem dessas comissões fossem discriminados nas atas de cada Oficina Participativa, para eventual e futura publicação no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) e no site do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). O Senhor **Pedro Henrik da Silva Gomes**, Associação BSB Invisível, asseverou que em dados assuntos a serem tratados no âmbito do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) com a população por meio dessas comissões, seria necessária uma leitura mais técnica do assunto e para isso, questionou como seria a indicação desse profissional técnico para trazer o contraponto dessa resposta feita pela comunidade. O representante do Fórum das Águas sugeriu que as pessoas que estão à frente das reuniões livres, nas Regiões Administrativas, fossem indicadas a comporem essas comissões. A Senhora **Letícia Luzardo de Sousa**, Sudec, efetuou alguns questionamentos para a Coordenação Técnica do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP). Perguntou se as leituras técnicas, para fins de discussão dos temas, estavam disponibilizadas no site, se a Seduh vinha recebendo contribuições contínuas e espontâneas da sociedade individualmente ou organizada e se existia a necessidade da instituição de uma comissão de acompanhamento. Questionou também se há a possibilidade da população, através da Seduh, solicitar reunião com o CGP. Finalizando, sugeriu que nas listas de presenças das Oficinas Participativas, por Região Administrativa e por segmento, fosse criada uma aba para o participante assinalar se concorda que seu número de *WhatsApp* seja incluído em uma lista de transmissão, para que fossem repassadas as informações sobre a elaboração do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). A Sra. **Juliette Anna Fanny Lenoir**, IAB/DF, destacou que a formalização não implicava em participação efetiva e que as criações dessas comissões viriam muito a acrescentar a discussão. Com relação às reuniões que já ocorreram, sugeriu que os membros do CGP entrassem em contato com as lideranças que conheciam para que essas comissões fossem criadas e se propôs passar a cada membro CGP qual segmento e Região Administrativa se responsabilizaria a reportar e acompanhar essas comissões. Sugeriu que a comissão fosse denominada “Comissão de Acompanhamento”. A Sra. **Sabrina Durigon Marques**, IBDU, manifestou concordância à proposta apresentada pelo representante da Associação Andar a Pé. Por sua vez, a Sra. **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, sugeriu que a Seduh organizasse uma reunião virtual, aberta para todos, com ampla divulgação, para que fosse realizado um balanço do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) atualizado e, aproveitar a ocasião para eleger as comissões locais. Apesar das contribuições feitas no sentido de ser voluntária a constituição das comissões sugeridas, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, CEUB, achou importante que a Seduh promovesse um chamamento público, com vistas a dar alguma formalização e registro para respaldar as pessoas que participarão do processo. Em sede de manifestação, o Sr. **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, assentiu com a proposta da representante do IAB em denominar as comissões de “Comissão de Acompanhamento”, com o propósito de não confundir os trabalhos locais com aqueles desenvolvidos no âmbito do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) e recomendou que fosse organizada uma reunião com todos os participantes das reuniões anteriores, preferencialmente nos mesmos locais onde foram feitos os eventos, para constituir a Comissão de Acompanhamento local. Contudo, registrou que concordava com a sugestão apresentada pela representante do Instituto Sálvia Terra para que, nos novos eventos, fosse feita a constituição da comissão na própria Oficina Participativa. Nas Oficinas Livres, ponderou que o procedimento seria o mesmo e para a formalização de todas essas comissões bastava constar em uma lista a ser disponibilizada no site do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Considerou ainda, que em algumas Regiões Administrativas, talvez não fossem constituídas comissões. Com vistas a sintetizar a discussão, a Sra. **Juliana Machado Coelho** informou ser possível, criar as comissões, nas próximas oficinas, após a realização da dinâmica e sinalizou que a maior dificuldade seria com relação a definição das comissões nos eventos que já aconteceram. O Sr. **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, questionou se seria viável recorrer às Administrações Regionais, para que se comprometessem a realizar a eleição das comissões locais. Em resposta, a Sra. **Juliana Machado Coelho** afirmou que seria difícil contar com a responsabilização das Administrações Regionais. Com relação à sugestão da criação de uma lista de transmissão contendo cada participante das oficinas no *WhatsApp*, deparou-se com um entrave a respeito da utilização dos números, visto que não havia a expressa autorização para tanto. Pensando em meios mais metodológicos, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, CEUB, sugeriu que fosse feita uma convocação para a participação de uma reunião pública, em formato virtual, para que fosse passada uma lista, a fim de coletar a autorização dos participantes para serem incluídos em um grupo de *WhatsApp*. Esclareceu que listas de transmissão, somente funcionam se o contato estiver salvo no aplicativo. Com a palavra, o Sr.

Marcos Luiz Santarosa, ASPROESTE, colocou a lista com os contatos das lideranças que possui, à disposição da Coordenação Técnica do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP), para que fosse realizado um primeiro contato com vistas a galgar interessados para a formação dos grupos de *WhatsApp*. Solicitou esclarecimentos quanto aos objetivos a serem abordados pela Comissão de Acompanhamento e quais os mecanismos a serem utilizados pelo grupo para a realização do acompanhamento do processo revisional. Por sua vez, o representante do Fórum das Águas alegou que acompanhava cada evento, em cada Região Administrativa e presenciou algumas divergências entre grupos oriundos da mesma comunidade. Apesar de todo o exposto, opinou no sentido de que talvez, em algumas regiões, seria necessária a constituição de duas ou mais comissões, o que, necessariamente, importaria no aumento da demanda a ser acompanhada pelos membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP). A Sra. **Verônica Ferreira de Figueiredo**, PAES, criticou veementemente a ausência dos representantes das entidades eleitas a participar do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) e questionou retoricamente se essas pessoas não estariam ocupando assentos destinados a outras entidades que desejavam, efetivamente participar das discussões do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Discordou terminantemente que as divulgações sejam feitas por parte das Administrações Regionais, tendo em vista que não são eficazes e pontuou que todos os líderes comunitários deveriam se comprometer com o processo. A Sra. **Massae Watanabe**, APRONTAG, pontuou que a comissão, futuramente, poderia virar um mecanismo de controle social das políticas públicas. Por outro lado, apontou a respeito da dificuldade do envolvimento e que as pessoas deveriam se organizar para participarem das discussões. Encerradas as inscrições de fala, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, repassou alguns pontos que julgou serem pertinentes. Com relação à presença de membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) nas Comissões de Acompanhamento, julgou ser interessante a ideia, a fim de que fosse dado um suporte nessa questão de formalização dos grupos e assentiu que as eleições fossem feitas nas oficinas e/ou nas reuniões por segmentos. A respeito do contato com as lideranças que estão organizando as reuniões livres, concordou com a sugestão e afirmou que seria inviável falar com cada pessoa que participou de cada evento e que, mesmo que fossem escolhidas 10, 20 pessoas, o critério de escolha poderia ser posteriormente questionado. Acerca da cobrança na participação dos membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) nas reuniões, informou que em abril/2023 foi encaminhado um ofício para todas as entidades eleitas para que informassem se o representante designado permaneceria como membro do CGP ou se seria trocado. Mencionou que em alguns casos recebeu resposta positiva e que existiam entidades que até agora não responderam ao ofício encaminhado. Pontuou que estava sendo feito um levantamento dos representantes que não compareciam às reuniões para dar publicidade no grupo constituído e que aquele era um cenário que o incomodava muito. Registrou que a Seduh tem recebido contribuições do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) pelo sítio eletrônico da Seduh e por processo. Alegou que qualquer cidadão está autorizado a protocolar um pedido na Seduh apresentando um estudo/proposta/contribuição para instaurar um processo administrativo. Além disso, a Coordenação Técnica vem recebendo solicitações de reunião e de material para divulgação das Oficinas Participativas, o que vem sendo prontamente atendido. No tocante ao material de subsídio, orientou a todos no sentido de que os requerentes buscassem os itens no sítio eletrônico, tendo em vista que todas as orientações a respeito do processo estavam disponíveis para download. No que tange às listas de transmissão sugeridas, ressaltou que a Assessoria de Comunicação Seduh possuía o contato de todas as assessorias de cada Região Administrativa e colocou-se à disposição para realizar uma interlocução no sentido de alinhar a divulgação das outras informações atinentes ao processo revisional. Quanto à realização da reunião virtual para toda população, não se comprometeu a realizá-la, visto que a lista de prioridades privilegiava o alinhamento das atividades em curso e a definição da metodologia para as próximas fases. Todavia, responsabilizou-se em levar a questão a toda a equipe para que os membros do CGP tivessem uma devolutiva a respeito. Sobre o acesso às informações da Leitura Técnica, sugeriu que fosse organizado um calendário para que os membros do CGP analisassem os documentos que já foram publicados, e, a partir das considerações feitas, em cada reunião ordinária ou extraordinária, promover uma discussão com o GTI daquele tema. Assim, a fase de diagnóstico seria amplamente discutida e adiar a questão da filtragem das informações para a fase de prognóstico, de modo a não atropelar o processo. Acerca das Audiências Públicas em cada Região Administrativa, informou que o tópico estava sendo discutido juntamente com a questão da metodologia. Com vistas a oferecer um encaminhamento, o Sr. **Luís Fernando Zeferino**, CAU/DF, sugeriu que fossem criadas duas categorias de comissão, uma eleita na Oficina Participativa e outra após o evento, de forma

voluntária e que poderia ser instituído um parâmetro mínimo de eleição, que é a participação e assinatura da lista de presença dos eventos. Além disso, a Seduh faria um chamamento por meio do site ou outros meios de comunicação pertinentes para convidar as pessoas que participaram e que irão participar da Oficina Participativa a integrar as respectivas comissões, oferecendo um e-mail para manifestação de interesse na participação desses grupos. O Sr. **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, registrou que era desnecessário fazer uma votação, tendo em vista que em cada evento uma comissão seria constituída e, quanto às oficinas já realizadas, a constituição se daria por uma reunião virtual. Outrossim, destacou que seria interessante realizar uma convocação para que voluntariamente as pessoas se dispusessem a participar da Comissão de Acompanhamento. Todavia, ingressou-se em um intenso debate sobre fazer ou não fazer o chamamento público e qual o termo técnico a ser utilizado sobre “a população se manifestar voluntariamente para participar das comissões” de modo a desvincular a Seduh da obrigação no acompanhamento desses subgrupos. A Sra. **Juliana Machado Coelho** sanou o debate propondo o seguinte: A partir da próxima oficina, entre o intervalo da finalização da dinâmica e a apresentação dos grupos, será anunciado o momento de constituição das Comissões de Acompanhamento. Para os eventos anteriores, será realizada uma reunião virtual, sendo, contudo, criado um formulário antes do evento para saber se o participante tem ou não interesse em participar dessa Comissão de Acompanhamento. A partir da definição das comissões, a lista será socializada no grupo dos membros do CGP para que os representantes das entidades acompanhem o andamento dos trabalhos. Para tanto, destacou que seriam analisadas as manifestações por meio dos formulários para identificar se precisará ou não de uma nova reunião virtual. Ressaltou que as informações relativas às Comissões de Acompanhamento ficarão disponíveis, a título de informação e divulgação, no site do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), de modo a entender como uma espécie de “Comissão Livre” sem relacioná-la à Seduh. Dito isso, enfatizou que a divulgação será feita nas próximas oficinas, de modo a chamar a população a se organizar dessa forma para o acompanhamento do processo revisional. Assim, as “Comissões Livres de Acompanhamento do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)” terão como objetivo descentralizar e estabelecer um conjunto representativo de interlocutores para contribuir com a sistematização do material colhido, acompanhar e mobilizar a população a respeito dos empenhos em andamento e da tramitação do processo até a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) do novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Ante ao avançar do horário, propôs que o ponto relativo à Apresentação da Elaboração da Metodologia de Sistematização – considerações dos membros sobre o apresentado na 11ª RO fosse encaminhada por e-mail juntamente com os apontamentos e detalhamentos desse material, para que os membros oferecessem contribuições, com o propósito de que na próxima reunião do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) fosse discutido apenas um item de pauta, que seria a metodologia de sistematização. Não obstante a isso, colocou todos os contatos da assessoria técnica e o seu pessoal à disposição dos membros. Lembrou a todos que a próxima reunião ordinária acontecerá no dia 27 de setembro de 2023, às 14h30. Não havendo manifestações em sentido contrário, a sugestão foi acatada por todos. Dessa forma, o item 4. Apresentação da elaboração da Metodologia de Sistematização – considerações dos membros sobre o apresentado na 11ª RO ficou sobrestado até a próxima reunião ordinária do CGP, que ocorrerá no dia 27 de setembro de 2023, às 14h30. Não havendo mais assuntos a serem tratados, avançou-se ao item 5. Encerramento: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra. **Juliana Machado Coelho** declarou encerrada a 4ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – CGP/PDOT, agradecendo a presença de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **LETÍCIA LUZARDO DE SOUSA** – Titular – SUDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **REBECCA LAMPERT GOMES DE SÁ** – Titular – SUPAR; **ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES**, Titular – SECID; **PEDRO HENRIK DA SILVA GOMES**, Suplente – Associação BSB INVISÍVEL; **VERÔNICA FERREIRA DE FIGUEIREDO** – Titular – PAES; **SABRINA DURIGON MARQUES** – Suplente – IBDU; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Instituto SÁLVIA TERRA; **BENNY SCHVARSBURG** – Titular – Associação Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA** – Titular – ASPROESTE; **DJALMA NUNES DA SILVA**, Suplente – ASPROESTE; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente – ASSOLIM; **ANA PAULA PINTO ASSIS FONSECA**, Titular – ADEMI/DF; **CLAUDIO ANTÔNIO TEIXEIRA PIRES** – Titular – APRONTAG; **MASSAE WATANABE** – Suplente – APRONTAG; **JULIETTE ANNA FANNY LENOIR** – Titular – IAB/DF; **LUÍS FERNANDO ZEFERINO**, Titular – CAU/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA** – Titular – CEUB.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 04/10/2023, às 17:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



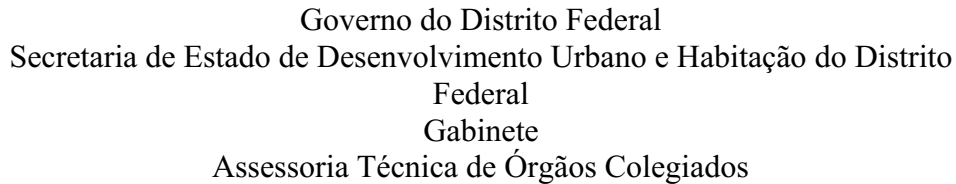
A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=123665378)
verificador= **123665378** código CRC= **2E44347B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



**ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA
DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Décima Primeira Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, pela Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (Suplan), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura dos trabalhos. 2. Informes da Coordenação técnica 3. Aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, realizada no dia 26/07/2023. 4. Itens para apreciação: 4.1 Sugestões para a construção da metodologia da fase de prognóstico do processo de revisão do PDOT; 4.2 Discussão quanto à realização das Oficinas Participativas do processo de revisão do PDOT, por Região Administrativa e por segmentos 5. Assunto Gerais 6. Encerramento. Iniciada a reunião, passou-se imediatamente ao item 1. Abertura dos trabalhos: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra. **Juliana Machado Coelho** declarou aberta a 11ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) cumprimentando a todos solicitou que mantivessem o cronograma previsto para a reunião, que as manifestações acontecem ao final de cada etapa e que ao utilizar a palavra, que os membros informem os seus respectivos nomes e entidades que representam. Além disso, pediu para que todos fossem sucintos nas oportunidades de fala, a fim de assegurar a participação de todos, bem como manter o respeito aos demais participantes. Em seguida, passou-se ao item 2. Informes da Coordenação: não tendo informes, passou ao item 3. Aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, realizada no dia 26/07/2023: O Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Sr. **José Mário Pacheco Júnior** informou que no grupo do *WhatsApp* dois membros comentaram sobre a sugestão de alteração da data da oficina participativa de Sobradinho 2, que tal alteração não seria possível e que com relação as linhas 179 a 181 da ata, que a deliberação seria feita por meio de enquete via aplicativo de *WhatsApp*, o que de fato havia sido feito. Todavia, ressaltou que a ata não deveria ser modificada, mas julgou importante que a observação fosse registrada. Dessa forma, não havendo pedidos de esclarecimentos, retificações, observações ou correções, a respectiva ata foi considerada aprovada. Nesse diapasão, avançou-se ao item 4. Informes da Coordenação Técnica: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra. **Juliana Machado Coelho** informou a respeito das novas datas que foram acordadas com o Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) pelo grupo de *WhatsApp*, a saber: 30/09/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa de Sol Nascente/Pôr do Sol; 14/11/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa do Varjão; 18/11/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa de Ceilândia; 25/11/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa de Água Quente; e 02/12/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa de Arapoanga. Quanto a Oficina Temática com as Cooperativas, a data sugerida foi a de 30/10/2023 (segunda-feira) de 15h às 17h. Complementando as informações prestadas, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** esclareceu que a forma de definição, feita via *WhatsApp*, foi um encaminhamento definido na 10ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) e as datas foram propostas com vistas a priorizar as regiões administrativas mais distantes e populosas aos sábados, considerando igualmente, as tratativas feitas com as Administrações Regionais e com os calendários das escolas, onde ocorreriam os eventos, e, ainda a orientação da representante da Secretaria Executiva das Cidades (Secid) no Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento

Territorial (CGP), Sra. Elaine de Oliveira La Torres no sentido de que as regiões administrativas de Água Quente e Arapoanga ficassem ao final do calendário, em razão de serem locais recentemente criados e estarem na fase inicial de estruturação administrativa. Suscitando a fala, o Sr. **Benny Schvarbeng**, Andar a Pé, questionou se as Cooperativas envolvidas na Oficina Temática com as Cooperativas eram habitacionais. Em resposta, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** explicou que esse era um pleito dos representantes da Associação na Luta Inquilinos a Moradia do Distrito Federal e Entorno (Assolim) e da Prefeitura Comunitária dos Moradores da Colônia Agrícola Sucupira (Precomor) encaminharam via Ofício para discutir novamente o tema da habitação. Todavia, como houve no dia 30/05/2023 a Oficina Temática de Direito à Cidade e a Habitação, a Coordenação entendeu que repetir o evento com o mesmo tema direcionado às Cooperativas não seria o ideal. Assim, no diálogo com os requerentes houve por bem que seria realizada uma reunião com as Cooperativas, onde os membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) poderiam participar, mas que o calendário das oficinas participativas não seria modificado. Dito isso, o Sr. **Benny Schvarberg**, Andar a Pé, sugeriu que a reunião destacada para o dia 30/10/2023 fosse ampliada para que outros segmentos, agentes e interessados pudessem participar, a fim de privilegiar todos aqueles que defendem o direito à moradia e não restringir a discussão a apenas um grupo específico. Intervindo nas ponderações, a Sra. **Juliana Machado Coelho** ressaltou que concordava com a sugestão, porém asseverou que a data programada não poderia ser alterada. Desta feita, solicitou aos membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) que encaminhassem os contatos para que os convites fossem feitos. Esclareceu que a ideia da reunião é a de não realizar a dinâmica participativa, mas formatá-la de modo mais simples, com o objetivo de escutar, colher e debater as sugestões que serão apresentadas. A opção por não formatar em Oficina Participativa se deu em razão da ausência de meios de inseri-la no calendário, visto que para a realização de uma Oficina Participativa surge a demanda por técnicos disponíveis para a execução da dinâmica e de uma infraestrutura bem mais ampla do que uma reunião, que será igualmente considerada para fins de material para a construção do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Dito isso, com vistas a lembrar aos membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) sobre os próximos eventos, o Diretor de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Sr. **Antônio Maycon Martins** apresentou o calendário contendo as datas das próximas Oficinas Participativas, a saber: 02/09/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa de Taguatinga; 05/09/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa do Sudoeste/Octogonal; 12/09/2023 – Oficina Temática com os segmentos de Migrantes, imigrantes, apátridas e refugiados; 16/09/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa do Itapoã; 21/09/2023 – Oficina Temática com o segmento da Cultura; 23/09/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa do Riacho Fundo; 28/09/2023 – Oficina Temática com os segmentos de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Águas; e 30/09/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol. Diante do calendário, informou as datas das reuniões preparatórias com os membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) para cada evento que iria ocorrer, dentre os quais informou o seguinte calendário: 01/09/2023 (14h30 às 15h30) – Reunião Preparatória para a Oficina com os segmentos de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Águas; 04/09/2023 (10h30 às 12h) – Reunião Preparatória para a Oficina com o segmento da População em Situação de Rua; 18/09/2023 (10h30 às 12h) – Reunião Preparatória para a Oficina com o segmento de Regularização Fundiária; 25/09/2023 (10h30 às 12h) – Reunião Preparatória para a Oficina das ARIS. Ressaltou que essas reuniões que ocorreriam com os membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) seriam para definir as dinâmicas que seriam abordadas em cada Oficina elencada. Inexistindo mais questionamentos, avançou-se ao item **5. Atualização das Oficinas Realizadas em agosto: OP População em Situação de Rua**: O Sr. **Antônio Maycon Martins** apresentou imagens e a avaliação das Oficinas Participativas por Região Administrativa ocorridas no mês de agosto de 2023, das quais destacou que no dia 02/08/2023, houve a Oficina Participativa na Região Administrativa de Arniqueira, onde compareceram um total de 128 pessoas e foram destinadas 6 salas de discussão; no dia 05/08/2023 ocorreu a Oficina Participativa na Região Administrativa do Recanto das Emas, onde compareceram um total de 34 pessoas e foram destinadas 4 salas de discussão; no dia 10/08/2023 aconteceu a Oficina Participativa na Região Administrativa de Águas Claras, onde 73 pessoas compareceram ao evento, sendo distribuídas em 6 salas; no dia 12/08/2023 houve a Oficina Participativa na Região Administrativa do Fercal, comparecendo para o evento um total de 43 pessoas, que foram divididas em 5 salas; em 19/08/2023 aconteceu a Oficina Participativa na Região Administrativa do SCIA/Estrutural, onde houve o recorde em

participação, contando com um total de 549 presentes, que foram repartidas em mais de 11 salas; no dia 24/08/2023 ocorreu a Oficina Participativa na Região Administrativa do Lago Sul, onde 57 pessoas participaram, sendo divididas em 6 salas para discussão; e a última ocorreu no dia 26/08/2023 na Região Administrativa de Samambaia, contando com a presença de 130 pessoas. No tocante as oficinas participativas por segmento, informou que a Oficina Temática com os segmentos de Transporte e Mobilidade Urbana ocorreu em 15/08/2023, com 46 pessoas presentes; a Oficina Temática com o segmento das Pessoas com Deficiência ocorreu no dia 17/08/2023, com a presença de 18 pessoas; e a Oficina Temática com os segmentos da Reforma Agrária e Agricultura Familiar/Democratização do Acesso à Terra, com a presença de 42 pessoas. Suscitando a fala, a Sra. **Juliana Machado Coelho** informou que na próxima semana seria iniciado o processo de chamamento público para o preenchimento das 4 vagas restantes para a composição do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP). Na sequência, foi aberta a palavra para considerações e manifestações a respeito. O Sr. **Marcos Luiz Santarosa**, Asproeste, destacou que esteve presente na Oficina Participativa realizada no Lago Sul e, na ocasião, questionou à alguns presentes se tiveram ciência da realização do evento por algum meio oficial, sendo lhe respondido que não houve divulgação por parte do governo da realização da oitiva pública na região. Efetuou alguns questionamentos, dentre os quais sobre o que teria ocorrido na divulgação da Oficina Participativa do SCIA/Estrutural para ter tido um número tão expressivo de presentes. A Sra. Ludmila de Araujo Correia (CEUB) respondeu que a publicidade expressiva se deu em virtude de boatos que o Governo do Distrito Federal (GDF) iria realizar algum tipo de votação que envolvia o Bairro Santa Luzia, na Estrutural, o que causou a comoção dos moradores a comparecerem ao evento. Falou ainda que administração Regional não é uma aliada neste processo, pois podemos ter uma mobilização enviesada. A Sra. **Letícia Luzardo de Sousa** (Sudec) sugeriu que os membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) verificassem junto com as instituições das quais representam e as suas respectivas assessorias de comunicação sobre os meios que dispõem para a divulgação nas mídias oficiais das instituições. Todavia, para as entidades que não possuem canais oficiais, recomendou que fosse feita a divulgação pelas mídias sociais, com vistas a contribuir com a divulgação das oficinas participativas. Realizou a leitura do art. 16 do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, para fundamentar a sugestão de a Coordenação das Oficinas Participativas questionasse no grupo de *WhatsApp* quais seriam os dois membros que se fariam presentes nos eventos, com vistas a representar o Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) nas Oficinas do PDOT. A Sra. **Josina Cardozo da Silva**, Rede de Mulheres, informou que participou anteriormente das revisões do PDOT e questionou se as propostas do processo revisional feito anteriormente seriam reaproveitadas no processo atual. Em resposta, a Sra. **Juliana Machado Coelho** respondeu que no ano de 2021 aconteceram as reuniões por UPT, que serão consideradas igualmente no processo revisional atual. A Sra. **Samia Waleeska Pereira B. de Carvalho**, Positiva de Brasília, alegou que concordava em parte com a necessidade de participação da sociedade civil. Entretanto, asseverou quanto a importância de o Governo do Distrito Federal (GDF) comunicar pelas vias oficiais a realização dos eventos. Informou a todos que estava em processo de divulgação massiva no âmbito da Região Administrativa do Itapoã e questionou como estava sendo o tratamento das contribuições das reuniões livres, que estavam sendo feitas via site do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Comentou ainda, sobre o que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) estava fazendo com relação as sete famílias que habitavam na Região Administrativa do Noroeste, que foram despejadas de seus assentamentos. O Sr. **Djalma Nunes da Silva**, Aproeste, cobrou o resultado do encaminhamento feito na reunião passada a respeito do convite ao membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF). O Sr. **Benny Schvarberg**, Andar a Pé, com relação ao processo de divulgação dos eventos, propôs que fossem constituídas comissões de acompanhamento e participação por Região Administrativa e por segmento, com o intuito de monitorar e corrigir os erros estratégicos quanto a necessidade de descentralizar o processo de participação e acompanhamento do procedimento. Argumentou que as Comissões deveriam contar com o apoio permanente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), das Administrações Regionais e das outras Secretarias de Governo com relação a cada tema. Informou que a todos que estava organizando, de forma conjunta, uma reunião livre na Universidade de Brasília (UnB), que será realizada no sábado ou na sexta-feira à noite. Quanto a proposta formulada, a Sra. **Juliana Machado Coelho** afirmou que concordava com a sugestão apresentada. Entretanto, justificou que não poderia afirmar sobre o apoio permanente por parte da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

(Seduh) e do restante das Secretarias, mas que poderia comprometer somente a equipe da Coordenação do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP). Compreendeu que o apoio seria recíproco, contudo, o apoio com os demais órgãos não poderia garantir. Em contrapartida, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** registrou que os contatos com os representantes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) e dos demais representantes responsáveis pelos equipamentos de educação e saúde no âmbito distrital estavam em andamento, mas que em razão da logística dos órgãos envolvidos, não foi possível implementar. Com relação ao convite às autoridades para se fazerem presentes na reunião, informou que os contatos foram feitos e que o calendário foi enviado a todo o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), mas somente a PROURB, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), respondeu alegando que o Promotor não poderia comparecer devido a outras agendas. No tocante às reuniões preparatórias, reafirmou que os membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) apesar de não conseguirem estar presentes nas reuniões, poderiam ofertar contribuições e apontamentos tanto por e-mail, quanto via *WhatsApp*, bem como outros meios que lhe forem mais cômodos. Noticiou que o representante do segmento de cultura eleito para participar do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) desistiu, abrindo, assim, mais uma vaga ao certame que será feito na próxima semana. Sobre a competência do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP), consignou que alguns representantes do Comitê se fizeram presentes nas Oficinas Participativas, dentre os quais registrou agradecimentos aos membros que compareceram na Oficina Participativa do SCIA/Estrutural que ativamente contribuíram para a sua execução. Noticiou a todos que foi firmada uma parceria com um dos Deputados Distritais para impulsionar nas divulgações das oficinas, no qual foi contratada uma empresa para impulsionar a divulgação nas mídias sociais e por carros de som nas regiões administrativas. Acerca das contribuições feitas por meio do site do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), indicou que a equipe técnica responsável está trabalhando arduamente para compilar o material recebido e que ao consultar o sítio eletrônico será possível visualizar algumas informações. Relatou que todas as visitas técnicas para averiguação do local onde ocorrerão as oficinas participativas foram feitas e todos os locais de realização dos eventos previstos para o mês de setembro foram confirmados, onde serão divulgados no site do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Comentou que o apoio dado por cada Administração Regional é feito de forma diferente e que não havia distinção de tratamento de contribuições por parte da Coordenação do Processo revisional, sendo todos informados da mesma forma, independente de cargo ou posição social. Reiterou que se os membros observarem quaisquer questões envolvendo os técnicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) poderiam reportar os problemas, para que tão logo fossem solucionados. Lembrou a todos que o site do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) possui todos os materiais que podem ser utilizados nas oficinas livres, incluído mapas, orientações e documentos necessários a realização do evento. Não obstante a isso, se colocou à disposição para encaminhar os arquivos que, porventura não estiverem disponíveis e registrou os agradecimentos ao Senhor Mário Blanco pelas reuniões livres que vem organizando para discutir o processo revisional. Em seguida, o Sr. **Antônio Maycon Martins** informou que todo o material que já foi e que será produzido a respeito do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) será considerado, mas que isso ficará evidente quando o próximo passo do processo for dado, a fim de aglutinar todas as informações e transformá-las no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Logo na sequência, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** abordou sobre a Oficina Participativa com o segmento da População em Situação de Rua. Comentou que todas as Oficinas eram realizadas no horário noturno na sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh). Porém, para a realização desse evento em específico, agendado para o dia 05/10/2023, sobrevieram algumas sugestões de modificação. A primeira foi com relação ao local, sendo sugerida a realização do evento ou Setor Comercial Sul (SCS) ou no Centro PoP em Taguatinga e acatada a sugestão de realização da oitiva pela manhã e não a noite como o usual. Para tanto, afirmou que no dia 04/09/2023, segunda-feira, às 10h30, no 10º andar, na sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), será realizada uma reunião preparatória para a definição da metodologia da dinâmica para a Oficina Participativa. Nesse sentido, foi aberta a palavra para considerações e manifestações a respeito. A Sra. **Ludmila de Araújo Correia** (Ceub), questionou se os movimentos que abordam o tema envolvendo a população de rua foram científicos e justificou que os movimentos sociais deveriam dizer onde o evento deveria ocorrer, visto estarem sempre em diálogo com o segmento. Recomendou que a Oficina Participativa fosse feita no sábado pela manhã. O Sr. **Jean Vitor Cândido** (CRESS/DF), reforçou a proposta de que o evento

ocorresse no Centro PoP em Taguatinga. Considerando a excepcionalidade do evento, o Sr. **Marcos Luiz Santarosa**, Asproeste, sugeriu fosse feito em local concomitantes, tanto no Setor Comercial Sul (SCS) quanto em Taguatinga, visando uma maior participação social. A Sra. **Rafaella Sereno Neves da Rocha**, Associação BSB Invisível, com relação a Oficina Participativa ser realizada na sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) concordou no sentido de que as pessoas em situação de rua, talvez não se sentiriam à vontade e que o ideal seria que o evento ocorresse no Centro PoP em Taguatinga e concomitantemente ao Setor Comercial Sul (SCS). No tocante ao dia da semana, alegou que nos finais de semana a realização se tornaria complicada, visto que existiam muitas situações onde as pessoas eram dependentes de ocupações e que se o evento ocorresse no Plano Piloto seria mais interessante que acontecesse em dias de semana. O Sr. **Marcondes Alves Barbosa** (INDI), achou plausível que a mudança acontecesse fora das dependências da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) e que seria interessante que o evento acontecesse em dois locais diferentes. A Sra. **Verônica Ferreira de Figueiredo**, PAES, concordou com a possibilidade de o evento ocorrer em dois locais e sugeriu que todos os membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) participassem de forma efetiva, para auxiliar nos trabalhos da equipe técnica. O Sr. **Luís Fernando Zeferino** (CAU/DF), informou que na Quadra 903 tinha um Centro PoP que poderia ser utilizado para realizar a reunião, apesar de não contar com uma grande estrutura, alegou que o evento poderia ocorrer de forma mais simples, a fim de aproveitar a presença de vários transeuntes que frequentam o local na parte da manhã. A Sra. **Josina Cardozo da Silva**, Rede de Mulheres, opinou no sentido de que houvesse uma separação das pessoas em situação de rua e usuárias de drogas dos demais frequentadores. A Sra. **Juliette Anna Fanny Lenoir**, IAB/DF, reforçou o pleito para que fossem realizadas duas Oficinas Participativas sendo uma delas no setor Comercial Sul. Após todas as colocações, a Sra. **Juliana Machado Coelho** informou sobre a impossibilidade de realização simultânea da Oficina e que poderia ser estudada a ideia de realizar o evento em dois dias diferentes, exceto sábado. Sugeriu que fosse realizado um diálogo interno para apresentar a definição aos membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP). Desse modo, as datas seriam sugeridas via envelope no grupo do *WhatsApp* dos membros para a definição das melhores datas. Saneado o debate, avançou-se ao item 6. Metodologia de Sistematização: O Sr. **Antônio Maycon Martins** iniciou a apresentação da metodologia de tratamentos da etapa de diagnóstico do processo revisional do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), elencando, inicialmente os produtos. O primeiro produto diz respeito ao Georreferenciamento das contribuições, subdividido em T1 – Digitação do resumo dos pontos por Região Administrativa; T2 – Georreferenciamento dos pontos; e T3 – União do T1 e T2. No segundo produto, será realizada a classificação dos dados, se seria ou não o escopo do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), definida como T4. Desse modo, a fase seria subdividida em quatro subcategorias, que são: T4.1 – Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) ou não; T4.2 – Identificação dos eixos; T4.3 – Identificação dos temas; e T4.4 – Problemáticas. Nessa mesma perspectiva, de forma simultânea seria realizada a análise estatística dos resultados por Região Administrativa/Eixo/Tema e das Fontes/Quantitativo. O terceiro produto é sobre o tratamento para contribuições que não são escopo do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), equivalendo a T5, separa em T5.1. Não PDOT – Seduh; T5.2. Não PDOT – não Seduh. Como resultado dessa etapa, seria produzido o Documento técnico para embasar a Audiência do Diagnóstico do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Enfatizou que nessa primeira etapa o objetivo era o de registrar e tratar as informações que compõem o diagnóstico do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), quais sejam: a Leitura Técnica e Leitura Comunitária. Desta feita, o primeiro produto trabalhará com as fontes de dados da leitura comunitária, sendo as seguintes: 1) Reuniões Livres; 2) Requerimentos do PDOT; 3) Fale conosco; 4) Oficinas Participativas; e 5) Reuniões temáticas por UPT. Todavia, afirmou que o procedimento já foi realizado para a leitura técnica. Assim, a fase T1 – Digitação do Resumo dos pontos, seria feita da seguinte forma: Ao registrar a contribuição da comunidade na tabela deve-se: 1) Dar um número; 2) Registrar o resumo, sem reproduzir possível erro de português; 3) Identificar a fonte, o eixo(s) e a RA. Para o Georreferenciamento dos pontos será necessário utilizar a ferramenta ARCGIS (Map, Pró) ou Qgis. Para a compatibilização da tabela com o *Shape* de Ponto, será necessário criar um *shape* de ponto com uma tabela contendo os seguintes campos: ponto, fonte, resumo (se o resumo possuir mais de um tema ou assunto deve ser criado um ponto para cada um), RA e eixo (já identificado na contribuição comunitária). Em seguida, demonstrou a tabela de exemplos. Dito isso, o próximo passo seria a classificação dos dados, se é ou não escopo do PDOT. Nessa etapa serão adicionadas duas colunas para identificar se a contribuição faz parte do escopo do PDOT. Para cada

demanda registrada deve-se validar o eixo, identificar o tema e qual é a problemática central deste. Essa atividade precisará ser feita em equipe. Quanto ao tratamento das contribuições classificadas como “não PDOT”, os dados serão identificados por assunto e a partir daí poderão ser encaminhados para as unidades da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh) ou enviados para outras pastas, via SEI, e em blocos temáticos. Esse processo será elaborado por uma equipe específica e Inter setorial. Todavia, na análise das contribuições do escopo do PDOT, os dados da leitura técnica e da comunitária serão analisados quantitativa e qualitativamente. Os resultados serão apresentados em mapas, imagens, textos, tabelas e gráficos, dentre os quais, como resultado, embasará o documento técnico a ser apresentado na Audiência de Diagnóstico do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Em sede de comentários, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, de forma breve, alegou que todas as contribuições que forem classificadas como “não PDOT” seriam sistematizadas e encaminhadas aos demais órgãos que compõe a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), como forma de privilegiar todas as opiniões e manifestações feitas pela população ao longo de toda a fase de diagnóstico e dar publicidade ampla. Além disso, seria construída uma espécie de reflexão para nortear os próximos processos de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Finalizada a apresentação, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. A Sra. **Renata Seabra Resende Castro Corrêa** (CAU/DF), questionou se as contribuições que serão classificadas como “não PDOT” serão informadas do encaminhamento na Audiência Pública de Diagnóstico e sugeriu que os membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) pesquisassem nos outros Estados como eram os Comitês de monitoramento para definir uma metodologia de acompanhamento. O Sr. **Marcos Luiz Santarosa**, Asproeste, sugeriu que a leitura técnica fosse feita em linguagem acessível e se a discussão técnica seria discutida com a comunidade ou se seria tomada a priori. A partir da preocupação com o que aconteceria com o instrumento normativo depois de elaborado, questionou como seria elaborado o Decreto, se a sociedade foi convidada a contribuir de alguma forma e caso negativo, opinou no sentido de que o procedimento deveria ser revisto. Outro ponto suscitado foi a respeito do tempo de revisão, sugerindo, para tanto, que fosse realizada uma revisão, após a implantação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) a respeito do que estaria sendo cumprido ou não. O Sr. **Claudio Antônio Teixeira Pires**, Aprontag, comentou a respeito da necessidade de se implementar uma metodologia efetiva, uma revisão dos pontos contidos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) vigente para não repetir os mesmos erros no novo instrumento e levantar quais foram os pontos negativos e positivos tanto do processo quanto da implementação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) visando proporcionar um orçamento participativo das propostas formuladas pela população. O Sr. **Benny Schvarberg**, Andar a Pé, de forma sintética, julgou como prematuro a formulação de uma metodologia de sistematização dos dados no momento atual da fase de diagnóstico do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e que tinha dúvida se deveria ter a realização de apenas uma Audiência Pública de diagnóstico. Diante do horário avançado, propôs que o Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) não apreciasse a matéria naquele momento, que a apresentação fosse socializada com os demais membros, a fim de permitir um estudo mais aprofundado da proposta e que fosse pautado em uma reunião extraordinária para continuar aprofundando e avaliando a metodologia, bem como as demais questões envolvendo o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Antes de passar a palavra novamente, a Sra. **Juliana Machado Coelho** esclareceu que a apresentação da metodologia naquela reunião se dava em razão de cobranças que a Coordenação estava recebendo a respeito dos próximos passos a serem tomados com relação aos dados colhidos durante os eventos e que a matéria não seria decidida naquela reunião, mas seria introduzida a discussão. Observou que o momento era o de diagnosticar os problemas, como bem sabido por todos, cuja ideia era socializar a apresentação sobre como iniciar a resolver o problema acerca de como iniciar essa sistematização. A Sra. **Rafaella Sereno Neves da Rocha**, Associação BSB Invisível, questionou se na análise qualitativa existiria alguma meta para ser alcançadas, dentre outras questões envolvendo as pessoas que participaram das Oficinas Participativas ou algum outro tipo de reunião durante o processo de revisão. A Sra. **Samia Waleeska Pereira B. de Carvalho**, Positiva de Brasília, comentou a respeito da necessidade que a Lei seja acessível para a compreensão de todos e questionou se as considerações do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) seriam aceitas e se seria realizado um passo a passo explicativo sobre a normativa. O Sr. **Luís Fernando Zeferino**, CAU/DF, sugeriu que as Oficinas Participativas e as Oficinas Temáticas tivessem pesos diferentes e avaliações diferentes, a fim de equalizar as contribuições cada uma com o seu grau de relevância. Sanando o debate, a Sra. **Juliana Machado Coelho** propôs que fosse realizada uma reunião extraordinária visando continuar com o debate a

respeito da sistematização da metodologia e acerca das comissões outrora mencionadas. Alegou que as datas seriam propostas no grupo do *WhatsApp* em forma de enquete para definir a data e o horário. Submetida a sugestão ao Plenário, não havendo manifestações em contrário, definiu-se que seria agendada uma nova reunião em caráter extraordinário, com data a ser definida via grupo de *WhatsApp*. Respondendo brevemente as perguntas feitas pelos membros do Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP), o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** explicou que as informações que não forem classificadas para entrarem no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) serão encaminhadas via processo SEI aos órgãos pertinentes antes de dar publicidade ao documento. Com relação a como considerar a leitura técnica dentro da metodologia apresentada, explicou que será feito uma espécie de tradução em pontos. No tocante a relevância da qualidade e da quantidade das contribuições, explicitou que isso havia sido pensado, mas ainda não sistematizado. Registrou agradecimentos a sua Assessora, Sra. **Daniela Carvalho** que auxiliou na estruturação da metodologia. Na sequência, passou-se ao item 7. Assuntos Gerais: Não houve. Avançando-se ao item 8. Encerramento: Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra. **Juliana Machado Coelho** agradeceu a participação de todos nos eventos, pelo auxílio nas situações extremas e declarou encerrada a 11ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **LETÍCIA LUZARDO DE SOUSA** – Titular - SUDEC; **DÉBORA HELOÍSA ANDREOLI LUMINATI**, Suplente – SCUB; **LUCAS SANTANA SIGWALT**, Suplente – SUPAR; **MARCONDES ALVES BARBOSA**, Titular – INDI; **RAFAELLA SERENO NEVES DA ROCHA**, Titular – Associação BSB INVISÍVEL; **EDILEUZA LAURENTIANO BEZERRA**, Titular – REDE DE MULHERES; **JOSINA CARDOZO DA SILVA**, Suplente – REDE DE MULHERES; **VERÔNICA FERREIRA DE FIGUEIREDO**, Titular – PAES; **PAULO JOSÉ DANTAS DE JESUS**, Suplente – CÂRITAS; **SAMIA WALEESKA PEREIRA B. DE CARVALHO**, Titular – Associação POSITIVA DE BRASÍLIA; **BENNY SCHVARBERG**, Titular – Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **DJALMA NUNES DA SILVA**, Suplente – ASPROESTE; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente – ASSOLIM; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON; **CLÁUDIO ANTÔNIO TEIXEIRA PIRES**, Titular – APRONTAG; **MASSAE WATANABE**, Suplente – APRONTAG; **JULIETTE ANNA FANNY LENOIR**, Titular – IAB/DF; **LUÍS FERNANDO ZEFERINO**, Titular – CAU/DF; **RENATA SEABRE RESENDE CASTRO CORRÊA**, Suplente – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Titular – CEUB.

JULIANA MACHADO

COELHO

Coordenadora



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO** - **Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 04/10/2023, às 17:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=123667797)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=123667797)
[verificador= 123667797](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=123667797) código CRC= **63DE3F16**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA
DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

No dia vinte e sete do mês de setembro do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício *Number One* – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Décima Segunda Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, pela Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (Suplan), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura dos trabalhos. 2. Informes da Coordenação técnica. 3. Aprovação da Ata da 11ª Reunião Ordinária e a 4ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, realizada no dia 30/08/2023 e 13/09/2023, respectivamente. 4. Item para apreciação. 4.1. Metodologia para a sistematização dos dados coletados na fase de Diagnóstico do processo de revisão. 5. Assuntos Gerais. 6. Encerramento. Iniciada a reunião, passou-se imediatamente ao item 1. Abertura dos trabalhos: A Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (Suplan), declarou aberta a 12ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) cumprimentando a todos e recorrendo sobre os assuntos que serão tratados da pauta. Logo em seguida, a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (Suplan), em sede de combinados, solicitou a todos que mantivessem o cronograma previsto para a reunião, que as manifestações acontecessem ao final de cada exposição e que ao utilizar a palavra, que os membros informem os seus respectivos nomes e entidades que representam. Além disso, pediu para que todos fossem sucintos nas oportunidades, a fim de assegurar a participação de todos, bem como manter o respeito aos demais participantes. Em seguida, passou-se para a aprovação da Ata da 11ª Reunião Ordinária e da 4ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, realizada no dia 30/08/2023 e 13/09/2023, respectivamente: Não havendo pedidos de esclarecimentos, retificações, observações ou correções, as respectivas Atas foram consideradas aprovadas. Nesse diapasão, avançou-se ao item 3. Informes da Coordenação Técnica: O Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (COPLAN/SEDUH), Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, SEDUH, informou sobre o Edital de Chamamento para ocupação de 04 (quatro) vagas no CGP, a saber: 1 (uma) vaga para a área de atuação das Comunidades Tradicionais, Quilombolas e Ciganas; 1 (uma) vaga para a área de atuação de População LGBTQI+; 1 (uma) vaga para a área de atuação de Cultura no segmento de Organizações Não Governamentais e Entidades da Sociedade Civil e 1 (uma) vaga para a área de atuação de Comércio no segmento Entidades do Setor Empresarial. Em seguida, o Coordenador solicitou a todos os membros que tenham conhecimento de entidades, coletivos e movimentos que tenham afinidade com os segmentos mencionados, que sejam compartilhadas as informações do edital em aberto visando preencher as vagas em aberto. Posteriormente, salientou que, conforme as sugestões apresentadas pelo professor Benny Schvarsberg na reunião ordinária de 30/08/2023, foi realizada a 4ª Reunião Extraordinária para discutir os assuntos que foram apresentados. Durante as oficinas realizadas nas localidades, ficou acordado um quantitativo mínimo de 3 integrantes em cada comissão, frisou ainda que estas comissões são independentes, não institucionalizadas e não remuneradas e que, caso haja interesse em participar, é necessário realizar o contato prévio com os membros do CGP. Por fim, sugeriu que fossem criados grupos no WhatsApp com todos os integrantes visando disseminar todas as informações inerentes ao funcionamento de cada comissão de acompanhamento, como por exemplo, os cronogramas e assuntos relevantes para cada localidade.

Posteriormente, o Coordenador tratou dos assuntos referentes aos calendários dos meses de setembro e outubro, devidamente aprovados em reuniões anteriores. Solicitou a todos os membros que divulguem as atividades das oficinas participativas tendo em vista a baixa participação em oficinas realizadas que trataram de temas importantes para o CGP. Em tempo, sobre a oficina realizada no Riacho Fundo, o Coordenador registrou seu agradecimento a Sra. Verônica Ferreira de Figueiredo, PROJETO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE SAMAMBAIA (PAES), ao Sr. Mário Blanco Nunes, PREFEITURA COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA COLÔNIA AGRÍCOLA SUCUPIRA – PRECOMOR, e ao Pastor Carlos José que tomaram iniciativa em contatar a Administração Regional do Riacho Fundo e solicitar uma reunião com o Administrador e com lideranças comunitárias. Foi muito importante essa aproximação com estas lideranças, pois possibilitou que os membros do CGP pudessem explicar os escopos e os objetivos das oficinas realizadas, sobre o PDOT e que esta iniciativa será replicada nas próximas reuniões, considerando o sucesso desta ação de aproximação junto às lideranças comunitárias locais. Em seguida, o Coordenador discorreu sobre todas as oficinas que serão realizadas no mês de outubro, salientando os temas e as ações necessárias para a estruturação destes eventos. Todas as oficinas encontram-se disponibilizadas na apresentação desta reunião ordinária, com seus respectivos temas, datas e as localidades em que serão realizadas. A Sra. **Caroline Pescatóri Cândido da Silva**, FAU/Unb, comunicou que pela manhã, juntamente com Professor Benny Schvarsberg, realizou reunião livre na Universidade de Brasília (UnB) como parte da semana de extensão, com a participação dos alunos e com discussão rica e que todo material disponibilizado para reuniões livres foram utilizados, por fim parabenizou os vídeos com as explicações. O Sr. **Marcondes Alves Barbosa**, INDI, comunicou que na noite anterior realizou reunião livre na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) com a presença de mais de 60 participantes. O Sr. **Antônio Maycon Martins**, Diretor de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Diplan/Seduh) apresentou e deu boas vindas aos novos membros do CGP: Sra. Sara Cristina Zampranha dos Arquitetos Invisíveis, da Sra. Rossana Defino do Uniceub e da Sra. Geizianne Gomes Rodrigues do Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento do Distrito Federal – IAB/DF. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, SEDUH, avançou para o item 4. Elaboração da Metodologia de Sistematização informando que a apresentação foi encaminhada aos membros por WhatsApp e por e-mail para que tomassem conhecimento previamente. Foram apresentados os *slides* contendo as propostas de sistematização e, posteriormente, foi aberta a discussão entre os membros para tratar sobre as metodologias propostas. Para subsidiar a discussão das propostas, o Coordenador informou, resumidamente, a metodologia e os padrões de coleta dos dados constante na Etapa Diagnóstico. Salientou que as informações estatísticas fornecem análises quantitativas e qualitativas das formas de participação, por exemplo, quais eixos apresentam mais demandas gerando um documento técnico para a audiência do diagnóstico. Realizadas estas etapas do georreferenciamento, tabulação dos dados e análise dos dados de contribuição comunitária pode-se trazer análises quantitativas e análises multicritérios para cada um destes pontos levantados nesta base de dados. Posteriormente, serão realizadas ações de validação e observação pela equipe técnica, se os eixos temáticos se aplicam aos temas propostos visando identificar a espacialização destes dados em cada oficina existente. Existe uma previsão que este processo seja realizado de forma conjunta com a estrutura de governança sempre auxiliado pela equipe técnica neste processo. Por fim, pretende-se publicar um documento técnico que traz todas as contribuições e que se dê publicidade deste material de forma compilada contendo uma análise geral do diagnóstico. Abriu-se as inscrições para as falas dos participantes em blocos. A Sra. **Betúlia de Moraes Souto**, INSTITUTO SÁLVIA TERRA, demonstrou-se preocupada com as análises estatísticas em relação aos grupos separados de cada oficina participativa. Frisou sobre a importância do levantamento do quórum mínimo, além de como serão encaminhados estes dados a cada Secretaria. O Sr. **Marcos Luiz Santarosa**, ASPROESTE, discorreu sobre o item T7, que trata da análise estatística dos resultados da leitura técnica (LT) e da leitura comunitária (LC), sendo assim, perguntou como funcionam estas análises estatísticas. O Senhor **Benny Schvarsberg**, ANDAR A PÉ, teceu comentários acerca da missão de construção da leitura comunitária do diagnóstico que a equipe técnica desenvolveu acerca do diagnóstico do PDOT do Distrito Federal. Salientou que o esforço proposto é da sistematização surgida da leitura comunitária e que é necessário separar temas que têm afinidade com o escopo do PDOT, podendo ser diretas ou indiretas, visando a criação de categorias específicas. Discorreu sobre proposições, questões e problemas que tem consequências em políticas urbanas, por exemplo, ordenamento territorial. Citou os mais diversos exemplos de políticas urbanas com o tema ordenamento territorial, sendo assim, sugeriu que essas separações apresentadas sejam divididas em duas categorias: diretas ou indiretas. O Sr. **Antônio Maycon**

Martins, Diretor de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Diplan/Seduh), discorreu sobre as contribuições apresentadas anteriormente pelos membros e discorreu sobre as dúvidas e tratativas que serão realizadas para cada questionamento. Em seguida, o Sr. **Mário Blanco Nunes Neto**, PRECOMOR, questionou aos técnicos da SEDUH como serão realizadas as análises, se será por oficina e, posteriormente, se em cada oficina será dada a oportunidade para que os membros do CGP possam participar deste trabalho juntamente com a comissão de acompanhamento do PDOT. A Sra. **Caroline Pescatóri Cândido da Silva**, FAU/Unb questionou sobre as precisões no georreferenciamento dos pontos das informações e os procedimentos estatísticos adotados, tal como, a metodologia utilizada neste mapeamento. Salientou sobre quais os padrões serão adotados na distribuição das informações no território analisado. A Senhora **Verônica Ferreira de Figueiredo**, PAES, discorreu sobre um exemplo de oficina que tinha muitas pessoas em um determinado grupo que defendia o meio ambiente e assim informou que, em uma das salas, um dos participantes parabenizou a participação das minorias nestes assuntos e sobre a possibilidade de explanação das ideias opostas em um determinado assunto. O Sr. **Cláudio Antônio Teixeira Pires**, APRONTAG, falou sobre ordenamento territorial e sobre a preocupação do tratamento dos dados estatísticos nos estudos apresentados. Salientou sobre a preocupação do que é diferenciado de ordenamento territorial, por exemplo, políticas que possam alterar o direcionamento de uma determinada variável. Em seguida, a Sra. **Daniela Carvalho**, COPLAN/SEDUH, explanou sobre as questões de como contabilizar as divergências e definir como serão realizadas, tendo em vista os questionamentos apresentados na sala. É necessário compreender os padrões que acontecem em um determinado território e que concorda que é necessário definir o que seria e como serão tratadas as questões apresentadas nas falas anteriores. O tratamento das informações está sendo colocado num padrão no sentido de separar, classificar e tematizar, de forma que seja representada o mais fiel possível. A Sra. **Caroline Pescatóri Cândido da Silva**, FAU/UNB, discorreu sobre a transformação de dados quantitativos em dados qualitativos. Comentou sobre as estratégias políticas dos grupos que vão para as oficinas e reforçou sobre a organização dos grupos. Reforçou sobre a quantidade de dados que são gerados e como eles serão tratados nas análises estatísticas. O Sr. **Benny Schvarsberg**, ANDAR A PÉ, salientou que de fato nesse processo participativo são apresentados os parâmetros de referência de como as pessoas enxergam sua cidade. Discorreu sobre o caso de Itapuã e a quantidade de segmentos sociais e interesses econômicos e que estes dados não podem ser desprezados. Os trabalhos estatísticos são fundamentais para dar clareza do universo e servirá de subsídio nas discussões na Câmara Legislativa. Posteriormente, comentou sobre as tabelas e gráficos e salientou a importância das sínteses de recorrências estatísticas que serão identificadas. Frisou que no item gráfico é recomendado que tenha no eixo vertical com os conteúdos temáticos e no eixo horizontal que tratará da questão territorial, com isso no cruzamento dessas informações será possível identificar sua incidência em cada região. Informou que sente falta do cruzamento da leitura técnica (LT) com a leitura comunitária (LC). O Sr. **Luís Fernando Zeferino**, CAU/DF, salientou sobre as contribuições colocadas na reunião ordinária e discorreu sobre o peso dessas contribuições. Comentou sobre a necessidade de treinar melhor os mediadores. Discorreu sobre os pesos das reuniões livres, pois identificou que estas são muito técnicas e, por fim, se haverá um peso sobre a leitura técnica e a leitura comunitária. 5. Assuntos Gerais: O Coordenador reforçou que as equipes são orientadas e treinadas e que a condução é manter os trabalhos de forma padronizada. Em todas as oficinas haverá representantes da SEDUH. Avançando-se ao item 6. Encerramento: Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Senhora **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (Suplan), declarou encerrada a 12ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **LETÍCIA LUZARDO DE SOUSA**, Titular – SUDEC, **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **REBECA LAMPERT GOMES DE SÁ**, Titular – SUPAR, **ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES**, Titular – SECID; **MARCONDES ALVES BARBOSA**, Titular – INDI, **PEDRO HENRIK DA SILVA GOMES**, Suplente – BSB INVISÍVEL, **VERÔNICA FERREIRA DE FIGUEIREDO**, Titular – PAES, **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Instituto SÁLVIA TERRA, **BENNY SCHVARSBERG**, Titular – ANDAR A PÉ, **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE, **DJALMA NUNES DA SILVA**, Suplente – ASPROESTE, **MÁRIO BLANCO NUNES NETO**, Titular – PRECOMOR, **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON, **JOÃO CARLOS DE SIQUEIRA LOPES**, Suplente SINDUSCON, **ANA PAULA**

PINTO ASSIS FONSECA, Titular – ADEMI/DF, **CLÁUDIO ANTÔNIO TEIXEIRA PIRES**, Titular – APRONTAG, **MASSAE WATANABE**, Suplente – APRONTAG, **GEIZIANNE GOMES RODRIGUES**, Suplente IAB-DF, **LUÍS FERNANDO ZEFERINO**, Titular – CAU/DF, **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF, **CAROLINA PESCATÓRI CÂNDIDO DA SILVA**, Titular – FAU/UNB; **SARA CRISTINA ZAMPRONHA**, Titular – Arquitetos Invisíveis; **ROSSANA DEFINO SAPARA**, Titular – UNICEUB; **GEIZIANNE GOMES RODRIGUES**, Titular - IAB/DF.

JULIANA MACHADO

COELHO

Coordenadora



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 01/11/2023, às 16:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=125987752 código CRC= **E85A9084**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 125987752



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA
DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

Ao vigésimo quinto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Décima Terceira Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, pela Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (Suplan), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura. 2. Aprovação da Ata da 12ª reunião. 3. Informes. 4. Item para apreciação. 4.1. Apresentação de amostra da aplicação da metodologia para a sistematização dos dados coletados na fase de Diagnóstico do processo de revisão; 5. Assuntos Gerais. 6. Encerramento. A Sra. **Juliana Machado Coelho**, Suplan/Seduh, iniciou a reunião cumprimentando a todos e, como combinados, pediu que mantivessem o cronograma previsto da reunião que tinha como previsão de término às 21h. Explicou que as manifestações deveriam ser feitas ao final de cada uma das três etapas, iniciadas com a indicação do nome e entidade representada e deveriam ter duração de três minutos e que os demais participantes fossem respeitados. Ato contínuo, passou a discorrer sobre a Aprovação da Ata da 12ª Reunião: Não havendo nenhuma retificação, a Ata da 12ª Reunião foi aprovada por unanimidade. Avançando aos Informes: O Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Sr. **José Mário Pacheco Júnior, Coplan/Seduh**, informou a respeito das novas datas que foram acordadas com o Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP) pelo grupo de whatsapp, a saber: No dia 30/09/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa de Sol Nascente/Pôr do Sol; no dia 14/11/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa do Varjão; no dia 18/11/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa de Ceilândia; no dia 25/11/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa de São Sebastião; no dia 02/12/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa de Arapoanga; no dia 07/12/2023 - Oficina Participativa de Regularização Fundiária Rural; 12/12/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa de Águas Quentes. No dia 30/10/2023, das 14h às 17h, será realizada uma reunião pública com as cooperativas de habitação e, além disso, estão programadas reuniões preparatórias para as seguintes oficinas: Igualdade Racial no dia 30/10/2023, às 10h30, e no dia 13/11/2023, às 10h30, com uma reunião preparatória para os produtores rurais. Conforme decidido no grupo do whatsapp, será realizada uma reunião virtual no dia 01/11/2023, às 14h:30, cujo link será em breve divulgado por e-mail e pelo grupo do whatsapp. A reunião pública para escolha das organizações da sociedade civil que irão compor o Comitê de Gestão Participativa, será realizada no 31/10/2023, às 14h, no auditório do 18º na sede da Seduh. Foi feito breve resumo das últimas oficinas participativas ocorridas no mês de setembro e outubro, das quais destacou que no dia 02/09/2023 houve a Oficina em Taguatinga, com a participação de 193 pessoas; no dia 05/09/2023 ocorreu a Oficina no Sudoeste Octogonal, com a participação de 50 pessoas; no dia 16/09/2023 aconteceu a Oficina no Itapoã, com a participação de 73 pessoas; no dia 23/09/2023 houve a Oficina do Riacho Fundo, comparecendo para o evento um total de 200 pessoas; no dia 30/09/2023 ocorreu a Oficina em Sol Nascente/Pôr do Sol, com a participação de 105 pessoas; no dia 07/10/2023 ocorreu a Oficina em Sobradinho II, com a participação de 117 pessoas. No dia 10/10/2023 houve a Oficina do Riacho Fundo II, com a participação de 129 pessoas; no dia 18/10/2023 aconteceu a Oficina no SIA, com a participação de 53 pessoas; no dia 21/10/2023 ocorreu a Oficina em Planaltina, contou com 146 participantes; no dia 12/09/2023 houve a Oficina de Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados, com a participação de 33 participantes; no dia 21/09/2023 aconteceu a Oficina Cultural, com a participação de 9 participantes; no dia 28/09/2023, ocorreu a Oficina do Meio Ambiente, Recursos

Hídricos e Áreas Produtoras de Água, com a participação de 119 pessoas; no dia 05/10/2023, houve a Oficina da População em Situação de Rua, com a participação de 117 pessoas. Nesse ponto, expressou um agradecimento aos membros da BSB Invisível pela disponibilidade em auxiliar e fornecer dicas para a oficina; no dia 24/10/2023 a Oficina da Regularização Fundiária Urbana, registrou 168 participantes. O Sr. **Benny Schvarsberg**, Associação Andar a Pé, solicitou um informe a respeito de como está o funcionamento das comissões por acompanhamento. A Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, CEUB, questionou a respeito das vagas que estão em aberto no CGP. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior, Coplan/Seduh**, informou que havia 05 (cinco) vagas ociosas, sendo que, de acordo com o chamamento público iniciado no dia 15/09/2023, quatro das cinco vagas foram preenchidas, restando em aberto somente a vaga pertencente ao segmento comércio, que não teve inscritos. Foi dito pela Sra. **Juliana Machado Coelho**, Suplan/Seduh, que a reunião pública para a escolha das organizações da sociedade civil que irão compor o CGP, será realizada no dia 31/10/2023, às 14h, no auditório do 18º andar, na sede da Seduh. Em posse da palavra novamente, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, CEUB, teceu algumas considerações e informou que durante o primeiro processo de seleção para a escolha das entidades do CGP, foi discutido e permitido que as organizações que não tivessem cadastro no CNPJ e tivessem interesse em fazer parte do Comitê de Gestão Participativa, pudessem fazer sua inscrição e fossem cadastradas no CGP fazendo o uso do CNPJ de outra organização. Por conta dessa possibilidade e dispondo do CNPJ do coletivo o qual faz parte, procurou alguns grupos, em especial grupos indígenas que não possuem CNPJ, mas tinham interesse de participar e, ficou surpresa ao se deparar com a informação que no Edital de Chamamento Público – Seduh nº 02/2023 não constava mais essa possibilidade. Quanto às comissões de acompanhamento, esclareceu que foram formados os grupos de WhatsApp dos seguintes segmentos: Sol Nascente/Pôr do Sol, Sobradinho II, Meio Ambiente, Regularização Fundiária, Planaltina, Paronoá e, quanto à Itapoã, informou também será criado um grupo no WhatsApp. A Sra. **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, informou que vem sendo questionada pelos interessados em fazer parte da comissão de acompanhamento sobre quando teriam acesso às propostas feitas nas oficinas participativas. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior, Coplan/Seduh**, informou que em razão do volume de trabalho, o material das oficinas está sendo inserido gradualmente na página eletrônica do PDOT e foi explicado passo a passo como localizar o material no site. O Sr. **Antônio Maycon Martins**, Diplan/Seduh, complementou explanando que os materiais foram categorizados para que houvesse a possibilidade de filtrá-los e que não estava contemplada a totalidade dos arquivos, tendo em vista a limitação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Informou que parte da equipe estava alimentando o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e o site para acesso das informações. A Sra. **Juliana Machado Coelho**, Suplan/Seduh, registrou a presença do Sr. Hugo José Costa de Almeida, representante da Secretaria Executiva das Cidades (Secid), o qual estava participando pela primeira vez da reunião do CGP. A Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, CEUB, pontuou sobre a necessidade de inclusão de título indicando que seria aberto o menu dos materiais das Oficinas Participativas no site do POT. O Sr. **Antônio Maycon Martins**, Diplan/Seduh, observou que essa sugestão de alteração era simples de ser realizada e seria providenciada e informou que seria inserido parágrafo abaixo da aba “Oficinas gravadas” explicando o que seria encontrado na seta ao lado. Após discussões sobre o tema, deliberou-se que a aba “Oficinas gravadas” seria alterada para “Oficinas realizadas” para melhor entendimento. Questionado se os palestrantes para a Oficina Participativa da ARIS já estavam definidos, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior, Coplan/Seduh**, explanou que não haveria palestrante para essa oficina para garantir o tempo de duração das dinâmicas. O Sr. **Guilherme Jaganu**, Fórum em Defesa das Águas, informou que os professores Percy e Maria Luiza Pinho Pereira estavam aguardando um espaço de manifestação na oficina participativa da ARIS, os quais já prepararam o material a ser apresentado. Diante desse fato, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior, Coplan/Seduh**, discorreu que a oficina seria adaptada para possibilitar essas manifestações.

4.1. Metodologia de Sistematização: Dando início à apresentação, o Sr. **Antônio Maycon Martins**, Diplan/Seduh, explicou sobre a proposta de metodologia de tratamento dos dados e destacando que havia muitas informações a serem trabalhadas. Havia um desafio de lidar com a limitação do número de técnicos e uma quantidade significativa de trabalhos em desenvolvimento. A proposta de metodologia era composta por quatro produtos, sendo o Produto 1 – Georreferenciamento das contribuições, Produto 2 – Classificação e categorização dos dados, Produto 3 - Tratamento para contribuições que não são escopo do PDOT “não PDOT” e Produto 4 – Documento técnico para Audiência do Diagnóstico. Explanou que, dentro da limitação de tempo, foi desenvolvida a metodologia do Sistema de Detalhamento do Produto 1, que se baseava na amostra da Região Administrativa de Vicente Pires, considerando os formulários, mapas, painéis e anotações dos Grupos 1 e 3 e um formulário individual do Grupo 1. O processo começa

com a transcrição das informações para o formato *Word*, permitindo uma melhor manipulação dos dados. Posteriormente, os dados são transferidos para uma planilha de *Excel*, tornando-se a base de dados para o georreferenciamento no ArcGIS. O mapa é responsável por organizar os pontos propostos que eram levados para o formulário individual e buscou-se normalizar as informações sem que houvesse nenhuma perda. O processo foi organizado para que houvesse dois grupos de informações, o primeiro vinculado à transcrição que focava na análise das informações como estão e o segundo vinculado à descrição em que era realizado o desmembramento das contribuições e a validação por eixos temáticos. Demonstrou exemplo de preenchimento aplicado para o caso de formulário individual, salientando que a sua análise seria mais complexa. Destacou a importância da distribuição dos dados desmembrados aos técnicos especializados em cada eixo, o que permitia análises mais precisas e que o objetivo final é realizar um georreferenciamento abrangente e disponibilizar os dados para consulta pública, promovendo a transparência no processo. A digitalização, a transcrição e a planilha seriam inseridas no georreferenciamento, sendo necessária a realização de trabalhos complementares. Por fim, discorreu que objetivo é elaborar um documento que seja base para as discussões e resposta para diversos questionamentos sobre a sistematização dos dados e informou que estava em discussão a elaboração de lista taxativa de problemáticas tal qual era proposta pelo manual do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) de elaboração de Planos Diretores. Abrindo às manifestações, a Sra. **Letícia Luzardo de Sousa**, Sudec, parabenizou pela metodologia apresentada e questionou se o georreferenciamento das contribuições das oficinas participativas será atrelado com as contribuições feitas por processos SEI e por requerimentos protocolados na Seduh e como seriam distribuídos os pontos em um mesmo local do mapa. A Sra. **Bétulia de Moraes Souto**, Sálvia Terra, sugeriu que fosse inserida uma coluna específica para “solução” na planilha e questionou se o código estaria no mapa para localização. O Sr. **Benny Schvarsberg**, Associação Andar a Pé, externou a sua preocupação com a simplificação do processo de maneira a garantir o acompanhamento dos participantes das oficinas com relação às suas demandas. Em resposta aos questionamentos, o Sr. **Antônio Maycon Martins**, Diplan/Seduh, esclareceu que os requerimentos de PDOT já eram uma forma de sistematização georreferenciadas, além de outras contribuições da população que poderiam afetar a leitura e que decidiram por adotar a linguagem de todas as contribuições com pontos por se tratar de uma forma de georreferenciar sem perder as informações e por facilitar diversas análises e cruzamentos, o que não poderia ser confundido com os pontos coletados nas dinâmicas da oficina participativa. Observou que não havia problema de um ponto estar em cima de outro nos mapas, uma vez que eram transformados em linhas diferentes. Nesse sentido, a Sra. **Letícia Luzardo de Sousa**, Sudec/Seduh, sugeriu que fosse adicionada uma camada temporal de acordo com as fases do PDOT. Continuando, o Sr. **Antônio Maycon Martins, Diplan/Seduh**, discorreu que não havia a coluna “solução” na transcrição por se tratar de um item que contemplava a manifestação da população, uma vez que tratava da sistematização do diagnóstico para a problemática. A ideia é desmembrar a solução do campo transcrição em uma coluna específica quando estiverem tratando das propostas. Explicou que o código era o cerne para simplificar o acompanhamento das demandas e o retorno, o qual estava atrelado a uma linha que terá a sua problemática, a qual estava atrelada a um objetivo, que estava atrelado aos códigos. Complementando, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior, Coplan/Seduh**, informou que estavam pensando na gestão dessas informações, especialmente, dos procedimentos de análise e explicou que o tamanho do código tinha o objetivo de rastrear as informações das contribuições. Salientou que estava sendo considerada a distribuição do trabalho para equipe técnica e a criação de uma base de dados interna simplificada. Com a palavra, a Sra. **Verônica Ferreira de Figueiredo**, Paes, parabenizou pela realização da oficina participativa de regularização fundiária e registrou a dificuldade de cadastramento dos participantes dessa oficina, questionando sobre a possibilidade de disponibilização de técnicos para realizar esse ajuste para a oficina participativa da ARIS. A Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, Ceub, comentou que o processo de análise precisa ter um critério cuidadoso e sugeriu que fossem utilizadas ferramentas para apoiar o processo de categorização. Discorreu que, em sua opinião, seria complicado realizar uma análise conjunta de problemas e soluções e que seria importante entender as problemáticas nesse momento, tendo em vista que estavam na fase do diagnóstico. Salientou a necessidade de cuidado na análise de conteúdo para que não houvesse informações trocadas. A Sra. **Juliette Anna Fanny Lenoir**, IAB/DF, parabenizou pela proposta e informou que o IAB/DF estava solicitando a formalização da composição das comissões de acompanhamento. Observou que havia pontos relacionados a Região Administrativa como um todo em todas as oficinas que participou. O Sr. **Guilherme Jaganu**, Fórum em Defesa das Águas, endossou a manifestação da Sra. Ludmila de Araújo Correia e com a proposta de simplificação da metodologia, visto que estavam lidando com uma população e com lideranças que não

possuíam o nível de instrução para compreender e captar o que estava sendo feito na metodologia. Compreendeu que faltou instruir os monitores das salas para especificar as demandas durante as dinâmicas. Em resposta às manifestações, o Sr. **Antônio Maycon Martins, Diplan/Seduh**, explicou que havia um limitante para o acesso à sede da Seduh por não estarem em um prédio próprio e não havia a possibilidade de não realizar o cadastro para o seu acesso. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior, Coplan/Seduh**, informou que dialogaram com os responsáveis pela administração do prédio, todavia, era necessário seguir as suas regras. O Sr. **Antônio Maycon Martins, Diplan/Seduh**, explanou que a proposta era finalizar as oficinas para definir os critérios para análise e registrou que era interessante a utilização de ferramentas de categorização, as quais poderiam ser indicadas ao CGP. Quanto à análise conjunta de problemas e soluções, discorreu que apenas estavam estruturando as demandas colocadas pela população no momento, as quais serão analisadas a partir das leituras técnicas para encontrar a melhor solução. A Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, Ceub, esclareceu que a sua preocupação estava relacionada ao entendimento do processo de análise de conteúdo e que, em sua opinião, seria importante ter pessoas da área de análise de conteúdo para apoiar esse processo. A Sra. **Juliana Machado Coelho**, Suplan/Seduh, ponderou que poderiam procurar pessoas que possuem o interesse em trabalhar na análise desse conteúdo e afirmou que ainda não estava sendo feita nenhuma análise na etapa atual. Explanou que não havia condições de formalizar as comissões por meio de normativas por diversos motivos e que a formalização proposta seria por meio da inserção no *site*, o que representava o nível mais alto de formalização alcançável neste momento. Com relação à simplificação da metodologia, o Sr. **Antônio Maycon Martins, Diplan/Seduh**, relatou que a informação técnica não seria a forma principal de acesso da população, tendo em vista que o *site* seria a principal forma de acesso. Os pontos gerais poderiam ser demarcados na sede da Administração Regional. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior, Coplan/Seduh**, informou que estavam sendo elaboradas notas sobre todos os aspectos apresentados para desenvolvimento de estratégias para determinar o que é aplicável ao projeto atual. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra. **Juliana Machado Coelho**, Suplan/Seduh, agradeceu a participação de todos nos eventos, pelo auxílio nas situações extremas e declarou encerrada a 13ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **LETÍCIA LUZARDO DE SOUSA** – Titular - SUDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **HUGO JOSÉ COSTA DE ALMEIDA**, Titular – SECID; **RAFAELLA SERENO NEVES DA ROCHA**, Titular – Associação BSB INVISÍVEL; **VERÔNICA FERREIRA DE FIGUEIREDO**, Titular – PAES; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Instituto SÁLVIA TERRA; **BENNY SCHVARBERG**, Titular – Andar a Pé; **DJALMA NUNES DA SILVA**, Suplente – ASPROESTE; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente – ASSOLIM; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON; **ANA PAULA PINTO ASSIS FONSECA**, Titular – ADEMI/DF; **JULIETTE ANNA FANNY LENOIR**, Titular – IAB/DF; **RENATA SEABRE RESENDE CASTRO CORRÊA**, Suplente – CAU/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Titular – CEUB; **CAROLINA PESCATÓRI CÂNDIDO DA SILVA**, Titular – FAU/UnB.

JULIANA MACHADO COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito

Federal



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO** -

Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano, em 14/12/2023, às 15:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

verificador= **128387439** código CRC= **A6C03652**.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vigésimo segundo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (Suplan), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura. 2. Informes da Coordenação Técnica. 3. Aprovação da Ata da 13ª reunião. 4. Item para apreciação. 4.1. Apresentação de amostra da aplicação da metodologia para a sistematização dos dados coletados na fase de Diagnóstico do processo de revisão. 5. Assuntos Gerais. 6. Encerramento. Prosseguiu-se imediatamente ao item Abertura: A Sra. **Juliana Machado Coelho** iniciou a reunião cumprimentando a todos e, como combinados, solicitou a todos que mantivessem o cronograma previsto da reunião, que se manifestassem ao final de cada etapa com a indicação do nome e entidade representada, com falas sucintas e respeito aos demais participantes. Ato contínuo, passou ao item Aprovação da Ata da 13ª Reunião: Não havendo nenhuma retificação, a Ata da 13ª Reunião foi aprovada por unanimidade. Avançando ao item Informes: A Sra. **Juliana Machado Coelho** solicitou que os novos membros se apresentassem. Diante do exposto, a Sra. **Joseleda Fernandes Araújo Venâncio**, membro titular e o Sr. **Edmilson Gomes dos Santos**, Associação Quilombolas, membro suplente, ambos representantes da Associação Solidária das Famílias Quilombolas Moradores da Quadra A.C 404 – Santa Maria /DF - Associação Quilombolas, a Sra. **Aline Cardoso Côrtes**, membro titular representante do Distrito Drag, e o Sr. **Marcos Martins de Souza**, membro titular representante da AAMA, se apresentaram e explicaram os objetivos das entidades que representam. Finalizadas as apresentações, a Sra. **Juliana Machado Coelho** sugeriu realizar uma reunião com os novos membros para discutir o PDOT e a metodologia, e informou que o Diretor de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Sr. Antônio Maycon Martins entrará em contato para agendar a data da reunião. O Sr. **Antônio Maycon Martins** explicou que as reuniões do CGP ocorrem na última quarta-feira todo mês, em que são expostas a atualização dos trabalhos realizados e os trabalhos previstos. Na sequência, foi informada as datas das Oficinas Participativas. A saber: 02/12/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa de Arapoanga; dia 05/12/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa do Jardim Botânico; dia 07/12/2023 – Oficina Participativa por segmentos - Regularização Fundiária Rural; dia 09/12/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa do Park Way; dia 12/12/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa de Água Quente; dia 14/12/2023 – Oficina Participativa por segmentos - Produtores Rurais; dia 16/12/2023 – Oficina Participativa na Região Administrativa do Plano Piloto. Cientificou que as oficinas por segmento ocorrem no auditório da Seduh às 19h e que as oficinas por região administrativa podem ser acompanhadas pelo *site*. Acrescentou que no final do mês passado foi realizada a Oficina Participativa na Região Administrativa da Candangolândia com a participação de 93 pessoas, enquanto na Oficina Participativa na Região Administrativa do Varjão 35 pessoas participaram. Complementou que na Região Administrativa da Ceilândia foi executada uma oficina em julho e outra em novembro, sendo esta última, com a participação de 62 pessoas. No que concerne as oficinas por segmento, noticiou que foi realizado no final do mês passado a Oficina Participativa de Regularização Fundiária Urbana, a Oficina Participativa de Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS, a Reunião Pública do PDOT com cooperativas de habitação na Seduh no período vespertino com 67 participantes e a Oficina Participativa de Infância, Juventude e Idosos, no dia 07/11/2023. Esclareceu que

foram convidados três especialistas para a Oficina Participativa de Infância, Juventude e Idosos, porém a especialista em idosos não compareceu. Adicionou que, mesmo com a ausência da especialista, a oficina teve contribuições emblemáticas. Com a palavra, o Sr. **Benny Schvarsberg**, Andar à Pé, questionou se nessas últimas oficinas por segmento e RA foram constituídas as comissões de acompanhamento. O Sr. **Antônio Maycon Martins** respondeu que em todas as oficinas são disponibilizados um espaço para o CGP discorrer sobre as comissões no final da apresentação. Noticiou que a Sra. Ludmila de Araújo Correia, Ceub, compareceu na oficina da Ceilândia e a Sra. Betúlia de Moraes Souto, Instituto SÁLVIA TERRA, participou da oficina do Varjão. A Sra. **Ludmila de Araújo Correia** informou que compartilhou uma pasta com os contatos e que estão sendo criados os grupos. Aconselhou a presença de, no mínimo, um representante do conselho para cada grupo e a criação de uma comunidade para a visualização de informações. Concluiu notificando que pode enviar a planilha atualizada. A Sra. **Betúlia de Moraes Souto** explanou que a Sra. Juliana Machado Coelho, na ocasião das oficinas, convoca representantes do CGP para convidarem o público presente para a formação das comissões antes da exposição dos tópicos. Revelou que, na oficina que participou, foi verificado os candidatos para comporem a comissão, depois os dados foram inseridos no formulário e assim, foi criado um grupo no *WhatsApp*. Complementou que o Sr. Benny Schvarberg propôs a descentralização do acompanhamento das propostas das oficinas participativas para que as pessoas observem as propostas. Salientou que são comissões independentes da Seduh e autogeridas pelo grupo, sendo o CGP o elo do assunto discutido na Seduh. Com a palavra, a Sra. **Maria Helena Fróz Gomes**, Scub, lembrou que participou da oficina da Região Administrativa da Candangolândia, em que houve a participação de várias pessoas e que foram adquiridos contatos para criar grupo no *WhatsApp*. Com relação a oficina da Cultura, recordou que foi realizada uma reunião virtual em que foram apontados alguns questionamentos quanto a cultura, principalmente sobre quais demandas que o segmento poderia trazer direcionados ao PDOT. Relatou que mais de 10 pessoas se voluntariaram na oficina da Região Administrativa da Candangolândia para a comissão de acompanhamento e que se organizaram para realizar uma reunião livre. Logo após, foi ressaltado que as oficinas de Ceilândia não tiveram a participação significativa e uma boa divulgação. Em seguida, foi explicado que a Ceilândia tem menos participação na regularização, relatado caso de moradora que compareceu na administração para informar caso de regularização e que não foi divulgada a oficina relacionada ao assunto. Foi questionado como as pessoas seriam convocadas nas oficinas que não tiveram comissões de acompanhamento propostas, se haveria a possibilidade de executar outras medidas para compor as comissões ou se não haverá comissão de acompanhamento neste caso. Foi respondido que as comissões podem ser criadas e outros membros serem convocados, visto que não tem relação com a coordenação técnica. Foi ressaltado que a participação depende da administração e do engajamento. Com a palavra, a Representante da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Sra. **Carmem Lúcia Lavour** declarou que a mobilização é um papel da comunicação da RA e social. Asseverou que os líderes comunitários têm um papel fundamental e que a Seduh está se empenhando na comunicação. Finalizou questionando o motivo da falta de efetividade da divulgação pelo governo e pelas lideranças. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** lembrou que na oficina do Riacho Fundo foi realizada uma reunião com as lideranças, com o administrador e o representante da SEDUH e que, desde essa oficina foi adotado o protocolo para as demais oficinas quando o administrador considerava necessário. Argumentou que não é possível realizar um levantamento das lideranças, mas que convocam para o chamamento da reunião. Relatou que no Varjão a reunião não foi realizada, pois o administrador não considerou necessário, visto que não há grande mobilização de lideranças na região. Em relação a Ceilândia, relatou que 20 lideranças foram convocadas pela administração para participarem de uma reunião realizada no dia 01 de novembro onde foi reproduzida a apresentação que é feita todas as oficinas, foi mostrado o *site* do PDOT e que na quinta-feira da semana passada houve diversos diálogos com servidores da administração onde demonstraram através de áudios, vídeos, *prints* que estavam convocando a população para a oficina no sábado. Além disso, a oficina foi divulgada por carro de som na Ceilândia e em rádio, o que foi aplicado em outras regiões administrativas. Cientificou que 65 lideranças participaram da oficina de São Sebastião e que na Ceilândia e em São Sebastião as reuniões foram realizadas a noite em razão das lideranças terem feito esse pedido. Com a palavra, o Sr. **Benny Schvarsberg** refletiu que o PDOT estabeleceu seis UPT's e uma comissão local de planejamento para cada UPT, que é necessário realizar um levantamento das comissões, ter um fórum para discutir a permanência das Unidades de Planejamento Territoriais e das comissões locais de planejamento baseados em UPT's. Propôs uma reunião do CGP sobre essa pauta e criar um índice de participação para a metodologia de sistematização das oficinas participativas, caracterizado pela divisão do número de participantes e pelo número de moradores médio, considerando o

índice PDAD da Codeplan ou PNAD. Declarou que o índice de participação da oficina de Candangolândia seria de 0,004, enquanto a Oficina de Ceilândia seria de 0,0001, o que pode ser inserido no relatório de sistematização de cada oficina. Argumentou que as reuniões prévias com as lideranças locais foram um avanço, mas foi limitado, pois a Sra. Madalena Torres, representante do Movimento Popular por uma Ceilândia Melhor (Mopocem) e outro líder da Ceilândia não foram convidados para a reunião de lideranças pelo Administrador, demonstrando que provavelmente está existindo uma seleção de lideranças. Arguiu que as faixas e cartazes são instrumentos efetivos e atuais e que o processo é oculto, pois a maioria da população desconhece o processo. Reforçou a sugestão de discutir sobre UPT's e CLP's (Conselhos Locais de Planejamento), realizar o levantamento dos CLP's efetuadas e criar um índice de participação do PDOT. A Sra. **Verônica Ferreira de Figueiredo**, Paes, alegou que a divulgação deve ocorrer forma harmônica com a comunidade, a Seduh e a administração, que no Riacho Fundo I 20 lideranças participaram da reunião e cerca de 10 lideranças participaram das oficinas. Relembrou que existem comissões formadas em Arniqueiras e no Gama e que mais de 70 pessoas participaram da *live*, em que foram definidas diversas lideranças para comissões. Parabenizou a Sra. Ludmila de Araújo Correia, o Sr. Benny Schvarsberg e a Sra. Betúlia de Moraes Souto pela *live* e pontuou que as lideranças de São Sebastião estão bastante engajadas. Ato seguinte, foi comunicado que o processo continuará provavelmente por mais um ano, com reuniões e outros espaços. A Sra. **Betúlia de Moraes Souto** sugeriu que seja apresentado o plano de comunicação do PDOT e convocar representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública para auxiliar nesta questão e afirmou que é necessário convocar os representantes de outras secretarias para que se envolvam com o PDOT. A Sra. **Sara Cristina de Carvalho Zampronha**, Coletivo ARQUITETAS INVISÍVEIS, sugeriu desenvolver um levantamento do perfil das pessoas que estão participando das oficinas com o intuito de pensar em melhores estratégias de divulgação. Foi comunicado que não foi aplicado questionário para saber o perfil dos participantes, mas que pode ser discutida a viabilidade de aplicar para as próximas etapas. Em resposta a Sra. **Juliana Machado Coelho**, informou que não tem a possibilidade de fazer esse levantamento pois, até o momento, por não haver um questionário para o preenchimento dos participantes, mas pode ser discutido para verificar a viabilidade de tal procedimento. Quanto às estratégias de divulgação, informou que a coordenação irá convidar a população juntamente com as Regiões Administrativas. Com relação a reunião do CGP de participação, foi concordado, pois foi proposto um seminário para apresentar a leitura técnica com os membros do CGP e GTI, o que ainda será definido, todavia o mês previsto é fevereiro após o carnaval. Foi afirmado que, com o seminário, pode obter mais insumos para discussão, portanto, a reunião do CGP pode ser executada depois do seminário e ser definida uma reunião específica sobre o assunto. Foi comunicado aos novos membros o funcionamento das oficinas participativas e por RA. Informou que ocorrerão o total 55 oficinas e ainda faltam 10 oficinas. Foi enfatizado que estão na etapa de diagnóstico que é composta pela leitura técnica e comunitária. Foi concluído que a metodologia de sistematização é relacionada a verificação da forma de análise das informações. O Sr. **Claudio Antônio Teixeira Pires**, da Associação os Produtores do Núcleo de Taguatinga - APRONTAG, questionou o motivo do plano de comunicação, a importância, o objetivo, o destinatário, a forma, o prazo e o resultado esperado. Recomendou justificar a comunicação, visto que, ao seu ver, é maior que as outras etapas. O Sr. **Carlos José da Silva**, Associação na Luta Inquilinos e Moradia DF e Entorno - ASSOLIM, disse que a mobilização é fundamental, porém o interesse é menor nas áreas que não precisam de regularização e sugeriu colocar cartazes com a divulgação das oficinas e do PDOT, na Rodoviária do Plano Piloto, nos ônibus, no metrô e nas universidades, pois a comunidade precisa ser incentivada a participar. Foi pontuado que podem ser verificadas as formas de publicidade que podem ser feitas nos ônibus. A Sra. **Juliana Machado Coelho**, informou que a Seduh tem feito tudo que está ao seu alcance para divulgação mas vai verificar o que pode ser feito a mais. Finalizadas as discussões, o Sr. **Antônio Maycon Martins** explanou que no produto 1 – Georreferenciamento das contribuições foram colocadas: as tarefas de Digitação dos resumos dos pontos por RA; desmembramento das contribuições e validação dos eixos, que foi focado nas oficinas participativas por RA, o que resulta no georreferenciamento dos pontos. No produto 2 - Classificação e categorização dos dados, arrazoou que serão identificados aspectos das contribuições sobre o que está relacionado ao PDOT, eixos, categorias, temas, recortes, escala e problemáticas. Adicionou que no produto 2 a leitura comunitária, a análise estatística dos resultados, o documento técnico e o que não seria PDOT são analisados, o que resulta no Produto 3 - Tratamento para contribuições que não são escopo do PDOT “não PDOT”. Elucidou que existem elementos que não são do PDOT, mas são atribuições da Seduh e itens que não são do PDOT e da Seduh. Frisou que transcreve todas as formas de contribuição da população. No que concerne ao Produto 2 – Classificação e Categorização dos dados, ponderou que é

subdividida em: problemáticas da comunidade; escala local, distrital ou metropolitana; problemática PDOT, em que é utilizado o Guia do Ministério Do Desenvolvimento Regional (MDR) para elaboração e revisão de Planos Diretores e utilizado modelo de escrita com sujeito, verbo/ação; Categoria I (obrigatória) e Categorias II e III (opcionais) que são definidas por meio de palavras-chave ou expressões curtas; PDOT (Sim ou não); Justificativa (para demandas do PDOT); encaminhamento de demandas do PDOT para órgãos específicos (Não Seduh); Setor da Seduh para encaminhamento; Descrição do Encaminhamento com ênfase nas solicitações da população e a indicação de Possível caminho. Comunicou que estão consolidando as informações, que existem contribuições que não estão vinculadas a um possível caminho e discorreu sobre exemplo de categorização dos dados relacionado a acessibilidade para os pedestres no balão Rua 05, em frente à Drogasil. Ato contínuo, afirmou que existem espaços para mais de uma categoria. Esclareceu que, no caso de um assunto que é relacionado ao PDOT e que a demanda específica não pertence ao PDOT, será adotado as estratégias de encaminhar para o setor responsável e avançar para a próxima etapa de estudo. Afirmou que a demanda de mobilidade ativa na Rua 05 é importante encaminhar para a gestão do território e de projetos, à Secretaria de Obras, à Novacap e à administração, podendo articular os serviços. Esclareceu que a descrição e o eixo principal serão executados após o produto 01. Assegurou que o processo não é finalizado, que se retroalimenta e relembra informações passadas, o que será discutido e validado. Finalizou informando que as escalas podem ser alteradas dependendo da análise, que a problemática não é a etapa final e que se espera que o processo seja acompanhado por todos. Logo em seguida, a Sra. **Juliana Machado Coelho** anunciou que a próxima reunião será realizada no dia 13 de dezembro às 19:00 e será indicada a próxima etapa da sistematização e proposta uma data para o seminário de fevereiro. Foi questionado se todos concordam com esse planejamento e foi recebido resposta positiva. Com a palavra, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, destacou que todas as contribuições serão analisadas completamente e que possuem outros processos em paralelo de adaptação dos produtos. A Sra. **Ludmila de Araújo Correia** sugeriu que a construção e a organização das categorias fossem validadas por especialistas, ocorrendo a discussão das categorias e depois o tratamento dos dados com a validação de especialistas na análise de conteúdo, integrando tecnologias. Defendeu que existem escalas de caminhos, que podem ser verificadas as estratégias e diretrizes para o atendimento das demandas, e fornecer um tratamento diferenciado para as problemáticas e propostas. O Sr. **Antônio Maycon Martins** agradeceu os elogios, comunicou que verificarão a possibilidade de implantar a validação, que estão tentando inserir no *site* espaços para debates e que será discutido o prazo. Sobre os caminhos, respondeu que, as contribuições que não têm interface com o PDOT estão sendo absorvidas, e encaminhadas ao setor. Explanou que a proposta é catalogar as contribuições e resgatar o material, sem misturar a problemática e as propostas. Com a palavra, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia** com relação ao tratamento de dados, considerando o volume de dados/informações, ressaltou a necessidade de ter especialistas que possam fazer essa leitura. E com relação à validação, entende que essa não deve ser somente da Seduh, deveria ser validado também pelos especialistas das áreas temáticas ou das RA's. Entende que o tratamento será feito por técnicos distintos da Seduh mas tem receio de, em determinado momento de análise, o técnico não conhecer a risca as necessidades do local. Sugeriu realizar tratamento de quais serão as diretrizes para todas as demandas que aparecerem. Apresentou como sugestão o tratamento diferenciado das problemáticas e das propostas. O Sr. **Antônio Maycon Martins** respondeu que na etapa 01 o desmembramento é executado e em seguida as falas iguais são aglutinadas. Ressaltou que o georreferenciamento é utilizado para indexar os pontos e que no *site* começaram a colocar os formulários individuais. Quanto às problemáticas e soluções, a ideia é catalogar as informações e não misturar. O Sr. **Benny Schvarsberg** ponderou que existem assuntos que aparentemente não são do PDOT, entretanto, nos processos anteriores foi inserido no PDOT o capítulo de gestão do ordenamento territorial, logo, o que não é pertinente ao PDOT poderia ser vinculado a gestão. Alegou que, apesar do Plano Diretor ser do Distrito Federal, o plano não pode ser considerado como uma somatória de planos para as 35 Regiões Administrativas das áreas urbanas e rurais. Afirmou que o PDOT será sistematizado em macrozonas com diferentes estratégias. Compreendeu que, existe uma sequência no tratamento de dados, com análise estatística e uso de georreferenciamento, o que resultará em um relatório sistematizado de forma macro e em uma dimensão cartográfica que permita a legibilidade territorializada do tratamento dos dados. Complementou afirmando que as escalas ganharão materialidade, concretude, que existirá zonas com diretrizes e estratégias por temas. Salientou que é essencial dialogar com a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), o Plano Diretor de Transportes e Mobilidade do Distrito Federal (PDTU) e o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Recordou que participou de audiência do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) na semana anterior, em que ressaltou

que o PPCUB que não dialoga com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) e o Plano Diretor de Transportes e Mobilidade do Distrito Federal (PDTU). Citou como referência de sistematização de tratamento de dados para a equipe técnica, o processo de revisão participativa da legislação urbanística da cidade de Niterói no Rio de Janeiro, o que foi alinhado com a metodologia do plano estratégico de São Paulo de 2014. Diante do exposto, foi destacado que a proposta seria caracterizada pela extrapolação dos pontos, a inclusão de questões gerais do PDOT e o georreferenciamento dos dados. Foi lembrado que foi procurado espacializar o documento passado. Logo em seguida, foi comunicado que contataram um representante de Niterói para solicitar o documento mencionado e que o retorno será informado no grupo. Ato contínuo, foi ressaltado que a sistematização georreferenciada foi iniciada com os técnicos das RA's, que os Conselhos Locais de Planejamento e instâncias são informadas no *site*, que as estratégias e centralidades estão sendo levantadas, que os eixos para as UPT's estão sendo analisados e que no produto 01 tem a tabulação e a previsão de georreferenciamento. Foi declarado que procurarão as referências citadas, que existe a preocupação com o desperdício das informações, identificar o que se repete no território e entender as particularidades. Na sequência, o Sr. **Pedro Henrik da Silva Gomes**, Associação BSB INVISÍVEL, indagou se em algum momento os dados seriam transformados em números, se no caso das aglutinações as questões mais importantes teriam foco e como seriam discutidas as problemáticas que se colidem, como o caso da população em situação de rua que comparece na área central de Brasília, o que a população da Asa Sul não aprova. A Sra. **Betúlia de Moraes Souto** sugeriu pensar na forma de transmissão de informações para a população e questionou em qual diretriz dentro do documento final a proposta está sendo contemplada e em qual mapa se consegue visualizar a proposta. Concluiu afirmando que as informações devem ser transmitidas à população. O Sr. **Antônio Maycon Martins**, destacou que a metodologia é geral para o processo e que se espera que o CGP contribua. Na sequência, foi comunicado que a última tarefa tem a sistematização por análise estatística de forma quantitativa e qualitativa, os aspectos mais importantes, fontes de coleta e qualidade, que o conteúdo será analisado para obter um panorama geral do que foi construído. Foi salientado que procurou-se explicar o assunto de forma mais compreensível. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra. **Juliana Machado Coelho** agradeceu a participação de todos nos eventos, pelo auxílio nas situações extremas e declarou encerrada a 14ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **LETÍCIA LUZARDO DE SOUSA**, Titular - SUDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **LUCAS SANTANA SIGWALT**, Suplente – SUPAR; **HUGO JOSÉ COSTA DE ALMEIDA**, Suplente – SECID; **JOSELEDA FERNANDES ARAÚJO VENANCIO**, Titular – Associação Quilombolas; **EDMILSON GOMES DOS SANTOS**, Suplente – Associação Quilombolas; **PEDRO HENRIK DA SILVA GOMES**, Suplente – Associação BSB INVISÍVEL; **SARA CRISTINA DE CARVALHO ZAMPRONHA**, Suplente – Coletivo ARQUITETAS INVISÍVEIS; **VERÔNICA FERREIRA DE FIGUEIREDO**, Titular – PAES; **ALINE CARDOSO CÔRTES**, Titular – DISTRITO DRAG; **MARCOS MARTINS DE SOUZA**, Suplente - AAMA; **SABRINA DURIGON MARQUES**, Suplente – IBDU; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Instituto SÁLVIA TERRA; **BENNY SCHVARBERG**, Titular – Associação Andar a Pé; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente – ASSOLIM; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON; **ANA PAULA PINTO ASSIS FONSECA**, Titular – ADEMI/DF; **CLAUDIO ANTÔNIO TEIXEIRA PIRES**, Titular – APRONTAG; **MASSAE WATANABE**, Suplente – APRONTAG; **LUÍS FERNANDO ZEFERINO**, Titular – CAU/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Titular – CEUB; **CAROLINA PESCATÓRI CÂNDIDO DA SILVA**, Titular – FAU/UnB.

JULIANA MACHADO

COELHO

Distrito Federal

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 14/12/2023, às 15:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador= 129306736](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=129306736) código CRC= **C45A329B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 129306736



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao décimo terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Décima Quinta Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pelo Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (Coplan), da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura. 2. Aprovação da Ata da 14ª Reunião Ordinária do CGP, realizada em 22/11/2023. 3. Informes da Coordenação Técnica. 4. Aprovação do calendário de reuniões do CGP para 2024. 5. Atualização das Oficinas: Oficinas realizadas em novembro e dezembro. 6. Apresentação da Metodologia de Sistematização do Produto: Detalhamento do Produto 1 das Oficinas por Segmento. Passou imediatamente ao item 1. Abertura: O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** iniciou a reunião cumprimentando a todos e, como combinado, pediu a todos que mantivessem o cronograma previsto da reunião, com previsão de término às 21h. Explanou que as manifestações deveriam ser feitas ao final de cada etapa; iniciadas com a indicação do nome e entidade representada; que deveriam ser sucintas, para assegurar que todos participassem; e, por fim, que os demais participantes fossem respeitados. Ato contínuo, passou ao item 2. Aprovação da Ata da 14ª Reunião Ordinária do CGP, realizada em 22/11/2023: A Senhora **Juliette Anna Fanny Lenoir**, IAB/DF, observou que faltava a indicação do nome por extenso da sigla CLP na linha 123. Esclarecido que a sigla CLP tratava-se de Conselho Local de Planejamento e não havendo outras retificações, a Ata da 14ª Reunião foi aprovada por unanimidade com a alteração realizada. Avançando ao item 3. Informes da Coordenação Técnica: O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** informou a respeito dos prazos para o envio de contribuições. A saber: preenchimento dos formulários de contribuição individual às Oficinas Participativas até o dia 31 de dezembro de 2023; contribuições por meio das Reuniões Livres até dia 31 de março de 2024. Quanto às atividades do processo de revisão, destacou que o calendário de atividades estava em elaboração, para apresentação em janeiro de 2024, e informou que o Seminário para apresentação da Leitura Técnica será realizado em fevereiro de 2024. Foi ainda sinalizado pelo coordenador o encerramento do ano de 2023 e, em conjunto, o calendário de Oficinas Participativas de 2023, salientando que foi realizada a Oficina Participativa da Região Administrativa de Água Quente, em 12 de dezembro, e que ainda seriam realizadas as Oficina do Segmento de Produtores Rurais, no dia 14 de dezembro, na Seduh e da Região Administrativa do Plano Piloto (RA I), no dia 16 de dezembro, na Escola Parque da Quadra 308 Sul, convidando a todos a participarem. Abrindo às manifestações, o Senhor **Benny Schvarsberg**, Associação Andar a Pé, compreendeu que era extremamente pertinente a realização do Seminário para apresentação da Leitura Técnica do PDOT e sugeriu que fosse analisada a possibilidade de realizá-lo em duas etapas, tendo em vista a quantidade de conteúdo. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** observou que essa questão já estava sendo discutida no âmbito da Seduh. O Senhor **Guilherme Jaganu**, Fórum de Defesa das Águas do DF, sugeriu que o prazo para o envio de contribuições individuais fosse o mesmo que o do envio das contribuições das Reuniões Livres. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** esclareceu que as contribuições individuais estavam vinculadas à fase de diagnóstico, a ser finalizada em 31 de dezembro de 2023, enquanto as contribuições das Reuniões Livres estavam vinculadas ao encaminhamento de propostas, mas ponderou que a questão seria avaliada. A Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, solicitou esclarecimentos sobre a definição de data para

envio das contribuições das Reuniões Livres. Informou ainda que já foram criadas 32 Comissões de Acompanhamento, das quais 14 estavam aguardando para serem instituídas e 12, das 18 já instituídas, estavam sem coordenação. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** esclareceu que ainda não estavam definidas as datas para todas as fases do processo de revisão do PDOT referente a 2024, dada a necessidade de articulação dessa questão com os demais setores da Seduh e demais atividades realizadas pela Secretaria. Quanto ao prazo proposto para a realização de Reuniões Livres, explanou que houve o entendimento deste prazo definido ser suficiente para garantir maior divulgação dessas reuniões e para recepcionar e trabalhar todas as contribuições. A Senhora **Carolina Pescatori Cândido da Silva**, FAU/UnB, convidou a todos a participar da apresentação das propostas elaboradas pelos alunos da disciplina de graduação de Planejamento Urbano referente à Região Administrativa do Itapoã (RA XXVIII), no dia 20 de dezembro de 2023, das 8h às 12h. Na sequência, passou-se ao item 4. Aprovação do calendário de reuniões do CGP para 2024. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** explanou que foi mantida a organização utilizada ao longo de 2023, com reuniões ordinárias realizadas nas últimas quartas-feiras de cada mês, alternando-se entre o turno da tarde e o da noite. As reuniões extraordinárias seriam realizadas às quartas-feiras do meio de cada mês, caso houvesse necessidade. O Senhor **Antônio Maycon Martins**, Diretor de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (Diplan/Suplan/Seduh), complementou a informação sobre o calendário esclarecendo que este apresentava os 12 meses de 2024. Nele foram marcados em preto os feriados previstos e, em marrom, as reuniões de conselhos e comissões que poderiam afetar as datas das reuniões deste Conselho em alguns meses. Não havendo manifestações contrárias, o calendário de reuniões do CGP para 2024 foi aprovado por unanimidade, tendo as seguintes datas: 31/01 no período da tarde; 28/02 no período da noite; 27/03 no período da tarde; dia 24/04 no período da noite; 29/05 no período da tarde; 26/06 no período da noite; 31/07 no período da tarde; 28/08 no período da noite; 25/09 no período da tarde; 30/10 no período da noite; 27/11 no período da tarde; e 18/12 no período da noite. O calendário aprovado será enviado por *e-mail* para ciência de todos os membros do CGP. Ato contínuo, passou-se ao item 5. Atualização das Oficinas: Oficinas realizadas em novembro e dezembro. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** apresentou um resumo das últimas Oficinas Participativas das Regiões Administrativas, ocorridas durante os meses de novembro e dezembro, a saber: Oficina Participativa na Região Administrativa do Guará (RA X), realizada em 23 de novembro, com a participação de 100 pessoas; Oficina Participativa na Região Administrativa de São Sebastião (RA XIV), realizada em 25 de novembro, com a participação de 126 pessoas; Oficina Participativa na Região Administrativa do Arapoanga (RA XXXIV), realizada em 2 de dezembro, com a participação de 90 pessoas; Oficina Participativa na Região Administrativa do Jardim Botânico (RA XXVII), realizada em 5 de dezembro, com a participação de 250 pessoas; Oficina Participativa na Região Administrativa do Park Way (RA XXIV), realizada em 9 de dezembro, com a participação de 190 pessoas; Oficina Participativa na Região Administrativa de Água Quente (RA XXXV), realizada em 12 de dezembro, com a participação de 48 pessoas. Questionado sobre o local da realização da Oficina Participativa da Região Administrativa do Guará (RA X) e se houve representação (minimamente proporcional) das áreas do Guará I e do Guará II, esclareceu que a Oficina Participativa foi realizada no Guará II, mas que contou com a participação de representações do Guará I, do Setor de Oficinas, do Setor Lúcio Costa, do Setor de Indústrias Bernardo Sayão e do Polo de Modas. Em seguida, retomou o resumo das últimas Oficinas Participativas por Segmentos, ocorridas durante os meses de novembro e de dezembro: Oficina Participativa de Igualdade Racial, realizada no dia 28 de novembro, com a participação de 12 pessoas; Oficina Participativa de Regularização Fundiária Rural, realizada no dia 7 de dezembro, com a participação de 115 pessoas. O Senhor **Luís Fernando Zeferino**, CAU/DF, questionou se os participantes *online* das Oficinas Participativas são contabilizados nos números e, em resposta, o Senhor **Antônio Maycon Martins** explicou que apenas eram contabilizadas as pessoas que assinavam a lista de presença. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** complementou essa informação ao discorrer que há uma quantidade diferente de acessos virtuais, a depender da forma de acesso e utiliza-se a lista de presença como uma forma de comprovação de participação. O Senhor **Luís Fernando Zeferino**, então, sugeriu que a filmagem para transmissão pelo *Youtube* fosse mantida em apenas uma sala, no momento das dinâmicas, para melhor compreensão dos debates. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** explanou que a ideia inicial era demonstrar um pouco dos debates em cada sala, mas relatou que nas últimas Oficinas tem se tomado o cuidado de aguardar a explanação, para só então alterar a gravação de sala. O Senhor **Benny Schvarsberg** registrou seu profundo lamento em relação ao número de participantes da Oficina Participativa de Igualdade Racial, uma vez que cerca de 60% da população do Distrito Federal era preta e parda. Ponderou sobre a existência de uma segregação socioespacial estruturalmente atravessada pela questão racial no

Distrito Federal, tendo em vista as correlações entre local de moradia, renda e raça. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** concordou plenamente com a manifestação anterior e o Senhor **Antônio Maycon Martins** observou que, como todo o material da Oficina Participativa estará disponível no *site* da Seduh e, por conseguinte, a gravação dessas apresentações, a pauta poderá ser assunto em futuras Reuniões Livres, bem como poderá receber outras contribuições pelos formulários individuais. Ressaltou ainda que o mesmo vale para as demais oficinas ocorridas tanto por RAs, quanto por Segmento. Solicitou, portanto, o auxílio do CGP para levar à população todo o mecanismo de participação social e estimular o uso do material disponível dele decorrente. Em consonância com exposto, o Senhor **Benny Schvarsberg** sugeriu ao Movimento Negro Unificado do Distrito Federal (MNU-DF) a organização de uma Reunião Livre, com os subsídios da Oficina Participativa, de forma a ampliar a discussão. O Senhor **Marcos Martins de Souza**, Associação Artística Mapati (AAMA), endossou as observações colocadas pelo representante da Associação Andar a Pé e informou que a AAMA vem desenvolvendo projetos neste sentido, sendo o último relacionado aos territórios culturais. Questionou também qual o motivo de algumas pessoas não assinarem a lista de presença. A Senhora **Leticia Luzardo de Sousa**, representante da Subsecretaria de Desenvolvimento das Cidades (SUDEC), sugeriu que a Reunião Livre proposta pelo Senhor **Benny Schvarsberg** fosse acompanhada por representante da sociedade civil com tema afeto e indagou se os representantes do Movimento Negro Unificado do Distrito Federal estavam presentes na Oficina Participativa. Em resposta aos questionamentos, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** esclareceu que estava participando o membro suplente do Movimento Negro Unificado do Distrito Federal, o qual realizou várias contribuições e que alguns participantes não se sentiam confortáveis para assinar a lista para que não fossem expostos, visto que algumas oficinas tratavam de temas sensíveis. A Senhora **Joseleda Fernandes Araújo Venâncio**, Associação Quilombolas, entendeu que seria pertinente que fosse disponibilizada lista de presença via *Google Forms* para assinatura dos participantes virtuais a fim de que houvesse maior presença. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** explanou que, por se tratar de frequência facultativa, deliberou-se por não realizar a contabilização dos participantes virtuais. Todavia, afirmou que registrou a sugestão para as próximas etapas do processo. O Senhor **Guilherme Jaganu** observou que a divulgação das oficinas foi muito precária e propôs um estudo para melhorar a divulgação. O Senhor **Cláudio Antônio Teixeira Pires**, Associação dos Produtores do Núcleo Rural de Taguatinga (Aprontag), solicitou que todas as siglas fossem acompanhadas pela nomenclatura por extenso para melhor compreensão. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** ponderou que faziam a divulgação de acordo com as possibilidades de recursos e de ferramentas existentes. Informou também que as atas passavam por revisão técnica antes de serem encaminhadas aos membros de CGP e que essa questão será melhor observada. A Senhora **Juliette Anna Fanny Lenoir**, questionou qual era o motivo dos Conselhos Locais de Planejamentos (CLPs) não existirem e, em resposta, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** explicou que os CLPs eram uma instância de participação da sociedade definida na estrutura do sistema de planejamento do PDOT, a qual atuava na escala local. A instituição desses conselhos não era uma atribuição exclusiva da SEDUH, os quais deveriam ser instituídos pelas Administrações Regionais junto com a Secretaria Executiva de Cidades. Registrou que havia alguns CLPs em operação e que a maioria ainda não estava implantada. A Senhora **Elaine de Oliveira La Torres**, Secretaria Executiva das Cidades (SECID), complementou relatando que havia uma grande dificuldade para manter CLPs em funcionamento devido à alta rotatividade nas Regiões Administrativas. O Senhor **Benny Schvarsberg** comentou que o PDOT era o instrumento de ordenamento territorial que possui necessariamente um capítulo de gestão. Os CLPs foram criados pelo PDOT em 1992 em conjunto com o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (SISPLAN), que nunca foi implementado em sua plenitude. Reforçou a necessidade de discutir o capítulo de gestão do PDOT e a ideia de que fossem estabelecidos prazos e penalidades para as Administrações Regionais para implementação do funcionamento dos CLPs no PDOT de 2024. Observou que o nível técnico e político dos administradores regionais era lastimável e, diante disso, sugeriu que fosse proposto a realização de curso para esses administradores no âmbito do PDOT, para que todos tenham o mínimo de informação. O Senhor **Luís Fernando Zeferino** informou que o próprio Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF) precisou notificar várias Administrações Regionais sobre a existência de membros nas Diretorias de Planejamento Urbano sem o devido conhecimento técnico. O Senhor **Marcos Luiz Santarosa**, Associação de produtores do Núcleo Rural Lago Oeste (Asproeste), inferiu que o CGP seria a maior demonstração de participação da sociedade, por se tratar de um órgão participativo, mas que seria necessário indicar no capítulo de gestão, a realização de um grupo da sociedade para acompanhamento da execução do PDOT. Sugeriu que o CGP se tornasse um órgão permanente de fiscalização e consultivo. O

Senhor **Antônio Maycon Martins** agradeceu as contribuições e afirmou que as sugestões seriam acompanhadas por meio das atas. Concluído o item, passou-se ao item 5. Metodologia de Sistematização do Produto: Detalhamento do Produto 1 das Oficinas por Segmento: O Senhor **Antônio Maycon Martins** deu início à apresentação discorrendo que, em paralelo ao desenvolvimento das oficinas, foram realizados outros trabalhos, sendo eles: preparação e capacitação para as Oficinas Participativas (53 já realizadas e duas em andamento); digitalização dos materiais (51 já realizadas, dois em andamento e dois a serem realizados), inserção no Sistema de Eletrônico de Informações (SEI) dos arquivos (46 já realizadas, um em andamento e oito a serem realizados), inserção no *site* dos arquivos (27 já realizadas, 25 em andamento e três a serem inseridos), transcrição dos documentos digitalizados (25 já realizadas, três em andamento e 27 a serem transcritos), revisão das transcrições (uma já realizada, dois em andamento e 52 a serem realizadas) e preenchimento das planilhas (um já realizado, três em andamento e 51 planilhas a serem preenchidas). Foi apresentado um gráfico com o balanço parcial de número de participantes das Oficinas nas Regiões Administrativas e outro gráfico, esse com o balanço parcial do número de participantes das Oficinas Participativas por Segmentos. Foram destacadas as Oficinas por Região Administrativa com maior participação social: SCIA/Estrutural (RA XXV), com 549 participantes; Região Administrativa do Jardim Botânico (RA XXVII), com 250 participantes; e a Região Administrativa do Riacho Fundo (RA XVII), com 200 participantes. Já as Oficinas Participativas, por Região Administrativa, com menor participação foram: Região Administrativa de Água Quente (RA XXXV), com 48 participantes; Região Administrativa do Núcleo Bandeirante (RA VIII), com 47 participantes; Região Administrativa Fercal (RA XXXI), com 43 participantes; Região Administrativa do Varjão (XXIII), com 35 participantes; e a Região Administrativa do Recanto das Emas (RA XV), com 34 participantes. Todavia, em todas houve um grau de contribuição representativo. Quanto às Oficinas Participativas por Segmentos, registrou que as vinculadas ao tema de regularização e meio ambiente tiveram maior participação, destacando-se entre elas as Oficinas Participativas sobre: as Áreas de Relevante Interesse Social (ARIS), com 201 participantes; Regularização Fundiária Urbana, com 168 participantes; Regularização Fundiária Rural, com 115 participantes; Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com 119 participantes; e População em Situação de Rua, com 117 participantes. As oficinas que tiveram menor participação foram sobre: Cultura, com 9 participantes; Igualdade Racial, com 12 participantes; a Região Metropolitana, com 10 participantes; e Mulheres e Igualdade de Gênero, com 14 participantes. Em seguida, explicou-se a proposta de metodologia de detalhamento do Produto 1 das Oficinas por Segmento. O Produto 1 trata do georreferenciamento das contribuições, composto pela digitalização dos materiais, transcrição no *Word*, preenchimento de planilha no *Excel* e georreferenciamento no ArcGIS. Utilizou-se a amostra da Oficina Participativa de Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio e foram analisadas as fichas coladas no mapa, fichas de perguntas aos seminaristas, apresentação dos seminaristas, relatoria dos técnicos da SEDUH e formulários de contribuições individuais. Demonstrou como os dados foram tratados na tabela de *Excel* e explanou que houve a necessidade de resumir algumas manifestações para que fossem transformadas em item possível de ser trabalhado nas análises. Utilizou-se a mesma metodologia utilizada nas Oficinas Participativas por Região Administrativa no georreferenciamento das contribuições, em que foi realizada a digitação do resumo dos pontos por Segmento, o desmembramento das contribuições e validação dos eixos; e o georreferenciamento dos pontos. Por fim, discorreu que as etapas do Produto 2 seguiriam o mesmo formato que o tratamento das Oficinas Participativas por Região Administrativa, em que procuraria o nexos com o PDOT, a definição do eixo vinculado, a definição da categoria ou tema, a escala e a definição da problemática para identificação dos caminhos possíveis. Abrindo às manifestações, a Senhora **Bétulia de Moraes Souto** sugeriu que o gráfico com o número de participantes nas Oficinas Participativas fosse apresentado associado à quantidade da população, para que houvesse uma noção da representação e solicitou que toda a apresentação fosse, posteriormente, encaminhada ao grupo de *WhatsApp* do CGP. Propôs também que fossem elaborados vídeos explicativos sobre o site do PDOT. Em resposta, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** informou que já estavam planejando, juntamente com a Assessoria de Comunicação (Ascom) da SEDUH a elaboração de uma série de vídeos explicativos para *upload* de Reuniões Livres e para consultar os produtos das Oficinas Participativas. O Senhor **Antônio Maycon Martins** explicou que o número de participantes ainda não foi muito trabalhado, uma vez que ainda estavam no processo de realização das Oficinas. Afirmou que poderiam providenciar a relação entre participantes das oficinas e população local e, posteriormente, o número de pessoas que participaram da oficina, dividido pelo número de pessoas que participaram das dinâmicas, de forma a ressaltar a efetiva participação. Entretanto, ponderou que ainda não conseguiria destinar um técnico para fazer essa tratativa de dados devido à quantidade de trabalho existente. Informou

que a apresentação seria disponibilizada no grupo de *WhatsApp* e que também estaria disponível na aba do CGP no *site* da SEDUH. Reforçou que havia uma quantidade de técnicos limitados na SEDUH, o que impossibilitava a entrega das demandas com maior celeridade. Contudo, informou que os vídeos seriam entregues o quanto antes. A Senhora **Eliane de Oliveira La Torres** indagou se saberiam avaliar o motivo de em determinados lugares haver maior participação do que outros. Em resposta, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** ponderou que havia diversos fatores que influenciavam o resultado da participação nas Oficinas. As divulgações das oficinas são realizadas pelas redes sociais da SEDUH e por meio de contrato de comunicação com a Secretaria de Comunicação do Distrito Federal, que cede carro de som e realiza propagandas publicitárias em outras plataformas. São realizadas reuniões com as lideranças, organizadas pelas Administrações Regionais, e mobilização por parte das Administrações Regionais com as suas ferramentas, além da divulgação dos servidores da SEDUH. Foi registrado que o grande número de participantes na Região Administrativa da SCIA/Estrutural (RA XXV) foi baseado em uma notícia falsa (*fake news*) – de que essa oficina teria outra funcionalidade – sugerindo-se que esse número talvez devesse ser retirado da análise, para não contaminar o resultado. A Senhora **Juliette Anna Fanny Lenoir** registrou que não deveria ser tratado como desinformação, uma vez que a notícia divulgada era referente ao PDOT, mas ressaltou que muitas pessoas ali presentes, de fato, não sabiam o propósito do evento. Observou que a maior participação nas Oficinas Participativas ocorreu em função das irregularidades existentes na área. O Senhor **Guilherme Jaganu** sugeriu a inclusão do número de participantes nas Reuniões Livres, por Região Administrativa e o Senhor **Rafael Damasceno Serrati**, Associações LIVRES, comentou que havia fatores muito diversos que poderiam influenciar o número de participantes em cada oficina e observou que os dados populacionais por Região Administrativa são relativos e podem estar defasados, sugerindo que houvesse cautela na divulgação dos dados proporcionais. A Senhora **Carolina Pescatori Cândido da Silva**, registrou que o trabalho de revisão do PDOT estava sendo muito bem desenvolvido, mesmo havendo limitações, o qual poderá reverberar em resultados muito importantes. A Senhora **Bétulia de Moraes Souto** comentou que essa era a última reunião do CGP em 2024 e parabenizou o trabalho realizado durante todo o exercício. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** discorreu que a Coordenação Técnica tinha uma ansiedade muito grande em executar todas as expectativas, fazendo um bom uso de todas as ferramentas disponíveis para o processo, sendo uma delas o CGP. Asseverou que estavam encerrando o ano muito satisfeitos e com uma relação muito positiva de vínculo restabelecido. Registrou que houve muitos questionamentos quando se propuseram a realizar 53 Oficinas Participativas, destacando que já realizaram 50 oficinas até o momento, o que trazia a sensação de dever cumprido. Agradeceu o trabalho e a manifestação de todos. Arrazouou que a metodologia apresentada para sistematização dos dados das Oficinas Participativas por Segmento gerará um produto com o mesmo tratamento das Oficinas Participativas por Região Administrativa. Ressaltou que buscaram a melhor forma de fazer o tratamento dos dados e questionou se poderiam seguir com o método apresentado para tratamento das contribuições oriundas das Oficinas Participativas por Segmento. O Senhor **Benny Schvarsberg** registrou que não se opunha ao método e comentou sobre o enorme esforço metodológico e físico realizado, o qual deveria ser conhecido por todos. Relatou que o CGP deu uma contribuição muito efetiva e refletiu que estavam encerrando um ciclo do processo participativo fundamental de construção coletiva da leitura comunitária. Inferiu que, em 2024, outro patamar do processo participativo estava posto como um grande desafio, uma vez que o CGP teria que cumprir novos papéis com a consolidação do conjunto de informações georreferenciadas. Destacou a importância do Seminário de Leitura Comunitária e que o maior desafio será o momento de tramitação do PDOT na Câmara Legislativa, cabendo ao CGP, em conjunto com as Comissões de Acompanhamento, fazer a disputa da legitimidade do processo de construção, para que houvesse o mínimo de desvirtuamento possível. O Senhor **Antônio Maycon Martins** afirmou que a participação social não acabava com a finalização das Oficinas Participativas e que seriam utilizadas todas as ferramentas que estavam à disposição para garantir essa participação. Agradeceu as contribuições e as participações durante 2023. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** registrou que o *site* da SEDUH passará por atualizações e informou que seria realizada apresentação dessas atualizações no Seminário. Registrou o seu agradecimento ao trabalho realizado por todos os membros do CGP e aos servidores da SEDUH, especialmente, da Assessoria de Colegiados (Ascol) e da Unidade de Tecnologia (Untec). O Senhor **Benny Schvarsberg** questionou sobre a possibilidade de ter um tipo de divulgação mais acessível à população que não possuía acesso à *internet*, para que tivessem o conhecimento de que o seu trabalho estava sendo observado e sugeriu que fosse realizada uma oficina com os deputados distritais. Em resposta, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** comprometeu-se em conversar com os demais membros da Coordenação Técnica sobre as contribuições do representante da Associação Andar a Pé para que fosse

dado um retorno no grupo de *WhatsApp* antes da próxima reunião. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), agradeceu a participação de todos nos eventos, pelo auxílio nas situações extremas e declarou encerrada a 15ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

ANTÔNIO MAYCON MARTINS, Suplente – SUPLAN; **LETÍCIA LUZARDO DE SOUSA** – Titular – SUDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES**, Titular – SECID; **JOSELEDA FERNANDES ARAÚJO VENANCIO**, Titular – Associação Quilombolas; **EDMILSON GOMES DOS SANTOS**, Suplente – Associação Quilombolas; **RAFAEL DAMASCENO SERRATI**, Titular – Associação Livres; **MARCOS MARTINS DE SOUZA**, Suplente – AAMA; **SAMIA WALEESKA PEREIRA B. DE CARVALHO**, Titular – Associação Positiva de Brasília; **BÉTULIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Instituto SÁLVIA TERRA; **BENNY SCHVARBERG**, Titular – Associação Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROETE; **DJALMA NUNES DA SILVA**, Suplente – ASPROESTE; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente – ASSOLIM; **JOÃO CARLOS DE SIQUEIRA LOPES**, Suplente – SINDUSCON; **ANA PAULA PINTO ASSIS FONSECA**, Titular – ADEMI/DF; **CLÁUDIO ANTÔNIO TEIXEIRA PIRES**, Titular – APRONTAG; **MASSAE WATANABE**, Suplente – APRONTAG; **JULIETTE ANNA FANNY LENOIR**, Titular – IAB/DF; **LUÍS FERNANDO ZEFERINO**, Titular – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF; **ROSSANA MARIA DELPINO SAPENA**, Suplente – CEUB; **CAROLINA PESCATÓRI CÂNDIDO DA SILVA**, Titular – FAU/UnB.

JOSÉ MÁRIO PACHECO

JÚNIOR

Coordenador de Planejamento e Sustentabilidade

Urbana



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR - Matr.0281343-2, Coordenador(a) de Planejamento e Sustentabilidade Urbana**, em 02/02/2024, às 10:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **132572702** código CRC= **FCD3A1FA**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 132572702



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL
ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Ao trigésimo primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte quatro, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Décima Sexta Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (SUPLAN), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura. 2. Aprovação da Ata da 15ª reunião. 3. Informes. 4. Atualização das Oficinas Participativas de 2023. 4.1. Oficinas Realizadas em dezembro. 5. Andamento da sistematização dos dados das oficinas por RA. 6. Site do processo de revisão. 6.1. Atualizações realizadas e novas funcionalidades. 7. Ferramenta “Debate”. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1. Abertura: A Sra. **Juliana Machado Coelho** iniciou a reunião cumprimentando a todos e, como combinados, solicitou a todos que mantivessem o cronograma previsto da reunião, que se manifestassem ao final de cada etapa com a indicação do nome e entidade representada, com falas sucintas e respeito aos demais participantes. Ato contínuo, passou ao item 2. Aprovação da Ata da 15ª Reunião: Não havendo nenhuma retificação, a Ata da 15ª Reunião foi aprovada por unanimidade. Avançando ao item 3. Informes: A Sra. **Juliana Machado Coelho** comunicou que as reuniões livres precisam ser realizadas e devem ser enviadas à Seduh até o dia 31 de março, após essa data, o sistema não permitirá a inserção de dados. Adicionou que o calendário de atividades de 2024 será finalizado e aprovado pela Seduh e, após esse trâmite, será enviado ao CGP. Ato seguinte, cientificou que o seminário da leitura técnica está previsto para março. Logo após, acrescentou que foi criado o filtro “segmentos” no site e que o link do site será encaminhado para o Geoportal. Concluiu informando que a próxima reunião ocorrerá no período noturno, possivelmente na última quarta-feira do mês, mantendo o que foi combinado em 2023. Na sequência, passou-se para o item 4. Atualização das Oficinas Participativas de 2023. 4.1. Oficinas Realizadas em dezembro: Foi explicado que ocorreram duas oficinas depois da última reunião ordinária de 2023, a saber: uma oficina participativa no dia 16 de dezembro de 2023, na Escola Parque da 308 Sul – Asa Sul, Plano Piloto, com 32 participantes e a Oficina Participativa de Produtores Rurais, que ocorreu em 14 de dezembro de 2023, na sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, com 54 participantes. Ato contínuo, prosseguiu-se ao item 5. Andamento da sistematização dos dados das oficinas por RA: Foi ressaltado que a equipe está sistematizando as contribuições das 55 oficinas, que foram construídos formulários de contribuição, mapas, painéis e realizadas transcrições. Foi acrescentado que a preparação das oficinas e a digitalização foram concluídas, que os materiais foram incluídos no site, que 90% dos itens necessários foram adicionados no SEI, 60% das contribuições das oficinas foram concluídas, 40% do material foi revisado, 5% foram sistematizados e que 50% estão na fase de elaboração. Com a palavra, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, Seduh, ressaltou que as contribuições realizadas devem ser consideradas através de requerimentos e reuniões livres. Foi respondido que atualmente está sendo realizada a sistematização das oficinas participativas e do material elaborado na leitura técnica, o que subsidiará o diagnóstico. Além disso, foi esclarecido que após a conclusão da sistematização do material da leitura técnica e comunitária, será realizada a sistematização dos requerimentos e reuniões livres para considerar os itens como propostas. O Sr. **Benny Schvarberg**, Associação Andar a Pé, asseverou que toda a sistematização deve ser inserida em um documento técnico e questionou se a audiência pode ter publicização prévia. Foi respondido que será divulgado um material orientador 30 dias antes da audiência. Posteriormente, avançou-se ao item 6. Site do processo de revisão. 6.1. Atualizações realizadas e novas funcionalidades: O Sr. **Antônio Maycon Martins**, Seduh, cientificou

que foi incluído o filtro por segmento no *site* e que é possível encontrar os requerimentos do PDOT no site da revisão. Finalizou informando que foi colocado um *link* que direciona para o *site* do GeoPortal. Em seguida, passou ao item 7. Ferramenta “Debate”: O Sr. **Antônio Maycon Martins** declarou que a ferramenta foi lançada em abril do ano passado, adicionou que a ideia é fomentar as discussões sobre o PDOT vigente e o PDOT futuro e proporcionar um ambiente de discussão saudável. Complementou que deve ser criado um cadastro e que é possível recuperar o histórico das informações. Citou como referências as ferramentas “Participe +” e “Decide Madrid”. Explicou que haverá prazo para participações, que o instrumento “Decide Madrid” inspirou a colocar um texto introdutório, “tags” para filtros e *hiperlink* para categorias. Ademais, declarou que se busca um sistema integrado, com a participação de usuários por meio de comentários, que serão indicados nas categorias específicas. Anunciou como primeira proposta de tema de debate o instrumento de macrozoneamento. A Sra. **Renata Seabra Resende Castro Corrêa**, CAU/DF, indagou se eles pensaram em uma estratégia e a forma de divulgação da ferramenta para que muitas pessoas tenham acesso. O Sr. **Benny Schvarberg**, Associação Andar a Pé, visualizou a eficácia do espaço de debate por três aspectos: a capacidade de mobilizar e explicitar posicionamentos sobre o PDOT e outros assuntos; a indução das polêmicas, como a transformação das zonas rurais em urbanas e de usos; e o grau de incidência ou consequência do debate em um projeto de lei. Manifestou sua preocupação com a qualidade dos debates para que sejam, de fato, assuntos que tenham relação com os assuntos que serão tratados no projeto de lei, caso contrário, serão debates inúteis. A Sra. **Sara Cristina de Carvalho Zampronha**, Coletivo ARQUITETAS INVISÍVEIS, questionou se as reuniões livres serão publicizadas somente após o envio de todas as reuniões e se será possível acessar as listas de presença para verificar as pessoas presentes nas oficinas e reuniões livres. A Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, CEUB, recomendou que a população apresente temas para serem debatidos e realizar uma curadoria pela equipe para analisar se o assunto é pertinente e realizar provocações sobre os assuntos. Questionou se haverá mais alguma mudança estrutural no *site* e se é possível publicar o modelo de orientação. A Sra. **Juliana Machado Coelho** concordou com a proposição de temas e a realização de uma curadoria, porém, argumentou que é necessário verificar a viabilidade. Esclareceu que pretendem aplicar um teste, abordar temas relevantes e que estão realizando um levantamento de parcelamento das macrozonas para inserir na discussão. O Sr. **Antônio Maycon Martins** pontuou que a ferramenta está no *site*, que existe uma lista de *e-mails* para divulgar a ferramenta e as redes sociais. Salientou que precisam do auxílio dos membros para divulgação. Destacou que existe uma preparação prévia do material para que tenha uma linguagem acessível, que a ferramenta de debate se propõe como uma enquete em que a Seduh participe apenas como mediadora e que ao final o material produzido será disponibilizado em processo SEI assegurando a transparência e publicização. Afirmou que deve ter cautela quanto a preservação das identidades e que se busca viabilizar a participação social. Discorreu que após o término da enquete, um técnico organizará as informações para ser publicizado. Sugeriu que a comissão auxilie no uso da ferramenta. Asseverou que outras duas equipes estão auxiliando na sistematização e propôs realizar a curadoria na CGP no intuito de produzir uma listagem, o que pode ser alimentada. Sobre a publicização das reuniões livres, lembrou que as reuniões realizadas até dezembro estão separadas no *site* por reuniões administrativas e as reuniões de janeiro serão disponibilizadas. No que concerne as listas de presença, noticiou que a lista de participantes está no *site*, porém, os nomes de participantes externos estão com tarja. Acrescentou que a interface principal não será afetada e que podem ser acrescentados *links* para itens específicos no site. Foi pontuado que serão divulgados vídeos orientadores explicando como adquirir os materiais das oficinas, apresentando a interface do *site* e convidando para as reuniões livres. Foi pontuado que existe uma rotina de verificação de materiais necessários como a existência de registro fotográfico e da lista de presença para a publicação. Foi explicado que são divulgados os dados dos participantes externos das oficinas participativas com restrições devido a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. O Sr. **Luís Fernando Zeferino**, CAU/DF, externou sua preocupação quanto a sistematização e questionou como será analisado o peso de cada assunto. Sugeriu listar os oito temas gerais discutidos nas oficinas ou os 20 subtemas listados na Seduh. Além disso, propôs a introdução de um atalho na página da Seduh com a seguinte expressão: “Revisão do PDOT – Como participar?”. A Sra. **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto SÁLVIA TERRA, recomendou colocar no *site* o prazo máximo para reunião livre. No tocante ao site, arrazoou que é possível visualizar todos os itens no computador, porém no celular é impossível visualizar todos os itens. Diante do exposto, aconselhou colocar um ícone no formato de uma caixa na página principal. Lembrou que foi definido que seria realizado uma reunião sobre as leituras técnicas. A Sra. **Ludmila de Araújo Correia** manifestou preocupação quanto a metodologia de sistematização do diagnóstico e sugeriu convidar especialistas que

atuam na área de estatística e na análise de conteúdo. A Sra. **Samia Waleska Pereira B. de Carvalho**, Associação POSITIVA DE BRASÍLIA, externou a sua preocupação quanto aos prazos relacionados ao PDOT. Questionou se o PDOT será enviado para Câmara Legislativa em agosto de 2024. O Sr. **Rafael Damasceno Serrati**, Associação LIVRES, propôs separar as reuniões livres por temas. A Sra. **Juliana Machado Coelho** esclareceu que as reuniões estão separadas por local de realização, que a previsão para finalização da minuta é dezembro de 2024 e que a primeira audiência está prevista para abril. Sobre os vídeos, foi destacado que as datas das reuniões livres serão definidas e que o próximo vídeo orientador será sobre as reuniões livres. Com relação as contribuições realizadas, foi pontuado que foram escolhidas pessoas para trabalhar na área metodológica, que até o final de semana será definido uma proposta de calendário e que se pretende até a segunda quinzena do mês de março realizar um seminário com a apresentação das principais problemáticas de cada eixo técnico, com um momento breve para apresentação e um tempo maior para discussão entre os integrantes do CGP e o grupo de trabalho interinstitucional, sendo um evento de dois dias, o que será compartilhado quando for definido. Foi questionado se é possível realizar recorte por território. O Sr. **Antônio Maycon Martins** respondeu que os eixos podem ser discutidos em outra reunião. Sobre o atalho no site, alegou que não é possível inserir um atalho na página principal do PDOT. Explicou que o site foi programado para direcionar para o PDOT, que a notícia sobre participação é permanente e que na área das publicações existem documentos produzidos. Pontuou que foram realizadas oficinas com técnicos das RA's e que foi elaborado um resumo da leitura técnica por UPT, sobre as regiões e criados mapas temáticos sobre as RA's. Assegurou que as contribuições realizadas pela população foram georreferenciadas, porém não foram disponibilizadas até o momento. Sobre as reuniões livres, informou que conversará com a ASCOM e que se organizarão para a divulgação de prazos, divulgando notícias sobre o prazo das reuniões livres com no mínimo uma vez por mês. Afirmou que pode ser incluído um ícone para as reuniões gerais no *site*. O Sr. **Luís Fernando Zeferino** sugeriu um *link* no site da Seduh redirecionando a participação no PDOT. Foi explicado que a revisão do *site* está incluída na agenda. A Sra. **Ludmila de Araújo Correia** explanou que o site da Seduh deve ser revisto. Sobre as reuniões livres virtuais, aconselhou inserir um filtro para o Distrito Federal. A Sra. **Betúlia de Moraes Souto** solicitou o envio do calendário antes da reunião e a divulgação das reuniões livres no grupo para divulgação. Foi enfatizado que será divulgado um vídeo orientador sobre as reuniões livres, explicado que no site pode ser realizado um cadastro para submeter o material das reuniões livres e interagir com outras funcionalidades e adquirir materiais das oficinas. Foi questionado sobre a publicação dos mapas temáticos no *site*. Foi esclarecido que não é possível disponibilizar o mapa temático no site e que pode ser inserido um informe permitindo a solicitação por *e-mail*. Foi sugerido colocar os mapas em um drive. Logo após, foi sugerido abordar o macrozoneamento como tema piloto dos debates da comissão em fevereiro e discutir outros temas pelo *WhatsApp*. Isto posto, foi recomendado que seja realizado um levantamento de proposições no grupo de *WhatsApp* e verificar a viabilidade. O Sr. **Marcos Luiz Santarosa**, ASPROESTE, concordou com a primeira proposta sobre a macrozona e sugeriu disponibilizar o histórico da macrozona. A Sra. **Sara Cristina de Carvalho Zampronha** questionou se o projeto piloto será colocado no *site* para ser utilizado como teste ou se será discutido antes no CGP. Aconselhou abordar temas do cotidiano como mobilidade. A Sra. **Ludmila de Araújo Correia** sugeriu abordar sobre a regularização fundiária como tema piloto. Propôs que a equipe recomende temas para que o CGP comente. Além disso, sugeriu a inserção de documentos norteadores e um formulário. A Sra. **Samia Waleska Pereira B. de Carvalho** sugeriu a inclusão de um tema central permanente e outros assuntos interligados. A Sra. **Renata Seabra Resende Castro Corrêa** salientou a importância de verificar as principais problemáticas indicadas pela leitura técnica. Foi reforçado a ideia de separar um espaço específico para que as pessoas contribuam com vídeos e documentos sobre os temas. Foi sugerido começar o projeto piloto pelo território e considerar as avaliações enviadas nas reuniões temáticas. Foi explicado que o projeto piloto sobre macrozoneamento será disponibilizado para a população e que podem ser realizadas alterações no próximo debate. Ademais, foi enfatizado que a estrutura do site não pode ser alterada e que os documentos podem ser incluídos nos comentários. Foi proposto encaminhar arquivos em um *link* ou *drive*. Foi lembrado que não é permitido enviar documentos pelos comentários. Foi sugerido enviar a proposta do projeto piloto para os membros do CGP para contribuições e após a aprovação de todos, enviar para o site para a divulgação. Iniciada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Finalizada a votação, foi notificado que será encaminhado o documento sobre o assunto para o grupo e que a próxima reunião ocorrerá na última quarta-feira do mês de fevereiro. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, Suplan, agradeceu a participação de todos nos eventos, pelo auxílio nas situações extremas e declarou encerrada a 16ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão

Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **REBECCA LAMPERT GOMES DE SÁ**, Titular – SUPAR; **ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES**, Titular – SECID; **EDMILSON GOMES DOS SANTOS**, Suplente – Associação QUILOMBOLAS; **RAFAEL DAMASCENO SERRATI**, Titular – Associação LIVRES; **SARA CRISTINA DE CARVALHO ZAMPRONHA**, Suplente – Coletivo ARQUITETAS INVISÍVEIS; **PAULO HENRIQUE MORAIS**, Titular – CÁRITAS Arquidiocesana de Brasília; **MARCOS MARTINS DE SOUZA**, Suplente - AAMA; **SABRINA DURIGON MARQUES**, Suplente – IBUD; **SAMIA WALESKA PEREIRA B. DE CARVALHO**, Titular – Associação POSITIVA DE BRASÍLIA; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Instituto SÁLVIA TERRA; **BENNY SCHVARBERG**, Titular – Associação Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAULA CARVALHO**, Titular – ASSOLIM; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente – ASSOLIM; **MÁRIO BLANCO NUNES NETO** – Titular – PRECOMOR; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON; **TEREZA CHRISTINA COELHO CAVALCANTE**, Titular – FIBRA; **MASSAE WATANABE**, Suplente – APRONTAG; **GEIZIANNE GOMES RODRIGUES**, Suplente – IAB/DF; **LUÍS FERNANDO ZEFERINO**, Titular – CAU/DF; **RENATA SEABRE RESENDE CASTRO CORRÊA**, Suplente – CAU/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Titular – CEUB; **ROSSANA MARIA DELPINO SAPENA**, Suplente – CEUB.

JULIANA MACHADO COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito

Federal



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 05/03/2024, às 11:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **134900859** código CRC= **E4F93341**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 134900859



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vigésimo oitavo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte quatro, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Décima Sétima Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela Senhora **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (SUPLAN), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura. 2. Aprovação da Ata da 16ª Reunião. 3. Informes. 4. Seminário da Leitura Técnica. 5. Atualização dos Trabalhos de Sistematização. 6. Cronograma de Atividades do PDOT 2024. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1. Abertura: A Senhora **Juliana Machado Coelho** iniciou a reunião cumprimentando a todos e pediu que fosse mantido o cronograma previsto da reunião, que indicava o término às 21h. Explicou, então, os combinados: que as manifestações fossem feitas ao final de cada uma das etapas; que os inscritos iniciassem suas falas com a indicação do nome e entidade representada; e que fizesse o uso da palavra de forma objetiva e respeitosa para assegurar o direito à participação de todos. Ato contínuo, passou-se ao item 2. Aprovação da Ata da 16ª Reunião: Não havendo nenhuma retificação, a Ata da 16ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade. Avançou-se ao item 3. Informes: O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (COPLAN), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), reiterou que o prazo para encaminhamento de propostas das reuniões livres encerra-se em 31 de março e que está em análise propostas para a publicação da Ferramenta de Debates. Seguiu dizendo que, conforme combinado, foram divulgadas duas matérias nas redes sociais, a primeira com um tutorial em vídeo para consulta do material construído durante as oficinas participativas realizadas em 2023 e a segunda, com orientações e convites à elaboração de reuniões livres, e pediu que os demais Conselheiros(as) divulgassem o material. Seguiu para o próximo item de pauta 4. Seminário da Leitura Técnica: Disse que a demanda surgiu do CGP, quando vários membros apresentaram interesse em se apropriar do conteúdo das leituras técnicas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Trabalho Institucional (GTI). Anunciou que o evento acontecerá nos dias 21 e 22 de março durante o dia todo, no Auditório SINDUSCON, que o público-alvo inclui tanto os membros do CGP quanto os membros do GTI e que o objetivo é fazer uma apresentação simplificada, porém sem perda de informação do conteúdo das leituras técnicas. Expôs a pauta: 21/03/2024: 9h às 10h – Abertura e apresentação geral do evento e balanço do processo de revisão; 10h às 11h - Apresentação da metodologia geral do processo de revisão e da estrutura de governança e gestão participativa; 11h às 12h – Início da discussão de cada um dos eixos temáticos com o Eixo: Participação Social e Governança; 14h às 15h – Eixo: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades; 15h às 16h - Eixo: Gestão da Valorização Social da Terra; Eixo: 16h às 17h – Eixo: Habitação e Regularização Fundiária. Dia 22/03/2024 – 9h às 10h - Eixo: Ruralidades; 10h às 11h - Eixo: Meio Ambiente e Infraestrutura; 11h às 12h - Eixo: Mobilidade; 14h às 15h – Eixo: Território Resiliente; 15h às 16h - Debate das atividades desenvolvidas em 2023, trazendo os primeiros resultados da leitura comunitária das oficinas; 16h às 17h - Apresentação do site do PDOT e próximos passos do processo de revisão. Acrescentou que haverá almoço e *coffee break* tanto no período da manhã, quanto no período da tarde. Com a palavra, o Senhor **João Gilberto de Carvalho Accioly**, SINDUSCON perguntou se o evento é restrito aos membros do CGP e do GTI e qual é a estimativa de público e o Senhor **Benny Schvarsberg**, Associação Andar a Pé, questionou se haverá tecnologia no auditório para realizar um evento híbrido, uma vez que não estará em Brasília na data, se ele poderia participar apenas em alguns

horários e julgou restrito e limitado demais um Seminário específico sobre as leituras técnicas apenas para os dois grupos, sugerindo que as Comissões também pudessem participar indicando um representante cada. A seguir, o Senhor **Jean Vitor Cândido**, CRESS/DF, questionou a respeito da decisão do horário do Seminário – se foi deliberado desde o começo ou resolvido na última reunião – uma vez que sua jornada de trabalho impedia seu comparecimento. Sobre este tema, o Senhor **Benny Schvarsberg** sugeriu a possibilidade de ser indicado outro representante oficial inscrito pela entidade para comparecer ao evento, em substituição aos membros oficiais. Já a Senhora **Edileuza Laurentiano Bezerra**, Rede de Mulheres, concordou com os pontos colocados e indagou a respeito da data escolhida, por acreditar estar ela muito próxima. Em resposta a esses questionamentos, a Senhora **Juliana Machado Coelho** explicou que quanto à data, em virtude de o cronograma estar apertado, não haveria a possibilidade de alterá-la. Reforçou que a intenção inicial era o Seminário ter ocorrido em fevereiro e por ter sido este adiado em um mês, comprometeu ainda mais o cronograma. Quanto ao horário do evento (manhã e tarde), explicou que tendo em vista a necessidade de realização de diversas reuniões com a participação social, já programadas ao longo do ano, que necessitavam da presença da equipe técnica em horário noturno e finais de semana, tornando-se problemática uma alteração nesse sentido. Sobre o evento ser híbrido, explicou haver a possibilidade de ser transmitido e gravado pelo *YouTube*. Em complemento, reiterando a intenção de propiciar a participação de ambos os representantes oficiais – titular e suplente –, disse que seria preciso fazer uma análise da quantidade de representantes do CGP e do GTI que confirmarem presença, somada aos possíveis representantes das Comissões, para avaliar a adequabilidade do espaço. Asseverou ainda que, se os representantes oficiais das entidades do CGP não puderem comparecer, será aberta a oportunidade para outros membros desde que devidamente e tempestivamente designados. Para isso, contudo, deverá ser avaliado o procedimento, pois informou que a capacidade do auditório é de 200 pessoas, e que, a título de referência, o número de servidores representantes dos diversos órgãos do governo totaliza 110 pessoas. Assim, para que essa necessidade seja, então, atendida será enviado um formulário de confirmação de presença, na semana que antecede o evento e, somente após, será estudada a possibilidade de abrir para outras Comissões e participações. Ainda sobre essa questão, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** exemplificou, com a participação de um representante de entidade presente na reunião, que isso já é possível, desde que realizado em tempo. Isto posto, a Senhora **Juliana Machado Coelho** lembrou que trata o Seminário da apresentação de Leitura Técnica anteriormente realizada e já disponibilizada no *site* do PDOT, aos membros do CGP e do GTI. Diante da alta rotatividade de seus membros e da complexidade do tema, surgiu a necessidade de dar conhecimento e homogeneizar esse conteúdo técnico acumulado. Outro ponto levantado pela Senhora **Juliana Machado Coelho** foi a participação da empresa URBTEC nesse processo. Esta empresa, explicou, foi anteriormente contratada para executar os serviços que contemplavam a participação social em formato fechado, como as reuniões com os comitês e as reuniões públicas, porém, seu contrato foi suspenso em 2023, diante da realização diferenciada das 55 oficinas participativas em formato aberto ao público. Dados os contornos do Seminário, este será parte da retomada deste contrato, que precisa ser executado ainda em 2024. Em posse da palavra, a Senhora **Ludmila de Araújo Correia**, CAU/DF, lembrou das críticas feitas à metodologia da empresa nas oficinas de 2023 e disse que, por motivos menores, outros contratos já haviam sido cancelados. A Senhora **Juliana Machado Coelho** explicou que a empresa não fará a metodologia, mas apenas auxiliará no processo de sistematização, durante as próximas etapas de coleta de informações, de forma a tirar o melhor proveito possível do contrato sem comprometer a qualidade das informações já recolhidas e em tratamento pela equipe técnica da SEDUH. Em complemento ao exposto, o Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, reforçou que todas as informações necessárias para este fim foram repassadas à URBTEC, mas que a coordenação técnica, a responsabilidade e o comprometimento que houve com as demais etapas será mantido pela equipe técnica da SEDUH, responsável pela metodologia e gestão da informação, a qual estará presente em todos os eventos. A seguir, o Senhor **Benny Schvarsberg** explicou que a leitura técnica, fundamentalmente, é uma leitura diagnóstica, e a leitura comunitária, embora também seja diagnóstica, é propositiva e indicativa de demandas. Com isso, indagou se não seria mais proveitoso finalizar o Seminário com o cruzamento das demandas da leitura comunitária com as análises da leitura técnica. Ao corroborar com a intervenção anterior, o Senhor **Marcos Luiz Santarosa**, da ASPROESTE, afirmou que o objetivo inicial do Seminário era entender como ambas as leituras poderiam andar juntas e acrescentou que julga ser pouco tempo para a pauta proposta, que deve ser mais enxuta. A Senhora **Josina Cardozo Da Silva**, Rede de Mulheres, pediu que o resumo seja encaminhado previamente aos Conselheiros, antes de ser encaminhado aos parlamentares, para que haja uma discussão prévia nas comunidades. Em resposta, a Senhora **Juliana Machado Coelho** explicou que, nesta etapa, ainda não

haverá propostas apresentadas. Essas serão construídas ao longo do ano e finalizadas, apenas, em dezembro. A respeito do cruzamento entre as leituras técnica e comunitária, concordou com a importância, mas relembrou a solicitação inicial para que as leituras técnicas fossem apresentadas para conhecimento e compreensão comum de seu conteúdo, bem como suas alterações posteriores. Asseverou que não haveria tempo hábil para realizar o cruzamento dessas leituras durante o mês de março, antes da reunião, uma vez que a sistematização das informações das oficinas de 2023, que constitui o conteúdo da leitura comunitária, não foi ainda concluída, prevendo-se sua finalização para o mês de abril, conforme cronograma proposto. Falou que alguns resultados prévios podem ser analisados e que é possível repensar a atividade do período da tarde do dia 22 de março para um debate de como começar a fazer essa análise.

Ato seguinte, passou-se ao item 5. Atualização dos Trabalhos de Sistematização: O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** explicou em que fase estava o processo de sistematização, com base no material recebido tanto das oficinas participativas, quanto de eventos anteriores presenciais ou virtuais de participação social, desde 2021, sendo esses igualmente legítimos quanto à função de fundamentar o diagnóstico comunitário. Nesse sentido, demonstrou o progresso desse processo de sistematização através de gráficos em que destacou as diferentes fontes de contribuição popular, quais sejam: a) os formulários de grupo, coletados dentro das salas das oficinas de 2023 por RA – a planilha com essas contribuições está em etapa final de sistematização; b) as contribuições dos formulários individuais, que foram distribuídos nessa mesma ocasião, mas que poderiam ser entregues posteriormente (física ou virtualmente, via formulário com QR code); c) em seguida, será feito o mesmo procedimento para esses formulários de grupo e individuais, coletados nas oficinas temáticas; d) esse material será, então, acrescido do material de reuniões participativas anteriores. Lembrou que as contribuições foram apresentadas em eventos muito distintos em metodologia de coleta de dados e de sistematização das informações coletadas. A proposta seria, então, discutir esse procedimento de síntese de todo esse material como tema, no Seminário. Contudo, diante das condições de tempo, acredita ser possível apresentar a leitura estatística dessas diferentes contribuições, apenas. Afirmou que, assim que for finalizado o processo diagnóstico, este será discutido no CGP e no GTI, assim como a metodologia do cruzamento das leituras técnica e comunitária. Passou a palavra para a Senhora **Ludmila de Araújo Correia**, a qual informou acreditar que o principal objetivo do Seminário é o de atualizar e complementar os relatórios diagnósticos já apresentados e desenvolvidos desde 2019, mesmo que brevemente. A conselheira não concorda em realizar um evento apenas para apresentar os dados desses produtos já conhecidos em fase anterior, mas que na impossibilidade de aprofundar o conhecimento sobre o material ainda não sistematizado, seria importante qualificar a leitura técnica sobre o que já está disponível. Para isso, sugeriu que fosse aberta a possibilidade de salas simultâneas por tema, de forma a aprofundar a discussão dos tópicos, visando otimizar o tempo. Já a Senhora **Sara Cristina de Carvalho Zampronha**, Arquitetas Invisíveis, pediu que, pelos menos, os dados estatísticos e as informações disponíveis das propostas coletadas das comunidades fossem encaminhadas previamente à realização do Seminário. Finda essa temática, o Senhor **Marcondes Alves Barbosa**, do Instituto Nacional do Índio, solicitou a palavra para apresentar uma denúncia verbal a respeito da Comunidade Indígena da Aldeia Ahain Aam, que no dia 23 de fevereiro foi surpreendida por um grupo de aproximadamente 50 policiais e uma equipe do DF Legal, de cerca de 15 pessoas, que “portavam facões”, para derrubar as instalações erguidas no local. Relatou que a comunidade, segundo ele, presente no local durante a década de 80, mas de lá retirada, protocolou ofício em setembro de 2023 nesta Secretaria, para dar início ao processo de regularização. Apesar disso, a comunidade teria sido surpreendida por outro órgão do GDF em ação que, ainda segundo ele, foi truculenta e “a comunidade foi muito agredida, tanto psicologicamente quanto fisicamente”, pois as estruturas presentes no local foram derrubadas e danificadas. Além do exposto, afirmou que nenhuma organização indigenista foi convocada ou comunicada da situação, e que não apresentaram documentação oficial que ordenasse a ação. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** se solidarizou com a denúncia e informou que essa seria registrada em Ata. Disse também ter conhecimento sobre o pleito de regularização da área no âmbito das propostas comunitárias para o PDOT, o qual será tratado no momento oportuno, quando da sistematização das informações coletadas pela comunidade. Após, a Senhora **Cristiane Siggea Benedetto**, IBDU, afirmou que, de acordo com a Lei nº 3.465, existe a garantia da não reintegração de posse, ou ação de ameaça de reintegração, no caso de áreas com requerimento para regularização fundiária, indicando que o CGP poderia, sim, se manifestar para que nenhuma ação ocorra em áreas em processo de regularização. Complementou que houve uma definição do STF com relação às ações de despejo e remoção que obriga a criação de Câmaras de Conciliação, para que esse processo aconteça de forma adequada e não em detrimento de comunidade vulnerável. Com a palavra, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** explicou

que o documento citado pelo conselheiro Marcondes foi protocolado como requerimento, porém, não nos moldes de um procedimento de regularização fundiária. Mas, diante do relato desse conselheiro, assegurou que disponibilizará o processo formalizado com o citado requerimento aos demais conselheiros, para que esses possam organizar e encaminhar uma manifestação coletiva sobre o fato, se assim entenderem pertinente. Quanto às demais considerações, concordou em enviar o material solicitado previamente aos conselheiros. Assegurou que entendeu a sugestão das salas simultâneas, mas informou já ter recebido demandas de interessados em participar de todos os eixos. Neste sentido, para poder atender a todas as expectativas, explicou que a intenção é ter apresentações curtas e objetivas, entre 5 e 10 minutos, para que o restante do tempo seja destinado ao debate e questionamentos. Na sequência, passou-se ao item 6. Cronograma de Atividades do PDOT 2024: O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** sugeriu uma explanação sucinta do tema na presente reunião e a convocação de uma Reunião Extraordinária para discuti-lo pormenorizadamente, no dia 13 de março, período da tarde, em decorrência do adiantado da hora. A Senhora **Cristiane Siggea Benedetto** sugeriu que essa fosse uma reunião híbrida. No entanto, a Senhora **Juliana Machado Coelho** disse ser inviável devido à falta de infraestrutura para este fim – as reuniões podem ser gravadas e disponibilizadas. O Senhor **Jean Vitor Cândido** levantou a possibilidade de o CRESS/DF não participar, pois ele mesmo precisaria estar presente e não tem disponibilidade no horário proposto. Quanto a esse fato, a Senhora **Juliana Machado Coelho** lamentou, mas lembrou que o consenso entre os membros do Comitê foi intercalar as reuniões entre os períodos da tarde e da noite, mas ressaltou que as contribuições poderiam ser encaminhadas com antecedência. Sobre a possibilidade de decidir sobre o horário dessa reunião por meio de votação, via *WhatsApp*, informou ser possível, por se tratar de uma Reunião Extraordinária e não Ordinária, mas recordou que a participação nesses casos é sempre muito baixa. Assim, o resultado só seria aceitável se houvesse um quórum elevado e representativo. Com a palavra, a Senhora **Elaine de Oliveira La Torres**, SECID, lembrou da importância da presença dos suplentes, que devem estar cientes de todos os detalhes discutidos no âmbito do CGP. Decidiu-se, então, por realizar a votação no dia seguinte para determinação do horário, desde que a enquete atinja 20 votos, no mínimo. Ato seguinte, o Senhor **Antônio Maycon Martins** iniciou a apresentação do Calendário de 2024, a saber: as etapas de complementação do diagnóstico e prognóstico ocorrem de janeiro a abril, os meses de maio a setembro serão dedicados às propostas. A consolidação do processo será até o mês de dezembro. Elencou os seguintes eventos: dias 21 e 22/03/2024 – Seminário Etapa Diagnóstico-Prognóstico. Objetivo: Apresentação das Leituras Técnicas dos Eixos Temáticos; 27/03/2024 – 18ª Reunião Ordinária do CGP. Pauta: Apresentação da síntese do Seminário, andamento dos trabalhos de sistematização e roteiro da Audiência Pública e Reuniões Públicas por eixo; 24/04/2024 - 19ª Reunião Ordinária do CGP. Pauta: Apresentação dos ajustes no roteiro da Audiência Pública e Reuniões Públicas por eixo; data provável de 11/05/2024 – 1ª Audiência Pública da Revisão do PDOT, com material disponibilizado até 11/04. Objetivo: Pactuação dos documentos consolidados nas Etapas de Diagnóstico e Prognóstico; 20 a 29/05/2024 - Reunião públicas de Estrutura de Governança e Gestão Participativa (EGGP) por Eixo temático. Objetivo: Apresentação aos membros do CGP e GTI das propostas por recorte de Eixos Temáticos; 29/05/2024 - Reunião Ordinária do CGP, cuja realização será deliberada; 10/06 a 26/07/2024 – Reuniões Públicas/Propostas por RA. Objetivo: Apresentação dos principais pontos das Propostas vinculadas àquela RA; 14 e 28/06/2024 – 1ª e 2ª Câmaras Técnicas CONPLAN. Objetivo: Apresentação do Diagnóstico e do Prognóstico; 15/06 a 27/07/2024 – Reuniões Públicas/Propostas por UPT. Objetivo: Apresentação das propostas por recorte de cada UPT; 26/06/2024 - 20ª Reunião Ordinária do CGP. Pauta: Apresentação dos resultados parciais das Reuniões Públicas realizadas até a semana anterior; 12 e 26/07/2024 – 3ª e 4ª Câmaras Técnicas CONPLAN. Objetivo: Apresentação dos Princípios e Objetivos Gerais e Apresentação da Organização do Território; 31/07/2024 – 21ª Reunião Ordinária CGP. Pauta: Apresentação dos resultados finais das Reuniões Públicas; 16 e 30/08/2024 – 5ª e 6ª Câmaras Técnicas CONPLAN. Objetivo: Apresentação das propostas vinculadas aos Instrumentos; 03, 10, 17 e 24/08/2024 – Reuniões Públicas. Objetivo: Apresentação dos temas macro do Plano Diretor; 28/08/2024 – 22ª Reunião Ordinária do CGP. Pauta: Apresentação dos resultados das Reuniões Públicas por RA e UPT; 13/09/2024 – 7ª Câmara Técnica CONPLAN. Objetivo: Apresentação das propostas vinculadas às Diretrizes Setoriais; 25/09/2024 - 23ª Reunião Ordinária do CGP. Pauta: Apresentação dos ajustes no roteiro da Audiência Pública de (28/09); 27/09/2024 – 8ª Câmara Técnica CONPLAN. Objetivo: Apresentação do texto da Minuta Prévia; 28/09/2024 – 2ª Audiência Pública da Revisão do PDOT. Objetivo: Pactuação dos documentos consolidados na Etapa de Proposta e Minuta Prévia de Lei; 11/10/2024 – 9ª Câmara Técnica CONPLAN. Objetivo: Apresentação das alterações vinculadas à última Audiência Pública; 25/10/2024 - 10ª Câmara Técnica CONPLAN. Objetivo:

Apresentação do texto da Minuta de Lei; 30/10/2024 – 24ª Reunião Ordinária do CGP. Pauta: Apresentação do texto da Minuta de Lei com ajustes posteriores à última Audiência Pública; 08/11/2024 – 11ª Câmara Técnica CONPLAN. Objetivo: Apresentação do texto da Minuta de Lei; 09/11/2024 – 3ª Audiência pública da Revisão do PDOT. Objetivo: Apresentação da Minuta de Lei com as alterações vinculadas à Audiência Pública anterior; 22/11/2024 – 12ª Câmara Técnica CONPLAN. Objetivo: Apresentação das alterações vinculadas à última Audiência Pública; 27/11/2024 – 25ª Reunião Ordinária do CGP. Pauta: Apresentação do texto da Minuta de Lei com ajustes posteriores à última Audiência Pública; 05/12/2024 – Reunião CONPLAN. Objetivo: Deliberação sobre o texto da Minuta de Lei; 18/12/2024 – 26ª Reunião Ordinária do CGP. Pauta: Apresentação do balanço final da participação social e Minuta de Projeto Lei final. Sobre o CONPLAN, a Senhora **Juliana Machado Coelho** informou que esse órgão colegiado pode estabelecer as câmaras técnicas para as discussões e o objetivo é que o CGP participe delas, a fim de discutir os temas que chegam para serem votados. Ao final, a senhora **Edileuza Laurentino Bezerra** solicitou a palavra para anunciar que, no dia 29/02/2024, acontecerá a audiência pública, no Campus de Ceilândia da UnB, referente à apresentação do Centro Metropolitano de Taguatinga. Segundo a conselheira, o projeto proposto afetará significativamente o Cinturão Verde da ARIE JK e pediu a presença dos membros do CGP em apoio à proteção dessa área. A Sra. **Juliana Machado Coelho** reforçou que sugestões a respeito do calendário podem ser enviadas por e-mail e que o material já está disponível no portal do PDOT. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra. **Juliana Machado Coelho** agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a 17ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa de Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **LETÍCIA LUZARDO DE SOUSA** – Titular - SUDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES**, Titular – SECID; **EDMILSON GOMES DOS SANTOS**, Suplente – Associação Quilombolas; **MARCONDES ALVES BARBOSA**, Titular – INDI; **PEDRO ALVES BARBOSA**, Suplente – INDI; **JHENNYFER LOYANE GAMA PIRES**, Suplente – CANDANGA; **EDILEUZA LAURENTIANO BEZERRA**, Titular – Rede de Mulheres; **JOSINA CARDOZO DA SILVA**, Suplente – Rede de Mulheres; **SARA CRISTINA DE CARVALHO ZAMPRONHA**, Suplente – Arquitetas Invisíveis; **VERÔNICA FERREIRA DE FIGUEIREDO**, Titular – PAES; **ANDRÉ JUNIO TAVARES BARBOSA**, Titular – CALUNGA; **PAULO HENRIQUE MORAIS**, Titular – CÂRITAS; **MARCOS MARTINS DE SOUZA**, Suplente – AAMA; **CRISTIANE SIGGEE BENEDETTO**, Titular – IBDU; **BENNY SCHVARSBERG**, Titular – Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAUTA CARVALHO**, Titular – ASSOLIM; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON; **ANA PAULA PINTO ASSIS FONSECA**, Titular – ADEMI/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF; **ROSSANA MARIA DELPINO SAPENA**, Titular – CEUB; **CAROLINA PESCATÓRI CÂNDIDO DA SILVA**, Titular – FAU/UnB.

JULIANA MACHADO COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO** - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano, em 18/03/2024, às 12:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=135899861)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=135899861)
[verificador= 135899861](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=135899861) código CRC= **1D359B4B**.



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT
ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Ao décimo terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte quatro, na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDUH, Setor Comercial Norte - SCN, Quadra 01, Bloco A, 18º andar, sala de reuniões, Brasília/DF, foi iniciada a Quinta Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela Senhora **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (SUPLAN), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura. 2. Cronograma de Atividades do PDOT 2024. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1. Abertura: A Senhora **Juliana Machado Coelho** iniciou a reunião cumprimentando a todos e pediu que fosse mantido o cronograma previsto da reunião, que indicava o término às 21h. Em seguida, explanou os combinados expostos em apresentação, a saber: que as manifestações fossem feitas apenas ao final de cada etapa; que as falas fossem iniciadas com a indicação do nome e entidade representada; que essas fossem objetivas, de forma a assegurar a participação de todos; e que se garantisse o respeito a todos os participantes. Lembrou que o Seminário sobre a Leitura Técnica acontecerá entre os dias 21 e 22 de março e pediu que todos fizessem suas inscrições. Na sequência, passou-se ao item 2. Cronograma de Atividades do PDOT 2024: O Senhor **Antônio Maycon Martins**, Diretor da Diretoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (DIPLAN), da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (COPLAN), da SUPLAN, iniciou a apresentação pormenorizada do Calendário de 2024. Primeiramente, esclareceu que este é composto de três etapas – Diagnóstico/Prognóstico; Proposta; e Consolidação. A etapa de diagnóstico e prognóstico ocorre de janeiro a abril; os meses de maio a setembro serão dedicados à elaboração da Proposta; enquanto o processo de Consolidação da Proposta decorrerá entre outubro e dezembro. Elencou os seguintes eventos: Dias 21 e 22/03/2024 – Seminários (Prognóstico). Objetivo: Apresentação das Leituras Técnicas dos Eixos Temáticos; 27/03/2024 – 18ª Reunião Ordinária do CGP. Pauta inicial: Apresentação da síntese do Evento Seminários, andamento dos trabalhos de sistematização e roteiro da Audiência Pública (prevista para ocorrer em maio) e das Reuniões Públicas por eixo (previstas para ocorrerem entre 20 e 29 de maio). Informou que diante dos avanços alcançados no trabalho interno, graças ao reforço recebido e à colaboração de servidores de outras áreas, será possível dar início à proposta de construção de cenários até o final do mês de março. Neste sentido, parte da equipe de técnicos está concentrada na sistematização das mais de 7.000 (sete mil) contribuições oriundas do processo das oficinas participativas; enquanto a outra parte da equipe pode dedicar-se ao desenvolvimento e ao detalhamento das próximas etapas. Isto posto, propôs a inclusão da construção de cenários para a próxima pauta. Dando continuidade ao destaque de eventos, informou que em 24/04/2024 ocorrerá a 19ª Reunião Ordinária do CGP, com a seguinte pauta: Apresentação dos ajustes no roteiro da Audiência Pública e Reuniões Públicas por eixo. Para 11/05/2024 está prevista a realização da 1ª Audiência Pública da Revisão do PDOT com o objetivo de alcançar a pactuação dos documentos consolidados nas Etapas de Diagnóstico e Prognóstico. Entre 20 a 29/05/2024 estão previstas para ocorrerem as Reuniões de Estrutura de Governança e Gestão Participativa (EGGP) por Eixo temático que objetivam a apresentação aos membros do CGP e do Grupo de Trabalho Institucional (GTI) das propostas por recorte de Eixos Temáticos. Ainda em 29/05/2024 também está marcada a Reunião Ordinária do CGP, diante das atividades propostas nessa semana, será deliberado sobre sua realização. Entre os dias 10/06 e 26/07/2024 ocorrerão as Reuniões Públicas/Propostas por Região Administrativa (RA) onde serão apresentados os principais pontos das propostas vinculadas àquela RA. Paralelamente, nos dias 14 e 28/06/2024 ocorrerão a 1ª e a 2ª Câmaras Técnicas (CT) do Conselho de

Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), com o objetivo de apresentar os resultados da fase Diagnóstico-Prognóstico. Neste mesmo período, decorrerá entre 15/06 a 27/07/2024 (aos sábados) – as Reuniões Públicas para apresentação das propostas por recorte de cada Unidade de Planejamento Territorial (UPT). Ainda em 26/06/2024 ocorrerá a 20ª Reunião Ordinária do CGP, para apresentar os resultados parciais das Reuniões Públicas realizadas até a semana anterior. Quanto às Reuniões Públicas por UPTs, foi informado aos presentes que essas poderão contar com reforço da empresa contratada, uma vez que já há um histórico de referência sobre a forma de participação social desejada. O Distrito Federal (DF) conta com 7 (sete) UPTs, sendo que a composição é equivalente em número de RAs (variando entre 4 e 5), com apenas uma dessas UPTs com 8 (oito) RAs – a Central Adjacente II. Isto posto, esclareceu-se que serão redistribuídas três (3) das RAs desta UPT, entre três (3) das UPTs com quatro (4) RAs – Central, Centra Adjacente I e Leste para essas Reuniões Públicas. Assim, serão sete (7) reuniões com cinco (5) RAs cada. Apesar dessa divisão, em aparência meramente numérica, garantiu-se não haver perda de conteúdo ou características da unidade territorial correspondente, nem tampouco restrição à participação social, diante das seguintes justificativas: a) a distribuição respeitará também as condições sócio espaciais de proximidade, bem como será reforçada a caracterização da escala intermediária da porção territorial; b) os participantes serão sempre convidados e esclarecidos sobre os conteúdos e cronograma das Regiões Administrativas daquela reunião e das próximas; c) essas reuniões servirão para apresentar também os temas macro do Plano Diretor; e, por fim, d) a população poderá participar, sem restrição, de qualquer uma das reuniões. Contudo, ressaltou-se que todos esses pontos são passíveis de discussão no âmbito deste Conselho. Somado ao exposto, foi proposto o formato de exposição aberta, a tempo contínuo, em locais de grande circulação, tendo em vista o objetivo de apresentação das propostas já consolidadas para validação da população (que reside, trabalha ou frequenta) aquela região, porém abertas a novas opiniões. Deu-se sequência à exposição, descrevendo-se o que será tratado nas 3ª e 4ª Câmaras Técnicas do CONPLAN, previstas para ocorrerem em 12 e 26/07/2024, com o objetivo de apresentar os Princípios e os Objetivos Gerais, bem como a apresentação da Organização do Território. Para 31/07/2024 está prevista a 21ª Reunião Ordinária deste CGP, para apresentar os resultados finais das Reuniões Públicas. As 5ª e 6ª Câmaras Técnicas CONPLAN estão previstas para os dias 16 e 30 de agosto, com o objetivo de apresentar as propostas vinculadas aos Instrumentos. Ocorrerá nos dias 03, 10, 17 e 24 de agosto as Reuniões Públicas específicas para a apresentação dos macrotemas do Plano Diretor, e em 28 de agosto (corrigir a tabela da apresentação, pois está destacado corretamente no calendário, mas escrito na caixa de texto 25/09) está prevista a realização da 22ª Reunião Ordinária do CGP para apresentar os resultados das Reuniões Públicas por RA e UPT. Dando sequência ao exposto, indicou-se que em 13/09/2024 está prevista a realização da 7ª Câmara Técnica CONPLAN para apresentar as propostas vinculadas às Diretrizes Setoriais. Já a 23ª Reunião Ordinária do CGP, para apresentar os ajustes no roteiro da Audiência Pública (28/09), ocorrerá em 25/09/2024. Às vésperas da Audiência citada (27/09/2024) ocorrerá a 8ª Câmara Técnica do CONPLAN, com o objetivo de apresentar a Minuta Prévia do Projeto de Lei. Para, no dia 28/09/2024, promover a 2ª Audiência Pública da Revisão do PDOT com o propósito de pactuar os documentos consolidados na Etapa de Proposta, bem como a Minuta Prévia do Projeto de Lei. Um retorno deste encontro será apresentado na 9ª Câmara Técnica CONPLAN, proposta para 11/10/2024, com o objetivo, portanto, de apresentação das alterações à minuta relativas à última Audiência Pública, para, em 25 de outubro, ser apresentada na 10ª Câmara Técnica CONPLAN, uma nova Minuta de Projeto de Lei. Em seguida, em 30/10/2024, está prevista a realização da 24ª Reunião Ordinária do CGP, justamente para apresentar o texto dessa nova Minuta de Projeto de Lei, a qual inclui os ajustes posteriores à última Audiência Pública. O retorno deverá ser apresentado em 08/11/2024, por ocasião da 11ª Câmara Técnica CONPLAN, onde será apresentada nova minuta de Projeto de Lei, às vésperas da 3ª Audiência pública da Revisão do PDOT, prevista para 09/11/2024, onde também se pretende apresentar essa Minuta de Projeto de Lei com as alterações vinculadas à Audiência Pública anterior. Com as observações recebidas, nova proposta será apresentada em 22/11/2024, por ocasião da 12ª Câmara Técnica CONPLAN. Os resultados serão apresentados em 27/11/2024 durante a 25ª Reunião Ordinária do CGP. Em início de dezembro (05/12/2024) pretende-se apresentar para deliberação do CONPLAN o texto consolidado de Minuta de Projeto de Lei. Por fim, está previsto para ocorrer em 18/12/2024, durante a 26ª Reunião Ordinária do CGP, a apresentação do balanço final da participação social e da Minuta Final do Projeto de Lei. Antes de seguimento às inscrições de fala, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, COPLAN, registrou a presença da Senhora Dazi Antunes e da Senhora Camila Alexandre, que serão as novas representantes da Associação Artística Mapati – AAMA. Passou-se, então, a palavra para a Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Sálvia Terra, que perguntou quais seriam esses “macrotemas”, pois até então

falou-se em Eixos Temáticos e se eles serão definidos pelo CGP. Passou-se a palavra ao Senhor **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, que reiterou a intervenção apresentada em reunião anterior sobre o caráter devolutivo das reuniões públicas por RA. Segundo ele, essas reuniões deveriam ser entendidas como um retorno da leitura comunitária, após o cruzamento desta com a leitura técnica, com o intuito de informar e de discutir com a população a adequação entre a demanda e as possibilidades de solução, após uma análise técnica. Neste sentido, recomendou cuidado e atenção com a metodologia das reuniões, de forma a não desestimular a participação social, sob a forma de audiências protocolares, onde a efetividade da participação seja questionável. Como sugestão, propôs um maior envolvimento das comissões de acompanhamento, de forma que elas sejam convidadas a se preparar e ter uma participação organizada nessas reuniões por RA, por serem elas compostas por membros independentes do setor público e da sociedade civil organizada participante do CGP. Por fim, questionou a eficácia da proposta de metodologia apresentada para essas reuniões, por acreditar que a comunidade deva participar do processo de validação das propostas, indicando diante das sugestões da análise técnica, o que entende adequado à região ou não. Discorreu sobre a descrença e a desconfiança que a população tem com relação às Audiências Públicas, o que entende ser necessário rever de uma forma geral, não só para este caso concreto. A seguir, o Senhor **Djalma Nunes da Silva**, ASPROESTE, também abordou as audiências públicas, destacando sua importância, e apresentando sua experiência pessoal que culminou em uma audiência pública com participação efetiva, pois contou com inúmeras reuniões prévias com lideranças locais que, paulatinamente, contribuíram na divulgação do conteúdo e do evento em si, questionando, em seguida, como será a divulgação para as comunidades e onde ocorrerão esses eventos. A Senhora **Renata Seabra Resende Castro Corrêa**, CAU/DF, com a palavra, comentou o formato das reuniões das RAs, avaliando como potencialmente inovador, ressaltando o aspecto positivo de se ter diferentes opções de participação social, conquanto essa opção seja, ao menos, discutida no âmbito deste Comitê, acrescentando a solicitação por maiores informações sobre a dinâmica das mesmas. Em complemento, a senhora **Juliette Anna Fanny Lenoir**, IAB/DF, sintetizou as observações anteriores ressaltando o mérito da proposta de reunião por RAs, assim como as observações sobre as Audiências Públicas, reiterando o ponto fulcral da metodologia para que qualquer formato se torne eficiente, eficaz e efetivo no tocante à interação com a participação social. Em resposta aos questionamentos feitos, o Senhor **Antônio Maycon Martins** explicou que os “macrotemas” estão relacionados às grandes tratativas do PDOT, como as estratégias, diretrizes, o macrozoneamento (i.e., de uma forma geral, o conteúdo do Documento Técnico que é parte da Lei nº 803/2009, conforme descrito no Parágrafo Único, do art. 6º) em que a escala é maior, é a do DF e do entorno, e não restrita a uma porção específica do território. Em relação às RAs, esclareceu que as decisões finais serão sempre discutidas no CGP, por etapas, assinalando depender da aprovação do calendário para determinar o local e a forma de divulgação. Relatou que não há um modelo exato do evento proposto já validado, mas que certamente terá o caráter de uma etapa devolutiva, para o qual toda a equipe técnica está direcionada em mapear a entrada da demanda, sistematizá-la e transformá-la em um produto a ser reapresentado para discussão e validação. Ressaltou, ainda, que todo o material coletado para além das oficinas participativas, a exemplo das Reuniões Livres, comporão, após sistematização, o conteúdo da proposta. Mencionou, em seguida, que a proposta inicial foi concebida com base em experiência pessoal de eventos que contaram com Vans Itinerantes na periferia. Neste sentido, reforçou que pensar na localização ideal é indispensável. Adicionou que o PDOT tem, ao mesmo tempo, um caráter de cidadania, bem como exerce um papel de educação urbanística. Quanto ao cruzamento entre as leituras técnica e comunitária, explicitou que as duas primeiras Audiências Públicas estão vinculadas à URBTEC, enquanto a terceira é de responsabilidade da Coordenação Técnica, podendo seu formato ser discutido para se obter a eficácia desejada, se o tempo assim o permitir e desde que a decisão seja deliberada. A seguir, a Senhora **Juliana Machado Coelho** reforçou que o modelo das reuniões por RAs serão definidos no CGP, mas que a ideia inicial é de técnicos presentes nos espaços o dia todo, e sugeriu outra Reunião Extraordinária para tratar especificamente deste tema em abril, uma vez que a pauta da próxima Reunião Ordinária precisa abordar os cenários. Concordeu que é preciso fazer o cruzamento das leituras, assim como a devolutiva, e afirmou que o modelo das reuniões das UPTs também será discutido, sendo que a URBTEC será responsável por sistematizar o material diariamente a tempo da reunião do final de semana. Com a palavra, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** relatou o trabalho árduo de sistematização das contribuições feitas pela população em 2023, o que agora será feito pela URBTEC, e explicou que é preciso articular os planos com a empresa com pelo menos 30 dias de antecedência, o que faz uma Reunião Extraordinária necessária. Relatou que a fase de prognóstico será iniciada com a definição dos limites condicionantes e aspectos do cruzamento entre as leituras técnica e comunitária. Explicou que as

RAs contarão com especialistas da SEDUH para explicar o conteúdo e o material para a população. Após, a Senhora **Betúlia De Moraes Souto** afirmou que gostou da ideia das RAs interativas durante o dia todo e, diante do formato proposto, sugeriu alterar o nome “reunião”, solicitando o uso de linguagem mais próxima à apresentada no site – de forma interativa e simples. Assim, como os demais membros, reiterou a importância do retorno à comunidade, ressaltando não ser um espaço para mais ideias, mas para validação de propostas já apresentadas, sugerindo um sistema de validação. Por fim, pediu que o modelo de audiência acordado com a URBTEC seja enviado previamente a todos. Ato seguinte, sobre os macrotemas, a Senhora **Ludmila de Araújo Correia**, CAU/DF, disse que seria mais simples trabalhar os eixos, que já estão consolidados, e não temas novos. Reafirmou seu entendimento de que, caso os materiais para as Audiências Públicas não estejam prontos, elas sejam reagendadas, e pediu que o CGP participe da escolha dos locais dos eventos das RAs. Endossou que seria interessante articular o uso da Carreta da Defensoria e concordou com o aspecto interativo. Por fim, recomendou que a metodologia das Audiências Públicas proposta pela URBTEC seja discutida no Comitê, de maneira a evitar problemas e ponderou sobre a Conferência Nacional das Cidades, questionando a possibilidade de conectar a escuta das reuniões da Conferência com as Reuniões do PDOT, devido às pautas serem convergentes. Por fim, indagou se as reuniões do GTI serão retomadas, uma vez que contam com a participação dos conselheiros. Em seguida, o Senhor **Jean Vitor Cândido**, CRESS/DF, se disse receoso com relação aos eventos das RAs e indagou sobre o que já está determinado no contrato da URBTEC. Pediu que fossem levantadas as possibilidades reais e viáveis até a próxima reunião e interpretou que poderia ser uma oportunidade também para novas propostas. Neste sentido, questionou como seriam transmitidas tantas informações em potencialmente tão pouco tempo para a população, o que se torna ainda mais complexo devido à terceirização para a URBTEC. Em seguida, o Senhor **Guilherme Jagano**, Fórum em Defesa das Águas, pediu que as propostas fossem validadas e que houvesse a abertura para aprimoramento das propostas já existentes. Concordou com a metodologia das audiências, com tempos de fala iguais ou semelhantes para todos e linguagem simplificada. Ato contínuo, o Senhor **Rafael Damasceno Serrati**, LIVRES, lembrou que é preciso justificar a viabilidade ou não das propostas, exemplificando até com casos de outras cidades do mundo. Destacou a importância de convidar a população para participar e explicar os conceitos apresentados e disse que todos os moradores de Brasília devem ter a oportunidade de opinar em todas as RAs, não apenas na que residem. Por fim, o Senhor **Mário Blanco Nunes Neto**, Precomor, perguntou se todas as propostas feitas estarão nos locais dos eventos das RAs, com as justificativas daquelas que não foram aceitas, e se há tempo para analisar novas propostas adequadamente. Acrescentou que as respectivas Comissões devem estar presentes nas reuniões das RAs devido ao seu nível de familiaridade com as questões. Por último, afirmou que o local não é o ponto mais importante dos eventos, exemplificando a participação alta na região do Riacho Fundo I, que se deu devido à participação das lideranças locais e explicando que a divulgação é o ponto mais importante. Com a palavra, o Senhor **Dênio Augusto De Moura**, MPDFT, se disse preocupado com a participação dos demais Órgãos do Distrito Federal e dos Órgãos Federais na discussão e perguntou se há uma estratégia para ouvir o corpo técnico desses órgãos. Questionou também se há algum plano com relação à Região Metropolitana no Distrito Federal. Em resposta, a Senhora **Juliana Machado Coelho** propôs duas Reuniões Extraordinárias, nos dias 03 e 17 de abril, e concordou com a necessidade da presença das Comissões de Acompanhamento, e que é função dos conselheiros viabilizarem o comparecimento. Sobre a Conferência Nacional das Cidades, disse que é preciso entender as responsabilidades de cada órgão no processo, o que será anunciado até o final de maio. Com a palavra, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** julgou interessante a ideia de definir em conjunto os locais das reuniões das RAs, porém apontou ser necessário pensar as dificuldades de logística, viabilidade e prazo, as quais podem impactar no processo. Sobre o GTI, explicou que cada grupo tem seu coordenador que define a frequência das reuniões, sendo que todos os conselheiros serão informados de todas as reuniões, e concordou que é preciso fazer um processo com participação técnica em conjunto com a participação da população. Sobre essa questão, pontuou ainda a heterogeneidade da composição dos grupos de trabalho, a qual se deve à alta rotatividade do corpo técnico dos órgãos, entre servidores que estão aposentando e novos concursados, membros que participaram do processo de planejamento territorial desde a década de 90, alguns que acompanham o processo desde 2009 e outros mais recentes. Neste sentido, a proposta do seminário é exatamente que todo o corpo técnico tenha um mínimo de conhecimento sobre todos os eixos e não apenas àqueles afetos a sua área de conhecimento, citando diversos exemplos, sugerindo uma paridade na composição de membros do CGP e do GTI nas reuniões por RAs e UPTs. Quanto à participação técnica de servidores da esfera federal, ressaltou que a gerência do governo local é limitada, mas para além dos convites encaminhados, foram feitas reuniões técnicas

paralelas às oficinas participativas com representantes desses órgãos, as quais resultaram em contribuições significativas incorporadas ao processo revisor. Explicou sucintamente que a Lei Distrital nº 5.081/2013, que disciplina os procedimentos para a realização de Audiências Públicas para avaliação de matérias urbanísticas e ambientais, determina que o material seja disponibilizado com 30 dias de antecedência. Ressaltou que a população pode também se manifestar nas respectivas e em outras reuniões de RAs e UPTs e que planeja, no mínimo, dois técnicos em cada dia do evento. Reiterou que a URBTEC é responsável pela preparação do material, do local e pelas questões logísticas e operacionais, enquanto o trabalho de condução, exposição, argumentação e explicação do conteúdo é de responsabilidade dos técnicos. Elogiou a ideia de votação das propostas e acrescentou que, durante as reuniões, muitas propostas feitas foram similares ou iguais entre si e serão, portanto, apresentadas de forma agrupada, mas que a ideia estará presente e justificada sucintamente. Sobre a divulgação, informou que o processo já teve início junto à Assessoria de Comunicação e à Secretaria de Comunicação. Em complemento ao exposto, o Senhor **Antônio Maycon Martins** afirmou que levará em consideração todos os anseios e sugestões apresentadas para a elaboração da metodologia e pediu a aprovação da proposta do calendário, para dar seguimento às demais etapas do trabalho. Em relação à área metropolitana, explicou que o objetivo dos eventos das RAs é a contribuição de quem usa o local, não apenas de quem reside nele, e que a região metropolitana assim estará a ser considerada. Com a palavra, a Senhora **Ludmila De Araújo Correia** pediu que fosse feita a aprovação do calendário com ressalvas por não se sentir contemplada com a resposta acerca dos GTI, pedindo formalização da agenda. O Senhor **Antônio Maycon Martins** concordou e sugeriu a definição de uma estrutura comum de reuniões para todos os GTIs, enquanto as coordenações dos Eixos acordam a realização de reuniões adicionais a serem, posteriormente, incorporadas a este cronograma posto para votação. Ato seguinte, as duas Reuniões Extraordinárias propostas para abril foram aprovadas por unanimidade. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** somou que são oito GTIs, que é preciso determinar os participantes de cada um antes do Seminário, que os convidados para composição são servidores dos órgãos, alguns dos quais participaram da formulação das leituras, e que o Seminário é para igualar minimamente o entendimento de todo o corpo técnico, de todos os eixos, uma vez que a rotatividade no serviço público é alta e precisa ser considerada. O Senhor **Antônio Maycon Martins** explicou que o calendário é pensado com uma folga e que é possível fazer adaptações, se necessário. Acrescentou que é possível criar um calendário mínimo dos GTIs, que terão reuniões a mais, caso se faça necessário, o que precisa da participação dos coordenadores. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** registrou que, na reunião com os GTIs em 29 de fevereiro, os servidores foram orientados quanto ao Seminário. Por fim, o calendário foi aprovado com a ressalva das reuniões dos GTI por unanimidade dos presentes. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a 5ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **HUGO JOSÉ COSTA DE ALMEIDA**, Titular – SECID; **JHENNYFER LOYANE GAMA PIRES**, Suplente – CANDANGA; **RAFAEL DAMASCENO SERRATI**, Titular – LIVRES; **SARA CRISTINA DE CARVALHO ZAMPRONHA**, Suplente – Arquitetas Invisíveis; **DAZI ANTUNES CORRÊA**, Titular – AAMA; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – SÁLVIA TERRA; **BENNY SCHVARSBURG**, Titular – Andar a Pé; **DJALMA NUNES DA SILVA**, Suplente – ASPROESTE; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente – ASSOLIM; **MÁRIO BLANCO NUNES NETO**, Titular – Precomor; **ANA PAULA PINTO ASSIS FONSECA**, Titular – ADEMI/DF; **JULIETTE ANNA FANNY LENOIR**, Titular – IAB/DF; **RENATA SEABRA RESENDE CASTRO CORRÊA**, Titular – CAU/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF; **DÊNIO AUGUSTO DE O. MOURA**, MPDFT; **DANDARA DE LIMA**, Sociedade Civil; **GUILHERME JAGANO**, Fórum em Defesa das Águas; **SOFIA FERREIRA RODRIGUES**, CRESS.

JULIANA MACHADO

COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 01/04/2024, às 11:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador= 137145820](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=137145820) código CRC= **335EAB14**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF
Telefone(s): 3214-4101
Site - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 137145820



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT
ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Ao terceiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte quatro, na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDUH, Setor Comercial Norte - SCN, Quadra 01, Bloco A, Auditório da SEDUH, Brasília/DF, foi iniciada a Sexta Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela Senhora **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (Suplan/Seduh), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura. 2. Detalhamento dos eventos do PDOT. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1. Abertura: A Senhora **Juliana Machado Coelho** iniciou a reunião cumprimentando a todos; pedindo que fosse mantido o cronograma previsto da reunião; e, reiterou os combinados previamente acordados – que as manifestações fossem feitas ao final de cada uma das etapas; que os inscritos iniciassem suas falas com a indicação do nome e entidade representada; e que fizesse o uso da palavra de forma objetiva e respeitosa para assegurar o direito à participação de todos. Informou a respeito da próxima Reunião Extraordinária, que ocorrerá em 17 de abril, a qual dará sequência à temática da metodologia de participação social da fase de proposta, os próximos passos do CGP e do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) e a composição dos Eixos Temáticos. Falou, ainda, sobre o retorno das atividades do GTI e sobre a atualização das Leituras Técnicas, de forma a finalizar a etapa do Diagnóstico, que voltam a ser pauta no mês de abril. Na sequência, passou ao item 2. Detalhamento dos eventos do PDOT: O Senhor **Antônio Maycon Martins**, Diretor da Diretoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (Diplan/Coplan/Suplan), iniciou sua fala tratando das Reuniões de Estrutura de Governança e Gestão Participativa (EGGP) das Regiões Administrativas (RA), cujo objetivo é retornar à população o resultado do levantamento do diagnóstico. Disse que acontecerão em cada RA, de segunda à sexta-feira, das 11h às 19h, dando a oportunidade para a população comparecer no momento que entender conveniente. Explicou que envolverão uma estrutura itinerante de fácil montagem, com possibilidade de ser um veículo, em locais de grande fluxo, com informações em disposição cíclica e independente, que incluem o passado e o futuro da Região Administrativa em questão, a chamada “Máquina do Tempo”. Previsto como um instrumento também de educação urbanística, a proposta é gerar insumos para que a população possa se apropriar não só do material (mapas, caderno, etc), mas, principalmente, do direito à cidade e opinar a respeito da temática, atuando como etapa preparatória das audiências públicas. Incluiu que será implementado um espaço para contribuição digital que contará com o auxílio de técnicos da SEDUH e da Urbtec. A respeito da Máquina do Tempo, elucidou que os materiais serão vinculados a uma das três linhas temporais: passado, que trata da contextualização do PDOT, síntese da RA em questão, diagnósticos e dados resumidos; presente, que traz problemáticas, cenários e espaço para contribuições; e futuro, que apresenta as propostas recebidas e a agenda dos próximos eventos. Sobre as Reuniões Públicas por Unidades de Planejamento Territorial (UPT), falou que o objetivo é discutir soluções possíveis e suas respectivas consequências, além de construir propostas a partir das problemáticas apresentadas nas Reuniões de RAs. Explicou que devem ocorrer aos sábados, entre 9h e 17h, em locais a serem definidos de acordo com a viabilidade técnica e contará com uma estrutura roteirizada, com apresentações expositivas, dinâmicas separadas por RA e conclusão com a participação de todos. Seguindo para as Reuniões de Estrutura de Governança e Gestão Participativa por Eixos Temáticos, disse que o objetivo é fazer um levantamento de insumos para análise das propostas de cada eixo temático, e não por RA. Destacou que a ordem das reuniões foi alterada, visando um fluxo melhor, a saber: primeiro as Reuniões de RAs e UPTs, depois Reuniões Públicas e por Eixo Temático. Ainda sobre as Reuniões dos

Eixos Temáticos, afirmou que ocorrerão após os eventos nas RAs e durante o período das Reuniões Temáticas, que serão quatro reuniões por semana em horário comercial, com dois dias para cada eixo, e que o público-alvo são os integrantes do GTI e do CGP. Por fim, falou que as Reuniões Públicas têm por objetivo aprimorar as propostas iniciais vinculadas aos elementos globais do PDOT vigente e discutir soluções possíveis e suas consequências. Listou que serão quatro eventos focados nos elementos globais do PDOT, a saber: zoneamento, diretrizes gerais do PDOT, instrumentos e gestão de planejamento. Explicou que as reuniões serão aos sábados, entre 9h e 17h, em local a ser definido de acordo com a viabilidade técnica necessária para execução de dinâmicas e que contarão com um roteiro dividido entre: apresentação expositiva, que demonstrará o cenário e as problemáticas; dinâmica, em salas divididas por problemática, com apresentação do tema e construção online de soluções; e finalização. Ato seguinte, o Senhor **Mário Blanco Nunes Neto**, Precomor, destacou que a cada etapa será feito um filtro das propostas, até se alcançar o que de fato deve ser acrescentado ao Projeto de Lei, mas enfatizou a necessidade da ampla participação popular no processo, com opiniões tanto favoráveis quanto contrárias às propostas, questionando a atitude dos técnicos diante de posicionamentos controversos. Perguntou se haverá a possibilidade de inclusão de novas propostas e se a linguagem dos materiais apresentados será de fácil entendimento para leigos. Afirmou, ainda, não ter encontrado documentação das reuniões livres no site da SEDUH. Após, o Senhor **Adalberto Ferreira de Paula Carvalho**, ASSOLIM, endossou a fala do Senhor Mário Blanco Nunes Neto e indagou quem poderia esclarecer as dúvidas dos conselheiros antes do início das reuniões. Com a palavra, a Senhora **Carolina Baima Cavalcante**, CANDANGA, perguntou como serão sintetizadas as soluções apresentadas nas fases de dinâmica das reuniões e qual é a estratégia de divulgação das reuniões. Já o Senhor **Marcos Luiz Santarosa**, ASPROESTE, quis saber se apenas o diagnóstico será apresentado à população, se o calendário será alterado e como e destacou que, se as reuniões das UPTs forem separadas por RA, fugirão do objetivo inicial, o mesmo que a Senhora **Sofia Ferreira Rodrigues**, CRESS/DF, perguntou. Em resposta, a Senhora **Juliana Machado Coelho** disse que as propostas conflitantes serão julgadas, também, com base em critérios técnicos. Após, Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Coplan/Suplan), indicou telefones da equipe técnica para esclarecimento das dúvidas e disse que a infraestrutura disponível foi levada em conta durante a elaboração do plano, pois será necessária para a fase de dinâmicas, uma vez que a sistematização das informações será imediata e feita por técnicos. Quanto às estratégias de divulgação, afirmou que há um Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Comunicação, citando as redes sociais, carros de som e emissoras de rádio como formas de divulgação. Disse que as discussões na fase de propostas serão embasadas no resumo do diagnóstico, no material dos cenários e nas problemáticas. A respeito do calendário, explicou que houve uma mudança na ordem dos eventos, conforme supracitado, começando com as Reuniões por RAs e UPTs, depois seguindo para as Reuniões por Eixo Temático e Públicas, por Macrotema. Lembrou que alguns temas precisam de outros órgãos para serem analisados. Disse estar ciente do problema com as reuniões livres no site, indicando que há oito submissões encaminhadas via protocolo público, mas afirmando que as demandas serão igualmente consideradas. Ato contínuo, o Senhor **Antônio Maycon Martins** disse que o dissenso faz parte do processo e que conflitos serão mediados. Explicou que, a princípio, o processo partirá das propostas já existentes e coletadas através das Leituras Comunitária e Técnica. Insistiu que os materiais precisam ter versões tanto simplificadas e rápidas de se entender quanto completas. Elucidou que o processo de sistematização corresponde a indexar a fala da população, transcrever, desmembrar a transcrição de acordo com a temática de cada trecho da fala, agrupar e indicar as problemáticas vinculadas, divididas em 23 macrotemas. Disse que será um dia de evento em cada RA e concordou que as discussões por UPT não devem ser setorizadas por RA, sugerindo duplas de eixos com a possibilidade de individualização, de acordo com a necessidade. Então, a Senhora **Juliana Machado Coelho** voltou à questão da prorrogação do calendário, que será apresentado na Reunião Ordinária do dia 24 de abril. Ato seguinte, o Senhor **Marcos Luiz Santarosa** pediu que o calendário seja distribuído o quanto antes para que sejam feitas as adequações necessárias de agenda, ao que a Senhora **Juliana Machado Coelho** lembrou que um dos principais motivos do atraso do cronograma inicial foi a demanda da própria CGP por uma atualização das leituras técnicas. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** complementou que novas propostas serão aceitas nas reuniões por RA e mencionou o alinhamento com representantes da Defensoria Pública do Distrito Federal a respeito das carretas, explicando que a disponibilidade depende de outros compromissos firmados e das condicionantes do uso, inclusive a impossibilidade de montar e desmontar a estrutura no mesmo dia, causando uma falta de padronização nos eventos nas RAs. Questionou se havia mais dúvidas a

respeito das dinâmicas e, com a resposta negativa, disse que daria prosseguimento com o detalhamento dos eventos, destacando que as próximas fases do processo demandam organização e tempo. A Senhora **Sofia Ferreira Rodrigues** demonstrou preocupação com a duração de apenas um dia de evento em cada RA, apesar de entender que é necessária, e insistiu na necessidade de divulgação intensa. Em seguida, o Senhor **Mário Blanco Nunes Neto** pediu que a decisão final acerca da aprovação dos modelos apresentados seja tomada na reunião do dia 17 de abril, ao que o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** afirmou ser possível, porém perguntou se algum conselheiro gostaria de vetar algum elemento apresentado, pois diante da negativa seguirá com o planejamento e detalhamento do plano, que apenas sofrerá adequações mais adiante. Concordou-se em seguir com o detalhamento do plano atual, porém aberto para ajustes até a próxima reunião. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a 6ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **LETÍCIA LUZARDO DE SOUSA**, Titular – SUDEC; **DÉBORA HELOÍSA ANDREOLI LUMINATI**, Suplente – SCUB; **LUCAS SANTANA SIGWALT**, Titular – SUPAR; **HUGO JOSÉ COSTA DE ALMEIDA**, Titular – SECID; **CAROLINA BAIMA CAVALCANTE**, Titular – CANDANGA; **CRISTIANE SIGGEE BENEDETTO**, Titular – IBDU; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAULA CARVALHO**, Titular – ASSOLIM; **MÁRIO BLANCO NUNES NETO**, Titular – Precomor; **JOÃO CARLOS DE SIQUEIRA LOPES**, Suplente – SINDUSCON; **SOFIA FERREIRA RODRIGUES**, Suplente – CRESS/DF; **LEANDRO**, SEDUH/ASCOM; **LUIZ GUILHERME DE MEDEIROS**.

JULIANA MACHADO

COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do

Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 25/04/2024, às 17:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=138899016 código CRC= **BEB501A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 138899016



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vigésimo sétimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte quatro, no Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF, foi iniciada a Décima Oitava Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (SUPLAN), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura. 2. Aprovação da Ata da 5ª Reunião Extraordinária. 3. Informes. 4. Metodologia de Cenários. 5. Trabalhos em Andamento. 6. Ferramenta Debates para o PDOT. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1. Abertura: A Sra. **Juliana Machado Coelho** iniciou a reunião cumprimentando a todos e confirmando os combinados referentes ao bom andamento reunião. Explicou sobre o objeto da reunião – a apresentação da metodologia de cenários e informou ter convidado os técnicos da Suplan a participar da reunião, de forma que todos possam contribuir com a construção e aprimoramento da proposta, garantindo a prioridade de fala aos membros do CGP. Ato contínuo, passou ao item 2. Aprovação da Ata da 5ª Reunião Extraordinária: Não havendo nenhuma retificação, a Ata da 5ª Reunião Extraordinária foi aprovada por unanimidade. Avançando ao item 3. Informes: A Sra. **Juliana Machado Coelho** comunicou que as Reuniões Extraordinárias dos dias 03 e 17 de abril serão dedicadas ao debate sobre a metodologia de participação social para eventos da fase de propostas e próximos passos do CGP e do Grupos de Trabalho Interinstitucionais (GTI.) Disse que o prazo para envio das reuniões livres é até 31 de março de 2024 e, para requerimentos do PDOT, é até a primeira Audiência Pública, com data a definir. Seguiu-se para o próximo item de pauta 4. Metodologia de Cenários: A Sra. **Denise Guarieiro**, da Diretoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (Diplan/Suplan), iniciou sua apresentação ressaltando o caráter colaborativo e aberto a sugestões da metodologia de cenários ora proposta. Segundo ela, a proposta baseia-se na Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável, de Sérgio C. Buarque (1999), em exemplos nacionais e locais mais recentes (Ceará, EY, 2018; Piraquara/PR, Urbtec, 2020; Brasil, IPEA, 2017). Explicou que o processo está na fase de diagnóstico, composto pela leitura técnica e pela leitura comunitária, esta atualmente, em fase de sistematização. Para a fase seguinte ao diagnóstico – prognóstico – é que a construção dos cenários se faz necessária para definir e priorizar tendências e incertezas, as quais nortearão a visão de futuro pretendida. Em seguida ocorrerá a fase das propostas e onde as estratégias, o plano de ação e os indicadores serão formulados para, finalmente, chegar à etapa de elaboração, aprovação e encaminhamento da minuta de Projeto de Lei à Câmara. Como premissa, definiu os cenários como produto de um pensar coletivo, de forma estruturada e construtiva, sobre possíveis futuros, sob a ótica de cada parte interessada e do todo, propiciando informações e possibilidades ao espaço decisório, priorizando uma visão de futuro não determinística ou determinada. Expôs, também, que a construção dos cenários proposta se dará por meio de uma análise matricial, cruzando as tendências e as incertezas, oriundas do documento final do diagnóstico, fruto do cruzamento da problemática da leitura técnica com a leitura comunitária. Esclareceu que a tendência se refere àquilo que permanece inalterado durante um período de tempo, são problemáticas que já estão em andamento, em contraposição à imprevisibilidade intrínseca ao que é incerto. Exemplificou a análise matricial do cruzamento das tendências identificadas tanto na leitura técnica quanto comunitária, valorando-se os seguintes atributos: a) relevância para o processo de revisão do PDOT; b) consolidação do movimento; e c) incidência no DF e nos segmentos, informando que as duas primeiras pontuações serão definidas pelo GTI e a última será gerada pela sistematização de dados.

Ressaltou a importância da identificação e quantificação dessas incertezas para compreender as consequências e impactos de cada cenário, de forma a priorizar estratégias (por meio de escalas prioritárias, de acordo com o grau da incerteza), fortalecer e formular políticas públicas mais eficientes, além de prevenir implicações territoriais indesejáveis. Explicou que criar cenários é o mesmo que elaborar narrativas, pois o intuito não é prever o que acontecerá, mas identificar um conjunto limitado de exemplos de futuros possíveis e as estratégias de ação para eles. Apresentou exemplos dessas estratégias que comporão a visão de futuro, mostrando como são traçadas com base na valoração da importância e do impacto das ameaças e das oportunidades, identificadas nos cenários construídos. Explicou que o passo seguinte é somar a pontuação de cada tema macro e encontrar um denominador de equilíbrio para uma visão de futuro do Distrito Federal na forma de estratégias, propostas e de um plano de ação. Partindo para as perguntas, o Sr. **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, afirmou que, do ponto de vista territorial e urbano, é preciso ajustar a metodologia ao campo temático específico que é o território, de acordo com a ação concreta dos atores, que não agem conforme o que está descrito. Explicou que, especialmente no caso do Distrito Federal, a política fundiária e seus elementos essenciais (disponibilização de terra e formação de preços), são fundamentais e estratégicos e permeiam todos os outros temas tanto no que se refere às tendências, quanto às incertezas, ressaltando a fragmentação do território, a segregação socioespacial, a insustentabilidade ambiental, a imobilidade urbana e demais variáveis que devem ser consideradas em cenário de “profunda exclusão, desigualdade e imobilidade”. Ato seguinte, o Sr. **Guilherme De Oliveira Ferronato**, Positiva de Brasília, concordou que a metodologia deve ser complementada, sugerindo o uso de ferramentas de simulação, ponderando que não se pode se ater às narrativas, mas demonstrar concretamente as simulações. Na sequência, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, CAU/DF, parabenizou o trabalho apresentado e perguntou se a simulação proposta é viável e qual o tempo estimado para executá-la. Disse, ainda, que a pontuação das tendências não deve ser gerada a partir de uma média entre os critérios, e sim através de uma ponderação, e questionou o nível de detalhamento dos cenários. Destacou também a significância da quantidade de variáveis e caminhos possíveis, que precisam ser considerados, e que seria interessante não apenas construir o plano de ação, mas também acompanhar e monitorar a implementação. A seguir, a Sra. **Betúlia De Moraes Souto**, Sálvia Terra, também questionou o funcionamento da priorização, se a pontuação será dividida por eixo e quem definirá os critérios, pois essa valoração pode alterar a construção dos cenários. Acrescentou que seria interessante tentar implementar a sugestão do Guilherme quanto à simulação. Já a Sra. **Cristiane Siggea Benedetto**, IBDU, sugeriu que o CGP, contando com a qualidade diversificada de seus membros e o envolvimento de cada um com o território, aproveite a oportunidade para avaliar o atual cenário de ocupação do território pós-pandêmico e como está sendo induzida a ocupação do território. Reiterou complementarmente a fala do Conselheiro Benny ao ressaltar: o caráter híbrido do Distrito Federal como ente federativo, com características municipais, estaduais e sede do Governo Federal; quanto ao volume de terras públicas, informando que o Distrito Federal, talvez, conte com o maior estoque local do país; e acrescentou a proximidade entre o rural e o urbano, que poderia ser uma oportunidade para a melhora do meio ambiente, mas acaba sendo uma ameaça, quando há um direcionamento da ocupação da classe média para o território mais frágil. Ao citar outros exemplos nacionais (São Paulo, Fortaleza, Porto Alegre), com larga tradição de atuação em questão urbana, alertou para a efetividade dos processos participativos, esclarecendo que é importante fazer reivindicações e usar a tecnologia em favor do processo. Expôs, também, a regularização fundiária de espaços não previstos pelo Plano Diretor de 2010, a dificuldade de diálogo entre os órgãos responsáveis e a falta de execução do planejamento, principalmente no que tange a regularização fundiária de interesse social. Acrescentou que é preciso fortalecer os Planos Diretores, uma vez que o trabalho é perdido caso ele não se concretize, e perguntou como o CGP pode ajudar na execução. Após, a Sra. **Carolina Baima Cavalcante**, CANDANGA, questionou a ausência de uma avaliação evolutiva e temporal na construção da metodologia, pois entendeu que o processo de valoração é subjetivo e até válido no que se refere à leitura comunitária, mas que a leitura técnica deveria ser avaliada pela dinâmica de ocupação do território durante o período de vigência dos planos diretores anteriores, pelo menos o último. Neste sentido, as tendências devem refletir a modelagem do passado e o processo participativo é o de escolha dos cenários desejados, exemplificando o movimento de ocupação irregular da cidade. Em resposta, a Sra. **Juliana Machado Coelho** explicou que a apresentação demonstrou apenas duas das diversas variáveis do Eixo de Centralidade como exemplo de aplicação da metodologia, por isso não trouxe questões referentes à política fundiária. Assim, não se atingiu ainda a questão da ocupação irregular, o que será feito apenas após a aprovação da proposta. Afirmou que qualquer metodologia escolhida terá limitações e o que teria que ser feito é conhecer essas limitações e definir prioridades. Acrescentou existir, também, limitações

técnicas e tecnológicas, de ferramentas, e que não é possível esperar alcançar todos os tipos de ferramentas para começar a desenvolver a metodologia. Quanto à atualização do diagnóstico, acrescentou que seria previamente necessário definir os representantes do CGP no GTI para participar e que, os técnicos da Seduh já estão efetuando alterações menores (quanto à atualização de norma e erros ortográficos). Informou que a Audiência Pública de 11 de maio precisará ser adiada, uma vez que o material não ficará pronto 30 dias antes do evento, como é necessário. Com a palavra, Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Coplan/Suplan), relatou que cuidará das indicações ao GTI, onde devem ser abordadas as questões mais específicas da metodologia. Explicou que existe uma metodologia geral do processo, definida em 2019, e que todas as propostas são alinhadas com ela, onde consta a sistemática de cruzamento entre as leituras técnica e comunitária, a construção de visões do futuro e elaboração de objetivos. Ato seguinte, a Sra. **Denise Guarieiro** endossou as falas da Sra. Juliana Machado Coelho e do Sr. José Mário Pacheco Júnior, e reafirmou que a construção dos cenários, durante a fase de prognóstico, é prévia a uma definição de visão do futuro e elaborada a partir do cruzamento de várias incertezas. A seguir, a Sra. **Carolina Baima Cavalcante** julgou que há problemas na metodologia, independentemente de quando foi instaurada, e explicou a diferença entre visão de futuro, que definiu como a cidade que se quer construir, e cenário, que é a cidade possível de ser construída frente às possibilidades da realidade dada. Esclareceu, ainda, que tendência é tudo o que aconteceu para chegar ao momento atual e que a situação tende a continuar da mesma forma, a menos que aconteça um evento imprevisto. Pediu que os conceitos sejam alinhados e que as tendências sejam avaliadas nas leituras técnicas, exemplificando com o valor dos imóveis e suas possibilidades: deixar a tendência livre ou interferir em prol de alcançar uma visão de futuro. A Sra. **Renata Seabra Resende Castro Corrêa**, CAU/DF, concordou e acrescentou que costuma trabalhar com cenários intermediários entre o cenário ideal e o tendencial, realista. Se mostrou preocupada quanto às regras que saíram do PDOT e passaram a ser da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), de forma que ele não se torne tão abstrato que não se conecte com as demais leis a ele correlata, para evitar que ele seja preterido em relação às leis dele decorrentes. Em seguida, a Sra. **Betúlia de Moraes Solto** disse que falta apoio do Governo do Distrito Federal (GDF) para realização do trabalho de revisão do PDOT, por entender que ele não é de responsabilidade da Seduh, mas não de exclusividade desta. Assim, entende que a Seduh não possui todos os recursos necessário, mas alerta para o fato do GDF como um todo possuir. Também reiterou a fala do representante do Ministério Público, Dênio Augusto de Oliveira Moura, em reunião anterior, sobre a falta envolvimento dos outros órgãos no processo de revisão do PDOT e sugeriu, então, uma solicitação formal sobre o envolvimento dos órgãos no processo de revisão do PDOT e que se dê publicidade a essa consulta. Reconheceu e elogiou a dedicação e o esforço da coordenação do CGP e da equipe técnica como um todo. Por fim, questionou como, nas condições atuais, será possível fazer as simulações desses cenários que estão sendo propostos. Após, o Sr. **André Júnio Tavares Barbosa**, CALUNGA, citou a Conferência das Cidades, sendo que o GDF ainda não se manifestou para promover uma Conferência Distrital, demonstrando falta de interesse político no tema. Indicou que a pontuação apresentada não é estritamente técnica, mas que envolve visão de mundo, e que o governo precisa participar do processo. O Sr. **Cláudio Antônio Teixeira Pires**, APRONTAG, discorreu sobre a utilização do solo no Distrito Federal e pediu que fosse feito um comparativo da evolução da cidade, tendo por base os planos anteriores. Mencionou aspectos que precisam ser considerados na simulação, como mobilidade, solo, barulho e velocidade em que a cidade muda. Com relação ao aprimoramento do PDOT, disse que ainda não há uma noção exata do resultado a ser atingido. Discorreu ainda sobre os problemas em torno da falta de permeabilização urbana, que causa danos e enchentes, e sobre o desvio de esgoto para a área rural. Em posse da palavra, a Sra. **Ludmila de Araújo Corrêa** concordou que os planos não podem ser esvaziados, ou conter apenas linhas gerais, sendo necessário que contenham instrumentos para a consecução de diretrizes, entendendo que todas as demais legislações pertinentes ao tema (LUOS, Plandhis, PDTU, etc), devem responder ao que o Plano Diretor coloca como diretrizes gerais. Levantou, também, a falta de articulação entre os sistemas e bases de dados dos diferentes órgãos do Distrito Federal e solicitou que se pensasse em uma forma de integrar as informações de todos os órgãos envolvidos no desenvolvimento urbano. Sobre a metodologia, indicou que, uma vez que a utilização de um *software* a curto prazo é uma solução inviável, que, ao menos, os caminhos sejam apresentados de forma mais visual e lógica, afirmando que tabelas não bastam para transmitir as informações. Endossou a necessidade de integração entre este processo de revisão e os trabalhos da Conferência Distrital com a temática “Que cidade queremos?”, como fundamental para a construção do Plano. Por fim, questionou a efetiva participação social na implantação dos Conselhos

Locais de Planejamento (CLPs), especialmente por conta dos prazos curtos dos chamamentos. Na sequência, o Sr. **João Gilberto de Carvalho Accioly**, SINDUSCON, parabenizou o trabalho já realizado e pediu que o escopo de trabalho do PDOT seja determinado e reforçado em relação às outras normas afins. Por fim, teceu comentários sobre a compartimentalização dos Eixos, entendendo que estes são naturalmente relacionados com outros. O Sr. **Benny Schvarsberg** reforçou a necessidade de criar estratégias de aproveitamento da Conferência Distrital para avançar em temas como a definição de cenários e a visão de futuro, além de aproveitar a implantação dos CLPs. Como contribuição ao debate da metodologia, ressaltou o papel orientador do PDOT em relação às leis orçamentárias (Plano Plurianual – PPA, sobretudo), para definir os rumos e orientar os investimentos em infraestrutura, saúde, educação e fomento de investimentos privados. Segundo ele, a baixa efetividade do PDOT vigente deveu-se, em parte, por essa incapacidade de incidir na orientação das leis orçamentárias e nos mecanismos de aplicação de suas diretrizes, citando como exemplo as áreas de adensamento, que acabaram por aprofundar as contradições entre centro e periferia. Neste sentido, chamou a atenção para a problemática da concentração e da centralização, identificada em ambas as leituras – técnica e comunitária – que deve ser enfrentada no PDOT de maneira incisiva. Com base nesse pressuposto, discordou de uma visão de futuro ideal preferindo trabalhar com a construção de cenário desejável conformado às peculiaridades locais, socialmente e politicamente consensuado e pactuado, não tecnicamente definido. Isto posto, defendeu a necessidade de o PDOT indicar metas, estratégias, objetivos e instrumentos para visibilizá-los, vinculados às condicionantes, de forma a promover, por exemplo, a diversificação das qualidades urbanísticas, o acesso ao direito à cidade, entre outros elementos relacionados à realidade local. Assim, a metodologia deveria contemplar “produtos e indicações estratégicas” para, inclusive, “orientar a revisão da LUOS”. Neste sentido, ressaltou que o PDOT deve orientar o PPA e a LUOS, para nortear os investimentos públicos e os privados. Sobre o Seminário da Leitura Técnica, se disse frustrado devido à falta de participação e diálogo entre as políticas setoriais e o ordenamento territorial. Por fim, reiterou sua indicação anterior de referência sobre o cruzamento das leituras feito no Plano Diretor de Belo Horizonte, em 2019, de caráter metropolitano, o qual conseguiu articular 10 (dez) planos diretores de cidades e municípios adjacentes, construindo estratégias de uso dos instrumentos urbanísticos, jurídicos, fiscais, entre outros, sendo efetivo em sua proposta de reorientar as políticas públicas – sugerindo convidar a Sra. Júpira Gomes de Mendonça e equipe. Por fim, o Sr. **Guilherme Jagano**, Fórum em Defesa das Águas, definiu que a cidade, atualmente, não atende à toda a sua população e questionou se a execução do PDOT está sendo considerada no orçamento de 2025 do Distrito Federal. Perguntou como combinar a proteção do meio ambiente com a ocupação e como o governo pretende desconstruir as ações atuais para atender às demandas do PDOT no futuro. Sobre a metodologia, sugeriu a elaboração de um ensaio para entender se o plano de fato contempla todos os setores, eixos e necessidades. Em resposta, a Sra. **Juliana Machado Coelho** disse que o objetivo é chegar em estratégias, planos de ação, metas e indicadores de acompanhamento e que concorda que o PDOT precisa de diretrizes gerais tanto para as políticas setoriais quanto para a ocupação do território. Falou que o trabalho é para refinar uma metodologia já elaborada dentro das limitações apresentadas. Sobre a Conferência das Cidades, disse que foi uma decisão do governo que a Secretaria Executiva das Cidades – SECID coordene o evento, cuja data será publicada em breve, mas deve ocorrer em setembro. Explicou que a SEDUH coordena a Infraestrutura de Dados Espaciais. O Sr. **Antônio Maycon Martins**, Diretor da Diretoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (Diplan/Coplan/Suplan) tirou as dúvidas referente à participação de representantes da Seduh junto aos CLPs, informando que a depender da Região Administrativa (RA) a Subsecretaria de Desenvolvimento das Cidades (Sudec) ou a Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília (Scub) indicam o técnico responsável. Por fim, afirmou que se debruçará para buscar respostas para todas as perguntas feitas e que não foram possíveis de serem respondidas imediatamente. Depois, a Sra. **Juliana Machado Coelho** voltou à questão dos membros indicados a participar do GTI, reforçando a integração dos eixos com o CGP e o GTI a partir da fase de prognóstico, que ainda não começou. Ato seguinte, a Sra. **Ludmila De Araújo Correia** sugeriu que as reuniões dos eixos sejam abertas para contribuições de especialistas, inclusive membros do CGP, e perguntou se poderia participar de mais de um eixo. A Sra. **Juliana Machado Coelho** explicou que a prioridade é para quem não participa de nenhum eixo ocupar uma vaga, mas que se sobraem vagas um mesmo conselheiro pode participar de mais de um eixo, lembrando que cada eixo é composto por até cinco integrantes. Finalizou afirmando que todas as opiniões serão analisadas e consideradas, dizendo aceitar contribuições escritas, e lembrando que o mês de abril será focado na atualização da leitura técnica. Sobre a sugestão de abrir as reuniões, não se comprometeu por precisar verificar as possibilidades. Pediu que todos enviassem seus eixos prioritários e aqueles dos

quais gostariam de participar e agradeceu a apresentação da Sra. Denise Guarieiro. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra. **Juliana Machado Coelho** declarou encerrada a 18ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **LETÍCIA LUZARDO DE SOUSA** – Titular - SUDEC; **DÉBORA HELOÍSA ANDREOLI LUMINATI**, Suplente – SCUB; **LUCAS SANTANA SIGWALT**, Titular – SUPAR; **ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES**, Titular – SECID; **CAROLINA BAIMA CAVALCANTE**, Titular – CANDANGA; **ANDRÉ JÚNIO TAVARES BARBOSA**, Titular – CALUNGA; **PAULO HENRIQUE MORAIS**, Titular – CÁRITAS; **CRISTIANE SIGGEA BENEDETTO**, Titular – IBDU; **GUILHERME DE OLIVEIRA FERRONATO**, Suplente – Positiva de Brasília; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Sálvia Terra; **BENNY SCHVARSBURG**, Titular – Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAUTA CARVALHO**, Titular – ASSOLIM; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON; **GEANINA PICADO MAYKALL**, Suplente – ADEMI/DF; **CLÁUDIO ANTÔNIO TEIXEIRA PIRES**, Titular – APRONTAG; **MASSAE WATANABE**, Suplente – APRONTAG; **GEIZIANNE GOMES RODRIGUES**, Suplente - IAB/DF; **RENATA SEABRA RESENDE CASTRO CORRÊA**, Titular – CAU/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF; **CAROLINA PESCATÓRI CÂNDIDO DA SILVA**, Titular – FAU/UnB;

JULIANA MACHADO

COELHO

Distrito Federal

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO** - **Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 25/04/2024, às 17:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=138900016)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=138900016)
verificador= **138900016** código CRC= **DF44916B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 138900016



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao décimo sétimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte quatro, na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDUH, Setor Comercial Norte - SCN, Quadra 01, Bloco A, Auditório da SEDUH, Brasília/DF, foi iniciada a Sétima Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP) do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pelo Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (Coplan), da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan), da Seduh, contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura. 2. Detalhamento da Metodologia de Participação Social para os eventos do PDOT. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1. Abertura: O Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, Coplan, iniciou a reunião cumprimentando a todos e reiterou os combinados das reuniões anteriores: que fosse mantido o cronograma previsto da reunião; que as manifestações fossem feitas ao final de cada uma das etapas; que as falas fossem iniciadas com a indicação do nome e entidade representada; e, por fim, que fossem objetivas, de forma a garantir o respeito aos demais participantes. Em seguida, passou aos informes das atividades em andamento do mês de abril, mais especificamente, sobre o retorno das reuniões dos Grupos de Trabalho Interinstitucionais (GTI), com a atualização e complementação das Leituras Técnicas dos Eixos Temáticos. Informou que essa foi uma demanda originada do Seminário ocorrido em março, mas que sua realização ocasionou uma pausa em atividades antes previstas para ocorrerem durante o mês de abril e, conseqüentemente, um adiamento no calendário de atividades pactuado. Explicou, contudo, que um novo calendário, discutido também com a Urbtec (empresa contratada para gerir algumas das dinâmicas de participação social), será apresentado a este Conselho assim que todos os ajustes forem definidos. Sobre as atas pendentes, informou que serão submetidas à aprovação na Reunião Ordinária subsequente. Após, deu as boas-vindas à Sra. **Maria Estela Cavalcante Paraguassu de Oliveira**, Asproeste, que estava pela primeira vez em uma reunião do CGP. Ato seguinte, o Senhor **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, pediu informações sobre a convocação da 6ª Conferência das Cidades, assumida pela SEDUH, assim como o grau de articulação entre a agenda da Conferência e a agenda dos eventos do PDOT. Recomendou que os membros que se candidataram a participar das reuniões dos Eixos Temáticos sejam consultados acerca dos melhores dias e horários para realização delas. O Senhor **Marcos Luiz Santarosa**, Asproeste, pediu que, se possível, os conselheiros que participaram das reuniões dos GTIs façam breves relatos a respeito delas. Em resposta, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, Conplan, afirmou não estar apto a passar informações sobre a Conferência das Cidades, uma vez que as atribuições ainda não foram formalizadas. Sobre as reuniões dos GTIs, confirmou não ser possível consultar os conselheiros sobre os horários devido à grande quantidade de participantes, além de serem necessárias adequações às restrições de infraestrutura e disponibilidade dos técnicos para definição das agendas. Concluiu dizendo que, se houver disponibilidade de tempo, abrirá espaço para os relatos. Na sequência, passou-se ao item 2. Detalhamento da Metodologia de Participação Social para os eventos do PDOT. Com a palavra, o Sr. **Antônio Maycon Martins**, Diretor da Diretoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (Diplan/Coplan/Suplan/Seduh), explicou que houve um aprimoramento da Metodologia de Participação Social, tendo por base o retorno da apresentação feita na Reunião Extraordinária anterior. Neste sentido, foi proposto que ocorresse primeiro as reuniões das RAs e das UPTs, seguidas pelas reuniões por eixo temático e públicas. Sobre as Reuniões de Estrutura de Governança e Gestão Participativa (EGGP) das Regiões Administrativas (RA), disse que o objetivo é retornar à população o resultado do levantamento do diagnóstico e que essas reuniões ocorrerão em cada RA, de segunda à sexta-

feira, das 11h às 19h, dando a oportunidade para a população comparecer no momento que entender conveniente. Ressaltou, porém, a disponibilização de uma única equipe para este fim, pois lembrou que, em paralelo aos eventos, estarão sendo desenvolvidos os estudos pertinentes, justificando o horário compatível com um grupo. Diante do exposto, indicou que os eventos envolverão uma estrutura itinerante de fácil montagem, em locais de grande fluxo, com possibilidade de uso da Carreta da Defensoria Pública ou da van da SEDUH. Em seguida, explicou o conceito da “Máquina do Tempo” como instrumento de educação urbanística, o qual, asseverou, gerará insumos para a população se apropriar e opinar a respeito da temática. A ideia é proporcionar à população a oportunidade de indicarem suas prioridades a partir dos dados apresentados, diante das informações em disposição cíclica e independente, incluindo o passado e as possibilidades futuras da região em questão. Em seguida, contou que a transcrição das informações coletadas nas Oficinas foi a etapa que mais exigiu tempo no processo de sistematização. Neste sentido, afirmou que as novas contribuições deverão ser digitais e, para isso, haverá o apoio dos técnicos da SEDUH e da Urbtec. A respeito da Máquina do Tempo, elucidou que os materiais serão vinculados a uma das três linhas: 1ª) Passado – com a contextualização do PDOT; a síntese da RA em questão; diagnósticos e dados resumidos; 2ª) Presente – com as problemáticas e os cenários, bem como com o espaço para novas contribuições; e, 3ª) Futuro – construído com as propostas recebidas, acompanhado da agenda dos próximos eventos. Lembrou que serão 6 (seis) eixos temáticos e 2 (dois) transversais, disse que os dados serão apresentados tanto em sua totalidade quanto resumidos e que os eventos ocorrerão após a Audiência Pública que tratará do diagnóstico. Apresentou soluções pensadas para a exposição das informações, como modelos de tendas, banners e cubos informativos. Sobre as Reuniões Públicas por Unidades de Planejamento Territorial (UPT), recapitulou que, enquanto as reuniões por RAs serão realizadas durante a semana, as por UPT serão aos sábados, dividindo os participantes por eixo temático durante o evento de acordo com a demanda. Falou que o objetivo é debater soluções possíveis e suas respectivas consequências, de modo similar ao processo das oficinas participativas, além de construir propostas a partir das problemáticas apresentadas nas reuniões de RAs. Enumerou que as reuniões começarão com uma apresentação expositiva com enfoque nas problemáticas levantadas, que depois os presentes serão divididos por binômios de eixos em salas, onde serão discutidas soluções, e posteriormente apresentadas à todos. Indicou que a temática mais concorrida deve ser habitação e regularização, enquanto o tema da gestão social da terra pode ser negligenciado, sendo que seria possível fazer mais de uma sala com a mesma temática, se necessário. Acrescentou que, embora a população possa receber informativos impressos, o resultado dos debates será feito em computadores para facilitar a sistematização. Elucidou que, embora inicialmente o enfoque tenha sido nas RAs, a fase atual do projeto precisa de um cenário menos fragmentado, por isso do enfoque nas UPTs. Seguindo para as Reuniões de Estrutura de Governança e Gestão Participativa por Eixos Temáticos, disse que acontecerão após as reuniões por RAs e UPTs e analisarão as problemáticas e respectivas soluções apresentadas previamente. Explicou que serão dois dias de reunião para cada eixo temático e que, no sábado após as discussões de eixos, será feita uma reunião com um macro tema referente ao Distrito Federal como um todo. Acrescentou que as reuniões serão em horário comercial e que o público-alvo são os técnicos dos GTIs e do CGP. Por fim, falou que as Reuniões Públicas têm por objetivo aprimorar as propostas iniciais vinculadas aos elementos globais do PDOT vigente, bem como discutir soluções possíveis e suas consequências. Listou que serão quatro eventos geridos pela Urbtec e focados nos elementos globais do PDOT, a saber: a) zoneamento; b) diretrizes gerais do PDOT; c) instrumentos; e, d) gestão de planejamento. Disse que as discussões abordarão elementos vinculados às mudanças climáticas, algo não considerado no PDOT anterior. Explicou que as reuniões serão aos sábados, entre 9h e 17h, possivelmente com disponibilização de almoço e em local a ser definido de acordo com a viabilidade técnica necessária. Explicou que o roteiro será dividido entre: a) apresentação expositiva – que demonstrará o cenário e as problemáticas; b) dinâmica – em salas divididas por problemática, com apresentação do tema e construção online de soluções; e c) finalização – com apresentação dos resultados alcançados por e para todos. Resumiu que o principal objetivo geral é subsidiar a população com informações acerca do PDOT e que o detalhamento dos processos será fruto de uma construção coletiva dentro do CGP. Ato seguinte, a Sra. **Renata Seabra Resende Castro Corrêa**, CAU/DF, questionou em que momento serão feitas as sobreposições dos eixos temáticos e o Sr. **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, demonstrou-se preocupado com o registro das demandas, indicando a necessidade de um registro quantitativo da passagem da população pelas instalações dos eventos das RAs. Falou, ainda, sobre os vazios urbanos, tanto privados quanto públicos, que devem ser um tema central do PDOT pelo desejo que despertam. Lembrou da questão da ocupação do solo e da necessidade da planta urbana da cidade ser um recurso de educação urbanística, sugerindo

atenção especial aos vazios urbanos. Elogiou a proposta de reuniões de grupos menores, mas criticou a falta de direitos à cidade e pediu que as entidades coletivas e movimentos organizados sejam usados como parceiros potenciais do processo de mobilização da população local. Por fim, recomendou que a Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS seja instrumento central de educação urbanística e afirmou que a falta de conhecimento sobre ela é uma grande lacuna no processo do PDOT. Já a Sra. **Betúlia De Moraes Souto**, Sálvia Terra, perguntou qual produto a Urbtec deverá entregar quanto às devolutivas itinerantes, se haverá um plano de comunicação e divulgação e pediu que os dados obtidos sejam disponibilizados no site antes das oficinas, com o uso de palavras-chave para facilitar a busca por informações. Sobre as reuniões dos GTIs, questionou se outros órgãos foram convidados a participar dos eventos e elogiou os macro temas. Ato contínuo, a Sra. **Ludmila De Araújo Correia**, CAU/DF, sugeriu que as reuniões por UPT ocorram no mesmo dia e local das reuniões preparatórias da Conferência das Cidades, conforme discutido com a Subsecretária da Suplan/Seduh, Juliana Machado Coelho, o que será publicado em uma Portaria, assim como o chamamento para a Comissão Organizadora da Conferência. Sugeriu que os temas mais recorrentes nas reuniões, possivelmente identificados por nuvens de palavras, sirvam como base para as sobreposições dos eixos, criando combinações diferentes para cada UPT de acordo com os anseios da população local. Indagou a viabilidade de uma tela interativa para apresentação dos mapas nas RAs para melhor visualização. Relatou que o GTI de Desenvolvimento Econômico e Centralidade contou com a presença de diversos órgãos convidados. Em seguida, o Sr. **Guilherme Jaganu**, Fórum em Defesa das Águas, endossou a ideia da Sra. Ludmila de Araújo Correia sobre os temas mais recorrentes, porém sugeriu a criação de um formulário, tanto físico quanto digital, para as reuniões das RAs. Sobre a reunião do GTI do Meio Ambiente, relatou que muitos órgãos estavam presentes. Em seguida, pediu que os grupos sejam permanentes e não estejam mais separados entre GTI e CGP, uma vez que os temas convergem e aventou, por fim, a possibilidade da Secretaria de Cultura disponibilizar uma van para os trabalhos itinerantes. Dando seguimento às falas, a Sra. **Carolina Pescatori Cândido Da Silva**, FAU/UnB, rememorou as oficinas livres, perguntando se o modelo pode ser reutilizado por ser focado nas propostas. Em resposta, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, Coplan, concordou que as oficinas livres são uma boa ideia, porém lembrou que a demanda de compilação de dados é extensa, informando que, para colocá-la em prática, seria preciso pensar em soluções mais adequadas. Quanto à convergência e o caráter permanente (reuniões fixas) do CGP e GTI, informou que naquilo que é possível, essa convergência já ocorre. No entanto, com base nas respectivas competências e atribuições, afirmou que a natureza das reuniões difere, sendo uma fixa (CGP) e, outra, sob demanda (GTI). Apesar do exposto, recordou que os membros do CGP contam com representação junto aos GTIs, lembrando, inclusive, que ainda há vagas abertas aos membros do CGP em alguns dos GTIs. Sobre a tela interativa, apesar de aprovar a ideia, avisou que neste momento não há contrato na Seduh que a contemple, mas que será aplicada, caso algum órgão do DF disponibilize o material. Quanto ao questionamento sobre a articulação com as atividades da Conferência das Cidades, mencionou que o alinhamento das agendas apenas se limita quanto ao contrato com a Urbtec. Neste sentido, as agendas só poderiam convergir nas reuniões realizadas exclusivamente pela SEDUH, isto é, aquelas por UPTs. Com relação às leituras técnicas por RA, explicou que nem todos os eixos temáticos serão tratados em todas as reuniões dada as características de cada localidade (exemplificando o eixo ruralidades para a RA do Sudoeste, entre outros). Com relação à divulgação junto à Câmara Legislativa, comunicou que ela ocorreu de forma direta, com o encaminhamento de dois ofícios (em abril e em agosto do ano passado) e, de forma indireta, constantemente, por ocasião das discussões do PPCUB que se encontra naquela Casa. Ainda em relação aos trabalhos de divulgação, informou que a chefe da Assessoria de Comunicação da Seduh está a tratar da programação da divulgação, bem como dos instrumentos a serem utilizados. Reiterou que os dados coletados serão disponibilizados antes das reuniões, conforme solicitado, uma vez que também são exigidos para as Audiências Públicas, conforme Lei 5081/2013. Complementarmente, informou que nos eventos com as RAs buscou-se levantar as lideranças comunitárias, bem como os técnicos dessas RAs para contribuírem e darem suporte ao processo de divulgação. Quanto à questão do cruzamento de dados do diagnóstico, tanto das leituras técnicas quanto comunitárias, e do prognóstico, comentou que há a previsão do cruzamento, sintetização, sistematização e sobreposição das contribuições, ser feito com o auxílio dos membros e da estrutura dos GTIs, citando alguns exemplos. Por fim, repassou sua conversa com a responsável pelas Carretas da Defensoria Pública, onde foi informado que o uso dessas carretas é definido por Portaria, assinalando que uma está cedida para atender às escolas e duas foram cedidas à Secretaria de Saúde em razão da epidemia de dengue, onde já há compromissos prévios das quintas aos sábados, até novembro. Em resumo, indicou que só poderão ser usadas de segunda à quarta-feira e caso a epidemia termine, perdendo uma padronização dos eventos,

elogiada durante o processo das oficinas. Com a palavra, o Sr. **Antônio Maycon Martins**, Diplan, explicou que, provavelmente, todos os eventos serão adiados em 40 dias a partir da data inicial, dadas as devidas adaptações necessárias e considerando a revisitação das leituras técnicas. Lembrou que os formulários impressos demandam muito tempo para sistematização e que a Urbtec precisaria ser consultada a esse respeito. Após, o Sr. **Jean Vitor Cândido**, CRESS/DF, se disse preocupado com a padronização dos eventos nas RAs e com a necessidade de chamar a atenção da população, pedindo que sejam apresentados dados concretos de como e onde os eventos ocorrerão. Então, o Sr. **Antônio Maycon Martins**, Diplan, disse que os locais das intervenções devem ser discutidos dentro do CGP, tendo em mente a infraestrutura e as autorizações necessárias. Por fim, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, Coplan, solicitou que todas as considerações sobre as duas últimas reuniões sejam encaminhadas por e-mail. Por fim, não havendo mais assuntos a serem tratados, agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a 7ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **LETÍCIA LUZARDO DE SOUSA**, Titular – SUDEC; **DÉBORA HELOÍSA ANDREOLI LUMINATI**, Suplente – SCUB; **JOSELEDA FERNANDES ARAÚJO VENÂNCIO**, Titular – ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLAS; **EDMILSON GOMES DOS SANTOS**, Suplente – ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLAS; **JHENNYFER LOYANE GAMA PIRES**, Suplente – CANDANGA; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – SÁLVIA TERRA; **BENNY SCHVARSBURG**, Titular – ANDAR A PÉ; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **MARIA ESTELA CAVALCANTE PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, Suplente – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAULA CARVALHO**, Titular – ASSOLIM; **GEANINA PICADO MAYKALL**, Suplente – ADEMI/DF; **RENATA SEABRA RESENDE CASTRO CORRÊA**, Titular – CAU/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF; **CAROLINA PESCATORI CÂNDIDO DA SILVA**, Suplente – FAU/UnB; **GUILHERME JAGAN**, Fórum de Defesa das Águas; **LETÍCIA FRANCISCO**.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR

Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 07/06/2024, às 12:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=142744929)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=142744929)
[verificador= 142744929](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=142744929) código CRC= **2D979966**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vigésimo quarto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte quatro, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF, foi iniciada a Décima Nona Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura; 2. Aprovação da Ata da 18ª Reunião Ordinária do CGP, realizada em 27/03/2024; 3. Aprovação da Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 03/04/2024; 4. Eventos – Próximas etapas PDOT; 5. Trabalhos em andamento; 6. Ferramenta Debates para o PDOT. Passou-se imediatamente ao item 1. Abertura: A Sra. **Juliana Machado Coelho**, Suplan, iniciou a reunião cumprimentando a todos. Em seguida, reiterou os combinados já acordados, a saber: que se mantivessem o cronograma previsto para a reunião; que as manifestações fossem objetivas, de maneira a garantir a participação e o respeito a todos os representantes; que as falas fossem realizadas ao final de cada etapa e iniciadas com a indicação do nome e entidade representada. Ato contínuo, prosseguiu-se ao item 2. Aprovação da Ata da 18ª Reunião Ordinária do CGP, realizada em 27/03/2024: Não havendo manifestações, a Ata da 18ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade. Avançou-se ao item 3. Aprovação da Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 03/04/2024: Não havendo manifestações, a Ata da 6ª Reunião Extraordinária foi também aprovada por unanimidade. Ato seguinte, passou-se ao item 4. Eventos – Próximas etapas PDOT: Primeiramente, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (Coplan), da Suplan/Seduh, informou a todos sobre as reuniões dos oito Grupos de Trabalho Interinstitucionais (GTI), que ocorreram entre segunda e sexta-feira, sendo a primeira sobre Gestão Social e Valorização da Terra, onde foram discutidos a Outorga Onerosa do Direito de Construir (Odir) e a Outorga Onerosa de Alteração de Uso (Onalt). Como síntese, informou que foram discutidos instrumentos, estratégias e iniciativas desenvolvidas pela SEDUH que serão incorporadas ao anexo da leitura técnica, especialmente os instrumentos previstos no Plano Distrital de Habitação de Interesse Social (PLANDHIS) e de outras contribuições externas, como a feita pela representante do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF/Codeplan) no GTI, que encaminhou um estudo de revisão, análise crítica e potencial de implementação dos instrumentos urbanísticos previstos no PDOT vigente. No que concerne aos Grupos de Trabalho Interinstitucional (GTI) de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades e o de Mobilidade, comunicou que as coordenadoras apresentaram o conteúdo dos documentos de leitura técnica de cada Eixo Temático e a viabilidade de atualização dos dados, os quais não irão requerer alterações significativas no conteúdo do diagnóstico. Acrescentou que na reunião do GTI de Centralidades, ocorrida na terça-feira de manhã, foi debatida a demanda de articulação com os órgãos do setor de economia e a demanda quanto à articulação da política de desenvolvimento econômico com as políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ressaltando a participação dos membros do CGP nas reuniões desse GTI. Sobre a terça-feira à tarde, relatou a reunião do GTI de Ruralidades, que também contou com membros do CGP. Nessa reunião foram discutidos principalmente os dados rurais, em especial a Pesquisa Domiciliar por Amostra de Domicílio nas Áreas Rurais (PDAD Rural), desenvolvida pelo IPEDF. Outros temas abordados foram: os polos agroindustriais; a produção fotovoltaica ou agrovoltáica na zona rural; os instrumentos do PDOT vigente para a zona rural, a exemplo dos contratos de cessão de uso; bem como sobre as áreas com características rurais em zona urbana, objetos de contrato

específico. Destacou a contribuição da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) na atualização de dados sobre o saneamento na zona rural e a participação dessa empresa pública também no GTI de Meio Ambiente e Infraestrutura. Ainda sobre essa reunião ressaltou as discussões sobre a forma de implementação das estratégias para o setor; a questão da propriedade fundiária e dos planos de desenvolvimento para a zona rural. Dando continuidade ao relato, resumiu o ocorrido na reunião do GTI de Meio Ambiente e Infraestrutura, na quarta-feira de manhã, em que foram discutidos os seguintes temas, a saber: a participação da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e do DF Legal nas ações de combate à ocupação irregular e de fiscalização – temas igualmente abordados no GTI sobre Habitação e Regularização – por seu impacto no meio ambiente. Destacou a discussão trazida pelos participantes quanto ao potencial das áreas ambientais, como fonte de serviços e benefícios às zonas urbana e rural, a ser abordado no material da leitura técnica. Noticiou que a CAESB se comprometeu a encaminhar dados atualizados sobre infraestrutura de água e esgotamento sanitário, enquanto o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) enviará dados atualizados sobre as unidades operacionais de limpeza como aterro sanitário, Unidades de Tratamento Mecânico Biológico (UTMBs) e Unidades de Recebimento de Entulho (UREs). Da mesma forma, salientou a incorporação e atualização das informações referentes às unidades de conservação, em especial o zoneamento das áreas de proteção ambiental e sua correlação com o Plano Diretor. Elucidou a ocorrência das discussões sobre as áreas de proteção de manancial, a gestão dos recursos hídricos e o manejo de resíduos sólidos, ressaltando a escala regional da gestão dos serviços públicos e das infraestruturas correspondentes. Informou haver nas normas ambientais vigentes a previsão de articulação para a destinação de resíduos sólidos na escala da RIDE e de análise da interferência da ocupação na conservação e qualidade dos corpos hídricos, uma vez que o DF é berço de rios e importantes áreas de recarga hídrica, que contribuem para grande parte das bacias hidrográficas brasileiras. Ainda sobre reuniões ocorridas na quarta-feira, agora no período da tarde, relatou que o destaque do encontro do GTI de Mobilidade foi a calculadora de emissão de gases de efeito estufa para projetos governamentais – estudo em fase de finalização pelo IPEDF/Codeplan. Explanou que a representante do CGP nesse GTI trouxe exemplos de Planos Diretores com estratégias de enfrentamento dos efeitos referentes à mudança climática, considerando a temática da mobilidade. Em complemento, informou que servidores de outros órgãos contribuíram com a discussão ao levantarem a necessidade de discutir a organização das atividades no território, a forma como estão distribuídas as atividades no território e os correspondentes impactos para a demanda, a geração de viagens e a relação da mobilidade com a densidade e a implantação de infraestruturas de transporte. Quanto às reuniões ocorridas na quinta-feira, informou que, no período matutino, ocorreu a reunião do GTI de Território Resiliente. Nesse encontro discutiu-se com a temática da resiliência deve ser abordada: a) dentro do diagnóstico, realçando-se os aspectos que dificultam ou impedem o alcance de um território resiliente; b) do prognóstico, fornecendo suporte ao cruzamento dessas problemáticas; c) da proposta de consolidação, onde se buscará dar suporte às estratégias e aos planos de ação a serem formulados. Segundo seu relato, o Grupo entendeu ser este um tema transversal, e relembrou ter sido discutida a importância do tema para as estratégias de governança e monitoramento da implementação do Plano Diretor, bem como a possibilidade de o tema ser tratado, nas leituras técnicas, em consonância com as dimensões ambiental, institucional, econômica e social e os respectivos impactos na ocupação do território. Já no período vespertino da quinta-feira, reuniu-se o GTI de Participação Social e Governança, onde foram discutidos os seguintes temas: a) histórico de participação social na elaboração e revisão dos planos anteriores; b) os princípios de participação e controle social – de transparência, acesso à informação, estratégias para o monitoramento da participação – que deveriam constar do próximo plano diretor; c) as estratégias de participação social, levantando como esses princípios e estratégias foram propostos e em que medida implementados; d) como a participação social pode ocorrer neste processo de revisão, com base na estrutura do Decreto nº 41.004/2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa deste processo; e) o potencial da participação social enquanto ferramenta de educação urbanística e ambiental; e, por fim, f) a efetiva implantação dos Conselhos integrantes do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Sisplan), o próprio sistema e os conselhos relacionados, ressaltando-se as escalas de participação e as formas de articulação. Sobre a reunião ocorrida na sexta-feira pela manhã, do GTI de Habitação e Regularização, mencionou ter sido a de maior público. Contou que a reunião iniciou com a apresentação, por parte da área técnica da SUPLAN, das atualizações referentes às áreas de regularização, ajustadas após a elaboração do Documento Técnico, incluindo ajustes de poligonal, novos Decretos, os Parcelamentos Urbanos Isolados (PUI), entre outros itens. Foram ainda debatidos os seguintes temas: a) o Plano Distrital de Habitação de Interesse Social (PLANDHIS); b) a Lei Complementar nº 986, de 30 de junho de 2021, que dispõe sobre a Regularização

Fundiária Urbana (Reurb) no Distrito Federal, alterando o PDOT vigente (LC nº 803/2009), no que se refere às estratégias e aos instrumentos decorrentes da publicação da lei; e, c) a viabilidade de elaboração de um diagnóstico da informalidade dentro do território, contendo as áreas ocupadas informalmente dentro do DF. Com a palavra, a Sra. **Juliana Machado Coelho** explicou não se tratar da elaboração de um novo documento, mas de aproveitar o material já elaborado no diagnóstico, confrontando-o às novas informações obtidas, a serem incluídas na etapa do prognóstico. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** retomou o relato da reunião do GTI de Habitação e Regularização informando ter recebido contribuições propositivas relacionados aos critérios a serem considerados em processos de regularização. Frisou ter sido explicado em todas essas reuniões, que o intuito das mesmas era atualizar e/ou complementar o conteúdo das leituras técnicas. Por fim, anunciou ter ocorrido a reunião da Gestão Social da Valorização da Terra e, em seguida, apresentou um balanço da participação dos órgãos do Distrito Federal nessas reuniões, que em resumo foi muito positivo. Ressaltou a importância da participação dos membros do CGP, enquanto comitê composto por representantes da sociedade civil organizada. O Sr. **Marcos Luiz Santarosa**, ASPROESTE, por outro lado, apresentou uma visão divergente da reunião do GTI de Ruralidades relatada pelo Sr. Mário Pacheco, afirmando que o DF Legal participou da reunião referente ao eixo temático, mas que faltaram representantes do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e da ETR, importantes para algumas das discussões relevantes referentes a esse eixo. Apresentou suas dificuldades em acessar informações da ETR. Segundo ele, houve pouco avanço no processo de atualização da leitura técnica de 2020 até o momento, exemplificando o Plano de Desenvolvimento Rural, que ainda consta no documento como a ser implementado, mas, na verdade, já encontra-se como publicado em 2022, no site da Secretaria da Agricultura do Distrito Federal (Seagri-DF). Outro exemplo dado foi o referente à própria ETR, que sequer consta no documento da leitura técnica. Por fim, entende como superficial as críticas ao conteúdo do PDOT vigente, informando que o problema não é a falta de regramento, mas sua não implementação, monitoramento e fiscalização. Com a palavra, o Sr. **Benny Schvarsberg**, Associação Andar a Pé, lamentou não ter podido estar presente como previamente avisado, por conta dos horários incompatíveis com sua agenda. Assim, baseando-se exclusivamente no relato do Sr. Mário, salientou, primeiramente, a inexistência de uma avaliação dos polos multifuncionais propostos no PDOT vigente e ainda não implementados, ou precariamente implementados. Em segundo lugar, lamentou que as discussões do Eixo Gestão Social da Valorização da Terra tenham se restringido aos instrumentos Odir e Onalt, sem ter discutido o mais recentemente destacado tema nos grandes Planos diretores brasileiros (São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro) – o Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória (PEUC) – que pode coibir a retenção especulativa da terra no processo da valorização imobiliária. Segundo ele, sua discussão é essencial, pois é um instrumento previsto e não aplicado. A terceira ausência lamentada foi quanto às informações no tratamento de dados atualizados das redes de drenagem urbana da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), no Eixo de Meio Ambiente e Infraestrutura, face aos adensamentos da última década aqui no DF, e face às mudanças climáticas, especialmente à mudança de regime pluviométrico que vem ocorrendo nos últimos anos. Questionou, também, se houve alguma articulação sobre o acúmulo de informações ocorrido no âmbito do processo de produção das leituras técnicas e a proposta de revisão do Plano Diretor de Transporte Urbano do DF (PDTU). Por fim, lamentou ainda a ausência da discussão de estratégias relacionadas à escala metropolitana e questionou o grau de envolvimento dos servidores das Administrações Regionais junto ao GTI. A justificativa deste último questionamento recai sobre a necessária descentralização da capacidade técnica de planejamento, gestão, uso e ocupação do solo, que a seu ver chegou a ocorrer há muitos anos, quando, então, havia um esforço na composição das diretorias de planejamento das Regiões Administrativas (RA). A Sra. **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto SÁLVIA TERRA, teceu comentários sobre os dois Eixos dos quais participa – Meio Ambiente e Infraestrutura e Território Resiliente. Quanto ao primeiro, indicou não ter havido participação expressiva dos órgãos na leitura técnica desse Eixo. Em seguida, questionou o uso do documento virtual *Google Docs*, pois ali foi posto um documento em branco a ser construído coletivamente. Contudo, segundo ela, o uso da ferramenta seria melhor aproveitado, se houvesse um documento já minimamente estruturado, com os tópicos importantes a serem atualizados, de forma a estimular a participação. Assim, sugeriu a abordagem de tópicos como recursos hídricos, saneamento, drenagem pluvial nas cidades, mas com um certo conteúdo prévio de diagnóstico. Exemplificou sua sugestão em relação às Áreas de Proteção de Mananciais (APM), as quais foram listadas com certa informação, ressaltando, todavia, ter dados, mas não o diagnóstico com um direcionamento. Quanto ao Eixo Território Resiliente, talvez o fato de não ter nada ainda publicado seja positivo, pois há a possibilidade de se apresentar certo conteúdo. Em resposta as

ponderações, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, respondeu primeiramente às indagações da Sra. Betúlia, informando que solicitará a equipe técnica a revisão do conteúdo apresentado em ambiente virtual. Segundo ele, não foi possível verificar o grau de participação dos contribuintes pelo *Google Docs*, previamente à reunião, mas informou ter recebido muitas contribuições de servidores dos órgãos do GDF por *e-mail*, nos seguintes eixos: Ruralidades; Meio Ambiente e Infraestrutura; e Gestão Social da Valorização da Terra. Clarificou que, as informações sem diagnóstico estão presentes em vários eixos, pois muitos órgãos enviaram dados e não enviaram a correspondente análise, e, diante do exposto, analisaram as informações que foram possíveis no prazo estabelecido. Adicionou ter informações mais detalhadas daquelas áreas onde há maior interface com/ou são de competência da SEDUH. Assim, as informações das redes de drenagem, citadas pelo Sr. Benny, por não serem da competência da SEDUH, tornaram mais difícil a apresentação de uma análise robusta sobre os dados recebidos, diante dos limites da articulação à época. Em resposta às observações do Sr. Marco Santarosa, reiterou o fato de não ter tido atualização do documento apresentado, por não ter ocorrido reuniões do GTI durante os anos de 2022 e 2023. Contudo, isso não significa que essa atualização não esteja ocorrendo, apenas, ressaltou ele, não estão sendo publicadas, a exemplo do trabalho desenvolvido pela área técnica sobre o Eixo Ruralidades. Segundo ele, a equipe que se dedica ao tema, desde o começo do ano passado verifica o que está desatualizado e atualiza, assim como complementa o que não apresenta referência, sendo todo esse material incluído posteriormente como anexo. Em resposta aos comentários trazidos pelo Sr. Benny, asseverou que os Polos Multifuncionais estão presentes nas análises do Eixo de Mobilidade. Informou que apesar do PEUC não ter sido discutido na reunião do GTI de Gestão Social da Valorização da Terra, o instrumento está presente na leitura técnica do Eixo. Quanto aos dados das redes de drenagem em 2021, informou que, por não as terem recebido atempadamente, as informações não foram inseridas na apresentação. Com relação às mudanças climáticas, relatou que o conteúdo foi discutido no Eixo Território Resiliente, informação anunciada, inclusive, no Seminário promovido pela Seduh no mês de março. No tocante à articulação entre os processos de revisão do PDOT e do PDTU, comunicou que ela existe de forma consistente por parte da equipe técnica, por meio de reuniões que ocorrem desde o início deste ano, com os membros representantes da SEMOB, responsáveis pelo PDTU, tanto nas reuniões do GTI de mobilidade, quanto no Seminário de Leitura Técnica. No tocante à escala metropolitana nas reuniões dos GTI de mobilidade e meio ambiente e infraestrutura, clarificou que existem temas, tais como, gestão de recursos hídricos, manejo de resíduos sólidos, mobilidade, que excedem a escala local. Essas situações já estão previstas na metodologia geral do processo, nas escalas de análise dos eixos temáticos. Neste sentido, garantiu que, conforme o PDOT vigente traz entre seus princípios (art. 7º), seus objetivos (art. 8º) e suas estratégias de dinamização (art. 106) do DF, a perspectiva metropolitana estará também presente nesta revisão. Ponderou que em 2022 foram realizadas diversas reuniões com técnicos das RAs, as quais constarão como um dos produtos do Diagnóstico. Reiterou que os técnicos também foram orientados a participar das Oficinas, as quais sempre contaram com o apoio da equipe técnica das respectivas RAs. Concluiu sua fala informando que apesar de não haver atividades oficiais do GTI durante o referido período, houve grande contribuição do GTI. O Sr. **Guilherme Jaganu**, Fórum de Defesa das Águas, questionou se as informações e contribuições encaminhadas pelos membros do GTI serão disponibilizadas posteriormente. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** confirmou e anunciou que o material será disponibilizado para o GTI, após procedimento de verificação das informações. O Sr. **Guilherme** solicitou o repasse dos *e-mails* e do material antes do tratamento. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** respondeu que anotou a demanda e certamente verificará junto ao Coordenador do Eixo de Meio Ambiente, Pedro Marcelo, essa possibilidade. A Sra. **Ludmila de Araújo Corrêa**, CAU/DF, manifestou já ter sido em grande parte contemplada, mas sugeriu que prazo curto e equipe reduzidas não fossem limites à realização das tarefas, mas que ocorresse o oposto, que a equipe e os prazos fossem redimensionados para a realização efetiva das tarefas necessárias. Neste sentido, solicitou justificativas formais, para que os próprios membros do CGP busquem soluções junto a outros órgãos para qualquer limitação que impeça atender as demandas. Por fim, comunicou a ausência da Sra. Jhennyfer Loyane Gama Pires, Candanga Assessoria Popular, por motivos de doença, mas repassou o interesse da mesma em participar do eixo de Meio Ambiente. Com a palavra, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, solicitou, diante das três reuniões anteriores, que fosse deliberado neste Comitê o desenho dos próximos eventos, para a fase de Proposta do processo de revisão, de forma a equacionar os necessários procedimentos burocráticos com os órgãos do GDF e contratuais com a URBTEC, pois no contrato exige um prazo de 20 (vinte) a 30 (trinta) dias para receber as informações por questões de logística interna. Isto posto, explicou existir 04 (quatro) modelos de reuniões: 1) as reuniões da fase de proposta, por RA, uma por dia; 2) as reuniões por Unidade de

Planejamento Territorial (UPT), aos sábados; 3) as reuniões de propostas por Eixo Temático, duas por eixo; e 4) as reuniões por Macrotemas, como o macrozoneamento, também aos sábados. Esclareceu que a audiência prevista basear-se-á no diagnóstico e fechará com um apontamento de problemáticas do território. Após o fechamento do Diagnóstico, será dado prosseguimento ao processo de sistematização, diante de toda a informação coletada nesses eventos, bem como das contribuições já recepcionadas de reuniões livres e dos requerimentos do PDOT, que são registrados em processo SEI. Com isso, o intuito é apresentar, por um lado, os problemas do território identificados por diferentes atores e, por outro, as propostas de solução também fornecidas por diferentes atores. Salientou que as reuniões mais abrangentes seriam por macrotemas e as mais específicas, por eixo temático. Na sequência, propôs para deliberação os seguintes itens: a) o uso das carretas nos eventos por RA, uma vez que, com sua adoção, não seria possível manter a mesma estrutura em todas as RAs, o que comprometeria a homogeneidade dos eventos; b) o método para definição da escolha dos locais do evento; c) a própria metodologia das atividades e materiais para consulta no dia do evento; e, por fim, d) quais seriam os macrotemas. Notificou que as considerações e contribuições sobre esses itens poderiam ser enviadas por e-mail e que, se necessário, poderia ocorrer uma reunião em maio sobre o assunto. Passada a palavra, o Sr. **Benny Schvarsberg** sopesou, primeiramente, sobre a existência dessa divisão das RAs por UPTs, que foi uma proposta do PDOT de 2009, tendo por base um agrupamento regional, fruto de uma lógica de articulação territorial de prováveis conurbações. Assim, seu primeiro questionamento é se, após 16 (dezesesseis) anos e depois de todo o levantamento de dados, essa lógica persiste, ou se sofreu um rearranjo de regionalizações com novas tendências. Isto é, ela não deve ser assumida como um fato dado, mas o próprio agrupamento deveria ser previamente avaliado. Em seguida, exemplificou seu argumento, com base em estudos do território, sobre densidades urbanas, elaborados por técnicos do governo. Neste sentido, discordou sobre a divisão por RAs nas reuniões por UPTs, se vierem a ocorrer, pois se perderá exatamente a interface entre elas, sugerindo, então, a divisão por temas que promovessem a interrelação e conexão entre elas. Enfatizou a importância do uso das informações da LUOS nas discussões em sala e a possibilidade de debate em torno dos vazios urbanos, bem como ter a presença de órgãos fundamentais, como CEB, CAESB, Neoenergia, Terracap, Ibram, para fornecer esclarecimentos sobre os temas de interesse da população. Argumentou que as comissões de acompanhamento do PDOT deveriam ser melhor aproveitadas como agentes contribuidores para o processo de mobilização. O Sr. **Adalberto Ferreira de Paula Carvalho**, ASSOLIM, explicou que a Administração Regional da Candangolândia tem uma boa estrutura e talvez não precise de carreta, e corroborou a importância da mobilização e do acolhimento neste processo. O Sr. **Marcos Luiz Santarosa** argumentou que as UPT's precisam ser revistas, pois foram criadas novas RAs que podem ter interferido na lógica, dando o exemplo da Fercal, criada após 2009, de maneira que não se tenha um rearranjo artificial. Neste sentido, sugeriu que na discussão por UPT as RA's possam discutir, inclusive, em qual UPT deverão estar associadas. A Sra. **Betúlia de Moraes Souto**, Instituto Sálvia Terra, sobre a questão das UPT's, indicou que uma das lógicas do arranjo territorial atual se fundamenta nas bacias hidrográficas, neste sentido, informações sobre a capacidade de suporte dessas bacias são essenciais. Assim, sugeriu que se tomasse por base os dados presentes no Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE), e concordou tanto com a divisão da reunião das UPTs por temas, quanto com a necessária presença de representantes de outros órgãos do Governo. Por fim, arrazouou sobre o local não estar restrito ao espaço da Administração Regional, até para não coibir indiretamente a participação social, concordando com as reuniões itinerantes, as quais poderiam contar com o respaldo da Secretaria de Mobilidade. A Sra. **Rossana Maria Delpino Sapena**, CEUB, indagou se as informações do seminário foram processadas e sistematizadas e onde poderia encontrar a informação. Ainda sobre a questão das UPTs, a Sra. **Ludmila de Araújo Corrêa** acredita que, para além da lógica das bacias hidrográficas, foram consideradas as relações de dependência e de fluxos entre as RA's. Contudo, ressaltou com base, inclusive, em suas pesquisas desenvolvidas por ocasião de sua dissertação de mestrado, a necessidade de se reavaliar esse modelo de agrupamento territorial, até pelas diferenças no volume populacional das RA's. Neste sentido, propôs o critério populacional tanto para a definição da infraestrutura itinerante, quanto para a escolha do local. Por fim, concordou com a divisão por temas e ressaltou a necessidade dessas reuniões considerarem, em sua organização de espaço e tempo, as reuniões preparatórias da Conferência das Cidades. A Sra. **Juliana Machado Coelho** respondeu que podem marcar uma reunião para tratar sobre o assunto, realizar um evento paralelo, mas não sabe se há tempo hábil para propor uma compatibilização dessas duas atividades complexas. Explicou ser necessário ter uma comissão organizadora para a Conferência das Cidades, que a data limite de inscrição da conferência é no dia 15 de maio. Segundo ela, apenas após a conclusão dessa etapa é que conseguirão realizar a primeira reunião da

comissão organizadora. Compreende a necessidade da realização das Etapas Preparatórias para a Conferência, até para o processo de escolha dos delegados. Há também a eleição de 04 (quatro) delegados para compor o Conselho Gestor do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social (Fundhis), conforme o inciso VII e o § 1º do art. 5 do Decreto nº 34.365, de 15 de maio de 2013; e outros 03 (três) para o Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), conforme §3º, Art. 7º, da Lei nº 4020/2007, combinado com o inciso V, art. 8º da Resolução Normativa nº 100.000.211/2016, de 14 de junho de 2016. Neste sentido, a Seduh está a providenciar a aprovação da portaria para regulamentação do tema. Foi questionado se as reuniões das UPT's podem ser feitas até agosto. A Sra. **Juliana Machado Coelho** negou, pois de acordo com o que entende estar estabelecido, provavelmente isso só seria possível se o regimento estivesse concluído, aprovado e publicado até 15 de julho e os processos do PDOT também não atrasassem. Assim, se um dos dois atrasar, compromete todo o processo de articulação de ambos os processos. Foi questionado se pode ser criado um grupo com a sociedade civil para tratar da Conferência das Cidades. A Sra. **Juliana Machado Coelho** respondeu que, após a publicação da Portaria, uma reunião pode ser marcada para verificar o regimento e o regulamento anterior para elaborar o próximo. Salientou a importância da regionalização, da figura da UPT como escala intermediária entre a RA e o Distrito Federal, mas ponderou ser possível refletir em outras formas de arranjos para a UPT, mas salientou que, no presente, este é um instrumento que propicia a comparabilidade. Ato contínuo, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** solicitou aos membros do CGP que enviem uma proposta para a participação da população por fluxos, por RA's, nas UPT's. Mas informou que, se a proposta não for apresentada, será adotada a forma de organização de UPT's prevista pelo Plano Diretor vigente. Com base nos itens apresentados para deliberação, confirmou: a) que nas reuniões por UPTs as divisões ocorrerão por temas; b) que os macrotemas serão pautados pelas problemáticas mais debatidas nas Oficinas Participativas; e c) que os membros do CGP contribuirão com os processos de mobilização, com a intermediação junto às comissões de acompanhamento. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** concordou com os eventos itinerantes, porém argumentou que devem ser considerados fatores como segurança, que recursos podem ser inviabilizados e pontuou que na próxima reunião podem ser apresentados outros modelos. Ponderou que as contribuições do seminário foram sistematizadas pela Urbtec e reencaminhadas aos coordenadores dos Eixos para serem incorporadas às leituras técnicas. Todavia, atentou para o fato deste material não poder ser publicizado ainda, pois faz parte de um produto maior da empresa, que será posteriormente entregue. Acrescentou que, pode oficializar a solicitação da presença dos órgãos e que a partir de junho pode executar um alinhamento do GTI para reforçar a participação. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano da SEDUH, agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a 19ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT).

JOSÉ MARIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **JEFFERSON PEDROZA**, Suplente – SUPLAN; **RENATA FREITAS CARVALHO CALDEIRA**, Suplente - SUDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **LUCAS SANTANA SIGWALT**, Titular – SUPAR; **ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES**, Titular – SECID; **ANDRÉ JÚNIO TAVARES BARBOSA**, Titular – Coletivo CALUNGA; **PAULO HENRIQUE MORAIS**, Titular – CÁRITAS Arquidiocesana de Brasília; **DAYSE DE HANSA NOGUEIRA LIMA**, Titular – AAMA; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Instituto SÁLVIA TERRA; **BENNY SCHVARSBERG**, Titular – Associação ANDAR A PÉ; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROETE; **MARIA ESTELA CAVALCANTE PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, Suplente – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAULA CARVALHO**, Titular – ASSOLIM; **JANDSON CÂNDIDO DE QUEIROZ**, Titular – ADEMI/DF; **MASSAE WATANABE**, Suplente – APRONTAG; **GEIZIANNE GOMES RODRIGUES**, Suplente – IAB/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORRÊA**, Suplente – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF; **ROSSANA MARIA DELPINO SAPENA**, Titular – CEUB.

JULIANA MACHADO COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 07/06/2024, às 12:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **142745764** código CRC= **B25D9FB0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 142745764



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT
ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Ao quinto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte quatro, no Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF, foi iniciada a Oitava Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela Senhora **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (SUPLAN), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura. 2. Informes. 3. Aprovação da Ata da 7ª Reunião Extraordinária. 4. Aprovação da Ata da 19ª Reunião Ordinária. 5. Apresentação do Documento Diagnóstico. 6. Alterações no site do PDOT para convocação da 1ª Audiência Pública. 7. Metodologia dos eventos de participação social para a etapa de proposta do PDOT. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1. Abertura: A Sra. **Juliana Machado Coelho** iniciou a reunião cumprimentando a todos e pediu que fosse mantido o cronograma previsto da reunião. Ato contínuo, passou ao item 2. Informes: A Sra. **Juliana Machado Coelho** comunicou a convocação da primeira Audiência Pública do processo de revisão do PDOT para apresentação do diagnóstico, a ser realizada no dia 29 de junho de 2024. Desculpou-se pelo cancelamento da reunião da semana anterior, ocorrido devido ao trabalho intenso para finalização do diagnóstico. Ato seguinte, passou ao item 3. Aprovação da Ata da 7ª Reunião Extraordinária: Não havendo nenhuma retificação, a Ata da 7ª Reunião Extraordinária foi aprovada por unanimidade. Após, passou ao item 4. Aprovação da Ata da 19ª Reunião Ordinária: Não havendo nenhuma retificação, a Ata da 19ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade. Avançando ao item 5. Apresentação do documento Diagnóstico: O Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (COPLAN/SUPLAN/SEDUH), explicou que o Documento Diagnóstico, em alinhamento à metodologia do processo de revisão, apresenta o conteúdo das leituras Técnica e Comunitária, iniciadas em 2019 e 2021 respectivamente. Informou que o material citado encontra-se no site do processo de revisão do PDOT, indicando como acessá-lo (clicar em **Como Participar?**, depois, selecionar: **Audiências Públicas**), em atenção a norma que solicita a apresentação de todo o material e documentação de convocação e subsídio para a realização da Audiência Pública disponibilizado em um mesmo e único local. Após explicar como acessar o documento, passou a descrever, em seguida, como o Documento do Diagnóstico está organizado – composto por duas partes (Leitura Técnica e Leitura Comunitária), cada qual dividida em escalas territoriais, a saber: escala do Distrito Federal, escala de Unidade de Planejamento Territorial (UPT) e escala das Regiões Administrativas (RA). Listou e detalhou os capítulos do documento: os três primeiros, referentes à Leitura Técnica, tratam dos Eixos Temáticos, dentro das escalas referidas; o quarto, denominado de Estudos Direcionados, traz o produto sistematizado e balizado pelas Reuniões Técnicas; os três capítulos seguintes correspondem ao Diagnóstico Comunitário de acordo com as diferentes escalas propostas, sendo o quinto capítulo referente à escala do DF e baseada nos Encontros para Pensar o Território; seguida pelas Oficinas Temáticas por UPT, apresentadas no capítulo 6, contendo um subcapítulo que remete, também, à escala do Distrito Federal; o sétimo capítulo, que trata do Diagnóstico Comunitário no âmbito da escala das Regiões Administrativas remete seus insumos obtidos nas Oficinas Participativas, também, às demais escalas; o oitavo e último capítulo corresponde a conclusão e considerações finais sobre o processo do Diagnóstico. Por fim, ressaltou que, apesar da elaboração do material ter tido início em 2019, parte do compilado é inédito e parte originou-se de resumos de publicações existentes. Concedida a palavra, o Sr. **Marcos Luiz Santarosa**, ASPROESTE, destacou a

ausência do conteúdo oriundo das Reuniões Livres e solicitou, ainda, a inclusão do período de participação dos integrantes do CGP, a espelho do que foi feito com os membros do GTI. O Sr. **André Junio Tavares Barbosa**, CALUNGA, corroborou a falta anterior, no tocante às Reuniões Livres, questionando a destinação do material. Em resposta, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** confirmou que o produto compilado nas Reuniões Livres estão sendo sistematizados e integrarão a etapa das propostas, conforme divulgado e esclarecido desde o início do processo. Contou que, após a publicação do documento do Diagnóstico, foram identificados alguns erros de edição e formatação. Neste sentido, informou que o documento já está passando por essa revisão e a errata será publicada após a 1ª Audiência Pública. Assim, a demanda feita pelo Sr. Marcos Luiz Santarosa, quanto à inclusão do período de participação dos membros do CGP, será seguramente incluída. Em seguida, a Sra. **Betúlia de Moraes Souto**, Sálvia Terra, se disse feliz com a publicação, porém observou que o documento deveria ter sido aprovado primeiramente pelo CGP, sugerindo que assim o seja para as próximas etapas. Sobre isso, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** propôs que os membros do CGP já encaminhem suas sugestões, dado que a estrutura do documento não poderá ser alterada antes da Audiência. Com a palavra, a Sra. **Juliana Machado Coelho** concordou que seria importante passar o documento pelo crivo do CGP, porém justificou que o prazo para a Audiência Pública assim não o permitiu. Em seguida, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, CAU/DF, pediu que fosse feita uma revisão técnica no site, uma vez que constatou instabilidades. Além do exposto, perguntou se o GTI discutirá o cruzamento das leituras técnica e comunitária e pediu acesso aos dados brutos, não apenas aos sistematizados. Por sua vez, o Sr. **Marcos Luiz Santarosa** solicitou explicações sobre as ações que constam no texto do PDOT vigente, mas que não foram aplicadas, citando como exemplo as glebas com características rurais. Para além das críticas referentes ao que consta na Lei vigente, é primordial a compreensão das causas que impediram o cumprimento do previsto no ordenamento vigente, de forma a evitar que se repitam. Em resposta, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** disse compreender a demanda, porém lembrou da complexidade de se apresentar uma fundamentação técnica baseada em informações que dependem de relatórios oficiais elaborados pelos próprios órgãos executores e responsáveis, para expor as informações solicitadas pelo Sr. Marcos Luiz Santarosa, mesmo esse informando sobre a contribuição desses órgãos no âmbito do GTI. Sobre a colocação da Sra. Ludmila de Araújo Correia, afirmou que a instabilidade refere-se ao servidor do GDF, sendo que as medidas necessárias para solucionar o problema foram encaminhadas à SUTIC (Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria de Estado de Economia) e a manutenção está em curso. Relatou que a viabilização da sistematização está sendo planejada e somou que o cruzamento das leituras técnica e comunitária está dentro da programação. Ainda sobre os dados sistematizados, o Sr. **Antônio Maycon Martins**, Diretor da Diretoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (DIPLAN/COPLAN/SUPLAN), respondeu afirmativamente sobre a possibilidade de apresentar os dados brutos (Planilha Transcrições, Planilha Descrições e Planilha Agrupamentos), e, inclusive, já estão a viabilizar sua disponibilização no site, pois o material já está estruturado por oficinas participativas. Contudo, informou ainda não ser possível garantir um prazo para tal. Seguiu-se para o item **6. Alterações no site do PDOT para convocação da 1ª Audiência Pública**: O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** relatou que o objetivo da Audiência de 29 de junho é: apresentar o resultado da fase de diagnóstico obtido no processo de revisão do PDOT; fomentar, provocar e democratizar a efetiva participação da sociedade; e aprimorar o trabalho para as próximas fases, com base nas contribuições que ainda podem ser feitas. Explicou os procedimentos para a contribuição virtual, esclarecendo que não é necessário realizar cadastro, apenas informar alguns dados de identificação, podendo, qualquer cidadão, apresentar sua proposta. Para isso, haverá uma caixa de texto de contribuição de até 20 mil caracteres, com a possibilidade de anexar até 20 arquivos e imagens até 10MB, em um formulário constante no site. Informou que este ficará disponível até às 23h59 do dia da Audiência e que o cidadão que fizer o encaminhamento da proposta receberá automaticamente um e-mail com as informações do formulário preenchido. Em seguida, explicitou que será publicado um documento consolidado com todas as contribuições recebidas neste processo, e que as informações recebidas online também serão sintetizadas ali. Sobre o tema, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia** perguntou como as contribuições se relacionarão com a dinâmica da Audiência Pública, destacando o objetivo da participação social. Então, a Sra. **Betúlia De Moraes Souto** perguntou como dar-se-á a dinâmica da Audiência Pública e cobrou divulgação, inclusive por parte do GDF, indagando o que está sendo feito quanto a isso. A seguir, o Sr. **Marcos Luiz Santarosa** falou não ter encontrado o horário de término da Audiência, perguntando se dependerá da dinâmica. Em resposta, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** lembrou que todas as audiências da SEDUH seguem um protocolo e disse que a previsão é de que o evento dure cinco horas. Indicou que será feita uma abertura de, no máximo, uma hora e meia, com uma

exposição do Documento Diagnóstico. Posteriormente, a população poderá fazer as suas contribuições. Sobre a divulgação, informou que foi solicitada à SECOM (Secretaria de Estado de Comunicação), contudo, essa Secretaria informou que só poderá providenciar a divulgação com menor período de tempo. Lembrou, porém, que durante as Oficinas eles contribuíram de diversas formas, inclusive com carro de som. Acrescentou aos informes que a Audiência Pública será presencial com transmissão online, distinguindo-se de um formato híbrido, pois, durante a reunião, somente haverá interação com presentes presenciais. Resumiu que as informações recolhidas através do formulário serão sintetizadas após a audiência, na segunda-feira (1º/07/2024). Em complemento, relatou que já está pronta a estruturação do banco de dados que irá receber as contribuições via formulário, inclusive durante a reunião, dado o tempo exíguo de dez dias após o evento, que a norma seguida (Lei 5.081/2013) estipula para organizar, dar retorno e publicar documento consolidado com as contribuições recolhidas. Quanto à dinâmica a ser aplicada durante a reunião, esclareceu que os presentes contarão com a Palavra Franqueada, apresentarão as considerações, que serão divididas em bloco e lidas, em seguida a mesa dará retorno sobre o que for possível naquele momento. Explicou que haverá técnicos com material disponível a semelhança do ocorrido no Seminário de apresentação da Leitura Técnica aos membros do CGP e GTI e contará com a execução da empresa contratada, URBTEC. Acrescentou que serão feitas mudanças na interface do site, com os ajustes necessários. Afirmou ter ciência de que existem outras formas de participação, porém que a metodologia foi escolhida tendo em vista o prazo disponível. Relembrou do calendário aprovado anteriormente, que precisará ser alterado dados os atrasos decorrentes da fase de diagnóstico e das atividades da equipe técnica planejadas para o mês de junho. Relatou que o mês de julho será dedicado à construção de cenários, o que inclui o cruzamento das leituras Técnica e Comunitária e servirá de insumo para a etapa posterior. Ato seguinte, passou-se ao item 7. Metodologia dos eventos de participação social para a etapa de proposta do PDOT. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** reforçou que os cenários subsidiarão a construção de propostas, que serão apresentadas nas reuniões por RA e por UPT. Somou que serão marcadas reuniões para discussão dos eixos temáticos. Sobre a fase de propostas, reforçou que ocorrerá um evento por RA, totalizando 35, sempre durante a semana, em estrutura itinerante de fácil montagem instalada em áreas de grande fluxo de pessoas e permitindo que a população interaja com as propostas. Pediu que o CGP indique locais para os eventos, sendo que a equipe técnica precisará confirmar a viabilidade. Descreveu que a estrutura será de uma tenda e um veículo de suporte para transporte e armazenamento, conforme croqui apresentado, porém que o evento deverá ser divulgado em outros pontos da RA, por meio de cartazes. Apresentou a proposta da estrutura, que contará com: mesa de boas-vindas; área denominada Museu, com todas as informações sobre o PDOT e a região em questão, com a possibilidade de acesso virtual por QR code; e a área dinâmica, que contará com um painel magnético e onde deve ocorrer a interação da população, o que ainda está em desenvolvimento. Relatou que receberam um professor italiano, o arquiteto Giovanni Allegratti, Professor da Universidade de Coimbra, em Portugal, que é especialista em processos participativos, o qual apresentou à equipe técnica da Suplan diversas experiências e sugestões de metodologias. Reforçou o pedido de ideias sobre a dinâmica do evento e os locais para realizá-lo. Seguindo para as considerações, a Sra. **Samia Waleeska Pereira de Carvalho**, POSITIVA, perguntou se os eventos nas RA seguirão as dinâmicas das oficinas participativas em termos de divisão territorial, pedindo especificamente que o Jardim Botânico seja separado do Paranoá e do Itapoã dada a sua dimensão e a temática de cada região. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** respondeu que por ser um evento em cada RA, tal demanda seria atendida e passou a palavra ao Sr. **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, que comentou positivamente acerca da dinâmica utilizada no seminário do Sindicato da Indústria da Construção Civil – SINDUSCON, sugerindo manter a mesma lógica, por entendê-lo estimulante à manifestação dos presentes. Sugeriu que, além de registrar suas opiniões via internet, as pessoas tenham a possibilidade de escrever, e que o número e tempo de falas por eixo na Audiência seja limitado, com espaço para esclarecimentos da mesa, que deve disponibilizar dados e informações, e não debater. Sugeriu que os Deputados Distritais sejam convidados, mas que lhes seja regulado o uso da fala, diante do tempo reduzido e do interesse de propiciar a maior participação possível para todos os presentes. Em seguida, mesmo compreendendo que se trata da discussão de um Diagnóstico, ressaltou que, geralmente, é a possibilidade de apresentar propostas o que move os cidadãos. Neste sentido, questionou como será feita a devolutiva aos participantes que apresentarem propostas. Sobre a estrutura física proposta, com as tendas e demais materiais, propôs três parâmetros para localização das estruturas: a) terminais rodoviários e metroviários; b) feiras e mercados nas manhãs de sábado e domingo; e, c) próximo às escolas de Ensino Médio. Por fim, louvou tanto a finalidade de educação urbanística, ressaltando a necessidade de associá-la à questão socioambiental, quanto a presença do Professor Giovanni

Allegretti, o qual conheceu pessoalmente em Coimbra. Sobre as oficinas por RA, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia** propôs pensar em uma análise de proporcionalidade com base nas características de cada RA, por meio de um mapeamento, e sugeriu perguntar nos grupos das Comissões de Acompanhamento sobre os locais de maior movimento para uma adequada instalação. Segundo sua sugestão, as informações poderiam ser incluídas em um mapa colaborativo para criar um panorama. Falou de a possibilidade da tenda estar em uma parte da RA em um período do dia e migrar para outra parte no segundo período. Concordou com a ideia de instalar a tenda perto das escolas e citou a Gerência de Educação Ambiental, Patrimonial, Línguas Estrangeiras, Arte-Educação e Museu da Educação, da Secretaria de Educação, que pode ajudar a trabalhar a educação urbanística socioambiental, sugerindo um diálogo para possivelmente mobilizar as escolas. Por fim, sobre a Audiência, concordou que as devolutivas devem ser feitas ao final de cada eixo temático, deixando espaço para a fala da população. Com a palavra, o Sr. **Guilherme Jaganu**, Fórum em Defesa das Águas, endossou a sugestão da Sra. Ludmila de Araújo Correia sobre a tenda ficar em mais de um local na mesma RA e propôs uma tenda permanente na rodoviária do Plano Piloto, dado o fluxo de pessoas. Perguntou, ainda, se a tenda e o material a ser exposto estão prontos. Em resposta, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** disse que o material ainda não foi desenvolvido, uma vez que, primeiro, é preciso definir a dinâmica. Disse que gostou da ideia da tenda na rodoviária, porém lembrou que os eventos das RA serão executados pela URBTEC e que podem haver problemas de logística e de carga horária para desmontar e remontar a estrutura no meio do expediente e em mais de um local, concluindo que precisará verificar a viabilidade. Concordou com a proposta de mobilização das escolas, assim como a Sra. **Juliana Machado Coelho**, que adicionou a possibilidade de intervenções nas escolas para apresentação do PDOT e coleta de propostas, lembrando apenas que não poderia ser incluído no contrato da URBTEC. Após, o Sr. **Guilherme Jaganu** expôs que a SEDUH pode solicitar um Box na rodoviária para não precisar locomover o material. Dando seguimento, Sr. **José Mário Pacheco Júnior** explicou que as contribuições feitas pelo site serão respondidas após a Audiência Pública, porém que a metodologia será definida de acordo com a quantidade de intervenções, sendo que os retornos individuais esbarram na Lei Geral de Proteção de Dados, dando-se preferência, portanto, à publicação de um documento único. Reforçou que a Audiência será voltada para a população e que as intervenções serão sucintas e disse que a convocação será encaminhada para a Câmara Legislativa e para os demais órgãos do GDF. Ato seguinte, o Sr. **André Junio Tavares Barbosa** sugeriu as Unidades Básicas de Saúde (UBS) como locais para instalação das tendas ou para divulgação, assim como os centros de cultura ou pontos onde o debate urbano já acontece. Sobre o tamanho das RA, citou a dificuldade de locomoção entre e dentro delas, exemplificando com a região de Sol Nascente 1, 2 e 3. Em posse da palavra, a Sra. **Verônica Ferreira de Figueiredo**, PAES, endossou a importância da divulgação e da mobilização e sugeriu conversas com as administrações regionais sobre os eventos nas RA, dado que algumas delas possuem tendas, mesas e cadeiras, além de poderem ajudar com divulgação. Após, o Sr. **Jean Vitor Cândido**, CRESS/DF, discorreu sobre sua experiência em São Sebastião e falou que a mobilidade precisa ser considerada para determinação da instalação das tendas. Elogiou a iniciativa nas escolas, mas chamou atenção para a questão da intergeracionalidade e dos horários de pico, que também precisam ser considerados para outras localidades. Propôs articulação com os equipamentos da assistência social e Restaurantes Populares. Então, a Sra. **Betúlia de Moraes Souto** elogiou a ideia do mapa colaborativo, indicou que a maioria dos locais citados podem ser usados como ponto de divulgação e pediu esclarecimentos sobre o painel magnético. Após, o Sr. **Marcos Luiz Santarosa** questionou como serão as reuniões nas UPT e como as contribuições das RA serão integradas a elas. Por fim, a Sra. **Geizianne Gomes Rodrigues**, IAB/DF, sugeriu que as instalações fossem feitas em estações metroviárias de maior circulação. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** falou que o formato das reuniões por UPT ainda não foi definido, mas que será discutido na próxima reunião. Concordou com a divulgação nos espaços supracitados, mas falou que primeiro o calendário precisa ser concluído. Em seguida, o Sr. **Antônio Maycon Martins** explicou que o painel informativo apresentará a concepção do que é o processo de revisão do PDOT e que o painel magnético permitirá a contribuição através de propostas, criando um ranking das mais apoiadas, o que também será detalhado. Reforçou que todas as sugestões de locais dependem do trâmite administrativo e que é preciso definir a agenda, sendo que a Central Adjacente 2 será uma das últimas por ser a com mais RA. Seguindo os encaminhamentos, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** resumiu que os locais para os eventos das RA podem ser definidos a partir da indicação das administrações regionais ou pedindo autorização para um local determinado pelo CGP. Indicou que as tratativas devem ser feitas no mês de julho, uma vez que os eventos começarão no final do mês de agosto, sendo que as indicações de locais precisariam ser enviadas até a última reunião de junho, no dia 26. Pediu

que os integrantes do CGP conversem com as Comissões de Acompanhamento de cada RA e solicitem duas indicações de locais, sendo que onde não houver comissão o contato será direto com a administração regional. Por fim, a Sra. **Betúlia de Moraes Souto** relatou o encaminhamento feito na Oficina sobre como garantir o envolvimento dos órgãos e entidades distritais e federais na revisão do PDOT no Seminário de Sistemas Climáticos e Desastres do Distrito Federal a respeito do chamamento para participação na construção do prognóstico das propostas. Disse que encaminhará um link a respeito do projeto, ao que a Sra. **Juliana Machado Coelho** pediu que fosse encaminhado também à SEDUH. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra. **Juliana Machado Coelho** declarou encerrada a 8ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **RENATA FREITAS CARVALHO CALDEIRA** – Suplente - SUDEC; **DÉBORA HELOÍSA FRÔZ GOMES**, Suplente – SCUB; **ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES**, Titular – SECID; **MARCONDES ALVES BARBOSA**, Titular – INDI; **CAROLINA BAIMA CAVALCANTE**, Titular – CANDANGA; **VERÔNICA FERREIRA DE FIGUEIREDO**, Titular – PAES; **ANDRÉ JUNIO TAVARES BARBOSA**, Titular – CALUNGA; **ALINE CARDOSO CÔRTEZ**, Titular – DISTRITO DRAG; **SAMIA WALEESKA PEREIRA B. DE CARVALHO**, Titular – POSITIVA; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Sálvia Terra; **BENNY SCHVARSBERG**, Titular – Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **MARIA ESTELA CAVALCANTE PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, Suplente – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAUTA CARVALHO**, Titular – ASSOLIM; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente – ASSOLIM; **MÁRIO BLANCO NUNES NETO**, Titular – PRECAMOR; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON; **GEIZIANNE GOMES RODRIGUES**, Suplente - IAB/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF; **GUILHERME JAGANU**, Membro Honorário - Fórum em Defesa das Águas.

JULIANA MACHADO

COELHO

Distrito Federal

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO** - **Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 02/08/2024, às 12:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=144540844 código CRC= **00DE1D6E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 144540844



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vigésimo sexto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte quatro, no Auditório da SEDUH – Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF, foi iniciada a Vigésima Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, pela Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano –SUPLAN, contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura. 2. Informes. 3. Aprovação da Ata da 8ª Reunião Extraordinária. 4. Itens para apreciação – apresentação da metodologia das reuniões nas Regiões Administrativas – RA e ajustes no cronograma. 5. Assuntos Gerais. 6. Encerramento. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1. Abertura: A Sra. **Juliana Machado Coelho**, SUPLAN, iniciou a reunião cumprimentando a todos e ressaltando os combinados, a saber: que fosse mantido o cronograma previsto da reunião; que as manifestações fossem feitas ao final de cada etapa; que as falas fossem objetivas e precedidas do nome e da entidade do representante. Ato contínuo, passou ao item 2. Informes: Apresentou a lista dos locais sugeridos para as oficinas a serem realizadas durante a Etapa de Propostas e informou que a equipe técnica está analisando os locais sugeridos pelo CGP para a realização dos eventos, garantido que, após, será dado o retorno ao Comitê. Avançando ao item 3. Aprovação da Ata da 8ª Reunião Extraordinária: Não havendo nenhuma retificação, a Ata da 8ª Reunião Extraordinária foi aprovada por unanimidade. Antes de iniciar a pauta, a Sra. **Betúlia De Moraes Souto**, Sálvia Terra, pediu a palavra para tratar de três pontos em especial, o primeiro deles referente à audiência pública que acontecerá no sábado subsequente, 29 de junho. Segundo a expoente, o processo de divulgação da audiência ficou aquém do anterior, suscitando questionamentos quanto ao papel da Secretaria de Estado de Comunicação Social – SECOM. Como segundo ponto, destacou falhas no processo de apresentação do Diagnóstico, o qual foi publicado sem antes passar pela revisão do CGP. Neste sentido, prosseguiu sobre um terceiro e decorrente ponto – o texto do Diagnóstico trazer comentários genéricos que não fazem jus ao conteúdo levantado tanto da Leitura Comunitária quanto da Leitura Técnica – o que reforçou com um exemplo sobre o material colhido de sua região, o Lago Norte, destacando os dados atualizados apresentados nas reuniões dos Grupos de Trabalho Interinstitucionais – GTI não incorporados ao Documento. Na sequência, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, CAU/DF, em complemento ao exposto pela Sra. Betúlia, reforçou a ausência de análise crítica dos dados recebidos, apesar do extenso trabalho de sistematização desses dados. Assim, definiu o material apresentado como um levantamento de dados, não um diagnóstico consolidado. Acrescentou que a própria qualidade da consolidação pode ser questionada sem a apresentação dos dados brutos, solicitados reiteradamente. Citou, em seguida, as características de dois processos dos quais alguns dos membros deste Conselho participaram: o Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – Plandhis; e o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCub. Por fim, insistiu que o diagnóstico ainda precisa ser mais discutido, analisado e acrescido de qualidade técnica e participação. Convidou os demais membros a se manifestarem e pediu que se registrasse em ata a sua preocupação em legitimar processos participativos em sua concepção, com produtos, porém, pró-forma. Após, o Sr. **Guilherme Jaganu**, Fórum em Defesa das Águas, exemplificou que menos de 5% do material participativo da região do Lago Sul foi contemplado no documento Diagnóstico apresentado, e corroborou o argumento da submissão prévia deste ao CGP, antes da sua publicação. Outro ponto levantado refere-se à ausência de um esclarecimento necessário em um documento que se pretende consolidado – pois no material compilado não consta a relação com os diferentes normativos que justificaria sua inclusão (caso pertinente ao PDOT) ou exclusão

(se estivessem relacionados à Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS ou PPCUB). Por fim, assim como a Sra. Ludmila, solicitou que constasse em Ata a sua observação quanto à responsabilidade da Seduh sobre esses instrumentos normativos, para que as demandas oriundas dos processos participativos possam estar contempladas tanto na elaboração desses, quanto, também, em sua forma final, aprovada na Câmara Legislativa. Em seguida, o Sr. **Marcos Luiz Santarosa**, ASPROESTE, apresentou seu receio quanto ao processo de revisão do PDOT ocorrer de forma açodada. Neste sentido, lembrou que na ata da reunião anterior, aprovada nesta reunião, constava uma sua solicitação de alteração referente à participação de membros do CGP em reuniões do GTI, não contemplada no Diagnóstico a ser apresentado na próxima Audiência Pública. Segundo ele, essa alteração é relevante, pois parece que o CGP está de alguma forma validando o que consta no Diagnóstico apresentado como resultado do GTI. Na verdade, os membros do CGP não participaram de todas as reuniões do GTI e, quando ele participou da reunião do GTI, por exemplo, apresentou uma série de questionamentos que não constam no documento. Neste sentido, esta ausência dá a aparência de que esses questionamentos não entraram na consolidação como resultado consensuado em reunião conjunta, o que, no entender dele, não ocorreu. Ato contínuo, o Sr. **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, concordou com as falas anteriores acerca das insuficiências do Diagnóstico apresentado e sugeriu que a audiência pública fosse adiada, mesmo compreendendo que não será acatado, visto que o evento já foi publicamente convocado. De qualquer forma, para justificar sua solicitação pelo adiamento, citou dois exemplos: o PLANDHIS e o PDOT. Por um lado, o PLANDHIS, do qual participou do processo de elaboração como representante da Universidade de Brasília – UnB, foi citado como exemplo de processo relativamente longo, porém consistente quanto à consolidação da participação, mas que, contudo, não foi materializado. Por outro lado, salientou que, devido às questões políticas, à espelho do que aconteceu recentemente com o próprio PPCUB e com o PDOT de 2009, esses instrumentos sofrem ingerências externas ao trabalho técnico. Lembrou, assim, que a Câmara Legislativa alterou o PDOT 2009 sem observar as questões técnicas envolvidas e, em seguida a sua publicação, foi necessário alterar o documento em 2012. Neste sentido, evidenciou a necessária articulação e integração entre esses instrumentos normativos – o PDOT, o PLANDHIS, o PPCUB e demais planos que tratam do território Da mesma forma, arrazoou que o Diagnóstico, para ser assim caracterizado, precisa incluir tanto o cruzamento das Leituras Técnica e Comunitária, bem como uma síntese analítica crítica das informações abrangidas por essas leituras, o que ainda não ocorreu. No entanto, ressaltou e reconheceu todo o trabalho técnico envolvido até o presente momento, indicando faltar pouco para esse Diagnóstico ser legitimado como tal – de um levantamento minimamente organizado, apresentado agora, para uma qualificada análise crítica de questões estratégicas e estruturais que apontem potenciais de proposição, necessária para a próxima Etapa de Prognóstico. O Sr. **Guilherme Jaganu** aproveitou a fala do Sr. Benny e afirmou que o PDOT tem a oportunidade de corrigir as anomalias que possam ocorrer com a aprovação do PPCUB. Por fim, o Sr. **Adalberto Ferreira De Paula Carvalho**, ASSOLIM, em contraposição às falas anteriores, lembrou que o trabalho não termina no Diagnóstico, o qual, mesmo imperfeito, terá chances de ser revisto, mas que o processo precisa continuar. De acordo com essa perspectiva, as informações poderão ser complementadas na fase de Propostas, pedindo que as atividades avancem de acordo com o calendário apresentado. Em resposta, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana – COPLAN, da SUPLAN/SEDUH passou a responder aos pontos levantados por todas as falas anteriores, começando pelo questionamento referente à divulgação da Audiência Pública. Informou que foi feita uma solicitação junto à SECOM para divulgação e que, embora não tenha detalhes, ações estão sendo tomadas, convidando a Sra. **Carmem de Lavor**, Chefe da Assessoria de Comunicação – ASCOM/SEDUH, para dar maiores explicações. De acordo com a Sra. Carmem, a SECOM está divulgando os *cards* da Audiência nas redes e páginas governamentais, e a ASCOM também encaminhou aos grupos das RA. Em adendo, foram preparadas matérias divulgadas na Agência Brasília e todo o material do processo de divulgação, bem como um apanhado do que foi feito será encaminhado posteriormente aos membros deste Comitê. Novamente com a palavra, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** tratou de responder ao questionamento das alterações não realizadas no Diagnóstico apresentado na última reunião, reiterando que elas foram registradas, mas que o documento em si, não poderia ser alterado no decorrer deste período. Lembrou a todos que o documento precisa ser disponibilizado 30 (trinta) dias antes da Audiência Pública e que, embora o texto esteja em revisão tanto de conteúdo, quanto de formatação, uma nova versão só poderá ser publicada após a Audiência, com todas as colaborações, ajustes e alterações que se fizerem necessárias, incluindo a demanda do Sr. Marcos Luiz Santarosa, conforme disposto na Lei 5081/2013. Quanto ao pequeno percentual de elementos coletados nos processos participativos do último período, repisou que a maior parte do material coletado nas oficinas

participativas corresponde a propostas, e não a conteúdo de diagnóstico – motivo pelo qual não constam as contribuições das Reuniões Livres e requerimentos ao PDOT. Além do exposto, uma parcela significativa desse conteúdo refere-se aos outros instrumentos de ordenamento territorial, como a LUOS e demais normas. Em seguida, o Sr. **Antônio Maycon Martins**, Diretor da Diretoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana – DIPLAN, da COPLAN/SUPLAN/SEDUH, em resposta ao questionamento referente à disponibilização dos dados brutos, passou a explicar a metodologia de sistematização desses dados. Segundo ele, os dados coletados foram divididos em três planilhas. A primeira planilha, a de Transcrição, traz as contribuições codificadas, e podem ser encontradas no *site* do PDOT, em imagens digitalizadas. A segunda planilha, a de Descrição, é a que corresponde à análise do material que não aparece nem nos formulários individuais, nem aparece objetivamente no Diagnóstico, pois corresponde ao tratamento das informações, foco dos anseios apresentados pelos membros deste Comitê. Explicou que a terceira planilha é a de Classificação, onde as falas da população são fragmentadas em temas e recebem um código, e acrescentou que os gráficos apresentados no diagnóstico partiram dessa tabela de classificação, onde são feitos os agrupamentos, ou seja, a união dos fragmentos que tratam do mesmo assunto relacionado à um determinado eixo temático. Isto posto, o Sr. Antônio afirmou que tanto as contribuições diretamente pertinentes ao PDOT, quanto aquelas pertinentes a outros instrumentos legais, mas que reverberam de alguma forma no PDOT, foram analisadas. Assegurou, ainda, que toda a análise presente na segunda planilha aparece no diagnóstico de forma complementar, alinhado com o que determina o Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores (MDR, 2022) e usadas como subsídio para o texto final. Assim, optou-se por trazer no Diagnóstico o uso de elementos macro para tratar de locais com a mesma problemática. O escopo é garantir a coerência entre o texto do diagnóstico e a propositura da legislação, onde o foco recai sobre uma problemática ou proposta a ser aplicada em áreas de mesma característica. De maneira a responder o questionamento sobre a ausência dessas informações no Diagnóstico comprometerem o Prognóstico, o Sr. Antônio, reiterou que todas as propostas e informações serão analisadas, pois integram a base de dados a ser utilizada nas próximas etapas. Assim, a depender da escala utilizada no Prognóstico a informação aparecerá de forma macro, ou pormenorizada, conforme as características de ocupação do território de cada contexto abordado. O intuito é manter a coerência entre as estratégias gerais e as soluções particulares, garantindo o padrão e a unidade apresentados nas oficinas participativas, independentemente do local em que ocorreram. Por fim, informou que como os demais dados brutos serão publicados no portal do PDOT e o Diagnóstico já traz a etapa final de classificação, então, a parte da análise poderá ser publicada aos poucos por RA. Em seguida, demonstrou sua fala com um exemplo já pronto referente à RA de Vicente Pires, onde as três planilhas foram apresentadas e explicadas. O Sr. Antônio explanou mais detalhadamente a tarefa de Descrição – que trata a informação transcrita, bruta, em fragmentos temáticos. Como cada descrição de fragmento tem um código específico, é possível traçar o caminho, já relatado em reuniões anteriores, de como a contribuição entrou na base de dados (individual, em grupo, virtual, reunião por RA ou por Segmento, p.e). Por fim, o Sr. Antônio demonstrou, também em detalhes, o processo de Agrupamento dessas informações fragmentadas, isto é, como essas se transformam no conteúdo dos documentos produzidos (as problemáticas do Diagnóstico, os cruzamentos no Prognóstico e, futuramente, os artigos da Lei). Em posse da palavra, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** aproveitou a fala do Sr. Antônio, para reforçar que toda essa extensa e complexa base de dados, mesmo que seja apresentada em forma de dado bruto, precisa ser trabalhada de maneira que a informação disponibilizada possa ser compreendida por todos que a acessem. Segundo ele, é essa metodologia de sistematização publicada que permitirá a população acompanhar sua contribuição e o encaminhamento dado a ela, mesmo que em outros momentos no âmbito dos trabalhos da SEDUH ou de qualquer outro órgão responsável. Ressaltou ainda ser complexa a gestão de todo esse processo de tratamento das informações, que não permitiu a publicidade em um tempo desejado por todos, mas que, como pode ser visto pela apresentação do Sr. Antônio, está a decorrer, conforme pactuado no início dessa etapa, ainda em 2023. Em seguida, confirmou haver etapas em planejamento que serão anunciadas em breve e reiterou o pedido anteriormente feito na reunião do dia 05 de junho, sobre as contribuições dos membros do CGP, informando já ter recebido substanciais contribuições, as quais já estão sendo analisadas. Na sequência, recapitulou o trabalho de criação do modelo de planilha, ressaltou as várias frentes de trabalho distintas e reiterou que os documentos estão aos poucos sendo disponibilizados. Por fim, afirmou que o mecanismo de construção da etapa de Prognóstico está sendo planejado e inclui a previsão de trabalho e de formulação de propostas no âmbito do GTI, de maneira a discutir esses produtos com a população nos eventos que ocorrerão durante a fase de proposta por RA, por UPT, por eixo temático e por macro temas. Ato seguinte, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia** disse compreender

claramente agora que o trabalho está sendo feito com critério e qualidade. Contudo, ressaltou a necessidade de se evitar que esses processos se atropelem, para não pôr a perder todo o esforço de todos os envolvidos. Neste sentido, ao realçar a ausência do cruzamento e do fluxo de informações demonstrado na reunião de hoje, sugeriu à coordenação que buscasse o ponto crítico do trabalho – se é um tempo a ser cumprido, ou então a equipe deve ser ampliada. Por outro lado, se a equipe é um elemento não passível de alteração no curto espaço de tempo, então, o prazo deverá ser revisto. Sua observação, justificou, é o motivo pelo qual sugere a realização de uma nova Audiência Pública. Segundo a Sra. Ludmila, somente hoje, entende ela, foi demonstrado parte do tratamento dos dados, elemento necessário e imprescindível para a avaliação da qualidade do Diagnóstico apresentado e objeto da Audiência Pública, o qual não foi disponibilizado à população. Em complemento, indicou ser imprescindível que esse Diagnóstico represente o documento base para as demais etapas, pois esta é a origem de sua natureza, uma vez que de uma mesma informação, de uma mesma proposta ou observação da população, você pode ter interpretações completamente diferentes, que apontarão caminhos possíveis completamente diferentes. Reforçou, por fim, seu apelo para que, após todas as correções, todos os acréscimos dos anexos contendo o cruzamento, a análise e o fluxo das informações, seja publicada a versão final do Diagnóstico e promovida uma nova Audiência Pública. A seguir, a Sra. **Betúlia De Moraes Souto** lembrou que raramente faltou uma reunião promovida pela SEDUH, destacou positivamente o trabalho árduo realizado pela equipe técnica da SEDUH em 2023, apresentado na reunião de hoje, mas insistiu estar decepcionada, pois todo esse trabalho não está refletido no conteúdo genérico do Diagnóstico apresentado. Corroborou que os dados brutos deveriam ter sido disponibilizados juntamente com o documento e indicou os problemas com o site. Mesmo assim, de posse de todas as informações que conseguiu ter acesso, elaborou vídeos explicativos para a população de sua região, o Lago Norte, e sistematizou todas as demandas feitas pela população, indicando um retrabalho que poderia ter sido evitado. Após, o Sr. **Benny Schvarsberg** explicou que a planilha organiza o levantamento da leitura comunitária, porém não indica os cruzamentos e articulações com a Leitura Técnica e com os Eixos Temáticos. Resumiu que o diagnóstico deve apresentar quais as questões a serem enfrentadas no PDOT, organizadas em categorias e eixos temáticos e de acordo com sua predominância, sendo que, metodologicamente, as correlações entre os eixos e os territórios não podem ser perdidas. Justificou a importância dessas correlações diante do papel do PDOT como principal peça orientativa dos instrumentos de gestão dos recursos públicos: o Plano Plurianual – PPA e as Lei Orçamentárias Anuais – LOA. Esclareceu que, portanto, essa é a essência original desse instrumento orientador dos investimentos públicos – ele organiza um modelo de ocupação do território para orientar o planejamento do investimento público (de segurança, de saúde, de educação, de transporte, p. e., correspondente aos eixos temáticos propostos). Em outras palavras, o PDOT indica onde devem ser aplicados os recursos, para onde irão os investimentos públicos, e também os privados, os quais querem e devem saber onde investir, para que esse investimento traga um retorno social e não meramente individual. Por fim, indagou se o Diagnóstico apresentado, reflete essa essência, uma vez que o intuito do documento é organizar um modelo territorial para o Distrito Federal, sendo preciso enfrentar aquilo que compreende ser a problemática central do território, que é a desigualdade, a exclusão do acesso mais ou menos equilibrado aos serviços públicos para a maioria da população. Na sequência, a Sra. **Cristiane Siggea Benedetto**, IBDU, demonstrou preocupação com a credibilidade do processo participativo e concordou que não há clareza no material apresentado. Também solicitou uma nova audiência pública e reafirmou que os membros do CGP estão tentando alertar a coordenação a respeito dos problemas identificados. Ato contínuo, o Sr. **Guilherme Jaganu** declarou sua profunda consideração pelo trabalho da equipe da SEDUH, porém destacou os distintos papéis, reforçando que os membros do CGP trabalham em prol da defesa do território. Isto posto, demonstrou preocupação quanto ao processo de sistematização das informações e a correspondente comunicação deste à população, no material que estará nas tendas da próxima etapa. Explicou que a linguagem do material precisa ser simplificada e questionou se os encaminhamentos referentes a outros instrumentos urbanísticos como a LUOS serão disponibilizados, lembrando que a população pode não saber a diferença entre eles, sendo necessário apresenta-las à população. Insistiu que a comunicação é insuficiente mesmo com a participação da SECOM. Na sequência, o Sr. **André Júnior Tavares Barbosa**, CALUNGA, argumentou que as colocações feitas pelos membros do CGP à SEDUH são atendidas, porém, em alguns momentos, de maneira protocolar. Retomando a apresentação do material pela equipe técnica, destacou positivamente os trabalhos, mas entendeu haver uma barreira para o qual entende ter como solução a presença do Secretário nas reuniões do CGP, para que não se tenha a impressão do Governo do Distrito Federal não valorizar a participação popular. Subsequentemente, o Sr. **Marcos Luiz Santarosa** indagou se a legislação fundiária é

propositalmente confusa e complicada, para beneficiar uma parcela específica da população. Disse isso como médico de formação, por considerar o diagnóstico um processo fundamental, e sua boa comunicação com o paciente a base de um tratamento efetivo. Ao definir o diagnóstico como identificação e análise dos problemas com o objetivo de encontrar soluções adequadas, propôs a realização de duas audiências públicas: uma para apresentação do material pronto e outra, com o Diagnóstico consolidado. Por fim, questionou o impacto dos eventos das tendas nas RA nos processos já planejados. Novamente com a palavra, o Sr. **Benny Schvarsberg** reiterou a proposta do CGP aprovar que a audiência pública, já marcada, seja voltada para a apresentação e discussão de dados e informações do diagnóstico da revisão do PDOT; e, que seja convocada uma segunda audiência pública para a apresentação do Diagnóstico Final. Em complemento, solicitou que, entre essas duas audiências, o CGP colabore com a construção e a sistematização do Diagnóstico Final. A seguir, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** explicando que a convocação de audiências públicas envolve outros setores para além da coordenação técnica do Comitê, solicitou que os membros do CGP encaminhem a proposta do Sr. Benny Schvarsberg formalmente à SEDUH. Em resposta ao questionamento sobre a presença do Secretário nas reuniões do CGP, destacou que foi definido anteriormente até para a manutenção do caráter técnico das discussões, que a condução do CGP fosse de responsabilidade dos técnicos, sem prejuízo à articulação com o comando da Secretaria. Além do exposto, reforçou a ciência do Secretário sobre todas as discussões ocorridas no âmbito do CGP. Em adendo, afirmou que, da mesma forma que a sistematização das contribuições das oficinas participativas foi feita, está em curso a sistematização das propostas oriundas de requerimento do PDOT e das Reuniões Livres. Afirmou que a coordenação está preocupada com a linguagem usada nos eventos das RA, para que seja o mais compreensível possível. Sobre o prazo de entrega do PDOT, disse que o cronograma está sendo revisto e detalhou as dificuldades logísticas e operacionais do processo. Quanto ao site do PDOT, explicou que a SEDUH trabalha a formatação e a disposição das informações no Portal, mas que as questões de instabilidade estão relacionadas ao servidor do GDF. Sobre a disponibilização dos dados brutos das contribuições das Oficinas Participativas, relatou o processo envolvido, enfatizando que levou tempo e que não foi possível disponibilizá-los antes. Declarou que a coordenação discutirá os apontamentos feitos e fará a devolutiva assim que possível. Ato seguinte, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia** afirmou que divulgação apenas nas redes sociais não é suficiente e indicou a necessidade de diversificação dos canais de comunicação, bem como atentou não ser suficiente a divulgação dos processos do PDOT nos canais e redes do GDF como um todo. Em resposta, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** informou que serão desenvolvidos cartazes de divulgação para os eventos a serem realizados na etapa de Proposta, que serão distribuídos nos equipamentos de saúde, educação e assistência social. A Sra. **Juliana Machado Coelho** informou que, devido ao avanço do horário, os demais itens foram retirados de pauta e não havendo mais assuntos a serem tratados declarou encerrada a 20ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **RENATA FREITAS CARVALHO CALDEIRA**, Suplente - SUDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **LUCAS SANTANA SIGWALT**, Titular – SUPAR; **ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES**, Titular – SECID; **ANDRÉ JÚNIO TAVARES BARBOSA**, Titular – CALUNGA; **PAULO HENRIQUE MORAIS**, Titular – CÁRITAS; **CRISTIANE SIGGEBENEDETTO**, Titular – IBDU; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Sálvia Terra; **BENNY SCHVARSBERG**, Titular – Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **MARIA ESTELA CAVALCANTE PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, Suplente – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAULA CARVALHO**, Titular – ASSOLIM; **JOÃO CARLOS DE SIQUEIRA LOPES**, Suplente – SINDUSCON; **TEREZA CHRISTINA COELHO CAVALCANTE**, Titular - FIBRA; **CLÁUDIO ANTÔNIO TEIXEIRA PIRES**, Titular – APRONTAG; **MASSAE WATANABE**, Suplente – APRONTAG; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF; **ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR**, Titular – OAB/DF; **CAROLINA PESCATÓRI CÂNDIDO DA SILVA**, Titular – FAU/UnB; **GUILHERME JAGANU**, Membro Honorário - Fórum em Defesa das Águas.

JULIANA MACHADO

COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 02/09/2024, às 14:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=149838535 código CRC= **26FF02B7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 149838535



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT
ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Ao nono dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte quatro, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, sediada no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A, Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF, foi iniciada a Nona Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), sobre a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pelo Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (Coplan) da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan), da Seduh contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura. 2. Informes. 3. Metodologia do Processo de Revisão do PDOT. 4. Próximas Etapas. 5. Atribuições do CGP. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1. Abertura: O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** iniciou a reunião cumprimentando a todos e reiterando os seguintes combinados: pediu que fosse mantido o cronograma previsto da reunião; que as manifestações fossem feitas ao final de cada etapa, que as falas fossem objetivas, para garantir a participação de todos, e precedidas do nome e da entidade que se representa. Ato contínuo, passou-se ao item 2. Informes: O Sr. **José Mário Pacheco Júnior** falou sobre a realização da 1ª Audiência Pública da Revisão do PDOT, que contou com 341 participantes da sociedade e 62 técnicos e somou 232 contribuições via formulário online e 56 inscrições de fala, as quais resultaram em 42 manifestações orais. Sobre a leitura técnica, informou como localizá-la no site do PDOT e disse que os arquivos revisados foram publicados na data da convocação para a Audiência Pública, sendo que os documentos estavam passando por uma nova revisão. Em particular, indicou que publicou, de forma inédita na convocação da Audiência, as leituras técnicas dos Eixos Participação Social e Governança, bem como Território Resiliente, além da atualização de formatação e correção ortográfica nas leituras dos demais eixos, disponibilizando esses arquivos com o nome Leitura Técnica versão 2024. Com a palavra, o Sr. **Antônio Maycon Martins**, Diretor da Diretoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (Diplan/Coplan/Suplan/ Seduh), tratou da sistematização em planilhas do material das oficinas participativas, destacando as dificuldades de sistematização, consolidação e divulgação dado o tamanho dos arquivos e reforçando que apenas os conteúdos de duas regiões foram publicados até então. Relembrou que a divisão foi feita em três planilhas: a de transcrição, a de análise e a de classificação. Informou que a primeira planilha apresenta o código de transcrição, que a planilha de análise desmembra a transcrição por tema e que padroniza as informações coletadas através de linguagem técnica e que a planilha de classificação possibilita a padronização dos tratamentos, uma vez que os problemas recorrentes apresentados em diversas partes do território devem ser abordados da mesma forma. Disse que, a partir da sistematização das informações, é possível cruzar os dados e dividi-los em eixos temáticos. Após, destacou os três grandes produtos da fase de prognóstico, a saber: o cruzamento da leitura técnica com a leitura comunitária, as subunidades espaciais e os padrões do território. Apresentou o site do PDOT e o caminho para encontrar as informações supracitadas, lembrando da complexidade do trabalho para disponibilização das informações e discriminando como se dará a construção dos códigos das transcrições. Aprofundou a explicação sobre as planilhas e disse que as informações são sistematizadas em sua totalidade, uma vez que o objetivo é entender como as contribuições poderiam refletir no produto final da revisão. Por fim, elucidou o relacionamento entre as planilhas e os gráficos apresentados ao final do diagnóstico. Ato seguinte, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** informou que a equipe está empenhada em identificar formas de esclarecer as dúvidas sobre o Diagnóstico. Seguindo para os inscritos, o Sr. **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, reafirmou que está de acordo com o Ministério Público do Distrito Federal sobre o evento do dia 29 de junho não ter sido uma Audiência, e sim uma

reunião pública, e que ainda não há um diagnóstico pronto. De forma propositiva, sobre a sistematização das informações, solicitou que seja feita seguindo a divisão de Eixos Temáticos, porém destacando a presença e predominância das problemáticas em cada território, uma vez que o diagnóstico deve resultar em estratégias de enfrentamento. Propôs que a Audiência Pública sobre o diagnóstico, a ser agendada, sintetize as demandas predominantes nas diversas Regiões Administrativas – RA divididas entre os oito Eixos Temáticos, obedecendo as suas proporcionalidades de recorrência e sintetizadas através de mapas. Resumiu que, para que a população o entenda plenamente, o diagnóstico precisa ser inteligentemente simplificado. Após, o Sr. **Guilherme Jaganu**, Fórum em Defesa das Águas, concordou com a posição do Sr. Benny Schvarsberg, acrescentou que meio ambiente e infraestrutura deveriam ser Eixos separados e questionou qual foi o público-alvo imaginado para as planilhas, dada a sua complexidade. Em resposta a separação do Eixo Meio Ambiente e Infraestrutura, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** explicou que a equipe técnica atual visa a seguir a metodologia prevista pela equipe anterior, iniciada em 2019. Neste sentido, quando, em meados de 2023, os trabalhos foram assumidos pela equipe atual, para evitar o retrabalho e manter a metodologia, optou-se por dar prosseguimento aos Eixos estabelecidos. Então, a Sra. **Renata Seabra Resende Castro Corrêa**, CAU/DF, apontou que todas as planilhas por RA do documento do diagnóstico estão com o texto repetido, ao que o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** disse que a questão estava em análise e replicou que as planilhas foram criadas com o objetivo de sistematizar as informações para uso técnico e que foram divulgadas por sugestão do CGP. A Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, CAU/DF, reiterou que a metodologia não estava sendo integralmente seguida, explicando a função do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI na avaliação qualificada do Diagnóstico, juntamente com a participação do CGP e dos demais órgãos envolvidos. Afirmou que os membros do CGP não queriam apenas acessar as informações, e sim discuti-las. Sobre as planilhas estarem repetidas, o Sr. **Antônio Maycon Martins** esclareceu que, no documento do Diagnóstico, foi feito um recorte por RA, mas que a maior parte das problemáticas aparece em todas as regiões e foram apresentados resumos, sendo que os textos são semelhantes, não iguais, dada a padronização das informações. Além disso, lembrou que o cruzamento das informações será feito na etapa de Prognóstico. Retomando as contribuições, a Sra. **Carolina Pescatori Cândido da Silva**, FAU/UnB, pediu confirmação de que foram identificadas apenas 23 problemáticas, distribuídas entre os oito Eixos, e solicitou a disponibilização das planilhas em formato *Excel*, essencial para quem trabalha com pesquisa e necessita dos dados brutos, ao que o Sr. **Antônio Maycon Martins** disse que foram 23 problemáticas identificadas na Leitura Comunitária e que será feita a sobreposição. Após, o Sr. **Marcos Luiz Santarosa**, ASPROESTE, citou o trecho: “*regularização fundiária de áreas com características rurais (em zona urbana ou rural)*”, questionando sua procedência e afirmando que tal opção não pode ser agrupada dessa forma, podendo causar uma interpretação questionável. O Sr. **Antônio Maycon Martins** repetiu que os temas semelhantes foram aglutinados, lembrando que as questões precisam ser analisadas juntas, mas que não necessariamente todas serão acatadas e serão verificadas em suas especificidades. Então, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia** pediu a palavra e destacou que os agrupamentos feitos apresentam temas muito genéricos e repetitivos, pedindo qualificação da análise. Sobre as contribuições das reuniões livres, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** reiterou que a metodologia, dividida em quatro momentos – Diagnóstico, Prognóstico, Proposta e Consolidação – prevê que serão tratadas na fase de Propostas, sendo que o material estava sendo sistematizado e seria disponibilizado para o GTI ao final da etapa de Prognóstico. A seguir, o Sr. **Mário Blanco Nunes Neto**, PRECOMOR, se disse preocupado, assim como outros membros do CGP, com a transparência e a credibilidade do trabalho realizado sobre a demanda da população, mesmo aquelas recolhidas nas Reuniões Livres, relatando a cobrança dos representantes provenientes da população. Neste sentido, reiterando não haver dúvidas que as propostas serão aproveitadas, solicitou que fosse feito um esclarecimento à população do Distrito Federal a respeito, através de nota explicativa publicada no site do PDOT, para informar a sociedade o momento correto. Justificou sua fala, comentando sobre o aproveitamento político por parte de alguns deputados, referentes às demandas do PDOT, que pode vir a comprometer todo o trabalho técnico desenvolvido até o presente momento. Em seguida, o Sr. **Marcos Luiz Santarosa**, informando compreender que desde o início foi colocado que o conteúdo das propostas das Reuniões Livres seria tratado em momento posterior, indagou sobre a efetividade dessa separação, uma vez que o Diagnóstico apresentado na última Audiência trouxe propostas associadas às problemáticas levantadas. Isto posto, solicitou, portanto, que o material das Reuniões Livres fosse, sim, incluído no documento final do Diagnóstico, até para dar maior consistência e legitimidade ao documento que chegar à Câmara, e assim coibir qualquer apropriação política indevida. Em resposta, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** agradeceu a sugestão, disse que essa será encaminhada à equipe técnica para ser

considerada. Comentou sobre a intervenção do Ministério Público e explicou, em seguida, todo o trabalho que tem sido feito desde a convocação da Audiência para a revisão e aprimoramento do Diagnóstico. Ato seguinte, passou-se ao item 4. Próximas Etapas. O Sr. **José Mário Pacheco** disse que ainda não há data para a próxima Audiência Pública, dado que é preciso mensurar o trabalho a ser desenvolvido. Agradeceu as contribuições recentemente apresentadas pelos membros do CGP, no que se refere às sugestões de complementação do documento, ficando aberto às colaborações. Falou sobre as etapas da fase de Prognóstico, a saber: cruzamento das Leituras Comunitária e Técnica; definição de Unidades Territoriais; e, padrões de ocorrência no território. Explicou a sobreposição das leituras, que deve apontar as convergências e divergências das problemáticas levantadas e sua incidência no território. Sobre as Unidades Territoriais, disse que o objetivo é evidenciar áreas com características similares de acordo com os Eixos Temáticos. Relatou que muitas das contribuições feitas são específicas e precisam ser ampliadas para a escala do Plano Diretor, confrontando-as com as características do território e expondo as contribuições em mapas com suas respectivas classificações, o que resultaria em padrões de ocorrência. A seguir, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** listou trabalhos a serem desenvolvidos pela equipe técnica nas próximas semanas, a exemplo da análise e agrupamento de dados através de uma complementação qualitativa dos conflitos entre as Leituras Técnica e Comunitária. Reiterou que a metodologia para as análises pelo GTI ainda estava em discussão para formulação e que, uma vez que esta questão fosse finalizada, seria convocada uma reunião com o GTI para continuação dos trabalhos previstos. Avançando para as contribuições, a Sra. **Renata Seabra Resende Castro Corrêa**, CAU/DF, discordou, em partes, da necessidade de inclusão do material recolhido nas Reuniões Livres no Diagnóstico, uma vez que será aproveitado em momento oportuno, mas pediu qualificação do material, indicando que o PDOT não pode ser apenas macro. Após, o Sr. **Benny Schvarsberg** disse ter resumido sua fala em seis pontos: 1) reforçar que o cruzamento das leituras técnica e comunitária corresponde à identificação qualitativa e quantitativa das ocorrências (“demandas problemáticas”) nos oito Eixos Temáticos, ressaltando a importância dos Eixos, que ajudarão a definir o Diagnóstico como uma síntese crítica; 2) reiterar que já há a separação das Unidades Territoriais, Unidades de Planejamento Territorial (UPT), que dividem o território de acordo com suas características e condicionantes – por afinidades quanto ao uso do solo, referente à destinação de atividade, ocupação do solo, alturas, gabaritos, volumetrias, etc. bem como por condicionantes ambientais, características hídricas, dos solos, geomorfologia, geotecnia e condicionantes de infraestrutura; 3) aproveitou para insistir que as condicionantes ambientais estão organicamente vinculadas ao tipo de infraestrutura possível nessas áreas, pelo que não devem ser tratadas em separado; 4) que essas observações anteriores servem para questionar o zoneamento vigente – a caracterização dos territórios urbanos e rurais que nós temos; 5) que o Diagnóstico necessita ser uma síntese crítica dessas porções do território explicada em mapas; 6) por fim, asseverar que a nova Audiência Pública só deverá ser marcada quando o Diagnóstico estiver consistente, reiterando que há dados suficientes para progredir na análise e construir a almejada síntese crítica. A seguir, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia** questionou se as contribuições da Audiência Pública já tinham sido consolidadas e pediu que as reuniões com o GTI iniciassem o mais brevemente possível. Disse também não ter entendido bem a proposta das Unidades Territoriais, dada a existência das UPT, que foram divididas de acordo com as bacias hidrográficas também. Neste sentido, relembrou uma questão levantada por ela em reuniões pretéritas sobre se seria necessário avaliar a pertinência da adoção ou não dessas Unidades e se a resposta for positiva, convidar à participação os Conselhos de Bacias Hidrográficas e estudar a possibilidade de uma subdivisão por microbacias, com o objetivo de analisar questões mais específicas. Incluiu que os conceitos do PDOT precisam ser debatidos e reiterou que todas as contribuições demonstraram preocupação com o meio ambiente, devendo ser este um norteador do Plano. Em seguida, o Sr. **Guilherme Jaganu** se disse contemplado pelas falas anteriores, mas indagou qual seria o peso do GTI no Diagnóstico, lembrando que o Grupo de Trabalho é composto por funcionários do governo. Ato contínuo, a Sra. **Cristiane Siggea Benedetto**, IBDU, corroborou as falas anteriores, em particular as falas do Sr. Benny e da Sra. Ludmila, e solicitou que fosse dada atenção e incluído no Diagnóstico, o impacto da Lei de Regularização do DF, sua regulamentação e recente alteração (respectivamente a Lei Complementar nº 986/2021; o Decreto nº 42.269/2021 e o Decreto 45.781/2024), considerando o impacto da alteração dessa Lei no processo de revisão do PDOT. Segundo a Sra. Cristiane, houve um enfraquecimento no processo, uma vez que a Lei, apesar de corrigir determinadas situações, também responde a demandas políticas. O Sr. **Marcos Luiz Santarosa** elogiou a proposta apresentada para a continuidade dos trabalhos por englobar demandas antigas do CGP e disse que o tempo da equipe deve ser ocupado com o cruzamento de dados. Sobre as Unidades Territoriais, opinou que deveriam ser definidas *a posteriori*, durante a análise das macrozonas.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **RENATA FREITAS CARVALHO CALDEIRA**, Suplente - SUDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **LUCAS SANTANA SIGWALT**, Titular – SUPAR; **HUGO JOSÉ COSTA DE ALMEIDA**, Suplente – SECID; **CAROLINA BAIMA CAVALCANTE**, Titular – CANDANGA; **JHENNYFER LOYANE GAMA PIRES**, Suplente – CANDANGA; **CRISTIANE SIGGEA BENEDETTO**, Titular – IBDU; **BENNY SCHVARSBERG**, Titular – Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **MARIA ESTELA CAVALCANTE PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, Suplente – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAULA CARVALHO**, Titular – ASSOLIM; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente – ASSOLIM; **MÁRIO BLANCO NUNES NETO**, Titular – PRECAMOR; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON; **GEANINA PICADO MAYKALL**, Suplente – ADEMI/DF; **RENATA SEABRA RESENDE CASTRO CORRÊA**, Titular – CAU/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF; **ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR**, Titular – OAB/DF; **CAROLINA PESCATÓRI CÂNDIDO DA SILVA**, Titular – FAU/UnB; **GUILHERME JAGANU**, Membro Honorário - Fórum em Defesa das Águas.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vigésimo oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte quatro, no Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF, foi iniciada a Vigésima Primeira Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, pela Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal – Suplan, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – Seduh, contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura. 2. Aprovação da Ata da 20ª Reunião Ordinária. 3. Informes. 4. Calendário. 5. Eventos de Proposta. Prosseguiu-se ao item 1. Abertura: A Sra. **Juliana Machado Coelho** iniciou a reunião cumprimentando a todos e reafirmando os seguintes combinados: a manutenção do cronograma previsto da reunião; que as manifestações fossem feitas ao final de cada etapa; que as falas fossem objetivas e precedidas do nome e da entidade que representa. Passou-se ao item 2. Aprovação da Ata da 20ª Reunião Ordinária: Não havendo nenhuma retificação, a Ata da 20ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade. Avançou-se ao item 3. Informes: A Sra. **Juliana Machado Coelho** informou que a 1ª reunião do Grupo Técnico Interinstitucional – GTI aconteceria no dia 04 de setembro e tinha como objetivo discutir o cruzamento da Leitura Técnica e da Leitura Comunitária. Adiantou que a 2ª Audiência Pública, com o objetivo de apresentar o cruzamento das Leituras por unidade territorial e padrões de território, seria no dia 19 de outubro. A seguir, passou-se ao item 4. Calendário: O Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana – Coplan/Suplan/Seduh, resumiu que o mês de agosto foi dedicado ao levantamento de demandas e melhoria da metodologia técnica do processo de revisão do PDOT. Após, apresentou o calendário proposto até abril de 2025, a saber: 04/09 – Reunião do GTI sobre o cruzamento das leituras; 17/09 – Reunião do GTI sobre os cenários; 18/09 – Convocação para a 2ª Audiência Pública; 25/09 – Reunião do CGP; 01, 02 e 03/10 – Reuniões do GTI para compilar as contribuições sobre os cenários; 19/10 – 2ª Audiência Pública; 21 a 25/10 e 29 a 31/10 – Eventos de Propostas por Eixo Temático; 30/10 – Reunião do CGP; 11 a 14/11, 18/11, 19/11 e 21/11 – Eventos de Propostas por Eixo Temático; 27/11 – Reunião do CGP; 03 a 06/12 – Eventos de Propostas por macrotemas; 17/12 – Convocação para a 3ª Audiência Pública; 18/12 – Reunião do CGP; 18/01 – 3ª Audiência Pública para coletar propostas; 30/01 – Reunião da Câmara Temática do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – Conplan; 14/02 - Reunião da Câmara Temática do Conplan; 18/02 - Convocação para a 4ª Audiência Pública; 28/02 e 14/03 – Reuniões da Câmara Temática do Conplan; 22/03 - 4ª Audiência Pública para apresentar o conteúdo do Projeto de Lei Complementar; 28/03 - Reunião da Câmara Temática do Conplan; 10/04 – Deliberação do CONPLAN para dar encaminhamento legislativo ao processo de revisão do PDOT. Reforçou que o calendário apresentado sintetizava o número mínimo de reuniões previstas e explicou que um material informativo a respeito do escopo do PDOT estava sendo desenvolvido. A seguir, falou sobre o processo de incorporação da escala da Região Administrativa – RA dentro da fase de propostas, uma vez que o modelo inicial de instalação de tendas nas RAs provou-se inviável. Acrescentou que a nova proposta é fazer um alinhamento com as administrações regionais para que um técnico passe por uma formação sobre o Plano Diretor. Explicou que, posteriormente, seriam criadas “Salinhas do PDOT”, que ficariam instaladas nas administrações regionais por um tempo determinado, onde a população teria acesso ao material do PDOT e poderia fazer suas contribuições. Falou sobre as tratativas para alinhamento dos locais dos eventos por Unidade de Planejamento Territorial – UPT e reuniões públicas, dada a necessidade de confirmação com antecedência

para fins de divulgação, que seria feita pela Secretaria de Estado de Comunicação – Secom através das redes sociais, contratos publicitários, equipamentos públicos e, possivelmente, nos pontos de ônibus. Somou que estava em fase de desenvolvimento a opção de interação com as propostas do PDOT pelo site da Seduh, segmentado por RA. Iniciadas as considerações, o Sr. **Adalberto Carvalho**, ASSOLIM, questionou como seriam as reuniões por RAs e o Sr. **Guilherme Jaganu**, Fórum das Águas, opinou contrário ao modelo apresentado para colaboração da população por RAs, devido à escassez de circulação de pessoas. Questionou a possibilidade do uso das vans comunitárias das RAs para os eventos e sugeriu a distribuição de material impresso sobre o escopo do PDOT. A seguir, o Sr. **Jean Vitor Cândido**, CRESS/DF, concordou com a fala anterior e perguntou sobre a possibilidade da própria administração se locomover dentro da sua RA. Lembrou, ainda, que a linguagem utilizada nos eventos deve ser simplificada para proporcionar o entendimento da população. Após, a Sra. **Ludmila de Araújo Corrêa**, CAU/DF, parabenizou o esforço da equipe da Seduh e concordou que os eventos por RA não devem ser feitos no formato apresentado, mas somou que as administrações regionais devem ser vistas como parceiras no processo, inclusive ajudando com infraestrutura. Sobre os eventos de proposta por UPT, criticou o horário previsto, o noturno, sugerindo que seja retomado o plano para ser aos sábados, assim como a viabilidade de se realizar mais eventos em cada UPT, contemplando mais de uma RA. Já o Sr. **Rafael Damasceno Serrati**, LIVRES, defendeu a ideia da “Salinha do PDOT”, porém propôs outra localização, como as bibliotecas, destacando a proteção dos materiais como ponto positivo caso os eventos sejam feitos em ambiente fechado. Então, a Sra. **Betúlia de Moraes Souto**, Sálvia Terra, lembrou do viés político das RAs, o que pode limitar as participações, e pediu que o CGP analise o material sobre o PDOT antes da publicação. Indagou sobre as tendas, que estariam garantidas por contrato, e pediu detalhes sobre a divulgação da Secom. A Sra. **Juliette Anna Fanny Lenoir**, IAB/DF, elogiou a proposta da coleta de colaborações através do site e sugeriu que fosse adotado o modelo de tendas nas RAs mesmo que apenas com um computador para apresentar o site à população. Ato contínuo, a Sra. **Samia Waleeska Pereira B. de Carvalho**, POSITIVA, endossou a fala da Sra. Betúlia de Moraes Souto, insistindo que as pessoas não visitariam as “Salinhas do PDOT” se estiverem inseridas nas administrações regionais. Por fim, o Sr. **Guilherme Jaganu** complementou elogiando a ação da Secom, embora tenha julgado tardia. Em resposta, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, resumiu como seriam as “Salinhas do PDOT” e confirmou que o material sobre o PDOT seria apresentado ao CGP e distribuído às RAs. Explicou o funcionamento dos contratos para os eventos, que não incluem as tendas, por isso da ideia de utilizar a estrutura das administrações regionais, insistindo na necessidade de padronização dos eventos. Sobre a Secom, disse que ainda não tinha tido acesso ao plano de divulgação. Arrazoou que todas as falas dos membros do CGP foram consideradas e relembradas pela equipe da Seduh através da leitura das atas das reuniões anteriores. Ato seguinte, apregoeou-se o próximo item de pauta: 5. Reuniões Etapa de Propostas: O Sr. **Antônio Maycon Martins**, Diretor da Diretoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana – Diplan/Coplan/Suplan/Seduh, iniciou falando sobre as reuniões de proposta por eixo temático e explicou que a etapa não tem como público-alvo a população, mas sim o GTI. Resumiu que o objetivo era o levantamento de elementos para construção das propostas de cada eixo, a partir das contribuições apontadas no diagnóstico e com a participação de especialistas. Indicou que as reuniões seriam em formato de plenária, com um dia para cada eixo temático e em horário comercial. Sobre as reuniões de proposta por UPT, disse que visavam discutir com a população possíveis soluções e avaliar as propostas do GTI. Descreveu que seria um dia para cada UPT, com eventos no período noturno e duração de quatro horas, pedindo ajuda com a indicação de locais para sua realização. Fez a leitura do roteiro proposto, composto por: preparação, abertura, apresentação, dinâmica, apresentação do resumo da construção coletiva, finalização e desmontagem e sistematização. Destacou que a etapa de dinâmicas contaria com a divisão da população em salas, uma para cada dupla de eixo temático, onde seria disponibilizada uma plataforma online para compilar as atividades desenvolvidas. Por fim, falou sobre as reuniões de proposta por macrotema, que deve aprimorar as propostas iniciais vinculadas à temas centrais, discutir possíveis soluções e suas consequências. Disse que seriam em formato de audiência pública e com um dia dedicado a cada um dos macrotemas que serão discutidos. Com a palavra, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** pediu que as sugestões de locais para os eventos fossem feitas até a semana seguinte. Iniciadas as contribuições, o Sr. **Adalberto Carvalho** agradeceu as respostas, concordou com a participação das administrações regionais no processo e elogiou a ideia da “Salinha do PDOT”, especialmente por causa da sua duração. A Sra. **Betúlia de Moraes Souto** perguntou sobre a dinâmica das reuniões por macrotema e o Sr. **Rafael Damasceno Serrati** também apoiou as Salinhas, por serem um espaço mais reservado e onde as pessoas poderiam passar mais tempo, insistindo que o sucesso depende da divulgação e do interesse da população,

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **RENATA FREITAS CARVALHO CALDEIRA**, Suplente - SUDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **JHENNYFER LOYANE GAMA PIRES**, Suplente – CANDANGA; **RAFAEL DAMASCENO SERRATI**, Titular – LIVRES; **SAMIA WALEESKA PEREIRA B. DE CARVALHO**, Titular – POSITIVA; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Sálvia Terra; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **MARIA ESTELA CAVALCANTE PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, Suplente – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAULA CARVALHO**, Titular – ASSOLIM; **JOÃO CARLOS DE SIQUEIRA LOPES**, Suplente – SINDUSCON; **CLÁUDIO ANTÔNIO TEIXEIRA PIRES**, Titular – APRONTAG; **MASSAE WATANABE**, Suplente – APRONTAG; **JULIETTE ANNA FANNY LENOIR**, Titular – IAB/DF; **RENATA SEABRA RESENDE CASTRO CORRÊA**, Titular – CAU/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF; **GUILHERME JAGANU**, Membro Honorário - Fórum em Defesa das Águas.

Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 03/02/2025, às 10:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=159064208)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=159064208)
[verificador= 159064208](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=159064208) código CRC= **97F6A6B8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

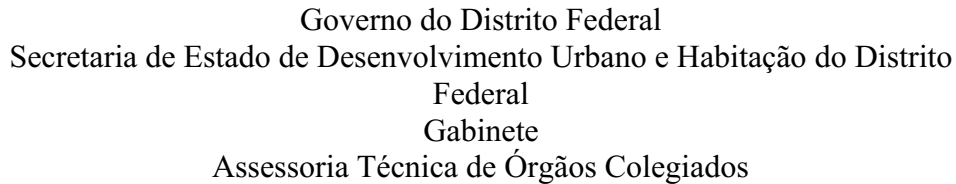
Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 159064208



ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ata - Reunião de 22 de Janeiro de 2020 - Edital nº 15906883477874994/00390SE/004690/2020512/2025737 / pg. 357

Ata - Reunião de 2ª Reunião Ordinária de 15/06/2020 15:06:34 77874594)003905E1004650/2020-512/2025787 / pg. 358

GTI completo, sendo que a dinâmica ainda estava sendo elaborada. Falou que seria feita uma convocação para os representantes dos órgãos com ênfase na importância das reuniões. Então, o participante também expressou preocupação com o número sucessivo de reuniões, ao que a Senhora **Juliana Machado Coelho** afirmou que a preocupação seria levada à diretoria, ressaltando, entretanto, o prazo exíguo. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Senhora **Juliana Machado Coelho** declarou encerrada a 22ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **RENATA FREITAS CARVALHO CALDEIRA**, Suplente - SUDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **LUCAS SANTANA SIGWALT**, Titular – SUPAR; **ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES**, Titular – SECID; **ANA FLÁVIA SILVA PIRES DURÃES**, Suplente – SECID; **CAROLINA BAIMA CAVALCANTE**, Titular – CANDANGA; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Sálvia Terra; **BENNY SCHVARSBURG**, Titular – Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **MARIA ESTELA CAVALCANTE PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, Suplente – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAULA CARVALHO**, Titular – ASSOLIM; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON; **JADSON CÂNDIDO DE QUEIROZ**, Titular – ADEMI/DF; **JULIETTE ANNA FANNY LENOIR**, Titular – IAB/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF; **GUILHERME JAGANU**, Membro Honorário - Fórum em Defesa das Águas.

JULIANA MACHADO COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 03/02/2025, às 10:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **159068834** código CRC= **F1FB26A6**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 159068834



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao sexto dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte quatro, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - Seduh localizado no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF, foi iniciada a Vigésima Terceira Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela senhora **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (SUPLAN), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura dos trabalhos. 2. Informes. 3. Aprovação da Ata da 9ª Reunião Extraordinária. 4. Apresentação do balanço das reuniões de propostas de que foram realizadas com o GTI. 5. Apresentação das informações acerca das oficinas participativas por UPT. 6. Encerramento. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1. Abertura dos trabalhos: A senhora **Juliana Machado Coelho** iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes. Ato contínuo, passou ao item 2. Informes: Comunicou que será realizada uma reunião, na próxima quarta-feira, dia 13 de novembro de 2024, para apresentação do que foi discutido durante as reuniões realizadas na fase de pré-proposta do PDOT. Será formalizado o convite para que os Órgãos Federais, que foram convidados em 2023 para as oficinas, possam participar de reunião com a SEDUH para discussão e apresentação das propostas afetas ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT. Finalizou informando que as reuniões referentes às UPTs tiveram as datas alteradas e acontecerão entre os dias 21 e 29 de novembro de 2024. Seguidamente, passou-se ao item 3. Aprovação da Ata da 9ª Reunião Extraordinária: Não havendo nenhuma retificação, a Ata da 9ª Reunião Extraordinária foi aprovada conforme apresentada, por unanimidade. Avançando ao item 4. Apresentação do balanço das reuniões de propostas de que foram realizadas com o GTI: O senhor **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (Coplan) realizou a apresentação do balanço das reuniões de propostas de que foram realizadas com o GTI. Enfatizou que foram discutidos cinco eixos temáticos: Habitação e Regularização Fundiária; Ruralidades; Meio Ambiente e Infraestrutura; Desenvolvimento Econômico Sustentável; e Mobilidade. Após, foi realizada a dinâmica de Discussão das Propostas, por UPT, dentro de cada Eixo Temático: Gestão Social da Terra; Participação Social e Governança; Território Resiliente. Adiante, a senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Instituo Sálvia Terra, pontuou, acerca das reuniões e trabalho com o GTI, que passou-se bastante tempo sem que houvesse alguma demanda, então, a retomada dos trabalhos deu-se de forma intensa, o que acabou prejudicando a participação popular do CGP nesse processo, bem como das pessoas que desempenham suas atividades nas Secretarias, pois devido a chegada do final do ano, necessitam entregar trabalhos e resultados, comprometendo suas participações em todas as reuniões. Diante disso, foi redigido um pedido ao Ministério Público para que se possa avaliar o calendário de reuniões novamente e entender como a participação se deu. Finalizou solicitando, como membro do CGP, que sejam enviadas as participações das pessoas do CGP e das Secretarias, pois é importante ter essas informações, bem como mais detalhes acerca do convite para participação dos Órgãos Federais, como se dará as reuniões e quais órgãos serão convidados. Posteriormente, o senhor **Marcos Luiz Santarosa**, ASPROESTE, enfatizou que o calendário de reuniões está tão intenso que nem os membros da SEDUH não estão conseguindo acompanhar, e as mudanças de datas no calendário atrapalham e dificultam a participação dos envolvidos. Ato contínuo, o senhor **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, registrou que durante a realização das reuniões que participou, avaliou como baixa a participação dos demais órgãos do GDF do GTI, não se organizando para pontuar as contribuições

Ata - Reunião de 23 de Maio de 2020 Edição 1618336 (177874994)00390SE1004350/2020-512/202577 / pg. 361

senhor **Jean Vitor Cândido**, CRESS/DF, inferiu que houve uma sobreposição de divulgação e, no âmbito da participação social, mais separa do que mobiliza. Não havendo mais assuntos a serem tratados, seguiu-se ao item 6. Encerramento: a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, a senhora **Juliana Machado Coelho** declarou encerrada a 23ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JULIANA MACHADO COELHO, Coordenadora - SUPLAN; **JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR**, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **RENATA FREITAS CARVALHO CADEIRA**, Suplente - SUDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular - SCUB; **ANA FLÁVIA SILVA PIRES DURÃES**, Suplente - SECID; **JHENNYFER LOYANE GAMA PIRES**, Suplente - CANDANGA; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente - Instituto Sálvia Terra; **BENNY SCHVARSBERG**, Titular – Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente - ASSOLIM; **MÁRIO BLANCO NUNES NETO**, Titular - PRECOMOR; **JULIETTE ANNA FANNY LENOIR**, Titular - IAB/DF; **RENATA SEABRA RESENDE CASTRO CORRÊA**, Titular - CAU/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente - CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular - CRESS/DF; **CAROLINA PESCATÓRI CÂNDIDO DA SILVA**, Suplente – FAU/UnB; **GUILHERME JAGANO**, Fórum em Defesa das Águas.

JULIANA MACHADO COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 03/02/2025, às 10:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador= 161883869](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=161883869) código CRC= **58CD69B9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT
ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Ao décimo oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte quatro, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF, foi iniciada a Vigésima Quarta Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (SUPLAN), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1. Abertura: A Sra. **Juliana Machado Coelho** cumprimentou a todos. Avançando ao item 1.3. Apreciação e aprovação da Ata da 21ª Reunião Ordinária do CGP, realizada em 28/08/2024, da Ata da 22ª Reunião Ordinária, realizada em 25/09/2024, e da Ata da 23ª Reunião Ordinária, realizada em 06/11/2024: Não havendo nenhuma retificação, a Atas da 21ª e da 22ª Reuniões Ordinárias foram aprovadas por unanimidade. A respeito da Ata da 23ª Reunião Ordinária, o Sr. **Marcos Luiz Santarosa**, ASPROESTE, pediu alteração do trecho “(...) está tão intenso que os membros da SEDUH (...)” da linha 43 para “(...) está tão intenso que nem mesmo os membros da SEDUH (...)”. Solicitou também a inclusão do termo “equivocado” após “(...) para o critério (...)” na linha 86. A Sra. **Juliana Machado Coelho** afirmou que a Ata corrigida seria encaminhada e deliberada na reunião subsequente, mas solicitou que alterações como as mencionadas fossem informadas com antecedência à Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados (ASCOL). Ato seguinte, passou-se ao Item 2. Apreciação. 2.1. Apresentação, por parte dos membros do CGP, de proposta de cronograma de atividades para o processo de revisão do PDOT. Com a palavra, a Sra. **Betúlia de Moraes Souto**, Sálvia Terra, retomou que, na reunião anterior do Comitê de Gestão Participativa (CGP), tinha sido estabelecido que os membros externos à SEDUH se reuniram para elaborar uma proposta de cronograma para a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Pontou sobre a recomendação enviada para a SEDUH e ressaltou a importância de ter tempo de qualidade para a participação social efetiva. Sendo esse, o principal foco na esfera do CGP. Relatou que a reunião ocorreu no dia 10 de dezembro, em formato virtual, e que parte do grupo tinha se reunido previamente para definir as atividades que precisariam acontecer até a conclusão e envio do projeto de lei complementar para a Câmara. Explicou que foi deliberado com o grupo sobre a impossibilidade de propor um calendário nos moldes dos apresentados pela SEDUH, o que caberia à mesma, devido à necessidade de uma discussão com a equipe técnica sobre o prazo necessário para as atividades e como executá-las. Desta forma, optou-se por listar as atividades que precisariam acontecer e seus respectivos prazos. Tratou da sistematização das propostas das reuniões livres e oficinas participativas como primeiro ponto a ser entregue. Pediu o envolvimento da Câmara Legislativa a partir da sistematização das propostas, almejando qualificar o debate e futuramente agilizar a aprovação do PLC, através do envolvimento prévio à chegada na CL. Apontou que as oficinas por Unidade de Planejamento Territorial (UPT) não tinham tido grande participação social e que as propostas apresentadas não estavam claras para aqueles que participaram. Sugeriu a produção de um vídeo explicando as propostas de cada Região Administrativa (RA), a serem disponibilizados no site do PDOT e permitindo a interação pública através de espaço no site do PDOT para que seja feita a interação com as propostas e com os vídeos produzidos. Resumiu que as etapas já citadas aconteceriam entre janeiro e fevereiro de 2025, enquanto entre fevereiro e março seria debatida a metodologia de devolutiva dentro das RAs, retomando a proposta de instalar-se uma sala sobre o PDOT em cada RA, onde o vídeo também seria apresentado. Anunciou que a audiência pública de prognóstico e propostas deveria acontecer em abril, com as sistematizações já prontas, enquanto nos meses de maio e junho ocorreriam as reuniões de consolidação e pactuação para redação legislativa com participação da sociedade civil, do Grupo Técnico

Interinstitucional (GTI), da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e sua assessoria técnica e do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN). A seguir, disse que a audiência pública do Projeto de Lei da Câmara (PLC) estava prevista para julho e a análise do CONPLAN seria feita em agosto, composto por uma reunião informativa e uma reunião deliberativa. Desta forma, o projeto de lei seria encaminhado à Câmara Legislativa entre o final de agosto e o começo de setembro. Reafirmou que, embora o conteúdo das etapas tenha sido consenso entre os participantes da reunião, houve discordância quanto à data da entrega do material à Câmara. Sugeriu o período de seis meses para deliberação do material na CLDF, o que poderia ser reduzido, e propôs a participação de Comissões da Câmara afetas ao tema no processo. Falou sobre o debate da capacidade técnica de produção dos vídeos, o funcionamento contínuo do GTI e a qualidade do documento final garantida a participação social. Argumentou que, uma vez que o Poder Público desejava aprovar o texto ainda em 2025, o Governo precisaria promover o apoio necessário para tal, fornecendo recursos humanos, estruturais e financeiros. Destacou a importância, para o CGP e para o Ministério Público, de que o processo ocorra de forma participativa. Em resposta, a Sra. **Juliana Machado Coelho** questionou a ausência das quatro reuniões de macrotemas e da consideração do trabalho interno que precisaria ser desenvolvido em cada etapa no cronograma. Lembrou que os materiais precisariam ser publicados trinta dias antes das audiências públicas e que, após as audiências, eram necessários mais trinta dias para sistematização e consolidação do material coletado. Apresentou a possibilidade de substituir-se a audiência pública de prognóstico e proposta pelas reuniões por macrotemas e reiterou que a proposta seria analisada pela SEDUH e retomada em janeiro, contando com a inclusão de atividades que não tinham sido consideradas. Questionou o que o grupo imaginou quanto às devolutivas nas RAs Continuamente, o Sr. **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, reforçou que, quanto maior a participação social, mais rapidamente seria a tramitação do projeto na Câmara Legislativa, embora não acreditasse que a matéria seria votada ainda em 2025 e garantisse que a qualidade do PLC e a qualidade da legitimidade do processo participativo se sobressaem ao limite de prazo. Considerando que discorda da ideia de a finalização do processo em 2026 possibilite a “contaminação política” da discussão, em face do ano eleitoral. Elogiou a proposta dos vídeos por RA sem esquecer a necessidade de que os vídeos sejam elaborados de modo pragmático e que dialoguem com as proposições referente às 35 RAs. Ressaltou a exigência de tempo e técnica de elaboração para os mesmos. Solicitou a presença da assessoria técnica da Câmara Legislativa no acompanhamento do trabalho e reforçou a importância de uma comissão do CGP para acompanhamento da tramitação. Por fim, concordou que a audiência pública de prognóstico e propostas poderia ser dispensada, substituindo-a pelas reuniões de macrotemas, a depender aperfeiçoamento da metodologia a ser aplicada e da divulgação dos eventos, sugerindo o formato de seminários públicos. A Sra. **Juliana Machado Coelho** perguntou se o Sr. **Benny Schvarsberg** tinha sugestões de metodologias para as reuniões por macrotemas, ao que ele sugeriu a constituição de uma comissão com membros do CGP e da SEDUH para estudar a melhor metodologia em um prazo curto. Então, a Sra. **Juliana Machado Coelho** propôs uma reunião virtual para debater a questão no dia 23 de dezembro, às 14h30. Na sequência, o Sr. **Guilherme Jaganu**, Fórum das Águas, perguntou se as reuniões por macrotemas eram obrigatórias, sendo que a Sra. **Juliana Machado Coelho** respondeu que sim, assim como a última audiência pública, devido ao contrato previamente estabelecido. O Sr. **Guilherme Jaganu** continuou indagando sobre a previsão de mudança do quesito de UPTs, sugerindo que a divisão do território fosse alterada e estabelecida a partir das bacias hidrográficas. Subsequentemente, a Sra. **Juliana Machado Coelho** explicou que a Lei Orgânica indicou que o PDOT deveria definir as UPTs, mas que a lógica da organização poderia ser alterada. Considerou sobre a manutenção da escala por UPTs, devido à sua abrangência intermediária entre as RAs e o território como um todo, sendo possível a reorganização na sua composição. Ainda, o Sr. **Guilherme Jaganu** concordou que não seria prejudicial adiar a votação da revisão para 2026, sendo prioritária a consolidação da participação social. Ato seguinte, a Sra. **Betúlia de Moraes Souto** arrazoou que as reuniões por macrotemas precisariam acontecer após a conclusão da sistematização das propostas para que possa ter um entendimento melhor das discussões que ocorreriam nas reuniões por macrotemas. Apontou, também, que as únicas inclusões feitas ao cronograma foram a produção dos vídeos e a devolutiva das RAs. A Sra. **Juliana Machado Coelho** questionou novamente sobre o formato da devolutiva das RAs apontando que seria inviável que os técnicos da SEDUH comparecessem à todas as Regiões para apresentarem as devolutivas. Então, a Sra. **Betúlia de Moraes Souto** sugeriu que, quando da implantação das salas nas RAs, um técnico da SEDUH fosse até cada Região pelo menos uma vez, em um sábado, para tirar dúvidas. A Sra. **Juliana Machado Coelho** lembrou que os técnicos da SEDUH não trabalhavam com o PDOT como um todo, então seria necessário um técnico de cada tema nas RAs destacando que demandaria um contingente grande dos técnicos em

diversas RAs simultaneamente. A seguir, o Sr. **Marcos Luiz Santarosa** confirmou que a sistematização das propostas já estava sendo feitas e perguntou a previsão de conclusão, ao que a Sra. **Juliana Machado Coelho** detalhou a complexidade da análise desenvolvida, mas não soube precisar a conclusão do trabalho, considerando as novas demandas do CGP. Ainda, o Sr. **Marcos Luiz Santarosa** demonstrou preocupação com o trabalho desenvolvido, tendo em vista o prazo inicial de entrega da revisão, que era abril de 2025, e criticou a falta de recursos disponibilizados pelo governo. Opinou que a audiência pública de prognóstico e propostas precisaria acontecer, diante da finalização prévia da sistematização. A Sra. **Juliana Machado Coelho** explicou que as propostas também seriam apresentadas nas reuniões por macrotemas, com uma metodologia a ser debatida, e que a última audiência pública também abordaria as propostas. Em seguida, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia**, CAU/DF, pediu clareza quanto à equipe técnica disponível, reiterando a necessidade de mais profissionais para desenvolvimento do trabalho. Disse que a última proposta aprovada pelo CGP envolvia a instalação das salas nas administrações regionais durante a semana e as reuniões por UPTs aos sábados, o que não se concretizou, pedindo a retomada do modelo. Destacou que não se poderia debater as propostas sem a finalização da sistematização e concluiu é importante que o processo de participação social ocorra com qualidade e que, para isso, dependeria da contrapartida de disponibilidade de infraestrutura. Afirmou estar desmotivada com o processo devido à falta de avanços. Em resposta, a Sra. **Juliana Machado Coelho** disse que o trabalho era dimensionado de acordo com a equipe disponível. Indicou outros fatores que contribuíram com os contratempos, como a segunda audiência pública de diagnóstico, embora entenda que ajustes nas etapas e cronogramas se fazem necessários no decorrer do trabalho. Após, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia** lembrou que a segunda audiência a respeito do diagnóstico aconteceu por causa de material na primeira audiência não ter sido apresentado com antecedência para conhecimento do CGP. Indicou que a audiência do PLC precisaria ser separada daquela do prognóstico e das propostas. A Sra. **Juliana Machado Coelho** repetiu sua proposta quanto às reuniões por macrotemas, reiterando que também serviriam para tratar das propostas e que precisariam acontecer antes da audiência pública final devido ao contrato firmado. Então, a Sra. **Ludmila de Araújo Correia** questionou se a SEDUH não poderia organizar a audiência pública de prognóstico e propostas, não envolvendo o contrato, ao que a Sra. **Juliana Machado Coelho** ressaltou que as audiências demandavam a publicação prévia dos materiais e apontou que a metodologia das reuniões públicas era mais flexível. A Sra. **Ludmila de Araújo Correia** concordou com a alteração de audiência para reunião pública, entretanto mantendo a antecedência de publicitação dos materiais. Então, a Sra. **Juliana Machado Coelho** acrescentou que, para a reunião pública, o prazo de antecedência da publicação dos materiais poderia ser acordado, não sendo impostos os trinta dias necessários para audiências públicas. Ato seguinte, o Sr. **João Gilberto de Carvalho Accioly**, SINDUSCON, falou que a maior participação social facilitaria o diálogo futuro com a Câmara a respeito do PDOT. Demonstrou incomodo com a baixa participação das administrações e o número reduzido de profissionais e sugeriu uma reunião pública no final de fevereiro de 2025 para apresentação de uma primeira minuta do PLC. Sobre a devolutiva nas RAs, propôs organizar os técnicos nas administrações regionais em horário comercial, em esquema de revezamento e contando com o apoio local, de forma a ter sempre um técnico na RA ao longo de uma semana. Após, o texto final seria consolidado com o material reunido e analisado na última audiência pública e pelo CONPLAN, a fim de ser encaminhado para a Câmara em agosto. Enfatizou que a SEDUH teria dois meses para apresentar o documento consolidado de todas as informações já coletadas. O Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, respondeu que, a ideia era interessante, mas apontou dificuldades com o corpo técnico das administrações para sua execução. Apontou que a proposta seria parcialmente exequível do ponto de vista do tempo, mas que a logística e a escala de técnicos precisaria ser analisada. O Sr. **João Gilberto de Carvalho Accioly** argumentou que, nas oficinas por UPT, percebeu que os técnicos da SEDUH tinham amplo conhecimento sobre todos os eixos do PDOT e indicou que, se necessário, administrações próximas poderiam dar apoio à outras menos estruturadas. Em resposta, a Sra. **Juliana Machado Coelho** declarou que alguns técnicos tinham conhecimento mais amplo que outros a respeito de temas diversos. Continuamente, o Sr. **Guilherme Jaganu** pontuou que a SEDUH considerava importante o cumprimento das etapas estabelecidas em contrato, enquanto os membros do CGP insistiriam na participação social e na qualidade do trabalho. Arrazoou que o aumento do prazo para entrega do PLC foi um consenso e seria fundamental para garantir a qualidade do trabalho, pedindo que a questão fosse debatida com o Secretário Marcelo Vaz Meira da Silva. A Sra. **Juliana Machado Coelho**, sobre o contrato, detalhou que restavam as quatro reuniões por macrotemas e uma audiência pública. Após, o Sr. **Marcos Luiz Santarosa** se disse decepcionado com o

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **LUCAS SANTANA SIGWALT**, Titular – SUPAR; **ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES**, Titular – SECID; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Sálvia Terra; **BENNY SCHVARSBURG**, Titular – Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **MARIA ESTELA CAVALCANTE PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, Suplente – ASPROESTE; **MÁRIO BLANCO NUNES NETO**, Titular – PRECOMOR; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON; **JADSON CÂNDIDO DE QUEIROZ**, Titular – ADEMI/DF; **MASSAE WATANABE**, Suplente – APRONTAG; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**,

JULIANA MACHADO COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 03/02/2025, às 10:52, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **161884303** código CRC= **B6D630DB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT
ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Ao segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte quatro, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF, foi iniciada a Décima Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (SUPLAN), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1. Abertura: A Sra. **Juliana Machado Coelho** cumprimentou a todos e informou que a reunião extraordinária foi agendada após uma reunião no Ministério Público e tinha com o objetivo transmitir informações aos membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP). Explicou que, na reunião em questão, os membros do CGP presentes tinham exposto que as reuniões por macrotemas foram agendadas sem antes serem debatidas com o Comitê devido ao calendário apertado. Anunciou que as reuniões de macrotemas, que aconteceriam entre os dias 3 e 6 de dezembro, tinham sido canceladas e seriam remarçadas, enquanto a próxima reunião ordinária do CGP aconteceria em 18 de dezembro, solicitando que, à data, os membros apresentassem uma proposta de cronograma a ser debatida. Reiterou que a presente reunião foi marcada para que os membros expusessem suas opiniões sobre o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Iniciando as manifestações, a Sra. **Betúlia de Moraes Souto**, Sálvia Terra, apontou que eram poucos os membros presentes para proporcionar qualquer tomada de decisão, ao que a Sra. **Juliana Machado Coelho** afirmou que a presente reunião seria para escuta. Continuamente, a Sra. **Betúlia de Moraes Souto** sugeriu que as reuniões por macrotemas que estavam agendadas fossem utilizadas para o letramento da população. Falou que as oficinas por Unidades de Planejamento Territorial (UPT) realizadas nas semanas anteriores tinham tido baixa participação e que estava difícil até mesmo para os membros do CGP entenderem o trabalho desenvolvido. Cobrou a devolutiva do resultado das oficinas por Região Administrativa (RA), assim como a complementação dos materiais coletados em todas as etapas da revisão, e perguntou como seria a convocação para a 3ª Audiência, prevista para 17 de dezembro. Em resposta, a Sra. **Juliana Machado Coelho** insistiu que o CGP deveria acrescentar as etapas que julgasse necessárias na proposta de cronograma, levando em conta também as atividades internas, e declarou que não seria possível mudar o objetivo das reuniões por macrotemas. Acrescentou que, à data, a convocação para a Audiência estava suspensa e que todo o material produzido estava disponível para consulta. A seguir, o Sr. **Adalberto Ferreira de Paula Carvalho**, ASSOLIM, demonstrou preocupação com a suspensão dos eventos devido ao prazo para conclusão da revisão, perguntou sobre as salinhas do PDOT nas administrações regionais e julgou que as oficinas por UPT das quais participou tinham sido positivas. A Sra. **Juliana Machado Coelho** disse que as salinhas estavam previstas e seriam implementadas de acordo com as discussões do cronograma. Após, o Sr. **Guilherme Jaganu**, Fórum das Águas, questionou a respeito do prazo de entrega do relatório e se seria possível prorrogá-lo para acomodar o cronograma, ao que a Sra. **Juliana Machado Coelho** disse que precisaria consultar o Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal Marcelo Vaz Meira da Silva, uma vez que tivesse o cronograma em mãos. O Sr. **José Jandson Cândido de Queiroz**, ADEMI/DF, também demonstrou preocupação com os prazos finais em função da solicitação de adiamento feita por alguns membros do CGP, considerando os debates políticos que se seguiriam ao término do relatório. Indagou como seria conduzido o debate do cronograma e a Sra. **Juliana Machado Coelho** afirmou que não interferiria no debate entre os integrantes do CGP que não eram da SEDUH, mas que a reunião do dia 18 de dezembro teria como objetivo a tentativa de um consenso. Subsequentemente, o Sr. **Marcos Luiz Santarosa**, ASPROESTE, sugeriu uma reunião virtual

para discussão do cronograma e cobrou uma devolutiva às RAs, quando possível. Então, a Sra. **Juliana Machado Coelho** disse que encaminharia as etapas previstas para orientar a proposta de cronograma e o Sr. **João Gilberto de Carvalho Accioly**, SINDUSCON, reiterou que as propostas preliminares ainda estavam sendo construídas a partir do diagnóstico desenvolvido, questionando a viabilidade de se apresentar um material ainda em construção para a população. Na sequência, a participante pediu que a palavra fosse aberta para os convidados e a Sra. **Carolina Pescatori Cândido Da Silva**, FAU/UnB, argumentou que a análise por RA, em vez de por UPT, facilitaria o entendimento da população por tratar-se de uma escala mais próxima da realidade cotidiana. Sugeriu que as reuniões por macrotemas fossem mais espaçadas e pediu que o trabalho fosse entregue ao legislativo de forma amplamente pactuada e consolidada, evitando interferências posteriores. Então, a Sra. **Maria Silvia**, parabenizou a SEDUH pela escuta, falou que o letramento da população era uma demanda recorrente e importante devido à complexidade do processo e sugeriu a participação social inclusive no desenvolvimento do letramento. Indicou que, antes de debater-se prazos, era necessário entender o que precisaria ser feito para conclusão da revisão do PDOT, desde etapas até objetivos. Relatou a experiência com os GTs entre o governo e a sociedade civil no desenvolvimento do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). Continuamente, o Sr. **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, elogiou a postura flexível da equipe da SEDUH ao rever o cronograma e apontou os limites apresentados nas oficinas por UPT, indicando que o modelo precisaria ser repensado e questionando se o formato ainda respondia às dinâmicas territoriais do DF. Discorreu acerca das limitações políticas e administrativas impostas para finalização da revisão, que poderiam prejudicar a qualidade do processo participativo. Sobre a construção de um novo calendário, pediu que houvesse espaçamento entre as reuniões e sugeriu a criação de estratégias de mobilização para as reuniões, evitando os esvaziamentos e envolvendo entidades e instituições da sociedade. Tratou do conceito de letramento urbanístico, concordando com a necessidade de capacitação para a participação nas reuniões públicas, e propôs que experiências positivas de outras cidades e estados com a participação social servissem de inspiração para o DF, destacando o modelo de Belo Horizonte, que realizou um Congresso da Cidade para consolidação do acúmulo das informações recolhidas nas etapas participativas. A Sra. **Juliana Machado Coelho** explicou que a Lei Orgânica indicou como conteúdo mínimo do PDOT a organização em UPT. Ato seguinte, a Sra. **Samia Waleeska Pereira De Carvalho**, Positiva, destacou a falta de entendimento da população quanto aos conceitos de preservação e conservação ambiental, assim como de desenvolvimento sustentável. Falou que as reuniões realizadas aos sábados alcançaram maior participação social e concordou com a necessidade do letramento e da realização do Congresso da Cidade. Solicitou que, se possível, todas as reuniões com participação social fossem aos sábados e levassem em conta as questões de acessibilidade. A seguir, a Sra. **Alba Evangelista** agradeceu a oportunidade de repensar-se o cronograma do PDOT, lembrou da demora do processo de revisão até chegar à fase de diagnóstico e relatou que as reuniões de participação social das quais participou estavam esvaziadas, argumentando que o governo precisava arcar com campanhas publicitárias na mídia. Concordou com a necessidade de uma reunião virtual e sugeriu que o ano de 2025 fosse utilizado para trabalhar o PDOT com o tempo necessário, tendo em vista que não seria um ano eleitoral. Então, a Sra. **Juliana Machado Coelho** reiterou que a reunião virtual seria entre os membros do CGP sem a participação da SEDUH, que entraria no debate na reunião do dia 18 de dezembro. Após, a Sra. **Lúcia Mendes**, Fórum das Águas, agradeceu a equipe da SEDUH pela reunião com o Ministério Público e arrazoou que a participação social era um desafio complexo, especialmente em um tema tão técnico quanto o PDOT. Reforçou que a sociedade civil, principalmente o Fórum em Defesa das Águas, de que fazia parte, estava disposta a juntar esforços para garantir uma comunicação mais efetiva e a ampla divulgação dos eventos. Prometeu esforçar-se para propor um cronograma, em conjunto com os demais membros do Fórum, e se comprometeu a cobrar os órgãos federais que tinham sido convocados e não mandaram representantes, ao que a Sra. **Juliana Machado Coelho** disse que a convocação tinha sido para uma reunião na semana subsequente. Então, o Sr. **Jean Vitor Cândido**, CRESS/DF, endossou que a participação nas oficinas por UPT foi baixa, reconheceu o esforço da equipe técnica da SEDUH e assegurou que o principal foco da revisão deveria ser o direito da comunidade, argumentando que os desejos do governo não representavam as necessidades da população, principalmente a mais vulnerável. O Sr. **Guilherme Jaganu** concordou com uma reunião virtual na semana seguinte, sugerindo o dia 10 de dezembro, 19h30, e pedindo a participação de todos. Ato seguinte, o Sr. **Dênio Augusto de Moura**, Ministério Público, reconheceu o trabalho desenvolvido pela SEDUH e refletiu sobre a responsabilidade dos membros do CGP, cujo principal encargo era viabilizar a participação social. Diante do cenário atual da sociedade, argumentou que a participação social não poderia ficar dentro da média histórica, e sim ultrapassá-la. Definiu que a participação social requeria

direito à informação sem restrições, o direito efetivo de participar e o direito ao feedback. Reiterou que a fase de prognóstico precisava de tempo e dedicação e cobrou a elaboração de um quadro com todas as propostas e respectivas justificativas técnicas, ambientais, sociais e econômicas. Confirmou que a metodologia precisaria ser revista e cobrou o debate dos pontos mais relevantes do PDOT. Relatou sua experiência com a dinâmica da Conferência Distrital sobre Segurança Pública, insistindo que a população precisava ser instruída antes da participação e argumentando que a metodologia da Conferência considerou todas as propostas feitas, porém enquadrando-as na escala necessária. Insistiu que os órgãos públicos precisavam participar do processo de revisão e falou sobre a inclusão da restauração ambiental no PDOT. Concluiu que, para a reunião do dia 18 de dezembro, precisaria ser elaborada uma nova metodologia. Em resposta, a Sra. **Maria Sílvia** falou sobre a tradição do planejamento urbano no DF e indicou como uma peça que ajudaria muito o Instrumento Estratégico de Planejamento, apontando quais estratégias anteriores do PDOT tinham sido efetivas quando aplicadas. Ainda, a Sra. **Juliana Machado Coelho** falou que a recomendação do Ministério Público foi a divulgação de uma síntese do material coletado, com linguagem acessível. Perguntou se a metodologia mencionada pelo Senhor Dênio Augusto de Moura estava disponível para consulta, ao que ele disse que buscaria a informação. A Sra. **Juliana Machado Coelho** falou que faria uma votação para definir o horário da reunião do dia 18 de dezembro no grupo do CGP no *Whatsapp*. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra. **Juliana Machado Coelho** declarou encerrada a 10ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JULIANA MACHADO COELHO, Coordenadora – SUPLAN; **JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR**, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **RENATA FREITAS CARVALHO CALDEIRA**, Suplente - SUDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **ANA FLÁVIA SILVA PIRES DURÃES**, Suplente – SECID; **SAMIA WALEESKA PEREIRA DE CARVALHO**, Titular – Positiva; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Sálvia Terra; **BENNY SCHVARSBERG**, Titular – Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **MARIA ESTELA CAVALCANTE PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, Suplente – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAULA CARVALHO**, Titular – ASSOLIM; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente – ASSOLIM; **MÁRIO BLANCO NUNES NETO**, Titular – PRECOMOR; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON; **JADSON CÂNDIDO DE QUEIROZ**, Titular – ADEMI/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF; **ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR**, Titular – OAB/DF; **CAROLINA PESCATORI CÂNDIDO DA SILVA**, Suplente – FAU/UnB; **GUILHERME JAGANU**, Membro Honorário - Fórum em Defesa das Águas.

JULIANA MACHADO COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 28/03/2025, às 08:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=166782778 código CRC= **D634F7A4**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**
ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vigésimo nono dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte cinco, no Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF, foi iniciada a Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela Sra. **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (SUPLAN), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura. 1.1. Informes. 2. Calendário PDOT. 3. PDOT com você! 4. Site do PDOT. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1. Abertura: A Sra. **Juliana Machado Coelho** iniciou a reunião cumprimentando a todos e resumiu a pauta proposta, explicando que seria apresentado o calendário da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) até abril, embora o novo prazo para conclusão dos trabalhos fosse o final do primeiro semestre de 2025. Acrescentou que seria realizada uma audiência pública ao final do processo, mas disse que a data não seria apresentada pois poderia sofrer alterações. Como combinados, pediu que fosse mantido o cronograma previsto da reunião, que as manifestações fossem feitas ao final de cada etapa, que as falas fossem objetivas e precedidas de nome e entidade representada. Ato contínuo, passou ao item 1.1. Informes: A Sra. **Juliana Machado Coelho** informou que a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) passaria a colaborar com o PDOT e solicitou que seus representantes se apresentassem. Primeiramente, a Sra. **Leda Brito** se apresentou como Chefe de Assessoria de Utilidade Pública da SECOM e resumiu que a Secretaria trabalhava com quatro agências publicitárias que prestavam serviços de comunicação ao Governo do Distrito Federal (GDF), das quais três tinham disponibilizado representantes para participar da reunião. A representante das agências publicitárias, Sra. **Daniele Faria Lopes**, agradeceu a oportunidade de participar da reunião. A seguir, a Sra. **Juliana Machado Coelho** encaminhou para a aprovação das atas da 23ª e das 24ª reuniões ordinárias do Comitê de Gestão Participativa (CGP). Não havendo manifestações, as atas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. Ato seguinte, passou-se ao Item 2. Calendário PDOT. O Sr. **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, resumiu que o calendário tinha sido desenvolvido com base no prazo para entrega da revisão do PDOT e que a equipe da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) tinha analisado as atas das reuniões anteriores a fim de incorporar as demandas dos membros do CGP. Falou sobre os desafios do trabalho de sistematização e publicização dos dados do PDOT, que seria desenvolvido paralelamente ao debate sobre as propostas, ao trabalho técnico voltado à proposição e à condução das demais atividades. Lembrou que todos os dados coletados já estavam disponíveis no site do PDOT. Tratou sobre o fluxo do trabalho técnico de proposição, mencionando que o mês de janeiro tinha sido dedicado à construção de propostas dentro dos oito eixos temáticos do PDOT e que a seguir seria abordada a compatibilização das propostas entre os eixos. Disse que, após a compatibilização, seria realizada uma reunião de apresentação do conjunto final das propostas e feita a divulgação do material para a população. Somou que a participação da população aconteceria durante um período de cerca de duas semanas através do site ou das salinhas do PDOT, a serem instaladas nas administrações regionais. Disse que as reuniões por Macrotemas aconteceriam após o período de contribuição da população, sendo que as metodologias incluiriam reuniões com temas diferentes nos períodos matutino e vespertino, porém no mesmo dia, o que demandaria dois sábados para a realização das reuniões de todos os Macrotemas. Anunciou que a etapa seguinte seria a reunião pública de consolidação, onde ocorreria a apresentação do material desenvolvido compilado, antes de adentrar-se no debate da minuta de Lei, que por sua vez começaria a ser abordada em maio. Resumiu que: o mês de janeiro foi dedicado à construção de propostas

por eixo temático; em fevereiro seria feita a compatibilização das propostas dos eixos temáticos; no dia 7 de março ocorreria a apresentação do conjunto de propostas; no dia 8 de março teria início o período de participação da população; entre final de março e começo de abril aconteceriam as reuniões por Macrotema; por fim seria feita a consolidação do material produzido. Após, discorreu acerca da dinâmica do PDOT com Você! cujo objetivo era permitir que as pessoas pudessem participar do processo, mesmo aquelas que tivessem dificuldade em contribuir pelo site. Explicou que seria disponibilizado um computador com acesso à internet em cada Região Administrativa (RA), onde poderiam ser acessados os vídeos disponibilizados pela SEDUH no *YouTube* e os documentos do diagnóstico e das oficinas participativas. Elucidou que o site do PDOT continha a aba “Como Participar? ”, onde a população poderia se manifestar sobre as propostas que desejasse, tanto demonstrando apoio ou não como através de comentários, na opção “apoio parcialmente”. Concluiu esclarecendo que as propostas seriam disponibilizadas no site após a conclusão do trabalho de compatibilização dos eixos e apresentadas aos membros do GTI. Iniciando as manifestações o Sr. **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, partiu do pressuposto de que já tinham ocorrido rodadas com a finalidade de ouvir a população, a partir das quais foi produzida a Leitura Comunitária, assim como rodadas de leitura técnica, com a colaboração do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), e as Reuniões Livres. Isto posto, registrou a seguinte proposta: que a rodada iniciada em 2025 oferecesse propostas resultantes do cruzamento das Leituras Técnica e Comunitária, desconsiderando o prazo para conclusão da revisão e tendo como objeto fundamental o zoneamento preliminar, que chamou de “Zoneamento 1.0” do PDOT. Refutou a possibilidade de enfoque posterior no zoneamento e insistiu que tema fosse abordado especificamente em cada RA. Solicitou a apresentação do material sobre o zoneamento no mês de março, com três conteúdos fundamentais: o que se mantém e não se altera do PDOT de 2012; quais as alterações de destinações e de gabaritos; e novas áreas e novas destinações do território. Indicou que a nova rodada poderia ser chamada de “Rodada de Transparência” e disse ser um dever ético antecipar a temática do zoneamento. Registrou que, na presente reunião, tinha insistido que, transparentemente, ficasse claro para a população o que seria alterado no território do Distrito Federal, seja nas zonas urbanas ou rurais. Posteriormente, arrazoou que o PDOT 2025 necessitava de um capítulo que denominou como “Integração entre Planos Estruturantes do Território”, que deveria tratar da integração do PDOT com o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal (PDTU/DF) e com o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) e incluir um capítulo chamado “A Escala Metropolitana” ou “A Dinâmica Metropolitana”, que apresentaria a relação do território do DF com a região metropolitana do entorno do DF, criada de forma unilateral pelo Governo do Estado de Goiás em janeiro de 2024. Ato seguinte, a Sra. **Betúlia de Moraes Souto**, Sálvia Terra, concordou e apoiou as propostas do Senhor Benny Schvarsberg e acrescentou que a participação popular estava sendo simplificada a cada reunião. Sugeriu a produção de vídeos, a serem apresentados nas RAs, tendo como conteúdo o zoneamento da região e as mudanças propostas. Afirmou que não aceitaria a falta de qualidade na participação social e questionou a produção dos vídeos, independentemente do prazo estabelecido pelo Governo. Propôs a previsão de um prazo, possivelmente de uma semana, entre a reunião do GTI no dia 7 de março e o início da participação social, tendo em vista que as contribuições da reunião precisariam ser consolidadas. Elogiou a interação no site, mas apontou que apenas a disponibilização do computador nas administrações regionais não seria suficiente e que seriam necessários vídeos e profissionais nos locais para esclarecer dúvidas. Ainda, pediu que os comentários pudessem ser acrescentados também caso a pessoa declarasse, via site, não apoiar determinada proposta. Dando continuidade, a Sra. **Ludmila de Araújo Corrêa**, CAU/DF, anunciou a presença do Senhor Antônio Menezes Júnior, que passou a fazer parte do CGP também como representante do CAU, em substituição à Senhora Renata Seabra Resende Castro Corrêa. Demonstrou ter tido dificuldade em entender o calendário apresentado devido ao layout, sugerindo a apresentação mês a mês e com a diferenciação entre as atividades internas, do GTI e da comunidade. Insistiu na necessidade de apresentação do calendário completo, até o encaminhamento da minuta de lei para a Câmara Legislativa do DF. Resumiu que o calendário apresentado era compatível com as propostas dos representantes da sociedade civil e confirmou se a consolidação seria feita entre abril e maio, a minuta da lei entre maio e junho e em julho a audiência pública para apresentação do documento. Sobre a fala do o Senhor Benny Schvarsberg, concordou com a necessidade de definição dos zoneamentos, tanto macro quanto com relação à ocupação do solo, sugerindo que a questão fosse abordada na etapa de compatibilização das propostas entre os eixos. Perguntou sobre a previsão de compatibilização do calendário com as atividades da Conferência das Cidades, reforçou a importância dos debates nas RAs e insistiu na união do debate do PDOT com o evento mencionado, onde poderiam ser coletadas informações. Por fim, perguntou se a população poderia cobrar o acréscimo de

propostas feitas anteriormente que não constassem no site do PDOT e somou que o Plano Distrital de Habitação de Interesse Social (PLANDHIS) também precisaria ser integrado à revisão. Ato seguinte, o Sr. **Guilherme Jaganu**, Fórum das Águas, questionou qual tinha sido o argumento do Governador Ibaneis Rocha para definição do prazo final para entrega do PDOT e lembrou que a Câmara Legislativa passaria a participar do processo de revisão a fim de apropriar-se do trabalho e prolongar o prazo de entrega da minuta até agosto de 2025. Apontou que o calendário apresentado tinha prazos apertados e solicitou que a entrega da revisão fosse novamente negociada com a Câmara e o Governo. Perguntou se os órgãos federais estariam incluídos nas reuniões do GTI e pediu que o material a ser disponibilizado para a população nas administrações regionais tivesse uma linguagem simples e de fácil compreensão. Em conclusão, apoiou as propostas do Senhor Benny Schvarsberg. Ainda, a participante perguntou quando a minuta da lei deveria ser entregue. Em resposta, a Sra. **Juliana Machado Coelho** esclareceu que a minuta começaria a ser debatida em abril, logo após as reuniões por macrotemas e simultaneamente à compilação das demais colaborações. Afirmou que o texto final da minuta seria desenvolvido após a consulta pública. Então, o Sr. **Guilherme Jaganu** indagou se cada RA receberia o material completo a respeito do seu território, ao que a Sra. **Juliana Machado Coelho** explicou que a RA poderia estar destacada, porém o material abordaria apenas os temas de escopo do PDOT. Sobre a Conferência das Cidades, disse que a questão ainda não tinha sido abordada por falta de tempo. Pediu o apoio da SECOM com as produções dos vídeos e cartilhas, ao que a representante da Secretaria explicou que não produziria o conteúdo, apenas editaria os materiais recebidos. A participante questionou se seria um vídeo para cada RA, sendo que a Sra. **Juliana Machado Coelho** corrigiu que seria um para cada tema do PDOT devido à escala do Plano e acrescentou que poderia ser feito um vídeo para cada Unidade de Planejamento Territorial (UPT). A seguir, o Sr. **Antônio Maycon Martins** afirmou que as propostas do Senhor Benny Schvarsberg tinham sido registradas e discorreu acerca das dificuldades para elaboração do calendário. Resumiu que o calendário precisou ser elaborado com base no prazo necessário para execução dos trabalhos técnicos desenvolvidos em torno das propostas e permitindo tempo para a participação social. Somou que a intenção era que equipe técnica reunisse as colaborações diariamente e consolidasse-as imediatamente, sendo que a reunião do dia 7 de março incluiria a apresentação final do material, embora as consolidações parciais tivessem sido observadas anteriormente pelos grupos responsáveis pelos respectivos eixos temáticos. Citou que a etapa de diagnóstico recebeu muitas propostas, sendo que as vinculadas ao PDOT foram distribuídas e consideradas nos respectivos eixos temáticos. Explicou o processo de elaboração da aba “Como Participar?” No site do PDOT, detalhando que os comentários foram delimitados à opção “apoio parcialmente” devido ao entendimento de que a pessoa concordaria ao menos com a menção ao tema da proposta. Acrescentou que o sistema de contribuições elaborado daria mais celeridade ao processo, uma vez que, imediatamente após a inclusão da colaboração, ela poderia ser distribuída ao eixo específico, que ficaria encarregado de analisar sua viabilidade. Garantiu que a incorporação do PDTU, do ZEE, do PLANDHIS e da região metropolitana seria analisada e afirmou que a equipe da SEDUH acatava todas as colaborações possíveis feitas pelos membros do CGP. A respeito dos vídeos, sugeriu a elaboração de um documento-base a partir da compatibilização das propostas e indicou que o resultado seria positivo, dada a colaboração da SECOM. Ato seguinte, o Sr. **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, mencionou que todos os órgãos federais com pautas afetas à revisão do PDOT tinham sido oficializados para participar do processo, mas apenas o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) responderam. Avisou estar retornando de férias e disse que se informaria sobre possíveis novas respostas. Retomando as manifestações, o Sr. **Benny Schvarsberg** reiterou a fala da Senhora Ludmila de Araújo Corrêa sobre a utilização da Conferência das Cidades como um espaço de debate do PDOT. Sobre os vídeos, recomendou a elaboração de materiais de cinco minutos individuais de cada RA, com linguagem simples, abordando fundamentalmente: o zoneamento da região, assim como as alterações propostas e os pontos mantidos; a estratégia de regularização fundiária; e as propostas de habitação, mobilidade e meio ambiente. Ainda, discordou do título “PDOT com Você!”, sugerindo “PDOT e Você”, e propôs um capítulo sobre os instrumentos de política urbana, temática ausente na discussão até então, como as Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS), presentes na maioria das RAs e que deveriam ser multiplicadas pelos territórios. Solicitou o debate e a alteração do padrão de aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODIR), da Outorga Onerosa de Alteração de Uso (ONALT) e do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC). Citou que o DF não aplicava o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo e não tinha o instrumento

Operações Urbanas (OU), que deveria ser demarcado pelo PDOT. Insistiu que o capítulo de instrumentos de política urbana e sua aplicabilidade para efetivação do PDOT era imprescindível. Ato contínuo, o Sr. **João Gilberto de Carvalho Accioly**, SINDUSCON, também apoiou as propostas do Senhor Benny Schvarsberg e confirmou que a minuta inicial seria apresentada antes da consolidação do material coletado, incluindo a compatibilização com os demais instrumentos citados. Tratou sobre o processo de apreciação da minuta, que deveria ter a participação da Câmara Legislativa, da população e dos membros do CGP, questionando como dar-se-ia a metodologia do processo. Lembrou que os debates deveriam ser findados no mês de junho, quando aconteceria a última audiência pública, sendo que a consolidação do material teria que ser concluída um mês antes do evento. Isto posto, resumiu que seriam cerca de 45 dias para apreciação e debate da minuta, restando pouco tempo para sua consolidação final antes da audiência. Previu que, entre a audiência pública e a análise do material pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), os técnicos teriam cerca de um mês para consolidar as colaborações finais, sendo que o texto seria encaminhado para a Câmara em agosto. Concordou que o objetivo era conquistar a maior e melhor participação social possíveis e demonstrou preocupação com os prazos supracitados. A Sra. **Juliana Machado Coelho** somou que o debate dos macrotemas deveria preceder a sistematização do material e confirmou que a previsão das etapas foi feita conforme mencionado. Garantiu que as datas apresentadas estavam confirmadas e explicou que seria criado um Grupo de Trabalho com servidores de outras subsecretarias como uma força-tarefa para colaborar nas propostas e no desenvolvimento do texto da minuta. Além disso, disse que seriam criados sete novos cargos na Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal (SUPLAN) e que os esforços estavam focados na revisão do PDOT. Resumiu que seriam muitos profissionais qualificados trabalhando no texto da minuta, que deveria seguir os padrões das leis, e disse acreditar que o prazo seria suficiente, embora apertado. Após, a Sra. **Betúlia de Moraes Souto** concordou com a opinião do Senhor Benny Schvarsberg sobre os vídeos, insistindo em ser um por RA, e arrazoou que os materiais deveriam ser curtos e simples. Pediu esclarecimentos sobre os filtros da aba “Como Participar” do site do PDOT, questionando se as propostas poderiam ser segregadas por RA, ao que o Sr. **José Mário Pacheco Júnior** disse que sim, além de apresentar os filtros “eixo temático” e “subtema”. Na sequência, o Sr. **Guilherme Jaganu** demonstrou alegria com a colaboração da SECOM, embora com um ano de atraso, e com a presença de novos colaboradores, porém demonstrou preocupação com os prazos apresentados. Perguntou quando o restante do calendário seria apresentado, sendo que a Sra. **Juliana Machado Coelho** respondeu que após as reuniões por macrotemas. Então, a Sra. **Ludmila de Araújo Corrêa** lembrou dos acionamentos ao Ministério Público (MP) feitos desde a criação do CGP como processos desgastantes e pediu que as preocupações fossem levadas ao Secretário Marcelo Vaz Meira da Silva e ao Governador Ibaneis Rocha, que teriam respondido ao MP não haver prazo para a conclusão dos trabalhos. Questionou a justificativa dada para a imposição do término dos trabalhos em junho e arrazoou que todos os presentes estavam dedicados à causa, mas que o processo estava sendo desgastante e as reuniões do CGP improdutivas. Citou pontos previamente discutidos que definiu como inegociáveis para a promoção do mínimo necessário de participação social, como a quantidade de reuniões por semana do GTI, por demandarem o comparecimento de diversos órgãos e da sociedade civil, definindo que poderiam ser, no máximo, duas reuniões por semana. Tratou também sobre o tempo para análise dos materiais, que precisaria ser de no mínimo uma semana, inclusive para a publicação da consolidação das contribuições das reuniões por macrotema. Falou que, independentemente do formato dos eventos com participação social, a população precisava de tempo para analisar os materiais que seriam debatidos, ao que a Sra. **Juliana Machado Coelho** rememorou que a expectativa era o prazo de 15 dias de antecedência no caso da reunião de consolidação. Ainda, a Sra. **Ludmila de Araújo Corrêa** declarou que os membros do CGP precisariam de uma semana após a última reunião por macrotema para finalizar a análise do material a ser publicado. Já a Sra. **Juliana Machado Coelho** lembrou que o texto estaria sendo analisado anteriormente à reunião e que a única novidade seria as colaborações da população sobre os macrotemas. Então, a Sra. **Ludmila de Araújo Corrêa** perguntou sobre o possível surgimento de conflitos nas reuniões por macrotemas. Em resposta, a Sra. **Juliana Machado Coelho** sugeriu que os conflitos fossem solucionados na própria reunião, não pelo CGP. A Sra. **Ludmila de Araújo Corrêa** insistiu que o material deveria ser publicado com antecedência e a Sra. **Juliana Machado Coelho** somou que a reunião de consolidação abordaria inclusive os debates das reuniões por macrotemas. Em conclusão, a Sra. **Ludmila de Araújo Corrêa** pediu atenção para a mediação dos conflitos nas reuniões por macrotemas. Ainda, a Sra. **Juliana Machado Coelho** explicou que as reuniões do GTI seriam divididas por eixo, sob responsabilidade dos coordenadores, e que o Grupo completo seria convocado para a reunião de apresentação das propostas, em

7 de março. Isto posto, a Sra. **Ludmila de Araújo Corrêa** solicitou atenção com possíveis sobreposições de datas, uma vez que os membros poderiam participar dos grupos de mais de um eixo, e a Sra. **Juliana Machado Coelho** elucidou que a negociação das datas seria feita diretamente com os coordenadores dos eixos. A respeito a apresentação das propostas no site, a Sra. **Ludmila de Araújo Corrêa** perguntou sobre os temas não contemplados nas propostas e garantiu que havia interesse dos órgãos federais em participar da revisão, indicando que os ofícios talvez não estivessem chegando para as pessoas ou órgãos certos. Propôs a inclusão de um capítulo ou indicativo sobre a implementação da política de regularização fundiária, que abordasse as ARIS e Áreas de Regularização de Interesse Específico (ARINE), a fim de resolver as sobreposições. Por fim, a Sra. **Samia Waleeska Pereira B. de Carvalho**, Positiva de Brasília, concordou com a Senhora Ludmila de Araújo Corrêa sobre a questão da regularização fundiária, arrazoando que se tratava de um assunto recorrente, principalmente os debates acerca da determinação de ARIS e ARINE. Ainda, sugeriu a elaboração de uma cartilha sobre o tema e perguntou quando as propostas seriam disponibilizadas no site do PDOT, ao que o Sr. **Antônio Maycon Martins** reforçou que a data prevista era o dia 8 de março. A Sra. **Juliana Machado Coelho** informou que as reuniões do CGP continuariam sendo toda última quarta-feira do mês. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Sra. **Juliana Machado Coelho**, declarou encerrada a 25ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **LUCAS SANTANA SIGWALT**, Titular – SUPAR; **ANA FLÁVIA SILVA PIRES DURÃES**, Suplente – SECID; **CAROLINA BAIMA CAVALCANTE**, Titular – CANDANGA; **LUIZA REGO DIAS COELHO**, Titular – Arquitetas Invisíveis; **SAMIA WALEESKA PEREIRA B. DE CARVALHO**, Titular – Positiva de Brasília; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Sálvia Terra; **BENNY SCHVARSBERG**, Titular – Andar a Pé; **MARIA ESTELA CAVALCANTE PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, Suplente – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAULA CARVALHO**, Titular – ASSOLIM; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON; **JOÃO CARLOS DE SIQUEIRA LOPES**, Suplente – SINDUSCON; **JOSÉ JADSON CÂNDIDO DE QUEIROZ**, Titular – ADEMI/DF; **ANTÔNIO MENEZES JÚNIOR**, Titular – CAU/DF; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF; **ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR**, Titular – OAB/DF; **CAROLINA FREDERICO E SILVA**, Suplente – FAU/UnB; **GUILHERME JAGANU**, Membro Honorário - Fórum em Defesa das Águas.

JULIANA MACHADO COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO** - **Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 28/03/2025, às 09:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



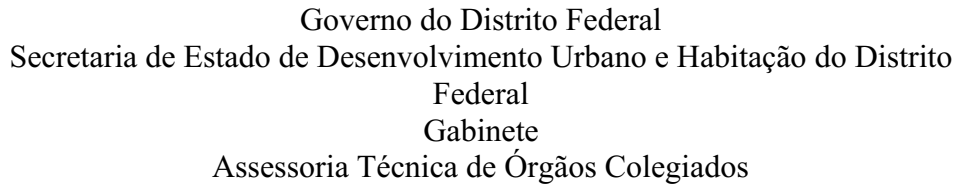
A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=166784965)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=166784965)
[verificador= 166784965](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=166784965) código CRC= 9371D3E1.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.gov.br



**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT
ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Ata - Reunião de 26 de Janeiro de 2020 - Edital nº 16678588 (177874994) 003905E1004650/2020-512/2025937 / pg. 377

endossada com a Senhora **Juliana Machado Coelho**, que acrescentou que divulgação precoce de informações poderia acarretar problemas graves, como o caso em que a indicação de requerimento de regularização do setor inflamável no geoportal foi confundido com a sua inclusão no PDOT, gerando dúvidas e cobranças. Reiterou que a divulgação de informações gerava riscos que não poderiam ser mitigados, principalmente no caso do macrozoneamento, que ainda estava sendo avaliado e sofreria alterações. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** concordou e passou a fala para a Senhora **Ludmila de Araújo Corrêa**, CAU/DF, que compreendeu a sensibilidade envolvida no compartilhamento do material, argumentando que também seria importante debater o material a fundo, a fim de colaborar com a versão final. Sugeriu que os mapas fossem enviados no formato das apresentações da SEDUH, porém com zoom em cada área e uma observação de rodapé: “versão do dia xx/xx/2025 – em revisão”. Sobre a campanha publicitária, perguntou a respeito da capacitação junto às administrações, uma vez que a população seria direcionada à elas. Propôs que as contribuições comessem a ser coletadas o quanto antes nas administrações, possivelmente através do site do PDOT, dado o início da divulgação. Então, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** informou que a apresentação que seria feita na Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia seguinte, já continha os zooms das áreas. Quanto às capacitações, contou que estava em andamento o trâmite processual de convocação das administrações e acrescentou que o recebimento das contribuições nas RAs era um tema constante. Falou também que já tinham sido recebidas contribuições de diversas RAs em etapas prévias. A seguir, o Senhor **Jean Vitor Cândido**, CRESS/DF, questionou sobre a projeção das publicações nos ônibus e *outdoors*, ao que o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** declarou não saber responder, porque dependia do contrato da empresa de publicidade com as viagens. Em seguida, o Senhor **Antônio Maycon Martins**, SUPLAN, somou que, em reunião com a SECOM, foi manifestado o desejo de que a divulgação fosse feita em todo o Distrito Federal, mas verificaria a informação. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** somou que a SECOM enviaria o planejamento de cada uma das formas de comunicação em breve. Após, o Senhor **Guilherme Jaganu**, Fórum das Águas, lembrou da proposta de divulgação do PDOT na rodoviária e indagou se a sugestão tinha avançado. Propôs também a divulgação nas rodoviárias das RAs, na torre de TV, nos hospitais e no Estádio Mané Garrincha. Em resposta, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** afirmou que anotaria as sugestões, mas que sua execução dependeria do contrato da SECOM com a empresa de publicidade. Na sequência, a Senhora **Juliana Machado Coelho** reproduziu o jingle da campanha e o Senhor **Guilherme Jaganu** questionou a frase “se inscreva nas audiências”. A Senhora **Juliana Machado Coelho** disse que a equipe técnica não teve controle sobre o material, embora tenha explicado as informações pertinentes à equipe de publicidade. Em seguida, o Senhor **Guilherme Jaganu** reiterou que a população buscava as audiências para se inscrever, ao que a Senhora **Juliana Machado Coelho** lamentou não ter conseguido fazer com que a equipe entendesse a demanda, mas que as informações estavam disponíveis no site do PDOT. Após, o Senhor **Adalberto Ferreira de Paula Carvalho**, ASSOLIM, elogiou o jingle, disse ter escutado na rádio e afirmou que a população costumava buscar informações na administração regional. Ato seguinte, passou-se ao item 3. Calendário de eventos do PDOT: O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** explicou que o calendário continha incluindo eventos públicos ou que dependiam de convocação. Iniciou tratando da reunião para apresentação do macrozoneamento ao GTI, ocorrida na semana anterior, e falou da Reunião Técnica para discussão das propostas preliminares na Câmara Legislativa do DF, em 27 de fevereiro, com convite à assessoria técnica dos deputados distritais, a fim de aproximar a Câmara à revisão do PDOT ainda na etapa de propostas, sendo que as reuniões com os deputados ocorreriam sempre na sequência da reunião geral do GTI. A seguir, abordou a Reunião Técnica de apresentação das propostas preliminares para o GTI, em 6 de março, cujo objetivo era apresentar as propostas preliminares que seriam inseridas no site, tendo em vista que o material a respeito do PDOT ficaria disponível nas RAs a partir de março para o recebimento de colaborações. Acrescentou que as propostas seriam disponibilizadas na sequência de sua análise pelos eixos do GTI. Então, falou da Reunião Técnica com Administradores Regionais e Deputados Distritais para capacitação sobre o PDOT, em 10 de março, onde seria explicados o objetivo de cada um dos eventos e a manipulação do site. Somou que, entre as reuniões dos dias 6 e 10, seria feita uma capacitação interna com os técnicos das administrações regionais, cujo objetivo seria o mesmo. Avançou para os dias 29 de março e 5 de abril, quando aconteceriam as Reuniões Públicas de Macrotemas, em período integral, sendo que a metodologia estava em debate com a URBTEC, responsável pelas reuniões. Explicou que o local para as reuniões ainda estava sendo negociado e somou que tinha sido sugerida uma metodologia similar à das oficinas, com apresentação inicial e divisão em salas para debate. A seguir, tratou da Reunião Pública de Consolidação das Propostas do PDOT, que aconteceria em 26 de abril, onde seria apresentada a consolidação das

propostas feitas pela população através do site e nos eventos públicos. Somou que a maioria das reuniões aconteceria no auditório da Câmara Legislativa. Por fim, disse que o mês de maio seria dedicado à transformação das propostas em minuta de Lei, sendo que estava prevista provisoriamente para o dia 28 de junho a Audiência Pública de Consolidação da Minuta de Lei do PDOT. Resumiu que, nas reuniões técnicas, o público-alvo eram os integrantes do GTI, enquanto as reuniões públicas eram abertas à toda a população. Iniciando as manifestações, o Senhor **Marcos Luiz Santarosa**, ASPROESTE, perguntou se os integrantes do CGP que se inscreveram para colaborar com determinados eixos participariam das reuniões específicas do GTI. Questionou também se estavam mantidos os eventos PDOT com Você nas RAs, ao que o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** disse que sim e que não constava na apresentação por ser uma instalação, não um evento, e a Senhora **Juliana Machado Coelho** somou que a reunião do dia 10 de março serviria como uma abertura do prazo de colaborações no site. A seguir, o Senhor **João Gilberto de Carvalho Accioly**, SINDUSCON, indagou o que seria apresentado na reunião do dia seguinte, se apenas os mapas preliminares ou também as propostas. A Senhora **Juliana Machado Coelho** disse que seriam apenas mapas na reunião em questão, acrescentando ao material apresentado previamente as ofertas de habitação e regularização. Informou que as minutas dos textos das propostas começariam a ser compartilhadas após as reuniões públicas de macrotemas, em abril. Em seguida, a Senhora **Betúlia de Moraes Souto** sugeriu reuniões do CGP e do GTI entre as reuniões públicas por macrotemas e a reunião pública de consolidação das propostas, com o objetivo de apresentar o material antes de divulgá-lo para a população. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** reafirmou que a sistemática dos trabalhos contava com a apresentação inicial de todos os materiais ao GTI, a abertura de prazo para colaborações e a reunião para debate final, todas etapas prévias à divulgação. Somou que, paralelamente, aconteceriam as reuniões dos eixos e reforçou que, antes de qualquer reunião pública, aconteceria, obrigatoriamente, uma reunião do GTI. Ainda, a Senhora **Betúlia de Moraes Souto** propôs que, na reunião subsequente do CGP, fosse discutida a metodologia da reunião pública e apontou a ausência de um calendário entre a reunião pública de consolidação das propostas e a audiência pública de consolidação da minuta, em um período que chamou de fase de consolidação e pactuação para a redação legislativa. Então, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** lembrou que os itens listados incluíam reuniões que demandavam convocação ou que tinham destaque, mas que as reuniões de trabalho continuariam acontecendo. Já a Senhora **Juliana Machado Coelho** somou que estavam confirmadas as datas das reuniões até a de 26 de abril, sendo que as demais poderiam variar ligeiramente, além de registrar o prazo de um mês de debates da minuta de Lei antes da convocação da Audiência Pública. Sobre as informações constantes no site, a Senhora **Betúlia de Moraes Souto** apontou os seguintes erros: o eixo mobilidade apresentava a versão de 2022; as atas dos encontros para pensar o território não estavam disponíveis; e não constavam as contribuições da 2ª Audiência de diagnóstico. Abordou o tema das novas ruralidades, afirmando que o termo seria problemático ao definir pessoas que estavam há muito tempo cuidando das questões ambientais de determinadas regiões, incluindo povos e comunidades tradicionais. Em resposta, a Senhora **Juliana Machado Coelho** explicou que o grupo que estava estudando o eixo ruralidades era responsável pela organização do território, o que levou à uma confusão de informações. Argumentou que, até então, o tema de ruralidades não tinha sido apresentado na íntegra e explicou que a nomenclatura era provisória. Sobre o site, o Senhor **Antônio Maycon Martins** pediu que os apontamentos fossem formalizados e garantiu que encaminharia a demanda aos responsáveis. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** informou que já tinha sido encomendada uma proposta de metodologia para as reuniões públicas à URBTEC e que compartilharia o material assim que possível. Após, o Senhor **Benny Schvarsberg**, também criticou o termo novas ruralidades, por entender uma conotação de permissividade em relação aos tipos rurais, e não novas formas de uso e ocupação rural. Disse que tinha sido suprimida a proposta de uma audiência pública intermediária em benefício de reuniões públicas de macrotemas, defendendo que as reuniões eram mais produtivas do que as audiências. Opinou que dois dias inteiros dedicados aos macrotemas resultariam em reuniões improdutivas, sugerindo que as reuniões fossem divididas em quatro dias, com encontros de meio período em cada dia. Reforçou a importância do debate sobre a questão metropolitana e elogiou a ideia de uma reunião pública de consolidação das propostas do PDOT, porém sugeriu que a metodologia previsse um momento de debate aprofundado em grupo e um momento em plenária quando ocorra uma votação, mesmo que simbólica. Sobre as reuniões com os administradores e deputados distritais, sugeriu que fossem chamadas de oficinas de preparação para a tramitação, aprovação e implementação do PDOT com os gestores das RAs e parlamentares, argumentando que dificilmente tais autoridades se dedicariam por longos períodos à capacitações técnicas. Citou a figura do controlador das atividades das RAs, que costumava ter muito domínio do território, como um dos que deveria acompanhar a tramitação do

Ata - Reunião de 26 de Maio de 2020 Edição 16678538 (177874994) 003905E1004350/2020-5172/p2596 / pg. 380

Concordou que as atas do GTI também poderiam ser disponibilizadas, aos moldes do que ocorria com o CGP. Ainda, a Senhora **Ludmila de Araújo Corrêa** endossou que a compatibilização das propostas precisava ser divulgada e debatida, preferencialmente já na reunião do dia seguinte. Citou a Conferência das Cidades e criticou a falta de discussão territorializada nas Conferências do Meio Ambiente. Relatou que as Conferências Municipais das Cidades precisariam acontecer até 30 de abril e solicitou que fossem casadas com as discussões nas RAs, o que ajudaria na consolidação das propostas e no alinhamento de expectativas. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** explicou que a Conferência Distrital das Cidades não era de gestão da equipe presente e reafirmou que as considerações seriam transmitidas ao Secretário Marcelo Vaz Meira da Silva. Ainda sobre o tema, o Senhor **Benny Schvarsberg** sugeriu a janela de 5 a 26 de abril para promoção de alguma articulação com a Conferência das Cidades. Dando prosseguimento, a Senhora **Betúlia de Moraes Souto** acrescentou que as salinhas do PDOT nas administrações regionais poderiam ser usadas como um ponto de coleta de informações para a Conferência Distrital. A seguir, a Senhora **Samia Waleeska Pereira B. de Carvalho**, Positiva de Brasília, falou sobre seu histórico com o Direito Ambiental e citou que o maior desafio do ser humano era promover o crescimento sem destruição, o que deveria ser aplicado ao PDOT. Discordou a respeito do congelamento dos processos de regularização, dada a importância deles. Perguntou como compatibilizar o PDOT para os próximos dez anos de forma a integralizar todos os órgãos do GDF e evitar, por exemplo, a grilagem de terras e a devastação ambiental, além de promover a oferta de habitação tanto de interesse social como para a classe média. Lamentou o atraso na revisão do PDOT e afirmou que, em algum momento, o processo precisaria ser concluído, inclusive para proporcionar segurança jurídica à população, citando casos de condomínios antigos que ainda sofriam com a falta de regularização, sendo que o participante acrescentou que já existiam leis que a população poderia consultar e deveria obedecer. Em conclusão, a Senhora **Samia Waleeska Pereira B. de Carvalho** concordou com o cronograma apresentado. Na sequência, o Senhor **Marcos Luiz Santarosa** indicou um vazio de eventos após a reunião pública de consolidação das propostas e citou que a convocação para a última audiência pública seria feita, inicialmente, em 27 de maio, quando o texto final precisaria estar pronto, ao passo que a reunião do CGP seria apenas em 28 de maio. Isto posto, propôs uma reunião extraordinária do CGP para o dia 21 de maio, ao que o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** garantiu que pequenos ajustes de datas como o citado eram possíveis, o que não precisaria ser definido imediatamente, uma vez que se tratava de uma convocação simples e com menor antecedência. Ainda, o Senhor **Marcos Luiz Santarosa** registrou sua demanda para que o CGP tenha a oportunidade de analisar o texto final da minuta antes da convocação para a audiência pública. Subsequentemente, o Senhor **Adalberto Ferreira de Paula Carvalho** reafirmou que o prazo final de entrega da revisão do PDOT seria alterado, caso necessário. Refletiu sobre o debate ocorrido no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) a respeito da região o Jóquei Clube, julgando que o processo aprovado não estava adequado. Sugeriu que 40% da região abrangida pelo projeto fosse destinada a casas unifamiliares, reduzindo os impactos na região. Relatou que não teve a chance de falar durante a reunião em questão e contou que o processo tinha sido paralisado pela vara do meio ambiente, a pedido da sociedade civil. A seguir, o Senhor André Júnio Tavares Barbosa, CALUNGA, demonstrou preocupação com a construção qualitativa da agenda, levando em consideração todas as atividades da revisão do PDOT e a Conferência Distrital, além de citar a questão financeira e a defasagem de trabalhadores da SEDUH. A Senhora **Betúlia de Moraes Souto** sugeriu o acréscimo das reuniões do CGP e do GTI ao cronograma apresentado, a fim de minimizar a confusão dos presentes. Ainda, o participante relatou que houve a eleição da comissão organizadora da Conferência e sugeriu que ela fosse convidada a dialogar a respeito da revisão do PDOT. Então, a Senhora **Juliana Machado Coelho** confirmou que a Conferência não estava mais sob responsabilidade da SUPLAN, da Subsecretaria de Desenvolvimento das Cidades (SUDEC) e da Subsecretaria do conjunto Urbanístico de Brasília (SCUB) e falou que o Secretário Marcelo Vaz Meira da Silva encaminhou à ela um dia antes a informação de que seria criado um Grupo de Trabalho para coordenar internamente as demandas Conferência. Em conclusão, passou-se ao item 3.3. Ferramenta de Propostas: O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** apresentou a ferramenta de propostas no site do PDOT, com destaque para o filtro. Descreveu que a população poderia registrar se apoia, apoia parcialmente ou não apoia as propostas, além de registrar comentários, que ficariam públicos no site. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal, Senhora **Juliana Machado Coelho**, declarou encerrada a 26ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**,

Suplente – SUPLAN; **RENATA FREITAS CARVALHO CALDEIRA** – Suplente – SUDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES** – Titular – SCUB; **ANA FLÁVIA SILVA PIRES DURÃES**, Suplente – SECID; **JHENNYFER LOYANE GAMA PIRES** – Suplente – CANDANGA; **ANDRÉ JÚNIO TAVARES BARBOSA** – Titular – CALUNGA; **SAMIA WALEESKA PEREIRA B. DE CARVALHO**, Titular – Positiva de Brasília; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Sálvia Terra; **BENNY SCHVARSBERG**, Titular – Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA** – Titular – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAULA CARVALHO**, Titular – ASSOLIM; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON; **TEREZA CHRISTINA COELHO CAVALCANTE** – Titular – FIBRA; **JOSÉ ANTÔNIO BUENO M. JÚNIOR** – Suplente – FIBRA; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF; **ANTÔNIO MENEZES JÚNIOR** – Suplente – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF; **GISLAINE ANDREA DE MEDEIROS** – Suplente – CRESS/DF; **GUILHERME JAGANU**, Membro Honorário - Fórum em Defesa das Águas.

JULIANA MACHADO COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano do Distrito Federal – Suplan/Seduh



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO** - **Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 28/03/2025, às 09:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **166785389** código CRC= **A66F07EF**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL (CGP/PDOT)**

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vigésimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte cinco, no Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF, foi iniciada a Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela Senhora, **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária Políticas e Planejamento Urbano (SUPLAN), da Secretaria de Estado de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (SEDUH), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura. 1.1. Aprovação das Atas. 2. Produtos da SECOM. 3. Roteiro Macrotemas. 4. “PDOT com Você!” 5. Próximos Eventos. 6. Encerramento. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1. Abertura: A Senhora, **Juliana Machado Coelho**, iniciou a reunião cumprimentando a todos e resumiu a pauta proposta. Como combinado, pediu que fosse mantido o cronograma previsto da reunião, que as manifestações fossem feitas ao final de cada etapa, e que as falas fossem objetivas, precedidas de nome e entidade representada. Ato contínuo, passou ao item 1.1. Aprovação das Atas: A Senhora, **Juliana Machado Coelho**, encaminhou para aprovação a ata da 10ª reunião extraordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP). Não havendo manifestações, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. A seguir, encaminhou para aprovação a ata da 25ª reunião ordinária do CGP. Não havendo manifestações, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Ainda, encaminhou para aprovação a ata da 26ª reunião ordinária do CGP. Não havendo manifestações, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Ato seguinte, passou-se ao Item 2. Produtos da SECOM: O Senhor, **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, apresentou o primeiro plano de mídia sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), vinculado entre 24 de fevereiro e 31 de março, além de citar a amplitude do contrato quanto aos veículos de divulgação. Detalhou o plano de divulgação em cada emissora de TV, na internet, nas rádios, nos jornais e no transporte público. Ato seguinte, avançou ao item 3. Roteiro Macrotemas: O Senhor, **José Mário Pacheco Júnior**, lembrou que as reuniões públicas por macrotemas aconteceriam nos dias 29 de março e 5 de abril, e disse que apresentaria o roteiro dos eventos conforme elaborado pela URBTEC. Afirmou que a reunião seria composta por: recepção, de até 30 minutos; apresentação técnica, de 30 minutos; dinâmica, de 1h40; e encerramento, de 20 minutos. Acrescentou que a dinâmica seria replicada no período vespertino. Sobre o tempo de dinâmica, explicou que as propostas da temática em debate seriam discutidas e votadas, a exemplo das colaborações disponíveis no site do PDOT. Elucidou que, no dia 29 de março, seriam abordados os temas do Macrozoneamento e Zoneamento no período da manhã e da Sustentabilidade e Território no período da tarde, enquanto no dia 5 de abril os temas seriam: Estratégia de Ordenamento Territorial, pela manhã, e Gestão Territorial e Participação Social, à tarde. Disse que o evento dar-se-ia na Escola Elefante Branco, na Asa Sul, afirmando que diversos locais tinham sido pesquisados, mas que, devido à disponibilidade e estrutura, a escola foi selecionada. Acrescentou que a escola tinha auditório para 300 pessoas e 12 salas com TV, computador e acesso à internet. Afirmou que seriam levados cartazes com *QR Code* para acesso ao formulário digital e às propostas do site do PDOT. Reforçou que, na dinâmica, os participantes votariam nas propostas apresentadas e, para as propostas rejeitadas pela maioria, seriam elaboradas complementações. Por fim, os participantes teriam a oportunidade de complementar com mais propostas a respeito de temas não contemplados, que seriam encaminhadas para a equipe técnica apenas se a maioria da sala aprovasse. Lembrou que as propostas a

serem apresentadas na reunião e constantes no site já tinham sido analisadas pelos técnicos da SEDUH, processo pelo qual as novas propostas precisariam passar. Ilustrou a planilha de trabalho da dinâmica, com ênfase no campo para observações, e falou que seria feita a somatória de todas as manifestações de cada proposta, resultando na estatística geral do evento. A seguir, avançou ao item 4. “PDOT com Você!” O Senhor, **José Mário Pacheco Júnior**, relatou a visita às 35 administrações regionais, quando a ferramenta “PDOT com Você!” foi apresentada, e a reunião na Câmara Legislativa sobre o “PDOT com Você!”. Explicou que o material impresso atrasou, mas foi entregue às administrações. Anunciou a inclusão de um botão na página inicial do site do PDOT, que direcionava diretamente à página de pré-propostas, e garantiu que os problemas previamente apontados no site tinham sido solucionados. Falou que, até o dia anterior, 855 pessoas diferentes tinham demonstrado apoio no site, somando 2.754 manifestações e 487 comentários. Avisou que as manifestações e comentários eram distribuídos diariamente aos técnicos responsáveis pelas propostas para análise. Disse que, para cada proposta, seria publicado um relatório com as manifestações; o impacto delas no âmbito do processo de revisão, assim como o impacto da perpetuação ou modificação dentro do processo de revisão; e o retorno a cada um dos comentários que forem feitos. Informou que, até o dia 24 de março, 90% das manifestações eram de apoio às propostas, 5% de apoio parcial e 5% de não apoio. Então, instaurou o item 5. Próximos Eventos: O Senhor, **José Mário Pacheco Júnior**, listou os eventos que aconteceriam após as reuniões por macrotemas, a saber: 05 de abril – fim da interação das pré-propostas; 7 a 11 de abril – análise/sistematização das contribuições e geração do relatório de consolidação das propostas; de 14 a 17 de abril - chamamento para a reunião pública; 26 de abril – reunião pública de consolidação das propostas. Iniciando as manifestações, o Senhor, **Marcos Luiz Santarosa** (ASPROESTE), questionou qual era a estimativa de pessoas por sala na dinâmica das reuniões por macrotemas, quantas propostas seriam discutidas e se seriam analisadas por bloco ou isoladamente. A seguir, a Senhora, **Betúlia de Moraes Souto** (Sálvia Terra), destacou que os dois primeiros macrotemas estavam dentro das propostas do CGP, mas apontou que “Estratégia de Ordenamento Territorial” possui um tema muito amplo e solicitou a substituição por “Regularização Fundiária e Ofertas Habitacionais”, dada a importância do assunto e o entendimento da população diante do título. Também demonstrou ter dúvidas sobre a votação das propostas na dinâmica e disse acreditar ser impossível incorporar todas as informações geradas até o dia 11 de abril. Argumentou que uma das funções do CGP era discutir o calendário, trabalho prejudicado pelo prazo final para entrega da revisão imposto pelo Governo. Temeu que a sistematização das colaborações não fosse concluída por falta de tempo, embora a equipe técnica fosse competente. Sobre o “PDOT com Você!” Perguntou como as informações eram coletadas do site e se as interações virtuais seriam interligadas com as da reunião. Ainda, indicou que a relação entre quantidade de votos e tamanho do território precisaria ser observada. Após, a Senhora, **Ludmila de Araújo Corrêa** (CAU/DF), perguntou se todas as administrações tinham disponibilizado espaço para o “PDOT com Você!” E pediu uma lista daquelas que apresentaram mais resistência. Também demonstrou preocupação com o prazo final da revisão, argumentando que os debates sobre as pré-propostas ainda estavam acontecendo, que as contribuições precisariam ser incluídas e que o resultado precisaria ser analisado pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI). Sugeriu que, no macrotema “Sustentabilidade e Território”, fosse incluído o termo “Ruralidade”, e que o macrotema “Estratégia de Ordenamento Territorial” fosse substituído por “Centralidades, Mobilidade, Habitação e Regularização”. Acrescentou que, no site, seria importante apresentar a origem de cada proposta a partir das leituras técnicas e comunitárias, inclusive para facilitar o entendimento. Falou que seria difícil analisar cada uma das propostas individualmente na dinâmica da reunião. Em resposta, a Senhora, **Juliana Machado Coelho**, disse que seria disponibilizado um material explicativo sobre cada macrotema, concordou que os temas eram óbvios apenas para quem estava familiarizado com o processo de revisão do Plano Diretor, e argumentou que a definição dos macrotemas foi feita na tentativa de agrupar todas as propostas de acordo com suas temáticas. Informou que a URBTEC ajudará na sistematização da reunião ampliada e sugeriu incluir no site a tabela com todas as colaborações realizadas nele. Explicou também que a avaliação técnica considerava as manifestações do site conjuntamente com o material do diagnóstico, os estudos disponíveis e a realidade de cada local. Lembrou que tinham sido recebidas ao longo do processo demandas que não eram abrangidas pelo PDOT, mas que ajudaram a entender os territórios. Concluiu dizendo que, se alguma proposta tivesse mais votos contrários a que favoráveis, ela seria reavaliada. Em seguida, o Senhor, **José Mário Pacheco Júnior**, declarou que as propostas estavam sendo organizadas para a dinâmica, sendo que algumas precisariam ser apresentadas por Região Administrativa (RA) e outras para o território como um todo, e informou ainda não saber quantas propostas seriam. Acrescentou que estavam sendo feitas simulações da dinâmica e que a proposta era de no mínimo 12 salas, com até 25

peças cada. Falou sobre a possibilidade de agrupamento das propostas, quando fosse possível, mas reforçou que no macrotema de Macrozoneamento e Zoneamento, seriam apresentadas todas as propostas individualmente. Disse que as tabelas de propostas do site conversam com as tabelas a serem trabalhadas nas reuniões e que a maioria dos comentários feitos já tinha respostas elaboradas. Seguiu ilustrando que poucas RAs tinham disponibilizado uma sala para o “PDOT com Você!” Mas que a maioria liberou um computador para acesso ao site e um técnico para tirar dúvidas. Relatou ter ficado contente com a recepção na maioria das RAs, com exceção de Samambaia, Varjão e Fercal, ao que a Senhora, **Ludmila de Araújo Corrêa**, sugeriu que, no último, um dos problemas foi a procura da população por materiais para participação, que ainda não estavam disponíveis. O Senhor, **José Mário Pacheco Júnior**, declarou que a população já tinha ido buscar informações em Samambaia antes da disponibilização do material e falou sobre a confusão entre os trabalhos do PDOT e do Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU), que estava fazendo reuniões por RA. Acrescentou que as administrações regionais estavam em contato com a equipe técnica, inclusive fornecendo devolutivas da participação social. Entendeu que o tempo era pouco, mas garantiu que a equipe técnica estava organizando o trabalho a fim de sistematizar as colaborações a partir da semana seguinte, acrescentando que as colaborações já estavam em um formato que facilitaria a sistematização. Avisou que, para os próximos eventos, o desejo era de elaborar-se um relatório com a vinculação da proposta com a sua origem. Dando continuidade, a Senhora, **Betúlia de Moraes Souto**, reiterou seu pedido para ter acesso à planilha de propostas na íntegra e questionou quais seriam os papéis da URBTEC e da SEDUH quanto à sistematização das contribuições. Solicitou também a disponibilização do calendário interno de atividades dos técnicos da SEDUH e a elaboração de um relatório das participações por RA, com quantidade de pessoas, principais dúvidas e encaminhamentos. Por fim, insistiu na elaboração de vídeos das propostas por RA ou, no mínimo, por Unidade de Planejamento Territorial (UPT). O Senhor, **José Mário Pacheco Júnior**, informou que a demanda a respeito dos vídeos tinha sido encaminhada à Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM), porém, ainda não houve retorno. Explicou que a URBTEC estava envolvida na preparação e execução das reuniões e na sistematização das contribuições dos eventos, todavia, não fazia análises técnicas, que eram de escopo da SEDUH. Falou que disponibilizaria o calendário assim que possível, mesmo estando passível de acréscimos de reuniões, e comprometeu-se a solicitar os relatórios com as RAs. A seguir, o Senhor, **Marcos Luiz Santarosa**, questionou como dar-se-ia a votação do macrozoneamento na reunião pública, principalmente diante de situações fáticas. Pediu que fosse detalhado o cronograma de atividades até o final do processo de revisão do PDOT, imposto para o dia 28 de junho, considerando também que a audiência pública deveria ser convocada em 27 de maio, data em que o texto final precisaria estar pronto. Perguntou o que abrangia o macrotema Zoneamento e quando seriam debatidas as novas ruralidades e áreas de transição. Em resposta, o Senhor, **José Mário Pacheco Júnior**, explicou que a intenção era não impor grandes modificações de macrozoneamento, focando-as apenas em regiões onde a situação fática ou a criação de unidades de conservação apresentavam algum critério técnico para a mudança da macrozona. Exemplificou o escopo do zoneamento com o cenário da zona rural de uso controlado e da zona rural de uso diversificado, e relatou que, em algumas regiões, a própria população discordava quando ao adensamento populacional, por isso da votação. Resumiu que, enquanto o macrozoneamento abordava um ajuste de questões fáticas, o zoneamento era repleto de demandas específicas. Ainda, informou que, após a reunião pública do dia 26 de abril, a equipe da SEDUH debaterá o cronograma dos meses subsequentes. Na sequência, a Senhora, **Ludmila de Araújo Corrêa**, listou as reuniões dos eixos temáticos que aconteceriam na semana seguinte e confirmou que cada eixo tinha seus representantes. O Senhor, **José Mário Pacheco Júnior**, acrescentou que os Eixos de Ruralidades, Meio Ambiente e Território Resiliente, estavam desenvolvendo seus debates em conjunto e que as sobreposições de reuniões ocorriam apenas entre eixos não conflitantes. Continuamente, a Senhora, **Ludmila de Araújo Corrêa**, pediu que fosse encaminhada a lista de representantes do CGP em cada Eixo, a fim de que houvesse representantes em todos. Lembrou que, no dia 10 de abril, ocorreria uma reunião sobre o cruzamento do zoneamento com estudos complementares sobre o meio ambiente, o que poderia gerar demandas a serem incorporadas no material a ser consolidado até o dia 11 de abril. Reafirmou que, o material não seria apenas sistematizado, mas também analisado, insistindo que o prazo era inviável e pedindo a divulgação do cronograma completo. Isto posto, a Senhora, **Juliana Machado Coelho**, propôs enviar o calendário com as reuniões já agendadas. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Subsecretária Políticas e Planejamento Urbano (SUPLAN) da Secretaria de Estado de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (SEDUH), Senhora, **Juliana Machado Coelho**, declarou encerrada a 27ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT), agradecendo a presença e a

participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **RENATA FREITAS CARVALHO CALDEIRA**, Suplente – SUDEC; **LUCAS SANTANA SIGWALT**, Titular – SUPAR; **ANA FLÁVIA SILVA PIRES DURÃES**, Suplente – SECID; **ANDRÉ JUNIO TAVARES BARBOSA**, Titular – CALUNGA; **SABRINA DURIGON MARQUES**, Suplente – IBDU; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Sálvia Terra; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **MARIA ESTELA CAVALCANTE PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, Suplente – ASPROESTE; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF.

JULIANA MACHADO COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano

Secretaria de Estado de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 22/05/2025, às 11:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=169743856)
verificador= **169743856** código CRC= **1C490321**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 169743856



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Ao trigésimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte cinco, no Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF, foi iniciada a Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela Senhora **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (SUPLAN) da Secretaria de Estado de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (SEDUH), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Ordem do Dia. 1.1. Abertura dos trabalhos. 1.2. Apreciação e aprovação da Ata da 27ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de março de 2025. 2. Apreciação. 2.1. Apresentação do andamento das atividades de participação social do processo de revisão do PDOT. 3. Assuntos gerais. 4. Encerramento. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1.1. Abertura: A Senhora **Juliana Machado Coelho** iniciou a reunião cumprimentando a todos e resumiu a pauta proposta. Como combinados, pediu que fosse mantido o cronograma previsto da reunião, que as manifestações fossem feitas ao final de cada etapa, que as falas fossem objetivas e precedidas de nome e entidade representada. Anunciou que, à data, tinha sido convocada a reunião pública de consolidação da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) para o dia 10 de maio, porém, enquanto o documento técnico com os estudos e análises já estava disponível, a minuta da Lei dependia da sistematização das pré-propostas para ser divulgada, cujo prazo final de envio era a presente data, sendo que o documento seria incluído no site no dia seguinte. Ato contínuo, passou ao item 1.2. Apreciação e aprovação da Ata da 27ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de março de 2025: A Senhora **Juliana Machado Coelho** encaminhou para aprovação a ata da 27ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP). Não havendo manifestações, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Ato seguinte, passou-se ao Item 2. Apreciação. 2.1. Apresentação do andamento das atividades de participação social do processo de revisão do PDOT: O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador da Coordenação de Planejamento Territorial e Urbano (COPLAN) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, relatou os eventos do PDOT com Você!, incluindo o lançamento, as capacitações e as visitas da equipe técnica da SEDUH às Regiões Administrativas (RAs). Resumiu que tinham sido recebidas 8.821 manifestações e 3.291 comentários pelo site do PDOT, produzidos por 2.257 pessoas diferentes, e detalhou que mais de 6 mil manifestações foram de apoio às propostas. Falou sobre as reuniões de macrotemas, ocorridas nos dias 29 de março, 5 e 15 de abril e reforçou que teve início a convocação para a reunião pública de consolidação, que aconteceria em 10 de maio, informando como encontrar os documentos pertinentes no site do PDOT. Dando continuidade, o Senhor **Antônio Maycon Martins**, diretor da Diretoria de Planejamento Territorial e Urbano (DIPLAN) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, explicou que a metodologia da reunião pública almejava ser flexível e promover o entendimento da minuta pela população. Disse que o evento dar-se-ia na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e que a previsão era de que estendesse-se pelo dia todo. Apresentou as duas propostas de metodologia para a reunião: dividir os presentes em salas para debate após a palestra, o que seria limitado pela disponibilidade de infraestrutura da CLDF, que teria apenas o auditório e duas salas, estas com capacidade de 50 pessoas cada; e a instalação de tendas, proposta que preferia, onde seria realizada uma exposição inicial, que incluiria um resumo da minuta e, após, as contribuições seriam coletadas em tendas divididas pelos temas da estrutura da minuta, sendo que o evento seria concluído com a apresentação dos resultados quantitativos da dinâmica. Acrescentou que as tendas seriam equipadas com banners, onde constaria um

resumo do tema, o *QR Code* para contribuição online sobre o assunto e o *QR Code* para acesso e interação com a minuta, além de afirmar que os técnicos afetos à temática estariam presentes nas tendas para explicar a construção das propostas em exposição e que as contribuições poderiam ser feitas por escrito. Ilustrou como a estrutura seria montada na CLDF, incluindo cinco tendas para o tema de habitação e regularização, que costumava ter maior demanda, e mais seis tendas para os outros temas. Reforçou que a metodologia daria liberdade para os participantes abordarem os temas de seu maior interesse. Iniciando as manifestações, o Senhor **João Carlos de Siqueira Lopes**, SINDUSCON, perguntou quando a minuta estaria disponível, ao que o Senhor **Antônio Maycon Martins** respondeu que no dia seguinte e somou que o documento ficaria disponível para contribuições até o final de maio. Ainda, a Senhora **Juliana Machado Coelho** explicou que estava sendo elaborada uma ferramenta para coletar as contribuições sobre o texto, similar à ferramenta virtual disponibilizada durante a dinâmica PDOT com Você!, e reforçou que o texto não seria o objeto de debate na reunião de 10 de maio, mas sim a consolidação das discussões anteriores. O Senhor **Antônio Maycon Martins** reforçou que as propostas recebidas pelo site ainda estavam sendo sistematizadas, dado que o prazo para contribuições era a presente data, e que por isso a minuta não tinha sido divulgada. Em seguida, o Senhor **Marcos Luiz Santarosa**, ASPROESTE, indagou quais documentos estavam disponíveis e o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** disse que o documento de fundamentação técnica da minuta a ser publicada estava disponível na página eletrônica do PDOT. A seguir, a Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Sálvia Terra, refletiu que apenas 2 mil pessoas tinham interagido com o site, diante dos quase 3 milhões de moradores do DF, e questionou se o trabalho de comunicação foi eficiente na promoção da participação social para essa ferramenta. Criticou a publicação dos documentos sem a análise do CGP e do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), o que poderia gerar atrasos, como já tinha acontecido anteriormente. Demonstrou confusão com o objetivo da reunião do dia 10 de maio, perguntando se envolveria a apresentação da minuta ou a consolidação das propostas. Embora tenha gostado da metodologia das tendas, apontou que poderia não funcionar se fossem muitos os participantes do evento. A Senhora **Juliana Machado Coelho** declarou que a reunião seria para o debate sobre a consolidação das reuniões por macrotemas, mas que a minuta também seria divulgada, e afirmou que, após a reunião pública, a minuta seria debatida no GTI, possivelmente segmentada por temas. Ainda, a Senhora **Betúlia de Moraes Souto** perguntou como as pessoas se reconheceriam em seus territórios usando a metodologia apresentada e se era possível a produção de um mapa interativo e cobrou os vídeos específicos com as propostas de cada RA ou, ao menos, cada Unidade de Planejamento Territorial (UPT). Após, o Senhor **Guilherme Jaganu**, Fórum das Águas, concordou que uma parcela pequena da população contribuiu pelo site e reforçou que o CGP estava correto com relação à questão da divulgação. Relatou também a falta de espaço da última reunião por macrotema, ocorrida na SEDUH, e disse que a maioria das pessoas não permaneceu até o final, ficando a consolidação das propostas nas mãos de uma minoria. Temeu que a reunião de consolidação tivesse os mesmos problemas, projetando uma ampla participação social, e julgou a estrutura da CLDF como inadequada para o evento. Pediu atenção com a divulgação do evento e criticou a linguagem técnica utilizada nas reuniões por macrotemas. Perguntou como a discussão sobre as Áreas de Proteção de Mananciais (APMs) seria incluída na minuta do PDOT, tendo em vista o agendamento de uma reunião sobre o tema para o dia 6 de maio. Em resposta, a Senhora **Juliana Machado Coelho** reafirmou que seria divulgada uma minuta inicial do PDOT, que poderia ser alterada futuramente e sobre a qual seriam desenvolvidos os debates. Continuamente, a Senhora **Sabrina Durigon Marques**, IBDU, relatou que as dinâmicas nas salas durante as reuniões de macrotemas tinham sido diferentes entre si, o que poderia refletir na consolidação das propostas, e pediu esclarecimentos sobre a sistematização das contribuições. Elogiou a proposta de tendas, desde que a metodologia fosse unificada, e indagou como seria a dinâmica caso os participantes fossem divididos em salas. A Senhora **Juliana Machado Coelho** disse que, caso fosse usada a dinâmica das salas, o trabalho seria espelhado com o realizado nas reuniões anteriores. Então, o Senhor **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, entendeu que todas as propostas feitas seriam consideradas na minuta inicial do PDOT e registrou que foram mais de 2 mil manifestações apoiando parcialmente ou não apoiando propostas, o que julgou como expressivo. Contou o que estava ouvindo de seus alunos com relação ao processo de revisão do PDOT, resumindo que o consenso era de que as propagandas a respeito do PDOT não tinham conteúdo. Endossou que a participação tinha sido baixa, confirmou que o espaço da última reunião por macrotema foi inadequado e apontou que a metodologia de sugerir alterações apenas nas propostas não aprovadas gerava ambiguidades. Ainda, sugeriu a substituição do termo “minuta” por “consolidação de propostas”, “documento de consolidação” ou “anteprojeto de lei complementar”. Sobre as tendas, resumizou que deveriam ser esclarecedoras, receptivas e funcionar como um espaço público de reconhecimento territorial

das propostas. Defendeu a retirada do termo “expansão” do zoneamento por considera-lo arcaico e pediu que a coordenação informasse sobre a funcionalidade das salas instaladas nas RAs para coletar contribuições da população. Subsequentemente, o Senhor **Marcos Luiz Santarosa**, questionou se uma das duas propostas de metodologia deveria ser aprovada na presente reunião, ao que foi respondido que sim. Afirmou não ter gostado de nenhuma das duas propostas, sendo que, sobre a das salas, argumentou que o espaço da CLDF seria insuficiente, mas que proporcionaria o debate, enquanto a proposta das tendas não permitiria discussões. Sugeriu a busca por outro local para a reunião, à exemplo da Escola Elefante Branco, utilizada nas duas primeiras reuniões por macrotemas, que julgou como adequada, embora os monitores não estivessem suficientemente preparados para a dinâmica. Após, a Senhora **Ludmila de Araújo Corrêa**, CAU/DF, argumentou que o aproveitamento das reuniões públicas era melhor em salas com menos pessoas, julgou que o modelo com tendas não seria produtivo e sugeriu ciclos de debates simultâneos de duas horas para cada tema, sendo que as tendas poderiam servir como apoio. Discorreu sobre a importância do letramento e de se explicar as propostas para a população, assim como do conhecimento dos técnicos sobre as propostas. Solicitou a divulgação da tabela que explicava o caminho percorrido até a elaboração de cada proposta e falou que seria preciso mais de uma reunião do GTI para debater-se a minuta. Reforçou que os espaços de discussão precisavam ser menores, a fim de evitar a influência de lideranças sobre um número grande de participantes e de promover o entendimento pleno das propostas, desejando que as discussões fossem por RA. Pediu também que, no site, constassem as justificativas que levaram à elaboração de cada artigo e questiona se haverá outra audiência pública e foi confirmada com a justificativa de que ainda não tinha sido agendada porque dependia da conclusão dos debates sobre a minuta. Adiante, a Senhora **Samia Waleeska Pereira B. de Carvalho**, Positiva de Brasília, sugeriu a ampliação da publicidade do PDOT, elogiou a dinâmica do site e também demonstrou preocupação com a realização do evento na CLDF. Relatou que ela mesma buscava auxílio para entender o texto da minuta, concordando com a fala precedente. Em resposta, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** reiterou que a escala do PDOT não era local, o que dificultava o reconhecimento individual no território, mas que este também não é o propósito de trabalho do Plano Diretor, e explicou que, caso aprovadas as tendas, o técnico que trabalhou no tema ficaria disponível para esclarecer dúvidas. Falou sobre a solicitação recorrente de que as reuniões públicas tivessem demandas mais livres, o que seria atendido pelas tendas, além de afirmar que a proposta de dinâmica estava aberta a sugestões. Citou as dificuldades de debater-se instrumentos urbanísticos com a população, inclusive devido aos termos específicos da área, e relatou o esforço da equipe para capacitar-se. Reforçou que a minuta seria debatida no âmbito do GTI após o dia 10 de maio e concordou que, nas reuniões públicas, as dinâmicas nas salas acabavam divergindo, em razão da dinâmica de participação da própria população em cada sala, mesmo com o treinamento dos técnicos para condução dos debates. Concordou que as informações sobre as salas das RAs para contribuições do PDOT com Você! ainda não tinham sido sistematizadas, mas contou que algumas administrações promoveram reuniões sobre o Plano Diretor, inclusive, assistidos por técnicos da SEDUH. Argumentou que a tabela com o caminho que levou à cada proposta seria desenvolvida com base na minuta e, com relação à inclusão da justificativa técnica de cada proposta no site, disse que a viabilidade de atendimento à proposta precisaria ser analisada junto à equipe de TI. Dando continuidade, o Senhor **Antônio Maycon Martins** confirmou que estava trabalhando na tabela mencionada e relatou que os técnicos tinham acesso ao material enquanto ele era desenvolvido, como forma de gestão do trabalho interno da SEDUH. Resumiu que estava trabalhando na tradução do material para uma linguagem de fácil entendimento para a população e somou que as demandas não atendidas pelo PDOT estavam sendo encaminhadas para os órgãos responsáveis, sendo que os encaminhamentos também seriam divulgados na planilha. Argumentou também que as demandas da equipe da SEDUH eram muitas, o que levou ao atraso da divulgação da tabela, mas que o objetivo era publicizar o material no site quando da finalização da minuta. Garantiu que a equipe técnica se esforçou para promover a participação social e defendeu a proposta das tendas, arrazoando que possibilitaria a participação das pessoas apenas nos temas de seu interesse, o que estimularia o debate qualificado. Julgou que o espaço da CLDF seria suficiente para aplicação do modelo e permitiria a circulação das pessoas, reforçou que a linguagem era uma preocupação constante da equipe e lembrou que, como a minuta seria acessível por meio de *QR Code* nas tendas, a população também seria incentivada a engajar na análise do texto pelo site, sendo que, nos banners, constaria a referência de como localizar o tema da tenda no texto. Reiterou que os técnicos sempre eram capacitados para os eventos, porém todos tinham liberdade de ouvir as opiniões da população, inclusive sobre a metodologia, desde que o cerne da dinâmica fosse preservado. Ainda, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** lembrou que todos os comentários feitos nas salas durante as reuniões públicas eram

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **LUCAS SANTANA SIGWALT**, Titular – SUPAR; **MARCONDES ALVES BARBOSA**, Titular – INDI; **PEDRO ALVES BARBOSA**, Suplente – INDI; **SABRINA DURIGON MARQUES**, Suplente – IBDU; **SAMIA WALEESKA PEREIRA B. DE CARVALHO**, Titular – Positiva de Brasília; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Sálvia Terra; **BENNY SCHVARSBERG**, Titular – Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **MARIA ESTELA CAVALCANTE PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, Suplente – ASPROESTE; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente – ASSOLIM; **JOÃO CARLOS DE SIQUEIRA LOPES**, Suplente – SINDUSCON; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF; **ANTÔNIO MENEZES JÚNIOR**, Suplente – CAU/DF; **GUILHERME JAGANU**, Membro honorário.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 29/05/2025, às 11:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **172063541** código CRC= **E016BDC1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF
Telefone(s): 3214-4101
Site - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 172063541



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, no Auditório da SEDUH — Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte, Brasília/DF, foi iniciada a Vigésima Nona Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela senhora **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano (SUPLAN) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberação sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir: 1. Ordem do Dia. 1.1. Verificação do quórum. 1.2. Abertura dos trabalhos. 1.3. Apreciação e aprovação da Ata da 28ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de abril de 2025. 2. Apreciação. 2.1. Informes gerais sobre as atividades do processo de revisão do PDOT. 3. Assuntos Gerais. 4. Encerramento. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1.2. Abertura: A Senhora **Juliana Machado Coelho** deu início à reunião, cumprimentando os presentes e apresentando um resumo da pauta. Solicitou que fosse mantido o cronograma previsto, que as manifestações fossem feitas ao final de cada etapa e que as falas fossem objetivas e precedidas da identificação com nome e entidade representada. Ato contínuo, passou-se ao item 1.3. Apreciação e aprovação da Ata da 28ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de abril de 2025: A Senhora **Juliana Machado Coelho** submeteu à apreciação a ata da 28ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP). Não havendo manifestações, a ata foi aprovada por unanimidade dos presentes. Ato seguinte, passou-se ao Item 2. Apreciação. 2.1. Informes Gerais sobre as atividades do processo de revisão do PDOT: O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador de Planejamento Territorial Urbano da SEDUH, apresentou os informes relativos ao processo de revisão do PDOT. Informou sobre a recepção do Ofício nº 273/2025, oriundo da 1ª PROURB do Ministério Público do Distrito Federal, inclusive de autoria do promotor Dênio Augusto de Oliveira Moura, presente na reunião. Em seguida informou sobre a convocação da Audiência Pública do PDOT, marcada para o dia 28 de junho de 2025, às 9h, a ser realizada no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal. A publicação da minuta do Projeto de Lei Complementar, acompanhada do Documento de Consolidação que dá base à referida minuta. Reforçou que, no site oficial do Plano Diretor, será possível acessar o conteúdo completo da minuta, bem como uma ferramenta interativa já disponível para que os cidadãos possam enviar contribuição da minuta. Na sequência, a senhora **Ludmila de Araújo Corrêa**, CAU/DF, apontou que não houve retorno quanto à demanda relacionada ao ofício enviado na segunda-feira, assinado por diversos membros. Em resposta, a senhora **Juliana Machado Coelho** esclareceu que o documento foi encaminhado ao Gabinete, mas ainda não houve resposta oficial. Informou, ainda, que a data da Audiência Pública foi definida em comum acordo entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, não havendo, portanto, autonomia da SEDUH quanto à definição da data. Diante do exposto, a senhora **Ludmila de Araújo Corrêa** sugeriu que o documento seja lido durante a referida reunião, para dar publicidade e reiterou que os membros, não obtiveram resposta à solicitação encaminhada via ofício, e que a audiência, mesmo assim, foi publicada. Na sequência, a senhora Juliana Machado Coelho procedeu com a leitura da Solicitação de Prorrogação de Prazo para Convocação da Audiência Pública – Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial “*A elaboração do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, PDOT, é um processo técnico, participativo e estratégico, que visa estabelecer as bases para o desenvolvimento equilibrado e sustentável do território do Distrito Federal. Trata-se de um instrumento essencial para orientar políticas públicas, uso do solo, mobilidade, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, saneamento básico e demais aspectos que impactam diretamente a qualidade de vida da população. Nas últimas semanas, representantes de organizações da sociedade civil, do setor privado e diferentes órgãos*”

do governo, membros do Comitê de Gestão Participativa, CGP, e do Grupo de Trabalho Interinstitucional, GTI, estiveram intensivamente envolvidos na análise da minuta do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, PDOT, que inclui quase 300 artigos, além de mapas e tabelas. Esse trabalho exigiu tempo e dedicação, não apenas para compreender tecnicamente cada proposta, mas também para promover debates internos junto às nossas entidades e redes, de modo a formular contribuições qualificadas e coletivamente construídas. Considerando a importância e a complexidade desse trabalho, bem como do expressivo volume de sugestões técnicas e populares recebidas, reiteramos a necessidade de que seja concedido um prazo de 20 dias para a consolidação das contribuições no âmbito do Grupo de Trabalho Interinstitucional, GTI, antes da publicação da minuta consolidada para a audiência pública. Essa etapa é fundamental para garantir a coerência técnica, o alinhamento institucional e o compromisso com a participação social qualificada, pilares indispensáveis para um planejamento territorial verdadeiramente democrático. Tal prorrogação não representa atraso no cronograma, mas sim a observância dos princípios de legalidade, participação e legitimidade que norteiam o processo de revisão do PDOT. A proposta de minuta ainda está em fase de consolidação e precisa ser submetida à avaliação do Grupo de Trabalho Interinstitucional, GTI, conforme previsto no Decreto 41.004, de 2020. É importante que a audiência pública seja convocada apenas depois que o conteúdo tenha sido discutido e deliberado no âmbito do GTI, que é composto por representantes de diversos órgãos de governo e da sociedade civil. Isso é necessário para garantir que as decisões sejam tomadas com base em argumentos técnicos e institucionais compartilhados, e não apenas por uma instância administrativa da SEDUH. Além disso, a Lei Distrital 5.081, de 2013, estabelece em seu artigo 6º que, além da minuta, todos os documentos e estudos técnicos que subsidiem a proposta de minuta de projetos de lei em matérias urbanísticas e ambientais do Distrito Federal, como é o caso do PDOT, sejam disponibilizados à população com pelo menos 30 dias de antecedência da audiência pública para garantir transparência e possibilidade de análise qualificada. Nesse sentido, solicitamos que a minuta final e seus documentos complementares só sejam publicados após análise e deliberação do GTI e do CGP, visando garantir que a versão encaminhada à audiência pública reflita, de fato, o debate interinstitucional e a escuta ativa da população. Reafirmamos que a consolidação da minuta sem essa etapa intermediária no âmbito do GTI pode comprometer a legalidade e a legitimidade do processo participativo, transformando a audiência pública em um mero rito formal esvaziado de sua função democrática. Reforçamos, por fim, que a construção de um plano diretor comprometido com a justiça ambiental, a sustentabilidade e o direito à cidade exige escuta, tempo e responsabilidade institucional. Nosso objetivo é ampliar o diálogo entre organizações da sociedade civil, setor privado e poder público, contribuindo para a construção de um PDOT democrático e tecnicamente qualificado. Defendemos um processo que seja capaz de compatibilizar as diferentes e, muitas vezes, divergentes demandas da população, sempre com foco no interesse público, na equidade territorial e na promoção do bem coletivo. Assinam essa solicitação Alba Evangelista Ramos, presidente do CBH Paranaíba DF, Antônio Menezes Júnior, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Distrito Federal, Betúlia de Moraes Souto, representante do Instituto Sálvia, Carolina Baima Cavalcante, representante da Candanga Advocacia Popular, Cristiane Benedetto, Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Gilmar Batistella, presidente do CBH Preto DF, Gislaine André Almeida Medeiros, representante do Conselho Regional de Serviço Social do Distrito Federal, Guilherme Jaganu, representante do Fórum das Águas e o Denilda Oliveira Silva, presidente do CBH Maranhão, Jean Cândido, representante do Conselho Regional de Serviço Social do Distrito Federal, Jhennyfer Loyane Gama Pires, representante da Candanga Advocacia Popular, Juliette Lenoir, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, Distrito Federal, Ludmila de Araújo Correia, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Distrito Federal, Marcos Santarosa, representante da Asproeste.” Em seguida, a senhora **Ludmila de Araújo Corrêa** registrou que o documento foi encaminhado com a devida presteza, a fim de que pudesse ser respondido em tempo hábil, e acrescentou que também foi solicitada a assinatura do documento pelos seguintes representantes: senhor Benny Schvarberg (Andar a Pé), senhor Marcondes Alves Barbosa (Instituto Nacional do Índio – INDI) e senhora Sabrina Durigon Marques (Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU). A Senhora Betúlia de Moraes Souto, Sálvia Terra, reforçou que não concorda com a data proposta para a Audiência Pública, pelos motivos expostos na solicitação, e pontuou que não foi submetido à aprovação dos membros um ponto que consideram de extrema importância no contexto da participação da sociedade civil. Posteriormente, O Senhor **Dênio Augusto de Oliveira Moura**, MPDFT, informou que o Ministério Público do Distrito Federal expediu, em 27 de maio de 2025, através do sistema SEI para a SEDUH, uma recomendação sugerindo o adiamento da Audiência Pública e a disponibilização do documento para os

membros do CGP. Em resposta, a senhora **Juliana Machado Coelho** esclareceu que, quanto à data da Audiência Pública, a decisão não compete a ela diretamente. Em seguida, o senhor **José Mário Pacheco Júnior** apresentou os pontos solicitados pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística – 1ª PROURB, com base nas pré-propostas apresentadas nas últimas reuniões públicas relativas à revisão do PDOT, bem como nas informações disponibilizadas no site oficial. Os pontos incluem: “1. *Cópia dos estudos técnicos, ambientais, jurídicos e socioeconômicos que fundamentaram a inclusão de cada uma das propostas referentes à alteração da macrozona rural para urbana e da macrozona urbana para rural, por Região Administrativa, assim como os arquivos KML ou shapefile relativos a essas propostas; 2. Cópia dos estudos técnicos, ambientais, jurídicos e socioeconômicos que embasaram cada proposta de inclusão de novas áreas de regularização urbana no processo de revisão do PDOT, por Região Administrativa, bem como os arquivos KML ou shapefile correspondentes; 3. Cópia dos estudos técnicos, ambientais, jurídicos e socioeconômicos que embasaram cada proposta de criação ou extinção de Parcelamentos Urbanos Isolados (PUIs) no processo de revisão do PDOT, por Região Administrativa (considerando-se que alguns permanecem desocupados), além dos respectivos arquivos KML ou shapefile; 4. Estudos técnicos realizados sobre a viabilidade das propostas de expansão da macrozona urbana e de inclusão de novas áreas de regularização urbana, em relação a cada uma das bacias hidrográficas do Distrito Federal, apresentados separadamente por bacia; 5. Informações sobre os vídeos solicitados pelo CGP, referentes às propostas para cada Região Administrativa; 6 Informações sobre a rastreabilidade das propostas incluídas no novo PDOT, permitindo que a sociedade verifique se contemplam as demandas sociais apresentadas e se estão fundamentadas nos documentos técnicos produzidos; 7. Informações sobre a rastreabilidade das propostas não contempladas no novo PDOT, com a respectiva justificativa técnica para sua exclusão; 8 Informações sobre a estratégia a ser adotada, no âmbito do novo PDOT, para que, antes da implantação de novas áreas de oferta habitacional, sejam exploradas as possibilidades de atendimento da demanda em zonas urbanas consolidadas; 9. Informações sobre a estratégia a ser adotada para garantir que a implantação de novos empreendimentos ocorra de forma contígua à zona urbana consolidada, com o objetivo de evitar a dispersão urbana e a fragmentação do território; 10. Informações sobre a estratégia a ser adotada para garantir que os instrumentos da política urbana, previstos no Estatuto da Cidade, sejam efetivamente utilizados; 11. Informações sobre a estratégia a ser adotada para assegurar transparência quanto às contrapartidas das outorgas (valores, obras etc.); 12. Informações sobre a estratégia a ser adotada para garantir participação social e transparência na definição das diretrizes e estratégias do novo PDOT. 13. Informações sobre a estratégia que se pretende adotar, no novo PDOT, para prevenir o surgimento de novas ocupações irregulares e o uso indevido de áreas públicas, incluindo ações voltadas à estruturação e ao aperfeiçoamento da fiscalização territorial e da gestão fundiária, com o objetivo de coibir ocupações desordenadas; 14. Indicação dos instrumentos que se pretende incluir no novo PDOT para monitoramento da sua implementação, com a devida previsão de metas, indicadores e mecanismos de avaliação, que permitam o acompanhamento contínuo da execução das diretrizes e estratégias definidas no plano. 15. Informações quanto à eventual previsão de uso de instrumentos tecnológicos, tais como plataformas de Business Intelligence (BI) ou outros mecanismos digitais interativos, para assegurar a transparência e o acompanhamento, por parte da sociedade civil, da implementação das diretrizes e metas do novo PDOT; 16. Indicação dos mecanismos previstos no texto legal da revisão do PDOT para garantir o alinhamento entre as diretrizes do plano e os instrumentos de planejamento orçamentário do Distrito Federal, notadamente a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando sua efetiva implementação; 17. Informação sobre a existência, no âmbito do novo PDOT, de medidas e instrumentos voltados ao monitoramento da redução de áreas agricultáveis, áreas rurais e áreas de proteção ambiental, com vistas à preservação da função produtiva, ambiental e territorial dessas regiões; 18. Indicação dos mecanismos de participação social que se pretende incluir no novo PDOT, especificamente para o acompanhamento e monitoramento contínuo da implementação das diretrizes e propostas, incluindo a eventual criação ou implementação de conselhos, comitês ou instâncias deliberativas ou consultivas permanentes; 19. Indicação dos mecanismos previstos no novo PDOT para assegurar a compatibilização com os planos setoriais vigentes ou em elaboração, especialmente o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade Urbana Sustentável (PDTU/PMUS), o Plano Diretor de Habitação (Plandhis), o Plano de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (PGIRH), o Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB), o Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDU) e o Plano Distrital de Arborização Urbana (PDAU), assim como outros planos correlatos que interfiram na ordenação do território do Distrito Federal; 20. Cópias*

das Notas Técnicas produzidas pelos órgãos e instituições consultados pela SEDUH durante o processo de revisão do PDOT. ” O senhor **José Mário Pacheco**, informou que, além dos documentos já mencionados, foi solicitada a disponibilização, no site do PDOT, das atas das reuniões da CGO (Comissão de Governança), do GTI (Grupo de Trabalho Interinstitucional), bem como dos documentos produzidos na fase de prognóstico, incluindo vídeos e áudios relativos às reuniões e oficinas, os instrumentos de política urbana e o glossário. Adicionalmente, foi recomendada a elaboração de mapas que permitam a comparação entre o macrozoneamento e o zoneamento atuais e os propostos, com as seguintes sobreposições: Áreas propostas para a macrozona urbana, novas áreas de regularização e novos PUIs, com as informações ambientais do território do Distrito Federal, tais como unidades de conservação federais e distritais, áreas de proteção de mananciais, áreas de preservação permanente e áreas de recarga de aquífero; sobreposição dessas mesmas áreas com as áreas de risco do DF; visualização dos zoneamentos propostos com foco na aplicação dos instrumentos da política urbana que exigem essa delimitação; mapas com sobreposição das áreas propostas com o Plano Diretor de Transporte Urbano vigente. Foi ainda solicitado que a cópia do ofício e sua respectiva resposta sejam disponibilizadas aos conselheiros do CONPLAN e aos integrantes do Comitê de Gestão Participativa – CGP. Por fim, o Senhor José Mário Pacheco comunicou que a resposta elaborada está disponível e se colocou à disposição para encaminhar o referido arquivo ao grupo do CGP para conhecimento de todos. Solicitou que a equipe da ASCOL proceda com o encaminhamento do arquivo contendo a resposta elaborada no grupo do CGP, de modo que todos os integrantes do Comitê tenham pleno conhecimento das informações prestadas. Aberto o espaço para considerações, o senhor **Benny Schvarsberg**, Andar a Pé, solicitou a palavra para manifestar-se acerca das duas solicitações em pauta, destacando que é coautor e signatário de uma delas, e teceu considerações sobre o documento de recomendações expedido pelo Ministério Público do Distrito Federal. Relatou experiência anterior vivenciada no município de Pirenópolis (GO), em 2013, quando atuou como coordenador da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial local, em conjunto com equipe da Universidade de Brasília. Na ocasião, após a elaboração da minuta final, o Ministério Público apresentou requerimentos com teor semelhante ao atual, os quais resultaram na suspensão do encaminhamento do projeto à Câmara Municipal por meio de ação civil pública, mantendo o processo paralisado desde então. Com base nessa vivência, afirmou compreender que a recomendação atual do Ministério Público do Distrito Federal explicitamente demanda manifestação tanto do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano (CONPLAN) quanto do Comitê de Gestão Participativa (CGP), abrangendo não apenas o conteúdo da recomendação, mas também a resposta elaborada pela Secretaria. Destacou, portanto, a necessidade de que o CGP conheça previamente essa resposta, para que possa se posicionar de forma embasada. Ressaltou, por fim, que naquele momento os membros do CGP estavam tomando conhecimento da recomendação, que foi tornada pública com envio à SEDUH, ao CONPLAN e aos membros do CGP. Em resposta, a Senhora **Juliana Machado Coelho**, confirmou que o documento foi recebido no dia 30 de abril, e informou que a recomendação foi encaminhada e compartilhada no grupo. Informou ainda que até o momento não houve nenhuma reunião para tratar do tema. O senhor **Benny Schvarsberg** sugeriu que a pauta da reunião contemple a análise coletiva, pelo CGP, dos dois documentos: a nova recomendação do Ministério Público e o ofício encaminhado pela Senhora Ludmila. Propôs que a discussão das respostas a esses documentos, bem como o posicionamento oficial da SEDUH, seja realizada na próxima reunião, após envio ao Gabinete do Secretário. Finalizou propondo que, na presente reunião, o CGP delibere sobre os documentos recebidos e, na próxima, avalie as respostas formuladas e o posicionamento da SEDUH. Ato contínuo, a Senhora **Juliana Machado Coelho** iniciou sua fala ponderando que ela, o Senhor Mário e o Senhor Antônio não possuem atribuição para alterar a data da Audiência Pública, a qual, até o momento, está mantida para o dia 28 de junho. Diante disso, informou que foi preparada uma proposta de Plano de Mobilização a ser executado nos 30 dias que antecedem a audiência. Sugeriu que a apresentação do referido plano seja realizada na presente reunião, com posterior abertura para discussão sobre seu conteúdo. Acrescentou que, caso o plano não seja apresentado neste momento, poderá não haver oportunidade de fazê-lo antes da audiência, visto que a próxima reunião do CGP está prevista para ocorrer apenas na mesma semana da audiência pública. Ressaltou, contudo, que a decisão sobre a apresentação caberia aos membros. Por fim, lembrou que alguns membros já haviam recebido a proposta de material que foi encaminhado à cada RA, elaborado pela equipe técnica, e deixou a critério dos membros o prosseguimento da apresentação. Após, a Senhora **Ludmila de Araújo Corrêa** manifestou preocupação com o enfraquecimento do papel deliberativo do CGP, lembrando que o regimento interno não foi aprovado devido a divergências sobre essa atribuição e que, posteriormente, o decreto foi alterado, retirando qualquer menção à deliberação, inclusive do GTI.

Ressaltou que, apesar de promessas anteriores de respeito ao papel do Comitê, isso não tem ocorrido na prática. Demonstrou insatisfação com a condução do processo, destacando a dificuldade de consolidar e responder adequadamente às diversas contribuições recebidas, muitas das quais envolvem outros órgãos, como IBRAM e CAESB. Defendeu que a análise e consolidação das respostas seja realizada no GTI, conforme previsto no decreto, e argumentou que a prorrogação do prazo por 20 dias não comprometeria o cronograma, mas traria mais legitimidade e qualidade ao processo. Por fim, sugeriu que a discussão sobre audiência pública ocorra apenas após manifestação oficial do secretário quanto ao pedido de prorrogação, e, se necessário, que seja convocada uma reunião extraordinária para tratar do tema. Seguidamente, o Senhor **Guilherme Jaganu**, membro honorário autorizado pela Subsecretária, manifestou que não vê possibilidade de avançar para a próxima etapa do processo de organização do PDOT, pois, independente da participação do CGP, a premissa fundamental é a participação social. Concordeu com a Senhora Ludmila de Araújo Corrêa quanto à necessidade de realização de uma reunião extraordinária, caso a solicitação de prorrogação do prazo para a realização da Audiência Pública final do PDOT não seja acatada. Adiante, o Senhora **Marcos Luiz Santarosa** considerou que, de acordo com o contrato firmado com o CGP, o Comitê tem autoridade para convocar reuniões extraordinárias e, diante disso, inferiu ser importante a realização de tal reunião. Indagou também sobre como será tratada a demanda referente ao Projeto de Lei Complementar (PLC), pois, tendo sido convocada a Audiência Pública, supõe que o conteúdo debatido estaria consolidado. Em resposta, a Senhora **Juliana Machado Coelho** informou que o prazo de 30 dias que antecede a audiência pública tem como objetivo garantir que a população tenha acesso à minuta e possa apresentar contribuições de forma antecipada, e não apenas no momento da audiência. Ressaltou que, embora a minuta já esteja disponível no site, houve problemas técnicos que impediram a disponibilização simultânea da ferramenta de contribuição online, cuja publicação está prevista para o final do dia. Reforçou que todas as contribuições recebidas nesse período serão avaliadas com o mesmo peso das colhidas durante a audiência pública, podendo inclusive provocar alterações na minuta. Após esse processo, a versão final, revisada tecnicamente, será encaminhada ao CONPLAN. Destacou que o CONPLAN já iniciou a análise da versão anterior da minuta por meio de sua Câmara Temática, que está discutindo propostas e sugestões — algumas provenientes da própria sociedade civil —, as quais serão compatibilizadas com a nova versão. Enfatizou que essa etapa de 30 dias é, portanto, um momento legítimo para participação social efetiva. Afirmou que ela, juntamente com os Senhores Mário e Antônio, acredita profundamente na importância do processo participativo e tem se empenhado para torná-lo cada vez mais efetivo. Reconheceu que existem falhas no processo, mas destacou a evolução ao longo das reuniões, citando como exemplo a melhoria significativa na última reunião pública. Referindo-se à participação do Senhor Jaganu, esclareceu que, embora a entidade que representa não integre formalmente o CGP, sempre teve sua fala respeitada. Reforçou que o comitê tem sido aberto a escutar todas as manifestações, inclusive de representantes externos, como os do Comitê de Bacias, e que diversas alterações já foram realizadas a partir de tais contribuições, desde que tecnicamente fundamentadas. Ressaltou que existem limitações institucionais, mas, dentro do possível, a equipe técnica tem buscado garantir um processo verdadeiramente participativo, avaliando todas as contribuições com base no interesse coletivo. Apresentou exemplos de propostas controversas recebidas na etapa anterior da ferramenta de pré-propostas. Mencionou que dois instrumentos urbanísticos importantes foram fortemente rejeitados por parte da população: o IPTU Progressivo e o PEUC (Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória), ambos previstos na Constituição Federal. Apontou que houve significativa oposição, especialmente por parte das regiões do Lago Sul e do Park Way, o que gerou um número expressivo de manifestações contrárias. Ainda assim, explicou que tais instrumentos foram mantidos por serem constitucionais e fundamentais à política urbana. Outro exemplo citado foi o Zoneamento Inclusivo (ZI), que visa garantir a destinação de unidades habitacionais de interesse social em áreas centrais e bem servidas por transporte coletivo de média e alta capacidade. Esse instrumento também foi alvo de grande rejeição em diversas regiões administrativas, como Plano Piloto, Lago Sul e novamente o Park Way, ainda que, em outras regiões, tenha recebido apoio. A Senhora Juliana destacou a necessidade de balancear os interesses e reforçou que o Plano Diretor deve se pautar pelo interesse coletivo, o que justificou a manutenção de tais instrumentos na minuta. Citou ainda o exemplo recorrente de solicitações para canalização de rios em Taguatinga, apontando que, embora tenham sido recebidas várias manifestações nesse sentido, a proposta foi tecnicamente analisada e não acolhida. Reafirmou que nem todas as demandas poderão ser atendidas, pois o critério de decisão permanece técnico e orientado ao bem coletivo. Alertou que a pressão indevida pode comprometer a continuidade dos debates técnicos e defendeu a necessidade de preservar o espaço de escuta qualificada e segura para os servidores. Reforçou que a

realização de nova reunião do GTI dependerá da garantia de um ambiente de respeito e proteção aos técnicos envolvidos no processo. E por fim, propôs, então, o agendamento de uma reunião extraordinária, considerando a alternância entre encontros noturnos e vespertinos, e sugeriu verificar qual foi o horário da última reunião para decidir o próximo. Posteriormente, o Senhor **João Gilberto de Carvalho Accioly**, Sinduscon, destacou que o grupo tem participado ativamente de todas as etapas do processo, contribuindo, mobilizando e divulgando amplamente os debates. Reconheceu os avanços e a qualidade do trabalho em curso, mas pontuou que algumas contribuições importantes de segmentos como Asproeste, Fórum das Águas, Instituto Sálvia e Andar a Pé não foram contempladas nas minutas publicadas, gerando frustração e dúvidas quanto aos critérios de aceitação. Enfatizou a importância do momento atual como espaço de diálogo e esclarecimento, defendendo que o CGP se concentre menos em questões formais e mais em um processo de troca e convencimento entre sociedade civil e equipe técnica. Ressaltou que este é o momento ideal para justificar, técnica e politicamente, por que determinadas sugestões foram ou não acatadas, permitindo inclusive que os membros tentem argumentar novamente em defesa de seus pleitos. Por fim, sugeriu que o CGP promova reuniões extraordinárias com esse foco dialógico, buscando uma construção mais transparente e colaborativa. Em seguida, **Dênio Augusto de Oliveira Moura**, pontuou que apesar do longo processo de diagnóstico iniciado em 2019, o conteúdo concreto da proposta só se tornou visível com a publicação da minuta no dia 8 de maio, momento a partir do qual a sociedade pode efetivamente avaliar e discutir o mérito da proposta. Ressaltou que o PDOT não é instrumento para atender interesses individuais, sendo essencial que as decisões estejam fundamentadas em critérios técnicos, jurídicos, ambientais e socioeconômicos. Chamou atenção para o papel e as competências do CGP e do GTI, enfatizando que ambos devem participar da elaboração e avaliação da minuta, incluindo esta fase final. Reforçou que a metodologia prevista deve ser observada até o encerramento do processo, e não apenas na fase inicial. Manifestou preocupação com o possível atropelo dos prazos em função de compromissos políticos ou institucionais, o que pode comprometer a efetividade da participação social. Ressaltou que o prazo regimental do CONPLAN deve começar a contar apenas após o envio da versão definitiva da minuta. Apresentou os principais pontos da Recomendação expedida pelo Ministério Público em 17/06/2025, que incluem: *“1. Reativação da ferramenta virtual de participação por, no mínimo, 20 dias antes da audiência pública; 2. Submissão da nova minuta ao GTI e CGP com prazo suficiente para avaliação; 3. Avaliação técnica e fundamentada das contribuições por esses órgãos; 4. Publicação da minuta consolidada e documentos de base; 5. Convocação da audiência pública após cumprimento das etapas anteriores, com prazo mínimo de 30 dias e possibilidade de desdobramento do evento; 6. Revogação da convocação caso esta tenha sido feita antes do cumprimento dos itens anteriores; 7. Avaliação e publicação fundamentada das contribuições da audiência pública. 8. Reencaminhamento da nova versão ao CONPLAN com reabertura dos prazos regimentais; 9. Garantia de tempo adequado para análise dos conselheiros; 10. Publicação da minuta final a ser encaminhada à CLDF, acompanhada da planilha consolidada de contribuições (como a elaborada pelo servidor Antônio), com os respectivos fundamentos para acolhimento ou rejeição”*. Finalizou reforçando que transparência e rastreabilidade das decisões são essenciais para a legitimidade da participação social. Seguidamente, o Senhor **Guilherme Jaganu**, comentou que, nas oficinas e reuniões anteriores, houve dificuldade de compreensão técnica por parte da população, inclusive no Lago Sul e no Park Way, o que pode ter contribuído para a rejeição ao IPTU Progressivo e ao PEUC. Destacou ainda que a atuação de influenciadores contrários pode ter impactado nas contribuições recebidas. Esclareceu que nunca houve questionamento sobre o compromisso da equipe técnica com a participação popular, sempre reconhecido e valorizado. Sobre o episódio envolvendo o servidor, informou que, ao apresentar estudos do professor Vicente sobre a Serrinha do Paranoá, o servidor os contestou sem citar diretamente o autor. Disse que não possui formação técnica para rebater e, por isso, encaminhou ao professor, que se mostrou indignado. A intenção, segundo ele, era promover um debate técnico, e não fazer acusações pessoais. Considera o episódio superado e acredita que o afastamento do servidor das reuniões se deve a dificuldades técnicas diante do estudo apresentado. Em resposta, a senhora **Juliana Machado Coelho**, esclareceu que as reuniões técnicas, como as do GTI, não são realizadas com o caráter de reunião pública, pois tratam de discussões estritamente técnicas. Ressaltou que, embora o processo participativo seja valorizado, os técnicos têm relatado sentir-se pressionados e coagidos em algumas situações, o que os leva a recusar participação em novos encontros. Mencionou que, nas últimas semanas, foram realizadas várias reuniões técnicas com o GTI para tratar da minuta, e que, especificamente nesse contexto, causou surpresa a repercussão de uma fala do analista. Ponderou que seria compreensível se houvesse sido proposta uma reunião técnica entre o professor autor do estudo mencionado e os técnicos da SEDUH e do IBRAM, para análise conjunta. No entanto, a fala do servidor

do IBRAM foi feita em ambiente técnico restrito, acabou sendo levada à Câmara Legislativa, em um debate público para o qual o próprio analista sequer havia sido oficialmente convidado. Relatou ainda que esteve presente na referida audiência e ficou surpresa com a postura do professor. Reforçou que esse tipo de encaminhamento extrapola o propósito técnico do GTI e que, caso haja necessidade de aprofundar alguma discussão, o espaço adequado para isso deve ser no âmbito da SEDUH, e não no Legislativo. Finalizou destacando que mantém total segurança quanto aos procedimentos adotados, mas que compreende o receio dos técnicos, muitos dos quais preferem não participar mais das reuniões em virtude da tensão gerada por situações como essa. O Senhor **Guilherme Jaganu**, acrescentou, ao final, que havia se esquecido de mencionar um ponto: destacou que, embora não integre formalmente o CGP, já foi considerado por alguns como um “membro honorário”, por ser frequentemente ouvido nas reuniões. Ressaltou que essa participação foi positiva para ambas as partes, afirmando que, em diversas ocasiões, exerceu um papel semelhante ao do CGP, o que, em sua avaliação, contribuiu para o processo como um todo. Em resposta, a senhora **Juliana Machado Coelho**, destacou que valoriza a participação e o diálogo, mesmo quando há opiniões divergentes. Afirmou que, se não considerasse importante, não estaria presente na conversa. Ressaltou que acredita que escutar visões diferentes enriquece o processo, pois ninguém detém todo o conhecimento necessário para compreender a complexidade do PDOT. Reconheceu que o plano é abrangente e que seu conhecimento é limitado, o que torna essencial a contribuição de diversos atores. Finalizou dizendo que fica satisfeita com a ampla participação, embora reconheça que, neste caso específico, a situação em si tenha sido negativa. Ato contínuo, a Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, observou que, na cultura e na legislação brasileira, a audiência pública é considerada o principal instrumento de comprovação da participação popular. Ressaltou que, após sua realização, costuma haver uma desconsideração das demais formas de participação. Destacou que, culturalmente, a sociedade ainda não aprendeu a participar de forma construtiva e conjunta nos processos decisórios. Citou o decreto que rege o CGP, destacando que, em sua visão, o colegiado deveria ter caráter deliberativo e promover uma participação mais eficiente. Mencionou a recomendação do Ministério Público, representado pelo promotor Dênio, ressaltando que os questionamentos apresentados são técnicos e pertinentes, sempre solicitando comprovações técnicas ou retorno da população. Justificou o pedido de prorrogação de prazo com base na necessidade de ampliar a mobilização popular, considerando o tempo insuficiente para analisar adequadamente os documentos e propostas. Declarou que a participação popular deveria ocorrer de forma mais simples e menos conflituosa, reconhecendo que o processo ainda está em aprendizado. Destacou a importância da escuta qualificada da população e a dificuldade de incorporar suas contribuições de maneira efetiva. Reforçou que a metodologia atual carece de clareza normativa e que, embora reconheça a competência da equipe técnica da SEDUH, a ausência de acolhimento das demandas em instâncias superiores leva à sensação de não serem ouvidos. Por fim, manifestou preocupação com a realização da audiência pública, por entender que ela legitimaria um processo que, em sua avaliação, não representa uma participação popular efetiva. Após, a Senhora **Juliana Machado Coelho** esclareceu que, no âmbito da coordenação técnica, tem atuado dentro dos limites de sua competência e com base no que está normativamente estabelecido. Informou que a alteração do decreto que rege o CGP ocorreu antes do início dos trabalhos relacionados ao PDOT, razão pela qual a equipe técnica não participou desse processo. Destacou que a audiência pública está formalmente convocada para o dia 28 e que, até que haja mudança nesse cenário, a equipe técnica continuará trabalhando com essa referência. Reconheceu a importância das manifestações apresentadas pelos membros, mas afirmou que não possui autonomia para decisões além do escopo técnico. Sinalizou a possibilidade de agendamento de uma reunião extraordinária para a semana seguinte, com o intuito de dar continuidade às discussões e apresentar a proposta elaborada pela equipe, incluindo a dinâmica da audiência pública. Informou que a minuta publicada recentemente incorpora contribuições oriundas tanto das análises técnicas feitas a partir do site quanto das reuniões realizadas com o GTI. Ressaltou que os técnicos têm trabalhado continuamente na sistematização das contribuições recebidas, destacando que já há mais de cinco mil registradas. Por fim, reiterou o compromisso da equipe técnica em seguir escutando os membros e mantendo o diálogo aberto. Seguidamente, o Senhor **José Mário Pacheco**, esclareceu que, em atendimento a solicitações do Ministério Público e do CGP, foi disponibilizado no site institucional um conjunto de documentos relativos à participação social e às reuniões realizadas no âmbito do PDOT. Informou que, ao acessar o site, no botão “Comissões”, encontram-se disponíveis os espaços destinados ao CGP, CGO e GTI, com as respectivas atas das reuniões cujas elaborações foram formalmente solicitadas à empresa contratada. Ressaltou que a produção de atas não é de competência direta da SEDUH, sendo esse serviço terceirizado e restrito a reuniões com colegiados completos, como CGI, GTI e CGP. Reiterou que todas as atas recebidas foram revisadas e

publicadas. Adicionalmente, comunicou que, na seção “Publicações”, sob o botão “Propostas”, encontram-se reunidos documentos referentes às reuniões públicas realizadas, incluindo reuniões por macrotema, de consolidação e encontros na Câmara Legislativa. Apresentou também a nova seção intitulada “Sistematização de contribuições comunitárias para o diagnóstico”, inserida recentemente no site, a qual reúne a planilha com as 5.260 contribuições recebidas nas oficinas participativas. Essa planilha contém a redação original da contribuição da população, a proposta formulada a partir dela, o tema vinculado, a classificação entre tema geral ou específico ao PDOT, e sua relação com os eixos temáticos. A equipe técnica da SEDUH está realizando, desde a semana anterior, a vinculação de cada proposta aos respectivos artigos da minuta e, nos casos de não acatamento, a devida justificativa técnica, conforme previsto e solicitado. Enfatizou o empenho da equipe técnica em processar e sistematizar as contribuições recebidas por todas as formas de participação. Relatou, como exemplo, discussão técnica ocorrida no dia anterior em torno de um artigo específico da minuta, a partir de contribuições contraditórias recebidas tanto nas reuniões com o GTI quanto pela ferramenta online. Destacou que esses debates técnicos são enfrentados diariamente pela equipe da SEDUH, que busca garantir fundamentação técnica adequada a todas as decisões. Por fim, reafirmou o compromisso da coordenação técnica com a transparência, o registro e a publicitação das informações, respeitando os limites operacionais da equipe e o cronograma em curso. Seguidamente, a Senhora **Lúcia Mendes**, convidada e autorizada a falar pela Subsecretária, registrou dois pontos, justificando a escolha da Câmara Legislativa como local da discussão por ser “a casa do povo”. Ressaltou que a intenção foi debater tecnicamente a região da Serrinha do Paranoá e lamentou a ausência de representantes do IBRAM, CAESB e TERRACAP. Reconheceu a importância da presença da Sra. Juliana nesse encontro, pois permitiu esclarecer dúvidas que não haviam sido respondidas em outros fóruns. Explicou a dificuldade que cidadãos não especialistas têm para cruzar a minuta com os mapas disponíveis. Observou que o governo tem tratado o PDOT como um documento “técnico”, mas na prática percebe-se forte influência política, sobretudo na imposição de prazos entre Executivo e Legislativo. Reiterou apoio e respeito ao corpo técnico da SEDUH, enfatizando que as críticas são dirigidas à condução política do GDF e ao ritmo de trabalho “desumano” imposto aos servidores. Defendeu a prorrogação de prazo solicitada pelo CGP e pelo Ministério Público para assegurar participação popular efetiva, alegando que a população ainda não compreende plenamente os impactos da minuta. Sugeriu que a Câmara Legislativa promova novas reuniões públicas temáticas por região (por exemplo, Serrinha/LagoNorte; LagoSul/ParkWay) apresentando mapas e artigos específicos, para que moradores possam discutir inconsistências antes do envio final do projeto. Finalizou pedindo que o processo seja menos politizado e mais voltado ao diálogo técnico-participativo, de modo que as manifestações do CGP e do Ministério Público sejam atendidas e a sociedade saia com compreensão clara do que será incorporado ou não ao PDOT. Em resposta, a Senhora **Juliana Machado Coelho**, declarou que considera importante participar dos debates públicos relacionados ao PDOT, sempre que for convidada e autorizada, afirmando ter prazer em dialogar com a sociedade. Destacou que a reunião na Câmara Legislativa foi positiva, apesar do episódio envolvendo o professor, ressaltando que, na parte em que pôde dialogar, o encontro foi produtivo. Reiterou sua confiança no trabalho técnico realizado pela equipe da SEDUH, reconhecendo que, embora existam diferentes interpretações técnicas possíveis para uma mesma questão, todas as propostas apresentadas têm fundamento técnico. Reconheceu também que há pontos com os quais pessoalmente discorda, mas compreende que o processo envolve escolhas e embasamento coletivo. Citou como exemplo a discussão sobre áreas de transição entre rural e urbano, destacando que a proposta inserida na minuta atual só foi possível graças a um processo aprofundado de estudo conduzido pela equipe responsável pela questão rural, e que a reunião pública contribuiu significativamente para dar maior segurança à equipe técnica para incluir tal proposta. Por fim, afirmou não ter objeção a continuar participando de diálogos públicos e reconheceu que todos os envolvidos — técnicos, membros e sociedade civil — estão cumprindo seus papéis, inclusive no exercício legítimo de cobrança e fiscalização. Adiante, a Senhora **Ludmila de Araújo Corrêa** destacou a importância do confronto de ideias de forma construtiva como parte do processo democrático, reforçando a fala da conselheira Cioli. Ressaltou que a participação social tem sido um desafio constante nas diferentes conferências e instâncias públicas, sendo um processo que se enfraqueceu nos últimos anos e que precisa ser retomado e aprimorado. Reconheceu a necessidade de autocritica por parte dos membros do grupo, relatando episódio recente em que sua fala foi mal interpretada e ressaltando a importância da escuta e do cuidado nas interações. Ressaltou a mudança positiva no ambiente de diálogo desde a entrada da Sra. Juliana na coordenação do processo, reconhecendo que, antes, as críticas eram recebidas com resistência, o que dificultava a construção conjunta. Afirmou que, atualmente, o ambiente está mais aberto ao diálogo,

mesmo com as divergências. Ludmila reiterou que todos os envolvidos compartilham o objetivo de contribuir para um PDOT melhor, mesmo com perspectivas distintas, e que o debate entre os membros é saudável e fortalece o processo. Destacou ainda a riqueza das reuniões do GTI, pela diversidade de órgãos e pela discussão técnica qualificada, inclusive reconhecendo que, por meio das divergências e do debate, é possível esclarecer pontos complexos, como o Zoneamento Inclusivo. Encerrou reforçando a importância de aguardar a resposta oficial sobre o andamento do processo para que o grupo decida coletivamente os próximos passos — seja continuando a discussão da minuta, seja focando nas audiências públicas — respeitando a vontade e o papel de cada membro. O Senhor **Dênio Augusto de Oliveira Moura**, agradeceu a oportunidade de participação e informou que precisaria se ausentar para outra reunião. Ressaltou que o CGP representou, para ele, uma experiência de aprendizado e uma das iniciativas mais próximas do ideal de participação popular que já vivenciou, destacando o esforço e a vontade do grupo nesse sentido, apesar das resistências enfrentadas. Finalizou expressando o desejo de que, no futuro, conquistas como essa não dependam da atuação do Ministério Público. Na sequência a Senhora **Juliana Machado Coelho**, respondeu a senhora Ludmila destacando a importância da participação social no processo de construção do PDOT e relatou que, ao iniciar os trabalhos com os técnicos Mário e Antônio, deixou claro que seria essencial que ambos acreditassem na participação popular para que o trabalho conjunto fosse bem-sucedido, mesmo diante de resistências internas. Ressaltou que, embora existam divergências dentro da própria equipe técnica da SUPLAN quanto à efetividade da participação social, ela acredita que é por meio desse diálogo que se constrói um plano que reflita o interesse coletivo. Em seguida, compartilhou uma experiência pessoal da infância, quando, ao saber que sua prima viria morar em Brasília, se surpreendeu com a distância e a desigualdade entre a Asa Norte e o Gama, onde a prima passou a residir. Relatou o estranhamento de perceber, ainda criança, como as diferenças territoriais da cidade dificultavam a convivência entre familiares, marcando desde então sua percepção sobre as desigualdades socioespaciais no DF. Finalizou reiterando que todos os presentes cumprem diferentes papéis legítimos no processo: os representantes da sociedade ao fazerem suas solicitações e cobranças, e a equipe técnica ao atuar dentro dos limites institucionais, sempre buscando diálogo e construção conjunta. Discussão sobre a mobilização e a dinâmica da audiência pública, a ser pautada conforme o posicionamento oficial da SEDUH sobre a manutenção ou alteração da data da audiência. Defendeu que a proposta de mobilização seja encaminhada previamente aos membros, permitindo análise prévia e sugestões fundamentadas. Registrou crítica quanto à decisão política de definir a data da audiência pública sem que a área técnica fosse devidamente consultada sobre a viabilidade do cronograma, o que teria comprometido a condução adequada do processo. Além disso, manifestou estranhamento diante das rejeições ao instrumento do IPTU Progressivo no Tempo por parte de algumas comunidades, ressaltando que se trata de comando constitucional voltado à efetivação da função social da propriedade. Relatou episódio semelhante ocorrido na revisão do PDOT de 1997, quando, apesar do apoio da equipe técnica, a proposta foi rejeitada por decisão política da Secretaria da Fazenda à época, contrariando instrumentos previstos no Estatuto da Cidade. Por fim, defendeu a manutenção dos instrumentos urbanísticos na minuta, como o IPTU Progressivo no Tempo, o PEUC (Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória) e o zoneamento inclusivo, este último amplamente utilizado em países como Estados Unidos e Reino Unido. Encerrou reforçando a necessidade de o novo PDOT incorporar instrumentos modernos e consagrados para o ordenamento urbano do Distrito Federal, e, em tom descontraído, pediu que a próxima reunião não ocorra na quarta-feira à noite, em razão de compromissos com partidas do seu time de futebol. Em seguida, **Marcos Santarosa**, Asproeste, propôs que o CGP solicite à Comissão Técnica que convide a Comissão de Governança (CGO), para analisar a questão do prazo para a reunião da Audiência Pública. Em resposta, a Senhora **Juliana Machado Coelho**, informou que há possibilidade de agendar uma reunião extraordinária do CGP para a próxima semana, no dia 11, às 19h, conforme acordado previamente para reuniões extraordinárias. Ressaltou, no entanto, que é possível que a resposta oficial da Secretaria ao questionamento do Ministério Público ainda não esteja disponível até essa data, considerando que a responsabilidade pela resposta é do gabinete e o prazo de resposta não é determinado por ela, embora o MP tenha sugerido dez dias. Juliana sugeriu que, caso a reunião seja confirmada, poderá ser apresentada a mesma pauta prevista para o encontro de hoje, e, se a resposta da Secretaria já tiver sido encaminhada, está também será incluída na pauta e compartilhada previamente com os membros. Destacou que a alternância de horários das reuniões foi definida anteriormente, sendo as reuniões extraordinárias realizadas às 19h. Entretanto, diante de manifestações de preferência pelo turno da tarde, propôs a possibilidade de, excepcionalmente, realizar a reunião à tarde. Para isso, sugeriu a realização de enquete no grupo do CGP a fim de consultar os membros sobre o melhor horário. A Senhora **Ludmila de Araújo**

Corrêa sugeriu que os materiais relativos à resposta ao Ministério Público e demais documentos pertinentes à pauta da próxima reunião sejam encaminhados com antecedência mínima. Propôs que, na medida do possível, os documentos sejam enviados até a segunda-feira anterior à reunião e que, caso haja atualizações, estas sejam encaminhadas na véspera do encontro. Justificou que essa antecipação contribuirá para que os membros do CGP tenham tempo hábil para análise prévia, permitindo que o tempo da reunião seja melhor aproveitado para discussões objetivas e qualificadas, e não apenas para apresentação dos conteúdos. E lembrou que inicialmente foram sugeridos dois pontos de pauta: o primeiro, a resposta aos questionamentos do Ministério Público; e o segundo, o tratamento das demandas relativas à minuta, com destaque para os pontos mais polêmicos para discussão no CGP. Propôs que tudo o que já estiver avançado em relação a esses dois temas seja encaminhado previamente para análise e debate durante a reunião, a fim de otimizar o tempo e a qualidade das discussões. O Senhor **José Mário Pacheco** informou que ainda não foram formatadas todas as respostas referentes à minuta de forma completa e documentada, porém já possuem boa parte das respostas às contribuições recebidas para a primeira versão da minuta. Ele explicou que a equipe está trabalhando para publicar, nos próximos dias, as respostas às demais contribuições recebidas, vindas da ferramenta do site, das reuniões por macrotema, entre outras. Foi mencionado que já houve um trabalho de organização e revisão ortográfica, incluindo o uso de planilhas para consolidar as contribuições recebidas da ferramenta e das reuniões. Os coordenadores de cada eixo temático organizaram as contribuições que foram apresentadas nas reuniões. O material com as respostas documentadas será encaminhado por e-mail aos membros, contendo uma marca d'água para controle, evitando sua disponibilização pública no site até que todo o conteúdo esteja finalizado e revisado. O prazo previsto para o envio do material preliminar por e-mail é até segunda-feira, e após o fechamento definitivo, as respostas serão disponibilizadas no site. A Senhora **Juliana Machado Coelho**, deixou acordado que, dia 4 de junho, seria a próxima reunião extraordinária do CGP, porém o horário seria definido pelo grupo por uma enquete. A Senhora **Samia Waleeska Pereira B de Carvalho**, parabenizou a condução da conselheira Juliana frente aos trabalhos do CGP e elogiou o levantamento apresentado por Antônio, destacando as mais de 5.280 participações no site como forma válida de participação popular. Ressaltou a dificuldade cultural de engajamento da população, que tende a delegar decisões às instituições, e apontou barreiras técnicas e de linguagem como fatores que limitam a compreensão e o envolvimento no processo. Defendeu o fortalecimento das estratégias de comunicação para ampliar o acesso e a participação efetiva da sociedade. Ato contínuo, passou-se ao item 3. Assuntos Gerais: Após deliberação, os membros propuseram a data de 4 de junho de 2025 para a realização da Reunião Extraordinária. Não havendo mais assuntos a serem tratados, ao item: 4. Encerramento: A Senhora **Juliana Machado Coelho**, declarou encerrada a 29ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT), agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **RENATA FREITAS CARVALHO CALDEIRA** – Suplente – SUDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **LUCAS SANTANA SIGWALT**, Titular – SUPAR; **ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES** – Titular – SECID; **ANA FLÁVIA SILVA PIRES DURÃES** – Suplente – SECID; **SAMIA WALEESKA PEREIRA B. DE CARVALHO**, Titular – Positiva de Brasília; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Sálvia Terra; **BENNY SCHVARSBERG**, Titular – Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **MARIA ESTELA CAVALCANTE PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, Suplente – ASPROESTE; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente – ASSOLIM; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF; **GUILHERME JAGANU**, Membro honorário.

JULIANA MACHADO COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan)

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh)



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 26/06/2025, às 11:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **174473943** código CRC= **CD608122**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 174473943